



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1391 - Revisada

Quarta-feira - 18 de Dezembro de 2013

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce .....	3
Alto Bela Vista .....	13
Antônio Carlos .....	33
Arroio Trinta .....	34
Ascurra .....	35
Biguaçu .....	35
Bom Jesus do Oeste .....	40
Bom Retiro .....	41
Braço do Trombudo .....	43
Caçador .....	89
Camboriú .....	127
Campo Alegre .....	139
Campos Novos .....	148
Canoinhas .....	150
Capinzal .....	153
Catanduvas .....	177
Chapadão do Lageado .....	177
Cocal do Sul .....	178
Concórdia .....	180
Cordilheira Alta .....	183
Coronel Martins .....	183
Corupá .....	184
Curitibanos .....	184
Ermo .....	191
Faxinal dos Guedes .....	192
Forquilha .....	201
Fraiburgo .....	202
Garopaba .....	207
Garuva .....	211
Gaspar .....	237
Herval d'Oeste .....	240
Ibiam .....	241
Ilhota .....	244
Imbituba .....	246
Iomerê .....	246
Ipumirim .....	249
Irineópolis .....	252
Itaiópolis .....	255
Itapiranga .....	255
Itapoá .....	269
Joaçaba .....	275
Lages .....	287
Lauro Muller .....	290
Lebon Regis .....	292
Leoberto Leal .....	301
Lindóia do Sul .....	304
Luzerna .....	304
Mafra .....	306
Maracajá .....	310

Maravilha .....	314
Marema .....	319
Massaranduba .....	323
Modelo .....	327
Monte Carlo .....	329
Morro da Fumaça .....	329
Navegantes .....	340
Nova Trento .....	347
Novo Horizonte .....	348
Orleans .....	349
Ouro Verde .....	351
Palhoça .....	352
Papanduva .....	353
Passos Maia .....	354
Paulo Lopes .....	355
Pomerode .....	359
Porto Belo .....	395
Porto União .....	396
Presidente Castello Branco .....	403
Rio do Sul .....	404
Salto Veloso .....	412
Santa Rosa do Sul .....	414
São Bento do Sul .....	416
São Domingos .....	430
São João do Sul .....	430
São José .....	439
São Lourenço do Oeste .....	441
São Pedro de Alcântara .....	441
Schroeder .....	454
Timbó .....	468
Três Barras .....	470
Tunápolis .....	474
Turvo .....	475
Vargeão .....	476
Videira .....	477
Vitor Meireles .....	478
Xavantina .....	478

### Associações

AMFRI .....	481
-------------	-----

### Consórcios

CINCO .....	483
-------------	-----

## EDIÇÃO REVISADA:

A edição nº 1391, foi substituída as 12 horas do dia 19 de dezembro de 2013 por falha técnica na publicação do ato "Abertura de Crédito Especial" do município de Navegantes.

### CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores  
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800  
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



## 18 DE DEZEMBRO

### Parabéns, Guarujá do Sul, por seus 52 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.



# Água Doce

## PREFEITURA

### Lei Complementar Nº 087/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 087/2013 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

"INSTITUI A NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-E QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce (SC). Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

#### LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º - Fica instituída no âmbito do MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE a NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e, documento de natureza digital, processado em rede de computadores e armazenado em base de dados informatizada sob a responsabilidade da Administração Municipal.

§1º- A NFS-e deverá ser emitida quando da prestação de serviços, em substituição ao documento fiscal convencional.

§2º- Cabe aos anexos I e II da presente Lei:

I - disciplinar a emissão da NFS-e;

II - instituir e regular o uso do Recibo Provisório de Serviço - RPS, como documento auxiliar da NFS-e;

III - definir os contribuintes obrigados ao uso da NFS-e e os impedidos;

IV- estabelecer o cronograma de implantação, com as datas de início da obrigatoriedade de emissão da NFS-e, por atividade e por faixa de receita bruta;

V - normatizar a opção pelo uso da NFS-e do contribuinte desobrigado à sua emissão.

Art.2º- Respeitadas as imunidades e isenções, os contribuintes obrigados ou que optarem pela emissão de NFS-e deverão recolher o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN com base no preço do serviço.

Parágrafo Único - O disposto no "caput" não prejudica o regime de recolhimento dos contribuintes sujeitos à tributação fixa.

Art.3º- Ao descumprimento das obrigações decorrentes desta Lei Complementar aplicam-se às penalidades previstas Na Seção XIV, do Capítulo III, do Título I, do Livro Segundo do Código Tributário Municipal - Lei Complementar nº 026 de 26 de dezembro de 2002, no que couber.

§1º- Sem prejuízo do disposto no "caput", serão aplicadas as seguintes penalidades:

I - MULTA de R\$ 30,00 (trinta reais) e não inferior a R\$ 300,00 (trezentos reais), por NFS-e não emitida ou emitida em desacordo com as normas regulamentares;

II - MULTA de R\$ 30,00 (trinta reais) e não inferior a R\$ 300,00 (trezentos reais), por RPS não convertido em NFS-e ou convertido fora do prazo regulamentar;

III-MULTA de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês ou fração, até a regularização, para o contribuinte que, obrigado à emissão da NFS-e, deixar de adotar quaisquer dos procedimentos determinados pela legislação.

IV-MULTA de R\$ 100,00 (cem reais) por evento e não inferior a R\$ 300,00 (trezentos reais), para o descumprimento de qualquer obrigação acessória relativa à NFS-e, para a qual não haja previsão de penalidade específica.

§2º- Para fins de capitulação da penalidade por descumprimento da obrigação principal, considera-se fraude a não conversão do Recibo Provisório de Serviço - RPS em NFS-e ou a conversão fora do prazo regulamentar.

§3º-Os valores das penalidades constantes deste artigo serão atualizados monetariamente na mesma forma e pelos mesmos índices aplicados às demais penalidades previstas no Código Tributário Municipal.

Art.4º- O ISSQN apurado pelas NFS-e emitidas e não pago ou pago a menor no prazo legal poderá ser inscrito em dívida ativa com os acréscimos legais cabíveis, na forma da legislação.

Art.5º- Os anexos I e II fazem parte integrante da presente lei, a qual regulamenta sua aplicação.

Art.6º- Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Art.7º- Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar n.º 084/2013 de 05/11/2013.

Água Doce (SC), 11 de dezembro de 2013.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

#### ANEXO I

"REGULAMENTA O USO E EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA NFS-e NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Art.1º- Este Anexo regulamenta a Lei Complementar nº 087 de 11 de dezembro de 2013, que "INSTITUI A NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-E QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

#### CAPÍTULO I

##### DA EMISSÃO DA NOTA

Art.2º - O acesso à ferramenta de escrita fiscal e de emissão e gerenciamento da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, se dará por login e senha de acesso no padrão fornecido pela ferramenta SERVIÇOS ON-LINE TRIBUTAÇÃO disponibilizada pela Prefeitura no site: [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br), ou outro que venha a substituí-lo.

Art. 3º- O prestador de serviço deverá efetuar a solicitação de acesso para a utilização do sistema para emissão de NFS-e através de SERVIÇOS ON-LINE TRIBUTAÇÃO, na opção solicitação de acesso.

§1º- Ao concluir a solicitação o contribuinte deverá emitir o documento disponibilizado e protocolar o mesmo na Prefeitura deste município.

§2º- Fica dispensado o parágrafo anterior ao contribuinte que efetuar a solicitação de acesso utilizando a certificação digital.

Art.4º - A NFS-e obedecerá o modelo a ser instituído pela Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, e conterá, no mínimo:

I - número seqüencial;

II - código de verificação de autenticidade;

III - data e hora da emissão;

IV - identificação do prestador de serviços, apresentando:

a) nome empresarial;

b) endereço físico;

c) endereço de correio eletrônico (e-mail);

d) inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

e) inscrição no Cadastro Mobiliário municipal;

V - identificação do tomador dos serviços, contendo:

a) nome ou nome empresarial;

b) endereço físico;

c) endereço de correio eletrônico (e-mail) se houver;

d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;  
e) inscrição no Cadastro Mobiliário municipal se houver;  
VI - discriminação do serviço e o código correspondente, conforme item da Lista de Serviços de que trata a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

VII - o valor total da operação;

VIII - a base de cálculo do ISSQN e a dedução efetuada, quando permitida pela legislação municipal ou determinada por decisão judicial;

IX - alíquota e valor do ISSQN;

X - indicação das seguintes informações, se ocorridas:

a) isenção ou imunidade relativa ao ISSQN;

b) serviço não tributado pelo Município de Água Doce;

c) retenção de ISSQN na fonte;

d) número e data do documento emitido, nos casos de substituição;

e) número e data do RPS convertido.

Parágrafo Único - A numeração da NFS-e será gerada pelo sistema emissor, em ordem crescente seqüencial específica para cada estabelecimento prestador de serviços.

Art.5º - O prestador de serviços obrigado ou optante deverá emitir NFS-e para todos os serviços prestados, sendo vedada a utilização de outro documento fiscal.

Parágrafo Único - Os documentos fiscais convencionais autorizados pelo Fisco e não utilizados deverão ser entregues à Administração Tributária Municipal para destruição, no momento da solicitação para acesso ao sistema sendo pré-requisito para a liberação do acesso.

Art.6º - Cada NFS-e conterá apenas um código de serviço.

Art.7º - A NFS-e emitida será enviada por "e-mail" ao tomador do serviço ou, por solicitação deste, será impressa em via única.

## CAPÍTULO II

### DO CANCELAMENTO E ALTERAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Art.8º - A NFS-e poderá ser cancelada ou substituída pelo emitente antes do pagamento do imposto.

## CAPÍTULO III

### DO RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS - RPS

Art.9º- Os contribuintes poderão emitir Recibo Provisório de Serviços - RPS para acobertar operações de prestação de serviços, convertendo-os posteriormente em NFS-e:

I - na impossibilidade de conexão com o sistema de emissão da NFS-e disponibilizado pelo Município;

II - por opção do prestador, atendendo as necessidades de sua atividade.

Art.10 - É obrigatória a conversão do RPS em NFS-e até o quinto dia do mês seguinte à sua emissão.

Art.11 - O RPS será identificado pela expressão "Recibo Provisório de Serviços - RPS", não podendo ser confundido com documento fiscal.

Art.12 - O RPS terá formato livre, mas observará obrigatoriamente o seguinte:

I - será numerado em ordem crescente seqüencial, iniciada pelo numeral 1, com a identificação da série RPS;

II - será emitido contendo apenas um código de serviço por documento;

III - conterá todas as informações necessárias à emissão da NFS-e e ainda:

a) a data de emissão;

b) a mensagem: "Este documento será convertido em NFS-e até o

quinto dia do mês seguinte. Para confirmar, acesse <<http://www.aguadoce.sc.gov.br>>".

§1º- O prestador deverá solicitar a autorização para a confecção do RPS na fazenda municipal.

§2º- O RPS emitido será entregue ao tomador do serviço, mantendo-se os dados pelo prestador até a conversão em NFS-e.

Art.13 - A conversão de RPS em NFS-e será efetuada diretamente no sistema ou por transmissão em lotes, na forma definida pela Secretaria Municipal da Fazenda e Administração.

§1º- A correção de quaisquer inconsistências nas informações transmitidas deverá ser efetuada no prazo definido para a conversão do RPS em NFS-e.

§2º- A falta de conversão do RPS em NFS-e configura não emissão de documento fiscal, sujeitando o obrigado às penalidades previstas na legislação.

## CAPÍTULO IV

### DA CARTA DE CORREÇÃO ELETRÔNICA - CC-E

Art.14 - Fica instituída no âmbito da legislação tributária municipal, a figura da "Carta de Correção", destinada a corrigir erros de dados, sem implicar no cancelamento da NFS-e.

§1º - É permitida a utilização da carta de correção, para regularização de erro ocorrido na geração de NFS-e.

§2º - Não será admitida a regularização na forma deste artigo quando o erro for relativo a base de cálculo, a alíquota, ao valor do imposto.

§3º - Havendo mais de uma CC-e para a mesma NFS-e o emitente deverá consolidar na última todas as informações anteriormente retificadas.

§4º - Não produzirá efeitos a regularização efetuada após o início de qualquer procedimento fiscal.

## CAPÍTULO V

### DO RECOLHIMENTO DO ISSQN

Art.15- O recolhimento do ISSQN referente às NFS-e deverá ser efetuado exclusivamente no documento de arrecadação emitido pelo próprio sistema gerador do documento eletrônico, observados os prazos estabelecidos em lei ou regulamento.

Parágrafo Único. Não se aplica o disposto no caput:

I - Ao ISSQN retido na fonte por meio de sistema próprio dos governos federal, estadual e municipal;

II - às microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, relativamente aos serviços prestados.

## CAPÍTULO VI

### DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art.16 - As NFS-e poderão ser consultadas em sistema próprio do Município de Água Doce, durante o prazo de 05 (cinco) anos, contados da sua emissão.

Parágrafo Único - Após o prazo previsto no caput, a consulta às NFS-e emitidas poderá ser realizada mediante a solicitação de envio de arquivo em meio magnético.

Art.17 - Os contribuintes não obrigados ou não optantes pelo sistema de emissão de NFS-e e os tomadores de serviços estabelecidos no Município ficam sujeitos a informar suas operações ou prestações na forma da legislação.

Água Doce (SC), 11 de dezembro de 2013.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal





**ANEXO II**

“INSTITUI E REGULAMENTA O LIVRO ELETRÔNICO COMO DECLARAÇÃO MENSAL PARA LANÇAMENTO DAS BASES TRIBUTÁVEIS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E TOMADOS PARA A APURAÇÃO DO ISSQN MENSAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

**CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art.1º- Fica criado o LIVRO ELETRÔNICO informatizado e disponibilizado no sítio da página web desta municipalidade [www.agua-doce.sc.gov.br](http://www.agua-doce.sc.gov.br) para escrituração e declaração mensal do ISSQN decorrente de serviços prestados e tomados por empresas sediadas no Município de Água Doce (SC) ou por tomadores de serviços executados neste Município.

Art.2º- Os prestadores e tomadores de serviços, ainda que imunes ou isentos, estão obrigados ao cumprimento das obrigações acessórias previstas neste Decreto e na legislação tributária em vigor.

**CAPÍTULO II****DA DECLARAÇÃO DE SERVIÇOS E APURAÇÃO DE ISSQN**

Art.3º- Ficam obrigados a declararem, mensalmente, na página da web, os serviços prestados e/ou contratados, os contribuintes e tomadores de serviços, a saber:

I - As pessoas jurídicas de direito privado, inclusive as MEs e EPPs, optantes do Simples Nacional ou não;

II - As pessoas jurídicas de direito público, ainda que imunes ou isentas, inclusive os órgãos da Administração direta ou indireta da União, do Estado e do Município, bem como suas respectivas Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista sob seu controle e as Fundações instituídas pelo Poder Público, estabelecidos ou sediados no Município de Água Doce (SC);

III- Os prestadores, tomadores ou intermediários de serviços, ainda que não cadastrados como contribuintes do ISSQN neste Município, salvo os legalmente dispensados da retenção do ISSQN;

Art.4º- A Declaração de ISSQN Próprio e a Declaração de ISSQN Retido, com a apuração deste imposto, é uma obrigação tributária acessória e serão geradas por programa de software específico, denominado Livro Eletrônico, disponibilizado no endereço eletrônico do Município de Água Doce, [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br).

§1º- O Livro Eletrônico conterá:

I - As informações cadastrais do responsável legal e contábil da Pessoa Jurídica declarante;

II - As informações cadastrais do responsável pelas declarações, contador ou pessoa por ele indicada;

III - Os dados de identificação do prestador e/ou tomador dos serviços;

IV - Todos os serviços prestados e tomados pelo declarante, baseados ou não em documentos fiscais ou gerenciais, emitidos ou recebidos em razão da prestação de serviços, sujeitos ou não a incidência do ISSQN, ainda que não devido ao Município de Água Doce (SC);

V - O item da lista de serviços, o valor e o mês de competência dos serviços tomados ou prestados;

VI - O registro das deduções na base de cálculo, quando admitidas pela legislação do ISSQN deste Município;

VII- O registro da inexistência de serviço prestado ou tomado, no período de referência da Declaração Mensal de Serviços, se for o caso;

VIII- O registro do imposto devido, inclusive sobre regime de estimativa, e do imposto retido na fonte ou por substituição de responsabilidade tributária;

IX - Outras informações de interesse do Fisco Municipal.

§2º- Ao processar a Declaração, automaticamente será gerado o imposto devido e disponibilizado na mesma ferramenta, o

documento de arrecadação do ISSQN apurado conforme as informações prestadas na mesma declaração;

§3º- A Declaração de ISSQN próprio e a Declaração de ISSQN Retido, de que trata o caput deste artigo, formaliza o lançamento e constitui confissão a obrigação tributária, tornando-se, também, instrumento hábil e suficiente para a exigência do ISSQN próprio e retido de terceiros resultante das informações nela prestadas que não tenha sido recolhido no prazo regulamentar.

Art.5º- Ficam substituídas as guias e os “carnês” de recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN pela Guia de Pagamento do ISS, gerada e emitida através do programa Livro Eletrônico após o registro da Declaração Mensal, no endereço supramencionado, inclusive para as empresas prestadoras de serviços, não optantes do Simples Nacional e enquadrada no regime de recolhimento do ISSQN calculado pela receita bruta mensal.

Art.6º- O descumprimento ao disposto neste Anexo sujeita o infrator às sanções previstas na legislação tributária Municipal em vigor, sem prejuízo de outras cominações legais aplicáveis, em especial se:

I - deixar de remeter à Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, no prazo previsto no “caput” do art. 7º, a Declaração de ISS e/ou Declaração de ISS Retido, independentemente do pagamento do imposto;

II – apresentar a Declaração de ISS próprio e/ou Declaração de ISS Retido de terceiros com omissões ou dados inexatos ou inverídicos.

Art.7º - A Declaração, que trata o artigo 4º deste anexo, deverá ser feita e enviada a partir da publicação do presente ato mensalmente, com ou sem movimento, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao fato gerador do tributo.

Art.8º - O contribuinte e/ou o substituto tributário, além de observar as obrigações constantes do artigo 4º deverá, entregar declaração retificadora no caso de erro na elaboração de declaração já apresentada ou de apresentação da mesma de forma incompleta ou inexata.

Parágrafo Único – A retificação de dados ou informações constantes no Livro Eletrônico, e já apresentadas, somente estará protegida da aplicação de penalidade se realizada e entregue até o último dia útil anterior ao início de qualquer medida de fiscalização relacionada à verificação ou apuração do imposto devido e declarado.

Art. 9º - A retificação da declaração poderá ser efetuada por meio eletrônico mediante apresentação de nova declaração.

§ 1º A declaração retificadora mencionada no caput deste artigo terá a mesma natureza da declaração originalmente apresentada, e conterá todas as informações, inclusive os itens não alterados, servindo para aumentar ou reduzir os valores de débitos do ISS já informados.

§ 2º Não será aceita a retificação que tenha por objeto alterar os débitos fiscais relativos ao ISS:

I – cujos saldos a pagar já tenham sido inscritos em Dívida Ativa, nos casos que importe alteração do valor;

II – cujos valores das diferenças apuradas em procedimentos de auditoria interna, relativos às informações inexatas ou incompletas das notas fiscais dos prestadores, intermediários e tomadores registrados no Livro Eletrônico, já que tenham sido inscritos em Dívida Ativa;

III – em relação ao sujeito passivo já tenha sido notificado do início de procedimento fiscal.

§3º A retificação de valores da declaração que resulte em alteração do montante de débito já inscrito em Dívida Ativa do Município, somente poderá ser efetuada pelas entidades competentes nos casos em que houver prova inequívoca da ocorrência de erro fático no preenchimento da declaração.

Art. 10º Os comprovantes de pagamento do ISS ou de retenção feita pelo tomador de serviço, os documentos fiscais, emitidos ou

não, ou recebidos em razão de serviços prestados, tomados ou vinculados, das deduções legais e demais comprovantes dos dados e informações contidas na declaração, deverão ficar em poder do responsável legal, para imediata exibição ao Fisco sempre que solicitados, pelo período de 05 (cinco) anos contados da data prevista para apresentação da declaração de competência à Secretaria Municipal da Fazenda.

### CAPÍTULO III DOS LIVROS FISCAIS

Art.11 - O Livro de Registro de Serviços Prestados e o Livro de Registro de Serviços, tomados deverão, no final de cada exercício, ser processados eletronicamente com os dados fornecidos nas declarações mensais, constantes do endereço mencionado no art. 4º, pelos contribuintes prestadores e tomadores de serviços, sendo facultativa sua impressão.

Art.12 - Os estabelecimentos bancários e demais instituições financeiras, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, estabelecidos no Município de Água Doce (SC), deverão apresentar mensalmente ao Fisco Municipal as informações fiscais sobre os serviços prestados, podendo estes cadastrar seu próprio plano de contas, vinculando as contas aos seus respectivos COSIFs.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não exclui a obrigação da apresentação ao Fisco Municipal, da declaração mensal dos serviços tomados prevista no artigo 3º deste Decreto.

Art.13 - Os estabelecimentos de crédito, financiamento, investimento e bancários estão dispensados da emissão de notas fiscais de serviços e escrituração de livros fiscais, ficando, porém, obrigados, a manter arquivados na agência local, para exibição ao Fisco, os mapas analíticos das receitas tributáveis e os balancetes analíticos padronizados pelo Banco Central.

§1º- Os mapas analíticos deverão conter o nome do estabelecimento, o número de ordem, o mês e o ano de competência, o número de inscrição municipal, a discriminação dos serviços e os valores mensais de receitas correspondentes.

§2º- Como contratante de serviços, os estabelecimentos mencionados no caput deste artigo deverão escriturar, no mesmo endereço eletrônico, as notas fiscais de serviços tomados e os recibos de todos os serviços contratados, na forma dos artigos 3º e 4º deste Decreto.

Art.14- O recolhimento do imposto, retido na fonte ou por substituição de responsabilidade Tributária, far-se-á em nome do responsável pela retenção ou do substituto da responsabilidade, através de documento de arrecadação emitido mediante a Declaração prevista no artigo 4º deste Decreto, observando-se o prazo de pagamento previsto na legislação tributária municipal.

§1º- O não recolhimento do ISSQN retido, no prazo estabelecido, será considerado apropriação indébita, ficando o responsável sujeito às penalidades previstas no Código Tributário Municipal sem prejuízo da responsabilidade cível e criminal.

§2º- Consideram-se substituto da responsabilidade tributária, independente da retenção na fonte do ISS, todos os tomadores de serviços previstos no Código Tributário Municipal.

§3º- O pagamento do ISSQN, somente dar-se-á por meio do documento hábil, DAM previsto no artigo 5º deste Decreto, sendo vedado o pagamento por qualquer outro meio.

### CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.15 - A apuração do ISSQN a pagar será feita, ao final de cada mês, sob a responsabilidade individual do contribuinte ou responsável pelo imposto, mediante lançamentos contábeis em sua escrita fiscal e sua movimentação financeira e bancária, os quais estarão sujeitos a posterior homologação pela autoridade fiscal.

§1º- O prestador de serviços deverá escriturar por meio eletrônico, disponibilizado via Internet, mensalmente, todas as receitas decorrentes da prestação de serviços, com seus respectivos valores do imposto que sofreu retenção na fonte ou que seja devido a outro Município, emitindo ao final do processamento a Guia de Pagamento do ISS para recolhimento do imposto devido.

§2º- O responsável tomador dos serviços sujeitos ao imposto deverá escriturar por meio eletrônico, disponibilizado via Internet, mensalmente, as Notas Fiscais ou Faturas e os Recibos comprobatórios dos serviços tomados, efetuando as retenções de ISSQN devidas, emitindo ao final do processamento a Guia de Pagamento do ISSQN para recolhimento do valor apurado com vencimento no dia 20 de mês subsequente à sua competência.

§3º- Fica o tomador dispensado da retenção na fonte do Imposto sobre Serviços – ISSQN, comprovado através de Nota Fiscal Avulsa, emitida pela Prefeitura Municipal de Água Doce.

Art.16 - Os contribuintes do ISSQN, que comprovadamente não prestaram serviços sujeitos ao ISSQN, deverão informar através do Livro Eletrônico, a ausência de movimentação econômica por não auferir receita decorrente da prestação de serviços naquele período.

§1º-A falta de emissão de nota fiscal de prestação de serviços não comprova que não houve prestação de serviços prevista no caput deste artigo tampouco o desobriga do pagamento do ISSQN devido sobre a receita bruta mensal auferida com esta operação.

§2º-Fica o tomador do serviço dispensado de efetuar a declaração mensal de serviços tomados quando houver previsão legal para dispensa da retenção do ISSQN do prestador.

Art.17 - Os responsáveis contábeis, de todas as pessoas jurídicas mencionadas no caput do artigo 3º deste Anexo, deverão efetuar os seus respectivos cadastros sítio do Município [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br), no link LIVRO ELETRÔNICO, para obter permissão e liberação da senha e a chave de integridade para acesso ao sistema.

Art.18 - O suporte técnico desta ferramenta eletrônica, o cadastramento de cada usuário e a liberação da Chave de Fidelidade, bem como o manual de operações do módulo Declarante do Livro Eletrônico e o formato dos arquivos de importação de documentos, emitidos e recebidos, estarão à disposição dos contabilistas, dos contribuintes ou qualquer outro obrigado, no endereço eletrônico constante do artigo 4º deste regulamento e pelo Departamento de Fiscalização da Secretaria da Fazenda do Município de Água Doce (SC).

Art.19 - As infrações cometidas a este regulamento serão punidas com as sanções previstas na legislação tributária municipal vigente.

### Art. 20 - GRONOGRAMA – EXIGÊNCIA NOTA FISCAL ELETRONICA

DATA	EMPRESAS	ADESÃO
	Empresas de Pequeno Porte-EPP, Médio	
02/01/2014	Porte – EMP, Grande Porte - EGP	OBRIGATORIA
02/01/2014	MEI - ME	OBRIGATORIA

### GRONOGRAMA DE ENTREGA DE BLOCOS DE NOTAS (NÃO UTILIZADAS)

DATA	EMPRESA
	EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP), MÉDIO PORTE (EMP), GRANDE PORTE (EGP)
02/01/2014	ME - MEI

Água Doce, 11 de dezembro de 2013.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

**Lei Nº 2.250/2013**

LEI Nº 2.250/2013 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR PARCIALMENTE, TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E CRIAR ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.148, de 27 de novembro de 2012, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para o Fundo Municipal de Saúde de Água Doce.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para aplicação na Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Fica criado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.1.90.00.00.01.0095/48 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE  
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE  
10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
3.1.90.00.00.01.0095/48 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00  
TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a anular parcialmente o seguinte elemento despesa vigente:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE  
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO  
12.361.0025.2.022 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR  
3.3.90.00.0.1.0095/57 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00  
TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de dezembro de 2013.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

**Lei Nº 2.251/2013**

LEI Nº 2.251/2013 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.148, de 27 de novembro de 2012, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 56.500,00 (cinquenta e seis mil e quinhentos reais), para o Fundo Municipal de Saúde de Água Doce.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Fica suplementado o elemento de despesa

3.1.90.00.00.01.0095/48 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE  
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE  
10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
3.1.90.00.00.01.0095/48 Aplicações Diretas R\$ 56.500,00  
TOTAL R\$ 56.500,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a utilizar o provável excesso de arrecadação nas rubricas de recursos próprios.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de dezembro de 2013.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

**Lei Nº 2.252/2013**

LEI Nº 2.252/2013 – DE 11 DE DEZEMBRO 2013

"AUTORIZA O MUNICÍPIO A RECEBER EM DOAÇÃO BENS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber, por doação do Sr. Cícero Rogério Kuntz, CPF nº 508.814.699-04, sito à BR 153, Fazenda Novo Horizonte – Linha Hercilópolis s/n, perímetro rural de Água Doce-SC, os bens relacionados neste artigo, que serão utilizados pelo Conselho Tutelar do Município de Água Doce:

Itens	Descrição do Bem	Valor Unitário	Valor Total
4	GAVETEIRO KAPPESBERG MESA 2001CI CILIEGIO	90,95	363,80
4	MESA KAPPESBERG SECRET 1120CI PE MET CILIEGIO	195,90	783,60
2	MESA KAPPESBERG DE CANTO 1110CI CILIEGIO	72,15	144,30
4	ARMÁRIO KAPPESBERG 1011 BALCÃO C/ CHAVE CI CILIEGIO	238,00	952,00
2	ARQUIVO KAPPESBERG 1004 CI CILIEGIO	375,00	750,00
2	POLTRONA CAVALETTI GIRAT PRESID 4001 BG BR SL INJ EP TEC PRETO	404,60	809,20
1	BEBEDOURO LATINA ACQUATRONIC FULL RANGE	354,10	354,10
1	RADIO TOSHIBA TR8002MU COM CD	192,90	192,90
1	CONJ ESTOF ZENATTI 3.2L SAN MARINO	827,00	827,00
3	CADEIRA CAVALETTI FIXA APROX 4008P INJ EP TEC PRETO	118,60	355,80
1	TV 22" LG LED HDMI 22MA33D MONITOR	689,44	689,44
1	DVD LG DP 122 MP3 USB DIVX	155,56	155,56
2	PC COMPOSIÇÃO INTEL CORE I3 4G 500GB	1.599,00	3.198,00
2	MONITOR LED 19,5 LG 20EN33SS	600,00	1.200,00
2	NOBREAK APC BACKUPS 600VA BIVOLT	339,00	679,80
1	MULTIFUNCIONAL HP LASERJET PRO M1132 MFP	799,90	799,90



Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do município de Água Doce, inclusive as diretamente relacionadas com a transferência e instalação dos bens, através de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Água Doce-SC, 11 de dezembro de 2013.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito

### **Lei Nº 2.253/2013**

LEI Nº 2.253/2013 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.148 de 27 de novembro de 2012, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 34.166,00 (trinta e quatro mil e cento e sessenta e seis reais), para o Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Fica suplementado, no orçamento vigente, o elemento de despesa Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE  
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE  
10.301.0042.2.052 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SUS  
3.1.90.00.0.1.0064/8 Aplicações Diretas R\$ 34.166,00  
TOTAL R\$ 34.166,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a utilizar o provável excesso de arrecadação verificado na rubrica: 0.1.0064 - Recursos PSF - 0.1.0064-Recursos Pacs - Agentes Comunitárias de Saúde e 0.1.0064 - Recursos - Saúde Bucal.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de dezembro de 2013.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

### **Lei Nº 2.254/2013**

LEI Nº 2.254/2013 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

"AUTORIZA A AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MUDAS DE GRAMÍNEAS PERENES DE VERÃO"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir, através da Secretaria Municipal de Agricultura, e mediante processo licitatório, se for o caso, a aquisição de 70.000 (setenta mil) mudas por ano de gramíneas perenes de verão para cobertura de solo e pastagem de verão.

Parágrafo único: As mudas a que se refere o artigo anterior serão produzidas por agricultores do Município, com o valor de R\$ 0,07 a muda, ficando esta renda no local.

Art. 2º. Fica também autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a distribuir as mudas adquiridas para agricultores do Município, cabendo a quantia de 1000 (um mil) mudas por propriedade.

Art. 3º. O presente projeto será por prazo determinado, até 30 de dezembro de 2016 podendo ser extinto a qualquer época.

Art. 4º. Somente poderão ser beneficiados os agricultores que não tiverem pendências financeiras com o Município.

Art. 5º. As despesas para o cumprimento da presente lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Água Doce, 11 de dezembro de 2013.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

### **Lei Nº 2.255/2013**

LEI Nº 2.255/2013 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

"AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO - SISTEMA NACIONAL DE EMPREGOS - SINE/SC"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convenio com o Governo do Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação - Sistema Nacional de Emprego - SINE / SC, tendo por objetivo o desenvolvimento de cooperação técnico - administrativa na execução das ações do Sistema Nacional de Emprego - SINE/SC, abrangendo as áreas de intermediação de mão de obra, seguro desemprego, qualificação profissional, apoio e encaminhamento de Projetos de geração de Emprego e Renda, visando oferecer ao trabalhador um atendimento integrado e de qualidade.

Art. 2º. Fica também autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, visando operacionalizar o presente convenio, colocar a disposição do Programa do Sistema Nacional de Emprego/ SINE/SC, servidores do quadro efetivo, destinar espaço físico, efetivar o pagamento integral do pessoal contratado, se for o caso, inclusive todos os encargos sociais, despesas de deslocamento para treinamento, energia elétrica e água.

Art. 3º. O prazo do presente convenio será por prazo indeterminado, podendo ser reincluído por mutuo consenso das partes a qualquer época, ou nos outros casos previstos do termo de convênio.

Art. 4º. As despesas para o cumprimento da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Água Doce, 11 de dezembro de 2013.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal



**Lei Nº 2.256/2013**

LEI Nº 2.256/2013 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

"AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE CESSÃO DE USO GRATUITO DE BEM PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce(SC). Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Cessão de Uso de Bens Públicos Móveis, com a Associação de AGRICULTORES VALE DO ESTREITO, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente e comunitário, inscrita no CNPJ sob o n. 05.404.468/0001-65, com sede em Água Doce-SC neste ato devidamente representada por seu Presidente Sr. NEI LUCHESI, inscrito no CPF sob o nº 429.462.279-34, que terá como objeto a cessão de uso de um pulverizador de veneno, 400 litros, marca Montana, série 980601002554.

Art. 2º. O prazo máximo da cessão de uso do equipamento, objeto da presente Lei, será pelo prazo de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 3º. A Cessão de Uso de bens públicos firmada através da presente Lei é dispensada de licitação em conformidade com o disposto no artigo 17 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Decreto-Lei 9.760/46, Decreto-Lei 178/67, com suas alterações posteriores, uma vez que a Cessionária é a única entidade estabelecida neste Município no exercício da atividade, apta a receber equipamentos em prol do interesse público.

Art. 4º. A Cessão de Uso dos bens públicos descritos será formalizada mediante Termo específico e, prevalecendo o interesse público sobre a entidade beneficiária, será admitida a alteração de cláusulas regulamentares do ajuste, até mesmo a sua rescisão.

Art. 5º. Os direitos e obrigações sobre a Cessão de que trata a presente Lei são intransferíveis.

§ 1º. A presente Cessão de Uso se formalizará mediante Termo de Cessão de Uso, no qual constarão obrigatoriamente as seguintes cláusulas:

I - Deverá a Cessionária utilizar o bem exclusivamente para os fins a que se destina, em benefício de seus associados e comunidade, na forma que dispuser o respectivo Estatuto;

II - Atribuir a operação do equipamento objeto da Cessão a pessoa com comprovada habilitação e de conhecimento mínimo de direção e manutenção mecânica e hidráulica;

III - Executar os serviços de manutenção mecânica preventiva e corretiva, necessário para a operação e boa conservação do equipamento;

IV - A Cessionária arcará com os custos de manutenção dos equipamentos, inclusive as despesas com combustíveis, óleos lubrificantes e hidráulicos, peças de reposição de pneus ou sua recuperação, serviços de revisão e manutenção mecânica e operacional geral;

V - Utilizar somente peças originais quando da necessidade de reposição, atendendo ao Manual do Usuário dos equipamentos;

VI - Estabelecer normas regimentais sobre a operação, utilização, custeio e outras relativas a utilização do equipamento pelos Cooperados da respectiva entidade e demais munícipes, fazendo chegar ao conhecimento de todos as normas previstas.

VII - Usar unicamente dentro dos limites estabelecidos pelo Legislação Ambiental.

§ 2º. É de inteira responsabilidade da Entidade Beneficiada os prejuízos que venham a ser causados a terceiros, decorrentes do uso dos equipamentos.

Art. 6º. As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal em cada exercício.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce-SC, 11 de dezembro de 2013.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

**Lei Nº 2.257/2013**

LEI Nº 2.257/2013 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

"AUTORIZA A CORREÇÃO DE BEM PATRIMONIAL INSERVÍVEL DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º . Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a correção da descrição do bem patrimonial inservível nº 2919 - Monitor 17 Pol LG, da Lei nº 2.240/2013 de 23/10/2013, para a descrição correta e real do bem descrita no cadastro de bens no sistema patrimonial municipal em:

Código Patrimonial nº 2919 - CARTEIRA ESCOLAR EM FÓRMICA.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Fica, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de dezembro de 2013.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

**Lei Nº 2.258/2013**

LEI Nº 2.258/2013 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, CRIAR ELEMENTO DE DESPESA, ANULAR TOTALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA CONSTANTE NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular totalmente a seguinte dotação orçamentária constante do orçamento vigente:

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E URBANISMO  
01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO  
2.044 MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO RÁDIO PATRULHA  
3.3.90.00.0.1.0110/150 Aplicações Diretas R\$ 92.623,00  
TOTAL R\$ 92.623,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º desta Lei será utilizado para suplementar o elemento de despesa criado no orçamento vigente 3.3.30.00.0.1.0110/175 com a seguinte classificação orçamentária:

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E URBANISMO

01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO  
2.044 MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO RÁDIO PATRULHA  
3.3.30.00.0.1.0110/175 Transferência a Estados e ao Distrito Federal R\$ 92.623,00  
TOTAL R\$ 92.623,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de dezembro de 2013.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

#### **Lei Nº 2.259/2013**

LEI Nº 2.259/2013 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

"AUTORIZA RECEBER EM DOAÇÃO COM ENCARGOS BEM QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber, por doação com encargos, do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, o seguinte bem:

01 MOTONIVELADORA MODELO 845B CABINE, MARCA CASE, PINTURA CASTANHO, COMBUSTÍVEL ÓLEO DIESEL, CHASSIS HBZN0845JDAF03053 Nº MOTOR 1157853.

Art. 2º. A doação é feita com encargos.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do município de Água Doce, inclusive as diretamente relacionadas com a transferência a registro do bem.

Art. 4º. As despesas decorrentes da presente doação correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Água Doce, 11 de dezembro de 2013.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

#### **Lei Nº 2.260/2013**

LEI Nº 2.260/2013 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

"AUTORIZA A BAIXA DE BEM PATRIMONIAL EM DESUSO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a baixa no Patrimônio do município do seguinte bem que, por sua natureza, utilidade e estado de conservação foi considerado em desuso:

- Ônibus Mercedes Benz OF 1318 equipado c/consultório médico e odontológico, Ano/92, MOD/92 branco 184 CV Placa ICE 0134 Chassi nº 9BM3840488NB945296.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de dezembro de 2013.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

#### **Lei Nº 2.261/2013**

LEI Nº 2.261/2013 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR PARCIALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente as seguintes dotações orçamentárias constantes do orçamento municipal vigente:

01 - PODER LEGISLATIVO

01 - CÂMARA DE VEREADORES

2001 - DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES P/ MANUTENÇÃO DO TRABALHO LEGISLATIVO

3.190/1 - Aplicações Diretas R\$ 1.862,00

3.390/3 - Aplicações Diretas R\$ 4.750,00

TOTAL R\$ 6.612,00

Art. 2º. Os valores anulados conforme artigo 1º desta Lei serão utilizados para suplementar o seguinte elemento de despesa:

01 - PODER LEGISLATIVO

01 - CÂMARA DE VEREADORES

2.001 - DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES P/ MANUTENÇÃO DO TRABALHO LEGISLATIVO

4.490/4 - Aplicações Diretas R\$ 6.612,00

TOTAL R\$ 6.612,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de dezembro de 2013.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

#### **Lei Nº 2.262/2013**

LEI Nº 2.262/2013 - DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER REVISÃO GERAL ANUAL AOS SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a revisão geral anual de que trata o artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, aos servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas, aos admitidos em caráter temporário, aos empregados públicos, aos Conselheiros Tutelares, às diárias, às funções gratificadas e funções de confiança.

Art. 2º. O percentual de revisão referido no artigo 1º desta Lei será de 4,72% (quatro vírgula setenta e dois por cento), o que corresponde à inflação registrada pelo IPC/FIPE, durante o período de novembro de 2012 a novembro de 2013.

Art. 3º. O disposto nesta Lei não se aplica aos subsídios dos agentes políticos.

Art. 4º. As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta do orçamento vigente em cada exercício financeiro.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 16 de dezembro de 2013.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 111/2013**

DECRETO Nº 111/2013 - DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.148 de 27 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.148, de 27 de novembro de 2012 um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 22.156,54 (vinte e dois mil cento e cinquenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção da merenda escolar, manutenção do departamento de trânsito e manutenção da Secretaria de Transportes e Infraestrutura Rural

Art. 2º. Ficam suplementados os elementos de despesas 3.3.90.00.0.1.0060/46, 4.4.90.00.0.1.0095/173 e 3.3.90.00.0.1.0095/128 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE  
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO  
12.306.0025.2.019 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR  
3.3.90.00.0.1.0060/46 Aplicações Diretas R\$ 746,54

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E URBANISMO  
01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO  
15.452.0047.2.045 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO  
4.4.90.00.0.1.0095/173 Aplicações Diretas R\$ 1.410,00

08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL  
01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES  
26.782.0055.2.050 MANUT.DA SEC.DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL  
3.3.90.00.0.1.0095/128 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00  
TOTAL R\$ 22.156,54

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação nas rubricas de recursos próprios e de repasse do FNDE \_ PNAE.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 06 de dezembro de 2013.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 112/2013**

DECRETO Nº 112/2013 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

"DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

DECRETA:

Art. 1º. Será considerado Ponto Facultativo nas Unidades de Saúde do Município nos dias 24 e 31 de dezembro de 2013 a partir das 11:30 horas, em virtude do feriado do dia de natal e primeiro de ano. Nos dias 23, 26, 27 e 30 de dezembro de 2013 e nos dias 02 e 03 de janeiro de 2014, atendimento das unidades de saúde, com revezamento de equipe.

Art. 2º. Será considerado ponto facultativo nas Secretarias de Administração e Fazenda, Agricultura, Indústria Comércio e Urbanismo, Transportes e Infra-estrutura Rural, Educação Cultura e Esportes, nos dias 24 e 31 de dezembro de 2013 a partir das 11:30 horas. Nas respectivas secretarias será considerado ponto facultativo com compensação de horário nos dias 23, 26, 27 e 30 de dezembro de 2014 e nos dias 02 e 03 de janeiro de 2014.

Art. 3º Fica a cargo de cada secretaria o controle de jornada e compensação de horas, dos colaboradores.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam - se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de dezembro de 2013.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 113/2013**

DECRETO Nº 113/2013 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

"ANULA PARCIALMENTE, TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.250, de 11 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.148, de 27 de novembro de 2012, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para o Fundo Municipal de Saúde de Água Doce.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para aplicação na Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Fica criado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.1.90.00.00.01.0095/48 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE  
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE  
10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
3.1.90.00.00.01.0095/48 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00  
TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica anulado parcialmente o seguinte elemento despesa vigente:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE  
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO  
12.361.0025.2.022 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR  
3.3.90.00.0.1.0095/57 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00  
TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de dezembro de 2013.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 114/2013**

DECRETO Nº 114/2013 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013  
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.251, de 11 de dezembro de 2013,

#### **DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.148, de 27 de novembro de 2012, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 56.500,00 (cinquenta e seis mil e quinhentos reais), para o Fundo Municipal de Saúde de Água Doce.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Fica suplementado o elemento de despesa 3.1.90.00.00.01.0095/48 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE  
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE  
10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
3.1.90.00.00.01.0095/48 Aplicações Diretas R\$ 56.500,00  
TOTAL R\$ 56.500,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o provável excesso de arrecadação nas rubricas de recursos próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de dezembro de 2013.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 115/2013**

DECRETO Nº 115/2013 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013  
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.253, de 11 de dezembro de 2013,

#### **DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto, no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.148 de 27 de novembro de 2012, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 34.166,00 (trinta e quatro mil e cento e sessenta e seis reais), para o Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Fica suplementado, no orçamento vigente, o elemento de despesa Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE  
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE  
10.301.0042.2.052 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SUS  
3.1.90.00.0.1.0064/8 Aplicações Diretas R\$ 34.166,00  
TOTAL R\$ 34.166,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o provável excesso de arrecadação verificado na rubrica: 0.1.0064 - Recursos PSF - 0.1.0064- Recursos Pacs - Agentes Comunitárias de Saúde e 0.1.0064 - Recursos - Saúde Bucal.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de dezembro de 2013.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 116/2013**

DECRETO Nº 116/2013 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013  
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, CRIA ELEMENTO DE DESPESA, ANULA TOTALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA CONSTANTE NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.258, de 11 de dezembro de 2013,

#### **DECRETA:**

Art. 1º. Fica anulada totalmente a seguinte dotação orçamentária constante do orçamento vigente:

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E URBANISMO  
01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO  
2.044 MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO RÁDIO PATRULHA  
3.3.90.00.0.1.0110/150 Aplicações Diretas R\$ 92.623,00  
TOTAL R\$ 92.623,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º deste Decreto será utilizado para suplementar o elemento de despesa criado no orçamento vigente 3.3.30.00.0.1.0110/175 com a seguinte classificação orçamentária:

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E URBANISMO  
01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO  
2.044 MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO RÁDIO PATRULHA  
3.3.30.00.0.1.0110/175 Transferência a Estados e ao Distrito Federal R\$ 92.623,00  
TOTAL R\$ 92.623,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.



Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de dezembro de 2013.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 117/2013**

DECRETO Nº 117/2013 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013  
"ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.261, de 11 de dezembro de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º. Ficam anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias constantes do orçamento municipal vigente:

01 - PODER LEGISLATIVO  
01 - CÂMARA DE VEREADORES  
2001 - DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES P/ MANUTENÇÃO DO TRABALHO LEGISLATIVO  
3.190/1 - Aplicações Diretas R\$ 1.862,00  
3.390/3 - Aplicações Diretas R\$ 4.750,00  
TOTAL R\$ 6.612,00

Art. 2º. Os valores anulados conforme artigo 1º deste Decreto serão utilizados para suplementar o seguinte elemento de despesa:

01 - PODER LEGISLATIVO  
01 - CÂMARA DE VEREADORES  
2.001 - DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES P/ MANUTENÇÃO DO TRABALHO LEGISLATIVO  
4.490/4 - Aplicações Diretas R\$ 6.612,00  
TOTAL R\$ 6.612,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de dezembro de 2013.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

**Alto Bela Vista**

**PREFEITURA****Aprova o Manual de Procedimentos Para Capacitação de Recursos Humanos e Registro de Certificados e Adotas Outras Providências.**

APROVA O MANUAL DE PROCEDIMENTOS PARA CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E REGISTRO DE CERTIFICADOS E ADOTAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1.º - Fica aprovado o "Manual de Procedimentos Para Capacitação de Recursos Humanos e Registro de Certificados" do Município de Alto Bela Vista (SC), parte integrante da presente Lei, na forma de Anexo Único.

Art. 2º - As despesas resultantes da execução da presente Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 09 de dezembro de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações

MANUAL DE PROCEDIMENTOS PARA CAPACITAÇÃO  
DE RECURSOS HUMANOS E REGISTRO DE CERTIFICADOS

ANEXO ÚNICO

MANUAL DE PROCEDIMENTOS PARA CAPACITAÇÃO  
DE RECURSOS HUMANOS E REGISTRO DE CERTIFICADOS

**01 – APRESENTAÇÃO**

A descentralização da política educacional por meio da estruturação dos sistemas municipais de ensino tem favorecido maior proximidade e influência política da comunidade escolar, especialistas, professores, servidores, funcionários, alunos e pais.

A Gerência Municipal de Educação cabe desenvolver tarefas de maior relevância para o desenvolvimento profissional dos professores, servidores e dos demais interessados em seu aperfeiçoamento.

No que se refere à formação profissional cabe à Gerência de Educação algumas responsabilidades:

- Cuidar dos aspectos relacionados à qualidade de atuação dos profissionais de sua rede, reavaliando constantemente as ações de formação nas escolas;

- Elaborar, coordenar, desenvolver programas de formação continuada de profissionais vinculados ao Município, difundindo propostas bem sucedidas realizadas nas escolas e nos diversos setores da Administração, planejando e organizando eventos que propiciem intercâmbio de informações e experiências;

- Promover parcerias com agências formadoras, associações de educadores, ONG's, e profissionais das mais diversas áreas para a implementação de ações interinstitucionais que favoreçam a formação de profissionais do Município;

- Favorecer a construção de uma cultura de desenvolvimento profissional permanente.

Para que as Gerências possam cumprir com eficiência é importante dispor de um departamento técnico responsável para elaborar, coordenar e implementar permanentemente programas de formação continuada, o qual deverá ser designado pelo Poder Público Municipal.

A elevação da qualidade da formação profissional é inadiável como a valorização e a reestruturação da carreira do magistério e da obtenção de resultados efetivos, precisos, competentes, rápidos e econômicos nos diversos setores da Administração. Não se pode exigir dos servidores um processo contínuo de formação sem associá-lo a uma carreira que estimule investimentos pessoais e que revertam em melhoria salarial.

É preciso que a formação dos servidores e mais especificamente dos professores contemple além de aspectos pessoais, resultados pedagógicos obtidos através de acompanhamento pela Gerência Municipal de Educação.

A iniciativa de investir em formação continuada pretende garantir as condições necessárias para que o servidor desenvolva-se profissionalmente, assumindo com autonomia o comando de seu trabalho e desta forma poderá oferecer condições necessárias para o desenvolvimento de suas atividades, atendendo às diferenças culturais, sociais e individuais de seus colegas, alunos e da população

em geral.

A proposta deste documento está baseada no REFERENCIAL PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES – SEF/MEC que tem como pressupostos:

- Os servidores públicos em geral, em especial o professor exercem uma atividade profissional de natureza pública, que tem dimensão coletiva e pessoal, implicando simultaneamente autonomia e responsabilidade.
- O desenvolvimento profissional permanente e continuado é necessidade intrínseca a sua atuação e, por isso, um direito de todos os servidores e em especial do professor já que:
- A atuação do professor tem dimensão principal na docência, mas não se restringe a ela: inclui também a participação no projeto educativo e curricular da escola, a produção de conhecimento pedagógico e a participação na comunidade educacional.
- O necessário compromisso com o sucesso das aprendizagens de todos os alunos nas escolas de educação infantil e do ensino fundamental exige que o professor considere suas diferenças culturais, sociais e pessoais e que, sob hipótese nenhuma, as reafirme como causa de desigualdade ou exclusão.
- O desenvolvimento de competências profissionais, exige metodologias pautadas na articulação teórico-prática, na resolução de situações-problema e na reflexão sobre a atuação profissional.
- A organização e funcionamento das instituições de formação de servidores são elementos essenciais para o desenvolvimento da cultura profissional que pretende afirmar.

## 02 – OBJETIVO DO DOCUMENTO

- Orientar a elaboração e programação das ações de capacitação de recursos humanos;
- Estabelecer procedimentos operacionais para definição e execução das ações de capacitações de recursos humanos;
- Estabelecer critérios para a expedição e registro de certificados.

## 03 – EVENTOS

### Presencial e/ou a Distância

O termo “evento” compreende as diversas modalidades de acontecimentos ou ocorrências na área da Capacitação de Recursos Humanos. São eventos passíveis de homologação: Treinamentos, Cursos, Fóruns, Congresso, Seminários, Simpósios, Encontros, Jornadas, Oficinas, Programas de Formação Continuada.

### 3.1 – Modalidades de Eventos

#### Treinamento

É a educação institucionalizada ou não, que visa capacitar o profissional para o exercício de determinada função ou execução de tarefa específica em determinada organização. Seus objetivos são restritos e imediatos, possibilitando uma maior qualificação.

#### Curso

É a unidade básica que objetiva a preparação do indivíduo para o conhecimento ou capacitação em determinado assunto técnico, dando condições para executar suas atividades com qualidade e produtividade.

#### Fórum

O especialista ou autoridade apresenta um assunto ou problema (previamente estabelecido), seguido de debate (informal) pela plenária, com o objetivo de possibilitar a expressão livre de ideias e pontos de vista, para se chegar a um denominador comum.

#### Congresso

É um evento com a combinação de várias modalidades, podendo ser realizado simultaneamente em locais diferentes.

Ex: Seminários, Simpósios, Palestra, etc. para discutir tema de interesse comum de sua categoria e apresentar conclusões e recomendações a respeito, que serão contidas em documento final.

#### Seminário

Estudo e debate, em grupos de trabalho, de temas específicos, previamente definidos, de interesse de determinada classe.

#### Simpósio

Um grupo de pessoas versadas em determinado ramo de conhecimento, especialmente convidadas para expor temas de sua especialidade, cada qual apresentado por uma parte ou focalizando pontos de vista diferentes e discutidos pelos especialistas, visando a participação ativa ou não da plenária.

#### Encontro

Destina-se ao intercâmbio de experiências entre profissionais de uma mesma área, podendo ser utilizados vários tipos de apresentações de conteúdo.

#### Jornada

É uma reunião de pessoas com interesses comuns sobre um determinado tema, com apresentação sucessiva de trabalhos concluídos, podendo intercalar comentários e debates dos participantes.

#### Oficinas (Workshops)

É um processo de educação participativa, dinâmica, teórico-prática, intuitiva, não linear, que permita a construção do saber em conjunto, aliando vivências e experiências passadas ao processo atual e na construção de um novo saber.

#### Formação Continuada

É um espaço onde os profissionais do Município, com o auxílio de um formador desenvolvem estudos e práticas, de forma continuada, com certa periodicidade, utilizando este momento como subsídio à prática de suas atividades na administração e no exercício de sua função, envolvendo estudos nas modalidades presenciais e a distância.

#### Meios utilizados para a realização dos eventos à distância:

##### Teleconferência

Trata-se de palestras, conferências, aulas, transmitidas em tempo real, via satélite, recepção por antena parabólica. A interatividade pode ser através do telefone, fax e internet. Podem ser agregadas imagens pré-produzidas em vídeo ou computador. Exige um planejamento minucioso e recepção organizada.

##### Vídeo Conferência

É um meio telemático interativo que possibilita sons e imagens simultâneas entre os alunos e os professores, um vendo o outro ou então, em várias salas, possibilitando a interação (multiponto). A transmissão é por link de satélite, fibra ótica, por telefone de cobre, ou link de microondas.

Pode-se usar simultaneamente os periféricos: Câmera de documentos, vídeo, caneta eletrônica, computador ou internet. Exige capacitação do profissional para usar adequadamente todos os recursos e pode ser utilizada para reuniões, conferências, aulas, palestras, etc...

##### Internet

Rede formada entre computadores situados em locais diferentes, conectados através de um modem que se liga por uma linha telefônica. Sua principal característica é o acesso e transmissão de grande volume de informações e dados, além da rapidez na transferência dos mesmos. Através da internet pessoas podem se comunicar em tempo real, estando elas dispersas geograficamente. Através da rede são disponibilizados os serviços de correio eletrônico, lista de discussão, IRCs, www e outros. A utilização deste meio pode-se dar em diferentes modalidades de eventos, exigindo um planejamento que integre o potencial humano e os recursos tecnológicos aos objetivos e necessidades previamente definidos para com a clientela.

### 3.2 – Tipos de Eventos

#### Formação

Processo de desenvolvimento do indivíduo, objetivando qualificá-lo profissionalmente.

#### Atualização

Processo que visa atualizar os conhecimentos e/ou habilidades, ou simplesmente revisar informações referentes às inovações técnicas e/ou pedagógicas surgidas na área de atuação do profissional.

#### Aperfeiçoamento

Consiste no preparo de pessoal experiente das instituições, visando a ampliação ou a aquisição de conhecimentos teóricos e desenvolvimento de novas técnicas e métodos de trabalho, resultando na melhoria de seu desempenho profissional.

### 3.3 – Estratégias para o Desenvolvimento do Evento

#### Regime de Funcionamento

##### a) Carga Horária do Evento:

Cada curso deverá ter no mínimo 20 horas.

Os cursos com 40 horas ou mais, poderão ser desenvolvidos sob regime de períodos alternados, porém, sem que nenhum dos períodos impliquem em carga horária inferior a 8 horas.

Todo curso deverá ter carga horária diária mínima de 4 horas e máxima de 8 horas;

As demais modalidades de eventos serão analisadas e aprovadas conforme a apresentação de projeto.

##### b) Etapas: Partes de curso para um mesmo cursista.

Número de etapas;

Temas ministrados em cada etapa.

##### c) Pólos

Um curso com o mesmo tema, realizado em diversos locais.

##### d) Turmas

Número de participantes por turma, máximo 40.

Quando se tratar de cursos de 20 horas pode-se utilizar 4 horas para palestras com todos os participantes. As outras 16 horas deverão ser realizadas em turmas de até 40 cursistas.

Quando se tratar de um curso de 40 horas ou mais, pode-se utilizar até 8 horas para palestras com todos os participantes. As outras 32 horas deverão ser utilizadas em turmas de até 40 cursistas.

#### Agenda – Curso

Data de horário de cada atividade;

Se for em etapas, apresentar a agenda de cada etapa;

Tema e docente por etapa;

#### Avaliação

##### a) Cursos:

Avaliação do curso pelo cursista e avaliação do curso pelo ministrante.

##### b)Cursista:

Avaliação do cursista pela Gerência Municipal de Educação e Unidade Escolar conforme o caso;

### 3.4 – Características do Evento

#### Centralizados

Os cursos centralizados têm por objetivo capacitar os profissionais que atuam nas diversas Gerências do Município, nas áreas consideradas prioritárias. Estes cursos são programados e coordenados pela Gerência Municipal de Educação.

#### Descentralizados

Os cursos descentralizados têm por objetivo capacitar profissionais que atuam nas diversas Gerências do Município com especial atenção à Gerência Municipal de Educação e Escolas, nas áreas consideradas prioritárias. Estas prioridades devem ser estabelecidas através do Projeto Político Pedagógico e podem ser vinculados à Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC), SED, MEC e outros órgãos oficiais.

## 04 – ELABORAÇÃO DE PROJETOS

#### Critérios para elaboração de projetos

a) Que as propostas dos cursos estejam em consonância com a política de formação do município e no plano de ação da Gerência Municipal de Educação;

b) Que os cursos propostos estejam estruturados segundo as orientações emitidas neste documento e ao mesmo tempo, atendam as áreas consideradas prioritárias a partir do Projeto Político Pedagógico da Escola e da necessidade observada em cada Gerência do Município.

#### Justificativa

A justificativa, por curso, deverá compreender:

a) Diagnose: Envolve levantamento, análise e interpretação de dados e de informações existentes, de modo a configurar os problemas-chaves, as deficiências, os entraves na área de Recursos Humanos. É a descrição da problemática. É a situação real.

b) Prognose: Envolve a estimativa do que se quer alcançar. Deverá evidenciar as alterações desejáveis, isto é, ser delineada uma realidade que se deseja atingir a curto ou médio prazo. É a situação desejável (o que se quer).

c) Solução proposta: Considerando a "situação real" e a "situação desejável" deverá ser proposta uma ação para a parte do problema (estimar o percentual) ou o problema todo. Em outras palavras, aqui se descreve em linhas gerais, a ação a ser desenvolvida para a solução parcial ou total da problemática levantada (como se quer).

#### Objetivos

a) Geral: Deverá explicar de modo amplo, os fins que se deseja alcançar na área em que o curso se inserir. O objetivo geral se insere e deriva da prognose: é o amplo desejável.

b) Específico: Deverá descrever o que se quer alcançar com o proposto pelo curso, ou qual a mudança desejada, ou quais resultados, sem entrar no campo da quantificação.

#### Metas

As metas deverão identificar a clientela que participará do evento:

a) Número total de participantes;

b) Especificar a quantidade por rede de ensino (federal, estadual, municipal) ou por Gerência;

c) Identificar a área de atuação dos participantes;

d) Critérios de participação do evento.

## 05 – PROCEDIMENTOS PARA EXECUÇÃO DO EVENTO

#### Coordenação do trabalho

Caberá a Gerência Municipal de Educação atribuir a um de seus técnicos do setor de ensino a responsabilidade de coordenar os trabalhos de Capacitação de Recursos Humanos de forma integrada. Esta Coordenação deve buscar:

a) Que a execução do evento se dê conforme o estabelecido oficialmente – projeto e cronograma;

b) Que os relatórios e/ou prestações de contas se dêem rigorosamente nos prazos legais;

c) Que a avaliação dos participantes e do curso se efetivem com vistas a se garantir a repercussão das ações na melhoria da qualidade de ensino e do serviço prestado no Município por seus servidores;

Para se obter o desempenho esperado de cada evento, deverá ser previsto espaço físico adequado e material de consumo e pedagógico para o curso e para o cursista;

#### Cronograma

Cada evento compreende dois momentos:

##### a) Preparação:

- Autorização da autoridade competente;

- Preparação ou reserva do local do evento;

- Confirmação dos docentes;
- Elaboração e expedição do Termo de Convocação, com critérios de participação;
- Preparação do material do curso e do cursista;
- Inscrição do cursista;
- Ressarcimento de despesas, quando necessárias;
- Providências quanto ao meio de transporte (passagem, locação, carro oficial).

## b) Execução:

- Realização do evento;
- Frequência e avaliação do evento;
- Despesas com suporte técnico;
- Ressarcimento de despesas a quem de direito;
- Elaboração do relatório técnico-pedagógico;
- Entrega dos certificados;
- Montagem e entrega da prestação de contas ao Gerente Municipal de Educação.

## 06 – PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

- Elaborar o projeto de curso de acordo com o modelo anexo;
- Após a realização do evento, elaborar o relatório técnico pedagógico;
- Cabe ao coordenador do curso ou seminário, a entrega dos certificados aos participantes.

## Frequência

A frequência obrigatória nos cursos será de 100% (cem por cento).

Será permitida ausência de até 20% (vinte por cento) em casos de doença que impeçam a participação do cursista ou ainda, justificativa fundamentada e comprovada submetida à coordenação do evento.

## Certificado

Será expedido certificado através da Gerência Municipal de Educação, a todo o participante que obtiver frequência exigida para cursos e apresentar todos os trabalhos exigidos.

Ao docente, consultor, conferencista e coordenador técnico pedagógico, serão expedidos certificados, constando o tema e a carga horária trabalhada.

Os certificados deverão apresentar modelo padrão da Gerência Municipal de Educação nos quais deverão constar:

- Título do curso;
- Agência executora;
- Período de execução;
- Carga horária do curso;
- Conteúdo programático;
- Frequência do cursista;
- Registro na Gerência Municipal de Educação.

A Gerência Municipal de Educação deverá elaborar um sistema de registro dos certificados e arquivamento dos projetos e relatórios dos cursos ministrados.

Ao término de cada curso deverá a Gerência Municipal de Educação encaminhar uma via do projeto e relatório para conhecimento do Conselho Municipal de Educação e para o Gerente de cada uma das Gerências envolvidas na capacitação.

## Recursos Financeiros

Em cada evento poderão ser previstos recursos para:

- Material de consumo;
- Outros serviços e encargos;
- Ressarcimento de despesas;
- Passagens.

## ROTEIROS DE PROJETOS DE CURSO

## 1. IDENTIFICAÇÃO

- Nome do Evento:

- Profissionais envolvidos;
- Local e realização do evento;
- Carga horária do evento;
- Período de realização;
- Órgão Proponente;
- Órgão executor;
- Coordenação do evento;
- Fonte financeira;
- Custo do Evento.

## 2. JUSTIFICATIVA

## 3. OBJETIVOS

- Geral:
- Específico:

## 4. METAS

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES DECORRENTES DOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO EXCLUSIVO PARA A EDUCAÇÃO

Escola\_\_\_\_\_

Nome dos educadores capacitados\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Curso\_\_\_\_\_

Áreas de atuação\_\_\_\_\_

Carga horária total\_\_\_\_\_

Atividades pedagógicas decorrentes dos cursos de capacitação, desenvolvidas entre os professores capacitados.

Em relação às ações dos professores com os alunos, o que melhorou no cotidiano do trabalho da escola em decorrência do curso de capacitação:

- com relação ao grupo de alunos;
  - com relação aos encaminhamentos da dinâmica em sala de aula;
  - com relação à organização do espaço físico na sala de aula.
- Pontos positivos/pontos negativos/sugestões;

( Assinaturas dos participantes)

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES DECORRENTES DOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO

Gerência\_\_\_\_\_

Nome dos servidores capacitados\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Curso\_\_\_\_\_

Áreas de atuação\_\_\_\_\_

Carga horária total\_\_\_\_\_

Atividades decorrentes dos cursos de capacitação, desenvolvidas entre os servidores capacitados.

Em relação às ações dos servidores com a população em geral e sua chefia imediata, o que melhorou no cotidiano do trabalho do





**INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO**

Evento: \_\_\_\_\_  
 Realização \_\_\_\_\_  
 Local: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_

Legenda: Ótimo(O) Bom (B) Regular(R) Péssimo(P)

**1 – ASPECTOS ADMINISTRATIVOS:**

Descrição	O	B	R	P	Outros comentários
Divulgação do curso/ Organização					
Carga Horária					
Integração entre os participantes					
Atendimento da coordenação					
Condições de alimentação					
Condições do Espaço Físico					

**2 – ASPECTOS PEDAGÓGICOS:**

Descrição	O	B	R	P	Outros comentários
Objetivo do curso					
Material didático utilizado					
Relação docente X Cursista					
Metodologia utilizada					
Coerência dos conteúdos com proposta do Evento					
Conteúdos ministrados					

**3 – AVALIAÇÃO DOCENTE**

Nome do Docente	O	B	R	P	Outros comentários

**4. OBSERVAÇÕES**


---



---



---

**FICHA DA COORDENAÇÃO**

Evento \_\_\_\_\_

Realização \_\_\_\_\_

Local \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_

**DADOS PESSOAIS**

Nome completo \_\_\_\_\_

Função \_\_\_\_\_

Gerência \_\_\_\_\_

Data de nascimento \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Município \_\_\_\_\_

Estado \_\_\_\_\_ R.G. \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_

Email \_\_\_\_\_

**DEMAIS INFORMAÇÕES**

Carga Horária do Evento \_\_\_\_\_

**FICHA DO DOCENTE**

Evento \_\_\_\_\_

Realização \_\_\_\_\_

Local \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_

**DADOS PESSOAIS**

Nome completo \_\_\_\_\_

Habilitação \_\_\_\_\_

Data de nascimento \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Município \_\_\_\_\_

Estado \_\_\_\_\_ C.I. \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_

Email \_\_\_\_\_

**DEMAIS INFORMAÇÕES**

TEMA MINISTRADO	CARGA HORÁRIA

**FICHA DE INSCRIÇÃO**

Evento \_\_\_\_\_

Nome do Participante \_\_\_\_\_  
 (Escreva seu nome sem abreviações, em letra de forma legível)

Carteira de Identidade \_\_\_\_\_ Data de nascimento \_\_\_\_\_

Naturalidade \_\_\_\_\_

CPF \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_

Email \_\_\_\_\_

Telefone \_\_\_\_\_

Local de Trabalho \_\_\_\_\_

Função \_\_\_\_\_

Situação Funcional \_\_\_\_\_

Formação Profissional \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Participante



trabalho e desta forma poderá oferecer condições necessárias para o desenvolvimento de suas atividades, atendendo às diferenças culturais, sociais e individuais de seus colegas, alunos e da população em geral.

A proposta deste documento está baseada no REFERENCIAL PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES – SEF/MEC que tem como pressupostos:

- Os servidores públicos em geral, em especial o professor exercem uma atividade profissional de natureza pública, que tem dimensão coletiva e pessoal, implicando simultaneamente autonomia e responsabilidade.
- O desenvolvimento profissional permanente e continuado é necessidade intrínseca a sua atuação e, por isso, um direito de todos os servidores e em especial do professor já que:
- A atuação do professor tem dimensão principal na docência, mas não se restringe a ela: inclui também a participação no projeto educativo e curricular da escola, a produção de conhecimento pedagógico e a participação na comunidade educacional.
- O necessário compromisso com o sucesso das aprendizagens de todos os alunos nas escolas de educação infantil e do ensino fundamental exige que o professor considere suas diferenças culturais, sociais e pessoais e que, sob hipótese nenhuma, as reafirme como causa de desigualdade ou exclusão.
- O desenvolvimento de competências profissionais, exige metodologias pautadas na articulação teórico-prática, na resolução de situações-problema e na reflexão sobre a atuação profissional.
- A organização e funcionamento das instituições de formação de servidores são elementos essenciais para o desenvolvimento da cultura profissional que pretende afirmar.

## 02 – OBJETIVO DO DOCUMENTO

- Orientar a elaboração e programação das ações de capacitação de recursos humanos;
- Estabelecer procedimentos operacionais para definição e execução das ações de capacitações de recursos humanos;
- Estabelecer critérios para a expedição e registro de certificados.

## 03 – EVENTOS

### Presencial e/ou a Distância

O termo “evento” compreende as diversas modalidades de acontecimentos ou ocorrências na área da Capacitação de Recursos Humanos. São eventos passíveis de homologação: Treinamentos, Cursos, Fóruns, Congresso, Seminários, Simpósios, Encontros, Jornadas, Oficinas, Programas de Formação Continuada.

### 3.1 – Modalidades de Eventos

#### Treinamento

É a educação institucionalizada ou não, que visa capacitar o profissional para o exercício de determinada função ou execução de tarefa específica em determinada organização. Seus objetivos são restritos e imediatos, possibilitando uma maior qualificação.

#### Curso

É a unidade básica que objetiva a preparação do indivíduo para o conhecimento ou capacitação em determinado assunto técnico, dando condições para executar suas atividades com qualidade e produtividade.

#### Fórum

O especialista ou autoridade apresenta um assunto ou problema (previamente estabelecido), seguido de debate (informal) pela plenária, com o objetivo de possibilitar a expressão livre de ideias e pontos de vista, para se chegar a um denominador comum.

#### Congresso

É um evento com a combinação de várias modalidades, podendo ser realizado simultaneamente em locais diferentes.

Ex: Seminários, Simpósios, Palestra, etc. para discutir tema de interesse comum de sua categoria e apresentar conclusões e recomendações a respeito, que serão contidas em documento final.

#### Seminário

Estudo e debate, em grupos de trabalho, de temas específicos, previamente definidos, de interesse de determinada classe.

#### Simpósio

Um grupo de pessoas versadas em determinado ramo de conhecimento, especialmente convidadas para expor temas de sua especialidade, cada qual apresentado por uma parte ou focalizando pontos de vista diferentes e discutidos pelos especialistas, visando a participação ativa ou não da plenária.

#### Encontro

Destina-se ao intercâmbio de experiências entre profissionais de uma mesma área, podendo ser utilizados vários tipos de apresentações de conteúdo.

#### Jornada

É uma reunião de pessoas com interesses comuns sobre um determinado tema, com apresentação sucessiva de trabalhos concluídos, podendo intercalar comentários e debates dos participantes.

#### Oficinas (Workshops)

É um processo de educação participativa, dinâmica, teórico-prática, intuitiva, não linear, que permita a construção do saber em conjunto, aliando vivências e experiências passadas ao processo atual e na construção de um novo saber.

#### Formação Continuada

É um espaço onde os profissionais do Município, com o auxílio de um formador desenvolvem estudos e práticas, de forma continuada, com certa periodicidade, utilizando este momento como subsídio à prática de suas atividades na administração e no exercício de sua função, envolvendo estudos nas modalidades presenciais e a distância.

Meios utilizados para a realização dos eventos à distância:

#### Teleconferência

Trata-se de palestras, conferências, aulas, transmitidas em tempo real, via satélite, recepção por antena parabólica. A interatividade pode ser através do telefone, fax e internet. Podem ser agregadas imagens pré-produzidas em vídeo ou computador. Exige um planejamento minucioso e recepção organizada.

#### Vídeo Conferência

É um meio telemático interativo que possibilita sons e imagens simultâneas entre os alunos e os professores, um vendo o outro ou então, em várias salas, possibilitando a interação (multiponto). A transmissão é por link de satélite, fibra ótica, por telefone de cobre, ou link de microondas.

Pode-se usar simultaneamente os periféricos: Câmera de documentos, vídeo, caneta eletrônica, computador ou internet. Exige capacitação do profissional para usar adequadamente todos os recursos e pode ser utilizada para reuniões, conferências, aulas, palestras, etc...

#### Internet

Rede formada entre computadores situados em locais diferentes, conectados através de um modem que se liga por uma linha telefônica. Sua principal característica é o acesso e transmissão de grande volume de informações e dados, além da rapidez na transferência dos mesmos. Através da internet pessoas podem se comunicar em tempo real, estando elas dispersas geograficamente. Através da rede são disponibilizados os serviços de correio eletrônico, lista de discussão, IRCs, www e outros. A utilização deste meio pode-se dar em diferentes modalidades de eventos, exigindo



um planejamento que integre o potencial humano e os recursos tecnológicos aos objetivos e necessidades previamente definidos para com a clientela.

### 3.2 – Tipos de Eventos

#### Formação

Processo de desenvolvimento do indivíduo, objetivando qualificá-lo profissionalmente.

#### Atualização

Processo que visa atualizar os conhecimentos e/ou habilidades, ou simplesmente revisar informações referentes às inovações técnicas e/ou pedagógicas surgidas na área de atuação do profissional.

#### Aperfeiçoamento

Consiste no preparo de pessoal experiente das instituições, visando a ampliação ou a aquisição de conhecimentos teóricos e desenvolvimento de novas técnicas e métodos de trabalho, resultando na melhoria de seu desempenho profissional.

### 3.3 – Estratégias para o Desenvolvimento do Evento

#### Regime de Funcionamento

##### a) Carga Horária do Evento:

Cada curso deverá ter no mínimo 20 horas.

Os cursos com 40 horas ou mais, poderão ser desenvolvidos sob regime de períodos alternados, porém, sem que nenhum dos períodos impliquem em carga horária inferior a 8 horas.

Todo curso deverá ter carga horária diária mínima de 4 horas e máxima de 8 horas;

As demais modalidades de eventos serão analisadas e aprovadas conforme a apresentação de projeto.

##### b) Etapas: Partes de curso para um mesmo cursista.

Número de etapas;

Temas ministrados em cada etapa.

##### c) Pólos

Um curso com o mesmo tema, realizado em diversos locais.

##### d) Turmas

Número de participantes por turma, máximo 40.

Quando se tratar de cursos de 20 horas pode-se utilizar 4 horas para palestras com todos os participantes. As outras 16 horas deverão ser realizadas em turmas de até 40 cursistas.

Quando se tratar de um curso de 40 horas ou mais, pode-se utilizar até 8 horas para palestras com todos os participantes. As outras 32 horas deverão ser utilizadas em turmas de até 40 cursistas.

#### Agenda – Curso

Data de horário de cada atividade;

Se for em etapas, apresentar a agenda de cada etapa;

Tema e docente por etapa;

#### Avaliação

##### a) Cursos:

Avaliação do curso pelo cursista e avaliação do curso pelo ministrante.

##### b) Cursista:

Avaliação do cursista pela Gerência Municipal de Educação e Unidade Escolar conforme o caso;

### 3.4 – Características do Evento

#### Centralizados

Os cursos centralizados têm por objetivo capacitar os profissionais que atuam nas diversas Gerências do Município, nas áreas consideradas prioritárias. Estes cursos são programados e coordenados pela Gerência Municipal de Educação.

#### Descentralizados

Os cursos descentralizados têm por objetivo capacitar profissionais que atuam nas diversas Gerências do Município com especial atenção à Gerência Municipal de Educação e Escolas, nas áreas consideradas prioritárias. Estas prioridades devem ser estabelecidas através do Projeto Político Pedagógico e podem ser vinculados à Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense(

AMAUC), SED, MEC e outros órgãos oficiais.

## 04 – ELABORAÇÃO DE PROJETOS

### Critérios para elaboração de projetos

a) Que as propostas dos cursos estejam em consonância com a política de formação do município e no plano de ação da Gerência Municipal de Educação;

b) Que os cursos propostos estejam estruturados segundo as orientações emitidas neste documento e ao mesmo tempo, atendam as áreas consideradas prioritárias a partir do Projeto Político Pedagógico da Escola e da necessidade observada em cada Gerência do Município.

### Justificativa

A justificativa, por curso, deverá compreender:

a) Diagnóstico: Envolve levantamento, análise e interpretação de dados e de informações existentes, de modo a configurar os problemas-chaves, as deficiências, os entraves na área de Recursos Humanos. É a descrição da problemática. É a situação real.

b) Prognose: Envolve a estimativa do que se quer alcançar. Deverá evidenciar as alterações desejáveis, isto é, ser delineada uma realidade que se deseja atingir a curto ou médio prazo. É a situação desejável (o que se quer).

c) Solução proposta: Considerando a "situação real" e a "situação desejável" deverá ser proposta uma ação para a parte do problema (estimar o percentual) ou o problema todo. Em outras palavras, aqui se descreve em linhas gerais, a ação a ser desenvolvida para a solução parcial ou total da problemática levantada (como se quer).

### Objetivos

a) Geral: Deverá explicar de modo amplo, os fins que se deseja alcançar na área em que o curso se inserir. O objetivo geral se insere e deriva da prognose: é o amplo desejável.

b) Específico: Deverá descrever o que se quer alcançar com o proposto pelo curso, ou qual a mudança desejada, ou quais resultados, sem entrar no campo da quantificação.

### Metas

As metas deverão identificar a clientela que participará do evento:

a) Número total de participantes;

b) Especificar a quantidade por rede de ensino (federal, estadual, municipal) ou por Gerência;

c) Identificar a área de atuação dos participantes;

d) Critérios de participação do evento.

## 05 – PROCEDIMENTOS PARA EXECUÇÃO DO EVENTO

### Coordenação do trabalho

Caberá a Gerência Municipal de Educação atribuir a um de seus técnicos do setor de ensino a responsabilidade de coordenar os trabalhos de Capacitação de Recursos Humanos de forma integrada. Esta Coordenação deve buscar:

a) Que a execução do evento se dê conforme o estabelecido oficialmente – projeto e cronograma;

b) Que os relatórios e/ou prestações de contas se dêem rigorosamente nos prazos legais;

c) Que a avaliação dos participantes e do curso se efetivem com vistas a se garantir a repercussão das ações na melhoria da qualidade de ensino e do serviço prestado no Município por seus servidores;

Para se obter o desempenho esperado de cada evento, deverá ser previsto espaço físico adequado e material de consumo e pedagógico para o curso e para o cursista;

### Cronograma

Cada evento compreende dois momentos:

a) Preparação:

- Autorização da autoridade competente;
- Preparação ou reserva do local do evento;
- Confirmação dos docentes;
- Elaboração e expedição do Termo de Convocação, com critérios de participação;
- Preparação do material do curso e do cursista;
- Inscrição do cursista;
- Ressarcimento de despesas, quando necessárias;
- Providências quanto ao meio de transporte (passagem, locação, carro oficial).
- b) Execução:
  - Realização do evento;
  - Frequência e avaliação do evento;
  - Despesas com suporte técnico;
  - Ressarcimento de despesas a quem de direito;
  - Elaboração do relatório técnico-pedagógico;
  - Entrega dos certificados;
  - Montagem e entrega da prestação de contas ao Gerente Municipal de Educação.

#### 06 – PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

- Elaborar o projeto de curso de acordo com o modelo anexo;
- Após a realização do evento, elaborar o relatório técnico pedagógico;
- Cabe ao coordenador do curso ou seminário, a entrega dos certificados aos participantes.

##### Frequência

A frequência obrigatória nos cursos será de 100% (cem por cento).

Será permitida ausência de até 20% (vinte por cento) em casos de doença que impeçam a participação do cursista ou ainda, justificativa fundamentada e comprovada submetida à coordenação do evento.

##### Certificado

Será expedido certificado através da Gerência Municipal de Educação, a todo o participante que obtiver frequência exigida para cursos e apresentar todos os trabalhos exigidos.

Ao docente, consultor, conferencista e coordenador técnico pedagógico, serão expedidos certificados, constando o tema e a carga horária trabalhada.

Os certificados deverão apresentar modelo padrão da Gerência Municipal de Educação nos quais deverão constar:

- a) Título do curso;
- b) Agência executora;
- c) Período de execução;
- d) Carga horária do curso;
- e) Conteúdo programático;
- f) Frequência do cursista;
- g) Registro na Gerência Municipal de Educação.

A Gerência Municipal de Educação deverá elaborar um sistema de registro dos certificados e arquivamento dos projetos e relatórios dos cursos ministrados.

Ao término de cada curso deverá a Gerência Municipal de Educação encaminhar uma via do projeto e relatório para conhecimento do Conselho Municipal de Educação e para o Gerente de cada uma das Gerências envolvidas na capacitação.

##### Recursos Financeiros

Em cada evento poderão ser previstos recursos para:

- Material de consumo;
- Outros serviços e encargos;
- Ressarcimento de despesas;
- Passagens.

#### ROTEIROS DE PROJETOS DE CURSO

##### 1. IDENTIFICAÇÃO

- Nome do Evento:
- Profissionais envolvidos:
- Local e realização do evento:
- Carga horária do evento:
- Período de realização:
- Órgão Proponente:
- Órgão executor:
- Coordenação do evento:
- Fonte financeira:
- Custo do Evento.

##### 2. JUSTIFICATIVA

##### 3. OBJETIVOS

- Geral:
- Específico:

##### 4. METAS

#### RELATÓRIO DE ATIVIDADES DECORRENTES DOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO EXCLUSIVO PARA A EDUCAÇÃO

Escola \_\_\_\_\_

Nome dos educadores capacitados \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Curso \_\_\_\_\_

Áreas de atuação \_\_\_\_\_

Carga horária total \_\_\_\_\_

Atividades pedagógicas decorrentes dos cursos de capacitação, desenvolvidas entre os professores capacitados.

Em relação às ações dos professores com os alunos, o que melhorou no cotidiano do trabalho da escola em decorrência do curso de capacitação:

- com relação ao grupo de alunos;
  - com relação aos encaminhamentos da dinâmica em sala de aula;
  - com relação à organização do espaço físico na sala de aula.
- Pontos positivos/pontos negativos/sugestões;

( Assinaturas dos participantes)

#### RELATÓRIO DE ATIVIDADES DECORRENTES DOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO

Gerência \_\_\_\_\_

Nome dos servidores capacitados \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Curso \_\_\_\_\_

Áreas de atuação \_\_\_\_\_

Carga horária total \_\_\_\_\_

Atividades decorrentes dos cursos de capacitação, desenvolvidas entre os servidores capacitados.



**INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO**

Evento: \_\_\_\_\_

Realização \_\_\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_

Legenda: Ótimo(O) Bom (B) Regular(R) Péssimo(P)

**1 – ASPECTOS ADMINISTRATIVOS:**

Descrição	O	B	R	P	Outros comentários
Divulgação do curso/ Organização					
Carga Horária					
Integração entre os participantes					
Atendimento da coordenação					
Condições de alimentação					
Condições do Espaço Físico					

**2 – ASPECTOS PEDAGÓGICOS:**

Descrição	O	B	R	P	Outros comentários
Objetivo do curso					
Material didático utilizado					
Relação docente X Cursista					
Metodologia utilizada					
Coerência dos conteúdos com proposta do Evento					
Conteúdos ministrados					

**3 – AVALIAÇÃO DOCENTE**

Nome do Docente	O	B	R	P	Outros comentários

**4. OBSERVAÇÕES****FICHA DA COORDENAÇÃO**

Evento \_\_\_\_\_

Realização \_\_\_\_\_

Local \_\_\_\_\_

Cidade \_\_\_\_\_

**DADOS PESSOAIS**

Nome completo \_\_\_\_\_

Função \_\_\_\_\_

Gerência \_\_\_\_\_

Data de nascimento \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Município \_\_\_\_\_

Estado \_\_\_\_\_ R.G. \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_

Email \_\_\_\_\_

**DEMAIS INFORMAÇÕES**

Carga Horária do Evento \_\_\_\_\_

**FICHA DO DOCENTE**

Evento \_\_\_\_\_ Realização \_\_\_\_\_

Local \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_

**DADOS PESSOAIS**

Nome completo \_\_\_\_\_

Habilitação \_\_\_\_\_

Data de nascimento \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Município \_\_\_\_\_

Estado \_\_\_\_\_ C.I. \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_

Email \_\_\_\_\_

**DEMAIS INFORMAÇÕES**

TEMA MINISTRADO	CARGA HORÁRIA

**FICHA DE INSCRIÇÃO**

Evento \_\_\_\_\_

Nome do Participante \_\_\_\_\_  
(Escreva seu nome sem abreviações, em letra de forma legível)

Carteira de Identidade \_\_\_\_\_

Data de nascimento \_\_\_\_\_

Naturalidade \_\_\_\_\_

CPF \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_

Email \_\_\_\_\_

Telefone \_\_\_\_\_

Local de Trabalho \_\_\_\_\_

Função \_\_\_\_\_

Situação Funcional \_\_\_\_\_

Formação Profissional \_\_\_\_\_

Assinatura do Participante



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA  
GERÊNCIA MUNICIPAL DE \_\_\_\_\_  
LEI MUNICIPAL Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

# CERTIFICADO

Certificamos que \_\_\_\_\_

CI nº \_\_\_\_\_,  
CPF nº \_\_\_\_\_, nascido (a) em \_\_\_\_\_  
de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_,  
participou do \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, rea-  
lizado no período de \_\_\_\_\_ à \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_,  
com duração de \_\_\_\_\_ horas aula, promovido pela \_\_\_\_\_.

Alto Bela Vista-SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Gerência Municipal de Educação  
Cursista

Evento \_\_\_\_\_

Nome do (a) Cursista: \_\_\_\_\_

DATA	TEMAS	CARGA HORÁRIA	MINISTRANTES	FREQÜÊNCIA

Certificado Registrado sob nº \_\_\_\_\_,  
livro nº \_\_\_\_\_ Fls \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Registrado por: \_\_\_\_\_  
PMP/SME

## Declara de Utilidade Pública a "Associação dos Familiares e Amigos dos Dependentes Químicos - Afadeq", e Dá Outras Providências.

Declara de utilidade Pública a "Associação dos Familiares e Amigos dos Dependentes Químicos - AFADÉQ", e dá outras providências.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores propôs, aprovou e ela sanciona a seguinte Lei: Art. 1º. Fica declarado de Utilidade Pública Municipal a "Associação dos Familiares e Amigos dos Dependentes Químicos - AFADÉQ", com sede á Rua do Comércio, n. 737, Alto Bela Vista, SC, com seu estatuto devidamente registrado no Cartório de Registro registrado

no livro A-32 sob o nº 6597, com personalidade jurídica comprovada mediante inscrição do CNPJ sob o nº 14.488.137/0001-41. Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal, 09 de dezembro de 2013.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável Pelas Publicações

## Dispõe Sobre a Alteração da Área do Perímetro Urbano do Município de Alto Bela Vista e da Outras Providências.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA ÁREA DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - O perímetro Urbano do município de Alto Bela Vista, passa a ter a dimensão do espaço territorial ampliado, conforme Memorial Descritivo em anexo parte integrante desta lei.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal, 09 de dezembro de 2013.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável Pelas Publicações

## MEMORIAL DESCRITIVO

Proprietário: MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Município: ALTO BELA VISTA

UF: SC

Descrição: DELIMITAÇÃO DO PERÍMETRO URBANO

## DELIMITAÇÃO DO PERÍMETRO URBANO

Esta Descrição foi elaborada tendo como base um mapa do município em escala 1:2.000, parte integrante e complementar deste documento.

É considerada área urbana da cidade de Alto Bela Vista, o espaço territorial definido pelo seguinte perímetro:

Partindo do Vértice 1, perpendicular ao eixo da Rua do Comércio, 5,00m na direção Nordeste; segue-se pela linha do lado noroeste da Rua do Comércio até sua intersecção com a confrontação Noroeste do Lote 1 da Quadra N, chegando ao Vértice 2; segue no sentido norte com distancia de 36,48m até encontrar o Vértice 2A, segue então no sentido Nordeste com distancia de 16,04m e encontra o Vértice 2B, segue-se no sentido Noroeste uma distancia de 50,70m encontrando o Vértice 2C, segue então no sentido

Nordeste uma distancia de 241,57m encontrando o Vértice 2D, segue-se então no sentido Sudeste uma distancia de 40,64m encontrando o Vértice 2D, segue-se então no sentido Sudeste uma distancia de 92,57m encontrando então Marco 1; segue-se na direção sul passando pelo confrontante Oeste do Lote 1 da Quadra N até encontrar o Marco 2; segue-se na direção Sudeste passando pelo confrontante Norte do Lote 3 da Quadra N até encontrar o Marco 3; segue-se na direção sul passando pelo confrontante Leste do Lote 3 da Quadra N até a intersecção do das divisas entre os lotes 3 da Quadra N e 1 da Quadra O chegando ao Vértice 3; segue-se pelo confrontante Norte dos Lotes 1 e 2 até a intersecção com o Lote 3 da Quadra O encontrando o Vértice 4; segue-se no sentido nordeste até o Lajeado Bela Vista encontrando o Vértice 5; segue-se ainda no sentido nordeste até chegar ao Marco 4; segue-se no sentido nordeste em curva até chega ao Marco 5; segue-se com na mesma curva chegando ao Marco 6; segue-se em sentido Noroeste e distância de 141,00m chegando ao Vértice 6; segue-se no sentido Noroeste com distância de 338,05m chegando ao Vértice 7; Deste, segue com uma distância de 57.23 m e azimute de 80°50'25" até o Vértice 7A; de coordenadas N: 6965976.681 m e E: 410239.415 m; Deste, segue com uma distância de 42.82 m e azimute de 122°05'00" até o Vértice 7B, de coordenadas N: 6965953.937 m e E: 410275.695 m; Deste, segue com uma distância de 15.74 m e azimute de 136°07'08" até o Vértice 7C, de coordenadas N: 6965942.594 m e E: 410286.604 m; Deste, segue com uma distância de 52.72 m e azimute de 150°56'35" até o Vértice 7D, de coordenadas N: 6965896.513 m e E: 410312.207 m; Deste, segue com uma distância de 41.95 m e azimute de 100°45'25" até o Vértice 7E, de coordenadas N: 6965888.682 m e E: 410353.423 m; Deste, segue com uma distância de 21.71 m e azimute de 154°35'41" até o Vértice 7F, de coordenadas N: 6965869.068 m e E: 410362.739 m; Deste, segue-se em sentido noroeste até encontrar o Lajeado do Curtume encontrando o Marco 9; segue-se a direção Lajeado do Curtume no sentido montante-jusante na confrontação do Lote 9 da Quadra P e Lotes 10 Quadra Q ate a intersecção dos Lotes 3 e 4 da Quadra R, chegando assim ao Vértice 8; segue-se na direção Nordeste passando pela confrontação Norte do Lote 4 chegando ao Vértice 9; segue-se na direção Noroeste passando pela confrontação Oeste do Lote 5 da Quadra R, encontra-se o Vértice 10; segue-se na direção leste passando pela confrontação Norte do Lote 5 da Quadra R, encontra-se o Vértice 11; segue-se na direção Sudeste passando pela confrontação Leste do Lote 5 da Quadra R até a intersecção com o Lote 6 da Quadra R encontra-se o Vértice 12; segue-se na direção Nordeste passando pela confrontação Norte do Lote 6 da Quadra R até encontrar a intersecção com o Lote 10 da mesma quadra, chegando ao Vértice 13; segue-se no sentido Noroeste passando pela confrontação Oeste até a confrontação Norte do Lote 10 da Quadra R, chegando ao Vértice 14; segue-se na direção Nordeste passando pelas confrontações Norte dos Lotes 10, 11 e 12 da Quadra R, encontrando o Vértice 15; segue-se na direção Sul passando pela confrontação Leste do Lote 12 da Quadra R numa distancia de 52,85m até encontrar o Vértice 16; segue-se na direção Nordeste até encontrar a Rua Alfredo Schuck, chegando ao Vértice 17; segue-se na direção Sudeste atravessando a Rua Alfredo Schuck até o Rio Velho Vicente, chegando ao Vértice 18; segue-se na direção do Rio Velho Vicente sentido montante-jusante até encontrar o Lote 7 da Quadra S, chegando ao Vértice 19; segue-se na direção sudeste passando pela confrontação Oeste do Lote 7 da Quadra S e Marco 10 até o lote B06 da Quadra S encontrando o Marco 11; segue-se pela confrontação Norte do Lote B06 da mesma quadra e atravessando a Rua Germano Dahmer encontrando o Vértice 20; segue-se pela confrontação Norte do Lote A05 da Quadra S até seu vértice nordeste chegando ao Marco 12; segue-se na direção Sudoeste até a intersecção entre as confrontações Sul e Leste do Lote 12 encontrando o Vértice 21; segue se na mesma direção até encontrar o Marco 13; segue-se na direção Sudeste numa distância de 94,00m encontrando o Vértice 22; segue-se na direção Sudoeste até a intersecção com

o Lote 2 da Quadra U encontrando o Vértice 23; segue na direção Leste passando pela confrontação Norte até a intersecção com a confrontação Leste do Lote 2 da Quadra U encontrando o Vértice 24; segue-se na direção Sudoeste até o vértice sudeste do Lote 3 da Quadra U encontrando o Vértice 25; segue-se no sentido sudeste passando pela confrontação Leste da Quadra U chegando ao Vértice 26; segue-se na direção Noroeste chegando no Marco 14; segue-se na direção Sudoeste passando pela confrontação Sudeste do Lote 8 da Quadra U até a intersecção com a Rua do Comércio e atravessando a mesma chegando ao Vértice 27; segue-se pela linha do lado sudoeste da Rua do Comércio até a intersecção com a confrontação sudeste do Lote 2 da Quadra K, encontrando o Vértice 28; segue-se na direção Sudoeste passando pelo confrontante Sul do Lote 2 da Quadra K chegando ao Vértice 29; segue-se na direção Noroeste passando pelo confrontante Sul do Lote 2 da Quadra K chegando ao Vértice 30; segue-se na direção Sudoeste passando pelos confrontante, Sul do Lote 2 da Quadra K e Sul do Lote 4 da Quadra J até a Rua São Vicente chegando ao Vértice 31; segue-se na direção Sudeste pela margem esquerda do Arroio Velho Vicente numa distancia de 297,21m encontrando o Vértice 31A, segue-se no sentido Sudoeste com distancia de 54,78m e atravessa perpendicularmente a rua São Vicente chegando ao Vértice 31B, segue-se então no bordo da Rua São Vicente uma distancia de 180,00m chegando ao Vértice 32; segue-se na direção Sudoeste atravessando perpendicularmente a Rua São Vicente passando pela confrontação Sudeste do Lote 5 da Quadra Z até a intersecção com o Lote 15 da Quadra B chegando ao Vértice 33; segue-se na direção Sudeste até o vértice do Lote 15 da Quadra B chegando ao Vértice 34; segue-se na direção Noroeste passando pelas confrontações Sul de todos os Lotes das Quadras B, A e A1, dos Lotes 8, 5 e 4 da Quadra L e Lotes da Quadra LB até a intersecção entre a divisa dos Lotes 1 e 2 da Quadra L chegando ao Marco 16; segue-se na direção Noroeste passando pelo confrontante Sul do Lote 1 da Quadra L até sua intersecção com o Lote 7 da Quadra M chegando ao Vértice 35; segue-se na direção Noroeste passando pelo confrontante Sul do Lote 7 da Quadra M chegando o Marco 17; segue-se na mesma direção passando pelo confrontante Sul do Lote 6 da Quadra M chegando ao Vértice 36; segue-se na direção Nordeste até o vértice do Lote 5 da Quadra M e dali segue na direção Noroeste passando pelo confrontante Sul dos Lotes 5, 4 e 3 da Quadra M até a intersecção com o lote 3A chegando ao Vértice 37; segue-se na direção Sudoeste até o vértice Sudeste do Lote 3A chegando ao Vértice 38; segue-se na direção Noroeste passando pelo confrontante Sul do Lote 3A da Quadra M até encontrar o Marco 18; segue-se na direção Nordeste passando pelo confrontante Oeste do Lote 1 da Quadra M atravessando a Rua do Comércio encontrando o Vértice 1.

Alto Bela Vista, 09 de Dezembro de 2013.

Engº Civil Gustavo R. Radel  
CREA-SC 076.208-3

### **Dispõe Sobre As Diretrizes Orçamentárias Para a Elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2014, e Dá Outras Providências.**

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Catia Tessmann Reichert, Prefeita do Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI;  
Faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

## CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento às disposições do art. 165, § 2º, da Constituição Federal, do art. 130, § 2º da Lei Orgânica do Município e do art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município, para a elaboração da legislação orçamentária anual de 2014, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração pública municipal, em consonância com o Plano Plurianual aprovado pelo período de 2014 a 2017.

II - a estrutura e organização dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI - as disposições relativas à política de pessoal;

VII - as disposições relativas às alterações na legislação tributária municipal;

VIII - o equilíbrio entre receitas e despesas;

IX - os critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses de frustração das metas bimestrais da receita, nos termos das disposições do art. 9º e art. 31, § 1º, II, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal;

X - as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos municipais;

XI - as condições e exigências para a transferência de recursos a entidades públicas e privadas; e

XII - as disposições gerais.

## CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º Em conformidade com o art. 165, § 2º da Constituição Federal e do art. 130, § 2º, I, da Lei Orgânica do Município, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2014 são as identificadas no Anexo das Metas e Prioridades, que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária anual de 2014 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, devendo observar os seguintes objetivos:

I - garantir o crescimento econômico integral e, ambientalmente sustentável, com o desenvolvimento social;

II - consolidar a participação popular e o controle social na elaboração e na execução orçamentária;

III - criar condições para o desenvolvimento sócio-econômico do Município, objetivando:

a) a geração de renda e sua melhor distribuição, em todos os

setores de atividades econômicas no Município;

b) garantir o desenvolvimento integrado das atividades agropecuárias e agroindustriais;

c) aumentar o nível de emprego.

IV - garantir acesso às escolas de todos os alunos com idade própria à educação infantil e ao ensino fundamental, com condições de qualificar o ensino e de reduzir o absenteísmo e erradicar o analfabetismo;

V - garantir o direito e o acesso a programas de saúde pública à toda a população, oferecendo serviços básicos, com ênfase às ações e serviços preventivos;

VI - combater a pobreza, por meio da inserção social;

VII - realizar campanhas e promover ações para a solução dos problemas ambientais, específicos ou gerais, para debelá-los e erradicá-los;

VIII - integrar a área rural e áreas periféricas, ainda à margem de estrutura e serviços de saneamento básico;

IX - integrar os programas e ações municipais com os do Governo do Estado e os do Governo Federal;

X - intensificar as relações com os Municípios vizinhos, especialmente os da associação microrregional, a fim de se dar solução conjunta a problemas comuns;

XI - promover e patrocinar a capacitação contínua dos servidores públicos municipais, para se alcançar a eficiência administrativa.

§ 1º As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2014, guardam conformidade com o Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017.

§ 2º Na destinação dos recursos relativos a programas sociais, será conferida prioridade às áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano.

§ 3º Na elaboração da proposta orçamentária para 2014, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo de que trata este artigo, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas municipais, desde que obedecidas as disposições da Lei do Plano Plurianual relativa ao período dos exercícios de 2014 a 2017.

## CAPÍTULO III DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º O orçamento para o exercício financeiro de 2014 abrangerá o Poder Legislativo e o Poder Executivo, além dos fundos municipais deste e será estruturado em conformidade com a Estrutura Administrativa do Governo Municipal.

Art. 4º A Lei Orçamentária Anual, para 2014, evidenciará as receitas e as despesas de cada uma das unidades gestoras, especificando aquelas vinculadas a fundos e ao orçamento fiscal e da seguridade social desdobrada às despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais, nos termos da Portaria MPOG nº, 42, de 14 de abril de 1999 e, quanto a sua natureza, no mínimo por categoria econômica, grupo de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com a portaria interministerial STN/SOF nº 163, de 04 de maio de 2001 e suas alterações posteriores, na forma dos seguintes anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as categorias econômicas - Anexo 1, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e Anexo II, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04 de maio de 2001;

II - Demonstrativo da Receita, segundo as categorias econômicas - Anexo 2, da Lei Federal nº 4.320/64;

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as categorias econômicas - Anexo 3, da Lei Federal nº 4.320/64 e Adendo III, da Portaria SOF nº 8/85;

IV - Demonstrativo da Despesa Por Categoria Econômica, Grupos de Natureza da Despesa e Modalidade de Aplicação em cada unidade orçamentária - Anexo 3, da Lei Federal nº 4.320/64 e Adendo III, da Portaria SOF nº 8/85;

V - Programa de Trabalho - Adendo V, da Portaria SOF nº 8/85;

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais - Anexo 6, da Lei Federal nº 4.320/64 e Adendo V, da Portaria SOF nº 8/85;

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais - Anexo 7, da Lei Federal nº 4.320/64 e Adendo VI, da Portaria SOF nº 8/85;

VIII - Demonstrativo Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos - Anexo 8, da Lei Federal nº 4.320/64 e Adendo VII, da Portaria SOF nº 8/85;

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9, da Lei Federal nº 4.320/64 e Adendo VIII, da Portaria SOF nº 8/85;

X - Planilha de apresentação da despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, diagnóstico do programa, diretrizes, objetivos, metas físicas e indicação das fontes de financiamento;

XI - Demonstrativo da evolução da receita por fontes, conforme estabelecido no art. 12, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

XII - Demonstrativo das Renúncias de Receitas e Estimativa do seu Impacto Orçamentário-Financeiro, na forma estabelecida no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XIII - Demonstrativo das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuo que serão geradas em 2014, com a indicação das medidas de compensação, na forma do art. 5º, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa, no mínimo por categoria econômica, conforme dispõe o art. 22, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

XV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, na forma do art. 165, § 5º, da Constituição Federal;

XVI - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, na forma do art. 5º, I da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XVII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2014,

conforme disposto no art. 5º, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XVIII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público, na forma do art. 44, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XIX - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal para o exercício de 2014 e para os dois exercícios seguintes, conforme estabelece o art. 4, § 1º e art. 9º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º Para fins desta Lei entende-se por:

I - Função, o maior nível de agregação das diversas áreas que competem à administração pública municipal;

II - Subfunção, representa uma partição da função, visando agregar determinado subconjunto das competências da administração pública municipal;

III - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos, no Plano Plurianual;

IV - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da atuação governamental;

V - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação e da atuação de governo;

VI - operações especiais agregam as despesas que não contribuem para a manutenção de ações de governo, que não geram produto nem exigem contraprestação direta sob a forma de bens e serviços e têm relação direta com a função "encargos especiais".

§ 2º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando a classificação econômica, os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis para a realização da ação.

§ 3º Cada atividade e projeto identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 4º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades ou projetos e respectivos subtítulos com indicação de suas metas físicas e respectiva classificação econômica.

§ 5º Os orçamentos dos Fundos Municipais que acompanham o Orçamento Geral do Município, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

Art. 5º A mensagem de encaminhamento da proposta orçamentária atenderá as disposições estabelecidas no parágrafo único do art. 22, Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

#### CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 6º A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2014 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a



todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos, fundamentando-se, também, no princípio do equilíbrio entre receitas e despesas em cada fonte.

Art. 7º O projeto de lei orçamentária poderá incluir a programação constante de propostas de alterações do Plano Plurianual, que tenham sido objeto de projetos de lei específicos.

Art. 8º Os Fundos Municipais terão suas receitas especificadas no Orçamento das Unidades Gestoras Descentralizadas em que estiverem vinculados, e estas, por sua vez, vinculadas a despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em planos de aplicação, representados nas planilhas de despesas referidas no art. 4º, X, desta LEI.

Art. 9º Os estudos para definição dos orçamentos da receita para o exercício de 2014 deverão observar os efeitos da alteração na legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Art. 10. Se a receita estimada para 2014, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Poder Legislativo, quando da apreciação e discussão da proposta orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar ao Poder Executivo, se for o caso, e promover a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 11. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e a movimentação financeira nos montantes necessários, para as seguintes dotações abaixo:

I - contrapartida para projetos e atividades vinculados a recursos oriundos de transferências voluntárias, de operações de crédito, de alienação de ativos, em qualquer caso, desde que ainda não comprometidos;

II - de obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - de concessão de subvenções ou auxílios à entidades privadas;

IV - de despesas com diárias, serviço extraordinário e de publicidade institucional.

§ 1º Não serão objeto de limitação de empenho as dotações orçamentárias destinadas à despesas de pessoal, com a amortização da dívida consolidada e seus respectivos encargos.

§ 2º Também, não serão objeto de limitação de empenho as dotações orçamentárias destinadas aos dispêndios que estejam enquadrados nos limites constitucionais mínimos de aplicação, como manutenção e desenvolvimento do ensino e manutenção e desenvolvimento das atividades de saúde, exceto quando o montante aplicado estiver acima do limite constitucional mínimo de aplicação.

§ 3º Presente a necessidade de limitação de empenho, esta será feita de forma a atender proporcionalmente a frustração das metas de arrecadação, preferencialmente nas dotações destinadas a "outros serviços de terceiros", além daquelas identificadas nos incisos do caput deste artigo.

§ 4º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação, para a implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado, ainda, o resultado financeiro apurado no balanço consolidado do exercício anterior, observada a vinculação da destinação dos recursos.

Art. 12. As despesas obrigatórias de caráter continuado, em relação à receita corrente líquida, programadas para 2014, poderão ser expandidas até o percentual correspondente à elevação da receita estimada, tomando-se por base a mesma relação apurada na Lei Orçamentária Anual.

Art. 13. Constituem riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas do Município, aqueles constantes de anexo próprio, nos termos exigidos no art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos alocados na reserva de contingência e, também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2013.

§ 2º Sendo os recursos identificados no parágrafo anterior insuficientes, o Poder Executivo submeterá proposta legislativa, propondo a anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 14. Os orçamentos para o exercício de 2014 poderão destinar recursos para a reserva de contingência, limitados ao máximo de 3% (três por cento) da receita corrente líquida prevista para o mesmo exercício.

Parágrafo único. Os recursos alocados na reserva de contingência, se estas forem contempladas, será destinada ao atendimento de passivos contingentes e de outros riscos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo, se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares, conforme disposto no art. 5º, da Portaria MPOG nº, 42, de 14 de abril de 1999 e no art. 8º, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04 de maio de 2001.

Art. 15. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só serão inclusos na Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual, na parcela destinada ao exercício de 2014.

Art. 16. Até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo:

I - publicará as metas bimestrais de arrecadação para a receita corrente e para a receita de capital; e

II - estabelecerá e publicará a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

§ 1º As metas bimestrais de arrecadação serão estabelecidas e publicadas considerando-se a previsão consolidada da receita.

§ 2º A programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso será estabelecida por unidade gestora.

Art. 17. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária Anual para 2014 com dotações vinculadas a recursos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e direitos e outros só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, § 3º, da Lei Federal nº 4.320/64, será realizada em cada fonte e destinação de recursos, para fins de utilização como contrapartida na abertura de créditos adicionais, conforme exigência estampada no parágrafo único do art. 8º e no art. 50, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º Na Lei Orçamentária anual, os orçamentos da receita e da

despesa identificarão, com codificação adequada, cada uma das fontes e das destinações dos recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto neste artigo.

Art. 18. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2014, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 19. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, comunitário, recreativo, cultural, esportivo, de fortalecimento da economia local, de cooperação técnica e às voltadas ao fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica e ou de identificação das mesmas e do respectivo objeto na Lei Orçamentária Anual.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar os documentos elencados na Instrução Normativa TC 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina ou outra que vier a substituí-la.

§ 2º Estão isentas das exigências listadas no parágrafo anterior as entidades cujo objetivo seja o fortalecimento do associativismo municipal, tanto do Poder Executivo ou do Poder Legislativo, mesmo que de dirigentes de órgãos ou de unidades administrativas.

§ 3º As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal aplicarão os valores recebidos no prazo de 60 (sessenta) dias e prestarão contas no prazo de 90 (noventa) dias ao serviço de contabilidade municipal, exceto os casos específicos definidos no termo de repasse.

Art. 20. Os procedimentos administrativos de demonstração da estimativa de impacto orçamentário-financeiro e a declaração do ordenador da despesa, nos termos do art. 16, I e II, da Lei Complementar n 101/2000, deverão estar insertos no processo de licitação ou de sua dispensa ou inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar n 101, de 04 de maio de 2000, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento de despesa, cujo montante num exercício financeiro não exceda ao valor para dispensa de licitação, fixado no art. 24, I, da Lei Federal n 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 21. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo se programados com recursos vinculados à transferências voluntárias ou à operações de crédito.

Art. 22. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando previstas em convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária Anual, ou em leis que disponham sobre a abertura de créditos adicionais.

Parágrafo único. Se a despesa for decorrente da cessão de pessoal com custeio pelo Município, além do previsto no caput deste artigo, dependerá de autorização legislativa para cada caso.

Art. 23. A previsão da receita e a fixação das despesas serão orçadas para o exercício de 2014 a preços correntes, sendo admissível a revisão mediante a aplicação da variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA, verificado nos doze meses anteriores aquele da apresentação do projeto da lei orçamentária anual.

Art. 24. A Lei Orçamentária Anual de 2014 poderá autorizar o

Poder Executivo a remanejar, através de ato próprio e adequado de abertura de crédito adicional suplementar, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, o saldo, parcial ou total, das dotações dos grupos de natureza ou elementos de despesas que o compõe.

§ 1º A Lei Orçamentária Anual de 2014 poderá, também, autorizar a abertura de créditos adicionais suplementares, através da utilização de saldos do superávit financeiro de exercícios anteriores ou do excesso de arrecadação, ambos entendidos nos termos do art. 43, §§ 2 e 3º, da Lei Federal n 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 2º Poderão ser abertos créditos adicionais suplementares, com a alocação dos recursos previstos no parágrafo anterior, através de ato próprio do Poder Executivo Municipal, mesmo havendo a necessidade de alteração do vínculo com a respectiva fonte de recursos.

Art. 25. Durante a execução orçamentária de 2014, o Poder Executivo, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais, no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2014, ou, excepcionalmente estejam contempladas no Plano Plurianual.

Art. 26. O controle de custo das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, na forma prevista no art. 50, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, será desenvolvido de forma a apurar os custos dos serviços, tais como o custo de programas, das ações, do m<sup>2</sup> (metro quadrado) das construções, do m<sup>2</sup> (metro quadrado) das pavimentações, do aluno/ano da educação infantil e do ensino fundamental, do aluno/ano com alimentação escolar e com o transporte escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento às unidades de saúde, das horas/máquina em serviços de infra-estrutura rodoviária e agrícola, das crianças atendidas em creche; dos programas de saúde e outros.

Parágrafo único. Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício.

Art. 27. Os programas priorizados por esta Lei e contemplados na Lei Orçamentária Anual de 2014 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento de seus objetivos, corrigirem desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 28. Não poderão ser destinados recursos para atender despesas com:

I - novas locações destinadas a atender atividades e ações que não sejam de competência exclusiva do Município;

II - aquisição de mobiliário e equipamentos para uso em ações que não sejam de competência exclusiva do Município, exceto quando houver previsão expressa em lei ou em termo de convênio; e

III - ações de que não sejam de competência exclusiva do Município, ou ações que a Lei Orgânica do Município ou a Constituição Federal não estabeleça obrigação do Município em cooperar técnica e financeiramente, exceto quando obedecidas as disposições do art. 22 desta LEI.

Art. 29. A Lei Orçamentária, observadas as disponibilidades, após a alocação de recursos nas dotações necessárias às despesas oriundas das competências municipais, destinará dotações ao incentivo à instalação e ampliação de unidades industriais no Município.

Art. 30. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão

apresentados com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária.

Parágrafo Único - Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução de programas, de atividades, projetos e ações previstas.

Art. 31. Os valores consignados em projetos ou atividades, vinculados às receitas de convênios ou de alienação de bens, não serão utilizados para fins de abertura de créditos adicionais de qualquer das suas espécies, mesmo que não efetivada a receita vinculada estimada.

Parágrafo único. Quando o projeto ou atividade consignar os valores de contrapartida, não efetivada a receita estimada e vinculada a transferência de convênios, os respectivos valores poderão ser utilizados para fins de abertura de créditos suplementares, através de ato do Poder Executivo Municipal.

## CAPÍTULO V DA DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 32. A Lei Orçamentária Anual de 2014 poderá conter autorização para contratação de operações de crédito para atendimento à despesas de capital, observado o limite de endividamento de 16% (dezesseis por cento) da receita corrente líquida apurada até o segundo mês imediatamente anterior à assinatura do respectivo contrato.

Art. 33. A contratação de operações de crédito prescindirá de prévia autorização legislativa em lei específica.

Art. 34. Ultrapassado o limite de endividamento estabelecido no art. 32 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no art. 11 desta LEI.

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 35. O Poder Executivo, através da Gerência de Administração e Finanças, publicará até 31 de outubro de 2014, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro de pessoal, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados e de cargos vagos e de aprovados em concurso público, ainda, não admitidos.

§ 1º O Poder Legislativo adotará a mesma providência determinada ao Poder Executivo, nos termos das disposições do caput deste artigo.

§ 2º Junto à tabela a que se refere o caput deste artigo será publicado relatório com a identificação dos cargos e dos respectivos ocupantes, o vencimento básico, o vencimento atualizado, a identificação nominal e valorativa das vantagens e o total da remuneração.

§ 3º Constarão do relatório a que aludem este artigo os cargos ocupados por servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 36. O Poder Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2014, alterar, criar, cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário, na forma da Lei, observados os limites e as regras estabelecidas na Lei de

Responsabilidade Fiscal.

§ 1º Incluem-se nas possibilidades de criação de cargos e funções, nos termos previstos no caput deste artigo, a criação ou a extinção de cargos de provimento em comissão e de funções de confiança.

§ 2º Os recursos para as despesas decorrentes das possibilidades previstas no caput deste artigo deverão estar previstos na Lei do Orçamento para o exercício de 2014.

Art. 37. Ressalvada a hipótese prevista no art. 37, X, da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes Executivo e Legislativo, em 2014, não excederá em percentual da receita corrente líquida, a despesa com pessoal verificada em 2013, acrescida de 20% (vinte por cento), obedecidos os limites prudenciais de 51,30% e 5,70% da receita corrente líquida, respectivamente.

Art. 38. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente autorizado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, exceto quando as despesas totais com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 39. O Poder Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas de pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

I - redução em pelo menos vinte e cinco por cento das despesas com cargos de provimento em comissão e funções de confiança;

II - eliminação de vantagens concedidas a servidores, desde que temporárias e que não constituam direitos adquiridos;

III - redução das despesas com horas extras;

IV - eliminação das despesas com horas extras;

V - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

VI - exoneração de servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, que não tenham adquirido a estabilidade; e

VII - exoneração de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, mesmo que estáveis, em decorrência da redução do número de vagas ou da extinção de cargos.

Art. 40. Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra, referente substituição de servidores, de que trata o art. 18, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal, a contratação de serviços cujas atividades, atribuições ou funções guardem relação com atividades, atribuições ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades consideradas próprias da Administração Pública Municipal, desde que em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver o fornecimento de materiais ou a utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, somente será considerada substituição de servidores o valor referente, especificamente à mão-de-obra empregada na execução dos serviços contratados, sendo o valor da contratação classificado em elementos de despesas diverso.

Art. 41. No decorrer de 2014, o Poder Executivo e Legislativo, diante da necessidade preencherão vagas existentes do Quadro



de Pessoal, mediante a realização de concurso público, ou excepcionalmente, através de contratação de caráter temporário, para atender necessidade excepcional de interesse público, conforme dispuser a legislação específica.

## CAPÍTULO VII DA ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 42. O Poder Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária objetivando o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes.

Art. 43. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei específica, não se considerando renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 44. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária, financeira, constante do orçamento da receita, somente entrará em vigor após adotadas as medidas de compensação, na forma prevista no art. 14, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

## CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 45. O Poder Executivo enviará a proposta orçamentária para 2014, à Câmara Municipal de Vereadores no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15 de dezembro de 2013.

§ 1º A Câmara Municipal de Vereadores não entrará em recesso enquanto não cumprir o prazo estabelecido no caput deste artigo.

§ 2º Se o projeto da lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2014, fica o Poder Executivo autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual, ao limite de 1/12 avos por mês.

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de Decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial de 2013, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a reserva de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos previstos ao atendimento de riscos fiscais imprevistos e a meta de resultado primário.

Art. 46. Serão consideradas não autorizadas e ilegais as despesas com multas e juros pelo eventual pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de disponibilidades financeiras.

Art. 47. O Poder Executivo Municipal está autorizado a celebrar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos e entidades da administração direta ou indireta para a realização de obras ou serviços de competência do Município ou de competência concorrente, ou mesmo de competência daquelas esferas de governo, porém de interesse direto do Município.

Art. 48. As despesas decorrentes de penalidades financeiras decorrentes de infrações de trânsito, estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro, Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, serão contabilizadas como despesas da Administração Municipal e por esta paga, com imediata instauração de processo de ressarcimento do agente que deu causa às mesmas.

Parágrafo único. Se aquele que der causa às infrações de trânsito for agente público municipal remunerado, o valor será retido em folha de pagamento, nos termos estabelecidos na Lei Municipal que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 49. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Alto Bela Vista/SC, em, 09 de Dezembro de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável Pelas Publicações

## **Constitui Comissão Coordenadora da Campanha da Emissão de Notas Fiscais, e Dá Outras Providências.** CONSTITUI COMISSÃO COORDENADORA DA CAMPANHA DA EMISSÃO DE NOTAS FISCAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente pela lei n.º 314 de 06 de Junho de 2006, em seus artigos 5º e 6º;

### DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída comissão coordenadora da campanha de estímulo ao comércio local, "CUPOM ESPECIAL DE NATAL" do Município de Alto Bela Vista - SC.

Art. 2º. A comissão de que trata o artigo anterior será constituída pelos seguintes membros:

I - Representando o Gabinete do Prefeito, o senhor José Luiz Retore;

II - Representando os Agricultores, o senhor Diego Ferrari;

III - Representando a Gerência de Agricultura, o senhor Diomar Schneider;

IV - Representando o Poder Legislativo Municipal, o senhor Roveni Lainir Petter;

V - Representando o Comércio local, o senhor Adriano Bervian.

§ 1º. Os membros da Comissão não receberão qualquer tipo ou modalidade de remuneração pelo desempenho das atribuições conferidas por este Decreto.

§ 2º. A Comissão Coordenadora Exercerá as funções no prazo vigente da Lei nº 314 de 06 de junho de 2006.

Art. 3º. O prazo de duração da campanha para o exercício de 2013 é de 20 de Novembro de 2013 até 20 de Dezembro de 2013.

Art. 4º. O sorteio será realizado em 20/12/2013, e os prêmios serão os seguintes:



I - 05 (cinco) vale compras no valor de R\$ 250, 00 (Duzentos e cinquenta reais);

II - Um Forno Elétrico 45 litros; Uma Churrasqueira elétrica a gás; Uma Roçadeira; Um Televisor 32"; Um Jogo de Jantar; Uma Batedeira e Um Liquidificador.

Art. 5º. O sorteio será realizado no Centro de Cultura de Alto Bela Vista, onde os membros da comissão procederão à retirada dos cupons que serão os vencedores do respectivo prêmio.

Art. 6º. A Comissão constituída por este Decreto terá autonomia para deliberar sobre as demais disposições relativas a campanha instituída pela Lei n.º 314 de 06 de Junho de 2006.

Art. 7º. Fica o Município autorizado a despende o valor de até R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais) neste exercício, podendo procurar junto a Associações e Empresas a obtenção de recursos financeiros para a aquisição de prêmios e custear demais despesas.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 28 de Novembro de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas Publicações

**Designa Os Membros da Comissão Permanente de Avaliação Periódica de Desempenho e Eficiência dos Servidores Ocupantes de Cargo de Provimento Efetivo, e**

DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO PERIÓDICA DE DESEMPENHO E EFICIÊNCIA DOS SERVIDORES OCUPANTES DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E ESTÁGIO PROBATÓRIO, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do inciso VIII do artigo 99 da Lei Orgânica Municipal, artigos 188 e seguintes da Lei Complementar nº 011 de 10 de Janeiro de 2005, artigo 7º da Lei Complementar nº 013 de 10 de janeiro de 2005;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica instituída a comissão permanente de avaliação periódica de desempenho e eficiência dos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, e do Estágio Probatório, para a qual são designados os seguintes membros:

I - Cassiano Martinazzo - Presidente;

II - Jussara Rettore Reckshause - Secretária

III - Ivandro Schonell - Membro;

IV - Daniele Ohlweiler - Membro;

V- Sidnei Freis - Membro;

Art. 2º. Além dos membros da comissão, nomeados no artigo anterior, participará das respectivas avaliações, mediante prévia convocação realizada pelo presidente da comissão, o servidor

avaliado e o chefe imediato do mesmo.

Art. 3º. As atribuições e responsabilidades dos membros da Comissão são aquelas definidas nos artigos 188 e seguintes da Lei Complementar nº 011 de 10 de janeiro de 2005, e artigo 7º da Lei Complementar n.º 013 de 10 de Janeiro de 2005.

Art. 4º. As avaliações serão realizadas segundo os requisitos estabelecidos no anexo "I" do presente decreto, seguindo a média aritmética de cada um dos itens identificados no referido anexo.

Art. 5º. Após as respectivas avaliações, os servidores serão notificados de forma pessoal, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestem de forma expressa, o seu inconformismo quanto a avaliação realizada, cujo recurso, será direcionado diretamente ao Prefeito Municipal, que no mesmo prazo, determinará nova avaliação ou homologará o resultado apresentado.

Art. 6º. A comissão nomeada pelo presente decreto, terá o prazo de 30 (vinte) dias, contados do primeiro dia útil do mês de novembro de cada ano, para a conclusão e apresentação dos resultados da avaliação.

Art. 7º. Pelo desempenho do presente mandato os servidores designados não receberão qualquer gratificação ou adicional nos respectivos vencimentos.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Fica revogado o Decreto 1427 de 24 de Outubro de 2011 e as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 11 de Dezembro de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas Publicações

**Antônio Carlos**

**PREFEITURA**

**Decreto N° 143/2013**

DECRETO N° 143/2013

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001416/12 de 11 de Dezembro de 2012.

**DECRETA:**

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 8.827,54 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.304.0005.2.026-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 7,82

11.01.10.301.0005.2.025-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes

Diretas 4.229,12

11.01.10.301.0005.2.025-3.1.91.00.00.00.00.00 -Aplicações Diretas -Oper.Intra-Orçamentárias 1.124,07

11.01.10.301.0005.2.020-3.1.91.00.00.00.00.00 -Aplicações Diretas -Oper.Intra-Orçamentárias 3.466,53

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0005.2.020-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 3.466,53

11.01.10.304.0005.2.026-3.1.91.00.00.00.00.00 -Aplicações Diretas -Oper.Intra-Orçamentárias 7,82

11.01.10.301.0005.2.025-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 1.124,07

11.01.10.301.0005.2.025-4.4.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 4.229,12

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 17 de Dezembro de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

### Decreto Nº 144/2013

DECRETO Nº 144/2013

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001416/12 de 11 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 42.768,41 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0005.2.022-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 42.768,41

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação 42.768,41

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 17 de Dezembro de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

### Aviso de Licitação Nº 109/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 109/2013; Modalidade: Pregão Presencial nº. 75/2013; Tipo: Menor Preço Global; Objeto: contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de assistência e suporte técnico na área de informática, compreendendo a

implantação de sistema de gerenciamento de rede e inventário, manutenção preventiva e corretiva de hardware com e sem troca de peças. Entrega dos envelopes e abertura: 30 de dezembro 2013 às 9:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:00 às 13:00 horas, fone (48)3272-1123, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br, ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 17 de dezembro de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato Nº 225/2013

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 225/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Construtora LG Ltda; Objeto: contratação de empresa especializada em serviços engenharia para a substituição do assoalho de madeira do Ginásio Municipal Verde Vale com fornecimento de material no município de Antônio Carlos/SC. Valor: R\$ 92.000,00 (noventa e dois mil reais); Prazo: 60(sessenta) dias consecutivos a contar da emissão da Ordem de Serviço.

Antônio Carlos, 05 de dezembro de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

## Arroio Trinta

### PREFEITURA

### Edital Chamamento Fornecedores 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE CHAMAMENTO DE FORNECEDORES

PARA O ANO DE 2014

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público aos interessados, que, de acordo com o Art. 34, da Lei nº 8.666/93, encontra-se aberta a possibilidade geral e irrestrita para proceder a atualização de Registros Cadastrais de Fornecedores e Ingresso de Novos Interessados para o ano de 2014.

O Cadastro de Fornecedores será diariamente, das 08:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, sito à Rua XV de Novembro, 26, Centro.

Arroio Trinta - SC, 16 de dezembro de 2013.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal



## Ascurra

### PREFEITURA

#### **Edital de Pregão 01-2014 FMS** PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE EDITAL DE PREGÃO N.01/2014

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 16/01/2014 as 10h00min horas, PREGÃO PRESENCIAL, para AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL, conforme Edital. Maiores Informações e cópia do Edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br)

Ascurra, 18 de dezembro de 2013.  
AIRES ROGÉRIO DALFOVO  
Prefeito Municipal em Exercício

#### **Edital de Pregão 03/2014** PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA EDITAL DE PREGÃO N.03/2014

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 15/01/2014 as 10h00min horas, PREGÃO PRESENCIAL, para AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL, conforme Edital. Maiores Informações e cópia do Edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br)

Ascurra, 17 de dezembro de 2013.  
AIRES ROGÉRIO DALFOVO  
Prefeito Municipal em Exercício

#### **Edital de Pregão 04/2014** PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA EDITAL DE PREGÃO N.04/2014

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 15/01/2014 as 14h00min horas, PREGÃO PRESENCIAL, para TRANSPORTE ESCOLAR, conforme Edital. Maiores Informações e cópia do Edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br)

Ascurra, 18 de dezembro de 2013.  
AIRES ROGÉRIO DALFOVO  
Prefeito Municipal em Exercício

## Biguaçu

### PREFEITURA

#### **Portaria Nº 3748 de 12 de Dezembro de 2013**

PORTARIA nº 3748 de 12 de dezembro de 2013  
Admitir o (a) Servidor (a) NILA APARECIDA PEREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) NILA APARECIDA PEREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 11/12/2013 a 16/03/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/12/2013.

Biguaçu, 12 de dezembro de 2013.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 3748 de 12 de Dezembro de 2013**

PORTARIA nº 3748 de 12 de dezembro de 2013  
Admitir o (a) Servidor (a) NILA APARECIDA PEREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) NILA APARECIDA PEREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 11/12/2013 a 16/03/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/12/2013.

Biguaçu, 12 de dezembro de 2013.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 3749 de 12 de Dezembro de 2013**

PORTARIA nº 3749 de 12 de dezembro de 2013  
Admitir o (a) Servidor (a) JULIO CESAR KLOK DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENCANADOR, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**PEGASO**  
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JULIO CESAR KLOK DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENCANADOR, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 10/12/2013 a 09/03/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/12/2013.

Biguaçu, 12 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 3750 de 12 de Dezembro de 2013**

PORTARIA nº 3750 de 12 de dezembro de 2013

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Willian Vargas da Cruz, ocupante do cargo temporário de Médico de Emergência, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 211 de 09 de dezembro de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Willian Vargas da Cruz, detentor do cargo de provimento temporário de Médico de Emergência, com jornada conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 09/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/12/2013.

Biguaçu, 12 de dezembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 3751 de 12 de Dezembro de 2013**

PORTARIA nº 3751 de 12 de dezembro de 2013

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) João Rodolfo Radtke Gonçalves, ocupante do cargo temporário de Médico de Emergência, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 211 de 09 de dezembro de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) João Rodolfo Radtke Gonçalves, detentor do cargo de provimento temporário de Médico de Emergência, com jornada conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 19/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 19/12/2013.

Biguaçu, 12 de dezembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 3752 de 12 de Dezembro de 2013**

PORTARIA nº 3752 de 12 de dezembro de 2013

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Eliete Ferreira, ocupante do cargo temporário de Técnico em Enfermagem da Família, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 211 de 09 de dezembro de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Eliete Ferreira, detentor do cargo de provimento temporário de Técnico em Enfermagem da Família, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 13/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 13/12/2013.

Biguaçu, 12 de dezembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 3758 de 16 de Dezembro de 2013**

PORTARIA nº 3758 de 16 de dezembro de 2013

**ERRATA:**

Na portaria 3441/2013, de exoneração do(a) servidor(a) Vanessa Freiberger Muller, ocorreu um equívoco quanto à data.

Portaria 3441 de 13 de novembro de 2013:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Vanessa Freiberger Muller, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II - EJA, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/12/2013.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Vanessa Freiberger Muller, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II - EJA, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13/12/2013.

Biguaçu, 16 de dezembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 3759 de 16 de Dezembro de 2013**

PORTARIA nº 3759 de 16 de dezembro de 2013

**ERRATA:**

Na portaria 3434/2013, de exoneração do(a) servidor(a) Gilson Luiz Corrêa, ocorreu um equívoco quanto à data.

Portaria 3434 de 13 de novembro de 2013:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Gilson Luiz Corrêa, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III - EJA, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/12/2013.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Gilson Luiz Corrêa, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III - EJA, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13/12/2013.

Biguaçu, 16 de dezembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração



**Portaria Nº 3760 de 16 de Dezembro de 2013**

PORTARIA nº 3760 de 16 de dezembro de 2013

**ERRATA:**

Na portaria 3468/2013, de exoneração do(a) servidor(a) Gilson Luiz Corrêa, ocorreu um equívoco quanto à data.

Portaria 3468 de 13 de novembro de 2013:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Gilson Luiz Correa, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III - Ensino Religioso/Filosofia, com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/12/2013.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Gilson Luiz Correa, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III - Ensino Religioso/Filosofia, com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13/12/2013.

Biguaçu, 16 de dezembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 3761 de 16 de Dezembro de 2013**

PORTARIA nº 3761 de 16 de dezembro de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) CIMARA TEREZINHA CASSIANO DO PRADO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TELEFONISTA, na Secretaria Municipal de Administração, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CIMARA TEREZINHA CASSIANO DO PRADO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TELEFONISTA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 01/11/2013 a 02/05/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/11/2013.

Biguaçu, 16 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 3762 de 16 de Dezembro de 2013**

PORTARIA nº 3762 de 16 de dezembro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), PEDRO JOÃO DE ANDRADE, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado

para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), PEDRO JOÃO DE ANDRADE, para desempenhar as funções do cargo não provido de CALCETEIRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/12/2013 a 20/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/12/2013.

Biguaçu, 16 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 3763 de 16 de Dezembro de 2013**

PORTARIA nº 3763 de 16 de dezembro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VALCIDES MANOEL DE FARIAS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VALCIDES MANOEL DE FARIAS, para desempenhar as funções do cargo não provido de CALCETEIRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/12/2013 a 20/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/12/2013.

Biguaçu, 16 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 3764 de 16 de Dezembro de 2013**

PORTARIA nº 3764 de 16 de dezembro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SERGIO CAETANO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SERGIO CAETANO, para desempenhar as funções do cargo não provido de CALCETEIRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/12/2013 a 20/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/12/2013.

Biguaçu, 16 de dezembro de 2013.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 3765 de 16 de Dezembro de 2013**

PORTARIA nº 3765 de 16 de dezembro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MODESTINO PEDRO MARTINS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MODESTINO PEDRO MARTINS, para desempenhar as funções do cargo não provido de CALCETEIRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/12/2013 a 20/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/12/2013.

Biguaçu, 16 de dezembro de 2013.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 3766 de 16 de Dezembro de 2013**

PORTARIA nº 3766 de 16 de dezembro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), AUGUSTA APARECIDA VELHO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), AUGUSTA APARECIDA VELHO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRACAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/12/2013 a 20/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/12/2013.

Biguaçu, 16 de dezembro de 2013.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 3767 de 16 de Dezembro de 2013**

PORTARIA nº 3767 de 16 de dezembro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSÉ LAURINDO CORREA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSÉ LAURINDO CORREA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRACAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/12/2013 a 20/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/12/2013.

Biguaçu, 16 de dezembro de 2013.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 3768 de 16 de Dezembro de 2013**

PORTARIA nº 3768 de 16 de dezembro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSÉ NILTON GOEDERT, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSÉ NILTON GOEDERT, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRACAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/12/2013 a 20/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/12/2013.

Biguaçu, 16 de dezembro de 2013.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 3769 de 16 de Dezembro de 2013**

PORTARIA nº 3769 de 16 de dezembro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSÉ MEDEIROS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSÉ MEDEIROS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/09/2013 a 20/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/09/2013.

Biguaçu, 16 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 3770 de 16 de Dezembro de 2013**

PORTARIA nº 3770 de 16 de dezembro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANELIZE FERREIRA DE SENA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANELIZE FERREIRA DE SENA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/12/2013 a 20/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/12/2013.

Biguaçu, 16 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 3771 de 16 de Dezembro de 2013**

PORTARIA nº 3771 de 16 de dezembro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RICARDO ROBERTO VARGAS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RICARDO ROBERTO VARGAS, para desempenhar as funções do cargo não provido de OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PESADOS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/12/2013 a 20/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/12/2013.

Biguaçu, 16 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Extrato Contrato Nº 10.216/2013 - Processo: Pregão Presencial - PP Nº 133/2013 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.216/2013

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 133/2013 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE ROUPARIA PARA USO DA POLICLÍNICA E UPA 24 HORAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: VETERINÁRIA SUL CATARINENSE LTDA.

Valor: R\$ 11.550,00 (ONZE MIL QUINHENTOS E CINQUENTA REAIS).

Vigência: 01/01/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

**Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 10.159/2013 CV Nº 78/2013 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 10.159/2013 CV Nº 78/2013 - FMS

Objeto: REFORMA DA UNIDADE DE SAÚDE DO ESTIVA.

Fornecedor: TNH PRESTADORA DE SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME

Valor previsto para fins de bloqueio: R\$ 2.420,10 (dois mil quatrocentos e vinte reais e dez centavos).

Valor do acréscimo: R\$ 7.823,23 (sete mil oitocentos e vinte e três reais e vinte e três centavos).

Valor da supressão: R\$ 5.403,13 (cinco mil quatrocentos e três mil e treze centavos).

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Saúde.

## Bom Jesus do Oeste

### PREFEITURA

#### Decreto Municipal 4471/2013

DECRETO Nº. 4471/13 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

APROVA DESDOBRAMENTO DE LOTE URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso VI, do Art.41, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 868/13, de 03 de Abril de 2013.

#### DECRETA

Art.1º. Fica pelo presente Decreto aprovado o DESDOBRAMENTO DE PARTE DOS LOTES URBANOS Nº. 172 e 173, DA QUADRA Nº. 17, com áreas respectivas de 600,00m² cada, totalizando a área total de 1.200,00m² (um mil e duzentos metros quadrados) localizado na Rua Padre Darci, esquina com Rua Irmão Ambrosio, centro, neste município de Bom Jesus do Oeste/SC, de propriedade do Sr. Adelmo José Schwertz.

#### DESDOBRAMENTO DOS LOTES

1-) Lote Urbano nº. 172-A, na Quadra nº. 17, com área de 400,00m² (quatrocentos metros quadrados), que será adquirido pelo Sr. Volmir Antônio Schwertz, com as seguintes confrontações

Ao Nordeste: com Parte do Lote Urbano nº. 174, de propriedade do Sr. Pedro R. da Rosa, na extensão de 30,00 metros;

Ao Sudoeste: com o Lote Urbano nº. 173-A, de propriedade do Sr. Ademir Saugo, na extensão de 15,00 metros e com o Lote Urbano nº. 173-B, de propriedade do Sr. Jackson Eston Laux, na extensão de 15,00 metros;

Ao Sudeste: com a Rua Padre Darci, na extensão de 13,333 metros;

Ao Noroeste: com Parte dos Lotes Urbanos nº. 172 e 173, de propriedade do Sr. Leonelo Dornhauser, na extensão de 13,333 metros.

2-) Lote Urbano nº. 173-A, na Quadra nº. 17, com área de 400,00m² (quatrocentos metros quadrados), que será adquirido pelo Sr. Ademir Saugo, com as seguintes confrontações:

Ao Nordeste: com o Lote Urbano nº. 172-A, de propriedade do Sr. Volmir Antônio Schwertz, na extensão de 15,00 metros;

Ao Sudoeste: com a Rua Irmão Ambrosio, na extensão de 15,00 metros;

Ao Sudeste: com o Lote Urbano nº. 173-B, de propriedade do Sr. Jackson Eston Laux, na extensão de 26,667 metros;

Ao Noroeste: com Parte dos Lotes Urbanos nº. 172 e 173, de

propriedade do Sr. Leonelo Dornhauser, na extensão de 26,667 metros;

3-) Lote Urbano nº. 173-B, na Quadra nº. 17, com área de 400,00m² (quatrocentos metros quadrados), que será adquirido pelo Sr. Jackson Eston Laux, com as seguintes confrontações:

Ao Noroeste: com o Lote Urbano nº. 172-A, de propriedade do Sr. Volmir Antônio Schwertz, na extensão de 15,00 metros;

Ao Sudoeste: com a Rua Irmão Ambrosio, na extensão de 15,00 metros;

Ao Sudeste: com a Rua Padre Darci, na extensão de 26,667 metros;

Ao Noroeste: com o Lote Urbano nº. 173-A, de propriedade do Sr. Ademir Saugo, na extensão de 26,667 metros.

Art. 2º. Fica pelo presente, revogado o Decreto nº. 4464/13 de 13 de Novembro de 2013.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº. 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste (SC), 12 de Dezembro de 2013.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

#### Decreto Municipal Nr 4472/2013

DECRETO Nº 4472 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013

DISPÕE SOBRE ATENDIMENTO INTERNO E PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei Orgânica,

CONSIDERANDO: Que com a chegada do final de ano a Administração Pública Municipal tem a necessidade de adotar medidas para a conclusão do Exercício Financeiro;

CONSIDERANDO: Que para a conclusão de todos os balancetes e os relatórios contábeis é indispensável à conclusão de empenhos de bens, obras e de serviços;

CONSIDERANDO: Que a Saúde é um serviço essencial, a Secretaria Municipal de Saúde, deve manter os seus trabalhos, ainda que na modalidade de Plantões;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado que os trabalhos em todas as Secretarias do Município de Bom Jesus do Oeste - SC serão apenas internos de 23 a 30 de dezembro de 2013, sem atendimento ao Público, salvo a Secretaria Municipal de Saúde que manterá o atendimento em forma de Plantão nos dias 24 e 31 de dezembro de 2013, que em função dos feriados Nacionais de Natal que ocorre em 25 de dezembro de 2013 e Ano Novo que ocorre em 01 de janeiro de 2014, será Ponto Facultativo em todas as repartições públicas municipais.

Art. 2º - Este Decreto tem vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto n.º 4450, de 16 de setembro de 2013.



Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste (SC),  
em 13 de dezembro de 2013.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### **Decreto Legislativo Nº75-13, de 16 de Dezembro de 2013 Exonera a Servidora Municipal e Dá Outras Providências.**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 75/13, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.  
EXONERA A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAIR DOS SANTOS SERPA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por LEI.

#### DECRETA:

Art. 1º. EXONERA a partir do dia 30 /12/2013, a Servidora Municipal Sra. MARISE LÚCIA HALBERSTADT, matrícula nº 132/1, portador do CIC sob. nº 034469579-44, lotada na Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste SC, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida em 06 de Maio de 2013.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º da Lei do Legislativo nº04/2013 de 18 de setembro de 2013.

Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste SC, 16 de dezembro de 2013.

CLAIR DOS SANTOS SERPA  
Presidente da Câmara

Registrado e publicado em data supra.

LEISI RAUBER WANDSCHEER  
1º Secretária

## Bom Retiro

## PREFEITURA

### **1074.12.13 - P. Lic. Trat. Saude Rubens T. Silveira**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 1074/13 de 16.12.13  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

#### RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde a partir do dia 13 de dezembro com término no dia 27 de dezembro de 2013, ao funcionário Rubens Tadeu Schiestl Silveira, ocupante do cargo de Agente Municipal de Defesa e Salvamento, Padrão

I - Nível 04, do quadro de Pessoal do Município com exercício no Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 16 de dezembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### **1075.12.13 - P. Férias Antonia D. R. Albuquerque**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 1075/13 de 16.12.13  
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

#### RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2012 (Dois Mil e Doze) a 2013 (Dois Mil e Treze) a funcionária Antonia Dejanir Rabelo Albuquerque, Ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, para gozá-las a partir de 16 de dezembro com término no dia 14 de janeiro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 16 de dezembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### **1076.12.13 - P. Lic. Trat. Saude Verlani Possenti**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 1076/13 de 16.12.13  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

#### RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar consulta médica no dia 16 de dezembro de 2013, a funcionária Verlani Possenti, Ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão I - Nível 6, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 16 de dezembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**1077.12.13 - P.Lic. Mot. P. Fam. Angelita Motta**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1077/13 de 16.12.13

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 06 (seis) dias de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, a contar do dia 20 de novembro de com término no dia 25 de novembro de 2013, a funcionária Angelita Motta, Ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem Socorrista - Padrão I - Nível 03, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 16 de dezembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**1078.12.13 - P. Lic. Trat. Saude Antonio J. Zanelato**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1078/13 de 16.12.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar consulta médica no dia 27 de novembro de 2013, ao funcionário Antônio Junior Zanelato, Ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem Socorrista - Padrão I - Nível 04, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 16 de dezembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**Cancelamento Pregão**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

AVISO DE CANCELAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2013

O Município de Bom Retiro torna público AVISO DE CANCELAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2013 cujo objeto é Aquisição de uma Escavadeira Hidráulica Nova, nos termos do artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93 c/c suas alterações. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta seu efeito legal. Bom Retiro, 17 de dezembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

**Errata PP 27/2013**

PREFETURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

Errata nº 01 do Edital de Pregão Presencial N.º 27/2013

O Município de Bom Retiro vem a público retificar o Edital Pregão Presencial nº 27/2013, de 09 de dezembro de 2013, cujo objeto é Fornecimento de transporte escolar para os alunos da rede municipal e estadual no exercício de 2014 dentro dos padrões exigidos por lei. Alterar no Edital:

Onde se lê no item 15.7: O prazo de validade será até 31/12/2013, podendo ser prorrogado conforme legislação vigente até o máximo de 60 meses, e com reajuste baseado no índice do INPC.

Leia-se: O prazo de validade será até 31/12/2014, podendo ser prorrogado conforme legislação vigente até o máximo de 60 meses, e com reajuste baseado no índice do INPC.

Onde se lê no item 16.8: A licitante vencedora terá o prazo de 3 (três) dias após a homologação do Processo Licitatório para apresentar o(s) veículo(s) para vistoria, estando os mesmos de acordo com as especificações constantes no Edital Pregão Presencial 04/2013.

Leia-se: A licitante vencedora terá o prazo de 3 (três) dias após a homologação do Processo Licitatório para apresentar o(s) veículo(s) para vistoria, estando os mesmos de acordo com as especificações constantes no Edital Pregão Presencial 27/2013.

Bom Retiro, 16 de dezembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito

**Errata**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

Errata Extrato Sétimo Termo Aditivo de Supressão do Contrato 93/2011

O Município de Bom Retiro vem a público retificar Minuta do Extrato Sétimo Termo Aditivo de Supressão do Contrato 93/2011. Alterar na Minuta do Extrato:

Onde se lê: Aviso de Anulação

Leia-se: Aviso de Publicação

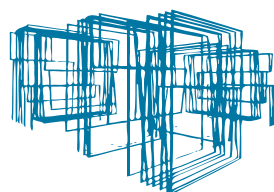
Onde se lê: Bom Retiro, 12 de novembro de 2013.

Leia-se: Bom Retiro, 12 de dezembro de 2013.

Bom Retiro, 16 de dezembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal



Programa de  
Gestão de Obras



# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### Pregão Presencial 83/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO 91/2013  
EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 83/2013

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que às 07h30min do dia 14.01.2014, estará selecionando a melhor proposta para Contratação de empresa para realização de suporte técnico e apoio administrativo, através de apoio técnico especializado na operacionalização dos sistemas de informática na área de planejamento orçamentário em seus vários módulos, utilizados na Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, além do acompanhamento e orientação escrita e verbal nas áreas de planejamento e prestação de contas de convênios/contratos. Município de Braço do Trombudo, pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).

Braço do Trombudo, em 16 de dezembro de 2013.  
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH  
Prefeito Municipal.

### Extrato 1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 29/2013

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 29/2013

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.  
Contratada: Construtora Civil MG Ltda  
CNPJ sob o nº 06.145.928/0001-40 Sito a Rua Anita Garibaldi, 373,  
Cidade de Ibirama - SC  
Objeto: Pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, pavimentação de passeios em paver e sinalização viária da Rua Prefeito Ervino Vermoehlen com 167,33 m.  
Vigência: 31.12.2014.

Data da assinatura: 12.12.2013  
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH  
Prefeito Municipal

### Extrato 2º Termo Aditivo Referente ao Contrato Nº 46/2012

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 46/2012

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.  
Contratada: Construtora Civil MG Ltda  
CNPJ sob o nº 06.145.928/0001-40 Sito a Rua Anita Garibaldi, 373,  
Cidade de Ibirama - SC  
Objeto: Pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e pavimentação em paver da Avenida Erica Hansen Joenck, Rua Deputado Arnaldo Rinnert, Rua Prefeito Harry Teske, Pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e reaterro dos passeios da Rua Berhardt Wetzel e Beco José Agostinho Felipe.  
Vigência: 31.12.2014.

Data da assinatura: 12.12.2013  
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH  
Prefeito Municipal

### Extrato 4º Termo Aditivo Referente ao Contrato Nº 45/2011

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 45/2011

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.  
Contratada: SERRANA ENGENHARIA LTDA  
CNPJ sob o nº 83.073.536/0001-64 Sito a Rua Ottokar Doerffel, 841  
Cidade de Joinville - SC  
Objeto: Serviços de coleta dos resíduos sólidos urbanos transporte até a estação de triagem municipal, transbordo dos resíduos triados, transporte até o aterro sanitário, tratamento e destinação final, serviços gerais de engenharia para acompanhamento, adequação, treinamento, gerenciamento de estação de triagem.  
Vigência: 31.12.2014.

Data da assinatura: 16.12.2013  
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH  
Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato 51/2013

EXTRATO DE CONTRATO 51/2013

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,  
Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.  
Contratada: Coop.Reg.Agrop.Alto Vale Itajai Ltda  
CNPJ 85.789.782/0025-10, sito a Rua duque de Caxias, 184,  
Cidade de Braço do Trombudo - SC  
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para montagem de cestas natalinas, conforme especificado no Anexo I deste Edital.

Valor: R\$29.988,00 (vinte nove mil, novecentos oitenta e oito reais),  
Vigência até 31.12.2013.

Data da assinatura: 09.12.2013  
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH  
Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato 9/2013 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 9/2013 FMS

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: E.J.C. Veículos Ltda  
CNPJ sob o nº 04.912.815/0001-06 Sito a Avenida Governador Ivo Silveira, 395  
Cidade de Rio do Sul - SC

Objeto: Aquisição de veículos para a Secretaria Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Valor: R\$ 134.500,00 (cento e trinta e quatro mil e quinhentos reais)  
Vigência: 31.12.2014.

Data da assinatura: 12.12.2013  
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH  
Prefeito Municipal

**Ata de Registro de Preços 14/2013****ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/38

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013****Número do Registro de Preços: 14/2013****Data do Registro: 18/06/2013****Válido até: 18/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Mangueira corrugada 1 polegada (8832)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	cortubo	0	0,8000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FEHRMANN	0	1,1500	2
2	Mangueira corrugada 3/4 (8833)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	cortubo	0	0,6000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FEHRMANN	0	0,7800	2
3	Mangueira preta 1/2 parede 2.0mm (8834)	MTS	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CARPES	0	0,4500	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	carpes	0	0,4800	2
4	Mangueira preta 3/4 parede 2.0mm (8835)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	carpes	0	0,6500	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CARPES	0	0,7000	2
5	Mangueira Preta 1 parede 2.00mm (8836)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	carpes	0	0,8500	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CARPES	0	0,9000	2
6	Mangueira Transparente 1/2 (8837)	MTS	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MANTAC	0	1,1500	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	oroin	0	1,2000	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 2/38

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013****Número do Registro de Preços: 14/2013****Data do Registro: 18/06/2013****Válido até: 18/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	Mangueira multiuso trançada (8839)	MTS	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MANTAC	0	2,5000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	plasbom	0	2,6000	2
8	Torneira de jardim 1/2 (7271)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	1,9000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	herc	0	2,1000	2
9	Torneira de jardim 3/4 (7272)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	1,9000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	herc	0	1,9500	2
10	Torneira para Tanque plástica 15 cm 1/2 (8840)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	herc	0	2,3000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	2,5000	2
11	Torneira plástica para lavatório 1/2 (8841)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	herc	0	5,1000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	5,2000	2
12	Torneira bóia 3/4 (7274)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CIPLA	0	4,3000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	durin	0	4,4000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 3/38

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013****Número do Registro de Preços: 14/2013****Data do Registro: 18/06/2013****Válido até: 18/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Engate flexível 40cm (7153)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	2,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	2,5000	2
14	Válvula para lavatório plástica (8842)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	1,8000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	1,9000	2
15	Fita veda rosca 18x10 (7280)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	tigre	0	1,8500	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	1,9000	2
16	AREIA FINA (1958)	M3	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	weiss	0	68,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DESCHAMPS	0	69,0000	2
17	AREIA MEDIA (7)	M3	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	weiss	0	61,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DESCHAMPS	0	62,0000	2
18	Brita n 0 (8843)	M3	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	weiss	0	60,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DESCHAMPS	0	62,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 4/38

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013****Número do Registro de Preços: 14/2013****Data do Registro: 18/06/2013****Válido até: 18/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	Brita n 1 (8844)	M3	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	weiss	0	60,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DESCHAMPS	0	62,0000	2
20	Pó brita (8845)	M3	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DESCHAMPS	0	61,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	weiss	0	62,0000	2
21	Predisco (8846)	M3	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	weiss	0	61,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DESCHAMPS	0	64,0000	2
22	Cimento 50 Kg cp2 (8847)	SC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	votorantim	0	19,5000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	VOTORANTIM	0	19,8000	2
23	Argamassa ac1 20Kg (8848)	SC	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CERTA	0	5,7000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	certa	0	5,8000	2
24	Argamassa ac2 20Kg (8849)	SC	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CERTA	0	11,9000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	certa	0	12,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 5/38

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013****Número do Registro de Preços: 14/2013****Data do Registro: 18/06/2013****Válido até: 18/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	Argamassa ac3 20Kg (8850)	SC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	certa	0	20,9000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CERTA	0	21,0800	2
26	Rejunte cores diversas 1kg (7209)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CERTA	0	1,6000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ceramfix	0	1,6500	2
27	Tijolos 6 furos 9X14X24 (8851)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	teske	0	0,4400	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BRAÇO NOVC	0	0,4700	2
28	Telhas germânicas (8852)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	hobbus	0	1,4000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BOM JESUS	0	1,4300	2
29	Goivas (8853)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	hobbus	0	3,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BOM JESUS	0	3,1200	2
30	Telhas de fibrocimento 122X4mm (8854)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	EMBRALIT	0	5,7800	1
31	Telhas de fibrocimento 1,53X4mm (8855)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	EMBRALIT	0	5,6000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 6/38

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013****Número do Registro de Preços: 14/2013****Data do Registro: 18/06/2013****Válido até: 18/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	imbralit	0	5,7000	2
32	Telhas de fibrocimento 1,83X4mm (8856)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	imbralit	0	7,2000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	EMBRALIT	0	7,8000	2
33	Telhas de fibrocimento 2,44X4mm (8857)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	imbralit	0	9,3000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	EMBRALIT	0	9,5000	2
34	Madeira de pnus para Caixaria (8858)	M3	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	mugge	0	400,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ITAMARATY	0	410,0000	2
35	ARAME RECOZIDO N°18 (6450)	KG	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	5,6000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gerdau	0	5,7000	2
36	Barra de ferro (8859)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gerdau	0	5,2000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	5,3000	2
37	Barra de ferro 1/4 (7205)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	11,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 7/38

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013**

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

**Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gerdau	0	11,3000	2
38	Barra de ferro 5/16 (7207)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gerdau	0	16,9000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	17,5000	2
39	Barra de ferro 3/8 (7206)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gerdau	0	26,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	28,0000	2
40	Barra de ferro 1/2 (8860)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gerdau	0	39,9000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	41,0000	2
41	Treliça 6x6 (8861)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	21,1800	1
42	Treliça 6x8 (8862)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	18,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gerdau	0	18,2000	2
43	Treliça 6x12 (8863)	PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gerdau	0	27,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	28,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 8/38

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013****Número do Registro de Preços: 14/2013****Data do Registro: 18/06/2013****Válido até: 18/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
44	Malha pop 3.4 (8864)	PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gerdau	0	25,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	27,3000	2
45	Malha pop 2.45x6m ferro 4.2 (8865)	PC	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	113,3300	1
46	Malha pop 2.45x6m ferro 5mm (8866)	PC	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	160,6700	1
47	Broca de aço rápido 4mm (7131)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BOSCH	0	4,3800	1
48	Broca de aço rápido 6mm (7130)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BOSCH	0	6,6800	1
49	Broca de aço rápido 8mm (7129)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BOSCH	0	10,5000	1
50	Broca aço rápido 10mm (8867)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BOSCH	0	15,1700	1
51	Broca Vedeia 5mm (8868)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BOSCH	0	4,3500	1
52	Broca de videia 8mm (7133)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BOSCH	0	7,2700	1
53	Broca de videia 10mm (7132)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BOSCH	0	12,2800	1
54	Cadeado 30mm (7136)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	soprano	0	9,5000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 9/38

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013****Número do Registro de Preços: 14/2013****Data do Registro: 18/06/2013****Válido até: 18/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	9,9000	2
55	Cadeado 40mm (7137)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	soprano	0	11,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	12,5000	2
56	Cadeado 50cm (8869)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	soprano	0	17,4000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	17,5000	2
57	Abraçadeira de pressão 1/2 (8870)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INCA	0	0,7000	1
58	Abraçadeira de pressão 1 (8871)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INCA	0	0,8700	1
59	Abraçadeira com chaveta 1 polegada (8872)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	fehrmann	0	0,6000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INCA	0	0,7300	2
60	Cilindro para fechadura (7145)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	soprano	0	8,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	8,5000	2
61	Fechadura Metálica externa (8873)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	19,5000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 10/38

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013**

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

**Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	soprano	0	19,9000	2
62	Dobradiça zincada 3 polegadas (8874)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gugler	0	1,4000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	1,5300	2
63	Dobradiça zincada 2 polegadas (8875)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gugler	0	0,9000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	1,1000	2
64	Prego 10x10 - pct 1kg (7220)	KG	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	11,5000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gerdau	0	11,9000	2
65	Prego 12x12 - pct 1kg (7221)	KG	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gerdau	0	8,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	8,9000	2
66	Prego 17x27 - pct 1kg (7222)	KG	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gerdau	0	6,1000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	6,3000	2
67	Prego 18x30 (7223)	KG	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gerdau	0	5,9000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 11/38

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013**

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

**Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	6,2000	2
68	Prego 22x48 (7224)	KG	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gerdau	0	5,9000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	6,2000	2
72	Bloco de concreto (8008)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	riosul	0	1,2000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	WJF	0	1,2300	2
73	Blocos calha de concreto (8877)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	riosul	0	1,4500	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	WJF	0	1,5000	2
74	Joelho de esgoto 40mm (8878)	PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	0,5000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	0,5500	2
75	Joelho de esgoto 50mm (8879)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	0,7000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	0,7500	2
76	Joelho esgoto 75mm (8880)	PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	1,8000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 12/38

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013**

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

**Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	2,0000	2
77	Joelho esgoto 100mm (8881)	PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	1,8000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	1,8500	2
78	Tee esgoto 40mm (8882)	PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	1,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	1,3000	2
79	Tee esgoto 50mm (8883)	PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	2,1000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	2,2000	2
80	Tee esgoto 75mm (8884)	PC	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	4,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	4,1000	2
81	Tee esgoto 100mm (8885)	PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	4,5000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	4,8000	2
82	Caixa sifonada 100x100x50 (7156)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	3,8000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 13/38

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013**

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

**Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	4,0000	2
83	Caixa de gordura com cesto (7140)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CIPLA	0	95,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gs	0	98,0000	2
84	Dobradiça zincada 3 (7150)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gugler	0	1,4000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	1,5300	2
85	Cap de esgoto 100mm (7157)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	3,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	3,5700	2
86	Cap de esgoto 75mm (7158)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	2,5000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	2,7700	2
87	Cap de esgoto 50mm (7159)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	1,5000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	1,9000	2
88	Cap esgoto 40mm (8886)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	1,0000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 14/38

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013****Número do Registro de Preços: 14/2013****Data do Registro: 18/06/2013****Válido até: 18/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	1,1700	2
89	Curva de esgoto 100mm (7160)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	5,7000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	5,8000	2
90	Curva de esgoto 75mm (7161)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	6,5000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	7,0000	2
91	Luva de esgoto 100mm (7167)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	2,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	2,4000	2
92	Luva de esgoto 75mm (7168)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	2,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	2,2000	2
93	Luva de esgoto 50mm (7169)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	0,9000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	1,0000	2
94	Luva de esgoto 40mm (7170)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	0,8000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 15/38

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013****Número do Registro de Preços: 14/2013****Data do Registro: 18/06/2013****Válido até: 18/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	1,5300	2
95	Redução esgoto 50x40 (7171)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	0,8000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	1,2000	2
96	Tubo esgoto 150mm (8887)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	75,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	76,0000	2
97	Tubo de esgoto de 6 metros 100mm (7178)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	27,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	30,0000	2
98	Tubo esgoto 75mm (8888)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	27,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	27,3000	2
99	Tubo de esgoto de 6 metros 50mm (7180)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	20,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	21,0000	2
100	Tubo de esgoto de 6 metros 40mm (7181)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	12,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 16/38

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013****Número do Registro de Preços: 14/2013****Data do Registro: 18/06/2013****Válido até: 18/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	13,0000	2
101	Sifão para esgoto 75cm (8889)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	4,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	blukit	0	4,2000	2
102	CAIXA DE DESCARGA (2449)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	plena	0	16,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CIPLA	0	17,5000	2
103	Assento sanitário simples (8892)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	HERC	0	12,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	herc	0	12,5000	2
104	Assento sanitário almofadado (7126)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	HERC	0	34,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	herc	0	34,5000	2
105	Caixa d água 300 litros (8890)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	fortlev	0	105,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FIBRAOESTE	0	128,0000	2
106	Caixa d água 500 litros (7139)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FIBRAOESTE	0	130,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 17/38

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013**

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	fortlev	0	135,0000	2
107	Cesto de lixo 50 litros pvc com tampa (8891)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	0	34,0000	1
108	Balde plástico para concreto 10 litros (8893)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	cdk	0	5,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	0	5,5000	2
109	Carrinho de mão caçamba de pvc (7142)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAESTRO	0	85,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	maestro	0	88,0000	2
110	Caçamba de pvc para carrinho de mão (8894)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAESTRO	0	26,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	olipe	0	27,0000	2
111	Alicate universal (7185)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	15,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	mister	0	15,3000	2
112	Alicate de bico (7187)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	16,5000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	mister	0	16,9000	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 18/38

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013****Número do Registro de Preços: 14/2013****Data do Registro: 18/06/2013****Válido até: 18/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
113	Alicate de corte (7186)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	mister	0	12,0000	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	12,5000	2
114	Alicate arrebitor (8895)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	mister	0	12,5000	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	13,5000	2
115	Chave de fenda 1/4x5 (7192)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	disma	0	5,0000	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	6,0700	2
116	Broxa nº 1 (7134)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	3,3000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	atlas	0	3,4000	2
117	Broxa nº2 (7135)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	0	5,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	atlas	0	5,3000	2
118	Aplicador de silicone (7188)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	9,5000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	mister	0	10,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 19/38

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013****Número do Registro de Preços: 14/2013****Data do Registro: 18/06/2013****Válido até: 18/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
119	Serrinha de cortar ferro (8896)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LENOX	0	2,5000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	nicholson	0	2,6000	2
120	Cabo de enxada (8897)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	mugge	0	4,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PANDOLFO	0	4,4700	2
121	Cabo para pá de ajuntar (7191)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	mugge	0	4,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PANDOLFO	0	4,9700	2
122	Colher de pedreiro nº9 (7193)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	atlas	0	5,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	0	5,5000	2
123	Desempenadeira plástica c/ espuma (7194)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	cdk	0	3,5000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	0	4,0000	2
124	Disco diamantado para corte seco (7195)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BOSCH	0	16,5000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	bosch	0	16,7000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 20/38

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013**

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
125	Enxada 19 cm com cabo (7196)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	metisa	0	11,9000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PANDOLFO	0	12,5000	2
126	Enxadão com cabo (7197)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PANDOLFO	0	25,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	pandolfo	0	26,0000	2
127	Lápis de carpinteiro (7198)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	faber castell	0	1,4000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FABER CASTI	0	1,5000	2
128	Lima chata nº 8 (7199)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	nicholson	0	9,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	NICHISON	0	9,8000	2
129	Martelo 25mm (7200)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	14,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	orion	0	14,5000	2
130	Pá de ajuntar com cabo (7201)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	metisa	0	16,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PANDOLFO	0	16,5000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 21/38

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013**

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
131	Pá de cavar com cabo (7202)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	metisa	0	16,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PANDOLFO	0	17,1700	2
132	Serrote profissional nº20 (7203)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	0	29,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	art serra	0	30,0000	2
133	Trena emborrachada 8 metros (8898)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	15,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	disma	0	16,0000	2
134	Trena emborrachada 5 metros (8899)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	7,8000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	disma	0	8,0000	2
135	Trena emborrachada 3 metros (8900)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	5,4000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	disma	0	5,5000	2
136	Linha de nylon nº100 (7213)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	8,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ekilon	0	8,3000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 22/38

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013**

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

**Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
137	Trena 30 metros (8901)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	25,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	disma	0	25,7000	2
138	Luva látex (8902)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	promat	0	4,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	0	4,5000	2
139	Prumo 500gr (8903)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	0	11,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	depecil	0	11,7000	2
140	Escova de aço com cabo (8904)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	max	0	4,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	0	5,2000	2
141	Disco para serra circular 36 dentes (8905)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	33,5300	1
142	Nível de alumínio 20 polegadas (8906)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	0	20,4000	1
143	Espátula 06cm (8907)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	monfort	0	4,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	4,5200	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 23/38

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013**

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
144	Mareta 500grs (8908)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	monfort	0	13,5000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	0	14,0000	2
145	Mareta 1 Kg (8909)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	monfort	0	17,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	0	18,0000	2
146	Mareta 3 Kg (8910)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	0	33,4300	1
147	Escada de madeira 7 degraus (8911)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	kolmad	0	104,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAESTRO	0	123,3300	2
148	Escada de ferro 5 degraus (8912)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	maestro	0	84,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAESTRO	0	84,3300	2
149	SUBSTITUTO DE CAL (6031)	LT	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	QUEVEKS	0	5,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	otto b.	0	5,5000	2
150	Cal de pintura - saco 5 kg (7141)	SC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	eb cal	0	7,5000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 24/38

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013****Número do Registro de Preços: 14/2013****Data do Registro: 18/06/2013****Válido até: 18/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SINHA	0	8,0000	2
151	Massa epoxi 100gr (7152)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURAPOXI	0	4,3000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	henkel	0	4,5000	2
152	Espuma expansiva 400gr (7182)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	tytan	0	15,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	0	15,5000	2
153	Impermeabilizante para reboco 1 litro (7212)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	keveks	0	11,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	QUEVEKS	0	11,5000	2
154	Impermeabilizante para concreto 1 litro (7211)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	keveks	0	11,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	QUEVEKS	0	11,5000	2
155	Fita crepe 50x50 (7208)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	0	6,5000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	adere	0	7,0000	2
156	Rolo de lã 5cm c/ cabo (7225)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	0	4,3000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 25/38

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013**

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

**Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	atlas	0	4,4000	2
157	Rolo de lâ 9cm c/ cabo (7226)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	atlas	0	5,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	0	5,8000	2
158	Rolo de lâ 15cm c/ cabo (7227)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	atlas	0	7,5000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	0	8,0000	2
159	Rolo de lâ natural 23cm s/ cabo (7228)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	0	14,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	atlas	0	15,0000	2
160	Rolo de espuma 23cm s/ cabo (7229)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	0	5,5000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	atlas	0	6,0000	2
161	Cabo para rolo 23cm (8913)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	atlas	0	4,5000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	0	5,6300	2
162	Trincha cerdas médias 1 polegada (8914)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ROMA	0	2,3000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 26/38

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013**

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

**Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	atlas	0	2,4000	2
163	Trincha cerdas médias 2 polegadas (8915)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	atlas	0	3,2000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ROMA	0	3,6800	2
164	Trincha cerdas médias 3 polegadas (8916)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	atlas	0	6,2000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ROMA	0	6,8000	2
165	Trincha cerdas médias 4 polegadas (8917)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	atlas	0	8,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ROMA	0	8,3000	2
166	Silicone 280gr (7947)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	0	8,5000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	tytan	0	9,0000	2
167	Solvente (1 litro) (7257)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	anjo	0	8,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ANJO	0	8,5000	2
168	Thiner 1 litro (8918)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ANJO	0	8,8000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 27/38

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013****Número do Registro de Preços: 14/2013****Data do Registro: 18/06/2013****Válido até: 18/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	anjo	0	9,0000	2
169	Tinta esmalte 3,6 cores (8919)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUKSCOLOR	0	49,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	sherwin	0	49,8000	2
170	Tinta esmalte 1 Kg cores (8920)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUKSCOLOR	0	15,5000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	sherwin	0	16,0000	2
171	Fundo a óleo 3,6 (8921)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	universo	0	40,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUKSCOLOR	0	48,6700	2
172	Tinta acrílica 3,6 cores premium semi-brilho (8922)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUKSCOLOR	0	51,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	sherwin	0	52,0000	2
173	Registro de pressão soldável (7246)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	HERC	0	12,8000	1
174	Tinta acrílica 18 cores semi brilho premium (8923)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAXI TINTAS	0	235,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	sherwin	0	240,0000	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 28/38

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013**

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
175	Selador acrílico - 18 lt (7266)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	resicolor	0	60,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAXI TINTAS	0	65,0000	2
176	Verniz filtro solar 3,6 (8924)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUKSCOLOR	0	58,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	sherwin	0	60,0000	2
177	Osmocolor transparente 3,6 (8925)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	montana	0	100,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MONTANA	0	105,0000	2
178	Osmocolor cores (8926)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MONTANA	0	115,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	montana	0	120,0000	2
179	Tinta spray Cores 250 gr (8927)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	COLOR GIN	0	9,5000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	sherwin	0	9,7000	2
180	Tinta spray metálico cores (8928)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	COLOR GIN	0	19,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	sherwin	0	19,9000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 29/38

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013****Número do Registro de Preços: 14/2013****Data do Registro: 18/06/2013****Válido até: 18/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
181	Tinta para piso 18 litros (8929)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	RESICOLOR	0	170,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	sherwin	0	172,0000	2
182	Resina acrílica 18 litros (8930)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	sherwin	0	210,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUKSCOLOR	0	215,0000	2
183	MASSA ACRILICA (1097)	GL	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	reicolor	0	20,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUKSCOLOR	0	25,0000	2
184	Corante para tinta cores (8931)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	XADREZ	0	2,4000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	colorsil	0	2,5000	2
185	Registro pvc soldável 20 (8933)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	5,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	HERC	0	5,5000	2
186	Registro pvc soldável 25 (8934)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	5,4000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	HERC	0	5,5000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 30/38

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013****Número do Registro de Preços: 14/2013****Data do Registro: 18/06/2013****Válido até: 18/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
187	Registro pvc soldável 50 (8937)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	13,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	HERC	0	14,5000	2
188	Cap soldável 20mm (7232)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	0,3000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	0,4000	2
189	Cap soldável 25mm (7233)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	0,4000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	0,5000	2
190	Luva soldável 20mm (7242)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	0,3000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	0,3700	2
191	Luva soldável 25mm (7243)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	0,4000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	0,4800	2
192	Luva soldável 40mm. (7244)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	1,5000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	1,9300	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 31/38

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013****Número do Registro de Preços: 14/2013****Data do Registro: 18/06/2013****Válido até: 18/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
193	Luva soldável 50mm (7245)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	1,8000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	2,0200	2
194	Curva soldável 50mm (8946)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	4,3000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	4,4000	2
195	Curva soldável 25mm (8947)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	0,9500	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	1,0000	2
196	Joelho RI 20x1/2 (8948)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	1,4000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	1,4500	2
197	Joelho RL 25x1/2 (7240)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	1,8000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	2,0000	2
198	Joelho soldável 20mm (8949)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	0,3000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	0,3500	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 32/38

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013****Número do Registro de Preços: 14/2013****Data do Registro: 18/06/2013****Válido até: 18/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
199	JOELHO SOLDÁVEL 25MM (1517)	PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	0,3500	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	0,4500	2
200	Joelho soldável 40mm (7986)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	1,7000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	2,0300	2
201	Joelho soldável 50mm (8950)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	1,8000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	2,0000	2
202	Joelho soldável 85 mm. (10646)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	26,1000	1
203	Joelho soldável 85mm 45 graus (8954)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	33,2000	1
204	Tee soldável 20mm (7249)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	0,4000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	0,4500	2
205	Tee soldável 25mm (7250)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	0,5000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	0,6500	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 33/38

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013****Número do Registro de Preços: 14/2013****Data do Registro: 18/06/2013****Válido até: 18/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
206	Tubo soldável 20mm (7253)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	7,1000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	7,4000	2
207	Tubo soldável 50mm (7256)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	31,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	32,0000	2
208	FLANGE PVC 85MM (6938)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVA	0	71,3300	1
209	FLANGE 50MM (2047)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	8,5000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	9,5000	2
210	Flange pvc 40mm (8958)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	8,5000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	9,0000	2
211	FLANGE 32MM (2049)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	8,5000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	9,0700	2
212	FLANGE 25 MM (2048)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	5,9000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 34/38

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013****Número do Registro de Preços: 14/2013****Data do Registro: 18/06/2013****Válido até: 18/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	6,1200	2
213	Selador acrílico - 3,6 lt (7264)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAXI TINTAS	0	18,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	resicolor	0	19,0000	2
214	Prego 25x72 (10708)	KG	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gerdau	0	7,1000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	7,4000	2
215	Caixa da água Fibra 10.000 lt. (10709)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FIBRAOESTE	0	2.012,0000	1
216	Flange Sold 60 mm. (10710)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	20,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLATILIT	0	24,6700	2
217	Flange Sold 85 mm. (10711)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVA	0	80,6700	1
218	Registro Esfera Sold 60 mm (10712)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	22,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	24,0000	2
219	Registro Esfera Sold 85 mm. (10713)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	chiva	0	130,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 35/38

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013****Número do Registro de Preços: 14/2013****Data do Registro: 18/06/2013****Válido até: 18/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVA	0	145,0000	2
220	Curva Sold 90° 85 mm. (10714)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	25,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVA	0	30,8300	2
221	Curva Sold 45° 85mm (10715)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	30,5000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVA	0	30,6700	2
222	Curva Sold 50 mm. (10716)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVA	0	5,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	5,4000	2
223	Tubo PBA 85mm (8001)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TUBOZAN	0	95,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	br plasticos	0	100,0000	2
224	Tubo PBA 110mm (8000)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	br plasticos	0	190,0000	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TUBOZAN	0	205,0000	2
225	Lona Preta. (10717)	MT	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	0	2,3000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 36/38

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013****Número do Registro de Preços: 14/2013****Data do Registro: 18/06/2013****Válido até: 18/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	lonax	0	2,5000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 37/38

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013****Número do Registro de Preços: 14/2013****Data do Registro: 18/06/2013****Válido até: 18/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
226	Mangueira Eucalipto Prancha 6x4m. (10718)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ITAMARATY	0	776,6700	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 38/38

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013****Número do Registro de Preços: 14/2013****Data do Registro: 18/06/2013****Válido até: 18/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2013****PROCESSO Nº 28/2013**

(8293) - GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME

(8457) - WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

Braço do Trombudo, 18 de Junho de 2013.

**Ata de Registro de Preços 28/2012**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 1/7

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2012**

**Número do Registro de Preços: 28/2012      Data do Registro: 18/12/2012      Válido até: 18/12/2013**

**Objeto da Compra:** Aquisição de material gráfico para manutenção das Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Pastas triplex 33x51, papel triplex 300 gr, verniz localizado, impressão 4x0 sanfonada (8316)	UND	GRAFICA FREE WAY LTDA ME (8470)	G FREE WAY	0	1,4800	1
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	1,5000	2
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	GGL / BIGNAF	0	1,5400	3
2	Bloco prestação de serviço particular 50x3, formato 14x20, numerado, papel copiativo (8322)	UND	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	5,1000	1
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	GGL / BIGNAF	0	7,5000	2
			GRAFICA FREE WAY LTDA ME (8470)	G FREE WAY	0	10,9000	3
3	Capa de carnê de IPTU , 44x10,5, couche 150, 4x4, com recorte/faca especial (8324)	UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	GGL / BIGNAF	0	0,1800	1
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	0,3100	2
			GRAFICA FREE WAY LTDA ME (8470)	G FREE WAY	0	0,3900	3
4	Capa de carnê de Tributos , 44x10,5, couche 150, 4x4, com recorte/faca especial (8325)	UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	GGL / BIGNAF	0	0,2000	1
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	0,3100	2
			GRAFICA FREE WAY LTDA ME (8470)	G FREE WAY	0	0,4600	3
5	Bloco 100x1 de cupons Notas Fiscais. Produtor rural , 10x7, 4x0, numerado, 75g (8327)	UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	GGL / BIGNAF	0	1,2800	1
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	2,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 2/7

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2012****Número do Registro de Preços: 28/2012****Data do Registro: 18/12/2012****Válido até: 18/12/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de material gráfico para manutenção das Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRAFICA FREE WAY LTDA ME (8470)	G FREE WAY	0	3,5500	3
6	Bloco receituário Médico veterinário, 14x20, 50x2vias, pap.copiativo (8328)	UND	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	9,0000	1
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	GGL / BIGNAF	0	9,4000	2
			GRAFICA FREE WAY LTDA ME (8470)	G FREE WAY	0	10,1000	3
7	Bloco 100x1 de cupons ref. contri. de impostos e taxas, 10x7, 4x0, numerado, 75g. (8326)	UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	GGL / BIGNAF	0	1,2800	1
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	2,0000	2
			GRAFICA FREE WAY LTDA ME (8470)	G FREE WAY	0	3,6300	3
8	Ficha de hora máquina, folha 20x30, impr. 1x1, sulf, 75 g (8329)	UND	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	0,0800	1
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	GGL / BIGNAF	0	0,1000	2
			GRAFICA FREE WAY LTDA ME (8470)	G FREE WAY	0	0,1800	3
9	Envelope branco 11x22, 90gr, impressão 4x0 (8313)	UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	GGL / BIGNAF	0	0,1600	1
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	0,3300	2
			GRAFICA FREE WAY LTDA ME (8470)	G FREE WAY	0	0,4100	3
10	Envelope branco 16x22, 90gr, impressão 4x0 (8312)	UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	GGL / BIGNAF	0	0,2000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 3/7

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2012**

**Número do Registro de Preços: 28/2012      Data do Registro: 18/12/2012      Válido até: 18/12/2013**

**Objeto da Compra:** Aquisição de material gráfico para manutenção das Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRAFICA FREE WAY LTDA ME (8470)	G FREE WAY	0	0,2200	2
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	0,3300	3
11	Envelope branco 24x34, 90gr, impressão 4x0 (8311)	UND	GRAFICA FREE WAY LTDA ME (8470)	G FREE WAY	0	0,3100	1
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	GGL / BIGNAF	0	0,3300	2
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	0,4200	3
12	Folhas timbradas, formato A4, Papel sulfite 90 gr impressão 4x0 (8314)	UND	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	0,0600	1
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	GGL / BIGNAF	0	0,0800	2
			GRAFICA FREE WAY LTDA ME (8470)	G FREE WAY	0	0,1400	3
13	Pastas triplex 33x44, papel triplex 300 gr, verniz localizado, impressão 4x0 com encarte (8315)	UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	GGL / BIGNAF	0	0,8500	1
			GRAFICA FREE WAY LTDA ME (8470)	G FREE WAY	0	0,8700	2
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	1,1000	3
14	Blocos de requisição 50x3, fomato 20x14, numerado, copiativo, impressão 1x0 (8317)	UND	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	5,1000	1
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	GGL / BIGNAF	0	9,3000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 4/7

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2012**

Número do Registro de Preços: 28/2012

Data do Registro: 18/12/2012

Válido até: 18/12/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material gráfico para manutenção das Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRAFICA FREE WAY LTDA ME (8470)	G FREE WAY	0	11,1900	3
15	Blocos de rascunho com timbre com 50 fls, formato 10x14, impressão 1x0, colado, papel sulfite 56 gr (8318)	UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	GGL / BIGNAF	0	0,6800	1
			GRAFICA FREE WAY LTDA ME (8470)	G FREE WAY	0	0,7000	2
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	1,2000	3
16	Blocos de rascunho com timbre com 50 fls, formato 14x20, impressão 1x0, colado, papel sulfite 56 gr (8319)	UND	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	1,0400	1
			GRAFICA FREE WAY LTDA ME (8470)	G FREE WAY	0	1,0600	2
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	GGL / BIGNAF	0	1,3400	3
17	Bloco inseminação 50x3, formato 10x14, numerado, papel copiativo (8323)	UND	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	2,8000	1
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	GGL / BIGNAF	0	4,9900	2
			GRAFICA FREE WAY LTDA ME (8470)	G FREE WAY	0	5,3900	3
18	Folhas Picotadas, 20x30, 3 picotes ( 6 partes) 75g, sem impressão (8331)	UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	GGL / BIGNAF	0	0,0500	1
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	0,0600	2
			GRAFICA FREE WAY LTDA ME (8470)	G FREE WAY	0	0,0800	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 5/7

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2012****Número do Registro de Preços: 28/2012****Data do Registro: 18/12/2012****Válido até: 18/12/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de material gráfico para manutenção das Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	Folhas Picotadas, 20x30, 3 picotes ( 3 partes) 75g, sem impressão (8332)	UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	GGL / BIGNAF	0	0,0500	1
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	0,0600	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 6/7

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2012****Número do Registro de Preços: 28/2012****Data do Registro: 18/12/2012****Válido até: 18/12/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de material gráfico para manutenção das Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRAFICA FREE WAY LTDA ME (8470)	G FREE WAY	0	0,0800	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 7/7

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2012****Número do Registro de Preços: 28/2012****Data do Registro: 18/12/2012****Válido até: 18/12/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de material gráfico para manutenção das Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2012****PROCESSO Nº 54/2012**

(8470) - GRAFICA FREE WAY LTDA ME

(8832) - GRAFICA GUARAMIRIM LTDA

(8835) - ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME

Braço do Trombudo, 18 de Dezembro de 2012.

# Caçador

## PREFEITURA

### Lei Complementar Nº 271

LEI COMPLEMENTAR Nº 271, de 16 de dezembro de 2013.

Altera a Lei nº 54, de 15 de dezembro de 1983, para modificar o caput do art. 150 e inserir dispositivos que instituem regras para o parcelamento da dívida ativa municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e sancionou a seguinte

LEI:

Art. 1º O art. 150, da Lei 54, de 15 de dezembro de 1983 que institui o Código Tributário do Município de Caçador, acrescido de dispositivos passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 150 - O débito inscrito em dívida ativa, a critério do órgão fazendário e respeitado o disposto no inciso I, do art. 100, poderá ser parcelado:

I - Em até 36 (trinta e seis) pagamentos mensais e sucessivos, quando o valor do débito atualizado e acrescido das cominações previstas nos incisos I a V do art. 100 desta lei seja equivalente até 50 (cinquenta vezes) o valor de referência municipal em vigor;

II - Em até 48 (quarenta e oito) pagamentos mensais e sucessivos, quando o valor do débito atualizado e acrescido das cominações previstas nos incisos I a V do art. 100 desta lei seja igual ou superior a 50 (cinquenta) vezes inferior a 100 (cem) vezes o valor de referência municipal em vigor;

III - Em até 60 (sessenta) pagamentos mensais e sucessivos, quando o valor do débito atualizado e acrescido das cominações previstas nos incisos I a V do art. 100 desta lei seja igual ou superior a 100 (cem) vezes o valor de referência municipal em vigor.

§1º

§ 2º O não pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas, importará no vencimento antecipado das demais e na imediata cobrança do crédito, ficando proibida sua renovação ou novo parcelamento para o mesmo débito.

§ 3º Os parcelamentos concedidos na forma desta lei não poderão ter parcelas inferiores a 30 % (trinta por cento) do Valor Municipal de Referência (VRM), para pessoa física e 100% (cem por cento) do Valor Municipal de Referência (VRM) para pessoa jurídica.

§ 4º O parcelamento de que trata esta Lei Complementar será rescindido quando:

I - verificada a inadimplência por 3 (três) meses consecutivos ou alternados, relativamente às prestações mensais;

II - decretada a falência ou insolvência civil do contribuinte ou responsável. (AC)

§ 5º A rescisão implicará na remessa do débito para a inscrição em dívida ativa, protesto ou o prosseguimento da execução, conforme o caso.

§ 6º A rescisão do parcelamento independerá de notificação prévia e implicará na exigibilidade imediata do saldo remanescente do crédito.

§ 7º Será dada ciência ao sujeito passivo do ato que rescindir o parcelamento de que trata esta Lei Complementar. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO,  
Prefeito Municipal.

### Lei Nº 3.065

LEI Nº 3.065, de 21 de novembro de 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Convênio de Cooperação com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e sancionou a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Caçador autorizado a firmar Termo de Convênio de Cooperação com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Caçador, inscrita no CNPJ sob o nº 05.630.479/0001-63, com sede na Rua Carlos Coelho de Souza, nº 120, neste Município de Caçador, objetivando a cedência de Servidor Público Municipal, conforme minuta do Convênio anexo, que fica fazendo parte integrante da presente LEI.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias da Secretaria Municipal da Saúde, conforme segue:

08.80 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.037 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - Bloco Atenção Básica

3.1.90.11.00.00 - Aplicações Diretas

3.1.91.13.03.00 - Aplicações Diretas

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE CAÇADOR E O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CAÇADOR.

O MUNICÍPIO DE CAÇADOR, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido na Avenida Santa Catarina, 195, Caçador, Santa Catarina, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 83.074.302/0001-31, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal de Caçador, GILBERTO AMARO COMAZZETTO, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade e comarca, doravante denominado MUNICÍPIO e o GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CAÇADOR, inscrito no CNPJ sob o nº 05.630.479/0001-63, com sede na Rua Carlos Coelho de Souza, nº 120, bairro DER, neste município, neste ato representado por seu Secretário Senhor FRANCISCO STEFANES, brasileiro, residente e

domiciliado nesta cidade e comarca, doravante denominada SDR, assinam o presente Termo de Convênio, conforme cláusulas e condições abaixo discriminadas:

#### DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente instrumento tem por objetivo celebrar parceria entre o MUNICÍPIO e a SDR, no sentido de possibilitar cooperação, colocando à sua disposição servidor que desempenhará atividades junto à Gerência de Saúde.

#### DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA SEGUNDA - Compete ao MUNICÍPIO:

- a) Cabe ao MUNICÍPIO relacionar o Servidor a ser colocado à disposição da Gerência de Saúde, a fim de desempenhar serviços de natureza administrativa;
- b) O MUNICÍPIO deverá arcar com todas as despesas decorrentes do cumprimento do presente termo de convênio, através da Secretaria Municipal de Saúde;

CLÁUSULA TERCEIRA - Compete à SDR:

- a) Estabelecer as tarefas que serão realizadas pelo servidor colocado à disposição;
- b) Receber, instrumentalizar, preparar e dar todas as condições de trabalho ao Servidor Municipal posto à disposição, para fiel exercício das atividades para a qual for designado;
- c) Certificar o ponto pela assiduidade do Servidor Público Municipal e encaminhar à Secretaria Municipal de Saúde para as providências necessárias;
- d) Exigir e respeitar a carga horária do Servidor Público Municipal posto à disposição, evitando-se a prestação de serviço extraordinário; colocar o servidor à disposição do MUNICÍPIO, sempre que esse se mostre inadequado à tarefa para a qual foi designado.

Parágrafo Único - para o cumprimento do presente instrumento, o relacionamento entre as partes se dará entre o PREFEITO MUNICIPAL e o SECRETÁRIO da Secretaria Municipal de Saúde de Caçador.

#### DO PRAZO

CLÁUSULA QUARTA - O presente Convênio terá vigência de 01 (um) ano, a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por mais 01 (um) ano. Poderá, ainda, o presente Convênio ser rescindido de comum acordo entre os convenientes ou mediante denúncia por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e por inadiplência de suas cláusulas, de conformidade com a legislação.

#### DO FORO

CLÁUSULA QUINTA - Fica eleito o Foro da Comarca de Caçador, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução do presente termo de convênio.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente Termo de Convênio em três vias de igual teor, as partes convenientes, juntamente com duas testemunhas.

Caçador, 21 de novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
Prefeito Municipal.

FRANCISCO STEFANES  
SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CAÇADOR.

LUZIA MICHELINA DOS SANTOS  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

### **Lei Nº 3.069 - Dispõe Sobre o Plano Plurianual Para o Período de 2014 a 2017, e Dá Outras Providências**

LEI Nº 3.069, de 16 de dezembro de 2013.

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

#### LEI:

Art. 1º O Plano Plurianual do Município de Caçador, para o período de 2014 a 2017, constituído pelos Anexos:

I - resumo das receitas por fonte de recurso;

II - programas de governo;

III - resumo dos programas detalhado por fonte de recurso;

IV - demonstrativo da origem e aplicação dos recursos;

V - quadro comparativo do planejamento plurianual;

VI - relação agrupada das receitas planejadas que são partes integrantes desta Lei, será executado nos termos das respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício e do Orçamento Anual.

Art. 2º As Planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas por Anexos, relacionam os programas que serão utilizados neste quadriênio como base ao orçamento municipal e apresentam as ações que serão utilizadas no quadriênio como projetos e atividades a serem programadas nos orçamentos anuais de 2014 a 2017.

Parágrafo único. Para fins desta Lei, considera-se:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

II - Diagnóstico, a identificação da realidade existente, de forma a permitir a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;

III - Diretrizes, conjunto de critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;

IV - Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

V - Ações, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas a execução do programa, e serão distribuídas através dos projetos e atividades a serem executadas no decorrer da vigência deste plano.

Art. 3º Para que haja equilíbrio das contas públicas em cada exercício financeiro, os valores constantes das planilhas do Plano Plurianual, que estão orçados a preços de 2013, e poderão ser atualizados pelo Chefe do Poder Executivo em cada exercício de vigência, quando da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 4º Durante o período de vigência do presente Plano Plurianual, as alterações ou inclusões de projetos e atividades somente poderão ser promovidas mediante lei específica.

Art. 5º O levantamento das necessidades foi feito em audiência pública com a participação popular dando sugestões para a elaboração das ações do Plano Plurianual, em atendimento ao art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e as prioridades de cada exercício serão estabelecidas também em audiência pública, para serem incluídas na Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício e na Lei Orçamentária Anual.

Art. 6º Os investimentos em obras e instalações, constantes do Plano Plurianual, somente poderão ser iniciados com prévia inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ou com lei específica que autorize a sua inclusão.

Art. 7º As ações, constantes nos anexos deste Plano, a serem executadas através de recursos de convênios, seus valores estão fixados pelo valor da contrapartida.

Art. 8º Os projetos de obras em andamento terão sempre prioridade sobre os demais.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

### **Lei Nº 3.070 - Estima a Receita e Fixa a Despesa Para o Exercício de 2014.**

LEI Nº 3.070, de 16 de dezembro de 2013.

Estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º O Orçamento Fiscal do Município de Caçador, abrangendo a administração direta, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações, para o exercício financeiro de 2014, estima a Receita em R\$ 138.168.837,37 (cento e trinta e oito milhões, cento e sessenta e oito mil, oitocentos e trinta e sete reais e trinta e sete centavos) e fixa a Despesa em R\$ 138.168.837,37 (cento e trinta e oito milhões, cento e sessenta e oito mil, oitocentos e trinta e sete reais e trinta e sete centavos), discriminados nos anexos integrantes desta LEI.

Art. 2º A receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes no anexo integrante desta LEI.

Art. 3º A Despesa da administração direta será realizada segundo a discriminação dos quadros "Programas de Trabalho" e "Natureza da Despesa", integrantes desta Lei e as autarquias em seus respectivos orçamentos.

Art. 4º Os orçamentos das despesas das administrações indiretas poderão ser expandidos até os limites das efetivas arrecadações.

Art. 5º O Poder Executivo está autorizado, através de ato oficial, a:

a) realizar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite permitido na legislação em vigor;

b) abrir créditos suplementares, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do orçamento da despesa, nos termos do art. 7º da Lei 4.320, de 1964, excluem-se deste limite os créditos adicionais e suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício;

c) abrir créditos suplementares à conta de recursos proveniente de excesso de arrecadação de convênios, não previsto na receita do orçamento, desde que respeitados os objetivos e metas da programação aprovada nesta LEI;

d) abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação ou provável, considerada a tendência do exercício;

e) a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

f) superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 6º Os Recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo.

Art. 7º Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 8º Durante o exercício de 2014 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas prioritizadas nesta LEI.

Art. 9º Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os Governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

### **Lei Nº 3.071 - Autoriza o Poder Executivo Municipal a Fimar Acordo Judicial Nos Autos da Ação Ordinária de Cobrança Nº 012.12.007349-0.**

LEI Nº 3.071, de 16 de dezembro de 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Acordo Judicial nos Autos da Ação Ordinária de Cobrança nº 012.12.007349-0, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar acordo judicial nos autos da Ação Ordinária de Cobrança nº 012.12.007349-0, em que é requerente Hospital Maicê, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica, inscrita no CNPJ sob o nº 33.543.356/0020-39, com sede na Rua Bolívia, nº 54, Bairro Reunidas, no Município de Caçador/SC.

Parágrafo único. Trata-se de ação de cobrança referente ao Convênio para a prestação de serviços médicos, cujos valores não foram pagos ao tempo certo, culminando uma dívida de R\$ 328.568,50 (trezentos e vinte e oito mil, quinhentos e sessenta e oito reais e



cinquenta centavos).

Art. 2º O valor levantado em relação ao débito do Município para com o Hospital Maicê fica estabelecido em R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Art. 3º O pagamento do valor descrito no art. 2º, será pago em uma única parcela, pelo Município ao Hospital Maicê no mês de janeiro de 2014.

Art. 4º Cada parte arcará com os honorários de seus respectivos procuradores e as custas serão rateadas 50% para cada parte.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

### **Lei Nº 3.072 - Suplementa e Anula Dotações Orçamentárias No Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, Exercício de 2013.**

LEI Nº 3.072, de 16 de dezembro de 2013.

Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor do Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor do Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$ 237.000,00 (duzentos e trinta e sete mil reais):

#### **08.80 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - Bloco Atenção Básica

3.1.91.00.0002 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 237.000,00

Total R\$ 237.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, serão utilizados recursos das anulações das dotações orçamentárias abaixo especificadas, no valor de R\$ 237.000,00 (duzentos e trinta e sete mil reais):

#### **08.80 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

10.301.0008.1.025 - Bloco de Investimentos

4.4.90.00.0023 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

10.301.0008.1.023 - Construção, Ampliação e Reformas dos Postos/Saúde

4.4.90.00.0023 - Aplicações Diretas R\$ 137.000,00

Total R\$ 237.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

### **Lei Nº 3.073 -Suplementa e Anula Dotações Orçamentárias, No Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, Exercício de 2013.**

LEI Nº 3.073, de 16 de dezembro de 2013.

Suplementa e anula dotações orçamentárias, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, na importância de R\$ 189.500,00 (cento e oitenta e nove mil e quinhentos reais):

04.01 FAMPEC

04.122.0006.2.033 - Manutenção do FAMPEC

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 189.500,00

Total R\$ 189.500,00

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, serão utilizados recursos das anulações das dotações orçamentárias abaixo especificadas, no valor de R\$ 189.500,00 (cento e oitenta e nove mil e quinhentos reais):

#### **14.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

18.541.0024.2.171 - Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente

3.3.90.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

4.4.90.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

18.541.0024.2.021 - Manutenção das Atividades do Horto Florestal

3.3.90.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

18.541.0024.2.032 - Produção e Aquisição de Mudanças Ornamentais Frutíferas e Nativas

3.3.90.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

17.512.0012.2.040 - Ampliação e Manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário

3.3.90.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Total R\$ 189.500,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

### **Lei Nº 3.074**

LEI Nº 3.074, de 16 de dezembro de 2013.

Autoriza a criar o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar, bem como utilizar recursos na promoção de ações de apoio e incentivo à atividade.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar, bem como utilizar recursos da Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento para promover



ações de apoio e incentivo à atividade da piscicultura na fase de implantação, formação e comercialização, visando aumentar a produção e agregar renda às famílias rurais mediante à projetos específicos.

Art. 2º Os recursos utilizados obedecerão o disposto na Lei nº 2.862 de 23 de novembro de 2011.

Art. 3º Os beneficiários do programa deverão ser produtores proprietários ou arrendatários de estabelecimentos rurais, assentamentos, pescadores, localizados no Município de Caçador.

Art. 4º Os agricultores que desejarem participar do programa devem se enquadrar nos parâmetros de classificação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) do Governo Federal e os estabelecidos pela Lei nº 2.862 de 23 de novembro de 2011.

Art. 5º Os produtores inscritos no programa passarão por uma seleção onde um comitê gestor municipal, de forma isonômica, definirá quais famílias serão beneficiadas, e também avaliará se o referido serviço não causará danos ao meio ambiente.

Parágrafo único. O comitê gestor municipal será constituído pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável de Caçador.

Art. 6º Os recursos que comporão o programa referido, serão oriundos do projeto de atividade de desenvolvimento da piscicultura do município, previsto no Orçamento Municipal e de recursos conveniados com outros entes federados.

Parágrafo único. O número de produtores beneficiados será estipulado conforme disponibilidade de recursos que comporão o programa.

Art. 7º Como forma de incentivo aos produtores, a Prefeitura Municipal oferecerá um curso profissionalizante na área da piscicultura e aqueles que tiverem sua presença confirmada através de certificado com frequência mínima de 90% (noventa por cento), terão um desconto de 25% (vinte e cinco por cento) na subvenção dos custos de implantação ou adequação do projeto, na devolução do recurso utilizado.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

### **Lei Nº 3.075 - Autoriza Transferir Recursos Financeiros, a Título de Contribuições Correntes, À Associação Coral Caçadoreense.**

LEI Nº 3.075, de 16 de dezembro de 2013.

Autoriza transferir recursos financeiros, a título de contribuições correntes, à Associação Coral Caçadoreense.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Caçador autorizado a transferir recursos financeiros, a título de contribuições correntes, à Associação Coral Caçadoreense, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.608.554/0001-01, estabelecida na Rua João Emilio Rigo, nº 403, Centro, neste Município de Caçador, na importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a serem pagos em uma única parcela, após a aprovação desta LEI.

Parágrafo único. Os recursos transferidos nos termos da presente Lei destinam-se a custear a realização do Projeto "Construir um conjunto teórico e sistemático de conhecimentos pertinentes a cultura da música", conforme plano de trabalho.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento

vigente:

13.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

13.392.0019.2.069 - Manutenção do Departamento da Cultura

3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 10.000,00

Art. 3º A Entidade prestará contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas expedidas pela Secretaria Municipal da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

### **Lei Nº 3.076 - Abre Crédito Especial No Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, Exercício de 2013.**

LEI Nº 3.076, de 16 de dezembro de 2013.

Abre crédito especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, na importância de R\$ 440.140,56 (quatrocentos e quarenta mil, cento e quarenta reais e cinquenta e seis centavos):

02.09 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

22.662.0027.1.064 - Criação do Centro Empresarial

4.5.90.00.0089 - Aplicações Diretas R\$ 440.140,56

Total R\$ 440.140,56

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, serão utilizados recursos financeiros provenientes da segunda parcela da alienação de terrenos de propriedade do Município de Caçador, representados pelas matrículas nºs 25.296 (área remanescente 17.017,49m²), 25.297 (área remanescente 19.263,00m²) e 25.298 (área total 196.894,96m²), autorizada pela Lei Complementar nº 256, de 17 de dezembro de 2012.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

**Lei Nº 3.077 - Suplementa e Anula Dotações Orçamentárias No Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, Exercício de 2013.**

LEI Nº 3.077, de 16 de dezembro de 2013.

Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor da Fundação Municipal do Meio Ambiente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor da Fundação Municipal do Meio Ambiente, na importância de R\$ 179.208,21 (cento e setenta e nove mil, duzentos e oito reais e vinte e um centavos):

14.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

17.512.0012.2.040 - Ampliação e Manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário

3.3.90.00.00.0099 - Aplicações Diretas R\$ 179.208,21

Total R\$ 179.208,21

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, serão utilizados recursos das anulações das dotações orçamentárias abaixo especificadas, no valor de R\$ 179.208,21 (cento e setenta e nove mil, duzentos e oito reais e vinte e um centavos):

14.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

17.512.0012.2.040 - Ampliação e Manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário

4.4.90.00.00.0099 - Aplicações Diretas R\$ 61.900,00

17.512.0013.2.041 - Manutenção, Ampliação e Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água

3.3.90.00.00.0099 - Aplicações Diretas R\$ 68.455,91

4.4.90.00.00.0099 - Aplicações Diretas R\$ 48.852,30

Total R\$ 179.208,21

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH

SECRETÁRIO DA FAZENDA

**Lei Nº 3.078 - Suplementa e Anula Dotações Orçamentárias No Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, Exercício de 2013.**

LEI Nº 3.078, de 16 de dezembro de 2013.

Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, na importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais):

02.01 - Gabinete do Prefeito

04.122.0002.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00  
Total R\$ 200.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, serão utilizados recursos da anulação da dotação orçamentária abaixo especificada, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais):

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria de Educação

3.3.90.00.0001 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Total R\$ 200.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH

SECRETÁRIO DA FAZENDA

**Lei Nº 3.079 - Suplementa e Anula Dotações Orçamentárias No Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, Exercício de 2013.**

LEI Nº 3.079, de 16 de dezembro de 2013.

Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor do Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor do Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais):

08.80 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.50.00.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 190.000,00

Total R\$ 190.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, serão utilizados recursos das anulações das dotações orçamentárias abaixo especificadas, no valor de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais):

08.80 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.1.025 - Bloco Investimentos

4.4.90.00.0066 - Aplicações Diretas R\$ 71.050,00

4.4.90.00.0067 - Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

4.4.90.00.0097 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

4.4.90.00.0023 - Aplicações Diretas R\$ 28.950,00

Total R\$ 190.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

**Lei Nº 3.080 - Suplementa e Anula Dotações Orçamentárias No Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, Exercício de 2013.**

LEI Nº 3.080, de 16 de dezembro de 2013.

Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias abaixo descritas, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, na importância de R\$ 457.830,77 (quatrocentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e trinta reais e setenta e sete centavos):

**01.01 - CÂMARA MUNICIPAL**

01.031.0001.2.001 - Manutenção das Atividades Administrativas e Operacionais

3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

**02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria de Educação

3.1.90.00.0001 - Aplicações Diretas R\$ 337.830,77

Total R\$ 457.830,77

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, serão utilizados recursos das anulações das dotações orçamentárias abaixo especificadas, no valor de R\$ 457.830,77 (quatrocentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e trinta reais e setenta e sete centavos):

**01.01 - CÂMARA MUNICIPAL**

01.031.0001.2.001 - Manutenção das Atividades Administrativas e Operacionais

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

3.1.91.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

01.031.0001.1.191 - Modernização Estrutura Patrimonial

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 19.907,71

4.4.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 54.973,50

01.031.0001.2.161 - Manutenção do Processo e Atividade Parlamentar

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 86.381,46

01.031.0001.2.163 - Modernização de Gestão

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 126.568,10

Total R\$ 457.830,77

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

**Lei Nº 3.081 - Suplementa e Anula Dotações Orçamentárias No Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, Exercício de 2013.**

LEI Nº 3.081, de 16 de dezembro de 2013.

Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias abaixo descritas, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, na importância de R\$ 278.065,00 (duzentos e setenta e oito mil e sessenta e cinco reais):

**02.01 - Gabinete do Prefeito**

04.122.0002.2.006 - Manutenção da Procuradoria Geral do Município

3.1.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 23.000,00

3.1.91.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 200,00

**02.02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

04.123.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração

3.1.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 99.000,00

**02.04 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

06.181.0004.2.019 - Manutenção da Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador

3.1.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 43.000,00

**02.07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DO ABASTECIMENTO**

20.606.0026.2.091 - Manutenção da Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento

3.1.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 33.500,00

3.1.91.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias.. R\$ 85,00

**02.08 - GABINETE DO VICE-PREFEITO**

04.122.0002.2.158 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Vice-Prefeito

3.1.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 180,00

**02.11 - SECRETARIA DA FAZENDA**

04.123.0002.2.778 - Manutenção da Secretaria da Fazenda

3.1.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 39.000,00

**12.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES**

27.812.0031.2.109 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes

3.1.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 37.800,00

**02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**

15.452.0020.2.071 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

3.1.91.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias..R\$ 2.300,00

Total R\$ 278.065,00

Art. 2º Para atender as suplementações dispostas no art. 1º, serão utilizados recursos das anulações das dotações orçamentárias abaixo especificadas, no valor de R\$ 278.065,00 (duzentos e setenta e oito mil e sessenta e cinco reais):

**07.01 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA**

08.243.0005.2.164 - Capacitação para Adolescentes

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas

R\$ 22.000,00

**13.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA**

13.392.0019.1.032 - Reforma e Manutenção da Estação Ferroviária

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

13.392.0019.1.046 - Aquisição de Veículos

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

13.392.0019.2.069 - Manutenção do Departamento de Cultura

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 43.965,00

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 21.000,00

**14.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

18.541.0024.2.172 - Capacitação de Profissionais e Agentes Públicos

3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

R\$ 15.000,00

17.512.0012.1.018 - Aquisição de Equipamentos e Veículos

4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

R\$ 17.000,00

17.512.0014.2.042 - Ampliação e Manutenção do Sistema de Captação e Manejo de Águas Pluviais

3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

R\$ 46.600,00

4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

R\$ 24.000,00

**14.02 - DIVISÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS DO HORTO FLORESTAL**

18.541.0024.2.032 - Produção e Aquisição de Mudas Ornamentais Frutíferas e Nativas

3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

**05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

08.244.0005.2.194 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.1.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas

R\$ 15.000,00

3.1.91.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas-Operações Intra-Orçamentárias R\$ 13.500,00

Total R\$ 278.065,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

**Lei Nº 3.082 - Abre Crédito Especial No Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, Exercício de 2013.**

LEI Nº 3.082, de 16 de dezembro de 2013.

Abre Crédito Especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito

especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, na importância de R\$ 141.591,14 (cento e quarenta e um mil, quinhentos e noventa e um reais e quatorze centavos):

**02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**

15.452.0020.1.051 - Construção e Reformas de Pontes, Pontilhões e Bueiros

4.4.90.00.0024 - Aplicações Diretas R\$ 141.591,14

Total R\$ 141.591,14

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, serão utilizados recursos financeiros recebidos através do Contrato de Repasse nº 0335672-47/2010, Ministério do Turismo/Caixa Econômica Federal, Convênio SINCOV nº 062887/2010.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO PREFEITO MUNICIPAL

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

**Lei Nº 3.083 - Altera Anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias Para o Exercício de 2014.**

LEI Nº 3.083, de 16 de dezembro de 2013.

Altera Anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Os demonstrativos e anexos de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014, estabelecidos pela Lei Municipal nº 3.003, de 19 de junho de 2013, ficam alterados de acordo com o conteúdo dos respectivos anexos desta LEI.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

**Lei Nº 3.084 - Suplementa e Anula Dotações Orçamentárias No Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, Exercício de 2013.**

LEI Nº 3.084, de 16 de dezembro de 2013.

Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, na importância



de R\$ 645.000,00 (seiscentos e quarenta e cinco mil reais):

08.80 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde Bloco de Atenção Básica

3.1.90.00.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 551.000,00

3.1.91.00.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas-Operações Intra-Orçamentárias R\$ 49.000,00

04.01 - FAMPEC - CAÇADOR

04.122.0006.2.033 - Manutenção do FAMPEC

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas

R\$ 45.000,00

Total R\$ 645.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, serão utilizados recursos das anulações das dotações orçamentárias abaixo especificadas, no valor de R\$ 645.000,00 (seiscentos e quarenta e cinco mil reais):

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2.194 - Manutenção Do Fundo Municipal de Assistência Social

3.1.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas

R\$ 150.000,00

08.80 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde Bloco de Atenção Básica

3.1.90.00.00.00.00.00371 - Aplicações Diretas R\$ 401.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00371 - Aplicações Diretas-Operações Intra-Orçamentárias.. R\$ 40.000,00

07.01 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE

08.243.0005.2.020 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FIA

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 54.000,00

Total R\$ 645.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

### **Lei Nº 3.085 - Suplementa e Anula Dotações Orçamentárias No Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, Exercício de 2013.**

LEI Nº 3.085, de 16 de dezembro de 2013.

Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias abaixo descritas, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, na importância de R\$ 1.205.914,90 (um milhão, duzentos e cinco mil, novecentos e quatorze reais e noventa centavos):

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.047 - Aplicação Recursos do FUNDEB 40%

3.1.90.00.00.00.00.0019 - Aplicações Diretas R\$ 155.100,00

12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria da Educação

3.1.90.00.00.00.00.00001 - Aplicações Diretas R\$ 950.564,90

3.1.91.00.00.00.00.00001 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias..R\$ 100.250,00

Total R\$ 1.205.914,90

Art. 2º Para atender as suplementações dispostas no art. 1º, serão utilizados recursos das anulações das dotações orçamentárias abaixo especificadas, no valor de R\$ 1.205.914,90 (um milhão, duzentos e cinco mil, novecentos e quatorze reais e noventa centavos):

14.05 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

18.541.0024.2.171 - Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente

3.3.90.00.00.00.00.00080 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00080 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00080 - Aplicações Diretas R\$ 13.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00080 - Aplicações Diretas-Operações Intra-Orçamentárias..R\$ 6.850,00

17.512.0012.2.040 - Ampliação e Manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário

4.4.90.00.00.00.00.00080 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

17.512.0013.2.041 - Manutenção, Ampliação e Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água

4.4.90.00.00.00.00.00080 - Aplicações Diretas R\$ 367.169,23

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.365.0011.1.036 - Construção, Ampliação e Reformas de Centros de Educação Infantil

4.4.90.00.00.00.00.00019 - Aplicações Diretas R\$ 83.400,00

12.361.0011.1.030 - Construção, Ampliação e Reformas de Escolas Municipais

4.4.90.00.00.00.00.00019 - Aplicações Diretas R\$ 13.700,00

12.361.0011.1.031 - Construção e Reformas de Quadras de Esportes

4.4.90.00.00.00.00.00019 - Aplicações Diretas R\$ 58.000,00

12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria da Educação

3.1.91.00.00.00.00.00001 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 29.000,00

02.04 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

06.181.0004.2.019 - Manutenção da Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador

3.1.91.00.00.00.00.00000 - Aplicações Diretas-Operações Intra-Orçamentárias R\$ 3.000,00

02.02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.123.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração

3.1.91.00.00.00.00.00000 - Aplicações Diretas-Operações Intra-Orçamentárias R\$ 600,00

12.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

27.812.0031.2.109 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes

3.1.91.00.00.00.00.00000 - Aplicações Diretas R\$ 1.045,67

02.01 - Gabinete do Prefeito

04.122.0002.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.90.00.00.00.00.00000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

06.01 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

16.482.0022.1.061 - Construção de Casas Populares

4.4.90.00.00.00.00.00000 - Aplicações Diretas R\$ 65.000,00

16.482.0022.2.083 - Manutenção do Fundo Municipal de Habitação

3.3.90.00.00.00.00.00000 - Aplicações Diretas R\$ 5.150,00

02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.452.0020.2.071 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

3.1.90.00.00.00.00.00000 - Aplicações Diretas

R\$ 130.000,00  
Total R\$ 1.205.914,90

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

### **Lei Nº 3.086 - Autoriza Conceder Incentivos À Empresa Bonato Mecânica Diesel Ltda. Me.**

LEI Nº 3.086, de 16 de dezembro de 2013.

Autoriza conceder incentivos à empresa Bonato Mecânica Diesel Ltda. ME.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder incentivos à empresa Bonato Mecânica Diesel Ltda. ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Engenheiro Loureço Faoro, Km 03, nº 3.380, neste Município, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 02.489.694/0001-06, a título de incentivo de geração de empregos e tributos, compreendendo a realização de aterro de 12.000m³ de terra de descarte no terreno situado às margens da Avenida Engenheiro Lourenço Faoro, Km 04.

Parágrafo único. Os serviços de que trata este artigo, destinam-se a preparação da área objetivando a construção da nova sede da empresa.

Art. 2º Para a execução dos serviços mencionados no art. 1º, considerando o local de escavação do material até o local de entrega, consumo de óleo diesel e horas trabalhadas, fica estipulado um custo de R\$ 14.692,00 (quatorze mil e seiscentos e noventa e dois reais) a um custo de R\$ 1,22/m³.

§ 1º Os custos com a operacionalização do serviço solicitado, consistente na aquisição de óleo combustível e no pagamento do horário extraordinário do operador do equipamento, serão de responsabilidade da empresa beneficiária.

§ 2º A Prefeitura Municipal somente poderá autorizar o início da execução do serviço após comprovação do recolhimento pela beneficiária, do valor a que se refere o caput deste artigo.

§ 3º A Prefeitura Municipal encaminhará à Câmara Municipal cópia do comprovante do pagamento efetuado pela beneficiária, no prazo de até 10 dias contados do recolhimento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

### **Lei Nº 3.087 - Suplementa e Anula Dotações Orçamentárias No Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, Exercício de 2013.**

LEI Nº 3.087, de 16 de dezembro de 2013.

Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social, na importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais):

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2.194 - Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.0052 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 30.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação da dotação orçamentária abaixo especificada, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais):

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2.191 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica

3.3.90.00.0052 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 30.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

### **Portaria Nº 23.192**

PORTARIA Nº 23.192, de 25 de Outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 98, inciso I e art. 99, da Lei Complementar nº 56 de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, licença para tratamento de saúde, especificando: código, nome, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Total de Dias	Licença Trat. Saúde a contar de:
1526	Ires Milan dos Santos	Servente	120	30/09/2013

Registre-se e Publique-se.



Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 25 de Outubro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

**Decreto Nº 5.838 - Suplementa Dotação Orçamentária No Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, Exercício de 2013.**

DECRETO Nº 5.838, de 10 de dezembro de 2013.

Suplementa dotação orçamentária no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor do Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, na importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais):

**08.80 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Bloco Atenção Básica

3.3.90.00.0371 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

**TOTAL R\$ 200.000,00**

Art. 2º Para atender o disposto no artigo anterior, serão utilizados recursos financeiros provenientes do Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 200.000, 00 (duzentos mil reais):

Recurso 371 - PAB R\$ 200.000,00

**TOTAL R\$ 200.000,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

**Decreto Nº 5.839 - Aprova Desmembramento de Terreno Urbano.**

DECRETO nº 5.839, de 11 de dezembro 2013.

Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 700,00m² (setecentos metros quadrados), objeto do Registro nº 29.522, do Registro de Imóveis desta Comarca, localizado na Rua Fernando Badotti, Bairro Vila Kurtz, nesta cidade, de propriedade de Tania Regina Guedes, ficando após o desmembramento constituído de dois lotes, com as seguintes

medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - Lote "01" com 341,40m2 (trezentos e quarenta e um metros e quarenta décimos quadrados), inicia-se no marco denominado "p1=PP, dividindo-se com a Rua Fernando Badotti com a distância de 17,07 metros e com o azimuth 57°15'53" até o ponto "p3"; Segue confrontando com a APP - Área de Preservação Permanente do Rio do Peixe com a distância de 20,00 metros e com o azimuth 149°02'10" até o ponto "p4"; Segue confrontando com o Lote 02 deste desmembramento com a distância de 17,07 metros e com o azimuth 237°15'53" até o ponto "p7"; Segue confrontando com o imóvel constante na matrícula n. 27.744 com a distância de 20,00 metros e com o azimuth 329°02'10" até o ponto "p1=PP"; Início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 341,40m2.

II - Lote "02" com 358,60m2 (trezentos e cinquenta e oito metros e sessenta décimos quadrados), inicia-se no marco denominado "p7=PP", dividindo-se com o Lote 01 deste desmembramento com a distância de 17,07 metros e com o azimuth 57°15'53" até o ponto "p4"; Segue confrontando com a APP - Área de Preservação Permanente do Rio do Peixe com a distância de 21,00 metros e com o azimuth 149°02'10" até o ponto "p5"; Segue confrontando com o imóvel constante na matrícula n. 0.043 com a distância de 17,07 metros e com o azimuth 237°15'53" até o ponto "p6"; Segue confrontando com o imóvel constante na matrícula n. 27.744 com a distância de 21,00 metros e com o azimuth 329°02'10" até o ponto "p7=PP"; Início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 358,60m2.

Art. 2º Não poderá ser edificada a área com dimensões de 5,00 metros por 20,00 metros, do lote 01, devendo servir de acesso ao lote 02, com as seguintes confrontações:

I - Servidão de passagem com 100m2 (cem metros quadrados), inicia-se no marco denominado "p1=PP", dividindo-se com a Rua Fernando Badotti com a distância de 5,00 metros e com o azimuth 57°15'53" até o ponto "p2"; Segue confrontando com o lote 01 deste desmembramento com a distância de 20,00 metros e com o azimuth 149°02'10" até o ponto "p8"; Segue confrontando com o lote 02 deste desmembramento com a distância de 5,00 metros e com o azimuth 237°15'53" até o ponto "p7"; Segue confrontando com o imóvel constante na matrícula n. 27.744 com a distância de 20,00 metros e com o azimuth 329°02'10" até o ponto "p1=PP"; Início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 100,00m2.

Art. 3º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 4º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 11 de dezembro 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**Decreto Nº 5.840 - Substitui Membro Nomeado Pelo Decreto Nº 5.673, Para Compor o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.**

DECRETO nº 5.840, de 12 de dezembro de 2013.

Substitui membro nomeado pelo Decreto nº 5.673, para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica substituído o membro suplente da entidade abaixo relacionada, nomeado pelo Decreto nº 5.673, de 20 de agosto de 2013, para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, na forma que segue:

4) Delegacia de Proteção à Criança, à Mulher e ao Idoso:

Titular:

Suplente: Carin Silene Carlin do Prado Alvariza

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 12 de dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**Decreto Nº 5.841 - Nomeia Comissão Para Elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.**

DECRETO nº 5.841, de 12 de dezembro de 2013.

Nomeia Comissão para elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados, para comporem a Comissão de elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, na forma que segue:

- I - Caroline Rocha de Paula,
- II - Jussara Jombra Durek,
- III - Carmem Silvia Battistella,
- IV - Analu Régis Fernandes,
- V - Elvira Kriger,
- VI - Mariany Boscari,
- VII - Vanessa Martinazzo,
- VIII - Caroline Spanholo,
- IX - Monique Cachoeira,
- X - Analise Ramos e
- XI - Marizete Fátima Iaczkinski

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 12 de dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**Portaria Nº 23.325**

PORTARIA Nº 23.325, de 05 de Dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 60, da Lei Complementar nº 56 de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público Municipal de Caçador

**RESOLVE:**

REMOVER por permuta a Servidora Pública Municipal NILSE DE FÁTIMA DO NASCIMENTO, ocupante do cargo de Supervisora Escolar, lotada na EMEB Henrique Júlio Berger, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para a EMEB Hilda Granemann de Souza e desta para aquela a Servidora Pública Municipal ROSANGELA APARECIDA RIBAS DE MELLO, ocupante do cargo de Supervisora Escolar, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com efeitos a partir de 02 de Janeiro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de Dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

**Portaria Nº 23.139**

PORTARIA Nº 23.139, de 22 de Outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a Contratação de Servidores Públicos Municipais em Caráter Temporário, e dá outras providências

**RESOLVE:**

ALTERAR a Portaria 22.454, de 07 de Março de 2013, que contraiu em caráter temporário, diversos Servidores Públicos Municipais para atuarem junto às Unidades de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, somente no que se refere ao local de atuação da Servidora AMARILDA APARECIDA LIPKA, que passa a ser EMEB Alto Bonito, Vaga Vinculada de Jaqueline Scapinelli, à disposição do AEE, a contar de 1º de Outubro de 2013 a 20 de Dezembro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de Outubro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

**Portaria Nº 23.184,**

PORTARIA Nº 23.184, de 23 de Outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 104, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos servidores Públicos Municipal de Caçador

**RESOLVE:**

CONCEDER à Servidora Pública Municipal NELY FATIMA ALVES DE

CAMPOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Administração, licença para tratamento de saúde conforme perícia médica, na qual foi considerada inapta para o trabalho definitivamente, conforme segue:

Data da perícia	Data inicial afastamento	Data final afastamento
22/10/2013	22/10/2013	Até efetivação da aposentadoria da servidora.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 23 de Outubro de 2013.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

#### Portaria Nº 23.187

PORTARIA Nº 23.187, de 25 de Outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

#### RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº 22.940, de 21 de agosto de 2013, que concedeu a diversos Servidores Públicos Municipais, licença prêmio a que faziam jus, somente no que se refere ao período aquisitivo da licença da Servidora BEATRIZ PEREIRA DOS SANTOS, que passa a ser: 16/02/2003 a 16/02/2008.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 25 de Outubro de 2013.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

#### Portaria Nº 23.187

PORTARIA Nº 23.187, de 25 de Outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

#### RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº 22.940, de 21 de agosto de 2013, que concedeu a diversos Servidores Públicos Municipais, licença prêmio a que faziam jus, somente no que se refere ao período aquisitivo da licença da Servidora BEATRIZ PEREIRA DOS SANTOS, que passa a ser: 16/02/2003 a 16/02/2008.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 25 de Outubro de 2013.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

#### Portaria Nº 23.188

PORTARIA Nº 23.188, de 25 de Outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município

de Caçador, mais o previsto no art. 98, inciso I e art. 99, da Lei Complementar nº 56 de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais

#### RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, licença para tratamento de saúde, especificando: código, nome, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Total de Dias	Licença Trat. Saúde a contar de:
2465	Marilucy Wierzbicki	Secretária Escolar	90	27/09/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 25 de Outubro de 2013.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

#### Portaria Nº 23.189

PORTARIA Nº 23.189, de 25 de Outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 98, inciso I e art. 99, da Lei Complementar nº 56 de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais

#### RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, licença para tratamento de saúde, especificando: código, nome, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Total de Dias	Licença Trat. Saúde a contar de:
8660	Ecleides de Fátima B.Cruz	Professora	15	23/09/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 25 de Outubro de 2013.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

#### Portaria Nº 23.190

PORTARIA Nº 23.190, de 25 de Outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 98, inciso I e art. 99, da Lei Complementar nº 56 de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais

#### RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, licença para tratamento

de saúde, especificando: código, nome, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Total de Dias	Licença Trat. Saúde a contar de:
2127	Cizete	Atualmente ocupando o		
2016	Catellan	cargo de Diretora Escolar	15	24/09/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 25 de Outubro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

#### Portaria Nº 23.191

PORTARIA Nº 23.191, de 25 de Outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 98, inciso I e art. 99, da Lei Complementar nº 56 de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais

#### RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, licença para tratamento de saúde, especificando: código, nome, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Total de Dias	Licença Trat. Saúde a contar de:
10825	Kerolyn Cristina Coronado	Aux. Creche e berçário	10	18/09/013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 25 de Outubro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

#### Portaria Nº 23.193

PORTARIA Nº 23.193, de 25 de Outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 98, inciso I e art. 99, da Lei Complementar nº 56 de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais

#### RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, licença para tratamento de saúde, especificando: código, nome, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Total de Dias	Licença Trat. Saúde a contar de:
10447	Maria Cecília B. Brugnara	Merendeira	30	25/09/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 25 de Outubro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

#### Portaria Nº 23.198

PORTARIA Nº 23.198, de 31 de Outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 99, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos servidores Públicos Municipal de Caçador

#### RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, licença para tratamento de saúde, conforme perícias médicas realizadas durante o mês de Outubro de 2013, especificando: nome, cargo, data de afastamento e período, conforme segue:

Nome do Servidor	Cargo	Início do Afastamento	Período de Afastamento
Ecleides de Fatima Bleichuvel	Professor de 5 a 8 serie	22/10/2013	90 dias
Eliane Beatriz Dupont	Professor de 1 a 4 ano	17/10/2013	90 dias
Elisabet Stoffelshauss	Servente Educação	24/10/2013	180 dias
Elza Luzzi Fernandes	Atend. de Enfermagem	03/10/2013	30 dias
Greci Salete Coelho	Orient. Educacional	31/10/2013	180 dias
Ibraina Bleichuvel Castilho	Aux. Serviços Gerais	08/10/2013	30 dias
Ires Milan dos Santos	Servente de Educação	17/10/2013	30 dias
Maria Lourdes Khum Amacio	Aux. Enfermagem	08/10/2013	180 dias
Maria Luciana M. dos Santos	Prof. Educação Infantil	24/10/2013	180 dias
Marilucy Wierbicki	Secretario Escolar	29/10/2013	30 dias
Marlei Keller	Aux. Enfermagem	31/10/2013	180 dias
Mirna Mingotti	Telefonista	29/10/2013	60 dias
Nilton Antonio Vieira	Pedreiro	10/10/2013	90 dias
Olivia Sacon de Mello	Agente Serv. Obras	10/10/2013	30 dias
Savia Maria Gomes F. Cezar	Assistente Social	24/10/2013	180 dias
Terezina S. dos Santos Pereira	Tec. em Enfermagem	17/10/2013	30 dias

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 31 de Outubro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

#### Portaria Nº 23.199

PORTARIA Nº 23.199, de 31 de Outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 104, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos servidores Públicos Municipal de Caçador



**RESOLVE:**

CONCEDER ao Servidor Público Municipal CEZAR ANTONIO PEDRASSANI, ocupante do cargo de Odontólogo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, licença para tratamento de saúde conforme perícia médica, na qual foi considerado inapto para o trabalho definitivamente, conforme segue:

Data da perícia	Data inicial afastamento	Data final afastamento
31/10/2013	31/10/2013	Até efetivação da aposentadoria do servidor.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 31 de Outubro de 2013.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**Portaria Nº 23.206**

PORTARIA Nº 23.206, de 01 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 6º, da Lei nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde a Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (EACS), Programa Equipe de Saúde Bucal, e da outras providências.

**RESOLVE:**

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, o pagamento de gratificação de produtividade, referente ao período de 01/09/2013 a 30/09/2013 a que fazem jus, especificando: nome, cargo e valor da gratificação, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Valor da Grat.
11866	Alcides Moraes Lemos	Agente Comunitária de Saúde	100,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 01 de Novembro de 2013.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**Portaria Nº 23.208**

PORTARIA Nº 23.208, de 01 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado

**RESOLVE:**

RESCINDIR, a pedido, os contratos em caráter temporário do Servidor Público Municipal abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, especificando: código, nome, cargo e data da rescisão, conforme segue:

Cód.	Nome do Servidor	Cargo	A contar de:
12798	Walter Syrillo Neves	Médico	01/11/2013
12816	Walter Syrillo Neves	Médico	01/11/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 01 de Novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

**Portaria Nº 23.210**

PORTARIA Nº 23.210, de 01 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

**RESOLVE:**

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, a seguir relacionado, licença prêmio, a que faz jus, especificando código, nome, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Cód.	Nome do Servidor	Cargo	Sec.	Período Aquisição	Período Gozo
1004	Sebastião Miguel Cachoeira	Técnico Tributário	023	05/10/2008 a 05/10/2013	25/11/2013 a 22/02/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 01 de Novembro de 2013

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

**Portaria Nº 23.211**

PORTARIA Nº 23.211, de 01 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

**RESOLVE:**

CONCEDER ao Servidor Público Municipal a seguir relacionado, férias regulamentares acrescido do adicional de férias, especificando: código, período de aquisição, nome e período de gozo, conforme segue:

Cód.	Período Aquisitivo		Nome	Período Gozo	
627	01/01/2008	31/12/2008	Valdir Medeiros de Olivera	07/11/2013	06/12/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 01 de Novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

**Portaria Nº 23.216**

PORTARIA Nº 23.216, de 01 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 166, da Lei Complementar nº 56 de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores

## Públicos Municipais de Caçador

## RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal abaixo relacionado, 01 (um) vencimento mínimo do serviço público como auxílio-natalidade, em virtude do nascimento de seu filho, especificado: código, nome, cargo, secretaria e data de nascimento do filho, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Data de Nasc.
1384	Antonio Vanderlei Pires	Auxiliar de Serviços Gerais	003	23/09/2013

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 01 de Novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**Portaria Nº 23.218**

PORTARIA Nº 23.218 de 01 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

## RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, a seguir relacionado, conversão em dinheiro das licenças prêmio, a que faz jus, por motivos pessoais, especificando código, nome, cargo, conversão e período de aquisição, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Conv.	Período Aquis.
645	Klaiton Strey	Motorista Utilitário	1/3	01/01/1997 a 01/01/2002
645	Klaiton Strey	Motorista Utilitário	1/3	01/01/2002 a 01/01/2007

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 01 de Novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**Portaria Nº 23.225**

PORTARIA Nº 23.225, de 04 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

## RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal a seguir relacionado, férias regulamentares acrescido do adicional de férias, especificando: código, período de aquisição, nome e período de gozo, conforme segue:

Cód.	Período Aquisitivo	Nome	Período Gozo		
3382	19/08/2012	18/08/2013	Anderson José de Oliveira	26/11/2013	25/12/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 04 de Novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**Portaria Nº 23.228**

PORTARIA Nº 23.228 de 04 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

## RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, a seguir relacionado, conversão em dinheiro da licença prêmio, a que faz jus, por motivos pessoais, especificando código, nome, cargo, conversão e período de aquisição, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Conv.	Período Aquis.
599	Ademir Novais dos Santos	Motorista	1/3	05/10/2008 a 05/10/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 04 de Novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**Portaria Nº 23.228**

PORTARIA Nº 23.228 de 04 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

## RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, a seguir relacionado, conversão em dinheiro da licença prêmio, a que faz jus, por motivos pessoais, especificando código, nome, cargo, conversão e período de aquisição, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Conv.	Período Aquis.
599	Ademir Novais dos Santos	Motorista	1/3	05/10/2008 a 05/10/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 04 de Novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**Portaria Nº 23.230**

PORTARIA Nº 23.230, de 04 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 6º, da Lei nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução



dos Programas Estratégia Saúde a Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (EACS), Programa Equipe de Saúde Bucal, e das outras providências.

**RESOLVE:**

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, o pagamento de gratificação de produtividade, referente ao período de 01/10/2013 a 30/10/2013 a que fazem jus, especificando: nome, cargo e valor da gratificação, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Valor da Grat.
11854	Ana Paula Petrovisch	Agente Comunitária de Saúde	100,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 04 de Novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**Portaria Nº 23.231**

PORTARIA Nº 23.231, de 04 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 6º, da Lei nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde a Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (EACS), Programa Equipe de Saúde Bucal, e das outras providências.

**RESOLVE:**

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, o pagamento de gratificação de produtividade, referente ao período de 01/10/2013 a 30/10/2013 a que fazem jus, especificando: nome, cargo e valor da gratificação, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Valor da Grat.
11950	Luci Hinkeldei	Agente Comunitária de Saúde	100,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 04 de Novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**Portaria Nº 23.232**

PORTARIA Nº 23.232, de 04 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 6º, da Lei nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde a Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (EACS), Programa Equipe de Saúde Bucal, e das outras providências.

**RESOLVE:**

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, o pagamento de gratificação de produtividade, referente ao período de 01/10/2013 a 30/10/2013 a que fazem jus, especificando: nome, cargo e valor da gratificação, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Valor da Grat.
12032	Mirian Germano de Goes	Agente Comunitária de Saúde	100,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 04 de Novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**Portaria Nº 23.233**

PORTARIA Nº 23.233, de 04 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 6º, da Lei nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde a Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (EACS), Programa Equipe de Saúde Bucal, e das outras providências.

**RESOLVE:**

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, o pagamento de gratificação de produtividade, referente ao período de 01/10/2013 a 30/10/2013 a que fazem jus, especificando: nome, cargo e valor da gratificação, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Valor da Grat.
11975	Rosemari Kuhl Meireles da Silva	Agente Comunitária de Saúde	100,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 04 de Novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**Portaria Nº 23.234**

PORTARIA Nº 23.234, de 04 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 6º, da Lei nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde a Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (EACS), Programa Equipe de Saúde Bucal, e das outras providências.

**RESOLVE:**

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, o pagamento de gratificação de produtividade, referente ao período de 01/09/2013 a 30/09/2013 a que fazem jus, especificando: nome, cargo e valor da gratificação, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Valor da Grat.
11945	Maria Salete Rech Menezes	Agente Comunitária de Saúde	100,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 04 de Novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**Portaria Nº 23.237**

PORTARIA Nº 23.237, de 04 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 6º, da Lei nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde a Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (EACS), Programa Equipe de Saúde Bucal, e das outras providências.

**RESOLVE:**

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, o pagamento de gratificação de produtividade, referente ao período de 01/09/2013 a 30/09/2013 a que fazem jus, especificando: nome, cargo e valor da gratificação, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Valor da Grat.
11935	Eliete Kutcher Furlin	Agente Comunitária de Saúde	100,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 04 de Novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**Portaria Nº 23.238**

PORTARIA Nº 23.238, de 04 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 6º, da Lei nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde a Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (EACS), Programa Equipe de Saúde Bucal, e das outras providências.

**RESOLVE:**

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, o pagamento de gratificação de produtividade, referente ao período de 01/09/2013 a 30/09/2013 a que fazem jus, especificando: nome, cargo e valor da gratificação, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Valor da Grat.
11868	Miriam de Olizete Fucks	Agente Comunitária de Saúde	100,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 04 de Novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**Portaria Nº 23.241**

PORTARIA Nº 23.241, de 07 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

**RESOLVE:**

CONCEDER ao Servidor Público Municipal a seguir relacionado,

férias regulamentares acrescido do adicional de férias, especificando: código, período de aquisição, nome e período de gozo, conforme segue:

Cód.	Período Aquisitivo	Nome	Período Gozo		
888	01/01/2012	31/12/2012	Jose Osni Batista	11/11/2013	20/11/2013
888	01/01/2013	31/12/2013	Jose Osni Batista	21/11/2011	30/11/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 07 de Novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**Portaria Nº 23.245**

PORTARIA Nº 23.245, de 08 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

**RESOLVE:**

CONCEDER à Servidora Pública Municipal a seguir relacionada, férias regulamentares acrescido do adicional de férias, especificando: código, período de aquisição, nome e período de gozo, conforme segue:

Cód.	Período Aquisitivo	Nome	Período Gozo		
11885	21/05/2012	20/05/2013	Paulina Voieinik	04/11/2013	03/12/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 08 de Novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**Portaria Nº 23.253**

PORTARIA Nº 23.253, de 08 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

**RESOLVE:**

CONCEDER ao Servidor Público Municipal a seguir relacionado, férias regulamentares acrescido do adicional de férias, especificando: código, período de aquisição, nome e período de gozo, conforme segue:

Cód.	Período Aquisitivo	Nome	Período Gozo		
907	01/01/2011	31/12/2011	Breno Itaqui Ramos	01/11/2013	15/11/2013
907	01/01/2012	31/12/2012	Breno Itaqui Ramos	16/11/2013	30/11/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 08 de Novembro de 2013.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### Portaria Nº 23.255

PORTARIA Nº 23.255, de 08 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

#### RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal a seguir relacionado, férias regulamentares acrescido do adicional de férias, especificando: código, período de aquisição, nome e período de gozo, conforme segue:

Cód.	Período Aquisitivo	Nome	Período Gozo		
476	01/01/2010	31/12/2010	Altair Jorge Machado	01/11/2013	30/11/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 08 de Novembro de 2013.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### Portaria Nº 23.257

PORTARIA nº 23.257, de 08 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador

#### RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, o pagamento do ADICIONAL NOTURNO, realizado no período de 01/10/2013 a 31/10/2013, especificando: código, nome, número de horas prestadas e cargo, conforme segue:

Cod.	Nome do Servidor	Nº de Horas	Cargo
1964	Adelar Geraldo Piran	33 horas	Motorista
1836	Aldecir Barp	38 horas	Motorista
1928	Alex dos Santos	16 horas	Motorista
1453	Alvaro Santos de Castro	60 horas	Motorista
2027	Edezio Recalcatti	61 horas	Motorista
12454	Jair de Azeredo	11 horas	Motorista
970	José Gomes de Matto	56 horas	Motorista
645	Klayton Strey	07 horas	Motorista
1827	Odair Santana	50 horas	Motorista
1849	Valdeci V. de Alvarenga	02 horas	Motorista
749	Valdecir José P. Da Silva	42 horas	Motorista
1535	Vilmar M. Dobner	26 horas	Motorista
7982	Adriana Bento Grobe	7 horas	Téc. Enfermagem
7739	Alice Loreni Gomes	7 horas	Téc. Enfermagem
11810	Ana Paula Simioni	7 horas	Enfermeira
11809	Clairton Mario Correa	10 horas	Aux. Enfermagem

831	Clarisse Abraão	91 horas	Atend. de Enfermagem
364	Delma Letícia Dri Ficagna	7 horas	Aux. Enfermagem
9384	Dinamar Aparecida Gomes	14 horas	Enfermeira
11217	Edineia Aparecida da Silva Batista	4 horas	Aux. Enfermagem
12793	Eliane Maria Furtado A. C. Navroski	9 horas	Aux. Enfermagem
7744	Elizandra Driedrich	3 horas	Tec. Enfermagem
7707	Ivanir Weber	7 horas	Aux. Cons. Dentário
11890	Jorge Jair de Moura Borges	84 horas	Enfermeiro
10831	Katia Possamai	7 horas	Enfermeira
967	Leila Alves Speggorin	11 horas	Aux. Enfermagem
11851	Leticia Maria Rostiolla	7 horas	Enfermeiro
12590	Loraine B. Rotta	5 horas	Tec. Enfermagem
11032	Luiz Antonio Wanciw	72 horas	Aux. Enfermagem
7784	Mara Rúbia Cordeiro	18 horas	Aux. Serv. Gerais
12766	Marlene Aparecida dos Anjos	14 horas	Ass. Administrativa
8331	Mônica M. Witiuk	35 horas	Téc. Hig. Dental
731	Odete Crivilatti	2 horas	Atend. Enfermagem
11886	Paula Francielly Zitkiewicz	7 horas	Enfermeira
10764	Sandra Ap. Correa	84 horas	Enfermeira
10785	Vagner Gonçalves	93 horas	Téc. Enfermagem
1179	Vilma de S. M. Jarschel	15 horas	Aux. Enfermagem
10455	Willian C. Pinto	70 horas	Aux. Administrativo
1288	Willian Schoder	7 horas	Enfermeiro

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 08 de Novembro 2013.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### Portaria Nº 23.259

PORTARIA nº 23.259, de 08 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

#### RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, referente ao período de 01/10/2013 a 31/10/2013, especificando código, nome, número de horas prestadas e cargo, conforme segue:

Cod.	Nome do Servidor	Nº de Horas Extras	Função
1964	Adelar Geraldo Piran	60 horas	Motorista
1836	Aldecir Barp	60 horas	Motorista
1928	Alex dos Santos	60 horas	Motorista
1453	Alvaro Santos de Castro	60 horas	Motorista
2027	Edezio Recalcatti	60 horas	Motorista
12454	Jair de Azeredo	60 horas	Motorista
970	José Gomes de Matto	60 horas	Motorista
645	Klayton Strey	60 horas	Motorista
1827	Odair Santana	60 horas	Motorista

1849	Valdeci V. de Alvarenga	60 horas	Motorista
749	Valdecir José P. Da Silva	60 horas	Motorista
1535	Vilmar M. Dobner	60 horas	Motorista
7982	Adriana Bento Grobe	18 horas	Téc. Enfermagem
7739	Alice Loreni Gomes	40 horas	Téc. Enfermagem
11810	Ana Paula Simioni	40 horas	Enfermeira
10775	Cândice Valei da Goltz	35 horas	Enfermeiro
7708	Deise Cristina Dri Ficagna	40 horas	Aux. Cons. Dentário
831	Clarisse Abraão	12 horas	Atend. Enfermagem
8413	Claudete M. Bento Corrente	21 horas	Enfermeira
364	Delma Letícia Dri Ficagna	40 horas	Aux. Enfermagem
9384	Dinamar Aparecida Gomes	24 horas	Enfermeira
12794	Doraci de Jesus Soares	08 horas	Aux. Enfermagem
11217	Edineia Aparecida da Silva Batista	40 horas	Aux. Enfermagem
11887	Eliane Farinea Techio	06 horas	Enfermeira
12793	Eliane Maria Furtado A. C. Navroski	40 horas	Aux. Enfermagem
874	Elizabeth de Liz Leite	10 horas	Aux. Serv. Gerais
7744	Elizandra Driedrich	40 horas	Tec. Enfermagem
830	Eloir do Carmos Correa Antunes	40 horas	Aux.de Enfermagem
3745	Erenilda Americano	40 horas	Recepcionista
12771	Erica Tasca	12 horas	Aux. Enfermagem
769	Geni Aparecida dos Santos	36 horas	Aux. Serv. Gerais
12593	Graziela Leo Galina	40 horas	Enfermeira
4746	Ivonete Bertulino	40 horas	Aux. Serv. Gerais
7707	Ivanir Weber	39 horas	Aux. Cons. Dentário
11890	Jorge Jair de Moura Borges	40 horas	Enfermeiro
10787	Juliana Aparecida Cordeiro	12 horas	Tec. Enfermagem
10831	Katia Possamai	22 horas	Enfermeira
967	Leila Alves Speggiorin	40 horas	Aux. Enfermagem
11851	Leticia Maria Rostiolla	40 horas	Enfermeiro
12590	Loraine B. Rotta	22 horas	Tec. Enfermagem
10786	Lorete Aparecida Braun	20 horas	Enfermeira
11055	Luciana Cristaldo	29 horas	Aux. Cons. Dentário
11032	Luiz Antonio Wanciw	40 horas	Aux. Enfermagem
7784	Mara Rúbia Cordeiro	40 horas	Aux. Serv. Gerais
10816	Marjori Paula Sgarbossa	35 horas	Enfermeira
9385	Maria Eva Martins	06 horas	Aux. Serv. Gerais
12766	Marlene Aparecida dos Anjos	40 horas	Assistente Administrativa
7676	Marlene Aparecida Ribeiro	40 horas	Aux. Serv. Gerais
8331	Mônica M. Witiuk	40 horas	Téc. Hig. Dental
731	Odete Crivilatti	40 horas	Atend. Enfermagem
12615	Odete Maria Deitos	18 horas	Enfermeira
10102	Rosa M. Coluzzi	15 horas	Aux. Serv. Gerais
10764	Sandra Aparecida Correa	28 horas	Enfermeiro
3437	Sayonara Galina	40 horas	Aux. Enfermagem
10785	Vagner Gonçalves	40 horas	Téc. Enfermagem
1179	Vilma de S. M. Jarschel	40 horas	Aux. Enfermagem
11886	Paula Francielly Zitkiewicz	34 horas	Enfermeira
10790	Willian Cardoso Ribeiro	20 horas	Enfermeiro
1376	Veroni Salete Dalaqua	19 horas	Aux. Enfermagem
12588	Willian Schoder	32 horas	Enfermeiro

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 08 de Novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

LUZIA MICHELINA DOS SANTOS  
SECRETÁRIA DE SAÚDE.

#### Portaria Nº 23.264

PORTARIA nº 23.264, de 11 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, e suas alterações,

#### RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº 22.325, de 31/01/2013, somente no que se refere ao local de trabalho da Servidora Pública Municipal, NILCE FAITA FORNARI, que passa a ser EMEB Esperança, a contar de 18 de Novembro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 11 de Novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

#### Portaria Nº 23.265

PORTARIA nº 23.265, de 11 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999 e suas alterações,

#### RESOLVE:

CESSAR os efeitos da Portaria nº 22.325, de 31 de janeiro de 2013, que designou diversos servidores para exercerem a Função de Confiança de Diretores de Escolas, somente no que se refere a Servidora Pública Municipal CIZETE CATELAN, a contar de 18 de Novembro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 11 de Novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

#### Portaria Nº 23.266,

PORTARIA Nº 23.266, de 11 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando suas atribuições legais, no termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 68 e 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

#### RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº 23.059, de 30 de Setembro de 2013, que efetuou desconto em folha de pagamento dos servidores a baixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Educação, no que se refere ao termo, que passa a ser FALTAS JUSTIFICADAS,



tendo em vista a apresentação das devidas justificativas:

Código	Nome do Servidor	Data da Falta
12380	Adriana Aparecida Veingantner	23/07/2013
399	Cláudio Altair Cordeiro	23/07/2013
12245	Daniel Pereira Rafaeli Filho	23/07/2013
381	Eliane Gonçalves Cordeiro	23/07/2013
12545	Ione Maria Chiarello	23/07/2013
9024	Ione Maira Chiarello	23/07/2013
6968	José Dias de Lima	23/07/2013
499	Josete Maria de Lemos Strowispy	23/07/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 11 de Novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

#### Portaria Nº 23.267

PORTARIA Nº 23.267, de 11 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a Contratação de Servidores Públicos Municipais em Caráter Temporário, e art. 60, da Lei 8.213, de 24/07/1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências

#### RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal contratada, abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, licença para tratamento de saúde, especificando: código, nome, cargo, dias e período, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Total de dias	Dias	
lançados	Licença Trat. Saúde a contar de:				
12379	Vera Regina Kreling	Professora	37	15	15/11/2013 a 29/11/2013

após regime geral de Previdência Social

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 11 de Novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

#### Portaria Nº 23.268

PORTARIA Nº 23.268, de 11 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 114, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com nova redação dada pela Lei Complementar nº 137/2008,

#### RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, ELIANE DE SOUZA LUZ, lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de Professora, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, a contar de 04 de Novembro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 11 de Novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

#### Portaria Nº 23.269

PORTARIA Nº 23.269, de 11 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a Contratação de Servidores Públicos Municipais em Caráter Temporário, e art. 60, da Lei 8.213, de 24/07/1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências

#### RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais contratados, abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, licença para tratamento de saúde, especificando: código, nome, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Total de Dias	Licença Trat. Saúde a contar de:
12492	Eliane Salete Peretti	Professora	15	23/10/2013
12532	Maria de Jesus Fernandes dos Santos	Servente da Educação	15	22/10/2013
12484	Rose Mari Voloche	Servente da Educação	15	22/10/2013
12290	Rosmari Aparecida Becker	Professora	12	21/10/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 11 de Novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

#### Portaria Nº 23.270

PORTARIA Nº 23.270, de 11 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 98, inciso I e art. 99, da Lei Complementar nº 56 de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais

#### RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, licença para tratamento de saúde, especificando: código, nome, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Total de Dias	Licença Trat. Saúde a contar de:
349	Ana Maria Moretti Bortollon	Professora	10	24/10/2013
10989	Eliane Alves Pereira	Servente Educação	40	28/10/2013
800	Eliane Bortolini	Sec. Escolar	22	08/11/2013
1719	Eliane Macedo Castilho	Professora	15	31/10/2013
9874	Emanuelle Martins de Souza	Professora	30	06/11/2013
8949	Janaina Carneiro	Professora	79	14/10/2013
676	Mariluci Lopes Stanke de Oliveira	Servente Educação	60	02/11/2013
1165	Nilce Baseggio Frizon	Servente Educação	90	22/10/2013
3381	Odair Rebelo Nascimento	Eletricista	08	16/10/2013
3557	Sidneia Dominiak	Professora	60	31/10/2013
3631	Vilma de Oliveira	Merendeira	15	04/11/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 11 de Novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

#### Portaria Nº 23.271

PORTARIA Nº 23.271, de 11 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 41 e 42 da Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

REDUZIR CARGA HORÁRIA da Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, lotados na Secretaria Municipal de Educação, especificando: código, nome, cargo, carga horária antiga, carga horária atual e período da alteração:

Cód.	Nome	Cargo	De	Para	A contar de:
12261	Jeana Zago	Professora	39	24	20/11/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 11 de Setembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

#### Portaria Nº 23.272

PORTARIA Nº 23.272 de 11 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado

RESOLVE:

RESCINDIR, a pedido, o contrato em caráter temporário dos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, especificando: código, nome, cargo e data da rescisão, conforme segue:

Cód.	Nome do Servidor	Cargo	A contar de:
12716	Miriam Lins de Agostinho	Servente Educação	31/10/2013
12741	Raquel Aparecida Padilha	Professora	05/11/2013
12799	Raquel Aparecida Padilha	Especialista em Assuntos Educacionais - Orientadora Escolar	21/11/2013
12404	Cristina Fatima de Almeida	Servente Educação	21/11/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 11 de Novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

#### Portaria Nº 23.273

PORTARIA Nº 23.273, de 11 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, §1º, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a Servidora Pública Municipal JANETE DA APARECIDA CORDEIRO DA SILVA, ocupante do cargo de Servente da Educação, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com efeitos a contar de 11 de Novembro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 11 de Novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.



**Portaria Nº 23.274**

PORTARIA Nº 23.274, de 11 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 68 e 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

**RESOLVE:**

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores Públicos abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, em razão de faltas injustificadas referente a não participação da Jornada Pedagógica realizada dias 05 e 06 de Setembro de 2013, especificando: código, nome, local de trabalho e número de horas faltas, conforme segue:

Cód	Nome	Nº de faltas
12277	Arlete de Fátima Bariviera	02 dias de falta
12420	Caroline Marceli Maurilio	02 dias de falta
12316	Clarisse Muniz de Moura	02 dias de falta
12257	Claucia Comerlato	02 dias de falta
12298	Dirce Stiegler	02 dias de falta
12492	Eliane Salete Peretti	02 dias de falta
12387	Elisangela Cristina Kviatkovski	02 dias de falta
3291	Elisangela Mittank Camargo	02 dias de falta
3558	Elizangela Bartel Witte	02 dias de falta
9874	Emanuelle Martins de Souza	02 dias de falta
10531	Ester Wolff Ferreira	02 dias de falta
10532	Franciele Escher	02 dias de falta
12215	Iolanda Aparecida de Moraes	02 dias de falta
12227	Juliana Gonçalves	02 dias de falta
12466	Keila Aparecida Bronner	02 dias de falta
12210	Luci Lucio	02 dias de falta
12544	Mariane Navroski	02 dias de falta
10433	Paula Cristina Santore	02 dias de falta
3293	Rejane Terezinha Faedo	02 dias de falta
12508	Roger Willian da Silva	02 dias de falta
12214	Roseli Aparecida Machado	02 dias de falta
12279	Roseli Maria Baseggio	02 dias de falta
12495	Rosicleia Alves	02 dias de falta
12290	Rosmari Aparecida Becker	02 dias de falta
12275	Samantha Orsolin	02 dias de falta
12219	Sandra Aparecida Peretti	02 dias de falta
12239	Sandra Mara Maceno	02 dias de falta
12345	Viviane Aparecida Trindade	02 dias de falta

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 11 de Novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**Portaria Nº 23.276**

PORTARIA Nº 23.276, de 11 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 68 e 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Caçador

**RESOLVE:**

EFETUAR o desconto em folha de pagamento, dos Servidores Públicos Municipais, lotados na Secretaria Municipal de Educação,

em razão de faltas justificadas referentes ao período de 11 de Outubro a 10 de Novembro, especificando: código, nome, local de trabalho e número de horas faltas, conforme segue:

Código	Servidor	Escola	Faltas
12666	Alessandra Boeira	EMEB Hilda Granemann de Sousa	07 dias
10932	Amanda Roberta Pereira Camargo Biblio	EMEB Morada do Sol	11 dias
12667	Ana Paula dos Santos Alves	EMEB Ulysses Guimarães	04 dias
12375	Eliane Scotti Alvarenga	CMEI Sonho Encantado	04 dias
184	Eliane Terezinha Pelizzaro	EMEB Alto Bonito	10 dias
488	Leni da Silva Machado	EMEB Vereda dos Trevos	07 dias
1318	Maria Geni Huçulak	EMEB Nossa Senhora Salete	06 dias
12544	Marianne Navroski	EMEB Alto Bonito EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	08 dias
10526	Marizete Zago	EMEB Alto Bonito	07 dias
12515	Marlene Fonseca	CMEI Sonho Encantado	3 dias e ½
12348	Odete Maria Xavier Correa	EMEB Alto Bonito	07 dias
2015	Odete Maria Xavier Correa	EMEB Henrique Julio Berger	03 dias
12624	Patrícia Gonçalves Ribeiro	CMEI Sonho Encantado	04 dias
12437	Vera Lucia Pires Goes	EMEB Pierina Santin Perret	05 dias

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 11 de Novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**Portaria Nº 23.276**

PORTARIA Nº 23.276, de 11 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 68 e 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Caçador

**RESOLVE:**

EFETUAR o desconto em folha de pagamento, dos Servidores Públicos Municipais, lotados na Secretaria Municipal de Educação, em razão de faltas justificadas referentes ao período de 11 de Outubro a 10 de Novembro, especificando: código, nome, local de trabalho e número de horas faltas, conforme segue:

Código	Servidor	Escola	Faltas
12666	Alessandra Boeira	EMEB Hilda Granemann de Sousa	07 dias
10932	Amanda Roberta Pereira Camargo Biblio	EMEB Morada do Sol	11 dias
12667	Ana Paula dos Santos Alves	EMEB Ulysses Guimarães	04 dias
12375	Eliane Scotti Alvarenga	CMEI Sonho Encantado	04 dias
184	Eliane Terezinha Pelizzaro	EMEB Alto Bonito	10 dias
488	Leni da Silva Machado	EMEB Vereda dos Trevos	07 dias
1318	Maria Geni Huçulak	EMEB Nossa Senhora Salete	06 dias
12544	Marianne Navroski	EMEB Alto Bonito EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	08 dias

10526	Marizete Zago	EMEB Alto Bonito	07 dias
12515	Marlene Fonseca	CMEI Sonho Encantado	3 dias e ½
12348	Odete Maria Xavier Correa	EMEB Alto Bonito	07 dias
2015	Odete Maria Xavier Correa	EMEB Henrique Julio Berger	03 dias
12624	Patrícia Gonçalves Ribeiro	CMEI Sonho Encantado	04 dias
12437	Vera Lucia Pires Goes	EMEB Pierina Santin Perret	05 dias

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 11 de Novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### Portaria Nº 23.277

PORTARIA Nº 23.277, de 11 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 68 e 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

#### RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores Públicos abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, em razão de faltas injustificadas referente ao período de 11/10/2013 a 10/11/2013, especificando: código, nome, local de trabalho e número de horas faltas, conforme segue:

Código	Servidor	Escola	Faltas
10076	Adriana Regina Faoro	EMEB Esperança	½ dia
10932	Amanda Roberta Pereira de Camargo Biblio	EMEB Morada do Sol	01 dia
8953	Claudia Aparecida de Souza	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	½ dia
3378	Iliane Silva Pagotto dos Santos	EMEB Ulysses Guimarães	02 dias
10518	Jane Regina Dallagnol	EMEB Esperança	½ dia
12466	Keila Aparecida Broner	EMEB Ulysses Guimarães	04 dias
10528	Lucelia Aparecida Gonçalves Cordeiro	EMEB Esperança	½ dia
2443	Marcia Regina Caregnato Colpini	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	½ dia
1725	Maria de Jesus Souza	CEM Profª Maria Luiza Martins Barbosa	01 dia
12544	Marianne Navroski	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	½ dia
12412	Michelle Zotto Schultz	EMEB Alto Bonito	21 dias
12716	Miriam Lins de Agostinho	EMEB Morada do Sol	01 dia
10446	Nelci de Jesus Oliveira Balduino	EMEB Hilda Granemann de Souza	02 dias
8428	Roseli Bora	EMEB Hilda Granemann de Souza	01 dia
12553	Silvana Solle Antunes	CMEI Sininho	01 dia
12538	Vanessa de Fatima Rocha	CMEI Santa Clara	03 horas
6960	Vera Lucia Muchinski	EMEB Esperança	½ dia

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 11 de Novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### Portaria Nº 23.278

PORTARIA Nº 23.278, de 11 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 41 e 42 da Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

#### RESOLVE:

ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA dos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, especificando: código, nome, cargo, carga horária antiga, carga horária atual e período da alteração:

Cód.	NOME	CARGO	DE	PARA	LOCAL	A CONTAR DE:
12.395	Alonso Paes Carneiro	Secretário Escolar	20	40	EMEB Alto Bonito, VV Eliane Bortolini, Lic Trat. Saúde familiar	11/11/2013 a 29/11/2013
12843	Amauri Joel Scapin	Professor	20	40	EMEB Henrique J Berger, VV Nelson M Moreira, Fundação de Cultura	05/11/2013 a 20/12/2013
12.490	Deisy Gonçalves Biasoli	Professora	20	40	EMEB Alto Bonito, VV Juliana Padilha Mazzotti, Lic Trat. Saúde	16/10/2013 a 20/12/2013
12317	Edson Domingos Appi	Professor	21	36	EMEB Henrique J Berger, VV Eliane Macedo Castilho, Lic Trat. Saúde	04/11/2013 a 14/11/2013
12.335	Felipe Aloisio Cruz	Professor	21	33	EMEB Pierina Santin Perret, VV Joice Mara Sari, Lic Prêmio	24/10/2013 a 19/11/2013
12.465	Ivanice Nien-dicher	Professora	20	40	EMEB Ulysses Guimarães, VV Carmelinda Maleski, direção EMEB CAste-Ihano	07/11/2013 a 20/12/2013
12.675	Karina Rodrigues de França	Professora	15	27	EMEB Henrique J Berger, VV Eliane Cavilion Lapolli, Lic Trat. Saúde	30/10/2013 a 13/11/2013
12.394	Mauricio Bertotto	Secretário Escolar	20	40	EMEB Alto Bonito, VV Eliane Bortolini, Lic Trat. Saúde familiar	11/11/2013 a 29/11/2013
12.611	Mauro Rodrigues	Professor	20	40	EMEB Henrique J Berger, VV Nelson M Moreira, Fundação de Cultura	05/11/2013 a 20/12/2013
12389	Reginaldo Klabunde	Secretário Escolar	20	40	EMEB Ulysses Guimarães, VV Rosana Kormann, Lic Trat. Saúde,	10/10/2013 a 20/12/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 11 de novembro de 2013.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

### Portaria Nº 23.284

PORTARIA Nº 23.284, de 14 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

#### RESOLVE:

CONTRATAR, por tempo determinado a cidadã abaixo relacionada, em virtude da classificação em Processo de Seleção Simplificado para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário e Formação de Cadastro de Reserva, conforme Edital nº 02/2013, e Decreto nº 5.713, de 19 de Setembro de 2013, que homologou o resultado final, especificando: nome, cargo, secretaria/fundação, referência, carga horária e período conforme segue:

Nome	Cargo	Sec./Fund.	Ref.	C.H	Período
Letissia Crestani	Museólogo	013	35	40	29/10/2013 a 29/10/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, 14 de Novembro de 2013  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### Portaria Nº 23.285

PORTARIA Nº 23.285, de 14 de Novembro 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

#### RESOLVE:

CONTRATAR, por tempo determinado, os cidadãos a seguir relacionados, para atuarem junto às Unidades de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, especificando: nome, cargo, referência, carga horária semanal, atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	CH	Atuação	Razão	Período
Amauri Joel Scapin	Professor (Lab. De Informática)	1.3/A	20	Telecentro -Linha Cará	Vaga Transitória (Projeto)	15/10/2013 a 20/12/2013
Ana Paula Spaggiarin	Professora Ed. Infantil	1.3/A	40	CMEI Educar é Tudo	VV Clenir Aparecida Nurilles, Lic Trat. Saúde	16/10/2013 A 14/12/2013
Cândida Aparecida Antunes	Servente da Educação	1.5/A	44	EMEB Hilda Granemann de Sousa	VV Elisabeth Stofelshauss, Lic Trat. Saúde	30/10/2013 a 20/12/2013

Clarisse Justino de Andrade	Servente da Educação	1.5/A	44	EMEB Hilda Granemann de Sousa	VV Cleusa Ap Ferreira da Luz, a disposição Fundema	18/10/2013 a 20/12/2013
Cristiane Antunes Gonçalves	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	VV Suzana de Oliveira Dammer, Lic Maternidade	15/10/2013 a 20/12/2013
Derli Ferreira dos Santos	Especialista em Assuntos Educacionais (Admin. Escolar)	1.3/A	20	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga Excedente, face a rescisão de outro Servidor	07/11/2013 a 20/12/2013
Lucélia Aparecida Cordeiro	Professora de Arte	1.3/A	22	EMEBs Castelhana (04h); Alcides Tombini (08h) e Irmão Venâncio (10h)	VV Josiane Carneiro, Lic Maternidade	23/10/2013 a 20/12/2013
Maria Ivone Padilha	Merendeira Escolar	1.5/A	44	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	VV Cristiane dos Santos Lima, Lic sem Vencimentos	23/10/2013 a 20/12/2013
Mariana Susin Frigotto	Especialista em Assuntos Educacionais (Orientadora)	1.3/A	20	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	VV Greci Salete Coelho, Lic Trat. Saúde	21/10/2013 a 20/12/2013
Solange Cristina Godoy Pontes	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Hilda Granemann de Sousa	Vaga Excedente, face Aposent. Jucelei Dallagnol	17/10/2013 a 20/12/2013
Taiana Ketly Insberger	Professora de Ciências	1.3/A	15	EMEB Henrique J Berger	VV Raquel Morona, Readaptada em atividades extra classe	22/10/2013 a 20/12/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 14 de Novembro de 2013.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

### Portaria Nº 23.288

PORTARIA Nº 23.288, de 14 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011 e no art. 473, inciso I, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT

**RESOLVE:**

CONCEDER ao Servidor Público Municipal a seguir relacionado, afastamento de suas atividades laborais em razão do falecimento de ascendente, especificando: código, nome, cargo e assento do óbito, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Dias Afast.	Assento do Óbito
12035	Alcides Morais de Lemos	Agente Comunitário de Saúde	2 dias	17/10/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 14 de Novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**Portaria Nº 23.292**

PORTARIA Nº 23.292, de 14 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

**RESOLVE:**

CONTRATAR, por tempo determinado, o cidadão, a seguir relacionado, para atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde Social especificando: nome, cargo, referência, carga horária, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	Sec.	CH	Razão	Período
Marcos Antonio Pires de Moraes	Motorista	10	06	44	Ausência Servidor concursado.	04/11/2013 a 31/12/2013 ou até realização de processo seletivo/concurso público

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 14 de Novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

LUZIA MICHELINA DE SOUZA  
SECRETÁRIA DE SAÚDE

**Portaria Nº 23.304**

PORTARIA Nº 23.304, de 22 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 98, inciso I e art. 99, da Lei Complementar nº 56 de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais

**RESOLVE:**

CONCEDER a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, licença para tratamento de saúde, especificando: código, nome, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Total de Dias	Licença Trat. Saúde a contar de:
------	------	-------	---------------	----------------------------------

7775	Luciane Catarina Carneiro	Professora	30	19/11/2013
11686	Sandra TOMazini	Assistente Administrativo	10	18/11/2013
7836	Celso Viero	Professor	15	18/11/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de Novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

**Portaria Nº 23.305**

PORTARIA Nº 23.305, de 22 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

**RESOLVE:**

PRORROGAR os contratos por tempo determinado dos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, especificando: código, nome, cargo, carga horária, referência e período, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	CH	REF.	Local de Atuação	Período
12701	Adriana Kabel Mezomo	Profª de Ed. Infantil	1.3/A	40	CMEI Sonho Encantado, VV Maria Luciana Moraes Barbosa, Lic Trat. Saúde	14/10/2013 a 20/12/2013
12788	Fernanda Coelho de Souza	Profª de Ed. Física	1.3/A	39	EMEB Alto Bonito ( 24h) EMEB Alcides Tombini (15) VV Mario Luiz Cachinski Junior, Lic Trat. Saúde	15/11/2013 a 20/12/2013
12755	Marcia Ferreira de Souza	Servente	1.5/A	44	EMEB Ulysses Guimarães	06/11/2013 a 20/12/2013
12782	Maria Juvinde Hirsch	Professora de Ed. Infantil	2.1/A	20	EMEB Alto Bonito, VV Janaína Carneiro, Lic Trat. Saúde	15/10/2013 a 20/12/2013
12656	Mariana Ribeiro da Cruz Branco	Profª Ed. Infantil	1.3/A	40	CMEI Pierina Adami, VV Sidnéia Dominiak, Lic Trat. Saúde	01/11/2013 a 20/12/2013
12802	Noeli Angelica Andrade	Professora de História	1.1/A	15	EMEB Profª Maria Luisa Martins Barbosa, VV Ecleides de Fátima B. Cruz, Lic Trat. Saúde	08/12/2013 A 20/12/2013
12754	Teresinha de Jesus Trancoso Telles de Lima	Merendeira	1.5/A	44	EMEB Ulysses Guimarães	08/11/2013 A 18/11/2013



Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de Novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

### Aviso de Retificação DI 10/2013 - Prefeitura PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR/SC

#### RETIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 10/2013

A Prefeitura Municipal de Caçador, SC, torna público a DISPENSA de licitação nº 10/2013 para contratação de empresa habilitada para construção de passarela sobre o rio do peixe, entre os bairros vila Kurtz, junto a empresa E.S.E Construções LTDA, com sede na cidade de Palhoça, SC, pelo período de 60 (sessenta) dias, pelo valor global de R\$ 142.713,25 (cento e quarenta e dois mil, setecentos e treze reais e vinte e cinco centavos), nos termos do Artigo 24, Inciso V, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Maiores Informações poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Caçador, Sítio Avenida Santa Catarina, 195, e-mail:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br)

Caçador, 16 de dezembro de 2013.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
Prefeitura Municipal de Caçador

#### Portaria Nº 23.240

PORTARIA Nº 23.240, de 07 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Caçador

#### RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, em razão de faltas injustificadas ocorridas no período de 01/10/2013 a 31/10/2013, especificando: código, nome do servidor e número de horas de desconto, conforme segue:

Cód.	Nome do Servidor	Horas de Desconto
12772	Adair das Graças Martins Cardoso	74 horas e 45 min.
12019	Andressa Quintino da Silva	104 horas e 28 min.
1771	Aurélio Luiz Arrabar	05 horas e 06 min.
11949	Bernardete Bridi Otto	04 horas e 13 min.
12599	Cibele Urio Klaumann	15 horas e 14 min.
9701	Daniela Kist Busnardo Cabral	01 horas e 54 min.
11969	Debora Cristina Muller	03 horas e 04 min.
11937	Dirce Teresinha Mantovani	03 horas e 49 min.
11860	Edemir Januario da Costa	01 hora e 40 min.
10766	Edina Ferreira Lopes	02 horas e 40 min.
12762	Eliane Aparecida dos Santos Correa	05 horas
395	Elizabeth Mary Kinceler	04 horas e 22 min.
1047	Ermozila Terezinha Silveira	08 horas e 50 min.
12029	Eva Alciony Pontes Vieira	08 horas
12055	Franciele Carneiro	03 horas e 50 min.
3278	Frenezi de Oliveira	08 horas e 18 min.

200	Ilse Maria Schmidt Driessen	02 horas e 39 min.
3510	Ivone Vaccari	03 horas e 06 min.
10491	Jose Serrao Cezar	11 horas e 53 min.
11946	Jucinei Pires do Prado	1 hora e 58 min.
11878	Kerolin Vieira Goes	18 horas e 13 min.
11807	Lenise Heinzmann	07 horas e 47 min.
11863	Lidiane Linhares Schumacker Antunes	47 horas e 10 min.
11884	Luane Cristina Alves	29 horas e 57 min.
5635	Luciano Caregnato	05 horas e 22 min.
7784	Mara Rubia Cordeiro	06 horas e 52 min.
11812	Marcia de Oliveira Guedes	08 horas e 35 min.
637	Marcia Regia Mostiack	43 min.
11873	Maria Salete Moraes dos Santos	25 horas e 09 min.
378	Maricelda Rita Toniato	02 horas e 35 min.
10461	Mirian Ficagna	19 horas e 36 min.
11876	Miriane Aparecida Galvao Kunzel	21 horas e 50 min.
3266	Roselaine Aparecida Roesener	03 horas e 39 min.
11869	Sandra de Fatima Ribeiro	08 horas
10541	Sara Nadiesia Velasques	51 min.
11968	Silvana Aparecida Santana de Moraes Ferreira	08 horas
11970	Tatiana Santos de Oliveira Lyra	13 horas
7678	Terezinha Dobler Huçulak	07 horas e 15 min.
11943	Thais Costenaro	14 horas e 22 min.
12034	Valeria Goncalves Pereira	23 horas e 58 min.
11859	Vanira Santos de Moraes	04 horas e 14 min.
10790	Willian Cardoso Ribeiro	01 hora e 43 min.
12588	Willian Schroder	17 horas e 35 min.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 07 de Novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

LUZIA MICHELINA DOS SANTOS  
SECRETÁRIA DE SAÚDE



**Editais de Notificação de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 053 1736/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABB8407	55700219D	6920/0	14/10/2013	233
AEB0393	54150209D	6599/2	07/10/2013	230 * V
AGR8024	55700234D	6920/0	14/10/2013	233
AKL9479	55700241D	6920/0	16/10/2013	233
BZH8311	55698919D	5010/0	12/11/2013	162 * I
BZH8311	55698920D	5118/0	12/11/2013	164 c/c 162 * I
DRB8331	55700246D	6920/0	21/10/2013	233
IJB8124	55700242D	6920/0	18/10/2013	233
LIM8057	54150474D	6599/2	07/11/2013	230 * V
LIM8057	54150475D	5010/0	07/11/2013	162 * I
LWT9718	55700239D	6920/0	16/10/2013	233
LZO5258	55698763D	6610/2	28/10/2013	230 * VII
LZR6495	55698832D	6920/0	07/11/2013	233
MAJ6981	54149334D	5010/0	23/10/2013	162 * I
MAW4622	55700732D	6912/0	23/10/2013	232
MIO5147	55700216D	6920/0	13/10/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013

FABIANO LOCATELLI

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 053 1737/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
JPM6230	54150608D	5541/2	24/10/2013	181 * XVII
MAW4622	55700731D	7366/2	23/10/2013	252 * VI
MFD8341	55703971D	6181/0	28/10/2013	215 * II
MHG6007	55700733D	7366/2	24/10/2013	252 * VI
MIA0831	54150665D	5185/1	18/10/2013	167
MIA0831	54150666D	5185/2	18/10/2013	167
MJJ4180	55700722D	5541/5	23/10/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013

ALEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1738/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKQ9869	55703519D	6556/4	20/07/2013	R\$ 191,53	230 * I
AVP4050	55692248D	6769/1	24/07/2013	R\$ 85,12	230 * XXII
AVP4050	55696839D	5045/0	24/07/2013	R\$ 191,53	162 * V
BOL1996	55703666D	6556/1	25/07/2013	R\$ 191,53	230 * I
BOL1996	55703667D	6610/2	25/07/2013	R\$ 127,69	230 * VII
BOL1996	55703701D	5010/0	25/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
BOL1996	55703702D	5061/0	25/07/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
DMG7541	55700055D	5169/1	18/08/2013	R\$ 1.915,38	165
LYC5410	55703662D	6556/1	24/07/2013	R\$ 191,53	230 * I
LYC5410	55703663D	6726/1	24/07/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
LYC5410	55703664D	6637/2	24/07/2013	R\$ 127,69	230 * IX
LZF6597	55700676D	6599/2	24/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAL7155	54149278D	6556/5	17/07/2013	R\$ 191,53	230 * I
MCT7796	55700041D	6599/2	11/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDI1234	54149972D	5010/0	17/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDT8551	55696843D	6696/2	29/07/2013	R\$ 127,69	230 * XV
MDT8551	55703671D	5029/2	29/07/2013	R\$ 957,69	162 * II
MEF3047	55700130D	6920/0	17/07/2013	R\$ 127,69	233
MEL3582	55700135D	6920/0	22/07/2013	R\$ 127,69	233
MEV7574	55696780D	6912/0	28/08/2013	R\$ 53,20	232
MFD4888	55703718D	5010/0	11/09/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHU5030	54150206D	6599/2	29/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHU5030	54150207D	5045/0	29/09/2013	R\$ 191,53	162 * V
MIJ0135	55703860D	6700/0	14/08/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MJE1949	55703754D	7285/0	03/10/2013	R\$ 85,12	250 * III

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013

FABIANO LOCATELLI

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1739/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHT0189	54150056D	5541/2	13/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
HCC0524	55703904D	5835/0	25/08/2013	R\$ 127,69	195
MBB3705	55703517D	7366/2	15/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MCF9985	55704014D	5185/1	05/09/2013	R\$ 127,69	167
MDA1560	54149742D	5452/2	26/08/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MGX6181	55693489D	7366/2	12/08/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MHI0116	55703855D	5959/1	10/08/2013	R\$ 191,53	203 * IV
MHR3308	54149588D	6122/0	06/09/2013	R\$ 191,53	214 * I
MIB3067	55692239D	7366/2	07/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MIE2753	54150312D	5541/2	10/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIW0039	54148979D	6050/2	24/07/2013	R\$ 191,53	208
MLS1956	54150289D	5967/0	08/10/2013	R\$ 191,53	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013

ALLEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 053 1740/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADE3660	54150225D	6599/2	31/10/2013	230 * V
AEC9849	55698820D	6920/0	31/10/2013	233
AFI9914	54150644D	5010/0	07/11/2013	162 * I
AFI9914	54150645D	5118/0	07/11/2013	164 c/c 162 * I
ATG1992	55692332D	5045/0	14/11/2013	162 * V
DGD5499	55698819D	6920/0	31/10/2013	233
IMM5435	55699702D	5010/0	07/11/2013	162 * I
IMM5435	55699704D	6408/0	07/11/2013	221
JLX5855	55698837D	6920/0	11/11/2013	233
KML8207	55704107D	6599/2	17/11/2013	230 * V
KNA4307	55704281D	5010/0	13/11/2013	162 * I
LXA4571	55698829D	6920/0	05/11/2013	233
LXB6680	55704286D	5010/0	16/11/2013	162 * I
LXB6680	55704287D	6599/2	16/11/2013	230 * V
LXB6680	55704288D	5118/0	16/11/2013	164 c/c 162 * I
LXR2439	55704278D	5010/0	13/11/2013	162 * I
LXR2439	55704279D	6599/2	13/11/2013	230 * V
LXR2439	55704280D	5118/0	13/11/2013	164 c/c 162 * I
LYH3971	55698806D	6920/0	24/10/2013	233
LZG4322	55704297D	5010/0	16/11/2013	162 * I
LZG4322	55704298D	6599/2	16/11/2013	230 * V
LZG4322	55704299D	5118/0	16/11/2013	164 c/c 162 * I
LZR1191	55700428D	6610/2	30/10/2013	230 * VII
LZR1191	55704157D	6700/0	30/10/2013	230 * XVI
MAK6990	54959204E	5053/1	14/11/2013	162 * VI
MBA8492	55698851D	6920/0	19/11/2013	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCE4157	54959013E	6912/0	14/11/2013	232
MCJ4928	55704206D	6700/0	07/11/2013	230 * XVI
MCX8399	55699799D	6599/2	29/10/2013	230 * V
MDY0722	55693994D	5010/0	14/11/2013	162 * I
MED1911	54959207E	6599/2	14/11/2013	230 * V
MEH4348	55698814D	6920/0	30/10/2013	233
MFK7122	55694182D	5010/0	31/10/2013	162 * I
MGB5849	55699981D	5010/0	16/11/2013	162 * I
MGB5849	55699982D	5118/0	16/11/2013	164 c/c 162 * I
MGB5849	55699983D	6912/0	16/11/2013	232
MGC1667	55703758D	6912/0	14/11/2013	232
MGZ0639	55700064D	6912/0	14/11/2013	232
MHM9869	55692330D	6599/2	14/11/2013	230 * V
MKF6156	54150230D	6599/2	31/10/2013	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013

FABIANO LOCATELLI

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 053 1741/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHK1330	54148939D	5541/6	04/10/2013	181 * XVII
LXX1003	55703759D	5185/1	14/11/2013	167
LZI5600	54150623D	5541/2	28/10/2013	181 * XVII
MAH2216	55700429D	5193/0	02/11/2013	168
MAL6961	54150393D	5541/5	16/11/2013	181 * XVII
MBP8748	55700517D	5452/2	21/11/2013	181 * VIII
MIS4662	55703757D	7366/2	14/11/2013	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013

ALEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1742/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAA2205	54150274D	5045/0	07/10/2013	R\$ 191,53	162 * V
ABH9574	54150781D	6556/1	07/10/2013	R\$ 191,53	230 * I
ACK8108	55693049D	5010/0	07/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
AJU7333	55693168D	5010/0	04/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
ARC1997	54149732D	6769/1	08/08/2013	R\$ 85,12	230 * XXII
BHU0942	55699680D	6599/2	05/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
BHU0942	55699681D	5010/0	05/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
BJI8281	55476349C	6599/2	13/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
BJI8281	55476586C	5010/0	13/09/2013	R\$ 574,61	162 * I
BWR3445	55704076D	6599/2	15/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
CFW6525	55700021D	6599/2	22/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
CTC3341	55476346C	5010/0	13/09/2013	R\$ 574,61	162 * I
DHK1758	55699956D	6637/1	18/09/2013	R\$ 127,69	230 * IX
HRN6333	55703725D	5010/0	11/09/2013	R\$ 574,61	162 * I
LWX1105	55704077D	5010/0	15/09/2013	R\$ 574,61	162 * I
LWX1105	55704078D	5118/0	15/09/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LXK6760	55693190D	6610/2	13/08/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LXS0074	54150122D	6599/2	02/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXS0074	54150123D	5010/0	02/09/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXZ6863	54150139D	5010/0	14/09/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXZ6863	54150140D	5118/0	14/09/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LXZ6863	54150141D	6599/2	14/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYH0936	55477174C	6599/2	19/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYW4625	55703486D	6920/0	18/09/2013	R\$ 127,69	233
LZL2580	55704105D	5010/0	08/10/2013	R\$ 574,61	162 * I
MAR3579	55700613D	5010/0	31/08/2013	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAR3579	55700614D	5118/0	31/08/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBA6360	55703415D	6920/0	09/08/2013	R\$ 127,69	233
MBO5895	55482584C	5169/1	13/09/2013	R\$ 1.915,38	165
MCP4252	55703476D	6920/0	16/09/2013	R\$ 127,69	233
MCT7796	55703479D	6920/0	16/09/2013	R\$ 127,69	233
MCX5378	54149889D	5010/0	05/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCX5378	54149951D	5118/0	05/08/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEB5247	55703488D	6920/0	18/09/2013	R\$ 127,69	233
MEM4211	54150136D	6599/2	14/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFC5871	55693983D	5010/0	20/09/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFC5871	55693984D	6599/2	20/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFC5871	55693985D	6556/1	20/09/2013	R\$ 191,53	230 * I
MGF8693	55699421D	5045/0	11/09/2013	R\$ 191,53	162 * V
MHA3476	54150006D	5010/0	09/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHA8055	55700040D	6556/3	11/09/2013	R\$ 191,53	230 * I
MHI9014	55480425C	6637/2	23/08/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MHP2164	55700048D	6599/2	11/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHP7095	55703712D	6599/2	11/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHT3216	55700408D	5010/0	22/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHT3216	55700409D	5118/0	22/08/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MII5820	55482576C	5010/0	11/09/2013	R\$ 574,61	162 * I
MIN5481	55703716D	6599/2	11/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MKJ0544	55476344C	6912/0	13/09/2013	R\$ 53,20	232
MKN5560	54149291D	6556/5	07/08/2013	R\$ 191,53	230 * I
MML1100	55703475D	6920/0	16/09/2013	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013

FABIANO LOCATELLI

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1743/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CEK3970	54149962D	5541/2	07/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LZC8676	54150313D	5541/2	10/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LZL2580	55704104D	6050/1	08/10/2013	R\$ 191,53	208
MCV8205	55699485D	5207/0	06/08/2013	R\$ 53,20	169
MDU2207	54149892D	5541/1	07/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEB3709	54150125D	5967/0	08/09/2013	R\$ 191,53	203 * V
MEW0644	54148948D	5835/0	09/10/2013	R\$ 127,69	195
MGA3474	54150622D	5568/0	28/10/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MHE6426	54148926D	5835/0	06/08/2013	R\$ 127,69	195
MIE2841	54149728D	5541/2	06/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MII5820	55482577C	5720/0	11/09/2013	R\$ 127,69	186 * I
MJJ5751	54149961D	5541/2	07/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MKI8116	55477172C	6050/1	19/09/2013	R\$ 191,53	208
MKM8471	54150305D	5541/1	09/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MKN5560	54149959D	5452/7	07/08/2013	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013

ALLEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE DE TRANSITO

**CÂMARA MUNICIPAL****Decreto Legislativo Nº 247, de 12 de Dezembro de 2013.**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 247, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.  
Homologa Convênio de Cooperação, celebrado entre o Município de Caçador e a Sociedade Franco Brasileira - Hospital Maicé.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 11 de dezembro de 2013, aprovou e ele promulga o seguinte,  
DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica homologado o Convênio de Cooperação, celebrado entre o Município de Caçador e a Sociedade Franco Brasileira - Hospital Maicé, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 33.543.356/0020-39, com sede na Rua Bolívia, nº 54, Bairro Reunidas, neste Município, objetivando a cooperação entre as partes para prestação de serviços de raios-x de urgência e emergência, a serem executados pela Conveniente, mediante encaminhamento do Pronto Atendimento Municipal, conforme Convênio que fica fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 2013.  
CARLOS EVANDRO LUZ,  
Presidente.

WILSON LUIZ BINOTTO,  
Vice-Presidente.

FLAVIO HENRIQUE DOS SANTOS,  
1º Secretário.

CLEONY LOPES BARBOZA FIGUR,  
2º Secretária.

**Camboriú****PREFEITURA****Lei Complementar N.º 067/2013**

LEI COMPLEMENTAR N.º 067/2013

Cria o Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - COMMADES e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - COMMADES com finalidade consultiva, deliberativa e de assessoramento ao Poder Executivo no que se refere às questões ambientais.

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - COMMADES:

- I - auxiliar na execução da Política Municipal de Meio Ambiente;
- II - propor normas técnicas e legais, procedimentos e ações, visando à defesa, conservação, recuperação e melhoria da qualidade

ambiental do Município, observada a legislação federal, estadual e municipal pertinente;

III - exercer a ação fiscalizadora de observância às normas contidas na Lei Orgânica Municipal e na legislação a que se refere o inciso anterior;

IV- obter e repassar informações e subsídios técnicos relativos ao desenvolvimento ambiental aos órgãos públicos, entidades públicas e privadas e a comunidade em geral;

V - atuar no sentido da conscientização pública para o desenvolvimento ambiental, promovendo a educação ambiental formal e informal, com ênfase nos problemas do Município;

VI - subsidiar o Ministério Público nos procedimentos que dizem respeito ao meio ambiente, previstos na Constituição Federal;

VII - solicitar aos órgãos competentes o suporte técnico complementar às ações executivas do Município na área ambiental;

VIII - propor a celebração de convênios, contratos e acordos com entidades públicas e privadas de pesquisas e de atividades ligadas ao desenvolvimento ambiental;

IX - opinar previamente sobre planos e programas anuais e plurianuais de trabalho do órgão executivo municipal de meio ambiente, no que diz respeito a sua competência exclusiva;

X - apresentar anualmente proposta orçamentária ao Poder Executivo Municipal, inerente ao seu funcionamento;

XI - identificar e informar à comunidade e aos órgãos públicos competentes, federal, estadual e municipal, sobre a existência de áreas degradadas ou ameaçadas de degradação;

XII - opinar sobre a realização de estudos alternativos sobre as possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando das entidades envolvidas as informações necessárias ao exame da matéria, visando a compatibilização do desenvolvimento econômico com a proteção ambiental;

XIII - acompanhar o controle permanente das atividades degradadoras e poluidoras ou potencialmente degradadoras e poluidoras, de modo a compatibilizá-las com as normas e padrões ambientais vigentes, denunciando qualquer alteração que promova impacto ambiental ou desequilíbrio ecológico;

XIV - receber denúncias feitas pela população, diligenciado no sentido de sua apuração junto aos órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis e sugerindo ao Chefe do Poder Executivo Municipal as providências cabíveis;

XV - acionar os órgãos competentes para localizar, reconhecer, mapear e cadastrar os recursos naturais existentes no Município, para o controle das ações capazes de alterar ou degradar o meio ambiente;

XVI - opinar nos estudos sobre o uso, ocupação e parcelamento do solo urbano, posturas municipais, visando à adequação das exigências do meio ambiente ao desenvolvimento do Município;

XVII - realizar e coordenar as audiências públicas, quando for o caso, visando à participação da comunidade nos processos de instalação de atividades potencialmente poluidoras;

XVIII - propor ao Poder Executivo Municipal a instituição de unidades de conservação visando à proteção de sítios de beleza excepcional, mananciais, patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paleontológico e áreas representativas de ecossistemas destinados à realização de pesquisas básicas e aplicadas de ecologia;

XIX - responder a consulta sobre matéria de sua competência;

XX - propor sobre a aplicação dos recursos provenientes dos órgãos estaduais e ou federais, destinados ao meio ambiente;

XXI - acompanhar as reuniões que se referem a temas ambientais e de sustentabilidade na região, em assuntos de interesse do Município;

XXII - repassar aos comitês e comissões especiais as parcelas ou percentuais de recursos destinados aos projetos e programas específicos do meio ambiente.

Art. 3º O suporte técnico e administrativo indispensável à instalação e ao funcionamento do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - COMMADES será prestado diretamente pela Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento

## Sustentável - FUCAM.

Art. 4º O Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - COMMADES será composto, de forma paritária, por representantes do poder público e da sociedade civil organizada, a saber:

I - representantes do Poder Público:

a) 01 (um) representante de cada um dos órgãos Poder Executivo Municipal abaixo relacionados, cujas ações interfiram no meio ambiente:

- 1) Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM;
- 2) Secretaria Municipal de Agricultura;
- 3) Secretaria Municipal de Saúde;
- 4) Secretaria Municipal de Educação;
- 5) Secretaria Municipal de Saneamento Básico - SESB;
- 6) Secretaria Municipal de Planejamento Urbano;
- 7) Procuradoria Geral do Município.

II - representantes da Sociedade Civil:

- a) 02 (dois) representantes de setores organizados da sociedade, tais como: Associação dos Catadores de Material Reciclável de Camboriú, Associação do Turismo, entre outros comprometidos com a questão ambiental;
- b) 03 (três) representantes de entidade civil criada com o objetivo de defesa dos interesses dos moradores, com atuação no Município, tais como: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camboriú, Câmara de Dirigentes Lojistas de Camboriú, União das Associações de Moradores de Camboriú;
- c) 01 (um) representante de organização não-governamental criada com finalidade de defesa da qualidade do meio ambiente, com atuação no âmbito do Município;
- d) 01 (um) representante de universidades ou faculdades comprometido com a questão ambiental, tal como: Instituto Federal Catarinense de Camboriú.

§ 1º Cada membro do Conselho terá um suplente que o substituirá em caso de impedimento ou ausência.

§ 2º Com exceção dos representantes do Poder Executivo Municipal, os demais conselheiros, incluindo titulares e suplentes, serão indicados livremente pelas entidades que representam, sendo todos os membros nomeados por meio de decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 3º O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, sendo permitida uma recondução por igual período.

§ 4º As funções exercidas pelos Conselheiros não serão remuneradas, sendo os serviços prestados considerados de relevância social.

§ 5º O membro do COMMADES que não comparecer, sem justificativa, a 03 (três) reuniões ordinárias e/ou extraordinárias seguidas ou 05 (cinco) alternadas, no período de um 01 (um) ano, será desligado após 48 (quarenta e oito) horas do ocorrido, sendo empossado o respectivo suplente, devendo ser indicado novo membro para compor o Conselho.

§ 6º O COMMADES será dirigido por um Presidente, função esta que será ocupada pelo Presidente da Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM, bem como por um Vice-presidente e um Secretário, eleitos entre seus pares e utilizando-se da forma de rodízio entre as entidades representativas.

§ 7º Em caso de falta ou impedimento o Presidente será substituído pelo Vice-presidente.

Art. 5º O calendário de reuniões ordinárias será fixado pelo próprio

Conselho e as reuniões extraordinárias dar-se-ão por convocação do Presidente ou pela maioria absoluta do órgão.

Parágrafo único. Qualquer cidadão interessado ou convidado poderá participar das reuniões, a critério do Presidente, sem direito a voto.

Art. 6º Constarão em ata as deliberações das reuniões, que será lavrada e assinada pelo Presidente e pelo Secretário, sendo após liberada oficialmente para divulgação pública.

§ 1º A assinatura dos conselheiros na ata é facultativa.

§ 2º A ata será obrigatoriamente lida na reunião subsequente, salvo se todos os conselheiros presentes a tenham recebido anteriormente, e confirmem ter conhecimento de seu inteiro teor e forma, concordando com a aprovação de todo o seu conteúdo.

§ 3º Cabe ao Presidente fixar a pauta das reuniões, tendo precedência sobre os demais assuntos os emanados do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º O Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - COMMADES poderá instituir, se necessário, em seu Regimento Interno, câmaras técnicas em diversas áreas de interesse e ainda recorrer a técnicos e entidades de notória especialização em assuntos de interesse ambiental.

Parágrafo único. A elaboração, bem como as alterações do Regimento Interno do COMMADES deverão ser realizadas pelos Conselheiros e aprovadas por meio de decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º Fica alterada a alínea "c" e acrescentada a alínea "v" ao inciso VI do artigo 1º, bem como alterado o inciso XIV do artigo 17, ambos da Lei Complementar Municipal n.º 026/2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º ( )

( )

VI - ( )

( )

c) Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural;

( )

v) Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - COMMADES.

( )

Art. 17. ( )

( )

XIV - dar apoio técnico operacional as atividades desenvolvidas pelo Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural;

Art. 9º Ficam alterados o inciso II do artigo 6º e os incisos II, III e VIII do artigo 8º, ambos da Lei Complementar Municipal n.º 048/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º ( )

( )

II - Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - COMMADES.

( )

Art. 8º ( )

( )

II - elaborar o Plano de Ação Anual a ser apresentado ao Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - COMMADES;



III - prestar contas, anualmente, ao Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e ao Poder Executivo Municipal;

( )

VIII - cumprir e fazer cumprir o Estatuto da Fundação Municipal do Meio Ambiente, bem como as decisões do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

Art. 10. Fica alterada a nomenclatura do Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural e do Meio Ambiente, conforme disposto na Lei Municipal n.º 1.643/2005, para Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural.

Art. 11. Fica alterado o parágrafo único do artigo 1º, o § 1º e os incisos II e VII do § 2º do artigo 2º, o § 1º do artigo 3º, a alínea "a" do artigo 4º e o artigo 8º, todos da Lei Municipal n.º 1.643/2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º ( )

Parágrafo único. O Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural de Camboriú tratará dos assuntos pertinentes à agricultura e pecuária deste Município.

Art. 2º ( )

§ 1º Opinar sobre a política municipal de ação relativa à sua área de abrangência, ou seja, agricultura e pecuária.

§ 2º ( )

( )

II - representar perante as autoridades administrativas, os interesses gerais das comunidades rurais do Município;

( )

VII - participar efetivamente no desenvolvimento de programas e atividades desenvolvidas no meio rural no que se refere à agricultura e pecuária.

( )

Art. 3º ( )

§ 1º Apresentar sugestões sobre as diretrizes básicas da política de desenvolvimento agrícola do Município;

Art. 4º ( )

a) ( )

01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano;

( )

Art. 8º O apoio administrativo para o conselho será prestado pela Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 12. Ficam revogados o § 2º, § 6º, § 7º, § 9º e § 10 do artigo 3º da Lei Municipal n.º 1.643/2005, bem como os incisos VII e XII da Lei Complementar Municipal n.º 026/2009.

Art. 13. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,

Em, 16 de dezembro de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrada no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA

Secretário M. de Administração

## Decreto N.º 1.766/2013

DECRETO N.º 1.766/2013

Autoriza uso de bem público municipal para a instalação de indústria, aplicando-se a Lei n.º 961/1993 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 79, VII, da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei n.º 961 de 29 de março de 1993 e;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela Empresa G3 INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.226.761-0001-45, que solicita uma área de terras de propriedade do Município para abrigar suas instalações físicas e, por conseguinte, para dar início de suas atividades;

CONSIDERANDO a Ata da Reunião da Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, de 14 de novembro de 2013, que analisou a documentação da Empresa G3 INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA - EPP e emitiu parecer favorável referente a autorização do uso de bem público, indicando uma área para a instalação desta;

CONSIDERANDO a razoabilidade no deferimento do benefício solicitado e estando presente o interesse público, diante da possibilidade de retorno em desenvolvimento socioeconômico ao Município, especialmente aumento de arrecadação e de empregos diretos e indiretos;

### DECRETA:

Art. 1º Fica concedida a Empresa G3 INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.226.761-0001-45, para instalação e início de suas atividades, autorização de uso do imóvel de propriedade do Município, adiante descrito:

I - uma área localizada no Distrito Industrial, com área total de 3.000,00 m², representada pelas ÁREAS 43 e 44, com as seguintes medidas e confrontações: ÁREA 1 (43) com 1.500,00 m² faz frente ao LESTE com a Avenida dos Empresários, onde mede 30,00 metros; fundos ao OESTE com a Área Pública, onde mede 30,00 metros; estrema ao NORTE com a Área 44, onde mede 50,00 metros; estrema ao SUL com a Área 26 e com a Área Institucional, onde mede 50,00 metros; ÁREA 2 (44) com 1.500,00 m² faz frente ao LESTE com a Avenida dos Empresários, onde mede 30,00 metros; fundos ao OESTE com a Área Pública, onde mede 30,00 metros; estrema ao NORTE com a área 45, onde mede 50,00 metros; estrema ao SUL com a Área 43, onde mede 50,00 metros.

Art. 2º A autorização de uso da área descrita no artigo 1º será por período indeterminado, podendo converter-se em doação definitiva após 05 (cinco) anos de atividade da empresa, demonstrada a solidez do empreendimento, nos termos da Carta Consulta apresentada pela empresa beneficiada, bem como em razão de avaliação a ser realizada pela Diretoria do Centro Industrial de Camboriú - CIC, após o decurso do referido prazo, que levará em conta:

I - disposição que vincule o imóvel à finalidade industrial proposta;

II - obediência aos prazos para início e término da construção e funcionamento do empreendimento;

III - atendimento ao número mínimo de empregos que serão criados conforme promessa na Carta Consulta.

Art. 3º Se a empresa beneficiada com a autorização de uso não se instalar na forma requerida no prazo de 12 (doze) meses, com a possibilidade de prorrogação por igual período, caso exista interesse do Município, ou ainda, cessar suas atividades, perderá todos os benefícios concedidos, inclusive a utilização do imóvel de propriedade do Município.

Parágrafo único. Decorrido o prazo previsto no caput deste artigo, caso a empresa beneficiada não cumpra as exigências previstas neste decreto e/ou estiver ocupando o imóvel para outros fins

não previstos na Carta Consulta, será estipulado pela Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, para efeito de indenização e por meio do devido processo legal, um valor mensal a título de aluguel até o cumprimento das disposições da Carta Consulta ou até que o imóvel seja revertido e reincorporado ao Município.

Art. 4º Se a empresa perder os benefícios concedidos ou cessar suas atividades não terá direito a qualquer indenização por parte da municipalidade, resguardada a possibilidade de retirada de todos os bens móveis e imóveis existente sobre a área compreendida pela respectiva autorização de uso.

Art. 5º Fica facultado à Diretoria do Centro Industrial de Camboriú realizar inspeções de avaliação, a qualquer tempo, destinadas ao levantamento das atividades que estão sendo desenvolvidas.

Art. 6º A empresa beneficiada com a autorização de uso estará isenta do pagamento de IPTU, referente ao imóvel descrito no artigo 1º, pelo período de 05 (cinco) anos, contados da publicação do presente Decreto.

Art. 7º Todas as obras de infraestrutura realizadas na área prevista neste Decreto serão de inteira responsabilidade da empresa, sem ônus para o Município, de modo que esta deverá obedecer as leis municipais de ordenamento territorial.

Parágrafo único. A empresa beneficiada fica responsável por dotar-se da infraestrutura adequada, sendo sua responsabilidade a instalação de:

- I - abastecimento de água;
- II - rede de distribuição de energia elétrica;
- III - rede telefônica;
- IV - sistema de escoamento de água pluviais;
- V - vias de circulação no torno do seu imóvel em condições de tráfego permanente, obedecendo ao determinado para o local quanto às medidas de ruas e calçadas;
- VI - limpeza e preparação do terreno para a instalação de sua planta industrial.

Art. 8º Fica revogado o Decreto n.º 1.649 de 03 de junho 2013.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,  
Em, 10 de dezembro de 2013.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA  
Secretário M. de Administração

### **Decreto N.º 1.769/2013**

DECRETO N.º 1.769/2013

Autoriza uso de bem público municipal para a instalação de indústria, aplicando-se a Lei n.º 961/1993 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 79, VII, da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei n.º 961 de 29 de março de 1993 e;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela Empresária Individual MARILENE AMARAL - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.044.005/0001-03, que solicita uma área de terras de

propriedade do Município para abrigar suas instalações físicas e, por conseguinte, para dar início de suas atividades;

CONSIDERANDO a Ata da Reunião da Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, de 14 de novembro de 2013, que analisou a documentação da Empresária Individual MARILENE AMARAL - ME e emitiu parecer favorável referente a autorização do uso de bem público, indicando uma área para a instalação desta;

CONSIDERANDO a razoabilidade no deferimento do benefício solicitado e estando presente o interesse público, diante da possibilidade de retorno em desenvolvimento socioeconômico ao Município, especialmente aumento de arrecadação e de empregos diretos e indiretos;

### **DECRETA:**

Art. 1º Fica concedida a Empresária Individual MARILENE AMARAL - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.044.005/0001-03, para instalação e início de suas atividades, autorização de uso do imóvel de propriedade do Município, adiante descrito:

I - uma área localizada no Distrito Industrial, com área total de 1.236,92 m<sup>2</sup>, representada pela ÁREA 51, com as seguintes medidas e confrontações: faz frente ao OESTE com a Rua José Francisco Bernardes, onde mede 37,82 metros; fundos ao LESTE com a Área 50, onde mede 37,50 metros; estrema ao NORTE com a Rua Projeta, onde mede 30,52 metros; estrema ao SUL com a Área 25, onde mede 35,45 metros.

Art. 2º A autorização de uso da área descrita no artigo 1º será por período indeterminado, podendo converter-se em doação definitiva após 05 (cinco) anos de atividade da Empresária Individual, demonstrada a solidez do empreendimento, nos termos da Carta Consulta apresentada pela Empresária Individual beneficiada, bem como em razão de avaliação a ser realizada pela Diretoria do Centro Industrial de Camboriú - CIC, após o decurso do referido prazo, que levará em conta:

- I - disposição que vincule o imóvel à finalidade industrial proposta;
- II - obediência aos prazos para início e término da construção e funcionamento do empreendimento;
- III - atendimento ao número mínimo de empregos que serão criados conforme promessa na carta consulta.

Art. 3º Se a Empresária Individual beneficiada com a autorização de uso não se instalar na forma requerida no prazo de 12 (doze) meses, com a possibilidade de prorrogação por igual período, caso exista interesse do Município, ou ainda, cessar suas atividades, perderá todos os benefícios concedidos, inclusive a utilização do imóvel de propriedade do Município.

Parágrafo único. Decorrido o prazo previsto no caput deste artigo, caso a Empresária Individual beneficiada não cumpra as exigências previstas neste decreto e/ou estiver ocupando o imóvel para outros fins não previstos na Carta Consulta, será estipulado pela Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, para efeito de indenização e por meio do devido processo legal, um valor mensal a título de aluguel até o cumprimento das disposições da Carta Consulta ou até que o imóvel seja revertido e reincorporado ao Município.

Art. 4º Se a Empresária Individual perder os benefícios concedidos ou cessar suas atividades não terá direito a qualquer indenização por parte da municipalidade, resguardada a possibilidade de retirada de todos os bens móveis e imóveis existente sobre a área compreendida pela respectiva autorização de uso.

Art. 5º Fica facultado à Diretoria do Centro Industrial de Camboriú realizar inspeções de avaliação, a qualquer tempo, destinadas ao levantamento das atividades que estão sendo desenvolvidas.

Art. 6º A Empresária Individual beneficiada com a autorização de uso estará isenta do pagamento de IPTU, referente ao imóvel

descrito no artigo 1º, pelo período de 05 (cinco) anos, contados da publicação do presente Decreto.

Art. 7º Todas as obras de infraestrutura realizadas na área prevista neste Decreto serão de inteira responsabilidade da Empresária Individual, sem ônus para o Município, de modo que esta deverá obedecer as leis municipais de ordenamento territorial.

Parágrafo único. A Empresária Individual beneficiada fica responsável por dotar-se da infraestrutura adequada, sendo sua responsabilidade a instalação de:

I - abastecimento de água;

II - rede de distribuição de energia elétrica;

III - rede telefônica;

IV - sistema de escoamento de água pluviais;

V - vias de circulação no torno do seu imóvel em condições de tráfego permanente, obedecendo ao determinado para o local quanto às medidas de ruas e calçadas;

VI - limpeza e preparação do terreno para a instalação de sua planta industrial.

Art. 8º Fica revogado o Decreto n.º 1.646 de 03 de junho de 2013.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,

Em, 10 de dezembro de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA

Secretário M. de Administração

### **Decreto N.º 1.770/2013**

DECRETO N.º 1.770/2013

Autoriza uso de bem público municipal para a instalação de indústria, aplicando-se a Lei n.º 961/1993 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 79, VII, da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei n.º 961 de 29 de março de 1993 e;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela Empresa M M INDÚSTRIA DE PRÉ - MOLDADOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 79.521.381/0001-04, que solicita uma área de terras de propriedade do Município para abrigar suas instalações físicas e, por conseguinte, para dar início de suas atividades;

CONSIDERANDO a Ata da Reunião da Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, de 14 de novembro de 2013, que analisou a documentação da Empresa M M INDÚSTRIA DE PRÉ - MOLDADOS LTDA - EPP e emitiu parecer favorável referente a autorização do uso de bem público, indicando uma área para a instalação desta;

CONSIDERANDO a razoabilidade no deferimento do benefício solicitado e estando presente o interesse público, diante da possibilidade de retorno em desenvolvimento socioeconômico ao Município, especialmente aumento de arrecadação e de empregos diretos e indiretos;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida a Empresa M M INDÚSTRIA DE PRÉ - MOLDADOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 79.521.381/0001-04,

para instalação e início de suas atividades, autorização de uso do imóvel de propriedade do Município, adiante descrito:

I - uma área localizada no Distrito Industrial, com área total de 1.503,00 m², representado pela ÁREA 40, com as seguintes medidas e confrontações: faz frente ao LESTE com a Rua dos Trabalhadores, onde mede 36,00 metros; fundos ao OESTE com a Área 39, onde mede 36,00 metros; estrema ao NORTE com a Área 42, onde mede 41,75 metros; estrema ao SUL com a Área 38, onde mede 41,75 metros.

Art. 2º A autorização de uso da área descrita no artigo 1º será por período indeterminado, podendo converter-se em doação definitiva após 05 (cinco) anos de atividade da empresa, demonstrada a solidez do empreendimento, nos termos da Carta Consulta apresentada pela empresa beneficiada, bem como em razão de avaliação a ser realizada pela Diretoria do Centro Industrial de Camboriú - CIC, após o decurso do referido prazo, que levará em conta:

I - disposição que vincule o imóvel à finalidade industrial proposta;

II - obediência aos prazos para início e término da construção e funcionamento do empreendimento;

III - atendimento ao número mínimo de empregos que serão criados conforme promessa na Carta Consulta.

Art. 3º Se a empresa beneficiada com a autorização de uso não se instalar na forma requerida no prazo de 12 (doze) meses, com a possibilidade de prorrogação por igual período, caso exista interesse do Município, ou ainda, cessar suas atividades, perderá todos os benefícios concedidos, inclusive a utilização do imóvel de propriedade do Município.

Parágrafo único. Decorrido o prazo previsto no caput deste artigo, caso a empresa beneficiada não cumpra as exigências previstas neste decreto e/ou estiver ocupando o imóvel para outros fins não previstos na Carta Consulta, será estipulado pela Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, para efeito de indenização e por meio do devido processo legal, um valor mensal a título de aluguel até o cumprimento das disposições da Carta Consulta ou até que o imóvel seja revertido e reincorporado ao Município.

Art. 4º Se a empresa perder os benefícios concedidos ou cessar suas atividades não terá direito a qualquer indenização por parte da municipalidade, resguardada a possibilidade de retirada de todos os bens móveis e imóveis existente sobre a área compreendida pela respectiva autorização de uso.

Art. 5º Fica facultado à Diretoria do Centro Industrial de Camboriú realizar inspeções de avaliação, a qualquer tempo, destinadas ao levantamento das atividades que estão sendo desenvolvidas.

Art. 6º A empresa beneficiada com a autorização de uso estará isenta do pagamento de IPTU, referente ao imóvel descrito no artigo 1º, pelo período de 05 (cinco) anos, contados da publicação do presente Decreto.

Art. 7º Todas as obras de infraestrutura realizadas na área prevista neste Decreto serão de inteira responsabilidade da empresa, sem ônus para o Município, de modo que esta deverá obedecer as leis municipais de ordenamento territorial.

Parágrafo único. A empresa beneficiada fica responsável por dotar-se da infraestrutura adequada, sendo sua responsabilidade a instalação de:

I - abastecimento de água;

II - rede de distribuição de energia elétrica;

III - rede telefônica;

IV - sistema de escoamento de água pluviais;

V - vias de circulação no torno do seu imóvel em condições de tráfego permanente, obedecendo ao determinado para o local quanto às medidas de ruas e calçadas;

VI - limpeza e preparação do terreno para a instalação de sua planta industrial.

Art. 8º Fica revogado o Decreto n.º 1.654 de 03 de junho de 2013.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,  
Em, 10 de dezembro de 2013.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA  
Secretário M. de Administração

### **Rescisão Contratual TP 01/2013 - FMS** **TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL**

FMS  
Termo de Rescisão ao  
Contrato nº 085/2013  
Processo: Tomada de Preço nº. 001/2013  
Contratada: AÇU CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA  
Data: 12/12/2013

Objeto: Baseado no artigo 79, II, § 1º, e § 2º, I da Lei nº 8.666/96, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, e resolvem, de comum acordo e de livre e espontânea vontade, rescindi-lo nesta data, visto que o projeto inicial não foi contemplado com os tapumes necessários, bem como fundações compatíveis com o solo, alterando significativamente o valor da obra, razão pela qual dão as partes mútua quitação, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

MARCIO DA ROSA  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

## Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

#### Benefícios:

- Suporte e atualização do REGIN Municipal;
- Consulta às bases de notas fiscais eletrônicas conjugadas (NFe-C) emitidas junto à SEFAZ/SC;
- Gestão das declarações dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- Integração de prefeituras e cartórios na geração de guia do pagamento do ITBI;
- Agilidade no processo de arrecadação do ITBI;
- Ampliação da arrecadação pela eficiência na fiscalização dos tributos municipais.

As ferramentas de gestão tributária ofertadas pelo CIGA foram desenvolvidas a partir das necessidades dos municípios, apresentadas pelos secretários membros do Colegiado de Secretários de Fazenda Municipais de Santa Catarina (CONFAZ-M/SC).

Os contratantes do PGT, além de acessarem os aplicativos, poderão participar de grupos de estudos relativos ao planejamento tributário municipal, à padronização de legislações tributárias e à personalização e proposição de novos aplicativos.



### Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESÃO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**Edital de Aplicação de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 194 - 1115/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 1115/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADU6521	54623259E	6920/0	17/09/2013	R\$ 127,69	233
AKN6586	55653514D	5010/0	20/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
ALE0925	54622847E	6599/2	14/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
AND1206	54623252E	6599/2	06/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
ARF6161	54623485E	6599/2	19/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
DDA7517	54623341E	6920/0	05/09/2013	R\$ 127,69	233
DEO2030	54623660E	6920/0	05/09/2013	R\$ 127,69	233
DKY3845	54624051E	6637/2	26/09/2013	R\$ 127,69	230 * IX
GTV0459	55653890D	5290/0	26/05/2013	R\$ 957,69	176 * II
IDA4245	54623656E	6920/0	05/09/2013	R\$ 127,69	233
INO4536	54622546E	5053/1	21/08/2013	R\$ 191,53	162 * VI
IOA2579	54456148E	6920/0	17/09/2013	R\$ 127,69	233
JPA3517	54623350E	6920/0	05/09/2013	R\$ 127,69	233
KFC9372	54623273E	6920/0	17/09/2013	R\$ 127,69	233
KNB1013	54622733E	6920/0	31/07/2013	R\$ 127,69	233
LOC0832	54624072E	5010/0	02/10/2013	R\$ 574,61	162 * I
LOC0832	54624073E	5061/0	02/10/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LOC0832	54624074E	6912/0	02/10/2013	R\$ 53,20	232
LWU0079	54456411E	6599/2	11/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXG2379	54623833E	5010/0	24/09/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXU8755	54457352E	6599/2	02/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXU8755	54457353E	6912/0	02/07/2013	R\$ 53,20	232
LXV8125	54623407E	6599/2	17/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXY3286	54622044E	6912/0	23/09/2013	R\$ 53,20	232
LYF2903	54622770E	5010/0	30/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
LYF2903	54622771E	5169/1	30/08/2013	R\$ 1.915,38	165

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYF2903	54622773E	5274/1	30/08/2013	R\$ 191,53	175
LYF2903	54622776E	6602/0	30/08/2013	R\$ 191,53	230 * VI
LYF2903	54622777E	6637/1	30/08/2013	R\$ 127,69	230 * IX
LYF2903	54622778E	6637/2	30/08/2013	R\$ 127,69	230 * IX
LYF2903	55653394D	6912/0	30/08/2013	R\$ 53,20	232
LYF2903	55653395D	6726/1	30/08/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
LYJ0106	54623481E	6599/2	19/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYW6364	54622185E	6599/2	14/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYW6364	54622187E	5010/0	14/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZC5185	54623255E	6920/0	17/09/2013	R\$ 127,69	233
LZE9702	54457151E	5169/1	26/05/2013	R\$ 1.915,38	165
LZE9702	54457152E	6599/2	26/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZE9702	54457153E	5274/1	26/05/2013	R\$ 191,53	175
LZE9702	54457154E	5045/0	26/05/2013	R\$ 191,53	162 * V
LZN4475	54623359E	6599/2	05/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAB8487	54622050E	6599/2	04/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAI8199	55655340D	6637/2	02/06/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MAS3897	54623657E	6920/0	05/09/2013	R\$ 127,69	233
MBH7166	54623605E	6599/2	06/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBH7166	54623606E	6408/0	06/09/2013	R\$ 85,12	221
MBH7166	54623607E	5010/0	06/09/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBH7166	54623608E	5061/0	06/09/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MBR0696	54624251E	6599/2	04/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBR0696	54624252E	5045/0	04/10/2013	R\$ 191,53	162 * V
MBR4196	54623658E	6920/0	05/09/2013	R\$ 127,69	233
MBX8309	54456144E	6769/1	30/08/2013	R\$ 85,12	230 * XXII
MDC1393	54624082E	5010/0	04/10/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDC1393	54624083E	5061/0	04/10/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MDJ2003	54623464E	6610/2	12/09/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MDJ2003	54623465E	6556/1	12/09/2013	R\$ 191,53	230 * I
MDJ2003	54623466E	7340/0	12/09/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MDR9013	54623083E	6599/2	23/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDT1824	54623081E	6912/0	18/09/2013	R\$ 53,20	232
MDT7575	55653822D	6653/2	02/03/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MDY8695	54456894E	6599/2	25/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDY8695	54456895E	6580/0	25/08/2013	R\$ 191,53	230 * IV
MEC7352	55655117D	6599/2	09/09/2013	R\$ 191,53	230 * V



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEC7352	55655118D	5010/0	09/09/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEC7352	55655119D	6912/0	09/09/2013	R\$ 53,20	232
MEE1219	54623261E	6920/0	17/09/2013	R\$ 127,69	233
MEK5668	55654837D	5010/0	08/10/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEK5668	55654838D	6637/2	08/10/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MEP0339	54456444E	6653/2	23/09/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MFA3731	54623337E	6920/0	05/09/2013	R\$ 127,69	233
MFA8483	55653839D	6599/2	03/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFH4714	54623219E	6599/2	15/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFN4450	54622549E	6599/2	21/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFN4450	54622550E	5010/0	21/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
MGC8789	54457287E	5010/0	11/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
MGD7986	54622945E	6599/2	09/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGD7986	54622947E	6912/0	09/09/2013	R\$ 53,20	232
MGE1734	54624266E	5010/0	08/10/2013	R\$ 574,61	162 * I
MGE1734	54624267E	6599/2	08/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGM1177	54623512E	6637/2	26/08/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MGM4352	54623602E	6610/2	05/09/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MGM4352	54623603E	5045/0	05/09/2013	R\$ 191,53	162 * V
MGM6670	54623352E	5010/0	28/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
MGM6670	54623353E	6599/2	28/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGQ3164	54456527E	6700/0	14/05/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MGU2498	54457388E	6653/1	20/09/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MHF4485	54623518E	6599/2	30/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHP1871	54457385E	5045/0	04/09/2013	R\$ 191,53	162 * V
MHP1871	54457386E	6637/2	04/09/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MIR2419	54456975E	5010/0	01/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
MIR2419	54456976E	5169/1	01/06/2013	R\$ 1.915,38	165
MIU2613	54456896E	6610/2	25/08/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MJK2486	55655116D	6599/2	08/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MKW9074	54623409E	5010/0	18/09/2013	R\$ 574,61	162 * I
MKW9074	54623411E	7340/0	18/09/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MKW9074	54623414E	5274/1	18/09/2013	R\$ 191,53	175
MLD3040	54623084E	6700/0	23/09/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MMB7653	54457198E	6653/1	28/06/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MOM0005	54623664E	6920/0	05/09/2013	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA

**Edital de Aplicação de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 194 - 1116/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 1116/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ARF6161	54623486E	5452/1	19/09/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
COV1443	54623847E	5185/1	27/09/2013	R\$ 127,69	167
DEH2530	54623552E	5185/1	11/09/2013	R\$ 127,69	167
DHW0834	54623240E	5185/1	26/08/2013	R\$ 127,69	167
DHW0834	54623241E	7366/2	26/08/2013	R\$ 85,12	252 * VI
DKY3845	54623997E	5185/1	26/09/2013	R\$ 127,69	167
HOU3840	54622165E	5398/0	28/06/2013	R\$ 53,20	181 * II
LBG4638	54623151E	5185/1	15/08/2013	R\$ 127,69	167
LXB2848	54623541E	5568/0	06/09/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
LYJ0106	54623482E	5452/1	19/09/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
LYW6364	54622188E	5185/1	14/08/2013	R\$ 127,69	167
LZB1248	54623666E	5541/6	05/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LZH2952	54623253E	5738/0	07/09/2013	R\$ 191,53	186 * II
MAJ1400	54622927E	5185/1	03/09/2013	R\$ 127,69	167
MAJ1400	54622928E	7366/2	03/09/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MAK3853	54623026E	7366/2	23/08/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MAS7703	54622438E	5185/1	03/09/2013	R\$ 127,69	167
MBH7166	54623612E	5452/1	06/09/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MBQ8861	54622432E	5185/1	03/09/2013	R\$ 127,69	167
MBQ8861	54622433E	7366/2	03/09/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MBV0777	54623323E	5746/3	03/09/2013	R\$ 85,12	187 * I
MCR0922	54623679E	5541/5	06/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MDF4621	54623536E	5568/0	06/09/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MDG5187	54622443E	5185/1	04/09/2013	R\$ 127,69	167
MDL2009	54622794E	5541/5	17/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MDT9194	54623697E	5541/5	11/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEV0319	54623821E	5541/5	18/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEY1070	55655115D	5541/1	05/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MFB4992	54623675E	5479/0	06/09/2013	R\$ 85,12	181 * X
MGN1374	54623532E	5185/1	05/09/2013	R\$ 127,69	167
MGO6034	54623154E	5185/1	15/08/2013	R\$ 127,69	167
MIA5993	54623699E	5460/0	11/09/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MIB3876	54623041E	7366/2	10/09/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MIH3110	54622948E	5746/2	11/09/2013	R\$ 85,12	187 * I
MIR7899	54622444E	5185/1	04/09/2013	R\$ 127,69	167
MKF4841	54623327E	5380/0	04/09/2013	R\$ 85,12	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### Decreto Nº 8.098 de 12 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.098 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar a Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social de nº 13 de 10 de dezembro de 2013 anexa, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 12 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 13 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

APROVAÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DOS RECURSOS TRANSFERIDOS DO FMAS À APAE E FECAMPO.

Elaine Martins, Vice - Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova a aplicação dos recursos oriundos do FMAS à APAE relativo aos meses de Agosto, Setembro, Outubro e Novembro de 2013;

Art.2º) Aprova a aplicação dos recursos oriundos do FMAS à FECAMPO relativo aos meses de Outubro e Novembro de 2013;

Art.3º) Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 10 de Dezembro de 2013.

ELAINE MARTINS

Vice - Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

Registrada e Publicada a presente Resolução aos dez dias do mês de dezembro de 2013.

KARINA TERESINHA MUEHLBAUER

Primeira Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

### Decreto Nº 8.097 de 12 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.097 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.910, de 17 de dezembro de 2012; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 780,00 (setecentos e oitenta reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

11.00 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

11.03 - Coordenadoria de Esporte e Lazer

27.813.0084.2.810 - Criação e Manutenção de Espaços de Lazer

400000.00.136 - Despesas de Capital

440000.00.136 - Investimentos

449000.00.136 - Aplicações Diretas

449052.00.136 - Equipamentos e Material Permanente

R\$ 780,00

Art.2º) O créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

11.00 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

11.03 - Coordenadoria de Esporte e Lazer

27.813.0084.2.810 - Criação de Manutenção de Espaços de Lazer.

300000.00.136 - Despesas Correntes

330000.00.136 - Outras Despesas Correntes

339000.00.136 - Aplicações Diretas

339039.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

R\$ 780,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 12 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Resolução Nº 13 de 10 de Dezembro de 2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 13 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

APROVAÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DOS RECURSOS TRANSFERIDOS DO FMAS À APAE E FECAMPO.

Elaine Martins, Vice - Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova a aplicação dos recursos oriundos do FMAS à APAE relativo aos meses de Agosto, Setembro, Outubro e Novembro de 2013;

Art.2º) Aprova a aplicação dos recursos oriundos do FMAS à FECAMPO relativo aos meses de Outubro e Novembro de 2013;

Art.3º) Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 10 de Dezembro de 2013.

ELAINE MARTINS

Vice - Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

Registrada e Publicada a presente Resolução aos dez dias do mês de dezembro de 2013.

KARINA TERESINHA MUEHLBAUER

Primeira Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

**Portaria Nº 10.595 de 17 de Dezembro de 2013**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.595 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo IV da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Secretária Municipal de Administração, LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ, Matrícula funcional nº 000600, Registro no Sistema sob nº 954835, referente ao período aquisitivo: 01 de junho de 2013 à 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) A Secretária gozará férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 04 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 10.569 de 16 de dezembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 16 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 10.596 de 17 de Dezembro de 2013**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.596 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional V e na função de Pedreiro/Carpinteiro, CRISTIANO SLOMINSKY, Matrícula funcional nº 000653, Registro no Sistema sob nº 955080, referente aos períodos aquisitivos: 18 de junho de 2012 a 31 de dezembro de 2012 = 06 (zero seis); 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 = 04 (zero quatro) dias, pagamento de um terço de férias referente aos períodos aquisitivos.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 04 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 17 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 10.597 de 17 de Dezembro de 2013**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.597 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público e na função de Agente Operacional IV, ILARIO DE SOUZA, Matrícula funcional nº 000704, Registro no Sistema sob nº 955148, referente aos períodos aquisitivos: 05 de novembro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 = 05 (zero cinco); 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 = 05



(zero cinco) dias, pagamento de um terço de férias referente aos períodos aquisitivos.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 12 de dezembro de 2013 á 21 de dezembro de 2013, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de dezembro de 2013.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 17 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 10.598 de 17 de Dezembro de 2013**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.598 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Motorista, na função de Motorista de Veículos Leves, IVONEI FRIEDRICH, Matrícula funcional nº 338, Registro no Sistema sob nº 351650, referente ao período aquisitivo 01 de maio de 2013 a 31 de maio de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 á 04 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 17 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 10.599 de 17 de Dezembro de 2013**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.599 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público e na função de Agente Operacional IV, LEANDRO PAGANI, Matrícula funcional nº 000705, Registro no Sistema sob nº 955149, referente aos períodos aquisitivos: 05 de novembro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 = 05 (zero cinco); 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 = 05 (zero cinco) dias, pagamento de um terço de férias referente aos períodos aquisitivos.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 á 04 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 17 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 10.600 de 17 de Dezembro de 2013**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.600 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público e na função de Agente Operacional IV, PEDRO IVONEI GORNIACK, Matrícula funcional nº 000702, Registro no Sistema sob nº 955146, referente aos períodos aquisitivos: 05 de novembro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 = 05 (zero cinco); 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 = 15 (quinze) dias, pagamento de um terço de férias referente aos períodos aquisitivos.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 á 14 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 17 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 10.601 de 17 de Dezembro de 2013**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.601 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo IV da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Secretário Municipal de Saneamento Ambiental, PETERSON ALUISIO KOHLER, Registro no Sistema sob nº 955162, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2013 à 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) O Secretário gozará férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 04 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 17 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 10.602 de 17 de Dezembro de 2013**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.602 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de e na função de Agente Administrativo II, THAYS PAGANI, Matrícula funcional nº 000727, Registro no Sistema sob nº 955235, referente ao período aquisitivo 01 de abril de 2013 a 31 de dezembro de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 04 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 17 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 10.603 de 17 de Dezembro de 2013**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.603 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 26 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional I e na função de Auxiliar de Serviços Gerais, CATIA NAGEL DOS SANTOS, Matrícula funcional nº 000712, Registro no Sistema sob nº 955202, referente ao período aquisitivo 22 de fevereiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 20 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 17 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 10.604 de 17 de Dezembro de 2013**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.604 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,

no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público e na função de Instrutor de Música, ELVIS ALEXSANDRO VIER, Matrícula funcional nº 000416, Registro no Sistema sob nº 954269, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 a 24 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 17 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 10.605 de 17 de Dezembro de 2013**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.605 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo IV da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 23 (vinte e três) dias de férias ao Secretário Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, ERNBESTO LARSEN, Registro no Sistema sob nº 955163, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) O Secretário gozará férias no período de 26 de dezembro de 2013 a 17 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 17 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 10.606 de 17 de Dezembro de 2013**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.606 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO COORDENADOR DE CULTURA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Coordenador de Cultura, GABRIEL ENGLER, Registro no Sistema sob nº 954175, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Coordenador gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 a 14 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 17 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 10.607 de 17 de Dezembro de 2013**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.607 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO COORDENADOR DE ESPORTE E LAZER.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Coordenador de Esporte e Lazer, MARCELO LUCAS MACHADO, Registro no Sistema sob nº 955168, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Coordenador gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 a 14 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 17 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 10.608 de 17 de Dezembro de 2013**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.608 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A COORDENADORA DE TURISMO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Coordenadora de Turismo, MARCIA REGINA SCHADECK FRIEDRICH, Registro no Sistema sob nº 955167, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Coordenadora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 14 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 17 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 10.609 de 17 de Dezembro de 2013**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.609 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público e na função de Instrutor de Música, JAQUES RICARDO SCHWENDNER, Matrícula funcional nº 000236, Registro no Sistema sob nº 310970, referente ao período aquisitivo 01 de setembro de 2012 a 31 de agosto de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 24 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 17 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 10.610 de 17 de Dezembro de 2013**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.610 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional I e na função de Auxiliar de Serviços Gerais, MARIA ADRIANA CORDEIRO DA CRUZ, Matrícula funcional nº 000669, Registro no Sistema sob nº 955094, referente aos períodos aquisitivos: 25 de julho de 2012 a 31 de dezembro de 2012 = 04 (zero quatro) dias, 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 = 26 (vinte e seis) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 24 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 17 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 10.611 de 17 de Dezembro de 2013**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.611 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Instrutor de Música, PATRICIA SCHWENDNER, Matrícula funcional nº 000238,



Registro no Sistema sob nº 622001, referente ao período aquisitivo 06 de março de 2012 a 28 de fevereiro de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 á 24 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 17 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 10.611 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013**  
**CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.**

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Instrutor de Música, PATRICIA SCHWENDNER, Matrícula funcional nº 000238, Registro no Sistema sob nº 622001, referente ao período aquisitivo 06 de março de 2012 a 28 de fevereiro de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 á 24 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 17 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 10.612 de 17 de Dezembro de 2013**

Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 10.612 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013**  
**CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.**

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional I e na função de Auxiliar de Serviços Gerais, SENHORIA ANITA CARDOSO TELMA, Matrícula funcional nº 000614, Registro no Sistema sob nº 955946, referente ao 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 á 24 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 17 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 10.613 de 17 de Dezembro de 2013**

Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 10.613 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013**  
**CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.**

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Agente Administrativo I, VERÔNICA GORNIACK SCHROEDER, Matrícula funcional nº 0203, Registro no Sistema sob nº 308050, referente aos períodos aquisitivos: 01 de abril de 2011 a 31 de março de 2012 = 20 dias; 01 de abril de 2012 a 31 de março de 2013 = 20 (vinte) dias, pagamento de um terço de férias referente aos períodos aquisitivos.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 á 02 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 17 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e

3.386 em: 17/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 10.614 de 17 de Dezembro de 2013**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.614 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Auxiliar de Enfermagem, MARIA DE LURDES CÂNDIDO DA ROSA, Matrícula funcional nº 000252, Registro no Sistema sob nº 788900, referente ao período aquisitivo 01 de agosto de 2013 a 31 de julho de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 á 04 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 17 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 10.615 de 17 de Dezembro de 2013**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.615 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública, ocupante do cargo público de Agente Operacional I, na função de Auxiliar de Serviços gerais, EDELA FUCKNER, Matrícula Funcional nº 0221, Registro no Sistema sob nº 587801, por motivo de doença, pelo período 03 de dezembro de 2013 a 15 de fevereiro de 2014.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro Municipal - Poder Executivo a partir de 03 de dezembro de 2013 á 17 de dezembro de 2013, já o período de 18 de dezembro de 2013 á 15 de fevereiro de 2014, será custeado pelo IPRECAL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 03 de dezembro de 2013.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 17 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito



**O Poder Legislativo  
Municipal Acessível ao Cidadão**

**[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)**



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



**Pregão 20/2013 Saúde**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (presencial) Nº 29/2013

O objeto da licitação consiste no Registro de Preços para aquisição de gasolina comum, óleo diesel, óleo biodiesel S10 e disco de tacógrafo, material que será utilizado para manutenção dos veículos do Fundo Municipal de Saúde, no exercício 2014., conforme tabela abaixo:

**LOTE 01**

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca	Valor máximo fixado (R\$ unitário)	Valor Unitário	Valor Total
01	35.000	litros	Gasolina comum		2,95		
02	26.000	litros	Óleo diesel		2,46		
03	15	caixas	Disco de tacógrafo, caixa contendo 10 discos para 7 dias		29,00		
Total Geral do LOTE 01							

**LOTE 02**

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca	Valor máximo fixado (R\$ unitário)	Valor Unitário	Valor Total
01	15.000	litros	Óleo Biodiesel S10		2,47		
Total Geral do LOTE 02							

- Critério julgamento: O critério de julgamento será pelo requisito MENOR PREÇO POR LOTE (Total Geral de cada lote), com observância aos valores máximos fixados UNITÁRIO por ITEM.

- Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 16/01/2014, às 14 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até as 13 horas e 45 minutos, do dia 16/01/2014, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

1.2.1 - As despesas oriundas da contratação correrão por conta da dotação orçamentária do exercício 2014, na seguinte classificação:

Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 91.00 – Fundo Municipal de Saúde; Unidade: 91.04 – Manutenção das Atividades de Assist. Médica e Terapêutica; Função: 10 – Saúde; Subfunção: 303 – Suporte Profilático e Terapêutico; Programa – 56 – Serviços Especializados de Diagnóstico e Terapia; Projeto: 2.117 – Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo; Recursos: 0.10109 – MAC/TFD;

Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 91.00 – Fundo Municipal de Saúde; Unidade: 91.04 – Manutenção das Atividades de Assist. Médica e Terapêutica; Função: 10 – Saúde; Subfunção: 303 – Suporte Profilático e Terapêutico; Programa – 56 – Serviços Especializados de Diagnóstico e Terapia; Projeto: 2.117 – Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo; Recursos: 0.1099 – Impostos e Transf. de Impostos Saúde;

Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 91.00 – Fundo Municipal de Saúde; Unidade: 91.03 – Manutenção das Atividades – Programa Saúde da Família; Função: 10 – Saúde; Subfunção: 301 – Atenção Básica; Programa – 53 – Estratégia Saúde da Família – ESF; Atividade: 2.116 – Manutenção e Coordenação da Estratégia Saúde da Família; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo; Recursos: 0.10100 – Programa Saúde da Família – PSF;

Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 91.00 – Fundo Municipal de Saúde; Unidade: 91.07 – Manutenção das Atividades da Vigilância Sanitária; Função: 10 – Saúde; Subfunção: 304 – Vigilância Sanitária; Programa – 58 – Vigilância em Saúde; Atividade: 2.119 – Manutenção e Coordenação das Atividades da Vigilância em Saúde; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo; Recursos: 0.10126;

Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 91.00 – Fundo Municipal de Saúde; Unidade: 91.09 – Manutenção das Atividades da Vigilância Epidemiológica; Função: 10 – Saúde; Subfunção: 305 – Vigilância Epidemiológica; Programa – 58 – Vigilância em Saúde; Atividade: 2.120 – Manutenção e Coordenação das Atividades da Vigilância Epidemiológica; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo; Recursos: 0.10112 – PPI Epidemiológica.

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br), no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 29/2013".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 17 de dezembro de 2013.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

# Campos Novos

## SAMAE - CAMPOS NOVOS

### Ata de Registro de Preços 07/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 32/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº12/2013

REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, presentes de um lado, o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.158.105/0001-09, representado neste ato pelo seu Diretor Sr. Joel Francisco Fagundes, portador do CPF nº. 543.523.209-00, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços da empresa W.A. MATERIAL ELÉTRICO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida Brasília, 4356, sala 2, na cidade de Curitiba - PR, inscrita no CNPJ sob o nº 15292256/0001-97, neste ato representada pelo representante, Sr. Luis Fernando Bogo, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição de materiais de elétricos, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1 – A presente Ata tem como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS A SEREM UTILIZADOS EM LIGAÇÕES E MANUTENÇÕES ELÉTRICAS DO SAMAE:

Item	Descrição do Produto	Unidade	Quantidade Estimada	Valor Unitário
1	Contactor CWM 12	PÇ	15	29,80
2	Contactor CWM 18	PÇ	15	34,40
3	Contactor CWM 25	PÇ	15	41,80
4	Rele térmico 5 a 15A	PÇ	5	27,00
6	Rele térmico de 17 a 25A	PÇ	3	42,00
7	Rele falta de fase	PÇ	15	44,40
8	Rele de nível inferior/superior	PÇ	5	57,80
10	Caixa com tomada sistema X 2P+T 10A	PÇ	10	4,00
11	Lâmpada fluorescente 40W	PÇ	100	2,80
12	Reator eletrônico 2 x 40 AFP	PÇ	40	13,00
13	Suporte para lâmpada fluorescente com mola	PÇ	5	2,80
15	Cabo flexível 2,5mm 750V preto	MT	300	0,65
16	Cabo flexível 6mm preto	MT	200	1,52
17	Cabo flexível 4mm preto	MT	200	1,04
18	Cabo flexível 10mm preto	MT	100	2,84
19	Cabo flexível 4mm azul	MT	100	1,04
21	Eletrocalha de metal com tampa 50 x 50	MT	100	6,00
22	Suporte de metal tipo T para eletrocalha	PÇ	100	7,80
23	Refletor em metal para lâmpada halogena 1000W	PÇ	10	43,50
24	Lâmpada halogena 1000W	PÇ	30	3,90

25	Refletor em metal para lâmpada halogena 500W	PÇ	10	18,00
26	Lâmpada halogena 500W	PÇ	30	2,40
27	Fotocélula completa	PÇ	10	10,90
28	Parafuso com bucha 10mm	PÇ	200	0,19
29	Parafuso com bucha 7mm	PÇ	300	0,16
30	Bucha clamp 8mm	PÇ	300	0,09
33	Eletroduto em PVC ½" preto	PÇ	100	2,00
35	Fita isolante PVC antichama 19 x 50m	RL	100	2,90
36	Fita auto fusão	RL	50	13,00
37	Lâmpada vapor de sódio 400W ovoide	PÇ	25	19,50
38	Lâmpada vapor de sódio 250W ovoide	PÇ	20	20,00
39	Reator vapor de sódio 400W externo AFP galvanizado	PÇ	20	60,00
40	Reator vapor de sódio 250W externo AFP galvanizado	PÇ	15	52,00
41	Cabo PP 4 x 4mm	MT	200	5,94
43	Cabo PP 2 x 2,50mm	MT	200	1,95
44	Cabo PP 2 x 1,50mm	MT	200	1,28
45	Cabo PP 4 x 2,50mm	MT	200	3,68
46	Chave seccionadora 3NP4 600A	PÇ	2	580,00
47	Cabo flexível 35mm 1KV	MT	200	9,20
48	Tubo corrugado 2"	MT	200	2,35
49	Luminária para lâmpada de 400W LP 400AL	PÇ	2	150,00
50	Braço para luminária curvo com sapata 2"x3M	PÇ	2	85,00
52	Conector para haste de aterramento tipo grampo 5/8	PÇ	20	5,00
53	Reator eletrônico 2 x 40W	PÇ	15	13,00
54	Lâmpada fluorescente compacta 25W	PÇ	50	6,70
56	Lâmpada fluorescente compacta 40W	PÇ	60	5,70
57	Lâmpada mista 160W	PÇ	60	9,25
58	Lâmpada fluorescente 1 x 20W	PÇ	60	3,20
59	Lâmpada incandescente 40W	PÇ	20	1,30
60	Lâmpada incandescente 60W	PÇ	20	1,30
61	Plug 3 saídas padrão novo - benjamin	PÇ	50	3,20
62	Chave boia superior/inferior	PÇ	10	22,90
64	Fusível diazed 6A	PÇ	50	0,98
65	Fusível diazed 10A	PÇ	50	0,98
66	Fusível diazed 16A	PÇ	50	0,98
69	Base para fusível diazed até 25A	PÇ	100	13,80
70	Anel de proteção para base fusível diazed até 25A	PÇ	100	2,70
71	Tampa base diazed até 25A	PÇ	100	2,00
72	Botão de emergência 22,5mm	PÇ	10	7,00
73	Botão de comando duplo 22mm com luminoso	PÇ	10	14,80
74	Trilho para fixação DIN	MT	30	4,90

79	Disjuntor trifásico 50A DIN	PÇ	10	22,00
80	Disjuntor trifásico caixa moldada 80A	PÇ	2	120,00
81	Terminal garfo 2,5mm azul	PÇ	200	0,10
82	Terminal pino 2,5mm	PÇ	200	0,10
83	Terminal garfo 1,5mm	PÇ	200	0,10
84	Terminal garfo 4,0mm	PÇ	200	0,15
85	Terminal garfo 6,0mm	PÇ	200	0,15
87	Terminal pino 4,0mm	PÇ	200	0,15
88	Terminal pino 6,0mm	PÇ	200	0,15
89	Plug macho prensa cabo 10A preto	PÇ	30	3,00
90	Plug fêmea prensa cabo 10A preto	PÇ	30	3,50
92	Borne 6,0mm	PÇ	100	2,10
94	Sinaleiro led para porta de painel vermelho	PÇ	100	4,50
96	Disjuntor motor 25 a 32A com contato auxiliar	PÇ	10	75,90
97	Disjuntor motor 10 a 16A com contato auxiliar	PÇ	10	75,90
98	Soquete em PVC	PÇ	20	1,30
99	Interruptor de sobrepor	PÇ	20	2,60
100	Disjuntor monofásico 10A	PÇ	20	4,20
101	Mini disjuntor 2A	PÇ	20	9,50
102	Abraçadeira em metal ½" com parafuso	PÇ	50	0,40

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

2.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao SAMAE promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS

3.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, pela mesma indicada.

3.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

3.3 – O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após cada entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as CND's - Certidões Negativas de Débitos - em anexo.

3.4 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS ENTREGAS

5.1– Os Objetos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de uso, na forma, quantidades, e no

prazo de até 01 (um) dia após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

5.2- A empresa deverá entregar os materiais no local indicado pelo SAMAE.

5.3– Todas as despesas relacionadas com a carga, entrega e descarga dos materiais será de inteira responsabilidade do FORNECEDOR.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o SAMAE, poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;

III – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo SAMAE, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 – A despesa resultante da presente Ata ocorrerão à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do exercício de 2.013, e dotações orçamentárias de 2014 consignadas no:

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.0000

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA**

11.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao SAMAE, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

12.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, o SAMAE poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela mesma.

12.3 – A existência de preços registrados não obriga o SAMAE a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o SAMAE, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

13.1 – É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Campos Novos (SC), 02 de Dezembro de 2013

Pela Contratante

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

Diretor do SAMAE

Pela Contratada

LUIS FERNANDO BOGO

W.A. Material Elétrico Ltda

Jurídico

TESTEMUNHAS

RODRIGO CARPES DE OLIVEIRA

CPF – 049.807.399-89

NEUSA A. L. DOS SANTOS

CPF - 693.438.029-00

## Canoinhas

### PREFEITURA

**Portaria Nº 835/2013**

PORTARIA Nº 835/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990; resolve:

**NOMEAR PARA EXERCER CARGO COMISSIONADO**

Art. 1º - Fica nomeado FÁBIO LUIZ PACKER para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Planejamento, a partir de 13/11/2013, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de novembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/11/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**Portaria Nº. 794/2013**

PORTARIA Nº. 794/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com as Leis Municipais nº 3.869/2005 e 4.385 de 23/12/2008;

CONSIDERANDO; a existência de servidor em gozo de licença para tratamento de saúde;

CONSIDERANDO; a existência de servidor em férias;

CONSIDERANDO: a existência de vagas excedentes;

CONSIDERANDO: que a educação é serviço público essencial, resolve;



**CONTRATAR**

Art. 1º Ficam contratados os profissionais a seguir relacionados para atuarem na Rede Municipal de Ensino junto à Secretaria Municipal de Educação:

**1. CEI CECÍLIA MEIRELES**

1.1 - JOSIANE ERZINGER, Professor em Educação Infantil, MAG I, 20 horas semanais, 25% de regência para atuar no CEI Cecília Meireles no período de 04/11/2013 a 17/12/2013. Considerando vaga da professora Salete de Fátima Scheuer, a qual está em Licença para Tratamento de Saúde.

**2. EBM RIO DO PINHO e EBM MARIA LOVATEL PIRES**

2.1 - LUCIMERI KLODZINSKI PEROSSO, Professor na disciplina de Ciências, MAG II, 20 horas semanais, 15 aulas, sem regência, para atuar na EBM Rio do Pinho e na EBM Maria Lovatel Pires, no período de 04/11/2013 a 17/12/2013. Considerando vaga da professora Dirley Aparecida Heckler, a qual está em licença para tratamento de saúde.

**3. CEI RUTH ROCHA**

3.1 - VANIA MARIA WILLE DE SOUZA, Professor de Educação Infantil, MAG I, 20 horas semanais, 25% de regência para atuar no CEI Ruth Rocha no período de 04/11/2013 a 03/12/2013. Considerando vaga da professora Suzani Brandl Gudas, a qual está em Férias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de novembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 01/11/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**Portaria Nº. 809/2013**

PORTARIA Nº. 809/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme prevê a Lei Municipal nº. 3.869 de 24/08/2005, resolve:

**CONTRATAR APROVADO EM PROCESSO SELETIVO**

Art. 1º - Fica contratada para exercer a função de Médico, para atuar no Ambulatório de Epidemiologia, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, a profissional GISELLE KLUPPEL LIMA, aprovada no processo seletivo nº. 005/SMS/2013, para contratação temporária e convocada através do Edital nº. 049/2013 de 17 de outubro de 2013 inicia suas atividades no dia 04/11/2013 até 03/11/2014, conforme comunicação interna.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de novembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

TELMA REGINA BLEY

Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 01/11/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**Portaria Nº. 810/2013**

PORTARIA Nº. 810/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme prevê a Lei Municipal nº. 3.869 de 24/08/2005, resolve:

**CONTRATAR APROVADO EM PROCESSO SELETIVO**

Art. 1º - Fica contratada para exercer a função de Coordenador Pedagógico, para atuar no Programa Jovem Trabalhador, com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Turismo, a profissional KARINA DE FÁTIMA GOMES, aprovada no processo seletivo nº. 001/SMDEICT/2013, para contratação temporária e convocada através do Edital nº. 048/2013 de 15 de outubro de 2013 inicia suas atividades no dia 01/11/2013 até 28/01/2014, conforme comunicação interna.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de novembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 01/11/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**Portaria Nº. 811/2013**

PORTARIA Nº. 811/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990 resolve:

**NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL**

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Cuidador de Idoso, para atuar no Lar do Idoso, com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família, a profissional VERONICA FERENC, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrita sob nº. 383, e convocada através do edital nº. 047/2013 de 14 de outubro de 2013, iniciando as suas atividades a partir de 01/11/2013.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de novembro de 2013.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 01/11/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **Portaria Nº. 821/2013**

PORTARIA Nº. 821/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990 resolve:

#### **NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL**

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Agente Administrativo, para atuar na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a profissional ANDRESSA CASSIAS PEREIRA, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrita sob nº. 1332, e convocada através do edital nº. 015/2013 de 01 de abril de 2013, iniciando as suas atividades a partir de 05/11/2013.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de novembro de 2013.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 05/11/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **Portaria Nº. 826/2013**

PORTARIA Nº. 826/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com as Leis Municipais nº 3.869/2005 e 4.385 de 23/12/2008;

CONSIDERANDO; a existência de servidor em gozo de licença para tratamento de saúde;

CONSIDERANDO; a existência de servidor em tratamento de saúde;

CONSIDERANDO: a existência de vagas excedentes;

CONSIDERANDO: que a educação é serviço público essencial, resolve;

#### **CONTRATAR**

Art. 1º Ficam contratados os profissionais a seguir relacionados para atuarem na Rede Municipal de Ensino junto à Secretaria Municipal de Educação:

#### **1. CEI CARLOS DRUMONND DE ANDRADE**

1.1 - ELISANGELA ANTUNES E SILVA FERREIRA, Monitor em Educação Infantil, 30 horas semanais, sem regência, período vespertino, para atuar no CEI Carlos Drumonnd de Andrade no período de 06/11/2013 a 17/12/2013. Considerando vaga da monitora Karina de Fátima Gomes, a qual pediu exoneração.

#### **2. CEI LANDI AMA NEPPEL**

2.1 - ARIELLE LOUISE ALVES DOS ANJOS, Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais, sem regência, período vespertino, para atuar no CEI Landi Ama Neppel, no período de 05/11/2013 a 30/11/2013. Considerando vaga da monitora Vânia Adriana Fuck, a qual está em licença para tratamento de saúde.

#### **3. CEI EMÍLIA FERRERO**

3.1 - MARIA CRISTIANE SÊNA, Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais, período vespertino, sem regência para atuar no CEI Emília Ferrero no período de 05/11/2013 a 05/12/2013. Considerando vaga da monitora Vanderleia Aparecida de Souza, a qual está em Licença para Tratamento de Saúde.

#### **4. EBM SEVERO DE ANDRADE**

4.1 - ANA CLÉIA TOKARSKI GLINSKI, Professor de Língua Portuguesa, MAG I, 30 horas semanais, período matutino, 15% de regência para atuar na EBM Severo de Andrade no período de 06/11/2013 a 29/11/2013. Considerando vaga da professora Patrícia Charlene Doliznyy Sampaio, a qual está em Licença para Tratamento de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de novembro de 2013.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 05/11/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **Portaria Nº. 836/2013**

PORTARIA Nº. 836/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990 resolve:

#### **NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL**

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Agente Administrativo, para atuar na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a profissional IVETE DE SOUZA, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrita sob nº. 2067, e convocada através do edital nº. 050/2013 de 25 de outubro de 2013, iniciando as suas atividades a partir de 18/11/2013.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da



Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de novembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/11/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **Portaria Nº. 865/2013**

PORTARIA Nº. 865/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990 resolve:

#### **NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL**

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Servente, para atuar na Casa de Passagem Nova Canaã, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família, a profissional MICHELE ADRIANE DE OLIVEIRA, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrita sob nº. 1757 e convocada através do edital nº. 053/2013 de 05 de novembro de 2013, iniciando as suas atividades a partir de 02/12/2013.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de dezembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 02/12/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**Capinzal**

**PREFEITURA**

### **Ata de Julgamento**

#### **RESULTADO DE JULGAMENTO DE DOCUMENTOS**

Processo Licitatório 139/2013

Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia Nº 07/2013

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de uma Praça na Rua Projetada F - continuação da Rua Alcir Masson no novo Loteamento Nova Capinzal, recursos do Ministério das

Cidades, contrato de repasse nº 0352.423-44/2011, período de execução 12 meses.

Considerando que houve decurso do prazo concedido para a empresa Terraplenagem e Prestadora de Serviços Excel Ltda ME., conforme Artigo 48, § 3º da Lei 8.666/93;

Considerando que a ata de julgamento de documentos, onde havia a solicitação para apresentação de nova proposta foi enviada por e-mail à citada empresa;

Considerando que o resumo da ata de julgamento de documentos, onde havia a solicitação para apresentação de nova proposta foi devidamente publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios, imprensa oficial do Município de Capinzal; e

Considerando que a citada empresa não apresentou de nova documentação escoimada das causas que lhe causaram a inabilitação.

A Comissão de Licitação mantém seu julgamento e declara a empresa Terraplenagem e Prestadora de Serviços Excel Ltda ME. INABILITADA para a presente licitação.

A presente ata deverá ser enviada via e-mail ao participante ausente.

Abre-se vistas ao processo e prazo para interposição de recursos na forma da LEI.

Capinzal, 17 de dezembro de 2013.

ELISÂNGELA APª BAGNOLIN

Presidente da CPL.

### **Errata**

#### **ERRATA DE PUBLICAÇÃO**

Na Edição de número 1390, do dia 17/12/2013, referente ao extrato do Termo Aditivo 001/2013;

Onde se lê:

CONTRATADA: SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO VALE DO BANDEIRANTES

Leia-se:

CONTRATADA: MARIOLECI CASAGRANDE & CIA LTDA

### **Editais**

EDITAL Nº 036, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.

Abre inscrições e estabelece normas para o Processo Seletivo destinado a prover vagas temporárias de excepcional interesse público.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo por base a Lei nº 2.178, de 23 de setembro de 1999, Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000, Lei nº 3.024 de 30 de maio de 2012, e considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito da administração direta e indireta do Município de Capinzal, estabelece normas para a realização de Processo Seletivo de Provas Objetivas, Provas Práticas e Provas e Títulos, que reger-se-á pelas normas fixadas neste Edital e disposições da legislação vigente.

#### **I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. O Processo Seletivo originado por este Edital será realizado sob a responsabilidade da empresa Sociedade de Desenvolvimento do Vale do Bandeirantes – Noroeste Concursos.

1.2. O Processo Seletivo destina-se ao provimento temporário das vagas constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital e para cadastro de reserva, durante o ano de 2014.

## II – DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições serão realizadas no período de 17 de dezembro de 2013 a 9 de janeiro de 2014, de forma presencial, no Centro Administrativo Municipal Prefeito Sílvia Santos, sito à rua Carmelo Zocolli, 155, Térreo, na cidade de Capinzal, de acordo com o cronograma constante do Anexo IV deste Edital.

2.2. A inscrição neste Processo Seletivo implicará, desde logo, no conhecimento e na aceitação, pelo candidato, das condições estabelecidas neste Edital.

2.3. Cada candidato poderá inscrever-se para apenas um dos cargos constantes no deste Edital. A descrição das atribuições de cada cargo encontra-se no Anexo I do Edital.

2.4. A inscrição somente será efetuada mediante o preenchimento de requerimento padronizado fornecido pelo Município, pelo próprio candidato ou por procurador devidamente habilitado, através de procuração pública, com poderes específicos para representá-lo, ocasião na qual o candidato, sob as penas da lei, declarará:

2.4.1. Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses com reconhecimento do gozo de direitos políticos, nos termos do § 1º do art. 12 da Constituição Federal;

2.4.2. Ter escolaridade e habilitação de acordo com os requisitos exigidos para o cargo/função, conforme tabela 1 deste edital;

2.4.3. Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;

2.4.4. Ser portador de CPF válido;

2.4.5. Gozar de boa saúde;

2.4.6. Não ter sofrido, quando no exercício de cargo, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado, no ato da contratação, por meio da assinatura de regular termo de declaração;

2.4.7. Não ter antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;

2.4.8. Ter conhecimento das exigências contidas neste Edital, das atribuições ao cargo que postula e nas instruções específicas contidas nos comunicados e em outros avisos pertinentes ao presente Processo Seletivo; e,

2.4.9. Ter idade mínima de dezoito (18) anos.

2.5. Será cobrada taxa de inscrição no valor de R\$ 40,00 para os cargos de nível de formação superior e no valor de R\$ 20,00 para os demais cargos.

2.6. O candidato deverá efetuar o recolhimento da importância relativa à taxa de inscrição diretamente na conta-corrente nº 181-2, agência nº 1071-5, operação 006, exclusivamente nas agências da Caixa Econômica Federal ou na rede de lotéricas e correspondentes "Caixa Aqui" em nome da Prefeitura Municipal de Capinzal, sendo expressamente vedado o recolhimento na modalidade "entrega de envelopes" através dos caixas eletrônicos de autoatendimento.

2.7. Será considerada cancelada a inscrição do candidato que efetuar o pagamento da taxa de inscrição com cheque sem cobertura ou que cometer outra irregularidade que impossibilite o desconto do respectivo cheque ou que fizer agendamento de pagamento sem a devida provisão de fundos.

2.8. O candidato que comprovar residência no município de Capinzal e sua condição de desempregado, terá isenção da taxa de inscrição nos termos da Lei municipal nº 2.719, de 04 de outubro de 2006.

2.8.1. Para comprovar a condição de desempregado, o candidato deverá apresentar a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou certidão da Previdência Social.

2.8.2. Para comprovar residência no município de Capinzal, o candidato deverá apresentar comprovante de residência em seu nome ou declaração equivalente, firmada pelo próprio candidato, assegurando a veracidade da declaração.

2.9. Caso seja aprovado e contratado, o candidato terá descontado o valor equivalente à taxa de inscrição em duas parcelas mensais, iguais e sucessivas de seus vencimentos, nos termos da Lei municipal nº 2.719, de 04 de outubro de 2006.

2.10. Os documentos relativos à comprovação de escolaridade, formação, habilitação e requisitos mínimos exigidos para o exercício do cargo/função descrito no edital, deverão ser apresentados e comprovados quando da convocação para contratação do candidato.

2.11. O candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não satisfizer a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada a qualquer tempo e, em consequência, serão anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.12. A inscrição não poderá ser feita pelo correio, e-mail ou por meio de fac-símile e não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.13. Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração da identificação do candidato inscrito.

2.14. Verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente.

2.15. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição somente será devolvido em caso de cancelamento do processo seletivo por conveniência da Administração Pública.

2.16. A adulteração de qualquer elemento constante da Cédula de Identidade ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado, verificada a qualquer tempo, eliminará o candidato do Processo Seletivo.

2.17. A fidedignidade das informações contidas no Requerimento de Inscrição, que estará disponível no local das inscrições, é de inteira responsabilidade do candidato ou de seu representante legal;

2.18. No ato da inscrição os candidatos deverão apresentar cópia autenticada da titulação.

2.19. A titulação aplica-se apenas para os cargos Professor e Técnico em Atividades Desportivas.

2.20. O candidato que comprovar sua condição de doador de sangue nos termos da Lei municipal nº 2.992, de 14 de dezembro de

2011, terá isenção da taxa de inscrição.

2.20.1 O candidato deverá apresentar comprovante de doação de sangue da unidade de coleta de sangue discriminando data e local das 03 (três) doações de sangue nos últimos 12 (doze) meses.

### III – DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. Ao candidato portador de necessidade especial é assegurado o direito de se inscrever neste Concurso Público, devendo assinalar sua condição especial no item específico do requerimento de inscrição.

3.2. Será reservada vaga para o candidato portador de necessidade especial para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que seja portador, na proporção de um para cada vinte candidatos, equivalente a cinco por cento (5%) das vagas a serem ofertadas, conforme art. 37, VIII, da Constituição Federal, Decreto federal nº 3.298, de 1999 e suas alterações, Decreto federal nº 5.296, de 2004 e suas alterações, Lei estadual nº 12.870, de 2004 e Lei federal nº 7.853, de 1989.

3.3. A publicação do resultado final do presente certame será feita em duas listas, contendo, a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de necessidades especiais e a segunda, somente a pontuação destes.

3.4. Não havendo candidatos aprovados e classificados para as vagas reservadas para pessoa com deficiência, as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos classificados neste Processo Seletivo.

3.5. Será considerada pessoa com deficiência aquela conceituada na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e que se enquadre nas categorias descritas nos Decretos federais nº 3.298/1999 e suas alterações, nº 5.296/2004 e suas alterações, Lei estadual nº 12.870/2004 e na Lei federal nº 7.853/1989.

3.6. O candidato com deficiência deverá entregar no ato da inscrição cópia do laudo médico especificando a respectiva deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID) e a indicação de que ela não impede ao candidato o exercício das funções do cargo a que se inscreveu, cuja data de expedição deverá ser igual ou posterior à data de publicação deste Edital.

3.7. O candidato inscrito para a vaga reservada a candidato com deficiência que deixar de atender, no prazo editalício, as determinações do disposto no item 3.6, terá sua inscrição invalidada, passando a concorrer unicamente como candidato não portador de deficiência.

3.8. O candidato com deficiência submeter-se-á, quando da nomeação, à avaliação de equipe multiprofissional – Junta Médica Oficial do Município de Capinzal - conforme Decreto federal nº 3.298/1999 e Decreto federal nº 5.296/2004, que terá a decisão terminativa sobre:

- a) a qualificação do candidato como deficiente ou não; e
- b) o grau de deficiência, capacitante ou não, para o exercício do cargo.

3.9. O candidato com deficiência participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, bem como à nota mínima exigida para os demais candidatos.

3.10. Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente

de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

3.11. O candidato que tiver a necessidade de realizar as provas em braille deverá requerer no ato da inscrição.

3.12. O candidato que tiver a necessidade de prova em fonte ampliada deverá requerer no ato da inscrição, apresentando laudo médico para a condição especial e indicando o tamanho da fonte de sua prova ampliada, entre 24, 26 ou 28.

3.13. O candidato com deficiência que não requerer e comprovar a condição especial na forma da legislação vigente, não terá o atendimento ou condição especial para a realização das provas, não podendo impetrar recurso em favor de sua condição.

3.14. Não será realizado atendimento domiciliar em nenhuma hipótese.

### IV – DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente no prazo previsto no cronograma constante do Anexo IV deste Edital e estarão disponíveis no Mural Público do Centro Administrativo Municipal e na internet, no endereço eletrônico [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br).

4.2. Somente será divulgada a relação das inscrições que forem deferidas.

### V – DO REGIME EMPREGATÍCIO E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

5.1. Os candidatos habilitados e classificados neste processo seletivo serão contratados em caráter temporário, com prazo máximo até 31 de dezembro de 2014 ou conforme o calendário escolar estabelecido pela Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, conforme a necessidade e existência de vaga, respeitando o que dispõe a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999.

5.2. Os candidatos contratados poderão ter seu contrato prorrogado caso haja lei que o autorize, durante o ano, caso haja lei que o autorize.

5.3. A contratação obedecerá ao Regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), filiada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e ao Regime do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

### VI – DAS PROVAS

6.1. O Processo Seletivo, objeto deste Edital, constará do seguinte:

- a) Prova Objetiva de conhecimentos e títulos para os cargos de Professor e Técnico em Atividades Desportivas;
- b) Prova Objetiva de conhecimentos e prova prática para os cargos de Operador de Máquinas Pesada, Motorista, Monitor de Informática e Professor de Informática.
- c) Prova Objetiva de conhecimentos para os demais cargos.

6.2. Todos os candidatos de cada cargo deverão realizar a prova no mesmo dia, horário e local, conforme o cronograma constante do Anexo IV deste Edital, sendo que as provas não poderão ser realizadas individualmente ou em data, horário ou local que não seja o especificado neste Edital ou em suas alterações.

6.3. As provas Objetivas serão realizadas na cidade de Capinzal e data provável de 19 de janeiro de 2014 em local a ser divulgado em edital de Locais de Prova.

6.3.1 Os portões serão abertos às 08h sendo fechado 08h45min e início das provas 09h para todos os cargos.

6.3.2. As provas Práticas serão realizadas no 18 de janeiro de 2014, com abertura dos portões 08h fechamento 08h45min em locais a serem divulgados em edital de Convocação da Prova Prática, para os cargos de Operador de Máquinas Pesada, Motorista, Monitor de Informática e Professor de Informática.

6.4. As Provas Objetivas serão realizadas em etapa única com tempo de 2h, incluído o tempo para preenchimento da Folha de Resposta e o tempo necessário para as instruções gerais que serão repassadas pelos fiscais de sala.

6.5. Os candidatos deverão estar no local das provas com antecedência mínima de 1h em relação ao início da mesma.

6.6. É vedado o acesso ao local de prova ao candidato que se apresentar após o horário definido no edital de convocação.

6.7. Para entrada nos locais de prova, os candidatos deverão apresentar a cédula de identidade original ou carteira expedida pelo órgão de classe original.

6.7.1. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal ou estadual, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo, com foto).

6.7.2. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias.

6.7.3. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

6.7.4. Não será aceita cópia de documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo de documento.

6.7.5. Por ocasião da prova, o candidato que não apresentar o documento de identidade original, na forma definida acima, não poderá fazer a prova e será automaticamente eliminado do certame.

6.7.6. Não serão aceitos quaisquer outros documentos ou papéis em substituição aos exigidos.

6.8. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação da prova.

6.9. Durante a realização das provas é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, ou ainda, qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, sob pena de eliminação do candidato no processo seletivo. Os telefones celulares e outros equipamentos eletrônicos serão entregues desligados aos fiscais da sala antes do início da prova, para serem devolvidos na saída, sob pena de eliminação do candidato.

6.10. No decurso das provas, o candidato somente poderá

ausentar-se temporariamente da sala se acompanhado por um fiscal.

6.11. O candidato somente poderá retirar-se definitivamente da sala de prova após 1h de seu início.

6.12. O candidato, ao encerrar a prova e antes de se retirar do local de sua realização, entregará ao fiscal de prova/sala o cartão – resposta devidamente assinado e o caderno de prova. Caso não o faça, será automaticamente eliminado do processo seletivo.

6.13. Os três últimos candidatos de cada sala somente poderão entregar as suas provas e retirar-se definitivamente do local, simultaneamente.

6.14. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a prova, nem a realização de prova fora do horário e local estabelecidos no Edital.

6.15. O candidato que desejar obter o teor das provas após a realização do processo seletivo, poderá fazê-lo protocolando pedido na prefeitura de Capinzal que encaminhará para a empresa que marcará dia e horário para o candidato retirar o caderno de provas na sede da empresa responsável pela aplicação das provas, podendo ser retirada somente pelo candidato ou por procurador devidamente documentado em cartório.

6.16. Os candidatos amparados pela Lei estadual nº 11.225, de 20 de novembro de 1999 e Lei estadual nº 14.607, de 07 de janeiro de 2009 deverão requerer, protocolar e comprovar o que lhe é de direito no ato da inscrição para que o atendimento seja concedido na forma da legislação vigente.

## VII – DA PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS

7.1. A prova objetiva de conhecimentos inclui questões de conhecimentos gerais, específicos, língua portuguesa e matemática conforme ementa das disciplinas constantes do Anexo II, parte integrante deste Edital.

7.2. A prova de conhecimentos será objetiva e constará de vinte e cinco (25) questões, sendo que apenas uma alternativa de cada questão estará correta.

7.3. A pontuação de cada disciplina será a seguinte:

7.3.1 Para todos os cargos de Nível Alfabetizado e Fundamental será:

DISCIPLINA	NÚMERO DE QUESTÕES	PESO INDIVIDUAL	PESO TOTAL
Língua Portuguesa	10	0,55	5,50
Matemática	05	0,30	1,50
Conhecimentos Gerais	10	0,30	3,00
Total	25		10,00

7.3.2. Para todos os cargos de Nível Médio e Superior será:

Tabela 3

DISCIPLINA	NÚMERO DE QUESTÕES	PESO INDIVIDUAL	PESO TOTAL
Língua Portuguesa	05	0,30	1,50
Matemática	05	0,30	1,50
Conhecimentos Gerais	05	0,30	1,50



Conhecimentos			
Específicos	10	0,55	5,50
Total	25		10,00

7.4. Para realização da prova objetiva de conhecimentos, o candidato deverá utilizar caneta esferográfica, de tinta azul ou preta, sendo as questões respondidas em cartão-resposta, que não será substituído em caso de erro do candidato.

7.5. A adequada marcação do cartão-resposta é de inteira responsabilidade do candidato.

7.6. Será atribuída nota 0,00 (zero) às respostas de questão(ões) que contenha(m):

- a) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(eis), na Folha de Resposta;
- b) mais de uma opção de resposta assinalada na Folha de Resposta
- c) espaço não assinalado(s) nas Folhas de Respostas
- d) cartão-resposta preenchido fora das especificações, ou seja, preenchido com lápis ou caneta esferográfica de tinta cuja cor for diferente de azul ou preta ou, ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto na Folha.

7.7. A prova objetiva de conhecimentos será avaliada na escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), sendo as notas expressas com 1 (um) decimal, sem arredondamento.

7.8. Será considerado aprovado na prova objetiva de conhecimentos o candidato que obtiver nota igual ou superior a 4,0 (quatro).

7.9. O Gabarito Oficial referente à prova objetiva de conhecimentos será divulgado a partir do primeiro dia útil após a realização da referida prova, no endereço eletrônico [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br) e no Mural do Centro Administrativo Municipal.

7.10. Havendo impugnação de questões da prova objetiva de conhecimentos, o candidato poderá preencher um requerimento no Centro Administrativo Municipal Prefeito Sílvio Santos, sito à rua Carmelo Zocolli, 155, Térreo, na cidade de Capinzal

7.10.1. O formulário de impugnação de questão encontra-se no anexo VI deste edital

7.10.2. As respostas às eventuais impugnações de questão serão publicadas com a classificação final do processo seletivo, bem como o gabarito oficial definitivo, na ocorrência de recurso procedente.

7.11. Toda questão que venha ser anulada será computada como resposta correta para todos os candidatos do respectivo cargo.

## VIII – DA PROVA PRÁTICA

8.1 Constam no anexo III deste Edital os critérios de avaliação da Prova Prática.

## IX – DA TITULAÇÃO

9.1. Os candidatos deverão entregar no ato da inscrição envelope lacrado, com documentos dos títulos. Será considerada a seguinte pontuação:

- a) Pós graduação: 1,00 – Um Ponto;
- b) Graduação: 1,00 – Um Ponto;

9.2. A titulação somente será considerada para fins de pontuação aos candidatos que na prova objetiva de conhecimentos obtiver

nota igual ou superior a quatro (4,0).

9.3 Os documentos para avaliação da prova de títulos deverão ser autenticados em cartório, serão aceitos certificado de conclusão ou declaração em papel timbrado da Instituição de Ensino.

## X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

10.1. Somente serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 4,0 (quatro) na Prova Objetiva.

10.2. A nota final será calculada da seguinte maneira:

10.2.1. Para todos os cargos a Nota Final será a soma dos respectivos acertos de acordo com o peso:

$$Na\ CE(0,55) + Na\ CG(0,5) + Na\ LP(0,5) + Na\ M(0,5) = NF$$

Em que:

Na CE= número acertos conhecimentos Específicos

Na CG= número acertos conhecimentos Gerais

Na LP= número acertos Língua Portuguesa

Na M= número acertos Matemática

NF= Nota Final

10.2.2. Para os cargos de acordo com o item 7.1. letras "a" e "b" serão contados os pontos conforme sua titulação, sendo 01(um) ponto para cada titulação, desde que prova objetiva de conhecimentos obtenha nota igual ou superior a 4,0 (quatro).

10.2.3. Para os cargos que requerem prova objetiva de conhecimentos e prova prática far-se-á a soma dos acertos da prova objetiva, e com a nota da prova prática e divide-se por dois, obtendo-se a média final.

10.3. A classificação final dos candidatos obedecerá à ordem decrescente da média final.

10.4. Ocorrendo empate na classificação, serão usados, sucessivamente, os seguintes critérios para desempate:

- a) maior nota de conhecimentos específicos;
- b) maior nota de conhecimentos gerais;
- c) o de maior habilitação;
- d) o de maior idade.

## XI – DOS RECURSOS

11.1. Será admitido recurso para cada uma das fases do processo seletivo, que deverá ser interposto, exclusivamente, pelo candidato, desde que devidamente fundamentado e apresentado nos prazos máximos estipulados no cronograma constante do Anexo IV deste Edital.

11.2. O recurso deverá obedecer aos seguintes requisitos:

- a) ser datilografado ou digitado em duas vias e assinadas;
- b) ser fundamentado, com argumentação lógica e consistente;
- c) ser apresentado em folhas separadas, para questões diferentes;
- d) conter nome do candidato, CPF, cargo para o qual se inscreveu e número de inscrição.

11.3. Os recursos e os pedidos de impugnação e revisão de nota deverão ser entregues e protocolados pessoalmente pelo candidato ou por seu procurador, no Centro Administrativo Municipal, cabendo à Comissão Especial do Processo Seletivo a apreciação, com a equipe técnica da empresa responsável pela aplicação das provas.

11.4. Os recursos que não estiverem de acordo com o disposto nos subitens acima serão liminarmente indeferidos.

11.5. Não serão aceitos recursos interpostos por fac-símile, internet ou qualquer meio postal, sendo que os intempestivos serão desconsiderados e indeferidos.

11.6. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente.

11.7. Os candidatos poderão solicitar revisão da nota das provas, sendo que a nota poderá ser mantida, aumentada ou diminuída.

11.8.1. Não serão admitidos pedidos de revisão de nota de prova de outros candidatos, ou seja, o candidato poderá requerer revisão apenas da sua nota.

11.8.2. As decisões dos pedidos de revisão da nota das provas serão dadas a conhecer, coletivamente.

11.9. A Comissão Especial do Processo Seletivo constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões, não cabendo recursos ou revisões adicionais na esfera administrativa.

## XII – DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. O resultado final do Processo Seletivo, objeto deste Edital, será homologado pela autoridade competente e publicado no Mural Público do Centro Administrativo Municipal, no órgão de publicação oficial do Município de Capinzal e no endereço eletrônico [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br).

## XIII – DA CONTRATAÇÃO

13.1. Previamente à contratação, mediante convocação, serão exigidos dos candidatos classificados, os seguintes documentos:

- a) Quitação com as obrigações eleitorais e militares (em caso de candidato do sexo masculino), com a devida apresentação da cópia do Título de Eleitor, do comprovante de votação ou de certidão de quitação da Justiça Eleitoral, e do comprovante de quitação com o serviço militar;
- b) Nível de escolaridade exigido para o cargo, mediante a apresentação de cópia dos documentos exigidos por este Edital e previstos em lei, nos termos da Tabela 1 deste edital;
- c) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único, da Lei federal nº 8.112/90 e na legislação correspondente dos estados e municípios;
- d) Laudo médico de saúde física e mental a ser realizado por órgão credenciado pela Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento do Município de Capinzal;
- e) Cópia dos seguintes documentos:
  1. Documento de Identidade (RG)
  2. Cadastro de Pessoa Física
  3. Certidão de Casamento
  4. Certidão de Nascimento de Filhos
  5. Carteira de Trabalho
  6. Uma foto 3x4.
  7. Demais documentos, conforme especificação do cargo, descrito na tabela 1 deste Edital.

13.2. Os documentos comprobatórios de atendimento aos requisitos acima serão exigidos apenas dos candidatos classificados e convocados para contratação.

13.3. O não-cumprimento dos requisitos necessários impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

13.4. A primeira convocação dar-se-á após a Homologação do

Processo Seletivo, através do processo de Escolha de Vagas, que se realizará no dia 03 de fevereiro de 2014, às 8h30, na Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

13.4.1. O processo de escolha de vagas contempla os diversos cargos de Professor. Os demais serão convocados pelas Secretarias ou pela Diretoria de Recursos Humanos.

13.4.2. Delega-se competência a empresa contratada para:

- a) elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar as provas objetivas de conhecimentos e prova prática;
- b) apreciar todos os recursos administrativos previstos neste Edital;
- c) emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- d) prestar informações sobre o Processo Seletivo;
- e) definir normas para aplicação das provas;
- f) constituir comissão interna do Processo Seletivo e designar bancas examinadoras, conforme a necessidade.

## XIV – DO FORO JUDICIAL

14.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao processo seletivo de que trata este Edital é o da Comarca de Capinzal, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

## XV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. As cláusulas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação dos candidatos para a prova correspondente.

15.2. Este Processo Seletivo terá validade até 31 de dezembro de 2014.

15.3. Os candidatos aprovados e classificados neste certame serão contratados pela ordem de classificação, respeitado o número de vagas, conforme a necessidade, a conveniência, oportunidade e o limite prudencial e total de gastos com pessoal, ditados pela Lei Complementar federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

15.4. O candidato classificado no processo seletivo que não quiser ser contratado ou não entregar os documentos exigidos quando convocado, será reclassificado para o último lugar dos classificados.

15.5. A classificação no Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito à contratação automática.

15.6. Será excluído do certame, por ato da empresa responsável pela aplicação das provas o candidato que:

- a) tornar-se culpado por agressões ou descortesias para com qualquer membro da equipe encarregada de realização das provas;
- b) for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- c) for flagrado, utilizando-se de qualquer meio, visando burlar a prova, ou que apresentar falsa identificação pessoal;
- d) ausentar-se da sala de prova durante a sua realização, sem estar acompanhado de um fiscal.

15.7. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital.

15.8. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar o atendimento especial



para esse fim, deverá levar um (a) acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança; caso contrário ficará impossibilitada de realizar as provas.

15.9. O gabarito da prova objetiva de conhecimentos e o resultado das provas serão divulgados no endereço eletrônico [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br) e no Mural Público do Centro Administrativo Municipal.

16.10. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos, conjuntamente, pela empresa responsável pela aplicação das provas e pela Comissão Especial do Processo Seletivo do Município de Capinzal.

15.11. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO I – Dos Cargos, vagas, remuneração e carga horária;  
ANEXO II – Do Conteúdo Programático;  
ANEXO III – Da Avaliação da Prova Prática;  
ANEXO IV – Do Cronograma Previsto.  
ANEXO V - Das atribuições dos cargos  
ANEXO VI – Formulário de Recursos

15.12. Será publicado o presente Edital para fins de publicidade, sendo que o mesmo estará disponível no Mural Público do Centro Administrativo Municipal, no Diário Oficial dos Municípios e no endereço eletrônico [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br), a partir do dia 17 de dezembro de 2013.

Capinzal, 16 de dezembro de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Edital na data supra.

MARCO ANTONIO HACHMANN

Secretário da Administração e Finanças

ANEXO I

DOS CARGOS, VAGAS, VENCIMENTOS, CARGA HORÁRIA E HABILITAÇÕES

CARGO	VAGAS	VENCIMENTOS	CH	HABILITAÇÃO
Agente de Serviços Gerais Infraestrutura	CR	R\$ 747,04	40h	Alfabetizado
Agente de Serviços Gerais Educação	CR	R\$ 747,04	40h	Alfabetizado
Motorista	CR	R\$ 966,34	40h	Ensino Fundamental Completo, Carteira Nacional de Habilitação, com no mínimo, categoria "D" e certificado de conclusão de Curso de Formação de Condutores para Transporte Coletivo e Transporte Escolar
Pedreiro	CR	R\$ 933,79	40h	Alfabetizado
Carpinteiro	CR	R\$ 933,79	40h	Alfabetizado
PROGRAMAS SOCIAIS – PROJETO CECOM MONITOR				
CARGO	VAGAS	VENCIMENTOS	CH	HABILITAÇÃO

Orientador Social	1	R\$ 2.114,76	40h	Ensino Superior Completo em Psicologia ou Serviço Social e registro no Respetivo Conselho
Assistente Social	1	R\$ 2.114,76	40h	Ensino Superior Completo em Serviço Social e registro no Respetivo Conselho
Monitor de Atividade Física e Desportiva	1	R\$ 945,87	40h	Ensino Médio Completo e cursos específicos na área de atuação.
Monitor de Artesanato	1	R\$ 945,87	40h	Ensino Médio Completo e cursos específicos na área de atuação.
Monitor de Música	1	R\$ 945,87	40h	Ensino Médio Completo e cursos específicos na área de atuação.
Monitor de Canto	1	R\$ 945,87	40h	Ensino Médio Completo e cursos específicos na área de atuação
Monitor de Arte Cênica	1	R\$ 945,87	40h	Ensino Médio Completo e cursos específicos na área de atuação
Monitor de Dança	1	R\$ 945,87	40h	Ensino Médio Completo e cursos específicos na área de atuação
Monitor de Recreação	1	R\$ 945,87	40h	Ensino Médio Completo e cursos específicos na área de atuação
Monitor de Culinária	1	R\$ 945,87	40h	Ensino Médio Completo e cursos específicos na área de atuação
Monitor de Informática	1	R\$ 945,87	40h	Ensino Médio Completo e cursos específicos na área de atuação
Monitor de Artes	1	R\$ 945,87	40h	Ensino Médio Completo e cursos específicos na área de atuação
Monitor de Pintura em Tela, Tecido e Emborrachado	1	R\$ 945,87	40h	Ensino Médio Completo e cursos específicos na área de atuação
Monitor de Tricô e Crochê	1	R\$ 945,87	40h	Ensino Médio Completo e cursos específicos na área de atuação
Monitor de Artes Marciais	1	R\$ 875,81	40h	Ensino Médio Completo e cursos específicos na área de atuação
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROFESSOR				
CARGO	VAGAS	VENCIMENTO	CH	HABILITAÇÃO
Professor de Educação Física	3	R\$ 1.910,95	40h	Ensino Superior Completo na área ou, a partir da 5ª fase da habilitação escolhida
	1	R\$ 1.433,21	30h	
	5	R\$ 955,48	20 h	
	1	R\$ 477,74	10 h	
Professor de Geografia	1	R\$ 1.433,21	30h	Ensino Superior Completo na área ou, a partir da 5ª fase da habilitação escolhida
Professor de Informática	2	R\$ 1.944,47	40h	Ensino Superior Completo na área
	2	R\$ 972,23	20h	
Professor de História	2	R\$ 955,48	20h	Ensino Superior Completo na área ou, a partir da 5ª fase da habilitação escolhida

Professor de Artes	4	R\$ 955,48	20h	Ensino Superior Completo
	1	R\$ 1.433,21	30h	na área ou, a partir da 5ª fase da habilitação escolhida
Professor de Artes	1	R\$ 1.910,95	40h	
Professor de Letras (Língua Portuguesa)	2	R\$ 955,48	20h	Ensino Superior Completo na área ou, a partir da 5ª fase da habilitação escolhida
	2	R\$ 477,74	10h	Ensino Superior Completo na área ou, a partir da 5ª fase da habilitação escolhida
Professor de Letras (Língua Inglesa)	1	R\$ 955,48	20h	Ensino Superior Completo na área ou, a partir da 5ª fase da habilitação escolhida
	1	R\$ 1.433,21	30h	
Professor de Ciências	3	R\$ 955,48	20h	Ensino Superior Completo na área ou, a partir da 5ª fase da habilitação escolhida
	1	R\$ 1.910,95	40h	
Professor de Matemática	1	R\$ 477,74	10h	
	1	R\$ 955,48	20h	Ensino Superior Completo na área ou, a partir da 5ª fase da habilitação escolhida
	1	R\$ 1.433,21	30h	
Professor de Pedagogia Séries Iniciais do Ensino Fundamental	4	R\$ 955,48	20h	Ensino Superior Completo na área ou, a partir da 5ª fase da habilitação escolhida, ou Ensino Médio Magistério
	16	R\$ 955,48	20h	Ensino Superior Completo na área ou, a partir da 5ª fase da habilitação escolhida, ou Ensino Médio Magistério
Professor de Pedagogia Educação Infantil	5	R\$ 1.910,95	40h	
	5	R\$ 284,25	10h	
	1	R\$ 568,51	20h	Ensino Médio completo e cursos específicos na área
Professor de Música	1	R\$ 1.137,02	40h	
	1	R\$ 1.137,02	40h	
Auxiliar de professor	6	R\$ 945,87	40h	Ensino Médio Completo e estar, no mínimo, cursando Ensino Médio Magistério a partir da 4ª série ou cursando Ensino Superior na área da Educação.
	6	R\$ 945,87	40h	
<b>FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES – FME</b>				
<b>TÉCNICOS DE ATIVIDADES DESPORTIVAS</b>				
Técnico Atividades Desportivas Futsal Escolinha	CR	R\$ 1.568,45	40h	Ensino Superior Completo em Educação Física ou, a partir da 5ª fase em Educação Física.
Técnico Atividades Desportivas Futebol Escolinha	CR	R\$ 1.568,45	40h	Ensino Superior Completo com Registro no CREF ou, a partir da 5ª fase em Educação Física.
Técnico Atividades Desportivas Voleibol Escolinha	CR	R\$ 1.568,45	40h	Ensino Superior Completo com Registro no CREF ou, a partir da 5ª fase em Educação Física.
Técnico Atividades Desportivas Voleibol Treinamento	CR	R\$ 1.568,45	40h	Ensino Superior Completo com Registro no CREF ou, a partir da 5ª fase em Educação Física.
Técnico Atividades Desportivas Futebol Escolinha	CR	R\$ 1.568,45	40h	Ensino Superior Completo com Registro no CREF ou, a partir da 5ª fase em Educação Física.

Técnico Atividades Desportivas Futebol Treinamento	CR	R\$ 1.568,45	40h	Ensino superior completo ou, a partir da 5ª fase em Educação Física
Técnico Atividades Desportivas Bocha Treinamento	CR	R\$ 1.568,45	40h	Ensino Superior Completo com Registro no CREF ou, a partir da 5ª fase em Educação Física.
Técnico Atividades Desportivas Bocha Escolinha	CR	R\$ 1.568,45	40h	Ensino Superior Completo com Registro no CREF ou, a partir da 5ª fase em Educação Física.
Técnico Atividades Desportivas Haecon-Do Escolinha	CR	R\$ 1.568,45	40h	Ensino Superior Completo em Educação Física, com Registro no CREF ou, a partir da 5ª fase em Educação Física.
Técnico Atividades Desportivas Haecon-Do Treinamento	CR	R\$ 1.568,45	40h	Ensino Superior Completo com Registro no CREF ou, a partir da 5ª fase em Educação Física.
Técnico Atividades Desportivas Xadrez Escolinha	CR	R\$ 1.568,45	40h	Ensino Superior Completo em Educação Física, com Registro no CREF ou, a partir da 5ª fase em Educação Física.
Técnico Atividades Desportivas Xadrez Treinamento	CR	R\$ 1.568,45	40h	Ensino Superior Completo com Registro no CREF ou, a partir da 5ª fase em Educação Física.
Técnico Atividades Desportivas Tênis de Mesa Escolinha	CR	R\$ 1.568,45	40h	Ensino Superior Completo em Educação Física, com Registro no CREF ou, a partir da 5ª fase em Educação Física.
Técnico Atividades Desportivas Tênis de Mesa Treinamento	CR	R\$ 1.568,45	40h	Ensino Superior Completo com Registro no CREF ou, a partir da 5ª fase em Educação Física.
Técnico Atividades Desportivas Handebol Escolinha	CR	R\$ 1.568,45	40h	Ensino Superior Completo em Educação Física, com Registro no CREF ou, a partir da 5ª fase em Educação Física.
Técnico Atividades Desportivas – Handebol Treinamento	CR	R\$ 1.568,45	40h	Ensino Superior Completo em Educação Física, com Registro no CREF ou, a partir da 5ª fase em Educação Física.
Técnico Atividades Desportivas Basquetebol Escolinha	CR	R\$ 1.568,45	40h	Ensino Superior Completo com Registro no CREF ou, a partir da 5ª fase em Educação Física.
Técnico Atividades Desportivas Basquetebol Treinamento	CR	R\$ 1.568,45	40h	Ensino Superior Completo com Registro no CREF ou, a partir da 5ª fase em Educação Física.
Técnico Atividades Desportivas Judô Treinamento	CR	R\$ 1.568,45	40h	Ensino Superior Completo com Registro no CREF ou, a partir da 5ª fase em Educação Física.
Técnico Atividades Desportivas Judô Escolinha	CR	R\$ 1.568,45	40h	Ensino Superior Completo com Registro no CREF ou, a partir da 5ª fase em Educação Física.

Técnico Atividades Desportivas Karatê Treinamento	CR	R\$ 1.568,45	40h	Ensino Superior Completo com Registro no CREF ou, a partir da 5ª fase em Educação Física.
Técnico Atividades Desportivas Karatê Escolinha	CR	R\$ 1.568,45	40h	Ensino Superior Completo com Registro no CREF ou, a partir da 5ª fase em Educação Física.
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA				
CARGO	VAGAS	VENCIMENTOS	CH	HABILITAÇÃO
Operador de Máquina Pesada	CR	1.263,36	40h	Ensino Fundamental completo e CNH categoria, no mínimo "C" e tempo de serviço comprovado, na área.

\* As vagas poderão ser oferecidas com carga horária de 10, 20, 30 ou 40 horas semanais, conforme a necessidade do serviço público municipal. O valor dos vencimentos constantes deste Anexo é proporcional à carga horária de 20 horas/semanais para o cargo de Professor Nível 1 (Ensino Superior completo). Para o Professor Nível Especial 1 (Ensino Superior incompleto ou apenas com Magistério), o valor é de R\$ 726,13 para 20 horas/semanais.

\*\*O valor dos vencimentos deste anexo corresponde a uma carga horária de 40 horas semanais para o cargo de Técnico Desportivo II (Graduação completa em Educação Física). Para Técnico Desportivo I (Nível Ensino Médio), o valor é de R\$ 945,87, para uma carga horária de 40 horas/semanais; as vagas poderão ser oferecidas com carga horária de 10, 20, 30 ou 40 horas semanais, conforme a necessidade do serviço público municipal (FME).

## ANEXO II

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### COMUM A TODOS OS CARGOS DE NÍVEL ALFABETIZADO E FUNDAMENTAL

**PORTUGUÊS:** Textos: Interpretação de textos. Significado das palavras. Sinônimos e antônimos. Homônimos e parônimos. Fonética e fonologia: Identificação de vogais, semivogais e consoantes. Letras e fonemas. Identificação de encontros vocálicos e consonantais. Dígrafos. Separação de sílabas. Classificação das palavras quanto ao número de sílabas. Acentuação gráfica: princípios básicos (regras), classificação das palavras quanto à posição da sílaba tônica. Classe de palavras (classes gramaticais). Tipos de sujeito e predicado. Tipos de verbos.

**MATEMÁTICA:** Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão. Operações com frações. Frações. Expressões algébricas - Fatoração. Regra de três. Raiz quadrada. Juro simples. Razão e proporção. Produtos notáveis. Teoria dos conjuntos e unidades. Sistema métrico decimal. Potenciação e radiciação. Porcentagem. Geometria. Grandezas proporcionais. Equações e sistema de equações. Problemas

#### CONHECIMENTOS GERAIS

Aspectos históricos, geográficos e econômicos do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do município de Capinzal; Atualidades relativas ao Brasil e Mundo, ao Estado de Santa Catarina e ao município de Capinzal.

#### COMUM A TODOS OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR

**PORTUGUÊS:** Textos: Interpretação de textos. Ortografia: Uso das letras. Uso dos acentos gráficos. Pontuação: Uso dos sinais de

pontuação. Fonética e fonologia: Letras e fonemas. Identificação de vogais, semivogais e consoantes. Identificação de encontros vocálicos e consonantais. Separação de sílabas. Classificação dos vocábulos pelo número de sílabas. Classificação dos vocábulos pela posição da sílaba tônica. Morfossintaxe: Classes de palavras. Flexão do nome e do verbo. Emprego de pronomes, preposições e conjunções. Relações entre as palavras. Concordância verbal e nominal. Frase (definição, ordem direta e inversa). Oração e período. Termos da oração (sujeito e predicado, predicado verbal, nominal e verbo-nominal, verbos transitivos, intransitivos, de ligação e seus complementos, adjunto adnominal e adverbial). Classificação de orações (coordenadas e subordinadas). Vozes do verbo (ativa, passiva e reflexiva). Colocação dos pronomes oblíquos. Uso da crase. Significação das palavras. Homônimos e parônimos. Sinônimos e antônimos. Linguagem figurada. Identificação e interpretação de figuras de linguagem.

Linguagem Escrita: Vocabulário; Ortografia; Pontuação; Sílabas; Acentuação gráfica; Classes gramaticais; Conjugação de verbos usuais; Regência; Concordância, Fonética, Formação de Palavras, Linguagem Figurada, Discurso Direto e Indireto, Análise Sintática; Emprego de pronomes; Formas de tratamento; Interpretação de textos e Gramática em geral.

#### MATEMÁTICA

Números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos; Álgebra: sequências, conceitos, operações com expressões algébricas; Equações e Inequações; Relações e funções; Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano; Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura; Estatísticas: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos; Matrizes; Progressão Aritmética / Geométrica; Noções de probabilidade.

#### CONHECIMENTOS GERAIS

Aspectos históricos, geográficos e econômicos do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do município de Capinzal; Atualidades relativas ao Brasil e Mundo, ao Estado de Santa Catarina e ao município de Capinzal.

#### CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR CARGO

**ORIENTADOR SOCIAL:** Conceitos gerais: ética, redução de danos, democracia, rede social, direitos sociais, seguridade social, cidadania, Educação em saúde, Proteção Social, violência social; Noções Básicas sobre as Relações Humanas; Os conselhos de direito: da criança e do adolescente, da saúde, da educação e da assistência social; A importância da participação popular na garantia dos direitos sociais; Fundamentos éticos, legais, teóricos e metodológicos do trabalho com famílias; Dinâmica Familiar: noções básicas e a importância da família no convívio social e na proteção social da criança e do adolescente; Trabalho com grupos; A importância da rede socioassistencial, da busca ativa e trabalho em equipe; Legislação: Constituição Federal de 1988; Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS/1993; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA/1990; Lei de Diretrizes e Bases da Educação; Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004; Política Nacional do Idoso - PNI/1994; Estatuto do Idoso; Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência/ 1989; Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem: Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, pela Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008 e o decreto nº 6.629, de 4 de novembro de 2008.

**ASSISTENTE SOCIAL:** Políticas Sociais Públicas no Brasil; A evolução histórica do Serviço Social no Brasil; Construção do conhecimento na trajetória histórica da profissão; As questões teóricas metodológicas do Serviço Social: métodos, instrumentais técnicos-operativos; A pesquisa social e sua relação com a prática do Serviço Social; Serviço Social e Assistência Social: trajetória, história e debate contemporâneo; Planejamento e administração no Serviço



Social: tendências, os aspectos da prática profissional e a prática institucional; O processo de trabalho no Serviço Social; Interdisciplinaridade; Movimentos sociais; Terceiro Setor; Fundamentos Legais: Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei Orgânica da Assistência Social; Código de Ética do Assistente Social; Seguridade Social; Sistema Único de Saúde; Sistema Único de Assistência Social; Estatuto do Idoso; Lei Federal N.º 8.662/93 (Lei que regulamenta a profissão do Assistente Social).

#### MONITOR DE ATIVIDADE FÍSICA E DESPORTIVA

Concepções de ensino e aprendizagem, currículo, desenvolvimento e conhecimento; Técnicas e habilidades da área, materiais e equipamentos afins a área, conceitos gerais e história da área. Relacionamento pessoal com as autoridades municipais, com os servidores públicos e com os munícipes; Outros conhecimentos inerentes à função. Corporeidade/movimento humano; Finalidade da educação escolar; Educação física e qualidade de vida; A importância de trabalhar jogos e conhecimento de práticas desportivas na área e outros, Conhecimentos do ECA, Direitos Humanos, Lei 9394/96 – LDB. Lei Orgânica do Município.

**MONITOR DE ARTESANATO:** Conhecimento e desenvolvimento de atividades relacionadas ao artesanato em fios (bordado, tricô e crochê), tecidos (costura, pintura e macramê), reaproveitamento de material reciclável (jornal, plástico, papel, papelão). Educação Artística na formação da percepção e da sensibilidade do aluno. Pressupostos Metodológicos - Alfabetização Estética: leitura, conhecimento e trabalho artístico. Plástica: Elementos formais da expressão plástica: ponto, linha, forma, cor, volume luz, textura. Música: Elemento formal da expressão musical: som.

**MONITOR DE MÚSICA:** Conhecimentos da Prática de Ensino: processos e conteúdos do ensino e da aprendizagem; Conhecimento na escola; a organização do tempo e do espaço e a avaliação escolar; Conhecimento LDB (Lei de Diretrizes e Bases); Conhecimentos do ECA - Estatuto da criança e do Adolescente; O som: timbre, altura e duração; Ritmo, Melodia e Harmonia; Instrumentos de percussão, de sopro e de cordas; Atividades lúdicas musicais com instrumentos de percussão elaborados com sucata; Compassos binários, ternários e quaternários; Técnicas vocais para montagem de um coral com até duas vozes; Noções básicas de História da Música e dos Instrumentos; Conhecimentos dos principais compositores dos períodos clássico, barroco, romântico e moderno; A música folclórica; Principais ritmos e principais compositores brasileiros da MPB; Notação musical – figuras e valores; Classificação das vozes femininas e masculinas.

**MONITOR DE CANTO:** Notas musicais; Tom e semitom; Valores musicais positivos e negativos; Clave; Síncopa; Classificação numérica dos intervalos; Escalas maiores e sustenido; Compassos simples; Compassos compostos; Escala cromática; - Ordem dos sustenidos - Ordem dos Bemóis - Demais alterações; Tons vizinhos de Ré maior; Graus modais e tonais; Escalas com tetracóides; Acorde de 7ª; - Forte Piano - Adlibitum - Smorzando - Sforzando - Sotto - Ritornello; Vozes masculinas; Vozes femininas; Quartetos.

**MONITOR DE ARTE CÊNICA:** A História do Teatro: Teatro Grego, Teatro Romano e Teatro Brasileiro; Prática de interpretação; Prática de maquiagem, figurino e caracterização; Composição de papel; Cenário; Noções de atuação para a câmera e suas linguagens; Técnicas auxiliares de dança, canto e conceitos teóricos; Interpretação; Expressão Corporal; Expressão Vocal; Canto; Dramatização; Mímica; Brincadeiras Humorísticas; Caracterização Cênica; Exercícios de improvisação; Leitura Dramática; Maquiagem; Técnicas de teatro de animação (fantoques).

**MONITOR DE DANÇA:** Conhecimentos sobre a história da dança; Conhecimentos sobre os diferentes estilos de dança e a aplicação destes no contexto escolar; Conhecimento musical aplicado a

dança; Construção coreográfica; Características da dança na escola; Desenvolvimento de atividades de dança na escola.

**MONITOR DE RECREAÇÃO:** Conhecimentos Básicos de 1º Socorros; Noções de Recreação e jogos recreativos; Noções de Esportes e Lazer; Noções de Higiene pessoal; Aptidão e Habilidades para lidar com criança; Atividades musicais: rodas, cantos, cantigas, brinquedos cantados, danças; Noções de modelagem, pintura, teatro; Educação Infantil - conceitos e objetivos; Conteúdos referentes a crianças de zero a 6 anos; Orientações metodológicas; Creche e planejamento: organização do tempo e do espaço; Rotina Diária; A criança em seu desenvolvimento global: 0 a 6 anos; A criança enquanto cidadã e os seus direitos conquistados e garantidos; A interação creche-pré-escola: educação e cuidado; A concepção de creche: equipamento educativo; Brincar: formas privilegiada e prazerosa de aprender e desenvolver; Políticas para a educação infantil e o processo histórico; Estatuto da Criança e do Adolescente.

**MONITOR DE CULINÁRIA:** Os alimentos; Proteção dos alimentos; Cuidados pessoais no trabalho - Segurança no trabalho; Da merenda escolar; Preparação dos alimentos; O gás de cozinha; Utilização e manuseio dos eletrodomésticos; Elaboração dos pratos; Estocagem dos alimentos; Controle de estoque; Melhor aproveitamento de alimentos; Conservação e validade dos alimentos; Relacionamento interpessoal; Conservação de alimentos e manipulação de carnes; Conservação e higiene; Conceitos básicos de alimentação, nutrição, nutrientes e alimentos; Relação entre saúde e alimento; A classificação dos alimentos; Os nutrientes e sua atuação no organismo; Seleção, conservação e condições inadequadas ao consumo dos alimentos; Cuidados ao compor frutas e verduras, alimentos enlatados, grão e farinhas, massas, doces e tortas, carnes, pescado, laticínios.

**MONITOR DE INFORMÁTICA:** Arquitetura de computadores; Conhecimentos de instalação, configuração e manutenção de hardware de equipamentos do tipo IBM-PC, incluindo seus periféricos; Obtenção e instalação de drivers de dispositivos; Conhecimentos sobre configuração, uso e administração de sistemas operacionais Windows (XP e Vista) e Linux; Instalação e organização de programas: direitos e licenças de programas; Manutenção de arquivos; Programas antivírus; Políticas de backup; Conhecimentos sobre o pacote Microsoft Office versão 2003: Word, Excel, Power Point e Access; Conhecimentos gerais sobre bancos de dados relacionais e linguagens SQL e PL/SQL; Conhecimentos sobre redes de computadores, equipamentos e dispositivos de rede; Internet: conceitos de sites, navegação, correio eletrônico e protocolos.

**MONITOR DE ARTES / MONITOR DE PINTURA EM TELA, TECIDO E EMBORRACHADO / MONITOR DE TRICÔ E CROCHÊ:** Conceito de Artesanato no Brasil; Técnicas da pintura em tecido, madeira e outros; Artesanato em madeira, materiais e ferramentas; Colagem; Materiais sustentáveis e reaproveitamento; Técnicas com fios (tear e outros; Pintura; Desenho; Colagem; Rabiscação; Dobras livres; Fases do recorte: Rasgar; Guache; Pintura a dedo; Posições: dentro e fora; Colagem de papéis rasgados de folhas de revistas; Colagem de tiras de diversas texturas de papéis.

**MONITOR DE ARTES MARCIAIS:** Monitor de Artes Marciais: Tipos de artes marciais, artes marciais no Brasil, campeões de artes marciais no Brasil, disciplina, equilíbrio, defesa pessoal; Destaques desportivos no Brasil e no mundo; História da capoeira no Brasil. Defesa, ataque; Artes marciais e formação da personalidade.

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** A produção histórica do conhecimento de que trata a educação física; concepções de aprendizagem, currículo, desenvolvimento e conhecimento; Corporeidade/movimento humano; Finalidade da educação escolar; Educação física e qualidade de vida; Educação, trabalho, saúde e

lazer; Educação física na perspectiva interdisciplinar; Conteúdos e metodologias; Dança, música, avaliação; LDB E PCN de educação física.

**PROFESSOR DE GEOGRAFIA:** Conhecimentos Específicos para a área de atuação: Concepções de Geografia; A importância da ciência de Geografia; Objetos e objetivos da ciência geográfica. Conceitos de lugar, espaço, paisagem, região e território; Correntes geográficas; O espaço geográfico; Organização sócio-espacial do mundo, do Brasil e de Santa Catarina; LDB, PCN de geografia.

**PROFESSOR DE INFORMÁTICA:** Conhecimentos Específicos: Conceitos gerais da área. Sistemas Operacionais; Windows XP/Vista/Seven; Noções de Hardware. Instalação e Desinstalação de componentes e programas; Noções de Redes e Protocolos; Cuidados com equipamentos e programas; Limpeza do ambiente de trabalho; Segurança de dados: Backup, Antivírus, Office 2003 e 2007, Internet e Correio Eletrônico. Noções básicas de MS-DOS.

**PROFESSOR DE HISTÓRIA:** Conhecimentos Específicos para a área de atuação: História Geral: Antiguidade clássica - o mundo greco-romano; O mundo Medieval; A modernidade Européia: transição do feudalismo para o capitalismo; A formação do Mundo Contemporâneo; O período entre guerras; A Segunda Guerra Mundial (1939/1945); O Mundo após a Segunda Guerra Mundial; O Terceiro Mundo; História do Brasil: A ocupação inicial do território brasileiro e a questão indígena; Principais características da Colonização Portuguesa no Brasil; A Corte Portuguesa no Brasil; O Império Brasileiro; A República Velha; A Era Vargas; A República contemporânea: do populismo ao militarismo; A Nova República; LDB, PCN de história.

**PROFESSOR DE ARTES:** Conhecimentos Específicos para a área de atuação: História do Ensino da Arte no Brasil; Pressupostos Filosóficos Metodológicos do Ensino da Arte; Leitura, Produção, Contextualização; Artes Visuais; História da Arte; A ação pedagógica das atividades artísticas; Conhecimento, Sensibilidade e Cultura; Imaginação e Linguagem; Intuição e Inspiração; Experimentação e Expressão nas diferentes Linguagens; Materialização Artística – Relação Forma e Configurações Expressivas; LDB, parâmetros curriculares nacionais e PCN de arte.

**PROFESSOR DE LETRAS (LÍNGUA PORTUGUESA):** Conhecimentos Específicos para a área de atuação: V Concepção de Linguagem: Linguagem como Expressão do Pensamento; Linguagem como Meio de Comunicação; Linguagem como Processo de Interação; Implicações na Prática Pedagógica; Linguagem como Processo de Interação: Dialogismo, Enunciado/Enunciação; Alternância dos Sujeitos, dos Locutores; Epilingüismo – Metalingüismo; Texto/Discurso/Condições de Produção; Autoria; Gêneros do Discurso; Fenômenos Constitutivos da Linguagem; Prática de Análise Lingüística; Literatura; LDB, PCN de língua portuguesa.

**PROFESSOR DE LETRAS (LÍNGUA INGLESA):** Conhecimentos Específicos para a área de atuação: Linguagem como Processo de Interação: Dialogismo, Polifonia e Heterogeneidade, Polissemia e Duplo Sentido, Intertextualidade e Incompletude; Gênero do Discurso, Texto/Discurso/Condições de Produção; Concepções de Linguagem; O uso da Língua Estrangeira na Escola; Concepção de Conteúdos; Metodologia do Ensino da Língua Estrangeira; O Ensino de Língua para a Comunicação; Dimensões Comunicativas no Ensino de Inglês; Construção da Leitura e da Escrita da Língua Estrangeira; A linguagem Oral do Inglês; Aspectos Gramaticais da Língua Inglesa; LDB, PCN de língua inglesa.

**PROFESSOR DE CIÊNCIAS:** Conhecimentos Específicos para a área de atuação: Matérias encontradas no ambiente; propriedades físicas e químicas; Substâncias fundamentais nas teorias atômicas – moleculares; Transformações químicas e físicas dos materiais;

Organização dos materiais na terra e suas transformações; Energia no ambiente; Equilíbrio e movimento dos corpos; Organização, evolução e hipóteses sobre a origem do universo; Transformações terrestres; Características funcionais dos seres vivos; Ecossistemas; Controle ambiental; LDB, PCN de ciências, avaliação de planejamento de ensino, interdisciplinaridade no trabalho pedagógico.

**PROFESSOR DE MATEMÁTICA:** Conhecimentos Específicos para a área de atuação: A importância da Educação Matemática; A Educação Matemática: pressupostos teóricos-metodológicos; A produção histórico-cultural do conhecimento da matemática: progressões, funções, logaritmos, polinômios, sistemas lineares, binômios de Newton, análise combinatória, estatísticas e probabilidades, geometria analítica e números complexos; LDB, PCN de matemática.

**PROFESSOR DE PEDAGOGIA - SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL:** Conhecimentos Específicos para a área de atuação: Conteúdos de Ensino Fundamental da 1ª a 4ª série, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais: Português, Matemática, História, Geografia e Temas Transversais. Planejamento do Ensino, Interdisciplinaridade no Trabalho Pedagógico. Avaliação de Ensino. A relação Ensino – Aprendizagem numa Visão Construtivista Sócio – Interacionista e LDB.

**PROFESSOR DE PEDAGOGIA - EDUCAÇÃO INFANTIL:** Conhecimentos Específicos para a área de atuação: Políticas Públicas para a Educação Infantil; Organização do trabalho pedagógico da Educação Infantil; Projetos pedagógicos para o trabalho em Educação Infantil; Registros, planejamento e avaliações na Educação Infantil; Pressupostos teóricos e metodológicos da Educação Infantil; Educação, cultura e infância; Formação do professor de Educação Infantil; Teorias Educacionais que fundamentam a Educação Infantil; LDB, PCN de educação infantil.

**PROFESSOR DE MÚSICA:** Conhecimentos Específicos: História da música, Partituras, Notas e Compassos, técnicas básicas de canto, prática de canto individual e canto, formação e preparação de um coro, leitura musical em conjunto, afinação e percepção rítmica, conhecimento sobre obras eruditas, folclóricas e populares, nacionais e internacionais em diferentes períodos da música. Tipos de Instrumentos e funcionalidades. Comunicações e seus componentes.

**AUXILIAR DE PROFESSOR:** Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96; PCN de Língua Portuguesa e Matemática; RCNEI (Vol.I,II e III); Educação Infantil; Educação Infantil na perspectiva histórica; O papel social da educação infantil; Educar e Cuidar; Planejamento e desenvolvimento infantil; Aprendizagem; Tecnologia Educacional; Política nacional de educação: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação; Pedagogia da infância.

**TÉCNICO EM ATIVIDADES DESPORTIVAS TODAS AS MODALIDADES – ESCOLINHA:** Conhecimentos Específicos: A produção histórica do conhecimento de que trata a educação física; concepções de aprendizagem, currículo, desenvolvimento e conhecimento; Corporeidade/movimento humano; Finalidade da educação escolar; Educação física e qualidade de vida; LDB e PCN de educação física Regras; Regulamentos; Competições; Sistemas Ofensivos; Sistemas Defensivos. Noções básicas de Informática.

**TÉCNICO EM ATIVIDADES DESPORTIVAS TODAS AS MODALIDADES – TREINAMENTO:** Conhecimentos Específicos: A produção histórica do conhecimento de que trata a educação física; concepções de aprendizagem, currículo, desenvolvimento e conhecimento; Corporeidade/movimento humano; Finalidade da educação



escolar; Educação física e qualidade de vida; LDB e PCN de educação física Regras; Regulamentos; Competições; Sistemas Ofensivos; Sistemas Defensivos. Noções básicas de Informática.

### ANEXO III

#### PROVA PRÁTICA

**MOTORISTA:** Tarefa a ser executada: manuseio de Máquina/Equipamento: Dirigir Ônibus Escolar e/ou Caminhão Truck.

##### Critérios de avaliação:

I – Verificação do equipamento (pneus, água, óleo, bateria).

Ótimo - 2,0 pontos  
Bom - 1,5 pontos  
Regular - 1,0 ponto  
Ruim - 0,5 pontos  
Péssimo - 0,0 ponto

II – Habilidades ao operar o veículo.

Ótimo - 2,0 pontos  
Bom - 1,5 pontos  
Regular - 1,0 ponto  
Ruim - 0,5 pontos  
Péssimo - 0,0 ponto

III – Segurança.

Ótimo - 2,0 pontos  
Bom - 1,5 pontos  
Regular - 1,0 ponto  
Ruim - 0,5 pontos  
Péssimo - 0,0 ponto

IV – Produtividade.

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos  
Regular - 1,0 ponto  
Ruim - 0,5 pontos  
Péssimo - 0,0 ponto

V – Técnica/Aptidão/Eficiência.

Ótimo - 2,0 pontos  
Bom - 1,5 pontos  
Regular - 1,0 ponto  
Ruim - 0,5 pontos  
Péssimo - 0,0 ponto

**OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS:** Tarefa a ser executada: manuseio de Máquina/Equipamento: MOTONIVELADORA

##### Critérios de avaliação:

I – Verificação do equipamento (pneus, água, óleo, bateria).

Ótimo - 2,0 pontos  
Bom - 1,5 pontos  
Regular - 1,0 ponto  
Ruim - 0,5 pontos  
Péssimo - 0,0 ponto

II – Habilidades ao operar o equipamento.

Ótimo - 2,0 pontos  
Bom - 1,5 pontos  
Regular - 1,0 ponto  
Ruim - 0,5 pontos  
Péssimo - 0,0 ponto

III – Aproveitamento do Equipamento.

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos  
Regular - 1,0 ponto  
Ruim - 0,5 pontos  
Péssimo - 0,0 ponto

IV – Produtividade.

Ótimo - 2,0 pontos  
Bom - 1,5 pontos  
Regular - 1,0 ponto  
Ruim - 0,5 pontos  
Péssimo - 0,0 ponto

V – Técnica/Aptidão/Eficiência.

Ótimo - 2,0 pontos  
Bom - 1,5 pontos  
Regular - 1,0 ponto  
Ruim - 0,5 pontos  
Péssimo - 0,0 ponto

##### Observações:

1. Os candidatos deverão comparecer ao local designado para a Prova Prática munidos de Carteira Nacional de Habilitação na categoria exigida para o cargo, sob pena de eliminação do Concurso Público.

3. O candidato considerado NÃO APTO na prova de prática será desclassificado do Concurso.

#### MONITOR DE INFORMÁTICA:

será avaliada:

Número de erros (ERROS) cometidos na transcrição do texto.  
Serão computados como ERROS qualquer omissão ou excesso de letras, sinais e acentos;  
Letras, sinais e acentos errados;  
Falta de espaço entre palavras;  
Duplicação de letras;  
Espaço a mais entre as palavras ou letras;  
Falta ou uso indevido de maiúsculas; parágrafos desiguais;  
Falta de parágrafos; colocação de parágrafo onde não existe.

Os candidatos devem atingir no mínimo 20% de acertos para não ser eliminado do Concurso.

#### PROFESSOR DE INFORMÁTICA:

será avaliada:

Número de erros (ERROS) cometidos na transcrição do texto.  
Serão computados como ERROS qualquer omissão ou excesso de letras, sinais e acentos;  
Letras, sinais e acentos errados;  
Falta de espaço entre palavras;  
Duplicação de letras;  
Espaço a mais entre as palavras ou letras;  
Falta ou uso indevido de maiúsculas; parágrafos desiguais;  
Falta de parágrafos; colocação de parágrafo onde não existe.

Os candidatos devem atingir no mínimo 20% de acertos para não ser eliminado do Concurso.

##### Observações:

1. Os candidatos deverão comparecer ao local designado para a Prova Prática munidos de documento oficial original com foto.

3. O candidato considerado NÃO APTO na prova de prática será desclassificado do Concurso.

#### ANEXO IV

#### CRONOGRAMA PREVISTO CAPINZAL

Publicação Edital de abertura	17/12/2013
Período de Inscrição	17/12 a 09/01/14
Prazo pagamento	17/12 a 09/01/14
Lista Deferimento Inscrições	13/01/14
Prazo Recursos Inscrições	14/01/14
Divulgação ensalamento e Inscritos pós recursos	16/01/14
Aplicação da Prova Objetiva	19/01/14
Divulgação Gabarito preliminar	20/01/14
Prazo recursos contra Gabarito	21/01/14
Resultado Final	28/01/14
Prazo Recursos Resultado Final	29/01/14
Convocação Prova Prática	16/01/14
Aplicação Prova Prática	18/01/14
Resultado Prova Prática	28/01/14
Recursos Prova prática	29/01/14
Envio dos títulos (durante período de inscrição)	17/12 a 09/01/14
Resultado títulos	28/01/14
Recursos nota dos títulos	29/01/14
Classificação Final	28/01/14
Recursos contra classificação	29/01/14
Homologação Resultado	31/01/14

## ANEXO V

### DAS ATRIBUIÇÕES A TODOS OS CARGOS

São atribuições funcionais obrigatórias a todos os cargos: ser responsável, assíduo, flexível e comprometer-se com a proposta da instituição que escolheu; cumprir o horário estipulado pelo responsável pelo estabelecimento; comunicar com antecedência às faltas que porventura esteja sujeito; avisar a instituição com antecedência se precisar se ausentar do serviço e apresentar atestado médico no prazo de 24 horas; zelar pela conservação dos equipamentos e materiais da instituição primando pela economia; respeitar a hierarquia da repartição; zelar pelo nome do estabelecimento dentro e fora dele; comunicar ao chefe imediato qualquer ocorrência considerada anormal (psicológica, moral e física); manter um bom clima de trabalho e colaboração com toda a equipe tratando a todos com respeito; apresentar-se utilizando vestimenta adequada à sua função e quando for o caso utilizar uniforme solicitado; participar e auxiliar na realização de atividades, promoções e festividades previstas e organizadas pelo respectivo setor e também o que estiver previsto em calendário e/ou estatuto dos Servidores Públicos; não fazer uso de celulares para tratar de questões pessoais em horário de trabalho.

### AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

Contribuir com a ordem e a limpeza das repartições públicas, no que se refere tanto à área interna quanto externa, através da limpeza e conservação dos mesmos, mantendo as condições de asseio e higiene requeridas, assim como realizar a limpeza de materiais, equipamentos, brinquedos, entre outros. Manter fora do alcance de crianças produtos químicos e utensílios que coloquem em risco a vida das mesmas quando atuando em escolas e/ou creches. Zelar pelo cumprimento das normas internas estabelecidas, informando ao superior imediato, os problemas gerais ocorridos, bem como utilizando vestimentas e equipamentos adequados ao serviço e ao local de trabalho. Preparar e servir café, contribuindo com o bem-estar dos indivíduos. Garantir a continuidade do processo de higienização e manutenção do ambiente e instalações, através do pedido, recepção, conferência, controle e distribuição do material de consumo, limpeza e outros, bem como através do seu correto uso e conservação. Tarefas operacionais que requerem o conhecimento prático do trabalho voltados a uma rotina e predominância do esforço físico. Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do município e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de

trabalho limpo e harmonizado. Utilizar os EPIs – Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo município, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde; Zelar pelo cumprimento das normas internas estabelecidas, informando ao superior imediato, os problemas gerais ocorridos, bem como utilizando vestimentas e equipamentos adequados ao serviço e ao local de trabalho. Realizar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e solicitação do superior imediato.

### MOTORISTA

Dirigir veículos, zelando pela segurança de passageiros, valores e/ou cargas, conduzindo-os até local de destino, respeitando as regras de trânsito, bem como adotando medidas cabíveis na solução e prevenção de qualquer incidente. Auxiliar no embarque e/ou desembarque de passageiros, manuseando instrumentos e equipamentos, quando necessário, bem como abastecer o veículo com mercadorias e/ou outros materiais. Vistoriar o veículo e realizar pequenos reparos, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, de água e óleo, testando o freio, a parte elétrica, detectando problemas mecânicos, identificando sinais sonoros, luminosos ou visuais, checando indicações dos instrumentos do painel, solicitando manutenção quando necessário, entre outros, visando contribuir na conservação e segurança do veículo. Evitar acidentes, controlando e auxiliando na carga e descarga de mercadorias, orientando o seu acondicionamento no veículo, bem como garantir a correta entrega de mercadorias, verificando a localização dos depósitos e estabelecimentos onde se processarão carga e descarga e conferindo as mesmas com documentos de recebimento ou entrega. Prestar socorro mecânico e/ou guinchar veículos, quando necessário, bem como operar comandos e/ou mecanismos do veículo, possibilitando a execução da tarefa necessária. Preencher diariamente o mapa de controle individual de veículos, entregando-o no prazo solicitado pela sua chefia imediata. Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município. Obedecer, na íntegra, a legislação de trânsito vigente. Zelar pelos equipamentos e materiais sob sua guarda. Estar comprometido com o zelo e bem-estar de seu ambiente de trabalho, inclusive em eventuais períodos de ociosidade. Realizar outras atribuições compatíveis com as acima descritas, conforme demanda e a critério de seu superior imediato.

### PEDREIRO

Efetuar a locação de pequenas obras; fazer muros de arrimo, trabalhar com instrumentos de nivelamento e prumo; auxiliar na confecção e reparação de bueiros e pisos de cimento; realizar ou orientar a preparação de argamassa para junções de tijolos ou para reboco de paredes; assentar marcos de portas e janelas; colocar telhas, azulejos e ladrilhos; fazer consertos em obras de alvenaria; instalar aparelhos sanitários; assentar e recolocar tijolos, telhas, tacos, lambris e outros; trabalhar com qualquer tipo de massa a base de cal, cimento e outros materiais de construção; operar com instrumentos de controle de medidas, pelo prumo e nível, cortar pedras; orientar e examinar serviços executados pelos ajudantes e outros auxiliares sob sua direção; organizar pedidos de material, executar tarefas afins. Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do município e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado. Utilizar os EPIs – Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo município, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde; Zelar pelo cumprimento das normas internas estabelecidas, informando ao superior imediato, os problemas gerais ocorridos, bem como utilizando vestimentas e equipamentos

adequados ao serviço e ao local de trabalho. Conduzir veículos. Realizar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e solicitação do superior imediato.

#### **CARPINTEIRO**

Planejar trabalhos de carpintaria e preparar canteiro de obras; executar serviços de carpintaria em geral, tais como aplainagem de madeira bruta, bitolamento de tábuas, sarrafos e ripas, montagem e nivelamento de formas de concreto, confecção de estrados de madeira, construção de armação em madeira para telhados e parede.

Construir andaimes e proteção de madeira; montar portas e esquadrias; finalizar serviços tais como desmonte de andaimes, limpeza e lubrificação de materiais reutilizáveis; seleção, limpeza e armazenamento de peças e equipamentos; outras atividades afins. Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do município e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado. Utilizar os EPIs – Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo município, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde; Zelar pelo cumprimento das normas internas estabelecidas, informando ao superior imediato, os problemas gerais ocorridos, bem como utilizando vestimentas e equipamentos adequados ao serviço e ao local de trabalho. Conduzir veículos. Realizar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e solicitação do superior imediato.

#### **ORIENTADOR SOCIAL**

Realizar planejamento juntamente com a equipe de referência do CRAS de todas as ações a serem desenvolvidas pelos programas sociais do Município. Mediar e facilitar o processo de socialização do jovem e a integração dos coletivos sob sua responsabilidade. Desenvolver conteúdos e atividades que lhe são atribuídos no Traçado Metodológico do Projovem Adolescente, conforme orientações de referência do Ministério de Desenvolvimento Social. Participar de atividades com as famílias dos jovens, bem como auxiliar em seu acompanhamento. Atuar como interlocutor junto às escolas, na troca de informações, encarregando-se da articulação interinstitucional do PROJovem ADOLESCENTE. Participar de atividades de capacitação continuada do CRAS/CREAS. Realizar outras atribuições compatíveis com as acima descritas, conforme demanda e a critério de seu superior imediato. Conduzir veículos.

#### **ASSISTENTE SOCIAL**

Coordenar e executar programas, projetos e serviços sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com a Lei Orgânica da Assistência Social, Política Nacional de Assistência Social – PNAS e Sistema Único de Assistência Social – SUAS, SUS e Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como a Legislação Municipal visando auxiliar na promoção da melhoria da qualidade de vida da população

Elaborar e/ou executar os programas e projetos de geração de renda, bem como orientar os usuários quanto a importância da qualificação e reinserção ao mundo do trabalho.

Proporcionar através da intervenção profissional, junto aos usuários e suas famílias a discussão do projeto de vida destes, visando a busca de alternativas que venham construir a autonomia dos mesmos.

Buscar pela solução de problemas identificados pelo estudo da realidade social, desenvolvendo ações educativas e sócios educativas nas unidades de saúde, educação e assistência social, bem como elaborar pareceres, perícias, relatórios e registros das atividades desenvolvidas.

Assessorar, monitorar e avaliar projetos, programas, serviços e benefícios sócio-assistenciais, bem como da rede prestadora de serviços, projetos e programas sócio-assistenciais inscritas,

registradas, conveniadas ou parceiras.

Colaborar com a efetividade da aplicação dos direitos dos cidadãos e das políticas sociais, por meio da promoção social junto a entidades da comunidade e Conselhos Municipais, através de reuniões – ordinárias e/ou extraordinárias, comissões, orientações, campanhas, palestras, levantamento sócio-familiar, visitas domiciliares e outros.

Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando, discutindo, trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município.

Articular informações, juntamente com profissionais de outras áreas, a fim de levantar subsídios para a elaboração de diretrizes, atos e programas de ação social referentes a diversos segmentos de atuação, sejam eles econômicos, profissionais, de orientação, reabilitação, acidentados e outros.

Implementar e alimentar os sistemas de informação das políticas públicas.

Contribuir na elaboração orçamentária do repasse de recursos dos Fundos Municipais, Nacionais e Filantrópicos para entidades cadastradas nos programas de políticas sociais, bem como, prestando orientação técnica e operacional quanto à elaboração e execução de serviços, programas e projetos no âmbito das políticas públicas.

Atender a população em casos de emergência e calamidade, in loco ou em abrigos, auxiliando na elaboração de planos de assistência a defesa civil.

Possibilitar ao Ministério Público e ao Poder Judiciário o entendimento global das aplicações e execuções de programas, projetos e serviços, por meio de elaboração de relatórios e pareceres sociais. Fazer visitas domiciliares aos servidores afastados, quando necessário, emitindo parecer, bem como elaborar relatório social nos processos de doença em pessoa da família.

Atender periodicamente e apresentar parecer social dos servidores em gozo do auxílio doença.

Atender o servidor readaptado/reabilitado pelos médicos peritos, encaminhando relatório ao Diretor Presidente do Instituto para providências.

Participar na melhoria e aperfeiçoamento das equipes profissionais e multiprofissionais, subsidiando decisões e ações, bem como do planejamento e avaliação das mesmas.

Colaborar com a formação e/ou aprimoramento de outros profissionais, orientando estágios e participando de programas de treinamento em serviço.

Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação.

Ministrar treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação.

Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, emitindo pareceres e/ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município. Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

#### **MONITOR TODAS HABILITAÇÕES**

Transmitir conhecimentos e desenvolver atividades de acordo com a função ou área de atuação dos programas sociais. Ser capaz de trabalhar coletivamente, planejar, orientar, controlar e supervisionar a realização das atividades de acordo com a função ou área de atuação nos programas sociais. Desenvolver um trabalho de



caráter sócio-educativo, respeitando a individualidade, promovendo a auto regulação e desenvolvendo habilidades com vistas para o equilíbrio emocional, a valorização pessoal e a sustentabilidade econômica familiar. Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do município e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado. Utilizar os EPIs – Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo município, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde. Zelar pelo cumprimento das normas internas estabelecidas, informando ao superior imediato, os problemas gerais ocorridos, bem como utilizando vestimentas e equipamentos adequados ao serviço e ao local de trabalho.

Zelar pelos equipamentos e materiais sob sua guarda. Realizar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e solicitação do superior imediato.

#### PROFESSOR TODAS AS HABILITAÇÕES

Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola; elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; zelar pela aprendizagem dos alunos; estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento conforme PPP; ministrar os dias letivos e as horas-aula estabelecidos; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; colaborar com as atividades de articulação com as famílias e a comunidade; incumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atendimento dos fins educacionais da escola e do processo de ensino-aprendizagem. Participar de todas as atividades previstas em calendário, encontros de estudos e conselhos de classe, mesmo que não estejam em seu horário de trabalho, atender ao chamado da escola sempre que necessário para cumprir com atividades inerentes à função.

#### AUXILIAR DE PROFESSOR

Cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; manter junto às crianças e ao grupo uma disciplina participativa; comparecer à reuniões de pais, palestras, encontro de estudos, nas atividades de caráter cívico, cultural, recreativo e outros para os quais forem convocados em horários diferentes de seu trabalho e datas previstas em calendário escolar próprio da instituição e da Secretaria da Educação. Estar disponível para atender o chamado da coordenação para prestar serviços emergenciais; auxiliar o professor na realização de todas as atividades que envolvam a criança desde a higiene, alimentação e orientação pedagógica com carinho, afetividade e bom humor, transmitindo segurança. Desenvolver trabalho sob a orientação da equipe gestora da escola. Ao término do seu turno deixar a sala organizada e limpa; não trazer para o local de trabalho materiais alheios àqueles necessários para o desenvolvimento do seu trabalho; participar e se envolver no planejamento das aulas e na elaboração dos projetos e materiais didáticos com as crianças. Não utilizar aparelho celular no horário de trabalho; manter os pertences da criança sempre organizados em sua sacola para serem encaminhados para casa; colaborar com o professor no registro da rotina da criança nas agendas escolares; receber e entregar as crianças aos pais sempre que necessário; manter a coordenação/direção informada sobre tudo que considerar anormal a rotina da criança na sua saúde física e emocional. Auxiliar e participar da elaboração e execução da proposta pedagógica das instituições atendendo os anseios da comunidade em geral. Realizar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e solicitação do superior imediato.

#### TÉCNICO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS TODAS AS MODALIDADES – FME

Desenvolver atividades desportivas, disciplina esportiva, recreação esportiva e eventos esportivos; desenvolver e elaborar projetos

esportivos e outras tarefas correlatas ao seu cargo. Zelar pelo cumprimento das normas internas estabelecidas, informando ao superior imediato, os problemas gerais ocorridos, bem como utilizando vestimentas e equipamentos adequados ao serviço e ao local de trabalho. Zelar pelos equipamentos e materiais sob sua guarda. Realizar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e solicitação do superior imediato.

#### OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS

Operar máquina, conduzindo-a e controlando painel de comandos e instrumentos, manobrando-a, dirigindo-a, posicionando o mecanismo da mesma segundo as necessidades do trabalho, com o intuito de viabilizar o mesmo.

Zelar pelas boas condições da máquina, vistoriando-a e realizando pequenos reparos, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, de água e óleo, testando o freio, a parte elétrica, detectando problemas mecânicos, identificando sinais sonoros, luminosos ou visuais, checando indicações dos instrumentos do painel, lubrificando-a, solicitando manutenção quando necessário, entre outros, visando contribuir na conservação e segurança da máquina.

Zelar pelas condições de segurança dos demais e de si mesmo e evitar acidentes, atentando para normas e procedimentos preestabelecidos, bem como utilizando equipamentos de proteção e/ou segurança quando necessário.

Prestar socorro e/ou remover veículos, quando necessário, operando comandos e/ou mecanismos da máquina, possibilitando a execução da tarefa necessária.

Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do município e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado. Utilizar os EPIs – Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo município, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde; Zelar pelo cumprimento das normas internas estabelecidas, informando ao superior imediato, os problemas gerais ocorridos, bem como utilizando vestimentas e equipamentos adequados ao serviço e ao local de trabalho

Realizar outras atribuições compatíveis com as acima descritas, conforme demanda e a critério de seu superior imediato.

#### ANEXO VI

#### FORMULÁRIO DE RECURSOS

À

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO VALE DO BANDEIRANTES

PREFEITURA DO MUNICÍPIO CAPINZAL - SC

NOME DO CANDIDATO: \_\_\_\_\_

CARGO: \_\_\_\_\_

TIPO DE RECURSO - (Assinale o tipo de Recurso)

<input type="checkbox"/>	CONTRA INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO	Ref. Prova objetiva
<input type="checkbox"/>	CONTRA GABARITO PRELIMINAR	Nº da questão:
<input type="checkbox"/>	CONTRA RESULTADO PROVA OBJETIVA	Gabarito Preliminar/Oficial:
<input type="checkbox"/>	CONTRA RESULTADO PROVA DE TÍTULOS	Resposta Candidato:
<input type="checkbox"/>	CONTRA RESULTADO PROVA PRÁTICA	

Justificativa do candidato - Razões do Recurso

Reproduzir a quantidade necessária. Preencher em letra de forma ou digitar e entregar este formulário em 02 (duas) vias, uma via será devolvida como protocolo.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do candidato

### Editais

EDITAL Nº 037, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.

Abre inscrições e estabelece normas para o Processo Seletivo destinado a prover vagas temporárias de excepcional interesse público.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo por base a Lei nº 2.178, de 23 de setembro de 1999, Lei nº 3.024 de 30 de maio de 2012, e considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito da administração direta e indireta do Município de Capinzal, estabelece normas para a realização de Processo Seletivo de Provas Objetivas, que reger-se-á pelas normas fixadas neste Edital e disposições da legislação vigente.

### I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo originado por este Edital será realizado sob a responsabilidade de empresa Sociedade de Desenvolvimento do Vale do Bandeirantes – Noroeste Concursos.

1.2. O Processo Seletivo destina-se ao provimento temporário das vagas constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital e para cadastro de reserva, durante o ano de 2014.

### II – DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições serão realizadas no período de 17 de dezembro de 2013 a 9 de janeiro de 2014, de forma presencial, no Centro Administrativo Municipal Prefeito Sílvio Santos, sito à rua Carmelo Zocolli, 155, Térreo, na cidade de Capinzal, de acordo com o cronograma constante do Anexo III deste Edital.

2.2. A inscrição neste Processo Seletivo implicará, desde logo, no conhecimento e na aceitação, pelo candidato, das condições estabelecidas neste Edital.

2.3. Cada candidato poderá inscrever-se para apenas um dos cargos constantes neste Edital. A descrição das atribuições de cada cargo encontra-se no Anexo II do Edital.

2.4. A inscrição somente será efetuada mediante o preenchimento de requerimento padronizado fornecido pelo Município, pelo próprio candidato, ou por procurador devidamente habilitado, através de procuração pública, com poderes específicos para representá-lo, ocasião na qual o candidato, sob as penas da lei, declarará:

2.4.1. Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses com reconhecimento do gozo de direitos políticos, nos termos do § 1º do art. 12 da Constituição Federal;

2.4.2. Ter escolaridade e habilitação de acordo com os requisitos exigidos para o cargo/função, conforme Edital;

2.4.3. Estar quite com as obrigações resultantes da legislação

eleitoral e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;

2.4.4. Ser portador de CPF válido;

2.4.5. Gozar de boa saúde;

2.4.6. Não ter sofrido, quando no exercício de cargo, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado, no ato da contratação, por meio da assinatura de regular termo de declaração;

2.4.7. Não ter antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;

2.4.8. Ter conhecimento das exigências contidas neste Edital, das atribuições ao cargo que postula e nas instruções específicas contidas nos comunicados e em outros avisos pertinentes ao presente Processo Seletivo;

2.4.9. Ter idade mínima de dezoito (18) anos.

2.5. Será cobrada taxa de inscrição no valor de R\$ 40,00 para os cargos de Nível Superior e no valor de R\$ 20,00 para os demais cargos.

2.6. O candidato deverá efetuar o recolhimento da importância relativa à taxa de inscrição diretamente na conta-corrente nº 181-2, agência nº 1071-5, operação 006, exclusivamente nas agências da Caixa Econômica Federal ou na rede de lotéricas e correspondentes "Caixa Aqui" em nome da Prefeitura Municipal de Capinzal, sendo expressamente vedado o recolhimento na modalidade "entrega de envelopes" através dos caixas eletrônicos de autoatendimento.

2.7. Será considerada cancelada a inscrição do candidato que efetuar o pagamento da taxa de inscrição com cheque sem cobertura ou que cometer outra irregularidade que impossibilite o desconto do respectivo cheque ou que fizer agendamento de pagamento sem a devida provisão de fundos.

2.8. O candidato que comprovar residência no município de Capinzal e sua condição de desempregado, terá isenção da taxa de inscrição nos termos da Lei municipal nº 2.719, de 04 de outubro de 2006.

2.8.1. Para comprovar a condição de desempregado, o candidato deverá apresentar a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou certidão da Previdência Social.

2.8.2. Para comprovar residência no município de Capinzal, o candidato deverá apresentar comprovante de residência em seu nome ou declaração equivalente, firmada pelo próprio candidato, assegurando a veracidade da declaração.

2.9. Caso seja aprovado e contratado, o candidato terá descontado o valor equivalente à taxa de inscrição em duas parcelas mensais, iguais e sucessivas de seus vencimentos, nos termos da Lei municipal nº 2.719, de 04 de outubro de 2006.

2.10. Os documentos relativos à comprovação de escolaridade, formação, habilitação e requisitos mínimos exigidos para o exercício do cargo/função descrito no edital, deverão ser apresentados e comprovados quando da convocação para contratação do candidato.

2.11. O candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não satisfizer a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada a qualquer tempo e, em consequência,



serão anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.12. A inscrição não poderá ser feita pelo correio, e-mail, meio eletrônico ou por meio de fac-símile e não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido no item 2.1 deste edital.

2.13. Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração da identificação do candidato inscrito.

2.14. Verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente.

2.15. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição somente será devolvido em caso de cancelamento do Processo Seletivo por conveniência da Administração Pública.

2.16. A adulteração de qualquer elemento constante da Cédula de Identidade ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado, verificada a qualquer tempo, eliminará o candidato do processo seletivo.

2.17. A fidedignidade das informações contidas no Requerimento de Inscrição, que estará disponível no local das inscrições, é de inteira responsabilidade do candidato ou de seu representante legal;

2.20. O candidato que comprovar sua condição de doador de sangue nos termos da Lei municipal nº 2.992, de 14 de dezembro de 2011, terá isenção da taxa de inscrição.

2.20.1 O candidato deverá apresentar comprovante de doação de sangue da unidade de coleta de sangue discriminando data e local das 03 (três) doações de sangue nos últimos 12 (doze) meses.

### III – DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. Ao candidato portador de necessidade especial é assegurado o direito de se inscrever neste Processo Seletivo, devendo assinalar sua condição especial no item específico do requerimento de inscrição.

3.2. Será reservada vaga para o candidato portador de necessidade especial para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que seja portador, na proporção de um para cada vinte candidatos, equivalente a cinco por cento (5%) das vagas a serem ofertadas, conforme art. 37, VIII, da Constituição Federal, Decreto federal nº 3.298, de 1999 e suas alterações, Decreto federal nº 5.296, de 2004 e suas alterações, Lei estadual nº 12.870, de 2004 e Lei federal nº 7.853, de 1989.

3.3. A publicação do resultado final do presente certame será feita em duas listas, contendo, a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de necessidades especiais e a segunda, somente a pontuação destes.

3.4. Não havendo candidatos aprovados e classificados para as vagas reservadas para pessoa com deficiência, as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos classificados neste Processo Seletivo.

3.5. Será considerada pessoa com deficiência aquela conceituada na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e que se enquadre nas categorias descritas nos Decretos federais nº 3.298/1999 e suas alterações, nº 5.296/2004 e suas alterações, Lei estadual nº 12.870/2004 e na Lei federal nº 7.853/1989.

3.6. O candidato com deficiência deverá entregar no ato da

inscrição cópia do laudo médico especificando a respectiva deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID) e a indicação de que ela não impede ao candidato o exercício das funções do cargo a que se inscreveu, cuja data de expedição deverá ser igual ou posterior à data de publicação deste Edital.

3.7. O candidato inscrito para a vaga reservada a candidato com deficiência que deixar de atender, no prazo editalício, as determinações do disposto no item 4.6, terá sua inscrição invalidada, passando a concorrer unicamente como candidato não portador de deficiência.

3.8. O candidato com deficiência submeter-se-á, quando da nomeação, à avaliação de equipe multiprofissional – Junta Médica Oficial do Município de Capinzal – conforme Decreto federal nº 3.298/1999 e Decreto federal nº 5.296/2004, que terá a decisão terminativa sobre:

- a) a qualificação do candidato como deficiente ou não; e
- b) o grau de deficiência, capacitante ou não, para o exercício do cargo.

3.9. O candidato com deficiência participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, bem como à nota mínima exigida para os demais candidatos.

3.10. Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

3.11. O candidato que tiver a necessidade de realizar as provas em braile deverá requerer no ato da inscrição.

3.12. O candidato que tiver a necessidade de prova em fonte ampliada deverá requerer no ato da inscrição, apresentando laudo médico para a condição especial e indicando o tamanho da fonte de sua prova ampliada, entre 24, 26 ou 28.

3.13. O candidato com deficiência que não requerer e comprovar a condição especial na forma da legislação vigente, não terá o atendimento ou condição especial para a realização das provas, não podendo impetrar recurso em favor de sua condição.

3.14. Não será realizado atendimento domiciliar em nenhuma hipótese.

### IV – DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente no prazo previsto no cronograma constante do Anexo IV deste Edital e estarão disponíveis no Mural Público do Centro Administrativo Municipal e na internet, no endereço eletrônico [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br).

4.2. Somente será divulgada a relação das inscrições que forem deferidas.

### V – DO REGIME EMPREGATÍCIO E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

5.1 Os candidatos habilitados e classificados neste Processo Seletivo serão contratados em caráter temporário, até 31 de dezembro de 2014, conforme a necessidade e existência de vaga, respeitando o que dispõe a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999.

5.2. Os candidatos contratados poderão ter seu contrato prorrogado caso haja lei que o autorize, durante o ano.

5.3. A contratação obedecerá ao Regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), filiada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e ao Regime do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

## VI – DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

6.1. O Processo Seletivo, objeto deste Edital, constará do seguinte:

a) Prova objetiva de conhecimentos.

6.2. Todos os candidatos de cada cargo deverão realizar a prova no mesmo dia, horário e local, conforme o cronograma constante do Anexo IV deste Edital, sendo que as provas não poderão ser realizadas individualmente ou em data, horário ou local que não seja o especificado neste Edital ou em suas alterações.

6.3. As provas Objetivas serão realizadas na cidade de Capinzal e data provável de 19 de janeiro de 2014 em local a ser divulgado em edital de Locais de Prova.

6.3.1 Os portões serão abertos às 08h sendo fechado 08h45min e início das provas 09h para todos os cargos.

6.4. As provas serão realizadas em etapa única de duas (2) horas de duração, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta e o tempo necessário para as instruções gerais que serão repassadas pelos fiscais de sala.

6.5. Os candidatos deverão estar no local das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos em relação ao início da mesma.

6.6. É vedado o acesso ao local de prova ao candidato que se apresentar após o horário definido no edital de convocação.

6.7. Para entrada nos locais de prova, os candidatos deverão apresentar a cédula de identidade original ou carteira expedida pelo órgão de classe original.

6.7.1. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal ou estadual, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo, com foto).

6.7.2. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta (30) dias.

6.7.3. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

6.7.4. Não será aceita cópia de documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo de documento.

6.7.5. Por ocasião da prova, o candidato que não apresentar o documento de identidade original, na forma definida acima, não poderá fazer a prova e será automaticamente eliminado do certame.

6.7.6. Não serão aceitos quaisquer outros documentos ou papéis em substituição aos exigidos.

6.8. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação da prova.

6.9. Durante a realização das provas é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, ou ainda, qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, sob pena de eliminação do candidato no Processo Seletivo. Os telefones celulares e outros equipamentos eletrônicos serão entregues desligados aos fiscais da sala antes do início da prova, para serem devolvidos na saída, sob pena de eliminação do candidato.

6.10. No decurso das provas, o candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala se acompanhado por um fiscal.

6.11. O candidato somente poderá retirar-se definitivamente da sala de prova após 1 (uma) hora após seu início.

6.12. O candidato, ao encerrar a prova e antes de se retirar do local de sua realização, entregará ao fiscal de prova/sala a Folha de Respostas devidamente assinada e o Caderno de questões. Caso não o faça, será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

6.13. Os três últimos candidatos de cada sala somente poderão entregar as suas provas e retirar-se definitivamente do local, simultaneamente.

6.14. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a prova, nem a realização de prova fora do horário e local estabelecidos no Edital.

6.15. O candidato que desejar obter o teor das provas após a realização do Processo Seletivo, poderá fazê-lo protocolando pedido na prefeitura de Capinzal que encaminhará para a empresa que marcará dia e horário para o candidato retirar o Caderno de Questões na sede da empresa responsável pela aplicação das provas, podendo ser retirada somente pelo candidato ou por procurador devidamente documentado em cartório.

6.16. Os candidatos amparados pela Lei estadual nº 11.225, de 20 de novembro de 1999 e Lei estadual nº 14.607, de 07 de janeiro de 2009 deverão requerer, protocolar e comprovar o que lhe é de direito no ato da inscrição para que o atendimento seja concedido na forma da legislação vigente.

## VII – DA PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS

7.1. A Prova Objetiva de conhecimentos inclui questões de conhecimentos gerais, específicos, língua portuguesa e matemática conforme ementa das disciplinas constantes do Anexo III, parte integrante deste Edital.

7.2. A Prova Objetiva de Conhecimentos será objetiva e constará de vinte e cinco (25) questões, sendo que apenas uma (1) alternativa de cada questão estará correta.

7.3. A pontuação de cada disciplina será a seguinte:

7.3.1. Para todos os cargos será:

TABELA A			
DISCIPLINA	NÚMERO DE QUESTÕES	PESO INDIVIDUAL	PESO TOTAL
Língua Portuguesa	05	0,30	1,50

Matemática	05	0,30	1,50
Conhecimentos Gerais	05	0,30	1,50
Conhecimentos Específicos	10	0,55	5,50
Total	25		10,00

7.4. Para realização da Prova Objetiva de conhecimentos, o candidato deverá utilizar caneta esferográfica, de tinta azul ou preta, sendo as questões respondidas em sua Folha de Respostas, que não será substituído em caso de erro do candidato.

7.5. A adequada marcação da Folha de Respostas é de inteira responsabilidade do candidato.

7.6. Será atribuída nota zero (0,0) às respostas de questão(ões) que contenha(m):

- a) Emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(eis), no cartão-resposta;
- b) Mais de uma opção de resposta assinalada no cartão-resposta;
- c) Espaço não assinalado (s) no cartão-resposta;
- d) Folha de Respostas preenchida fora das especificações, ou seja, preenchida com lápis ou caneta esferográfica de tinta cuja cor for diferente de azul ou preta ou ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto na Folha.

7.7. A Prova Objetiva de conhecimentos será avaliada na escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), sendo as notas expressas com 1 (um) decimal, sem arredondamento.

7.8. Será considerado aprovado na prova objetiva de conhecimentos o candidato que obtiver nota igual ou superior a 4,0 pontos.

7.9. O Gabarito Oficial referente à Prova Objetiva de conhecimentos será divulgado a partir do primeiro dia útil após a realização da referida prova, no endereço eletrônico [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br) e no Mural do Centro Administrativo Municipal.

7.10. Havendo impugnação de questões da prova objetiva de conhecimentos, o candidato poderá preencher um requerimento no Centro Administrativo Municipal Prefeito Sílvio Santos, sito à rua Carmelo Zocolli, 155, Térreo, na cidade de Capinzal

7.10.1. O formulário de impugnação de questão encontra-se no anexo IV deste edital

7.10.2. As respostas às eventuais impugnações de questão serão publicadas com a classificação final do processo seletivo, bem como o gabarito oficial definitivo, na ocorrência de recurso procedente.

7.11. Toda questão que venha ser anulada será computada como resposta correta para todos os candidatos do respectivo cargo.

## VIII – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

8.1. Somente serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 4,0 (quatro) na prova objetiva.

8.2. A nota final será calculada da seguinte maneira:

8.2.1. Para todos os cargos a Nota Final será a soma dos respectivos acertos de acordo com o peso:

$$Na\ CE(0,55) + Na\ CG(0,5) + Na\ LP(0,5) + Na\ M(0,5) = NF$$

Em que:

Na CE= número acertos conhecimentos Específicos

Na CG= número acertos conhecimentos Gerais

Na LP= número acertos Língua Portuguesa

Na M= número acertos Matemática  
NF= Nota Final

8.3. A classificação final dos candidatos obedecerá à ordem decrescente da média final.

8.4. Ocorrendo empate na classificação, serão usados, sucessivamente, os seguintes critérios para desempate:

- a) Maior nota de conhecimentos específicos;
- b) Maior nota de conhecimentos gerais;
- c) O de maior habilitação;
- d) O de maior idade.

## IX – DOS RECURSOS

9.1. Será admitido recurso para cada uma das fases do processo seletivo, que deverá ser interposto, exclusivamente, pelo candidato, desde que devidamente fundamentado e apresentado nos prazos máximos estipulados no cronograma constante do Anexo III deste Edital.

9.2. O recurso deverá obedecer aos seguintes requisitos:

- a) Ser datilografado ou digitado em duas vias e assinadas;
- b) Ser fundamentado, com argumentação lógica e consistente;
- c) Ser apresentado em folhas separadas, para questões diferentes;
- d) Conter nome do candidato, CPF, cargo para o qual se inscreveu e número de inscrição.

9.3. Os recursos e os pedidos de impugnação e revisão de nota deverão ser entregues e protocolados pessoalmente pelo candidato ou por seu procurador, no Centro Administrativo Municipal, cabendo à Comissão Especial do Processo Seletivo a apreciação, com a equipe técnica da empresa responsável pela aplicação das provas.

9.4. Os recursos que não estiverem de acordo com o disposto nos subitens acima serão liminarmente indeferidos.

9.5. Não serão aceitos recursos interpostos por fac-símile, internet ou qualquer meio postal, sendo que os intempestivos serão desconsiderados e indeferidos.

9.6. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente.

9.7. Os candidatos poderão solicitar revisão da nota das provas, sendo que a nota poderá ser mantida, aumentada ou diminuída.

9.8.1. Não serão admitidos pedidos de revisão de nota de prova de outros candidatos, ou seja, o candidato poderá requerer revisão apenas da sua nota.

9.8.2. As decisões dos pedidos de revisão da nota das provas serão dadas a conhecer, coletivamente.

9.9. A Comissão Especial do Processo Seletivo constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões, não cabendo recursos ou revisões adicionais na esfera administrativa.

## X – DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. O resultado final do processo seletivo, objeto deste Edital, será homologado pela autoridade competente e publicado no Mural Público do Centro Administrativo Municipal, no órgão de publicação oficial do Município de Capinzal e no endereço eletrônico [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br).

**XI – DA CONTRATAÇÃO**

11.1. Previamente à contratação, mediante convocação, serão exigidos dos candidatos classificados, os seguintes documentos:

- a) Quitação com as obrigações eleitorais e militares (em caso de candidato do sexo masculino), com a devida apresentação da cópia do Título de Eleitor, do comprovante de votação ou de certidão de quitação da Justiça Eleitoral, e do comprovante de quitação com o serviço militar;
- b) Nível de escolaridade exigido para o cargo, mediante a apresentação de cópia dos documentos exigidos por este Edital e previstos em lei, nos termos do Anexo I;
- c) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único, da Lei federal nº 8.112/90 e na legislação correspondente dos estados e municípios;
- d) Laudo médico de saúde física e mental a ser realizado por órgão credenciado pela Secretaria da Administração e Finanças do Município de Capinzal;
- e) Cópia dos seguintes documentos:
  - 1. Documento de Identidade (RG)
  - 2. Cadastro de Pessoa Física (CPF)
  - 3. Certidão de Casamento
  - 4. Certidão de Nascimento de Filhos
  - 5. Carteira de Trabalho
  - 6. Uma foto 3x4
  - 7. Demais documentos, conforme especificação do cargo, descrito no Anexo I deste Edital.

11.2. Os documentos comprobatórios de atendimento aos requisitos acima serão exigidos apenas dos candidatos classificados e convocados para contratação.

11.3. O não-cumprimento dos requisitos necessários impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

11.4. As convocações iniciarão após a publicação da homologação do Processo Seletivo no Diário Oficial do Município e poderão ocorrer a partir da homologação dos aprovados.

**XII – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA**

12.1. Delega-se competência a empresa contratada para:

Elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar as provas objetivas de conhecimentos e prova prática;  
Apreciar todos os recursos administrativos previstos neste Edital;  
Emitir relatórios de classificação dos candidatos;  
Prestar informações sobre o Processo Seletivo;  
Definir normas para aplicação das provas;  
Constituir comissão interna do Processo Seletivo e designar bancas examinadoras, conforme a necessidade.

**XIII – DO FORO JUDICIAL**

13.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao processo seletivo de que trata este Edital é o da Comarca de Capinzal, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**XIV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. As cláusulas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação dos candidatos para a prova correspondente.

14.2. Este Processo Seletivo terá validade até 31 de dezembro de 2014.

14.3. Os candidatos aprovados e classificados neste certame serão contratados pela ordem de classificação, respeitado o número de vagas, conforme a necessidade, a conveniência, oportunidade e o limite prudencial e total de gastos com pessoal, ditados pela Lei Complementar federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

14.3.1. Em caso de necessidade, ou da implantação de novos ESF's poderão ser convocados mais candidatos classificados, além do que consta no quadro de vagas durante a validade do Processo.

14.4. O candidato classificado no Processo Seletivo que não quiser ser contratado ou não entregar os documentos exigidos quando convocado, será reclassificado para o último lugar dos classificados.

14.5. A classificação no Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito à contratação automática.

14.6. Será excluído do certame, por ato da empresa responsável pela aplicação das provas o candidato que:

Tornar-se culpado por agressões ou descortesias para com qualquer membro da equipe encarregada de realização das provas;  
For surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;  
For flagrado, utilizando-se de qualquer meio, visando burlar a prova, ou que apresentar falsa identificação pessoal;  
ausentar-se da sala de prova durante a sua realização, sem estar acompanhado de um fiscal.

14.7. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital.

14.8. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar o atendimento especial para esse fim, deverá levar um (a) acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança; caso contrário ficará impossibilitada de realizar as provas.

14.9. O gabarito da Prova Objetiva de conhecimentos e o resultado das provas serão divulgados no endereço eletrônico [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br) e no Mural Público do Centro Administrativo Municipal.

14.10. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos, conjuntamente, pela empresa responsável pela aplicação das provas e pela Comissão Especial do Processo Seletivo do Município de Capinzal.

14.11. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO I – Dos Cargos, Salários e Habilitações Mínimas;  
ANEXO II – Das Atribuições do Cargo;  
ANEXO III – Do Conteúdo Programático;  
ANEXO IV – Do Cronograma Previsto.  
ANEXO IV – Formulário de Recurso

15.12. Será publicado o presente Edital para fins de publicidade, sendo que o mesmo estará disponível no Mural Público do Centro Administrativo Municipal, no Diário Oficial dos Municípios e no endereço eletrônico [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br), a partir do dia 17 de dezembro de 2013.



Capinzal, 16 de dezembro de 2013.

**ANDEVIR ISGANZELLA**

Prefeito Municipal

Registrado e publicado.

**MARCO ANTONIO HACHMANN**

Secretário da Administração e Finanças

## ANEXO I

### DOS CARGOS, VAGAS, VENCIMENTOS, CARGA HORÁRIA E HABILITAÇÕES

SECRETARIA DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL				
CARGO	VAGAS	VENCIMENTOS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO
Técnico em Enfermagem	13	R\$ 966,34	40h	Ensino Técnico Completo de Enfermagem, com registro no COREN
Técnico em Saúde Bucal	01	R\$ 1.043,65	40h	Ensino Técnico Completo em Saúde Bucal, com registro no CRO
Enfermeiro	05	R\$ 2.314,13	40h	Ensino Superior Completo em Enfermagem, com registro no COREN
Odontólogo	03	R\$ 2.471,80	40h	Ensino Superior Completo em Odontologia, com registro no CRO
Médico	03	R\$ 14.200,00	40h	Ensino Superior Completo em Medicina, com registro no CRM

## ANEXO II

### DAS ATRIBUIÇÕES A TODOS OS CARGOS

São atribuições funcionais obrigatórias a todos os cargos: ser responsável, assíduo, flexível e comprometer-se com a proposta da instituição que escolheu; cumprir o horário estipulado pelo responsável pelo estabelecimento; comunicar com antecedência às faltas que porventura esteja sujeito; avisar a instituição com antecedência se precisar se ausentar do serviço e apresentar atestado médico no prazo de 24 horas; zelar pela conservação dos equipamentos e materiais da instituição primando pela economia; respeitar a hierarquia da repartição; zelar pelo nome do estabelecimento dentro e fora dele; comunicar ao chefe imediato qualquer ocorrência considerada anormal (psicológica, moral e física); manter um bom clima de trabalho e colaboração com toda a equipe tratando a todos com respeito; apresentar-se utilizando vestimenta adequada à sua função e quando for o caso utilizar uniforme solicitado; participar e auxiliar na realização de atividades, promoções e festividades previstas e organizadas pelo respectivo setor e também o que estiver previsto em calendário e/ou estatuto dos Servidores Públicos; não fazer uso de celulares para tratar de questões pessoais em horário de trabalho.

### DAS ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS AO CARGO

**TÉCNICO EM ENFERMAGEM:** Orientar e executar programas, projetos e serviços sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com SUS e Conselhos Profissionais visando auxiliar na promoção da melhoria do atendimento e da qualidade de vida da população. Prestar assistência sob orientação do médico ou enfermeiro, através de serviços técnicos de enfermagem, tratamentos, cuidados de conforto, higiene pessoal e outros, adaptando os pacientes ao ambiente hospitalar, bem como aos métodos terapêuticos aplicados a fim de proporcionar o bem-estar

dos mesmos. Participar, planejar, orientar, supervisionar e executar programas, atividades, campanhas e outros, bem como motivar e desenvolver atitudes e hábitos sadios na população. Auxiliar os usuários nas questões de saúde, prestando serviços auxiliares de enfermagem, proporcionando-lhes alívio de dor, mal-estar e outros, de acordo com instruções recebidas, receitas médicas, orientando a população através de palestras, atendimentos individualizados e outros. Garantir pleno funcionamento da unidade de trabalho, bem como a qualidade e quantidade de medicamentos e material ambulatorial, controlando o estoque, solicitando reposição de material, realizando organização, manutenção, controle, limpeza, esterilização de materiais, equipamentos, ambientes e outros. Preparar informes, relatórios, registros, documentos e outros, sempre que solicitado a fim de possibilitar subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres e outros. Colaborar com a prevenção e controle sistemático de infecção ambulatorial, verificando periodicamente a qualidade e funcionalidade, zelando pela manutenção, limpeza e ordem do material, equipamento de trabalho e das dependências dos serviços de saúde. Auxiliar nas atividades de urgência e emergência em atendimentos especializados, sob supervisão de profissional habilitado em ações que requeiram maior complexidade. Garantir a promoção da saúde pública, auxiliando aos usuários, prestando informações sobre consultas, exames, medicamento e outros, bem como assistindo ao enfermeiro na execução de programas de educação em saúde. Realizar acompanhamento técnico, através de visitas a pacientes em hospitais, escolas, domicílios, sempre que necessário. Garantir a correta execução das atividades, orientando, supervisionando e treinando o pessoal auxiliar. Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do município e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado. Utilizar os EPIs – Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo município, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde. Zelar pelo cumprimento das normas internas estabelecidas, informando ao superior imediato, os problemas gerais ocorridos, bem como utilizando vestimentas e equipamentos adequados ao serviço e ao local de trabalho. Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

**TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL:** Executar programas, projetos e políticas sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com SUS e Conselhos Profissionais de Odontologia. Promover a saúde bucal, realizando sob supervisão do Cirurgião Dentista, procedimentos odontológicos básicos, tais como limpeza, remoção de substâncias, polimentos, aplicação de flúor, remoção de suturas, radiografias, e outros. Colaborar com o bem-estar dos usuários, preparando-os para consultas e cirurgias, posicionando-os de forma correta, bem como realizando a assepsia da região bucal com substâncias apropriadas. Prevenir riscos de contaminação, realizando a assepsia do local e da bandeja instrumental, limpando e esterilizando os mesmos, a fim de garantir a ordem para os próximos atendimentos. Desenvolver ações de orientação e educação em saúde bucal, individual e coletiva, visando à disseminação do conhecimento dos métodos de cuidados e prevenção em higiene e saúde bucal, como escovação, uso do flúor, entre outros. Realizar a leitura e interpretação da prescrição de exames, tabelas e protocolos radiológicos em odontologia. Propiciar a plena atenção prestada aos usuários, integrando a equipe multiprofissional de saúde, sempre que necessário. Manipular, sob supervisão do Cirurgião Dentista, substâncias restauradoras, gesso e outras substâncias de uso odontológico. Zelar pela preservação e guarda dos equipamentos, aparelhos e instrumentais odontológicos, bem como observar sua correta utilização. Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do município e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente



de trabalho limpo e harmonizado. Utilizar os EPIs – Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo município, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde; Zelar pelo cumprimento das normas internas estabelecidas, informando ao superior imediato, os problemas gerais ocorridos, bem como utilizando vestimentas e equipamentos adequados ao serviço e ao local de trabalho. Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

**ENFERMEIRO:** Coordenar e executar programas, projetos e políticas sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com SUS e Conselhos Profissionais de Enfermagem visando auxiliar na promoção da melhoria da qualidade de vida da população. Organizar e dirigir os serviços de Enfermagem e suas atividades técnicas e auxiliares nas empresas prestadoras de serviços, quando designado. Planejar, organizar, coordenar, executar e avaliar os serviços de assistência de enfermagem, visando o cumprimento de padrões e normas preestabelecidos. Prestar consultas e cuidados de Enfermagem de maior complexidade técnica que exijam conhecimento científico adequado e capacidade de tomar decisões imediatas, bem como acompanhar a emissão de parecer sobre a matéria de Enfermagem. Prescrever medicamentos previamente estabelecidos em programa de Saúde Pública e em rotina aprovada pela instituição de saúde, bem como assistência de enfermagem. Participar nos programas e atividades de assistência integral à saúde individual e de grupos específicos, bem como de programas de treinamento e aprimoramento de pessoal de saúde, programas de higiene e segurança do trabalho e de prevenção de acidentes e doenças ocupacionais. Promover ações intersetoriais e parcerias com organizações formais e informais existentes, para o enfrentamento conjunto dos problemas identificados. Incentivar a formação e ou participação ativa da comunidade nos Conselhos Locais, Regionais e Municipal de Saúde. Contribuir para que as ações de saúde estejam em consonância com os princípios e diretrizes do SUS e do plano Municipal de saúde. Possibilitar a plena atenção prestada aos usuários, integrando a equipe multiprofissional de saúde e vigilância, sempre que necessário, colaborando na elaboração, desenvolvimento e implementação de programas no seu campo de atuação. Participar no processo de aquisição de medicamentos, materiais, equipamentos, entre outros, necessários para assistência à saúde. Viabilizar a resolutividade dos tratamentos, acompanhando os usuários nos processos dos atendimentos elaborando documentos, prontuários e outros, observando as anotações das aplicações e procedimentos realizados. Proporcionar a disseminação do conhecimento, coordenando e desenvolvendo ações intersetoriais e parcerias com empresas e organizações privadas ou públicas, jornais entre outros. Preparar informes e documentos referentes à sua formação técnica, a fim de possibilitar subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres e outros. Contribuir com conhecimentos de sua área técnica de formação para o desenvolvimento de tecnologias apropriadas para plena assistência à saúde, bem como participar dos procedimentos de vigilância sanitária à saúde e de vigilância epidemiológica para a população. Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do município e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado. Utilizar os EPIs – Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo município, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde. Zelar pelo cumprimento das normas internas estabelecidas, informando ao superior imediato, os problemas gerais ocorridos, bem como utilizando vestimentas e equipamentos adequados ao serviço e ao local de trabalho. Conduzir veículos. Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

**ONDOTÓLOGO:** Coordenar e executar programas, projetos e

políticas sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com SUS e Conselhos Profissionais de Odontologia visando auxiliar na promoção da melhoria da qualidade de vida da população. Promover a saúde bucal, por meio dos tratamentos de cáries, afecções da boca, dentes, raízes, utilizando-se dos procedimentos clínicos, cirúrgicos e/ou protéticos, entre outros inerentes à profissão. Estabelecer o diagnóstico, prognóstico e plano de tratamento bucal, por meio de instrumentos especiais, exames radiológicos e laboratoriais. Proporcionar conforto e facilitar a execução dos tratamentos odontológicos, por meio de aplicações de anestésias regulamentadas pelo Conselho Federal de Odontologia. Colaborar com a melhoria e aperfeiçoamento das equipes profissionais e multiprofissionais, subsidiando decisões e ações dentro de seu conhecimento técnico, bem como, participando efetivamente dos processos de planejamento e avaliação das mesmas. Propiciar a plena atenção prestada aos usuários, integrando a equipe multiprofissional de saúde, sempre que necessário, bem como, encaminhando pareceres técnicos quando solicitado. Desenvolver ações educativas em saúde bucal, individual e coletiva, visando à disseminação do conhecimento dos métodos de cuidados e prevenção em higiene e saúde bucal. Auxiliar no tratamento pré, trans e pós-operatório, prescrevendo e administrando medicamentos regulamentados pelo Ministério da Saúde, sempre que necessário. Colaborar com a formação e no aprimoramento de outros profissionais de saúde, orientando estágios e participando de programas de educação e treinamento em serviço. Orientar, coordenar e supervisionar os trabalhos desenvolvidos pelos Técnicos em Higiene Dental e pelos Assistentes de Consultório Dentário. Contribuir, preventiva e corretivamente, com os conhecimentos de sua área de atuação, assessorando escolas, ambulatorios, consultórios, hospitais e outros, realizando tratamentos, palestras e outros. Possibilitar a formulação de diretrizes, planos, programas de trabalhos e outros, participando de grupos de trabalhos e/ou reuniões com as unidades municipais, entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres, realizando exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnicos-científicos, entre outros. Orientar e zelar pela preservação e guarda dos equipamentos, aparelhos e instrumentais utilizados em sua especialidade, bem como observar sua correta utilização. Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

**MÉDICO:** Coordenar e executar programas, projetos e serviços sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com SUS e Conselhos Profissionais de Medicina, visando a promoção da melhoria da qualidade de vida da população. Promover ações em saúde que propiciem o bem estar dos usuários, efetuando atendimentos médicos, nos vários níveis de atenção, emitindo pareceres, prescrevendo medicamentos e outros, utilizando-se da medicina preventiva e/ou terapêutica. Propiciar a plena atenção prestada aos usuários, integrando a equipe multiprofissional de saúde, encaminhando pacientes para atendimento especializado, requerendo pareceres técnicos (contra-referência) e ou exames complementares, analisando e interpretando exames diversos, para estabelecer o diagnóstico, prognóstico e plano de tratamento, em conformidade com os ditames do código de ética médica do Conselho Federal de Medicina. Realizar cirurgias de pequeno, médio e grande porte, de acordo com sua atribuição técnica e do concurso público. Manter o registro dos usuários atendidos, incluindo a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução, procedimentos tomados, a fim de efetuar a orientação terapêutica adequada. Emitir atestados de saúde, aptidão física e mental, óbito e outros em acordo com sua atribuição técnica com a finalidade de atender determinações legais. Prestar informações e orientações à população, visando proporcionar troca de conhecimentos, divulgar fatores de riscos e outros, participando dos grupos e/ou reuniões comunitárias. Difundir os conhecimentos médicos preparando

material didático, promovendo aulas, palestras, desenvolvendo pesquisas, redigindo trabalhos científicos, participando de encontros, congressos e demais eventos na área, entre outros. Supervisionar e avaliar atos médicos, fiscalizando treinamentos médicos, entre outros, quando em atuação docente-assistencial. Colaborar com a formação e no aprimoramento de outros profissionais de saúde, supervisionando e orientando ações, estágios e participando de programas de treinamento em serviço. Preparar informes e documentos de assuntos em medicina, a fim de possibilitar subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres e outros. Realizar inspeções médicas para efeito de posse em cargo público; readaptação; reversão; aproveitamento; licença por motivo de doença em pessoa da família; aposentadoria, auxílio-doença; salário maternidade; revisão de aposentadoria; auxílio ao filho excepcional, licença acidente de trabalho, isenção de imposto de renda de servidores aposentados, entre outros, visando o cumprimento da legislação. Realizar outras inspeções médicas de caráter elucidativo ou apoio relativo a casos sujeitos à perícia, conforme solicitação, bem como expedir laudo de licença para tratamento de saúde dos servidores, efetuando perícias domiciliares ou hospitalares, na impossibilidade de comparecimento destes ao local da perícia. Compor a Junta Médica para revisão dos laudos médicos e apreciação dos pedidos de reconsideração, quando necessário e/ou solicitado, bem como auxiliar nos inquéritos administrativos e/ou judiciais e figurar como assistente técnico nas perícias judiciais designadas, formulando quesitos. Solicitar, quando necessário, exames complementares e pareceres de especialistas para melhor elucidação do caso. Constituir comissões médico-hospitalares, diretorias de associações e entidades de classe, atendendo às diversas unidades da Prefeitura sobre assuntos e exigências de sua formação técnica. Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação/especialização profissional.

### ANEXO III

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### CONTEÚDOS COMUNS A TODOS OS CARGOS

Língua Portuguesa: Linguagem Escrita: Vocabulário; Ortografia; Pontuação; Sílabas; Acentuação gráfica; Classes gramaticais; Conjugação de verbos usuais; Regência; Concordância, Fonética, Formação de Palavras, Linguagem Figurada, Discurso Direto e Indireto, Análise Sintática; Emprego de pronomes; Formas de tratamento; Interpretação de textos e Gramática em geral.

Matemática: Números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos; Álgebra: sequências, conceitos, operações com expressões algébricas; Equações e Inequações; Relações e funções; Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano; Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura; Estatísticas: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos; Matrizes; Progressão Aritmética / Geométrica; Noções de probabilidade.

Conhecimentos Gerais: Aspectos históricos, geográficos e econômicos do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do município de Capinzal; Atualidades relativas ao Brasil e Mundo, ao Estado de Santa Catarina e ao município de Capinzal.

#### CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

**TÉCNICO EM ENFERMAGEM:** SUS – Sistema Único de Saúde; Lei Orgânica de Saúde 8.080/90; NOB-SUS/96 Norma Operacional Básica do SUS; Lei nº 8142 de 28 de dezembro de 1990; Fundamentos da enfermagem - técnicas básicas; Assistência de enfermagem em doenças transmissíveis; Ações de vigilância epidemiológica e imunização; Assistência de enfermagem em doenças crônicas degenerativas: diabetes e hipertensão; Enfermagem materno-infantil; Atendimento de enfermagem à saúde da mulher;

Planejamento familiar; Pré-natal, parto e puerpério; Climatério; Prevenção do câncer cérvico - uterino; Atendimento de enfermagem à saúde e adolescentes; Cuidados com o recém-nascido, aleitamento materno; Crescimento e desenvolvimento; Doenças mais frequentes na infância; Principais riscos de saúde na adolescência; Enfermagem em urgência; Primeiros socorros. Ética profissional. Noções básicas de administração pública e direitos e deveres do servidor público municipal de Capinzal-SC.

**TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL:** Noções básicas da função; Procedimentos; Instrumental dentário; Esterilização; Formas de esterilização; Higiene – asseio; Funções do Auxiliar de Consultório Dentário; Instrumentais Odontológicos: características e finalidades de uso; Materiais Dentários: características, formas de apresentação, finalidades, técnicas de manipulação e métodos de uso; Equipamentos Odontológicos: características e finalidades. Diretrizes e Normas do Programa Estratégia Saúde da Família. Noções básicas de administração pública e direitos e deveres do servidor público municipal de Capinzal-SC.

**ENFERMEIRO:** Leis Orgânicas da Saúde: Lei 8080/90 (Princípios e diretrizes), e Lei 8142/90 (Financiamento e participação popular). Atualidades na Saúde e Indicadores de Saúde Pública. Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária. Endemias/epidemias. Situação atual, medidas de controle e de tratamento. Planejamento e programação local de saúde, distritos sanitários e enfoque estratégico. Planejamento, organização, coordenação e supervisão do trabalho da enfermagem junto a Equipe de Saúde da Família, nos Centros de Saúde e na comunidade. Planejamento e coordenação da capacitação e educação permanente dos auxiliares de enfermagem e agentes comunitários de saúde. Assistência integral às pessoas em todas as fases da vida: criança, adolescente, adulto e idoso, no Centro de Saúde, domicílio, escolas, creches e asilos (saúde do trabalhador, saúde mental, doenças crônicas degenerativas, sexualidade, gravidez, parto e puerpério, aleitamento materno, climatério, prevenção do câncer de mama e cérvico-uterino, violência doméstica, doenças transmissíveis, planejamento familiar, vacinas e calendário básico de vacinação, infecções respiratórias agudas, diarreia, desidratação, desnutrição, crescimento e desenvolvimento infantil, etc.). Lei do Exercício Profissional e Código de Ética de Enfermagem. Técnicas Básicas de Enfermagem. Assistência de Enfermagem na Atenção Integral à Mulher no Ciclo Grávido - Puerperal. Assistência de Enfermagem na Atenção Integral à Criança. Crescimento e desenvolvimento. Controle das infecções respiratórias agudas. Controle das doenças diarreicas e prevenção a acidentes e intoxicações. Vacinação. Aspectos imunológicos e operacionais. Vacinas utilizadas. Conservação, programa e avaliação. Participação do Enfermeiro no Controle das Doenças Infecciosas e Parasitárias Prevalentes em Nosso Meio. Assistência de Enfermagem ao Adulto à Nível Ambulatorial. Fundamentos em geral da enfermagem. a adolescência; Enfermagem em urgência; Primeiros socorros. Ética profissional. Noções básicas de administração pública e direitos e deveres do servidor público municipal de Capinzal-SC.

**ODONTÓLOGO:** Patologia e Diagnóstico Oral. Cirurgia Buco Maxilo Facial. Radiologia Oral e Anestesia. Odontologia Preventiva e Social. Odontologia Legal. Odontopediatria e Ortondolia. Farmacologia e Terapêutica Aplicada a Odontologia. Materiais Dentários. Dentística Operatória. Prótese Dentária. Procedimentos Clínicos Integrados. Ética profissional, Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde – Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Portarias e Leis do SUS, Políticas Públicas de Saúde e Pacto pela Saúde. Noções básicas de administração pública e direitos e deveres do servidor público municipal de Capinzal-SC.

**MÉDICO:** Antibioticoterapia; Anemias; Hipertensão arterial; Diabete; Parasitoses intestinais; Esquistossomose; Cefaléias; Febre de origem indeterminada; Diarréias; Úlcera péptica; Hepatite; Hipertireoidismo; Hipotireoidismo; Insuficiênciacardiaca; Alcoolismo; Doenças sexualmente transmissíveis; Cardiopatia isquêmica; Arritmias cardíacas; Doença pulmonar obstrutiva crônica; Dor torácica; Dor lombar; Ansiedade; Asma brônquica; Pneumonias; Tuberculose; Hanseníase; Leishmaniose; AIDS; Infecção Urinária; Enfermidades bucais; Epilepsia; Febre reumática; Artrites; Acidentes por animais peçonhentos; Micose superficiais; Obesidade; Dislipidemias. Ética profissional. Código de Ética Médica; Deontologia. Procedimentos básicos dos julgamentos disciplinares dos Conselhos Regionais; resoluções do Conselho Federal de Medicina, Crimes contra a saúde pública – Artigos 267 a 285 do Código Penal Brasileiro. Constituição Federal do Brasil de 1988. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde – Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Estratégia de avaliação em saúde: conceitos, tipos, instrumentos e técnicas; Conceitos e critérios de qualidade da atenção à saúde: acessibilidade, humanização do cuidado, satisfação do usuário e do trabalhador, equidade. Promoção da saúde: conceitos e estratégias; Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas. Noções básicas de administração pública e direitos e deveres do servidor público municipal de Capinzal-SC.

#### ANEXO IV

##### DO CRONOGRAMA

Publicação Edital de abertura	17/12/2013
Período de Inscrição	17/12 a 09/01/14
Prazo pagamento	17/12 a 09/01/14
Lista Deferimento Inscrições	13/01/14
Prazo Recursos Inscrições	14/01
Divulgação ensalamento e Inscritos pós recursos	16/01/14
Aplicação da Prova Objetiva	19/01/14
Divulgação Gabarito preliminar	20/01/14
Prazo recursos contra Gabarito	21/01/14
Resultado Final	28/01/14
Prazo Recursos Resultado Final	29/01/14
Classificação Final	28/01/14
Recursos contra classificação	29/01/14
Homologação Resultado	31/01/14

#### ANEXO V

##### FORMULÁRIO DE RECURSOS

À  
SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO VALE DO BANDEIRANTES

PREFEITURA DO MUNICÍPIO CAPINZAL - SC

NOME DO CANDIDATO: \_\_\_\_\_

CARGO: \_\_\_\_\_

TIPO DE RECURSO - (Assinale o tipo de Recurso)

<input type="checkbox"/>	CONTRA INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO	Ref. Prova objetiva
<input type="checkbox"/>	CONTRA GABARITO PRELIMINAR	Nº da questão:
<input type="checkbox"/>	CONTRA RESULTADO PROVA OBJETIVA	Gabarito Preliminar/ Oficial:
<input type="checkbox"/>	CONTRA RESULTADO PROVA DE TÍTULOS	Resposta Candidato:
<input type="checkbox"/>	CONTRA RESULTADO PROVA PRÁTICA	

Justificativa do candidato - Razões do Recurso

Reproduzir a quantidade necessária. Preencher em letra de forma ou digitar e entregar este formulário em 02 (duas) vias, uma via será devolvida como protocolo.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do candidato

#### I Termo Aditivo

I TERMO ADITIVO AO EDITAL Nº 037/2013

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, altera o disposto nos incisos 6.3 e 6.3.1, que trata do horário das provas do Processo Seletivo originado pelo Edital nº 037/2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

“( )

6.3. As provas Objetivas serão realizadas na cidade de Capinzal e data provável de 19 de janeiro de 2014 em local a ser divulgado em edital de Locais de Prova.

6.3.1 Os portões serão abertos às 13h, sendo fechado às 13h45min, O início das provas será às 14h, para todos os cargos.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Edital na data supra.

MARCO ANTONIO HACHMANN

Secretário da Administração e Finanças

#### Termo Aditivo

I TERMO ADITIVO AO EDITAL Nº 036/2013

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, altera o disposto nos incisos 6.3 e 6.3.1, que trata do horário das provas do Processo Seletivo originado pelo Edital nº 036/2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

“( )

6.3. As provas Objetivas serão realizadas na cidade de Capinzal e data provável de 19 de janeiro de 2014, em local a ser divulgado em edital de Locais de Prova.

6.3.1 Os portões serão abertos às 13h, sendo fechado às 13h45min, O início das provas será às 14h, para todos os cargos.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Edital na data supra.

MARCO ANTONIO HACHMANN

Secretário da Administração e Finanças



**SIMAE****Inexigibilidade de Licitação Nº In03/2013**  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº IN03/2013

PROCESSO Nº CAO/0500/2013

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CONTRATADO: ESCO COMERCIAL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.

CNPJ DO CONTRATADO: 07.552.936/0001-74

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E READEQUAÇÃO DE DUAS BOMBAS DA MARCA ESCO, MODELO 10 GEB/07, VISANDO A PADRONIZAÇÃO DAS MESMAS DE FORMA A TORNÁ-LAS INTERCAMBIÁVEIS.

VALOR: R\$ 100.347,40 (CEM MIL, TREZENTOS E QUARENTA E SETE REAIS E QUARENTA CENTAVOS).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 25, INCISO I, DA LEI 8666/93

**Catanduvas****PREFEITURA****Extrato de Contrato N.º 0111/2013**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0111/2013

Processo Licitatório nº 0088/2013

Inexigibilidade nº 0001/5/2013

Objeto: Fornecimento dos materiais didáticos que compõem o Sistema de Ensino Aprende Brasil, composto por Livros Didáticos Integrados; Portal Aprende Brasil; Acompanhamento e Assessoramento Pedagógico; Sistema de Gestão das Informações Educacionais e Avaliação Externa do Processo de Aprendizagem nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências, para os alunos do 4º e 8º anos do ensino fundamental contemplados com o Aprende Brasil,

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: EDITORA POSITIVO LTDA

Valor do Contrato: R\$ 126.653,00 (cento e vinte e seis mil seiscientos e cinquenta e três reais).

Prazo de vigência: de 01 de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Data e assinatura do contrato: 16 de dezembro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

**Chapadão do Lageado****PREFEITURA****Errata do Extrato do Terceiro Termo Aditivo do Contrato Nº 6/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

ERRATA DO EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 06/2011 - PUBLICADO NO DIA 13/12/2013

Na Edição 1388 do Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, publicada em 13/12/2013, p. 143

Onde lia-se: [ ] Contratado/Credenciado: RÁDIO ITUPORANGA LTDA [ ]

Passa a ler-se: [ ] Contratado/Credenciado: JOÃO PEDRO MACHADO [ ]

Chapadão do Lageado, 17 de dezembro de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

**Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 38/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2013

INTERESSADO: MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO.

Aos 17 dias do mês de dezembro do ano de 2013, às 08:30 horas, na Sala da Secretaria Municipal da Fazenda, situada na Rua Allan Régis Inácio, nº 15, Centro, Município de Chapadão do Lageado – SC, reuniu-se o Pregoeiro e a Equipe de Apoio para processar e julgar o Processo em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição combustível (gasolina); Estiveram presentes no ato de abertura, o Pregoeiro e os membros da Equipe de Apoio e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo: POSTO DE COMBUSTÍVEIS FLOR DE LIZ LTDA; COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS T.A. LTDA; Inicialmente procedeu-se a leitura do teor dos documentos de Credenciamento, ato em que verificou-se que as Empresas apresentaram a documentação conforme o edital. Ato contínuo, procedeu-se abertura e leitura do teor das Propostas das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer: 1. Após análise das propostas, julgou-se CLASSIFICADA a Empresa POSTO DE COMBUSTÍVEIS FLOR DE LIZ LTDA; COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS T.A. LTDA. Em seguida, prosseguiu-se a Fase de Lances, restando registrado os preços para os itens conforme estabelecido abaixo:

ITEM 01	
Fornecedor: COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS T.A. LTDA	
Preço cotado para o item: R\$ 2,88 (dois reais e oitenta e oito centavos);	
DETALHAMENTO DO MATERIAL	PREÇO UNITÁRIO
GASOLINA COMUM	R\$ 2,88

Em continuidade da Sessão, procedeu-se abertura e leitura do teor das Documentação de Habilitação das proponentes vencedoras com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer: 2. A Documentação estava de acordo com as exigências do Edital. Ao final, o Pregoeiro no uso de suas atribuições abriu espaço para que os licitantes presentes manifestassem interesse para interpor recurso. Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade das propostas apresentadas na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Sessão que, após constada em ata, lida e aprovada, será assinada pelo Pregoeiro e demais presentes.

Chapadão do Lageado, 17 de dezembro de 2013.

**CÂMARA MUNICIPAL****Portaria**

Estado de Santa Catarina  
Câmara Municipal de Vereadores de Chapadão do Lageado  
PORTARIA Nº021/2013 de 16/12/2013.

ANDRÉ SEBOLD, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais e com base no que se apresenta o Decreto Nº093/2013 do Poder Executivo,

Considerando a necessidade de planejamento das atividades para o exercício de 2014;

Considerando as comemorações natalinas e de final de ano próximo vindouro;

**RESOLVE:**

Fica estabelecido expediente interno nos dias 18, 19, 20, 23, 24, 26, 27 e 30 de dezembro de 2013.

Será facultativo o "ponto" no dia 31 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado, 16 de dezembro de 2013.

ANDRÉ SEBOLD  
Presidente

**Cocal do Sul****PREFEITURA****Lei Nº. 1.178**

LEI Nº. 1.178, de 05 de dezembro de 2013.

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente LEI:

Art. 1º Fica aprovado o Plano de Saneamento Básico do Município de Cocal do Sul, anexo único desta Lei, subordinando-se integralmente à Política Municipal de Saneamento Básico, conforme estabelece a Lei n.º 1.164, de 04 de setembro de 2013.

Parágrafo único. Além dos princípios expressos na Política Municipal de Saneamento Básico, o Sistema Municipal de Saneamento Básico reger-se-á pelos princípios da precaução, prevenção, gestão integrada e participativa e a garantia de proibição de retrocesso legal, sempre que envolver a saúde da população e a sanidade ambiental.

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - Precaução: a adoção de medidas que visem anular, afastar ou impedir os riscos de atividades, obras e serviços de saneamento básico que possam comprometer a saúde da população, a salubridade do meio ambiente e bens materiais públicos e privados.

II - Prevenção: a adoção de medidas que visem mitigar ou minorar os efeitos de atividades, obras e serviços de saneamento básico que possam comprometer a saúde da população, a salubridade do meio ambiente e bens materiais públicos e privados priorizando o

planejamento participativo.

III - Gestão integrada e participativa: unidade de gestão e ação envolvendo todos os órgãos públicos, privados e a coletividade buscando atingir os objetivos propostos na Política Municipal de Saneamento Básico.

IV - Garantia de proibição de retrocesso legal: a implementação de normas padrões, indicadores e parâmetros sanitários e epidemiológicos que melhor protejam a saúde da população e o meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Art. 3º São instrumentos do Sistema Municipal de Saneamento Básico, além dos previstos no artigo 14, da Lei n.º 1.164, de 04 de setembro de 2013 - Política Municipal de Saneamento Básico:

I - Órgão de regulamentação e fiscalização, incluindo a elaboração de padrões, indicadores e parâmetros sanitários e epidemiológicos;

II - Ações do poder de polícia administrativa com as sanções e demais ações de fiscalização;

III - Educação sanitária e ambiental priorizando a população em geral e o ensino fundamental prestando informações sobre os serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas e controle de vetores;

IV - Incentivos fiscais, científicos e tecnológicos, dentre outros, objetivando maximizar a eficácia das ações e resultados.

Parágrafo único. Compete aos Órgãos Executores do Sistema Municipal de Saneamento Básico aprovar padrões, indicadores e parâmetros sanitários e epidemiológicos ouvidos os Conselhos Municipais de Saneamento Básico, Meio Ambiente e de Saúde, sem prejuízo de audiências públicas especialmente convocadas para informar, dirimir dúvidas e colher sugestões da população.

Art. 4º O Poder Executivo, a Câmara de Vereadores e a sociedade civil realizarão o acompanhamento e a avaliação da implantação do presente Plano Municipal de Saneamento Básico.

Parágrafo único. A avaliação de que trata o caput deste artigo será realizada por meio de reuniões, levantamento de dados estatísticos, bem como no momento da elaboração do Plano Plurianual.

Art. 5º Por se tratar de instrumento dinâmico, o presente Plano Municipal de Saneamento Básico deverá ser objeto de contínuo estudo, desenvolvimento, ampliação e aperfeiçoamento, devendo ser revisado no prazo máximo de quatro anos, a contar da publicação desta LEI.

Parágrafo único. O Poder Executivo encaminhará proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico à Câmara de Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessário, a atualização e a consolidação do Plano de Saneamento anteriormente vigente.

Art. 6º O Poder Executivo e as instituições municipais de ensino empenhar-se-ão na divulgação do presente Plano Municipal de Saneamento Básico e da realização de seus objetivos e metas, para que a sociedade dele tome conhecimento e acompanhe sua implementação.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.



Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 05 de dezembro de 2013.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

### Convenio N°. 08/13

MINUTA DE CONVÊNIO No 08/13, DE 02 DE OUTUBRO DE 2013. TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, COM INTERVENIÊNCIA DO COMANDO GERAL DA POLÍCIA MILITAR E DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL.

Aos 02 dias do mês de outubro de 2013, o MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, com sede na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº. 519, Centro, Cocal do Sul - SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 95.778.056/0001-88, representado pelo seu Prefeito o Senhor ADEMIR MAGAGNIN, residente e domiciliado em Cocal do Sul-SC, portador da Carteira de Identidade nº. 425.947, SSP/SC e do CPF nº. 343.081.649-15, e o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com sede na Rua Artista Bitencourt, no 30, Florianópolis-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.951.294/0001-00, doravante denominada, SSP, representada por seu Secretário CESAR AUGUSTO GRUBBA, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, portador da Carteira de Identidade no 372513, SSP/SC e do CPF no 252.157.529-15, com interveniência da Polícia Militar do Estado, estabelecida a Rua Visconde de Ouro Preto, 549 - Centro - Florianópolis-SC, representado por seu Comandante Geral NAZARENO MARCINEIRO, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, portador da Carteira de Identidade no 539318, expedida pela SSP/SC e do CPF no 376.568.999-87, doravante denominada PMSC, com interveniência da Polícia Civil do Estado, estabelecida a Rua Álvaro de Carvalho, 220 - Centro - Florianópolis-SC, representado por seu Delegado Geral ALDO PINHEIRO D'ÁVILA, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, portador da Carteira de Identidade no 372.513, SSP/SC e do CPF no 548.933.059-72, doravante denominada PCSC, resolvem celebrar o presente Termo, de acordo com as Cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a cooperação entre o MUNICÍPIO e a SSP, para instalação e manutenção de um sistema de videomonitoramento urbano composto de 01 (uma) central de videomonitoramento com 10(dez) câmeras de segurança no Município de COCAL DO SUL.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Este Convênio está fundamentado pelo disposto no artigo 116, da Lei no 8.666/93, de 21 de junho de 1993, no que couber, no artigo 62 da Lei Complementar no 101, de 04 de maio de 2.000, Lei Complementar no 284 de 28 de fevereiro de 2005, na IN 14/12 TCE e no artigo 8º, item IX, da Constituição Estadual e na Lei Municipal no 1.147, de 19 de junho de 2013.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes da execução do presente Termo correrão à conta dos orçamentos do MUNICÍPIO e da SSP, vigentes em cada exercício financeiro.

I. O MUNICÍPIO fará repasse do montante que deve ser depositado na c/c específica nº 851.750-9, Ag. 3582-3, Banco do Brasil, tendo como titular: FUNDO PARA MELHORIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, inscrito sob o CNPJ nº 85.280.147.0001/35;

II. A SSP manterá os recursos da contra-partida oriundos do BNDES em conta específica.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I. Opinar sobre o projeto desenvolvido pela SSP / PMSC, com vistas à instalação de um sistema de videomonitoramento urbano no Município de COCAL DO SUL/SC;

II. Repassar o montante de R\$ 108.322,50(cento e oito mil trezentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos, à SSP-SC, conforme planilha de custos em anexo, em até 90 dias, contados a partir da solicitação do depósito;

III. Responsabilizar-se pelos custos com manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos que fazem parte do sistema de videomonitoramento urbano do Município de COCAL DO SUL/SC, após período de garantia;

IV. Responsabilizar-se pelas futuras ampliações do número de pontos de videomonitoramento e pelos custos decorrentes da ampliação;

V. Responsabilizar-se pelas obras necessárias para adequação de um ambiente no Quartel da Polícia Militar, onde será instalada a central de videomonitoramento;

VI. Responsabilizar-se pela contratação e instalação de energia elétrica, junto a concessionária local, para alimentação dos pontos de videomonitoramento;

VII. Auxiliar no serviço de monitoramento das imagens, com disponibilização de operadores de CFTV na sala de videomonitoramento, de acordo com a disponibilidade de servidores.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA SSP / PMSC

I. Providenciar estudo e elaborar projeto para instalação de videomonitoramento urbano através de câmeras de vídeo e submetê-lo à apreciação do Município de COCAL DO SUL/SC;

II. Responsabilizar-se pela aquisição, coordenação e instalação do sistema de videomonitoramento urbano de acordo com a CLÁUSULA PRIMEIRA;

III. Responsabilizar-se pela contratação de rede multimídia, em fibra óptica, para transmissão das imagens do sistema de videomonitoramento urbano e pelos custos mensais decorrentes;

IV. Responsabilizar-se pela operacionalização do sistema de videomonitoramento urbano e realizar o serviço de monitoramento das imagens diuturnamente com pessoal da Polícia Militar e nas delegacias de Polícia Civil de Santa Catarina.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para o cumprimento do presente instrumento, o relacionamento entre as partes dar-se-á entre o Comando da Organização Policial Militar de COCAL DO SUL, em nome da SSP / PMSC e o Prefeito Municipal, em nome do MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

A execução do projeto objeto do presente convênio pela SSP/PMSC, deverá ocorrer no prazo de 18 (dezoito) meses a contar da assinatura deste instrumento, sob pena de devolver a totalidade dos recursos repassados pelo MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Prestação de Contas do repasse previsto na CLÁUSULA QUARTA, se dará na forma da Instrução Normativa N.TC-14/2012.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA DENÚNCIA

O MUNICÍPIO e a SSP / PMSC poderão propor, a qualquer tempo, a denúncia do presente Convênio, se não for cumprida qualquer de suas Cláusulas, por mútuo acordo ou por interesse unilateral do poder cedente.

#### CLÁUSULA NONA - DO PRAZO

O prazo de vigência do presente Convênio é de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Os participantes elegem o Foro da Comarca de Urussanga/SC, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste Termo.

E por estarem assim de pleno acordo, assinam o presente Convênio com as testemunhas abaixo relacionadas.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CESAR AUGUSTO GRUBBA

Secretário de Estado da Segurança Pública

NAZARENO MARCINEIRO

Comandante Geral da Polícia Militar

ALDO PINHEIRO D'ÁVILA  
Delegado Geral da Polícia Civil

## Concórdia

### PREFEITURA

**Portaria Nº 176/2013**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
PORTARIA Nº 176/2013, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.  
No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no Edital de Processo Seletivo Público nº 3/2013, de 21 de outubro de 2013.

#### RESOLVE:

Art. 1º Homologar o resultado final do Processo Seletivo Público, objeto do Edital nº 3/2013, de 21 de outubro de 2013, conforme Anexo Único, parte integrante desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

ANEXO ÚNICO  
CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 3/2013

CARGO: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR						
Classificação	Inscrição	Nome Completo	Data de Nascimento	Nota Prova Escrita	Nota Entrevista	Média Final
1º	18	Camila Bordignon	3/1/1990	7,60	8,75	7,95
2º	32	Marizete Muller	4/6/1969	6,00	8,95	6,88
3º	14	Magali Hoch Ramires da Silva	6/2/1983	6,00	7,70	6,51
4º	26	Joseane Vicari	1º/7/1983	6,40	4,90	5,95
CARGO: TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO						
Classificação	Inscrição	Nome Completo	Data de Nascimento	Nota Prova Escrita	Nota Entrevista	Média Final
1º	17	Daniela Zenatti	26/10/1993	8,40	9,00	8,58
2º	30	Rosana Maria Schwerz	17/2/1990	8,40	8,50	8,43
3º	13	Greice Bombassaro Uberti	8/11/1986	7,60	9,50	8,17
4º	44	Diego Daniel Fritz	25/8/1987	8,00	8,50	8,15
5º	10	Jaqueline Menegetti	29/1/1989	8,00	7,80	7,94
6º	21	Vinicius Campos Pires	20/2/1982	8,00	7,15	7,74
7º	03	Carlos Roberto Schwabland	4/8/1980	8,00	6,95	7,68
8º	40	Paula Fontana Machado	8/12/1996	8,40	5,85	7,63

9º	20	Silvia Trevisan	6/9/1975	8,00	6,60	7,58
10º	33	Ricardo Daneluz	18/8/1988	7,60	7,40	7,54
11º	36	Michele Aline Rizzi Nunes	16/2/1989	7,60	7,05	7,43
12º	25	Mateus Pegoraro	5/2/1979	8,00	4,65	6,99
13º	07	Elizeu Studinski	23/2/1982	7,20	4,90	6,51
14º	15	Jussara de Lima Peloso	9/9/1972	6,80	5,75	6,48
15º	04	Tainara Camila Gasparini	8/10/1996	5,60	7,90	6,29
16º	02	Maira Daiane Dalposso	5/8/1994	6,80	4,20	6,02
17º	12	Carmen Lucia Andrin Schuck	12/5/1977	6,40	4,65	5,87
18º	11	Luana Tais Poletto	16/11/1991	6,00	3,30	5,19

#### Adendo 01 ao Edital Pregão Eletrônico SRP Nº 26/2013 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
ADENDO 01 AO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 26/2013 PMC

O Município de Concórdia, SC, por intermédio da Secretária Municipal de Educação leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição durante o ano de 2014 de material didático e material para artesanato com recursos oriundos do FUNDEB, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital foi ALTERADO.

Os prazos para a apresentação da proposta de preço fica alterado para dia 13 de Janeiro de 2014, até as 08:15 horas. Sendo que a sessão de abertura da licitação, fica marcada para o dia 13 de Janeiro às 08:30 Horas no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília - DF Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 17 de Dezembro de 2013.  
SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

#### Adendo 01 ao Edital Pregão Presencial Nº 115/2013 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
ADENDO 01 AO EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2013 PMC

O Município de Concórdia, SC, por intermédio da Secretária Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição, durante o exercício de 2014, de combustíveis (gasolina, óleo diesel, ARLA) para abastecimento da frota de veículo do Município de Concórdia, conforme

especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital, foi alterado.

Em observância ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/1993, o prazo para protocolo dos envelopes, contendo as propostas de preços e documentação para habilitação, fica alterado para dia 06 de janeiro de 2013, até as 09:00 horas, sendo que a sessão de abertura da licitação, fica para o dia 06 de janeiro de 2013 às 10h00min.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 17 de dezembro de 2013.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

### **Edital de Concorrência - Nº 5/2013 - PMC - (Concessão)**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
EDITAL DE CONCORRÊNCIA - Nº 5/2013 - PMC  
(CONCESSÃO)

Objeto: seleção de empresa, do ramo de transporte coletivo de passageiros, para outorga, em caráter de exclusividade, de concessão de serviços públicos de transporte coletivo de passageiros do interior do Município de Concórdia, na forma da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Anexo "D" - PROJETO BÁSICO e outras constantes do Edital.

Forma de julgamento: Maior Oferta por Item

Recebimento das propostas: até as 08h45min do dia 21/01/2014.

Abertura: dia 21/01/2014, às 09h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo fone (049) 3441-2138.

Concórdia, SC, 17 de dezembro de 2013.  
MAURI MARAN  
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

### **Edital de Concorrência Nº 1/2013 - FMS**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - SC  
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 1/2013 - FMS

Objeto: Contratação de serviços de empresa do ramo da construção civil, em regime de empreitada global (material e mão-de-obra), para construção de edificação destinada a abrigar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h, localizada na Rua Alexandre Lorenzet, Loteamento Jardim Europa, Bairro Parque de Exposições, neste município, a serem executados com recursos oriundos do convênio com Governo Federal - PAC 2 e contrapartida municipal. Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 29/01/2014. Abertura: dia 30/01/2014, às 09h00min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo

telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 17 de dezembro de 2013.  
ALESSANDRO VERNIZE  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

### **Extrato 1º TA Contrato Nº 203/2013 - PMC**

Contrato Nº: 203/2013

Aditivo Nº: 1 TA/2013

Tipo Aditivo: Normal

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada: COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE PINHAL

Licitação:

Objeto: Chamada Pública: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e Programa Nacional de Alimentação de Creches - PNAC.

Vigência: Início: 09/12/2013 Término: 31/12/2013

Assinatura: 09/12/2013

Valor R\$: 1.689,20 (Um Mil, Seiscentos e Oitenta e Nove Reais e Vinte Centavos)

### **Extrato 1º TA Contrato Nº 222/2013 - PMC**

Contrato Nº: 222/2013

Aditivo Nº: 1 TA/2013

Tipo Aditivo: Supressão

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada: BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP

Licitação: Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 11/2013

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) de pavimentação asfáltica da Rua São Sebastião, localizada no Bairro Frágiosos, neste Município.

Vigência: Início: 02/12/2013 Término: 23/02/2014

Assinatura: 02/12/2013

Valor R\$: 16.968,38 (Dezesseis Mil, Novecentos e Sessenta e Oito Reais e Trinta e Oito Centavos)

Dotação: 95 - 08.001.1009.344905198000000.01240000

Dotação: 97 - 08.001.1009.344905198000000.01450000

### **Extrato 1º TA Contrato Nº 344/2013 - PMC**

Contrato Nº: 344/2013

Aditivo Nº: 1 TA/2013

Tipo Aditivo: Normal

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada: HODIERNIA TRANSPORTES LTDA - EPP

Licitação: Inexigibilidade 34/2013

Objeto: Acréscimo quantitativo e de valor ao contrato inicial referente ao fornecimento de passes escolares (ida e volta) para alunos da rede pública municipal e estadual de ensino fundamental e ensino médio, para o ano letivo de 2013, nos seguintes itinerários.

Vigência: Início: 10/12/2013 Término: 31/12/2013

Assinatura: 10/12/2013

Valor R\$: 7.845,60 (Sete Mil, Oitocentos e Quarenta e Cinco Reais e Sessenta Centavos)



Dotação: 41 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação: 42 - 06.002.2016.333903926000000.01220000

Dotação: 43 - 06.002.2016.333903926000000.01580000

Dotação: 46 - 06.002.2017.333903926000000.01010000

Dotação: 67 - 06.006.2011.333903926000000.01220000

#### **Extrato 1º TA Contrato Nº 51/2013 - PMC**

Contrato Nº: 51/2013/2013

Aditivo Nº: 1 TA/2013

Tipo Aditivo: Normal

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada: TRANSPORTES COLETIVOS ZONTA LTDA

Licitação: Pregão Presencial 3/2013

Objeto: Aquisição de passes escolares (ida e volta) para transporte de alunos das redes públicas municipal e estadual do ensino fundamental, com recursos oriundos do convênio FUNDEB.

Vigência: Início: 10/12/2013 Término: 31/12/2013

Assinatura: 10/12/2013

Valor R\$: 12.984,48 (Doze Mil, Novecentos e Oitenta e Quatro Reais e Quarenta e Oito Centavos)

Dotação: 41 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação: 42 - 06.002.2016.333903926000000.01220000

Dotação: 67 - 06.006.2011.333903926000000.01220000

#### **Edital de Credenciamento Nº 2/2013 - FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2013 - FMS

Objeto: Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas.

Tipo: Credenciamento a todos os interessados

Recebimento dos documentos: à partir do dia 18/12/2013.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na homepage [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas junto ao Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situado à Rua Atalípio Magarinos, nº 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 17 de Dezembro de 2013.

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

#### **Edital de Notificação - Convênio Fnde/Pnate - Transporte Escolar - Educação Infantil**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Educação Infantil, no valor de R\$ 2.380,25 (dois mil trezentos e oitenta reais e vinte e cinco centavos).

Concórdia SC, 17 de dezembro de 2013.

JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

#### **Edital de Notificação - Convênio Fnde/Pnate - Transporte Escolar - Ensino Fundamental**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Ensino Fundamental, no valor de R\$ 16.619,53 (dezesesseis mil seiscentos e dezenove reais e cinquenta e três centavos).

Concórdia SC, 17 de dezembro de 2013.

JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

#### **Edital de Notificação - Convênio Fnde/Pnate - Transporte Escolar - Ensino Médio**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Ensino Médio, no valor de R\$ 6.636,63 (seis mil seiscentos e trinta e seis reais e sessenta e três centavos).

Concórdia SC, 17 de dezembro de 2013

JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

#### **Edital de Notificação - Convênio - FMAS/Igdsuas**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - FMAS/IGDSUAS, repasse no valor de R\$ 1.278,06 (Um mil duzentos e setenta e oito reais e seis centavos), referente Índice de Gestão Descentralizada-IGD-SUAS.

Concórdia SC, 17 de dezembro de 2013.

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Gestora do FMAS

#### **Edital de Notificação - Convênio - FMAS/SC/FV**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - FMAS/SC/FV, repasse no valor de R\$ 24.300,00 (vinte e quatro mil e trezentos reais), referente programa Fortalecimento de Vínculos.

Concórdia SC, 17 de dezembro de 2013.

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Gestora do FMAS

## Cordilheira Alta

### PREFEITURA

**Decreto N. 799/2013**

DECRETO Nº799/2013, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.

"NOMEIA DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o inciso II do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA**

Art. 1º Fica nomeada a partir de 13 de dezembro de 2013, a Sra. SOLANGE MARIA DERVANOSKI. LANZARIN para exercer o cargo de Diretor Geral de Contabilidade e Planejamento, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, respondendo pela contabilidade do município e do Fundo Municipal de Saúde de Cordilheira Alta.

Art. 2º A Servidora nomeada pelo presente, sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal - LC nº 18/2001, e ao Plano de Cargos e Salários - LC nº 93/2013 e alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação..

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 13 de dezembro de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Decreto N. 801/2013**

DECRETO Nº 801/2013, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 7º - CF/88:

**DECRETA**

Art. 1º Concede Licença Maternidade a Servidora Sra. MÁRCIA DALAGASPERINA BOFF, ocupando o cargo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com os documentos anexo.

Art. 2º A licença de que trata o Art. 1º, será do período de 19/12/2013 à 16/04/2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 13 de dezembro de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

## Coronel Martins

### PREFEITURA

**Decreto Nº. 224 de 13 de Dezembro de 2013.**

DECRETO Nº. 224 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2010/2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2013 e art. 6º da Lei Orçamentária Anual nº. 588 de 08/11/2012;

**Decreta:**

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 6.245,80 (seis mil, duzentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos) na seguinte Programação de despesa:

**04.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

10.306.0010.2.022 - Programa Suplementar de Alimentação Escolar

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	10	01.0060	6.245,80

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 6.245,80 (seis mil, duzentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos) do Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos 01.0060 - Transferências de Recursos do PNAE.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 13 de dezembro de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

**Errata ao Decreto Nº. 221, de 09 de Dezembro de 2013.**

ERRATA AO DECRETO Nº. 221, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013.

A presente Errata consiste na Alteração no teor do Decreto 221, de 09 de dezembro de 2013, a qual possui erro no na data de prorrogação do contrato dos servidores ACTs, onde lê-se:

**FICA PRORROGADO ATÉ 31/03/2013.**

Leia-se:

**FICA PRORROGADO ATÉ 31/03/2014.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 12 de dezembro de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal



## Corupá

### PREFEITURA

#### **Errata de Decreto Nº 187/10 - de 16 de Março de 2010 Publicado Em 07 de Junho de 2011.**

Errata de Decreto Nº 187/10 - de 16 de Março de 2010 publicado em 07 de Junho de 2011.

ONDE SE LÊ:

Anexo VI

#### **CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS**

9.2.5 - Obter e utilizar o serviço, observadas as normas da Secretaria de Transportes e Infraestrutura Urbana do Município de Vitória;

LEIA-SE:

Anexo VI

#### **CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS**

9.2.5 - Obter e utilizar o serviço, observadas as normas da Secretaria de Transportes e Infraestrutura Urbana do Município de Corupá;

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

## Curitibanos

### PREFEITURA

#### **Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato** RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS  
CNPJ: 61.198.164/0001-60  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 13/2013 Número do Processo: 13/2013  
Número do Contrato: 255/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: TERMO ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 85,42 PARA SEGURO TOTAL DO VEICULO V/WGOL CITY 1.0 8 V, PLACA MLP 1556 DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA PELO DE 05/11/2013 A 05/03/2014, COM FRANQUIA NORMAL.

Data da Assinatura: 05/11/2013  
Data da publicação no Diário Oficial: 05/11/2013  
Vigência: 05/11/2013 a 05/03/2014  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11  
Gestão/ Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 85,42  
Forma de pagamento: A VISTA

#### **Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato** RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: NATALIUCIO DE JESUS GERALDO EPP  
CNPJ: 78.216.058/0001-64  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 47/2013 Número do Processo: 47/2013  
Número do Contrato: 256/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIARIOS PARA CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NÚCLEOS MUNICIPAIS, CONFORME ANEXOS I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 06/11/2013  
Data da publicação no Diário Oficial: 06/11/2013  
Vigência: 06/11/2013 a 31/12/2014  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11  
Gestão/ Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 2.510,00  
Forma de pagamento: A VISTA

#### **Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato** RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: PAULINEIA LOTTERMANN REIS  
CNPJ: 10.936.352/0001-07  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 47/2013 Número do Processo: 47/2013  
Número do Contrato: 257/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIARIOS PARA CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NÚCLEOS MUNICIPAIS, CONFORME ANEXOS I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 06/11/2013  
Data da publicação no Diário Oficial: 06/11/2013  
Vigência: 06/11/2013 a 31/12/2014  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11  
Gestão/ Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 13.380,00  
Forma de pagamento: A VISTA

#### **Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato** RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: DALFOVO SOLUÇÕES E SISTEMAS LTDA-ME  
CNPJ: 06.124.108/0001-72  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 55/2013 Número do Processo: 55/2013  
Número do Contrato: 258/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CÂMERAS E DEMAIS MATERIAIS PARA VIGILÂNCIA ELETRÔNICA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NÚCLEO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL E PLANTA COM LOCALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS.

Data da Assinatura: 07/11/2013  
Data da publicação no Diário Oficial: 07/11/2013  
Vigência: 07/11/2013 a 31/12/2014  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11  
Gestão/ Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 84.899,92  
Forma de pagamento: A VISTA

**Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato**  
RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: ADL COMERCIAL EIRELI  
CNPJ: 15.267.298/0001-78  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 54/2013 Número do Processo: 54/2013  
Número do Contrato: 259/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 08/11/2013  
Data da publicação no Diário Oficial: 08/11/2013  
Vigência: 08/11/2013 a 31/12/2014  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11  
Gestão/ Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 7.440,00  
Forma de pagamento: A VISTA

**Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato**  
RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: BAGATOLI COMÉRCIO DE MOVEIS LTDA ME  
CNPJ: 09.053.748/0001-27  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 54/2013 Número do Processo: 54/2013  
Número do Contrato: 260/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 08/11/2013  
Data da publicação no Diário Oficial: 08/11/2013  
Vigência: 08/11/2013 a 31/12/2014  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11  
Gestão/ Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 13.632,00  
Forma de pagamento: A VISTA

**Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato**  
RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA-ME  
CNPJ: 16.677.803/0001-15  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 54/2013 Número do Processo: 54/2013  
Número do Contrato: 261/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 08/11/2013  
Data da publicação no Diário Oficial: 08/11/2013  
Vigência: 08/11/2013 a 31/12/2014  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11  
Gestão/ Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 349,50  
Forma de pagamento: A VISTA

**Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato**  
RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: CELIA REGIANA WAMVOMMEL ME  
CNPJ: 04.195.853/0001-87  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 54/2013 Número do Processo: 54/2013  
Número do Contrato: 262/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 08/11/2013  
Data da publicação no Diário Oficial: 08/11/2013  
Vigência: 08/11/2013 a 31/12/2014  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11  
Gestão/ Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 10.130,00  
Forma de pagamento: A VISTA

**Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato**  
RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: DIAL DEPARTAMENTOS LTDA  
CNPJ: 09.008.570/0001-00  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 54/2013 Número do Processo: 54/2013  
Número do Contrato: 264/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 08/11/2013  
Data da publicação no Diário Oficial: 08/11/2013  
Vigência: 08/11/2013 a 31/12/2014  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11  
Gestão/ Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 3.190,00  
Forma de pagamento: A VISTA

**Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato**  
RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: ELETRO REFIRGERAÇÃO TROPICAL  
CNPJ: 80.694.185/0001-10  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 54/2013 Número do Processo: 54/2013  
Número do Contrato: 265/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 08/11/2013  
Data da publicação no Diário Oficial: 08/11/2013  
Vigência: 08/11/2013 a 31/12/2014  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11  
Gestão/ Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 7.617,00  
Forma de pagamento: A VISTA

**Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato**  
RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: LUIZ FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME  
CNPJ: 15.275.465/0001-22  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 54/2013 Número do Processo: 54/2013  
Número do Contrato: 266/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 08/11/2013  
Data da publicação no Diário Oficial: 08/11/2013  
Vigência: 08/11/2013 a 31/12/2014  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11  
Gestão/ Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 2.115,00  
Forma de pagamento: A VISTA

**Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato**  
RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: NATALICIO DE JESUS GERALDO EPP  
CNPJ: 78.216.058/0001-64  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 54/2013 Número do Processo: 54/2013  
Número do Contrato: 267/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 08/11/2013  
Data da publicação no Diário Oficial: 08/11/2013  
Vigência: 08/11/2013 a 31/12/2014  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11  
Gestão/ Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 19.746,00  
Forma de pagamento: A VISTA

**Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato**  
RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: ECOBAN BANHEIROS QUÍMICOS LTDA  
CNPJ: 09.158.348/0001-86  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 60/2013 Número do Processo: 60/2013  
Número do Contrato: 268/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: LOCAÇÃO DE DOIS BANHEIROS QUÍMICOS A SEREM UTILIZADOS NA FEIRA DO LIVRO, NOS DIAS 11,12,13 E 14 DE NOVEMBRO DE 2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 08/11/2013  
Data da publicação no Diário Oficial: 08/11/2013  
Vigência: 08/11/2013 a 31/12/2014  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11  
Gestão/ Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 1.600,00  
Forma de pagamento: A VISTA

**Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato**  
RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: CEQUIPEL IND DE MOVÉIS E COM DE EQUIPAMENTOS GERAIS  
CNPJ: 00.325.400/0001-77  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 54/2013 Número do Processo: 54/2013  
Número do Contrato: 269/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS CONTITIDO DE CONJUNTO ALUNO, MESA ACESSÍVEL E CONJUNTO PROFESSOR, DESTINADOS AOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, CONFORME ADESÃO À ATA DE REGISTRO

DE PREÇO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2013/FNDE/MEC, REGISTRANDO NO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.

Data da Assinatura: 12/11/2013  
Data da publicação no Diário Oficial: 14/11/2013  
Vigência: 12/11/2013 a 12/11/2014  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11  
Gestão/ Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 101.040,00  
Forma de pagamento: A VISTA

#### **Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato** RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: ELIO MARIA LAZZAROTTO  
CNPJ: 16.974.364/0001-02  
Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Número da Licitação: 65/2013 Número do Processo: 65/2013  
Número do Contrato: 270/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PALESTRAS NO CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ABORDANDO OS TEMAS: CIDADANIA, CONCEITOS DE SOLIDARIEDADE, VALORES E ATITUDES, RESPEITOS A DIVERSIDADE, INTERIORIZAÇÃO DE VALORES, RESPEITO, FRATERNIDADE E COMPREENSÃO, RESPEITO AO MEIO AMBIENTE, NOS DIAS 19 E 20 DE NOVEMBRO DE 2013.

Data da Assinatura: 12/11/2013  
Data da publicação no Diário Oficial: 12/11/2013  
Vigência: 12/11/2013 a 12/11/2014  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11  
Gestão/ Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 6.750,00  
Forma de pagamento: A VISTA

#### **Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato** RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: FOZ BRASIL VEICULOS ESPECIAIS LTDA-EPP  
CNPJ: 12.622.982/0001-32  
Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Número da Licitação: 52/2013 Número do Processo: 52/2013  
Número do Contrato: 271/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE MAIS R\$ 7.950,00 REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRANSFORMAÇÃO DO ÔNIBUS MODELO VOLKSWAGEN PLCA MCY 8841 EM BIBLIOTECA MÓVEL CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 12/11/2013  
Data da publicação no Diário Oficial: 12/11/2013  
Vigência: 12/11/2013 a 12/11/2014  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11  
Gestão/ Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 7.950,00  
Forma de pagamento: A VISTA

#### **Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato** RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: CELSO MOACIR GOMES-ME  
CNPJ: 15.279.692/0001-26  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 57/2013 Número do Processo: 57/2013  
Número do Contrato: 272/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA PLAYGROUD, SERÃO DESTINADOS AOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 12/11/2013  
Data da publicação no Diário Oficial: 12/11/2013  
Vigência: 12/11/2013 a 12/11/2014  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11  
Gestão/ Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 38.040,00  
Forma de pagamento: A VISTA

#### **Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato** RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: MOVEIS ANDRIERI LTDA-ME  
CNPJ: 14.282.205/0001-11  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 57/2013 Número do Processo: 57/2013  
Número do Contrato: 273/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA PLAYGROUD, SERÃO DESTINADOS AOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 12/11/2013  
Data da publicação no Diário Oficial: 12/11/2013  
Vigência: 12/11/2013 a 12/11/2014  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11  
Gestão/ Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 16.194,00  
Forma de pagamento: A VISTA

#### **Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato** RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: MULTIARTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA  
CNPJ: 08.389.121/0001-89  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 57/2013 Número do Processo: 57/2013  
Número do Contrato: 274/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA PLAYGROUD, SERÃO DESTINADOS AOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 12/11/2013



Data da publicação no Diário Oficial: 12/11/2013  
Vigência: 12/11/2013 a 12/11/2014  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11  
Gestão/ Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 10.650,00  
Forma de pagamento: A VISTA

#### **Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato** RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: RESTAURANTE HIKARU LTDA-ME  
CNPJ: 00.156.902/0001-11  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 61/2013 Número do Processo: 61/2013  
Número do Contrato: 275/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM EM HOTEL E REFEIÇÕES PELO PERÍODO DE 5 DIAS, DESTINADOS AOS PARTICIPANTES DO IV SEMINÁRIO INCLUSIVA: DIREITO A DIVERSIDADE", QUE ACONTECERÁ DE 18 A 22 DE NOVEMBRO DE 2013, DAS 14:00 ÀS 18:30, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 14/11/2013  
Data da publicação no Diário Oficial: 14/11/2013  
Vigência: 14/11/2013 a 31/12/2014  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11  
Gestão/ Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 15.725,00  
Forma de pagamento: A VISTA

#### **Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato** RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: GABOARDI PARK HOTEL EIRELE-ME  
CNPJ: 17.239.101/001-12  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 61/2013 Número do Processo: 61/2013  
Número do Contrato: 276/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM EM HOTEL E REFEIÇÕES PELO PERÍODO DE 5 DIAS, DESTINADOS AOS PARTICIPANTES DO IV SEMINÁRIO INCLUSIVA: DIREITO A DIVERSIDADE", QUE ACONTECERÁ DE 18 A 22 DE NOVEMBRO DE 2013, DAS 14:00 ÀS 18:30, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 14/11/2013  
Data da publicação no Diário Oficial: 14/11/2013  
Vigência: 14/11/2013 a 31/12/2014  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11  
Gestão/ Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 20.850,00  
Forma de pagamento: A VISTA

#### **Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato** RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: ANDRADE PASSINI COMERCIO DE MATERIAIS LTDA-ME  
CNPJ: 12.526.833/0001-70  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 54/2013 Número do Processo: 54/2013  
Número do Contrato: 277/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRONICOS PARA A MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 14/11/2013  
Data da publicação no Diário Oficial: 14/11/2013  
Vigência: 14/11/2013 a 31/12/2014  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11  
Gestão/ Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 22.920,00  
Forma de pagamento: A VISTA

#### **Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato** RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: TAYMARA DA ROCHA CIFRO  
CNPJ: 036.941.299-01  
Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Número da Licitação: 68/2013 Número do Processo: 68/2013  
Número do Contrato: 278/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE INTERPRETE DE LIBRAS NO 4º SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA-DIREITO A DIVERSIDADE, NO PERÍODO DE 18 A 22 DE NOVEMBRO DE 2013, DOCUMENTALÇÃO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 14/11/2013  
Data da publicação no Diário Oficial: 14/11/2013  
Vigência: 14/11/2013 a 31/12/2014  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11  
Gestão/ Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 3.200,00  
Forma de pagamento: A VISTA

#### **Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato** RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado:  
CNPJ: 15.874.834/0001-01  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 59/2013 Número do Processo: 59/2013  
Número do Contrato: 279/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MIBILIARIOS PARA CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. (PROGRAMA BRASIL CARINHOSO)



Data da Assinatura: 19/11/2013  
Data da publicação no Diário Oficial: 19/11/2013  
Vigência: 19/11/2013 a 31/12/2014  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11  
Gestão/ Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 104.450,00  
Forma de pagamento: A VISTA

#### **Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato** RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: LUCIANA DE ANDRADE RIBEIRO MELLO - EPP  
CNPJ: 00.317.355/0001-09  
Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Número da Licitação: 70/2013 Número do Processo: 70/2013  
Número do Contrato: 280/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE PARA O 4º SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA-DIREITO A DIVERSIDADE, NO PERÍODO DE 18 A 22 DE NOVEMBRO E 2013, SENDO QUE A PALESTRA SERÁ MINISTRADA NOS DIAS 20,21,22 DE NOVEMBRO, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 20/11/2013  
Data da publicação no Diário Oficial: 20/11/2013  
Vigência: 20/11/2013 a 31/12/2013  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11  
Gestão/ Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 1.000,00  
Forma de pagamento: A VISTA

#### **Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato** RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: ISABEL CRISTINA MACHADO DE LARA  
CNPJ: 639.121.980/04  
Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Número da Licitação: 71/2013 Número do Processo: 71/2013  
Número do Contrato: 281/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE PARA O 4º SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA-DIREITO A DIVERSIDADE, NO PERÍODO DE 18 A 22 DE NOVEMBRO E 2013, SENDO QUE A PALESTRA SERÁ MINISTRADA NOS DIAS 20,21,22 DE NOVEMBRO, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 20/11/2013  
Data da publicação no Diário Oficial: 20/11/2013  
Vigência: 20/11/2013 a 31/12/2013  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11  
Gestão/ Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 1.000,00  
Forma de pagamento: A VISTA

#### **Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato** RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLV DO ENSINO PESQUISA E EXT  
CNPJ: 01.598.545/0001-04  
Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Número da Licitação: 72/2013 Número do Processo: 72/2013  
Número do Contrato: 282/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE PARA O 4º SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA-DIREITO A DIVERSIDADE, NO PERÍODO DE 18 A 22 DE NOVEMBRO E 2013, SENDO QUE A PALESTRA SERÁ MINISTRADA NOS DIAS 20,21,22 DE NOVEMBRO, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 20/11/2013  
Data da publicação no Diário Oficial: 20/11/2013  
Vigência: 20/11/2013 a 31/12/2013  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11  
Gestão/ Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 1.000,00  
Forma de pagamento: A VISTA

#### **Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato** RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: CLAUDIO LUCIANO DUSIK  
CNPJ: 953.569.590-87  
Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Número da Licitação: 73/2013 Número do Processo: 73/2013  
Número do Contrato: 283/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE PARA O 4º SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA-DIREITO A DIVERSIDADE, NO PERÍODO DE 18 A 22 DE NOVEMBRO E 2013, SENDO QUE A PALESTRA SERÁ MINISTRADA NOS DIAS 20,21,22 DE NOVEMBRO, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 20/11/2013  
Data da publicação no Diário Oficial: 20/11/2013  
Vigência: 20/11/2013 a 31/12/2013  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11  
Gestão/ Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 1.000,00  
Forma de pagamento: A VISTA

#### **Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato** RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: SC CÓPIA LTDA  
CNPJ: 03.367.127/0002-12  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 95/2012 Número do Processo: 95/2012  
Número do Contrato: 284/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS REPÓSIÇÃO E SERVIÇOS PARA FOTOCOPIADORES DOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, PELO PERÍODO DE 19/02/2013 A 31/12/2013 CONFORME DESCRIÇÃO DOS ITENS NO ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 20/11/2013  
Data da publicação no Diário Oficial: 26/11/2013  
Vigência: 21/11/2013 a 31/12/2013  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11  
Gestão/ Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 3.815,00  
Forma de pagamento: APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

#### **Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato** RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: AUTO MECANICA GERAL LTDA-CURITIBANOS  
CNPJ: 86.548.054/0003-73  
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS  
Número da Licitação: 74/2013 Número do Processo: 74/2013  
Número do Contrato: 285/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REVISÃO DE 10.000 KM DO VEICULO CHEVROLET SPIN PLACA MLJ 0114, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 22/11/2013  
Data da publicação no Diário Oficial: 22/11/2013  
Vigência: 22/11/2013 a 31/12/2013  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11  
Gestão/ Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 264,00  
Forma de pagamento: APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

#### **Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato** RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: ACCORD INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA ME  
CNPJ: 07.877.522/0001-15  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 38/2013 Número do Processo: 38/2013  
Número do Contrato: 286/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: TERMO ADITIVO DE VALOR A MAIS EM R\$ 2.844,00, REFERENTE A AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA SONORIZAÇÃO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Data da Assinatura: 25/11/2013  
Data da publicação no Diário Oficial: 28/11/2013  
Vigência: 25/11/2013 a 31/12/2013  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11  
Gestão/ Número:  
Número do Empenho:

Valor: 2.844,00  
Forma de pagamento: APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

#### **Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato** RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: MULTIARTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA  
CNPJ: 08.389.121/0001-89  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 57/2013 Número do Processo: 57/2013  
Número do Contrato: 287/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$2.555,00 REFERENTE A AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA PLAYGROUD, SERÃO DESTINADOS AOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 26/11/2013  
Data da publicação no Diário Oficial: 26/11/2013  
Vigência: 26/11/2013 a 12/11/2014  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11  
Gestão/ Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 2.555,00  
Forma de pagamento: A VISTA

#### **Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato** RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: MOVEIS ANDRIERI LTDA ME  
CNPJ: 14.282.205/0001-11  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 57/2013 Número do Processo: 57/2013  
Número do Contrato: 288/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$3.796,00 REFERENTE A AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA PLAYGROUD, SERÃO DESTINADOS AOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 26/11/2013  
Data da publicação no Diário Oficial: 26/11/2013  
Vigência: 26/11/2013 a 12/11/2014  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11  
Gestão/ Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 3.796,00  
Forma de pagamento: A VISTA

#### **Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato** RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: CELSO MOACIR GOMES - ME  
CNPJ: 15.279.692/0001-26  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 57/2013 Número do Processo: 57/2013  
Número do Contrato: 289/2013

**Fundamento Legal:**

Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$8.380,00 REFERENTE A AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA PLAYGROUD, SERÃO DESTINADOS AOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 26/11/2013

Data da publicação no Diário Oficial: 26/11/2013

Vigência: 26/11/2013 a 12/11/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 8.380,00

Forma de pagamento: A VISTA

**Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato**  
RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: COR URBANA IND. CONFECÇÕES LTDA ME

CNPJ: 06.057.694/0001-80

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 58/2013 Número do Processo: 58/2013

Número do Contrato: 290/2013

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA USO DOS ALUNOS DOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, CONFORME ANEXO I,II,III,IV,V,VI,VII,VIII,IX E X DESTE EDITAL .

Data da Assinatura: 27/11/2013

Data da publicação no Diário Oficial: 27/11/2013

Vigência: 27/11/2013 a 12/11/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 214.272,12

Forma de pagamento: A VISTA

**Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato**  
RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: COMÉRCIO DE MAT DE CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE OB

CNPJ:

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 58/2013 Número do Processo: 58/2013

Número do Contrato: 291/2013

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA USO DOS ALUNOS DOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, CONFORME ANEXO I,II,III,IV,V,VI,VII,VIII,IX E X DESTE EDITAL .

Data da Assinatura: 27/11/2013

Data da publicação no Diário Oficial: 27/11/2013

Vigência: 27/11/2013 a 12/11/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 82.142,22

Forma de pagamento: A VISTA

**Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato**  
RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: COMÉRCIO DE MAT DE CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE OB

CNPJ: 17.476.071/0001-68

Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV.ENGENHARIA

Número da Licitação: 63/2013 Número do Processo: 63/2013

Número do Contrato: 292/2013

Fundamento Legal:

Objeto: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO MUNICIPAL TEREZA LEMOS PRETO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 29/11/2013

Data da publicação no Diário Oficial: 02/12/2013

Vigência: 29/11/2013 a 29/03/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 1.167,680,02

Forma de pagamento: A VISTA

**Ermo****PREFEITURA****Decreto Nº 080, de 16 de Dezembro de 2013.**

DECRETO Nº 080, de 16 de dezembro de 2013.

Estabelece Horário Especial de Expediente da Unidade Básica de Saúde do Município de Ermo e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII e XI da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 32 da Lei Nº 038, de 04 de novembro de 1997 (Estatuto dos Servidores Públicos);

**DECRETA:**

Art. 1º Fica estabelecido, o período de 16 de dezembro de 2013 à 17 de janeiro de 2014 como horário Especial de expediente externo da Unidade Básica de Saúde do Município de Ermo, de segunda-feira à sexta-feira o horário das 07:00 às 13:00 horas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 16 de dezembro de 2013.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças interino

# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### Lei Complementar Nº 106/2013.

LEI COMPLEMENTAR nº 106/2013

cria cargo no quadro geral de cargos permanentes dos servidores públicos municipais e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º.- Fica criado no Quadro Geral de Cargos Permanentes dos Servidores Públicos Municipais, da Lei Complementar 047/2006, Anexo I, o seguintes cargo:

#### 1 – SERVIÇOS GERAIS (SEG)

CÓD	CARGO	Nº DE CARGOS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO EM R\$
11.05	Cozinha	05	40h semanais	901,91

Art. 2º. – Com a alteração, fica incluído as atribuições inerentes ao cargo, constantes do Anexo V da Lei Complementar 047/2006.

Art. 3º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 12 de Novembro de 2013.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

#### ANEXO V

ESPECIFICAÇÃO DE GRUPOS E CARGOS DO QUADRO PERMANENTE

SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

DESCRIÇÃO ANALÍTICA DOS CARGOS DO GRUPO I – SERVIÇOS GERAIS - SEG

CARGO: Cozinha
CÓDIGO: 11.04
GRUPO PROFISSIONAL: Serviços Gerais – SEG
ATRIBUIÇÕES: Executar tarefas auxiliares; preparar e servir alimentos; executar; preparar e servir merendas; Executar serviços de panificação com confecção de massas, bolos, bolachas englobando os doces em gerais e salgados; Receber os gêneros alimentícios, observando as quantidades e a qualidade dos mesmos; Armazenar corretamente os gêneros alimentícios, observando os prazos de validade; Recolher, lavar, secar e guardar utensílios de copa e cozinha, mantendo a higiene, conservação e organização dos utensílios e equipamentos, rotineira e imediatamente após o uso; Manter a higiene, conservação e organização da área física da cozinha e depósito; Zelar pela guarda de materiais, alimentos e equipamentos de trabalho; Obedecer os cardápios estabelecidos; executar tarefas afins.
CONDIÇÕES DE TRABALHO: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, sábados, domingos e feriados; uso de uniforme e equipamento de proteção individual fornecido pelo Município.
REGIME DE TRABALHO: Estatutário
CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais
CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Alfabetizado

### Decreto Nº 404/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, 28 de novembro de 2013.

DECRETO nº 404/2013.

NOMEIA COMISSÃO DE LEVANTAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO MORTO.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º. Fica designada e nomeada a Comissão de Levantamento e Organização do Arquivo Morto Municipal, composta dos seguintes membros:

- Ledemir José Rosa da Silva;
- Agnaldo José Rebelatto;
- Sérgio Ebers;
- Maiane Oldoni.

Art. 2º. Caberá a Comissão efetuar o levantamento dos documentos inservíveis do Arquivo Morto Municipal, depois de identificados e registrados deverão os mesmos ser incinerados.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 28 de Novembro de 2013.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

### Decreto Nº 405/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, 02 de Dezembro de 2013.

DECRETO nº 405/2013.

FACULTA O PONTO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS POR MOTIVO DE RECESSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando os limites orçamentários do ano de 2013;  
Considerando o interesse público e o princípio da economicidade do erário público;  
Considerando que os serviços de urgência e emergência continuarão em funcionamento.

DECRETA:

Art. 1º. É facultado o ponto nas repartições públicas municipais por motivo de recesso dos dias 23 de Dezembro de 2013 a 01 de Janeiro de 2014.

Art. 2º. Os serviços de urgência e emergência funcionarão em regime de plantão, organizados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, SC, em 02 de Dezembro de 2013.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA



**Decreto Nº 406/2013.**

Faxinal dos Guedes, SC, 02 de dezembro de 2013.

DECRETO nº 406/2013.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º, I da Lei Municipal nº 2250 de 29 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 30.500,00 para a seguinte dotação orçamentária:

06 – Secretaria Municipal da Infraestrutura	
06.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos	
06.01.26.782.2601.2.048 – 3.3.90.00 – 01.24 - 104 – Aplicações Diretas	30.500,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos Vinculados (01.24 – Transferência de Convênios - Outros) – Proposta de Transferência n. 0000007942 – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Xanxerê no valor de R\$ 30.500,00.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 02 de dezembro de 2013.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

**Decreto Nº 407/2013.**

Faxinal dos Guedes, SC, 02 de Dezembro de 2013.

DECRETO nº 407/2013.

NOMEIA COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para comporem as Comissões do Concurso Público, objeto do Edital nº 007/2013 e Processo Seletivo, objeto do Edital 008/2013, os seguintes servidores:

I – ARIANA SOMAVILLA GONÇALVES

II – SIRLEY TREVISAN

III – SUZETE TEREZEINHA LAZZAROTTO RAMILO

IV – LUIZ CARLOS NEVES DE OLIVEIRA

V – HILEM DA ROSA FUNINI

Art. 2º. Terão a atribuição de acompanhar e fiscalizar os referidos Concursos Públicos, bem como, resolver os casos omissos no Edital citado no artigo 1º.

Art. 3º. Aos integrantes da Comissão, não será atribuída remuneração, sendo considerados serviços relevantes prestados a comunidade.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, SC, em 02 de Dezembro de 2013.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

**Decreto Nº 408/2013.**

Faxinal dos Guedes, SC, 02 de dezembro de 2013.

DECRETO nº 408/2013.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º, I da Lei Municipal nº 2250 de 29 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 57.816,63 para a seguinte dotação orçamentária:

11 – Fundo Municipal de Saúde	
11.01 – Fundo Municipal de Saúde	
11.01.10.301.1001.2.016 – 3.1.90.00 – 01.64 - 13 – Aplicações Diretas	57.816,63

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do provável Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos Vinculados (01.64 – Atenção Básica) no valor de R\$ 57.816,63.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 02 de dezembro de 2013.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

**Decreto Nº 409/2013.**

Faxinal dos Guedes, SC, 02 de Dezembro de 2013.

DECRETO nº 409/2013.

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO, AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando a paralização do entendimento da Secretaria de Assistência Social;

Considerando as férias escolares e o retorno das atividades no mês de Fevereiro de 2014;

Considerando a reorganização dos trabalhos da Secretaria de Saúde Pública, em especial dos Agentes Comunitários de Saúde;

Considerando que as férias coletivas dos servidores nominados em nada vão interferir nos programas em andamento;

Considerando o interesse público para readequação dos serviços;

Considerando que os programas de atendimento continuarão em pleno funcionamento.



**DECRETA:**

Art. 1º. Fica concedido férias coletivas aos servidores abaixo nominados do período de 02/01/2014 ao dia 31/01/2014:

**Secretaria de Educação**

Adavilso Girolometto	Leticia Maria Costelli
Adilson de Souza Borges	Lilian Mosená
Adriano Werich	Liliana Ribeiro
Agenor Baldissera	Luciane Meurer Pires
Aline Frozza Zancan	Lucas Henrique de Lima
Ana Lérida Basqueira	Luciene Girardi
Ana Leticia Rebelatto	Marcia de Ramos
Ana Maris Rossi Daleaste	Marcia Girardini Baggio
Andreia Matuella	Marcia Regina Brinhenti Ferreira
Andreia Padilha da Silva	Marciane Zardinello
Antenor Sandi Jr	Marciano dos Santos
Ariana Somavilla Gonçalves	Margarete Lucia Zenere
Carla Armênio	Maria Helena Basso
Celia Aparecida Schina	Maria Rosane A. Seresina de Jesus
Celso Germiniano Baptista	Marilene Dias Silva
Clair Parenti	Marilete Aparecida de Ramos
Clarice Machado	Marilete Giaretton
Claudia Vitoria W. Baggio	Marines Dondé
Cleusa Maria Padoan	Marineis Medeiros
	Marioni Fatima Machado
Debora Florencio	Maristela Rossi
Deise Belaver	Maritania Sandi
Daniela Droppa Casagrande	Marlova Ritter Damo
Delize Tonet	Maritania Girelli
Denise Bruchez	Mariza Gris Mognol
Dianete Sganzerla Ogliari	Marlene Daga
Diovania Pedroso	Marizelha Pedroso Vaz
Dulcineia F da Silva	Marlene Jeronima de Col
Edson Montag	Mary Stela Trevisan
Eduane Tomazi	Mauricio Prestes Grigol
Elda Tonet Perdoncini	Neide Pedroso
Elenita Ribeiro	Neusa Fracasso
Elenita Prudente Trindade	Neusa Pereira
Elizandra Marta Ribeiro	Noemia De sá
Eliane Aparecida Basquera	Odymer Olívio Bombassaro
Eliane Schwantes	Patricia Pedroso
Elizangela Acunha	Patricia Tomazi
Emeline Dias	Paulo Lucas Alves
Emeli Fernanda Odorczyk	Poleana Dave Antunes
Evely I. Borges Gob	Raquel Donini de Oliveira
Everton Luiz Cecchet	Regiane Pacassa
Fabiane Berndt De Col	Robson Garcia
Fabiani Chinatto de Oliveira	Roseli Dalorsoletta
Fernando Marinho de Mello	Salete Marin Wilmsen
Francieli dos Santos	Salete Quechin
Gracieli Lauchner Richter	Sandra Mara da Silva Karling
Greici Cristina Mareth	Seli Paludo
Haite Roberta	Silvana Pavlak
Holney Paludo	Silvana Pedroso
Ilda Salete Felipe	Simone Favreto
Ivanete Goldoni	Sirlei Rodrigues
Ivanete Rudnick	Sirley Trevisan
Ivania S. Gabriel	Solange Zappe
Ivete Portes	Sonia Aparecida de Souza Borges
Ivonete Ribeiro	Sonia Maria Fiorin
Jaqueline dos Santos	Sueli Veiga
Jeaninha Neves de Menezes	Suzete Bachi
João Adair KosaKoski	Taís Mara da Silva Karling

Joceli Aparecida Almeida	Tanara Teles
Josiane Damo	Terezinha de Oliveira
Josiane Farina Zanella	Joziane Guiotto
Juliana Gregol Marin	Jussara Reis
Jussara Lurdes da Silva	Katiane da Silva Kehl
Leoberto Trindade	Leonice Terezinha Baldissera
Leonice Zanetti	Nilson Antonio dos Santos
Marlene Daga	Diego Bueno
Zélia Salete A. dos Santos	Zoé Augusto Bertol
Reinaldo Deitos	Darci Bergamaschi
Maicon Borges Gob	Adão da Silva
Silvana Aparecida Pasini	Ivete Badia
	Terezinha Ines Debortoli Dequigiovani
Ivania Salete Gabriel	

**Secretaria De Assistência Social**

SILVANA SALETE BRUCHEZ PALUDO
MARCIANO ALVES DOS SANTOS
SANDRA DE OLIVEIRA COSTA MAIA
TALITA BAPTISTA
FRANCELI DOS SANTOS
DEUZINIRA MARIA ZANCAN
NEIDA ANA BARP
Nilza ALBRECHT
MARY LOURDES GIROLOMETTO
ODETE OZELAME
CLAUDIA KIST
EMIRES APARECIDA SBARDELLA
FERNANDA DE CAMPOS
JULIO CEZAR DE OLIVEIRA
MONICA VACCARO PADOVAN
ROSANA PEREIRA DA CRUZ
ROSELI FINGER POMPERMAYER
VERA LUCIA GEHLEN
LUCIANA SANTIN
ALINE DENDENA
ILDA DE SÁ
JANE INES MEZZON HILGERT
TEREZINHA INES DE BORTOLI DEQUIGIOVANI

IDILVA CANTON

JULIANA APARECIDA PADOVAM BALDISSERA

PATRICIA PRUDENTE

**Agentes Comunitárias de Saúde**

Gilse Teresinha de Andrade Mello	Elize Ribeiro dos Santos
Viviane Dias Melo R. da Silva	Fatima Devilla
Zoleide Irene Dassi Girelli	Solange Rita Zanin Deon
Elsa Brito da Silva Marin	Adonir Pires de Lima
Debora Bebber	Franciele Silveira Nascimento
Marli Rubini	Luciele Marchiolo Girolometto
Franciele Fatima Alves Dias	Rozicler Tiecher Marin
Mauro Dallavalle	Patricia Rodrigues Bueno
Micheli Perger	Izamar Stedile
Veroni Costa Muller	Debora Alves dos Santos
Roseli Roberto Lino de Carvalho	Camila Bonetto
Rosana da Ap.Alves Baldissera	Andreza Viccari
Rosimeri Dasuk	

Art. 2º. Os servidores que não completaram o período aquisitivo para concessão de férias, o pagamento das mesmas será feito de forma proporcional aos meses trabalhados, iniciando o novo período aquisitivo logo após o retorno das atividades, em consonância com o artigo 69 da Lei Complementar 046/2006.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, SC, em 02 de Dezembro de 2013.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

**Decreto Nº 410/2013.**

Faxinal dos Guedes, SC, 09 de dezembro de 2013.

DECRETO nº 410/2013.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º, I da Lei Municipal nº 2250 de 29 de novembro de 2012,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 22.028,00 para a seguinte dotação orçamentária:

11 – Fundo Municipal de Saúde	
11.01 – Fundo Municipal de Saúde	
11.01.10.301.1001.1.012 – 4.4.90.00 – 01.88 – 31 – Aplicações Diretas	22.028,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos Vinculados (01.88 – Alienação de Bens destinados a Programas de Saúde).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 09 de dezembro de 2013.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

**Decreto Nº 411/2013.**

Faxinal dos Guedes, SC, 09 de dezembro de 2013.

DECRETO nº 411/2013.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 7º, parágrafo único da Lei Municipal nº 2250 de 29 de novembro de 2012, alterado pela Lei Municipal n. 2.260 de 01 de março de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

Da:

05.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

05.01 – Departamento de Educação	
12.361.1201.2.027 – 3.3.90.00 – 01.0001 - 18 – Aplicações Diretas	33.000,00

Para:

05.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

05.01 – Departamento de Educação	
12.361.1201.2.027 – 3.1.90.00 – 01.0001 - 15 – Aplicações Diretas	33.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 09 de dezembro de 2013.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

**Decreto Nº 412/2013.**

Faxinal dos Guedes, SC, 09 de dezembro de 2013.

DECRETO nº 412/2013.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º, I da Lei Municipal nº 2250 de 29 de novembro de 2012,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 911.988,28 para a seguinte dotação orçamentária:

05 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	
05.01 – Departamento de Educação	
05.01.12.361.1201.1.024 – 4.4.90.00 – 01.0062.0 - 110 – Aplicações Diretas	911.988,28

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos Vinculados (01.0062.0 – Outras Transferências do FNDE) – Escola Proinfância.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 09 de dezembro de 2013.  
EDEGAR GIORDANI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

### Decreto Nº 413/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, 09 de dezembro de 2013.  
DECRETO nº 413/2013.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º, III da Lei Municipal nº 2250 de 29 de novembro de 2012,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 94.500,00 (noventa e quatro mil e quinhentos reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

11 – Fundo Municipal de Saúde	
11.01 – Fundo Municipal de Saúde	
10.301.1001.2.015 – 3.3.90.00 – 03.0064 - 27 – Aplicações Diretas	30.000,00
10.301.1001.2.016 – 3.1.90.00 – 03.0064 - 28 – Aplicações Diretas	64.500,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro das Fontes de Recursos Vinculados:  
03.0064 – Atenção Básica – R\$ 94.500,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 09 de dezembro de 2013.  
EDEGAR GIORDANI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

### Decreto Nº 414/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, 09 de dezembro de 2013.  
DECRETO nº 414/2013.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 7º, parágrafo único da Lei Municipal nº 2250 de 29 de novembro de 2012, alterado pela Lei Municipal n. 2.260 de 01 de março de 2013,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco

mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

De:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde

11.01 – Fundo Municipal de Saúde	
10.301.1001.2.014 – 3.1.90.00 – 01.0002 - 5 – Aplicações Diretas	45.000,00

Para:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde

11.01 – Fundo Municipal de Saúde	
10.301.1001.2.014 – 3.3.90.00 – 01.0002 - 9 – Aplicações Diretas	45.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 09 de novembro de 2013.  
EDEGAR GIORDANI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

### Decreto Nº396/2013.

Faxinal dos Guedes, 20 de Novembro de 2013.

DECRETO Nº396/2013

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º, I da Lei Municipal nº 2316 de 12 de novembro de 2013,

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 616.000,00 (seiscentos e dezesseis mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

02.00 Gabinete do Prefeito

04.122.0401.2.003	Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
3190.00.00	01.0000.0	01	150.000,00

11.00 Fundo Municipal de Saúde

10.301.1001.2.014	Manutenção das Atividades da Saúde		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
3190.00.00	01.0002.0	05	466.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

05.00 Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

12.362.1201.2.029	Apoio ao Ensino Médio		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
3390.00.00	01.0000.0	28	12.000,00

05.00 Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

12.364.1201.2.030	Apoio ao Ensino Superior		
-------------------	--------------------------	--	--

Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
3350.00.00	01.0000.0	31	14.000,00

**05.00 Secretaria da Educação, Cultura e Esportes**

12.365.1201.1.025	Ampliação da Rede Física Infantil		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
4490.00.00	01.0001.0	32	20.000,00

**05.00 Secretaria da Educação, Cultura e Esportes**

12.365.1201.2.031	Manutenção do Transporte Escolar Infantil		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
3390.00.00	01.0001.0	33	40.000,00

**05.00 Secretaria da Educação, Cultura e Esportes**

12.365.1201.2.032	Manutenção da Educação Infantil		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
3390.00.00	01.0001.0	38	80.000,00

**08.00 Secretaria de Assistência Social**

08.244.0801.2.054	Manutenção da Secretaria de Assistência Social		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
3190.00.00	01.0000.0	86	220.000,00

**01.00 Câmara Municipal de Faxinal dos Guedes**

01.031.0001.2.001	Manutenção das Atividades Legislativas - Funcionários		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
4490.00.00	01.0000.0	4	230.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Faxinal dos Guedes SC, 20 de novembro de 2013.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

**Decreto Nº397/2013**

Faxinal dos Guedes, 20 de Novembro de 2013.

DECRETO Nº397/2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º, I da Lei Municipal nº 2250 de 29 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 para a seguinte dotação orçamentária:

11 – Fundo Municipal de Saúde			
11.01 – Fundo Municipal de Saúde			
11.01.10.301.1001.2.016 – 3.3.90.00 – 01.64 - 14 – Aplicações Diretas			50.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do provável Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos Vinculados (01.64 – Atenção Básica) no valor de R\$ 50.000,00 – Programa de Modernização e Qualificação - PMAQ.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 20 de novembro de 2013.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

**Decreto Nº398/2013.**

Faxinal dos Guedes, 20 de Novembro de 2013.

DECRETO Nº398/2013

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 7º, parágrafo único da Lei Municipal nº 2250 de 29 de novembro de 2012, alterado pela Lei Municipal n. 2.260 de 01 de março de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

De:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde

11.01 – Fundo Municipal de Saúde	
10.301.1001.2.014 – 3.3.90.00 – 01.0002 - 9 – Aplicações Diretas	40.000,00

Para:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde

11.01 – Fundo Municipal de Saúde	
10.301.1001.2.014 – 3.3.71.00 – 01.0002 - 5 – Aplicações Diretas	40.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 20 de novembro de 2013.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

**Decreto Nº399/2013**

Faxinal dos Guedes, 20 de Novembro de 2013.

DECRETO Nº399/2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º, I da Lei Municipal nº 2250 de 29 de novembro de 2012,



**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 39.074,00 para a seguinte dotação orçamentária:

05 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	
05.01 – Departamento de Educação	
05.01.12.361.1201.2.027 – 3.3.90.00 – 01.62 - 107 – Aplicações Diretas	41.583,84

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos Vinculados (01.62 – Outras Transferências do FNDE) - Suporte para Educação Básica e Educação de Jovens e Adultos.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 20 de novembro de 2013.  
EDEGAR GIORDANI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

**Decreto Nº400/2013**

Faxinal dos Guedes, SC, 20 de Novembro de 2013.

DECRETO nº400/2013

ESTABELECE VALOR DE AJUDA DE CUSTO DO PROGRAMA MAIS MÉDICOS DO GOVERNO FEDERAL.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:  
Considerando a Portaria Interministerial/MS/MEC nº 1.369, de 08 de julho de 2013;

**DECRETA:**

Art. 1º. Em atendimento do artigo 22 da Portaria 1.369 de 08 de julho de 2013 do Programa Mais Médicos do Governo Federal, fica instituída a ajuda de custo para compensar as despesas da instalação do médico no município.

Art. 2º. Como valor de ajuda de custo para moradia fica definido o valor mensal de R\$-1.000,00(um mil reais) e para ajuda de custo para alimentação o valor mensal de R\$-500,00 (quinhentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 20 de Novembro de 2013.  
EDEGAR GIORDANI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

**Decreto Nº401/2013**

Faxinal dos Guedes, 25 de Novembro de 2013.

DECRETO Nº401/2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º, I da Lei Municipal nº 2250 de 29 de novembro de 2012,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 45.142,28 para a seguinte dotação orçamentária:

11 – Fundo Municipal de Saúde	
11.01 – Fundo Municipal de Saúde	
11.01.10.301.1001.2.016 – 3.1.90.00 – 01.64 - 13 – Aplicações Diretas	45.142,28

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do provável Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos Vinculados (01.64 – Atenção Básica) no valor de R\$ 45.142,28.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 25 de novembro de 2013.  
EDEGAR GIORDANI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

**Decreto Nº402/2013**

Faxinal dos Guedes, SC, 26 de Novembro de 2013.

DECRETO nº402/2013

NOMEIA E DA POSSE A SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS EM COMISSÃO.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:  
Considerando a homologação final do Concurso Público 005/2013;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica nomeada e empossada a Senhora THAIS CRISTINA BONETTI, portador do CPF nº 051.671.529-17, para o exercício do cargo de provimento efetivo de MÉDICO ESF – 40h semanais.

Art. 2º. A servidora desempenhará as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento, previsto na referida lei citada para o seu desempenho.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 26 de Novembro de 2013.  
EDEGAR GIORDANI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

**Decreto Nº403/2013**

Faxinal dos Guedes, 27 de Novembro de 2013.

DECRETO Nº403/2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º, I da Lei Municipal nº 2250 de 29 de novembro de 2012,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 18.482,40 para a seguinte dotação



## orçamentária:

11 – Fundo Municipal de Saúde	
11.01 – Fundo Municipal de Saúde	
11.01.10.301.1001.1.012 – 4.4.90.00 – 01.88 - 1 –	
Aplicações Diretas	18.482,40

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos Vinculados (01.88 – Alienação de Bens destinados a Programas de Saúde).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 27 de novembro de 2013.  
EDEGAR GIORDANI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

**Decreto Nº415/2013**

Faxinal dos Guedes, SC, 11 de Dezembro de 2013.

DECRETO nº415/2013

CANCELA CONCURSO PÚBLICO Nº 007/2013 E O PROCESSO SELETIVO Nº 008/2013, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal: Considerando que a empresa Incapel, a qual realizaria o Concurso Público nº 007/2013 e o Processo Seletivo nº 008/2013, está impedida momentaneamente de realizar os certames em virtude da decisão judicial processo nº 049/20130003803-0, que tramita na 2ª Vara da Comarca de Frederico Westphalen, RS; Considerando os princípios administrativos da moralidade e legalidade e dos interesses públicos que regem a Administração Pública.

## DECRETA:

Art. 1º. Fica cancelado o Concurso Público nº 007/2013 o Processo Seletivo nº 008/2013 e por consequência as inscrições pelo motivos acima expostos, acatando o ente público a decisão judicial.

Art. 2º. O candidato que já efetuou o pagamento da inscrição para prestar o Concurso Público nº 007/2013 ou o Processo Seletivo 008/2013 será ressarcido, o mesmo deverá comparecer ao Setor de Fazenda e Administração da Prefeitura Municipal munido do comprovante de pagamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 11 de Dezembro de 2013.  
EDEGAR GIORDANI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

**Decreto Nº416/2013**

Faxinal dos Guedes, SC, 11 de Dezembro de 2013.

DECRETO nº416/2013

DISPÕE SOBRE O TURNO ÚNICO DE EXPEDIENTE DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS NO MÊS DE JANEIRO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

## DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido o turno único de expediente das Secretarias do Município de Faxinal dos Guedes, compreendido dos dias 02 de janeiro de 2014 a 31 de janeiro de 2014, com horário de atendimento das 07h às 13h.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 11 de Dezembro de 2013.  
EDEGAR GIORDANI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

**Decreto Nº417/2013**

Faxinal dos Guedes, SC, 11 de Dezembro de 2013.

DECRETO nº417/2013

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 7º, parágrafo único da Lei Municipal nº 2250 de 29 de novembro de 2012, alterado pela Lei Municipal n. 2.260 de 01 de março de 2013,

## DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) para a seguinte dotação orçamentária:

Da:

05.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

05.01 – Departamento de Educação	
12.361.1201.2.027 – 3.1.90.00 – 01.0001 - 15 –	6.500,00
Aplicações Diretas	

Para:

05.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

05.01 – Departamento de Educação	
12.361.1201.2.027 – 3.3.90.00 – 01.0001 - 18 –	6.500,00
Aplicações Diretas	

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 11 de dezembro de 2013.  
EDEGAR GIORDANI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

**Decreto Nº418/2013**

Faxinal dos Guedes, SC, 11 de Dezembro de 2013.

DECRETO nº418/2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º, I da Lei Municipal nº 2250 de 29 de novembro de 2012,

## DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional

Suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

05 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	
05.01 – Departamento de Educação	
05.01.12.361.1201.2.027 – 3.3.90.00 – 01.0019.0 - 19 –	
Aplicações Diretas	40.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do provável Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos Vinculados (01.0019.0 – Transferências de Recursos do FUNDEB) no valor de R\$ 40.000,00.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 11 de novembro de 2013.  
EDEGAR GIORDANI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

### Decreto Nº419/2013

Faxinal dos Guedes, SC, 11 de Dezembro de 2013.  
DECRETO nº419/2013  
DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 7º, parágrafo único da Lei Municipal nº 2250 de 29 de novembro de 2012, alterado pela Lei Municipal n. 2.260 de 01 de março de 2013,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 23.993,68 (vinte e três mil, novecentos e noventa e três reais e sessenta e oito centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

Da:  
05.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

05.01 – Departamento de Educação	
12.361.1201.2.027 – 4.4.90.00 – 01.0062.0 - 102 – Apli-	23.993,68
cações Diretas	

Para:  
05.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

05.01 – Departamento de Educação	
12.361.1201.2.027 – 3.3.90.00 – 01.0062.0 - 107 – Apli-	23.993,68
cações Diretas	

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 11 de dezembro de 2013.  
EDEGAR GIORDANI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

### Lei Complementar Nº 106/2013.

LEI COMPLEMENTAR nº 106/2013

CRIA CARGO NO QUADRO GERAL DE CARGOS PERMANENTES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º.- Fica criado no Quadro Geral de Cargos Permanentes dos Servidores Públicos Municipais, da Lei Complementar 047/2006, Anexo I, o seguintes cargo:

#### 1 – SERVIÇOS GERAIS (SEG)

CÓD	CARGO	Nº DE CARGOS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO EM R\$
11.05	Cozinheira	05	40h semanais	901,91

Art. 2º. – Com a alteração, fica incluído as atribuições inerentes ao cargo, constantes do Anexo V da Lei Complementar 047/2006.

Art. 3º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 12 de Novembro de 2013.  
EDEGAR GIORDANI  
Prefeito Municipal

#### ANEXO V

ESPECIFICAÇÃO DE GRUPOS E CARGOS DO QUADRO PERMANENTE  
SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS  
DESCRIÇÃO ANALÍTICA DOS CARGOS DO GRUPO I – SERVIÇOS GERAIS - SEG

CARGO: Cozinheira
CÓDIGO: 11.04
GRUPO PROFISSIONAL: Serviços Gerais – SEG
ATRIBUIÇÕES: Executar tarefas auxiliares; preparar e servir alimentos; executar; preparar e servir merendas; Executar serviços de panificação com confecção de massas, bolos, bolachas englobando os doces em gerais e salgados; Receber os gêneros alimentícios, observando as quantidades e a qualidade dos mesmos; Armazenar corretamente os gêneros alimentícios, observando os prazos de validade; Recolher, lavar, secar e guardar utensílios de copa e cozinha, mantendo a higiene, conservação e organização dos utensílios e equipamentos, rotineira e imediatamente após o uso; Manter a higiene, conservação e organização da área física da cozinha e depósito; Zelar pela guarda de materiais, alimentos e equipamentos de trabalho; Obedecer os cardápios estabelecidos; executar tarefas afins.
CONDIÇÕES DE TRABALHO: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, sábados, domingos e feriados; uso de uniforme e equipamento de proteção individual fornecido pelo Município.
REGIME DE TRABALHO: Estatutário
CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais
CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Alfabetizado

# Forquilha

## PREFEITURA

### Aviso de Licitação: Pregão Presencial Nº. 172/PMF/2013.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 172/PMF/2013.

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestar serviços, com fornecimento de peças, na manutenção do motor da Patrola 120H, lotada na Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 07 de janeiro de 2014 às 11:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail: [processos@forquilha.sc.gov.br](mailto:processos@forquilha.sc.gov.br) e [licitacoes@forquilha.sc.gov.br](mailto:licitacoes@forquilha.sc.gov.br).

Forquilha/SC, 17 de dezembro de 2013.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

### Aviso de Licitação: Pregão Presencial Nº. 48/FMS/2013.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 48/FMS/2013.

OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo a aquisição de fraldas descartáveis geriátricas, necessários e imprescindíveis para atendimentos a pessoas carentes do Município de Forquilha/SC, por meio da Secretaria de Saúde, para o exercício de 2014.

DATA DE ABERTURA: Dia 09 de janeiro de 2014 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00, ou por e-mail: [licitacoes@forquilha.sc.gov.br](mailto:licitacoes@forquilha.sc.gov.br) e [processos@forquilha.sc.gov.br](mailto:processos@forquilha.sc.gov.br).

Forquilha, 17 de dezembro de 2013.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

### Aviso de Licitação: Pregão Presencial Nº. 49/FMS/2013.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 49/FMS/2013.

OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo a aquisição de medicamentos para uso emergencial, constantes do GUIA DE FARMÁCIA, necessários e imprescindíveis para atendimentos a pessoas carentes do Município de Forquilha/SC, durante o exercício de 2014.

DATA DE ABERTURA: Dia 13 de janeiro de 2014 às 10:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, pelos telefones (48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha, 17 de dezembro de 2013.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

### Extrato de Contrato FMS Nº. 101/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 101/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRADADO - GENTE SEGURADORA S.A.

OBJETO - O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresa especializada para cobertura de seguros de veículos diversos do Fundo Municipal de Saúde.

VALOR - R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA - O presente contrato vigorará após a emissão da apólice com validade de um ano.

DOTAÇÃO - 0101.2050.3390 (19).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 36/FMS/2013.

DATA DA ASSINATURA - 29 de novembro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### Ata do Edital de Concorrência Nº. 160/PMF/2013

MUNICÍPIO DE FORQUILHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº. 160/PMF/2013

PRIMEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº. 160/PMF/2013, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS CONTRAÇÃO DE EMPRESA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, A SEREM EXECUTADOS EM DIVERSAS VIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, CONFORME PROGRAMA BADESC CIDADES, ESTABELECIDO ENTRE O MUNICÍPIO DE FORQUILHA E A AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - BADESC.

Às onze horas do dia dezessete do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, juntamente com o Procurador Geral Sr. Dr. Ander Luiz Warmling e o Gerente de Obras Sr. Eng. Ademir João Back, para análise do pedido de esclarecimentos apresentado referente ao EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº. 160/PMF/2013. Abertos os trabalhos pelo Presidente, Sr. Ademir Brandieli Pedro, o mesmo informou que a empresa LIBRELATO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. apresentou pedido de esclarecimento ao Edital indagando: se a comprovação de ter a empresa licitante executado obra de característica semelhante ao objeto da presente Licitação, constante dos atestados de capacidade técnica, somente poderá se dar em metros lineares ou poderá ser convertido em metros quadrados. Em análise, ao questionamento, observa-se que o edital exigiu a apresentação de atestado(s) ou certidão(ões), de capacidade técnico operacional, fornecido(s) por pessoas jurídicas, que comprove(m) ter a empresa licitante executado obra de características semelhantes ao objeto da presente Licitação, que deverá ser de, no mínimo, a extensão total de 720 (setecentos e vinte) metros para o Lote 01 e 650 (seiscentos e cinquenta) metros para o Lote 02. A empresa questionou se os atestados apresentados somente poderiam ser fornecidos em metros lineares ou poderiam ser fornecidos em metros quadrados. Analisando o questionamento entendeu-se que o questionante possuía razão neste item, visto que o correto era constar no item 3.1.3.2. "A) Lote 01: no mínimo, 720 metros de extensão ou 4.680 m<sup>2</sup>; B) Lote 02: no mínimo, 650 metros de extensão ou

4.225 m<sup>2</sup>". Desta forma, decidiu-se retificar os itens 3.1.3.2. A e B do edital de chamamento, devendo constar a redação acima. Esta alteração, por não afetar a formulação das propostas, fica inalterado o prazo inicialmente estabelecido. Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem e publicada no Diário Oficial dos Municípios para que todos os interessados tomem ciência dos fatos.

Forquilha/SC, 17 de dezembro de 2013.  
ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Presidente da Comissão de Licitação

LUCAS COLONETTI  
Membro da Comissão

ANDRESSA WESTRUP WERNKE  
Membro da Comissão

ADEMAR JOÃO BACK  
Gerente de Obras

ANDER LUIZ WARMLING  
Procurador Geral

## Fraiburgo

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 0379/2013

DECRETO Nº 0379, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 15 da Lei Nº 2164, de 06 de Dezembro de 2012;

#### DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2013 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais), nas seguintes dotações:

06.00 - Secretaria de Finanças  
06.02 - Encargos Gerais do Município  
28.846.0000.0.300 - Contribuições ao PASEP  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (43) R\$ 25.000,00

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
07.01 - Educação Geral  
12.361.0006.2.012 - Transporte Escolar do Ensino Fundamental  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0300 (70) R\$ 130.000,00

Total R\$ 155.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

417240100 - Transferência de Recursos do FUNDEB R\$ 155.000,00

TOTAL R\$ 155.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 17 DE DEZEMBRO DE 2013.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### Portaria Nº 2666/2013

PORTARIA N.º 2.666, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037, de 10 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo;

#### RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ADILSON DE LIMA MILANI, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 082.558.969-02, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de dezembro de 2013 até 28 de fevereiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de dezembro de 2013.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### Portaria Nº 2667/2013

PORTARIA N.º 2.667, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037, de 10 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo;

#### RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JOEL CRISTIANO TERRA OLIVEIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 011.480.469-92, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de dezembro de 2013 até 28 de fevereiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de dezembro de 2013.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento



**Portaria Nº 2668/2013**

PORTARIA N.º 2.668, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0038 de 14 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JANAINA PITT, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 067.916.759-50, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 32 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2014 até 01 de julho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2669/2013**

PORTARIA N.º 2.669, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0038 de 14 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROBERTO RODRIGUES BELLO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 048.709.619-38, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2014 até 01 de julho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2670/2013**

PORTARIA Nº 2.670, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.

Revoga Redução de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e comunicação interna n.º 1470/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a portaria 2.190, de 03 de outubro de 2013, que reduziu a carga horária de 20 (vinte) para 13 (treze) horas semanais do servidor ANDRÉ CAMPAGNARO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 034.779.999-08, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação GEOGRAFIA, a partir de 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2671/2013**

PORTARIA N.º 2.671, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.

Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 4.878, de 19 de novembro de 2013;

**RESOLVE:**

Art. 1º Reduzir de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais a carga horária do servidor JACOB MICHELS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 533.845.040-20, nomeado no cargo de provimento efetivo de FISIOTERAPEUTA, pelo período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014, no período vespertino de segunda à sexta-feira das 12h30min (doze horas e trinta minutos) às 16h30min (dezesesseis horas e trinta minutos).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2672/2013**

PORTARIA N.º 2.672, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.

Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 4.890, de 20 de novembro de 2013;

**RESOLVE:**

Art. 1º Reduzir de 20 (vinte) para 12 (doze) horas semanais a carga horária do servidor RICARDO SILVA LUCENA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 648.202.709-15, nomeado no cargo de provimento efetivo de MÉDICO, pelo período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal



ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2673/2013**

PORTARIA N.º 2.673, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010; e alterações posteriores; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2013, homologado pelo decreto 310/2013;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear NÁDIA LUCAS ANTUNES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 009.557.309-70, no cargo de provimento efetivo de MÉDICO DE SAÚDE DA FAMÍLIA, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2674/2013**

PORTARIA N.º 2.674, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010; e alterações posteriores; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2013, homologado pelo decreto 310/2013;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear CLAUDIA ADRIANI TRAESEL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 926.259.750-91, no cargo de provimento efetivo de MÉDICO DE SAÚDE DA FAMÍLIA, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2675/2013**

PORTARIA N.º 2.675, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010; e alterações posteriores; de acordo com o

Edital de Concurso Público 001/2013, homologado pelo decreto 310/2013;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear DANIELI RAMALHO MALUCELLI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 037.326.249-35, no cargo de provimento efetivo de MÉDICO DE SAÚDE DA FAMÍLIA, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2676/2013**

PORTARIA N.º 2.676, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010; e alterações posteriores; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2013, homologado pelo decreto 310/2013;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear THIAGO BASTOS DE BARROS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 333.355.628-60, no cargo de provimento efetivo de MÉDICO DE SAÚDE DA FAMÍLIA, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Aviso do Pregão Presencial Nº 0159/2013-PMF Rp 0093**

Aviso do Pregão Presencial nº 0159/2013 - PMF

Registro de Preços Nº 0093/2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de gás oxigênio medicinal para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e do Órgão Participante (FMS), durante os meses de janeiro a dezembro de 2014. Validade da Ata de Registro de Preços: Janeiro de 2014 a dezembro de 2014. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até às 09:15 horas do dia 07.01.2014. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 17 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**Termo de Convocação - Daniela Regina Dias****TERMO DE CONVOCAÇÃO**

(Edital de Concurso Público n. 001/2010)

Senhor(a): DANIELA REGINA DIAS

R PEDRO PAULO LOHN 384, FORQUILHINHAS

88106-668 - SAO JOSE - SC

**CARGO: NUTRICIONISTA****Classificação: 5º**

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 001/2010, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 110/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelo Decreto n. 306/2010, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
- c) Cópia do CPF;
- d) Cópia da Carteira de Identidade;
- e) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- f) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- g) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- h) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- i) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- j) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
- k) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
- l) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido).
- m) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação - CNH (quando exigida);
- n) Carteira de Saúde (quando cargo exigir). Para demais casos, Carteira de Vacina;
- o) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO - Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;
- p) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);
- q) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);
- r) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);
- s) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);
- t) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:
  - I - acuidade visual;
  - II - audiométrico;
  - III - hemograma;
  - IV - lipidograma;
  - V - glicemia;
  - VI - RX Tórax PA e Perfil;
  - VII - fator RH;

VIII - sorologia para Lues;

IX - parcial de urina;

X - uréia;

XI - ECG de repouso, para candidatos com idade igual ou superior a 35(trinta e cinco) anos;

t.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;

u) Atestado de Anamnese Clínica e Social - Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Avaliação Sociofuncional através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores "a" a "t");

v) Atestado de Saúde Ocupacional - Exame Admissional - Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores "a" a "u");

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens "a" a "t" supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC., 16/12/2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

DANIELA REGINA DIAS

**Termo de Convocação - Martila da Silva****TERMO DE CONVOCAÇÃO**

(Edital de Concurso Público n. 001/2010)

Senhor(a): MARTILA DA SILVA

RUA CORNELIO DE HARO VARELLA AO LADO ED SOLIMÕES, CENTRO

89520-000 - CURITIBANOS - SC

**CARGO: ENFERMEIRO (40h)****Classificação: 30º**

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 001/2010, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 110/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelo Decreto n. 306/2010, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

a) 1(uma) foto ¾ recente;

b) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);

c) Cópia do CPF;

d) Cópia da Carteira de Identidade;

e) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;

f) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);

g) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;  
 h) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;  
 i) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;  
 j) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);  
 k) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;  
 l) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido).  
 m) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação - CNH (quando exigida);  
 n) Carteira de Saúde (quando cargo exigir). Para demais casos, Carteira de Vacina;  
 o) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO - Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;  
 p) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);  
 q) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);  
 r) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);  
 s) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);  
 t) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:

- I - acuidade visual;
- II - audiométrico;
- III - hemograma;
- IV - lipidograma;
- V - glicemia;
- VI - RX Tórax PA e Perfil;
- VII - fator RH;
- VIII - sorologia para Lues;
- IX - parcial de urina;
- X - uréia;

XI - ECG de repouso, para candidatos com idade igual ou superior a 35(trinta e cinco) anos;

t.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;

u) Atestado de Anamnese Clínica e Social - Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Avaliação Sociofuncional através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores "a" a "t");

v) Atestado de Saúde Ocupacional - Exame Admissional - Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores "a" a "u");

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens "a" a "t" supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC., 16/12/2013.

IVO BIAZZOLO  
 Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
 Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

MARTILA DA SILVA

### **Termo de Convocação - Mirley Carlotto**

TERMO DE CONVOCAÇÃO  
 (Edital de Concurso Público n. 001/2010)

Senhor(a): MIRLEY CARLOTTO  
 CAIXA POSTAL 37, SAO ROQUE  
 84635-000 - PAULO FRONTIN - PR

CARGO: ENFERMEIRO (40h)

Classificação: 29º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 001/2010, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 110/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelo Decreto n. 306/2010, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
- c) Cópia do CPF;
- d) Cópia da Carteira de Identidade;
- e) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- f) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- g) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- h) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- i) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- j) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
- k) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
- l) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido).
- m) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação - CNH (quando exigida);
- n) Carteira de Saúde (quando cargo exigir). Para demais casos, Carteira de Vacina;
- o) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO - Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;
- p) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);
- q) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);
- r) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);
- s) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);
- t) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde,

acompanhado de laudo médico:

I - acuidade visual;

II - audiométrico;

III - hemograma;

IV - lipidograma;

V - glicemia;

VI - RX Tórax PA e Perfil;

VII - fator RH;

VIII - sorologia para Lues;

IX - parcial de urina;

X - uréia;

XI - ECG de repouso, para candidatos com idade igual ou superior a 35(trinta e cinco) anos;

t.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;

u) Atestado de Anamnese Clínica e Social - Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Avaliação Sociofuncional através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores "a" a "t");

v) Atestado de Saúde Ocupacional - Exame Admissional - Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores "a" a "u");

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens "a" a "t" supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC., 16/12/2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

MIRLEY CARLOTTO

## CÂMARA MUNICIPAL

### Resolução Nº 16/2013

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BRINDE NATALINO AOS AGENTES PÚBLICOS DO PODER LEGISLATIVO DE FRAIBURGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO CESAR DE OLIVEIRA SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e regimentais, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica autorizada a concessão de um brinde natalino aos agentes públicos municipais, servidores efetivos e comissionados da Câmara Municipal, no valor de R\$ 121,53 (cento e vinte e um reais, cinquenta e três centavos) a unidade.

§ 1º. O brinde natalino é único, e não se afigura, para os fins legais, em vencimento ou remuneração in natura.

§ 2º. A espécie, quantidade e formato do brinde, será definido por ato do Poder Legislativo com dispensa de licitação no valor total

de R\$ 3.159,78 (três mil, cento e cinquenta e nove reais, setenta e oito centavos).

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução financeira da presente Resolução correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente da Câmara Municipal.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, 09 de dezembro de 2013.

PAULO CESAR DE OLIVEIRA SANTOS

Presidente

ADILSON JOSÉ DIAS

Gestor Público Legislativo

## Garopaba

### PREFEITURA

### Portaria N.º 1000/2013.

PORTARIA N.º 1000, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH Nº 060/2013 e ainda o que consta na Lei Nº 1374, de 21 de dezembro de 2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal nº 1.374, de 21/12/2009 e alterações, (o)a servidor(a) VALDIRA TEIXEIRA CORREA, ocupante do cargo de professor(a) 40 horas, matrícula n.º 3689, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 04/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/12/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

### Portaria N.º 1001/2013.

PORTARIA N.º 1001, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH Nº 061/2013 e ainda o que consta na Lei Nº 1374, de 21 de dezembro de 2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal nº



1.374, de 21/12/2009 e alterações, (o)a servidor(a) VERA LÚCIA LORENSI, ocupante do cargo de professor(a) 40 horas, matrícula n.º 3687, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 04/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/12/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**Portaria N.º 991/2013.**

PORTARIA N.º 991, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH Nº 051/2013 e ainda o que consta na Lei Nº 1374, de 21 de dezembro de 2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal nº 1.374, de 21/12/2009 e alterações, (o)a servidor(a) ANDRÉA MARIA DE ARAÚJO, ocupante do cargo de professor(a) 40 horas, matrícula n.º 3690, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 04/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/12/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**Portaria N.º 992/2013.**

PORTARIA N.º 992, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH Nº 052/2013 e ainda o que consta na Lei Nº 1374, de 21 de dezembro de 2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal nº 1.374, de 21/12/2009 e alterações, (o)a servidor(a) JOSIANE SOARES DA SILVEIRA, ocupante do cargo de professor(a) 40 horas, matrícula n.º 3680, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 04/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/12/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**Portaria N.º 993/2013.**

PORTARIA N.º 993, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH Nº 053/2013 e ainda o que consta na Lei Nº 1374, de 21 de dezembro de 2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal nº 1.374, de 21/12/2009 e alterações, (o)a servidor(a) LUCIANE ADELINO MONTEIRO, ocupante do cargo de professor(a) 20 horas, matrícula n.º 3695, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 04/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/12/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**Portaria N.º 994/2013.**

PORTARIA N.º 994, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH Nº 054/2013 e ainda o que consta na Lei Nº 1374, de 21 de dezembro de 2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal nº 1.374, de 21/12/2009 e alterações, (o)a servidor(a) LUCIANE BERNARDO, ocupante do cargo de professor(a) 40 horas, matrícula n.º 3692, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 04/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal



Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/12/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**Portaria N.º 995/2013.**

PORTARIA N.º 995, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.  
ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH Nº 055/2013 e ainda o que consta na Lei Nº 1374, de 21 de dezembro de 2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal nº 1.374, de 21/12/2009 e alterações, (o)a servidor(a) MARILETE ÂNGELA ALBERTI DE ABREU, ocupante do cargo de professor(a) 40 horas, matrícula n.º 3679, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 04/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/12/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**Portaria N.º 996/2013.**

PORTARIA N.º 996, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH Nº 056/2013 e ainda o que consta na Lei Nº 1374, de 21 de dezembro de 2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal nº 1.374, de 21/12/2009 e alterações, (o)a servidor(a) MARIVALDA ARAUJO GONÇALVES, ocupante do cargo de professor(a) 40 horas, matrícula n.º 3703, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 04/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/12/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**Portaria N.º 997/2013.**

PORTARIA N.º 997, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH Nº 057/2013 e ainda o que consta na Lei Nº 1374, de 21 de dezembro de 2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal nº 1.374, de 21/12/2009 e alterações, (o)a servidor(a) MARLISE GOULART DE OLIVEIRA PAES, ocupante do cargo de professor(a) 40 horas, matrícula n.º 3691, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 04/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/12/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**Portaria N.º 998/2013**

PORTARIA N.º 998, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH Nº 058/2013 e ainda o que consta na Lei Nº 1374, de 21 de dezembro de 2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal nº 1.374, de 21/12/2009 e alterações, (o)a servidor(a) SANDRA PEREIRA DA COSTA, ocupante do cargo de professor(a) 20 horas, matrícula n.º 3699, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 04/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/12/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**Portaria N.º 999/2013.**

PORTARIA N.º 999, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no

uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH Nº 059/2013 e ainda o que consta na Lei Nº 1374, de 21 de dezembro de 2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal nº 1.374, de 21/12/2009 e alterações, (o)a servidor(a) SIMONE CRISTIANE DE SOUZA, ocupante do cargo de professor(a) 20 horas, matrícula n.º 3699, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 04/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/12/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

#### **Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 33/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o CAPUT XIV da Lei nº. 11.947/09 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 220/2013; IL nº. 33/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: ARA PRODUÇÕES LTDA ME; CNPJ nº: 10.803.650/0001-29; Objeto: Contratação de bandas e apresentações para os espetáculos de Natal de 2013 no Município de Garopaba; Data da Assinatura: 13/12/2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

#### **Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº34/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o CAPUT XIV da Lei nº. 11.947/09 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 222/2013; IL nº. 34/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: ATRAÇÃO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA; CNPJ nº: 09.574.258/0001-76; Objeto: Contratação de show musical para o Reveillon 2014 do Município de Garopaba; Data da Assinatura: 16/12/2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

#### **Extrato de Ata de Registro de Preço Nº82/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 82/2013

FMS

Ata nº. 82/2013; Processo nº. 199/2013; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: D & D GAROPABA VIAGENS E TURISMO LTDA ME. Objeto: Registro de Preço para contratação de empresa especializada para prestar o serviço de transporte de Pacientes do Município de Garopaba para a Grande Florianópolis. Valor: R\$ 21.500,00; Data da Assinatura: 18/12/2013.



## **O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão**

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

**[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)**

**Garuva****PREFEITURA****Classificação Final Emeja Edital 15/2013**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**EDITAL 015/2013**  
**CLASSIFICAÇÃO FINAL**

**EMEJA**  
**ANOS INICIAIS (NIVELAMENTO)**

**HABILITADO COM PÓS GRADUAÇÃO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA ESCRITA	MÉDIA FINAL
90	VERONICA J. VALIATTI	560	6,24	566,24

**HABILITADO COM GRADUAÇÃO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA ESCRITA	MÉDIA FINAL
187	CLAUDENISE DA SILVA	0	7,12	7,12

**NÃO HABILITADO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA ESCRITA	MÉDIA FINAL
115	JÉSSICA BUENO DA ROSA	0	6,80	6,80
169	ROSANGELA PEREIRA DOS SANTOS	0	4,00	4,00

**ÉTICA E CIDADANIA****HABILITADO COM PÓS GRADUAÇÃO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA ESCRITA	MÉDIA FINAL
102	CECÍLIA ZAVODINI PETERS	980	7,96	987,96

**HABILITADO COM GRADUAÇÃO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA ESCRITA	MÉDIA FINAL
2	ELAINE ZIETZ	220	7,68	227,68

**NÃO HABILITADO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA ESCRITA	MÉDIA FINAL
39	JOSÉ ALCIR DE ARAÚJO	10	7,68	17,68

## HISTÓRIA

### HABILITADO COM GRADUAÇÃO

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA ESCRITA	MÉDIA FINAL
161	MARCOS ALFREDO CORREA	240	9,00	249,00
146	MURILO BORGES	190	8,88	198,88
70	TEREZINHA N. ORLOWISK	40	7,52	47,52

### NÃO HABILITADO

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA ESCRITA	MÉDIA FINAL
173	ANDRIO ALDO ESSER	10	6,56	16,56
9	GENESIO ESEQUIEL C. DE PAULA	0	8,60	8,60

## ARTES

### NÃO HABILITADO (COTA)

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA ESCRITA	MÉDIA FINAL
113	OLGA DA SILVA FRANCO	230	6,60	236,60

### NÃO HABILITADO

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA ESCRITA	MÉDIA FINAL
102	CECÍLIA ZAWODINI PETERS	980	7,16	987,16
108	VALMIRIA LAFFIN	420	5,40	425,40

## LINGUA PORTUGUESA

### NÃO HABILITADO (COTA)

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA ESCRITA	MÉDIA FINAL
113	OLGA DA SILVA FRANCO	230	6,60	236,60

### NÃO HABILITADO

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA ESCRITA	MÉDIA FINAL
83	ALYNE STREY DE AMORIM	255	7,96	262,96
57	LEVY MULLER JUNIOR	110	8,04	118,04
61	NAYARA TAINA PETERS	70	7,80	77,80

## CIÊNCIAS

### HABILITADO COM PÓS GRADUAÇÃO

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA ESCRITA	MÉDIA FINAL
139	LIVIA MENDES OLIVEIRA	200	6,88	206,88

### HABILITADO COM GRADUAÇÃO

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA ESCRITA	MÉDIA FINAL
2	ELAINE CRISTINA ZIETZ	220	8,48	228,48
215	GISLAINE DE LUCENA	100	6,88	106,88



**NÃO HABILITADO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA ESCRITA	MÉDIA FINAL
222	EMANOELE C. DENKE TODOROVSKI	170	7,52	177,52

**EDUCAÇÃO FÍSICA****HABILITADO COM PÓS GRADUAÇÃO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA ESCRITA	MÉDIA FINAL
162	LUCIANO FELIPPI	400	8,80	408,80

**NÃO HABILITADO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA ESCRITA	MÉDIA FINAL
186	EVERTON TETU ALVES	50	7,92	57,92

**INFORMÁTICA****NÃO HABILITADO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA ESCRITA	MÉDIA FINAL
14	JENNIFER Z. TEIXEIRA	190	7,60	197,60

**MATEMÁTICA****HABILITADO COM PÓS GRADUAÇÃO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA ESCRITA	MÉDIA FINAL
26	HELOY TOMAZ SANTOS PEREIRA	460	8,60	468,60

136	GUIOMAR LEITE	260	7,16	267,16
-----	---------------	-----	------	--------

**NÃO HABILITADO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA ESCRITA	MÉDIA FINAL
137	PAULO JOSE MACIEL SANTOS	160	5,76	165,76
157	DATILA CRISTINA MONDINI	10	6,80	16,80
179	ANDRESSA DAMBRÓS	0	8,72	8,72
40	JULIANA DE VARGAS DE ARAUJO	0	4,92	4,92

GARUVA, 13/12/2013

Stella Maris Barth Wanis  
Presidente da Comissão

**Classificação Final Geral Edital 15/2013**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**EDITAL 015/2013**  
**CLASSIFICAÇÃO FINAL**

**ANOS INICIAIS**

**HABILITADO COM PÓS GRADUAÇÃO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO		PROVA ESCRITA MÉDIA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
3	TANIA MARA Z. DE ANDRADE		6,36	920	926,36
46	DORVALINA EDNA DE S. NATALLI		7,72	780	787,72
172	DOROTEIA NAGEL CARNEIRO		8,16	700	708,16
151	IVONIR TEREZINHA CARDOSO		7,64	690	697,64
116	PATRICIA LEITE		6,76	620	666,76
34	SIRLEI LIMA BORGES DE LIMA		6,64	630	636,64
156	VIVIAN LOPES GONÇALVES		6,44	600	606,44
66	ROSELI C CONCEIÇÃO PEREIRA		7,56	560	567,56
90	VERONICA JAGIESLKI VALIATTI		6,24	560	566,24
128	ELIZETE MOTA DOS SANTOS		7,68	520	527,68
15	VANUSA MARQUEZ WIELGOSZ		7,96	490	497,96
106	ROSANE KOMINKIEWICZ		7,48	480	487,48

7	GEISA EVARISTO MENDES		7,56	440	447,56
18	JOSIANE EDNA PEREIRA		6,84	440	446,84
177	CRISTIANE DO ROCIO V. SCARPIM		7,84	430	437,84
126	MARLI JANUNG POHL		6,48	410	416,48
166	MARCIA ZIMERMANN V. VAGELSKI		6,40	370	376,4
88	VANUSA NAGEL		8,44	300	308,44
165	ROSIANE HASSELMANN		8,88	270	278,88
6	FABRICIA CRISTINA LOPES		6,08	230	236,08
94	MARILDA MARTINS BUDAL		6,28	200	206,28

**HABILITADO COM GRADUAÇÃO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PROVA ESCRITA MÉDIA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
37	CASSIA REGINA DE C. TERLESKI	7,44	450	457,44
154	PRISCILA RIEPER	6,20	300	306,20
190	MARCIA REGINA DE SOUZA RIBEIRO	7,48	290	297,48
92	LUCINEIA LEITHOLD	7,40	280	287,40
109	THAIS MIRELE SOARES	8,52	240	248,52
220	MARIA ZENIR DISSENHA	5,60	80	85,60
48	MARGARETE B. SCHUWAIZRSKI	5,08	80	85,08
187	CLAUDENISE DA SILVA	7,12	0	7,12

**HABILITADO COM MAGISTÉRIO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO		PROVA ESCRITA MÉDIA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
36	FERNANDA DA VEIGA MAIA		6,44	550	556,44
20	REGIANE SARAMENTO DOS SANTOS		6,08	420	426,08
28	REGINA SARAMENTO		7,32	250	257,32
24	VIVIANE GERCKER LEANDRO		5,20	30	35,20
129	ALISON VIERA FELTZ		9,08	20	29,08

**NÃO HABILITADO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO		PROVA ESCRITA MÉDIA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
143	ROSELY MANICALDI		5,88	260	265,88
59	KATIA CRISTINA SOMMER SCHMIDT		8,84	240	248,84
86	SUELEN PAOLA CASAGRANDE		7,92	230	237,92
62	DAIANE JARECK FERREIRA		7,08	230	237,08
38	JESSICA EVARISTO		6,96	230	236,96
87	SILMARA FRANCIELE ZOCCHETTO		6,80	230	236,80
55	ROSENETE LANGE GONÇALVES		4,64	230	234,64
41	ERICA CRISTIANE DA S. DOS SANTOS		6,08	220	226,08
58	IVONE DARUCESKI		8,16	210	218,16



91	DIRCELIA APARECIDA B. CHAMPOSKI			7,06	210	217,06
29	MARIA ANGELITA PEREIRA ALVES			7,04	210	217,04
86	JENNIFER CRISTINA FERREIRA			7,64	200	207,64
19	JULIANA CORDEIRO DA SILVA			7,32	170	177,32
42	ODETTE CRISTINA DA SILVA			5,60	160	165,60
122	MARILENE GOMES FERREIRA			8,80	110	118,80
97	RAFAELE MARIM GOMES			8,16	110	118,16
170	MARIA REGINA DA SILVA			5,44	90	95,44
22	DAIANE DE MELO			7,68	80	87,68
73	JOELMA S. XAVIER			7,12	80	87,12
133	DAIANE MUNCH BENTO			7,12	70	77,12
112	SILVIA C. DOS SANTOS			7,04	60	67,04
69	MARIANE LARA C. P. SIMMERMAN			7,00	40	47,00
103	JOELMA S. G. DIERCHANABEL			6,44	40	46,44
70	TEREZINHA M. ORLOWISK			6,32	40	46,32
77	MARCIA F.FRANCO FERMIANO			8,12	20	28,12
5	GISELY VIEIRA DA CUNHA			7,32	20	27,32
111	ANDREIA PEREIRA			7,00	20	27,00
198	CÁTIA R. PAKUSZEWSKI			7,00	20	27,00
81	SANDRA MARA DA SILVA			7,00	20	27,00
78	JULIANE BRASSANINI PEREIRA			6,32	20	26,32
68	MARIA LUIZA L. XAVIER			9,08	10	19,08
159	JOICE D. DE MELO			8,00	10	18,00
99	ANGELA ALBRECHT WIESNER			8,12	0	8,12
185	THAIS REGINA SCHMIDT			8,12	0	8,12

148	PATRICIA CAROLINE CHAMLET		7,92	0	7,92
11	SILVANA FATIMA ESSER		7,72	0	7,72
4	ELIANE B. FARIA FERRAZZA		7,40	0	7,40
118	ALINE MILLNITZ		7,32	0	7,32
76	LUANE WERLING MACHADO		7,32	0	7,32
89	ADRIANA MACHADO ROCHADEL		7,16	0	7,16
35	JOSIANE SARAMENTO		7,16	0	7,16
216	ARIETA TETU ALVES		7,12	0	7,12
123	JULIANE C. DA SILVA		7,08	0	7,08
23	FERNANDA CRISTINA CISZ ARCENO		6,88	0	6,88
115	JESSICA BUENO DA ROSA		6,80	0	6,80
153	LUCIANA CRISTINA B. DE OLIVEIRA		6,60	0	6,60
110	SHENIA SIQUEIRA DE JESUS OLEARI		4,20	0	4,20
169	ROSANGELA PEREIRA DOS SANTOS		4,00	0	4,00

## EDUCAÇÃO INFANTIL

### HABILITADO COM PÓS GRADUAÇÃO

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PROVA ESCRITA MÉDIA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
3	TANIA MARA Z. DE ANDRADE	7,16	920	927,16
46	DORVALINA EDNA DE S. NATALLI	7,62	780	787,62
172	DOROTEIA NAGEL CARNEIRO	8,96	700	708,96
151	IVONIR TEREZINHA CARDOSO	7,64	690	697,64
34	SIRLEI LIMA BORGES DE LIMA	6,64	630	636,64

156	VIVIAN LOPES GONÇALVES		6,04	600	606,04
51	SILMARA SOARES		7,36	570	577,36
66	ROSELI C CONCEIÇÃO PEREIRA		7,56	560	567,56
105	MARINETTI ESTER VIEIRA		6,80	540	546,80
128	ELIZETE MOTA DOS SANTOS		7,68	520	527,68
15	VANUSA MARQUEZ WIELGOSZ		6,76	490	497,96
106	ROSANE KOMINKIEWICZ		7,08	480	487,08
205	CLENIANE DEODORO L. AMARAL		6,28	470	476,28
84	VANESSA PEIXE		7,28	460	467,28
7	GEISA EVARISTO MENDES		7,96	440	447,96
18	JOSIANE EDNA PEREIRA		7,64	440	447,64
150	SANDRA ELISA S. DE OLIVEIRA		8,84	430	438,84
126	MARLI JANUNG POHL		6,88	410	416,88
166	MARCIA ZIMERMANN V. VAGELSKI		6,80	370	376,80
88	VANUSA NAGEL		8,84	300	308,84
165	ROSIANE HASSELMANN		8,88	270	278,88
182	LUCIANA ROMANZINI		7,28	240	247,28

**HABILITADO COM GRADUAÇÃO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PROVA ESCRITA MÉDIA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
37	CASSIA REGINA DE C. TERLESKI	7,44	450	457,44
30	MARIA CRISTINA SOARES	7,80	405	412,80
154	PRISCILA RIEPER	6,60	300	306,60

92	LUCINEIA LEITHOLD		6,60	280	286,60
109	THAIS MIRELE SOARES		7,72	240	247,72
224	SUZANA REGINA TEIXEIRA		9,20	180	189,20
220	MARIA ZENIR DISSENHA		6,00	80	86,00
48	MARGARETE B. SCHUWAIZRSKI		4,68	80	84,68
47	ROSANA C.FERREIRA DO V. RIBEIRO		6,52	0	6,52
130	VERIDIANE NUNES ENTRAUT		5,96	0	5,96

**HABILITADO COM MAGISTÉRIO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PROVA ESCRITA MÉDIA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
31	MARIA ELIZABETE CORREA	7,00	780	787,00
36	FERNANDA DA VEIGA MAIA	6,84	550	556,84
20	REGIANE SARAMENTO DOS SANTOS	7,28	420	427,28
96	JULIANA NAGEL	5,88	280	285,88
28	REGINA SARAMENTO	6,92	250	256,92
120	MARINILDA DA SILVA MARIAN	5,40	230	235,40
71	SILVANA NAGEL WASEN	6,72	210	216,72
209	FRANCIELE LEITE CARNEIRO	7,32	130	137,32
131	ELIANE SPANIOL	6,92	50	56,92
74	LEONI A. V. STONOGA	8,40	40	48,40
132	PRISCILA MUNCH	7,64	30	37,64
119	MARILI APARECIDA RIBEIRO	5,44	30	35,44

24	VIVIANE GERCKER LEANDRO		4,80	30	34,80
----	-------------------------	--	------	----	-------

**NÃO HABILITADO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO		PROVA ESCRITA MÉDIA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
143	ROSELY MANICALDI		5,48	260	265,48
59	KATIA CRISTINA SOMMER SCHMIDT		8,84	240	248,84
52	MARIA ROSIANE SANTOS		7,40	240	247,40
86	SUELEN PAOLA CASAGRANDE		7,12	230	237,12
62	DAIANE JARECK FERREIRA		5,88	230	235,88
38	JESSICA EVARISTO		5,76	230	235,76
55	ROSENETE LANGE GONÇALVES		5,04	230	235,04
41	ERICA CRISTIANE DA S. DOS SANTOS		6,48	220	226,48
58	IVONE DARUCESKI		8,16	210	218,16
91	DIRCELIA APARECIDA B. CHAMPOSKI		7,20	210	217,20
29	MARIA ANGELITA PEREIRA ALVES		7,04	210	217,04
86	JENNIFER CRISTINA FERREIRA		8,04	200	208,04
49	JULIANE FRANCINE UMLAUF		6,80	200	206,80
19	JULIANA CORDEIRO DA SILVA		8,12	170	178,12
42	ODETTE CRISTINA DA SILVA		4,80	160	164,80
16	LILIAN THALITA DIERCHNABEL		7,92	130	137,92
122	MARILENE GOMES FERREIRA		8,40	110	118,40
97	RAFAELE MARIM GOMES		7,36	110	117,36



73	JOELMA S. XAVIER		8,32	80	88,32
112	SILVIA C. DOS SANTOS		7,84	60	67,84
104	BEATRIZ DE OLIVEIRA L. ARAUJO		7,96	40	47,96
69	MARIANE LARA C. P. SIMMERMAN		6,60	40	46,60
197	IOLANDA PEREIRA ALVES		6,52	30	36,52
198	CÁTIA R. PAKUSZEWSKI		7,24	20	27,24
81	SANDRA MARA DA SILVA		7,00	20	27,00
5	GISELY VIEIRA DA CUNHA		6,92	20	26,92
77	MARCIA F.FRANCO FERMIANO		6,52	20	26,52
111	ANDREIA PEREIRA		6,20	20	26,20
78	JULIANE BRASSANINI PEREIRA		5,92	20	25,92
159	JOICE D. DE MELO		8,40	10	18,40
68	MARIA LUIZA L. XAVIER		7,88	10	17,88
99	ANGELA ALBRECHT WIESNER		8,92	0	8,92
148	PATRICIA CAROLINE CHAMLET		8,32	0	8,32
123	JULIANE C. DA SILVA		8,28	0	8,28
223	LUCILENE DE FATIMA MACHADO		7,76	0	7,76
199	GISLIANE DA SILVA MUNIZ		7,52	0	7,52
118	ALINE MILLNITZ		7,32	0	7,32
89	ADRIANA MACHADO ROCHADEL		7,16	0	7,16
153	LUCIANA CRISTINA B. DE OLIVEIRA		7,00	0	7,00
35	JOSIANE SARAMENTO		6,76	0	6,76
216	ARIETA TETU ALVES		6,72	0	6,72
4	ELIANE B. FARIA FERRAZZA		6,60	0	6,60
23	FERNANDA CRISTINA CISZ ARCENO		6,48	0	6,48
115	JESSICA BUENO DA ROSA		6,40	0	6,40

76	LUANE WERLING MACHADO		6,12	0	6,12
110	SHENIA SIQUEIRA DE JESUS OLEARI		4,20	0	4,20

### **ORIENTAÇÃO**

#### **HABILITADO COM PÓS GRADUAÇÃO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO		PROVA ESCRITA MÉDIA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
105	MARINETTI ESTER VIEIRA		6,40	540	546,40
205	CLENIANE DEODORO LEITE AMARAL		6,28	470	476,28
177	CRISTIANE DO ROCIO V. SCARPIM		7,04	430	437,04

### **SUPERVISÃO**

#### **HABILITADO COM MESTRADO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO		PROVA ESCRITA MÉDIA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
93	SCHEILA REGINA LINO KRUEGER		7,56	540	547,56

**HABILITADO COM PÓS GRADUAÇÃO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PROVA ESCRITA MÉDIA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
84	VANESSA PEIXE	6,48	460	466,48
150	SANDRA ELEISA S. DE OLIVEIRA	8,84	430	438,84

**HABILITADO COM GRADUAÇÃO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PROVA ESCRITA MÉDIA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
95	LUIZ FELIPE S. MOURA	6,0	170	176

**ENSINO RELIGIOSO****NÃO HABILITADO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PROVA ESCRITA MÉDIA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
95	LUIZ FELIPE S. MOURA	8,0	170	178,00
133	DAIANE MUNCH BENTO	7,12	70	77,12

**ÉTICA E CIDADANIA****HABILITADO COM PÓS GRADUAÇÃO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO		PROVA ESCRITA MÉDIA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
82	FERNANDA MENDES MOTA		7,76	490	497,76
147	SHANA HELENA PADILHA		7,88	440	447,88

**HABILITADO COM GRADUAÇÃO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO		PROVA ESCRITA MÉDIA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
145	ARUAN LOPES CONSTANTINO		7,28	340	347,28
175	MARILIA LUCIA MENDES		7,60	230	237,60
192	ANA BEATRIZ MOECKE		6,92	100	106,92

**NÃO HABILITADO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO		PROVA ESCRITA MÉDIA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
39	JOSÉ ALCIR DE ARAUJO		7,68	10	17,68

**EDUCAÇÃO**  
**ESPECIAL/LIBRAS**

**HABILITADO COM PÓS GRADUAÇÃO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO		PROVA ESCRITA MÉDIA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
121	MIRZA CONCEIÇÃO S. MARQUEZ		7,12	620	627,12
6	FABRICIA CRISTINA LOPES		5,28	230	235,28
138	CRISTIANO DAMIÃO		7,40	200	207,40

**NÃO HABILITADO COM MAGISTÉRIO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO		PROVA ESCRITA MÉDIA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
31	MARIA ELIZABETE CORREA		7,8	780	787,80
17	REGINA MARIA LEGNAGHI		5,24	320	325,24
132	PRISCILA MUNCH		8,84	30	38,84

**NÃO HABILITADO**



INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO		PROVA ESCRITA MÉDIA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
52	MARIA ROSIANE SANTOS		6,6	240	246,60
87	SILMARA FRANCIELE ZOCHETTO		8,0	230	238,00
49	JULIANE FRANCINE UMLAUF		7,6	200	207,60
104	BEATRIZ DE OLIVEIRA LIMA ARAUJO		8,36	40	48,36
11	SILVANA FATIMA ESSER		7,32	0	7,32

### HISTÓRIA

#### HABILITADO COM PÓS GRADUAÇÃO

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO		PROVA ESCRITA MÉDIA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
82	FERNANDA MENDES MOTA		8,16	490	498,16

#### HABILITADO COM GRADUAÇÃO

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO		PROVA ESCRITA MÉDIA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
161	MARCOS ALFREDO CORREA		9,0	240	249,00
146	MURILO BORGES		8,88	190	198,88

70	TEREZINHA N. ORLOWISK		7,52	40	47,52
----	-----------------------	--	------	----	-------

**NÃO HABILITADO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO		PROVA ESCRITA MÉDIA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
72	ENDRYO ALCENO WASEN		7,88	30	37,88
173	ANDRIO ALDO ESSER		6,56	10	16,56
196	TONY RICARDO CORREA		8,76	0	8,76
9	GENESIO ESEQUIEL C. DE PAULA		8,6	0	8,60

**ARTES****HABILITADO COM GRADUAÇÃO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO		PROVA ESCRITA MÉDIA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
145	ARUAN LOPES CONSTANTINO		8,80	340	348,80
60	RICARDO CAMPOS DA COSTA		6,92	250	256,92

**NÃO HABILITADO ( COTA )**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO		PROVA ESCRITA MÉDIA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
113	OLGA DA SILVA FRANCO		6,60	230	236,60

**NÃO HABILITADO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO		PROVA ESCRITA MÉDIA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
108	VALMIRIA LAFIN		5,40	420	425,40
96	JULIANA NAGEL		5,88	280	285,88
120	MARINILDA DA SILVA MARIAN		5,40	230	235,40
71	SILVANA NAGEL WASEN		7,12	210	217,12
192	ANA BEATRIZ MOECKE		6,52	100	106,52

**LINGUA PORTUGUESA****NÃO HABILITADO ( COTA )**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO		PROVA ESCRITA MÉDIA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
113	OLGA DA SILVA FRANCO		7,40	230	237,4

**NÃO HABILITADO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO		PROVA ESCRITA MÉDIA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
83	ALINE STREY DE AMORIM		7,96	255	262,96
57	LEVY MULLER JUNIOR		8,04	110	118,04
61	NAYARA TAINA PETERS		7,80	70	77,80

**CIÊNCIAS****HABILITADO COM PÓS GRADUAÇÃO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO		PROVA ESCRITA MÉDIA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
139	LIVIA MENDES OLIVEIRA		6,88	200	206,88

**HABILITADO COM GRADUAÇÃO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO		PROVA ESCRITA MÉDIA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
175	MARILIA LUCIA MENDES		7,20	230	237,20
215	GISLAINE DE LUCENA		6,88	100	106,88

**NÃO HABILITADO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO		PROVA ESCRITA MÉDIA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
222	EMANOELE C. DENKE TODOROVSKI		7,52	170	177,52

**EDUCAÇÃO FÍSICA****HABILITADO COM PÓS GRADUAÇÃO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PROVA ESCRITA MÉDIA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
1	BARBARA ROMANZINI DA SILVA POLSIN	7,84	300	307,84
138	CRISTIANO DAMIÃO	6,60	200	206,60

**HABILITADO COM GRADUAÇÃO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PROVA ESCRITA MÉDIA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
188	HENRIQUE DE ALMEIDA MACHADO	6,88	110	116,88
149	LUIZ MARCOS VIEIRA CEZAR	7,72	30	37,72

**NÃO HABILITADO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PROVA ESCRITA MÉDIA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
203	DENISE APARECIDA CECATTO	8,04	110	118,04



186	EVERTON TETU ALVES		7,92	50	57,92
144	ARYELLE LOPES CONSTANTINO		6,80	20	26,80
207	ISTELLA BRENDA HEIN HUBNER		7,12	10	17,12
152	MARCIELY ZENKE WAIS		6,36	0	6,36
164	JANAYNA DA SILVA RODRIGUES		4,40	0	4,40

### **GEOGRAFIA**

#### **HABILITADO COM PÓS GRADUAÇÃO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PROVA ESCRITA MÉDIA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
147	SHANA HELENA PADILHA	7,08	440	447,08

#### **NÃO HABILITADO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PROVA ESCRITA MÉDIA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
56	WILLIAN GONÇALVES	6,68	0	6,68

**INFORMÁTICA****NÃO HABILITADO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PROVA ESCRITA MÉDIA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
14	JENNIFER Z. TEIXEIRA	7,60	190	197,60

**MATEMÁTICA****HABILITADO COM PÓS GRADUAÇÃO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PROVA ESCRITA MÉDIA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
136	GUIOMAR LEITE	8,60	292	300,60
184	MARCIO ALVES DA LUZ	7,16	260	267,16

**HABILITADO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PROVA ESCRITA MÉDIA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
114	BRUNA SALES	6,80	0	6,80

**NÃO HABILITADO**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO		PROVA ESCRITA MÉDIA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
137	PAULO JOSÉ MACIEL SANTOS		5,76	160	165,76
157	DATILA CRISTINA MONDINI		6,80	10	16,80
179	ANDRESSA DAMBRÓS		8,72	0	8,72
40	JULIANA DE VARGAS DE ARAUJO		4,92	0	4,92

GARUVA,13/12/2013

Stella Maris Barth Wanis  
Presidente da Comissão

# Gaspar

## PREFEITURA

### Portaria Nº 3.240, de 13 de Dezembro de 2013.

PORTARIA Nº 3.240, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.  
PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 09/2013, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE ANDRÉ LUIS DA CONCEIÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 26 de dezembro de 2013, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 09/2013, instaurado para apurar a responsabilidade de André Luis da Conceição.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

### Decreto Nº 5.708, de 13 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº 5.708, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.  
NOMEIA COMISSÃO DE MONITORAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE - PMAQ.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei Municipal nº 3.538, de 06 de novembro de 2013,

#### DECRETA

Art. 1º Fica nomeada Comissão de Monitoramento do PMAQ - Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade, responsável pelo acompanhamento do repasse dos recursos financeiros e tratativas pertinentes a Lei Municipal nº 3.538, de 06 de novembro de 2013, sem ônus aos cofres públicos para o exercício da função, composta pelos seguintes membros:

- I - Aline Cadena - Administração Municipal;
- II - Jussara da Costa - Administração Municipal;
- III - Dalva Terezinha Friorin da Silva - Conselho Municipal de Saúde;
- IV - Mônica Menezes - profissional de nível superior integrante de equipe habilitada no PMAQ;
- V - Tássila Moura - profissional de nível superior integrante de equipe habilitada no PMAQ;
- VI - Ana Paula Schernikau - profissional de nível médio integrante de equipe habilitada no PMAQ;
- VII - Aline Cristina da Silva - profissional de nível médio integrante de equipe habilitada no PMAQ.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

### Decreto Nº 5.709, de 13 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº 5.709, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.  
ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, incisos II, V e VI, da Lei Municipal nº 3.484, de 24 de novembro de 2012,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam anulados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente na Administração Direta e Indireta:

Órgão: 13 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE	
Unidade: 26 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE	
Funcional Programática: 00017.00512.00025 MELHORIA E MANUTENÇÃO DOS SERVICOS DE SANEAMENTO DO SAMAE	
Atividade: 2.200110 Manutenção da Estrutura Administrativa Autarquia	
Dotação: 2 3.3.3.9.0 Aplicações	R\$ 22.000,00
Diretas	

Órgão: 4 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade: 6 EDUCAÇÃO INFANTIL	
Funcional Programática: 00012.00365.00009 Gestão de Educação Infantil	
Atividade: 2.200038 Manutenção da Educação Infantil	
Dotação: 44 3.3.1.9.0 Aplicações	R\$ 190.000,00
Diretas	
Órgão: 6 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 00010.00301.00026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Atividade: 2.200126 Ampliar, Manter e Equipar o Programa de Estratégia Saúde da Família	
Dotação: 166 3.3.3.9.0 Aplicações	R\$ 96.748,60
Diretas	

Art. 2º Por conta das anulações do art. 1º, ficam suplementados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente na Administração Direta e Indireta:

Órgão: 13 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE	
Unidade: 26 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE	
Funcional Programática: 00017.00512.00025 MELHORIA E MANUTENÇÃO DOS SERVICOS DE SANEAMENTO DO SAMAE	
Atividade: 2.200110 Manutenção da Estrutura Administrativa Autarquia	
Dotação: 1 3.3.1.9.0 Aplicações	R\$ 22.000,00
Diretas	

Órgão: 4 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade: 6 EDUCAÇÃO INFANTIL	
Funcional Programática: 00012.00365.00009 Gestão de Educação Infantil	
Atividade: 2.200038 Manutenção da Educação Infantil	
Dotação: 43 3.3.1.9.0 Aplicações	R\$ 190.000,00
Diretas	

Órgão: 6 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 00010.00301.00026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Atividade: 2.200126 Ampliar, Manter e Equipar o Programa de Estratégia Saúde da Família	
Dotação: 213 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 28.000,00
Dotação: 169 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 68.748,60

Art. 3º Ficam suplementados, por superávit financeiro, nos valores indicados, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente na Administração Direta:

Órgão: 6 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 00010.00301.00026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Atividade: 2.200126 Ampliar, Manter e Equipar o Programa de Estratégia Saúde da Família	
Dotação: 214 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 7.000,00

Órgão: 8 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS	
Unidade: 14 DITRAN - DIRETORIA DE TRÂNSITO	
Funcional Programática: 00026.00782.00015 Gestao do Ditran	
Atividade: 2.200078 Manutenção da Ditran	
Dotação: 608 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 75.000,00
Dotação: 230 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00

Art. 4º Ficam suplementados, por excesso de arrecadação, nos valores indicados, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente na Administração Direta:

Órgão: 4 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade: 6 EDUCAÇÃO INFANTIL	
Funcional Programática: 00012.00365.00009 Gestão de Educação Infantil	
Atividade: 2.200038 Manutenção da Educação Infantil	
Dotação: 43 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 195.600,00
Unidade: 7 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
Funcional Programática: 00012.00361.00010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental	
Atividade: 2.200042 Manutenção da Educação Fundamental	
Dotação: 94 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 293.400,00

Órgão: 8 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS	
Unidade: 13 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS	
Funcional Programática: 00015.00451.00014 Gestão da Secretaria de Transportes e Obras	
Atividade: 2.200074 Manutenção da Secretaria de Trasp. E Obras	
Dotação: 453 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 63.506,16

Órgão: 6 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 00010.00301.00026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Atividade: 2.200126 Ampliar, Manter e Equipar o Programa de Estratégia Saúde da Família	
Dotação: 213 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 92.300,00

Funcional Programática: 00010.00302.00026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Projeto: 1.100161 Construção de um Centro de Especialidades em Saúde/ Policlínica	
Dotação: 1 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 5.463,22

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal

### Portaria Nº 3.235, de 13 de Dezembro de 2013.

PORTARIA Nº 3.235, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 05/2013, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE TEREZINHA DE FÁTIMA ALVES DE OLIVEIRA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 19 de dezembro de 2013, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 05/2013, instaurado para apurar a responsabilidade de Terezinha de Fátima Alves de Oliveira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal

### Portaria Nº 3.236, de 13 de Dezembro de 2013.

PORTARIA Nº 3.236, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 07/2013, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DA SERVIDORA SUZELI SCHNEIDER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 10 de janeiro de 2014, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 07/2013, instaurado para apurar a responsabilidade da servidora municipal Suzeli Schneider.



Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de dezembro de 2013.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 3.237, de 13 de Dezembro de 2013.**

PORTARIA Nº 3.237, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.  
PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 03/2012, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE MARA APARECIDA ULIANO BUZZI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 10 de janeiro de 2014, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 03/2012, instaurado para apurar a responsabilidade de Mara Aparecida Uliano Buzzi.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de dezembro de 2013.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 3.238, de 13 de Dezembro de 2013.**

PORTARIA Nº 3.238, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.  
PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 07/2011, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR MUNICIPAL ANTÔNIO MAURÍCIO DE CAMPOS FILHO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 26 de dezembro de 2013, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 07/2011, instaurado para apurar a responsabilidade do servidor municipal Antônio Maurício de Campos Filho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de dezembro de 2013.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 3.239, de 13 de Dezembro de 2013.**

PORTARIA Nº 3.239, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.  
PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº 01/2013, INSTAURADA PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES ACERCA DO ENVIO DE EMAIL CONTENDO PESQUISA ELEITORAL FRAUDULENTA A PARTIR DE ENDEREÇO ELETRÔNICO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91 e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 09 de janeiro de 2013, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº 01/2013, instaurada para apurar possíveis irregularidades acerca do envio de email contendo pesquisa eleitoral fraudulenta a partir de endereço eletrônico institucional da Prefeitura de Gaspar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de dezembro de 2013.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal de Gaspar

**Dispensa de Licitação Nº 253/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC  
Dispensa de Licitação Nº 253/2013

OBJETO: locação de imóvel situado no bairro Bela Vista, na Rua Tubarão, nº 22, para a concessão de aluguel social aos moradores do Jardim Primavera. CONTRATADO: 379.235.449-72 (SIDNEY MIRANDA) Valor Total Julgado: R\$ 7.200,00. BASE LEGAL: Artigo 24, inciso X, da Lei 8.666/93

Gaspar(SC), 5 de Dezembro de 2013.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

**Dispensa de Licitação Nº 255/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC  
Dispensa de Licitação Nº 255/2013

OBJETO: Serviços de disponibilização de informações de interesse público, gerenciamento, divulgação e publicação de atos oficiais e acesso a pesquisa a banco de dados. CONTRATADO: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA (03.725.725/0001-35). Valor Total Julgado: R\$ 8.937,12 (oito mil, novecentos e trinta e sete reais e doze centavos). BASE LEGAL: Artigo 25 "caput" da Lei 8.666/93.

Gaspar(SC), 9 de Dezembro de 2013.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

**Dispensa de Licitação Nº 258/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Dispensa de Licitação Nº 258/2013

OBJETO: prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Gaspar no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), conforme Contrato de Programa do CIGA nº 01/2009. CONTRATO: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (09.427.503/0001-12). Valor Total Julgado: R\$ 12.900,00 (doze mil e novecentos). BASE LEGAL: Art. 24, inciso XXVI da lei 8666/93 - Na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação.

Gaspar(SC), 10 de Dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**Dispensa de Licitação Nº 259/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Dispensa de Licitação Nº 259/2013

OBJETO: serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária - PGT, aprovado pelo CIGA. CONTRATO: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (09.427.503/0001-12). Valor Total Julgado: R\$ 18.040,00 (dezoito mil e quarenta reais). BASE LEGAL: art. 2º, § 1º, III da lei nº 11.107/05 e art. 24, XXVI da lei nº 8666/93.

Gaspar(SC), 10 de Dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**Extrato de Inexigibilidade Nº 254/2013**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

Extrato de Inexigibilidade nº 254/2013

OBJETO: contratação de serviços postais e venda de produtos relativos a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. CONTRATADO: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS - ECT (34.028.316/0028-23). Prazo da contratação: 60 meses. Valor Total: R\$ 300.000,00. BASE LEGAL: art. 25 caput da Lei 8.666/1993.

Gaspar(SC), 6 de dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**CÂMARA MUNICIPAL****Licitação Nº 006/2013 - Convite Nº 006/2013**

LICITAÇÃO Nº 006/2013 - CONVITE Nº 006/2013

DESPACHO DA PRESIDÊNCIA

Vistos etc.,

A Comissão de Licitação instituída pela Resolução nº 18/2013 conduziu a Licitação nº 006/2013, Convite nº 006/2013, tendo por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de telefonia celular móvel e fixa.

A Comissão de Licitação constatou o cumprimento de todos os trâmites legais, bem como a ausência de proponentes e, assim, nos termos dos §§ 3º e 7º do artigo 22 da Lei 8.666/1993, julgou deserta a Licitação nº 006/2013, Convite nº 006/2013.

Isso posto, homologa-se a decisão da Comissão de Licitação e dá-se por encerrado o Processo Licitatório nº 006/2013, Convite nº 006/2013.

Arquivem-se os autos.

Gabinete da Câmara Municipal de Gaspar-SC, em 18/12/2013.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

**Herval d'Oeste****PREFEITURA****Decreto Nº 3.231/2013.**

DECRETO Nº. 3.231/2013.

HOMOLOGA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO DE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA REGULAMENTADO PELO EDITAL Nº. 008/2013/SMECE.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Edital nº. 008/2013/SMECE.

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do concurso de ampliação de carga horária regulamentado pelo Edital nº. 008/2013/SMECE, conforme relação constante do Anexo Único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 16 de dezembro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito

**ANEXO ÚNICO - DECRETO Nº 3.231/2013.**

CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO DE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA – EDITAL 008/2013/SMECE

Cargo: Professor de Educação Física

Nº de Protocolo	Nome do servidor	Turno	Carga Horária	Opções			Ampliação de Carga Horária Unidade Escolar	Critério de Resultado Final
				1ª	2ª	3ª		
01	Marilene de Lurdes Alves	Mat/Vesp	10	CME Pequeno Príncipe ERM Profº Alcino Fernandes	-	-	Indeferrido	Motivo: Estágio Probatório

Cargo: Professor de Ensino Fundamental Anos Iniciais

Nº de Protocolo	Nome do servidor	Turno	Carga Horária	Opções			Ampliação de Carga Horária	Unidade Escolar	Critério de Resultado Final
				1ª	2ª	3ª			
02	Edna Scabrin Martini	Vespertino	20	CME Pequeno Príncipe	EBM Estação Luzerna	-	CME Pequeno Príncipe	-	-
03	Lariane Assis Xavier Santos de Carvalho	Vespertino	20	GEM Nossa Senhora de Fátima	GEM Profº Adolfo Becker	EBM Cruz e Sousa	GEM Nossa Senhora de Fátima	-	-

**Portaria Nº 862/2013**

PORTARIA Nº 862/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 16 de dezembro de 2013, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, ao Servidor CLEIMAR PIOVESAN (Matr. 11), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Engenheiro Civil, Nível/Referência - 12/3/N, Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 16 de Dezembro de 2013.

NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 863/2013**

PORTARIA Nº 863/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora SILVANA MARIA MUSSOLINE (Matr. 3638), a partir de 16 de dezembro de 2013 a qual exerce a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", 20 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 286/2011, Ensino Fundamental, turno matutino, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas

as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de Dezembro de 2013.

NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 864/2013**

PORTARIA Nº 864/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER 04 (quatro) dias de Licença Prêmio, ao servidor JULIO ROMANO HERMES (Matr. 44), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 8, Referência "B", Anexo XI da LC Nº. 286/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 104, § único da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 30 de dezembro de 2010 a 18 de agosto de 2011, para serem gozadas a contar de 16 de dezembro de 2013 a 19 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de Dezembro de 2013.

NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Ibiam**

**PREFEITURA**

**Lei Nº 538/2013**

LEI N.º538 de 17/12/2013.

"INSTITUI PREMIAÇÃO NATALINA AOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS "

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de IBIAM- Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e sanciona a seguinte LEI:

Art. 1.º Fica instituída Premiação Natalina, em forma de Brinde aos Servidores do Município de Ibiam num gesto de expressão carinhosa, alusiva aos Festejos Natalinos e Ano Novo.

Parágrafo Único: A disposição prevista no caput, poderá ser concedida anualmente e não poderão ultrapassar o montante de R\$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

Art. 2º. Os encargos decorrentes desta Lei, serão suportados por Dotações Orçamentárias, consignadas sob a Rubrica:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo

Unidade Orçamentária: 0208 - Sec. Mun. Desen. Comunitário, Cultura e Esportes.

Função: 13 - Cultura

Sub Função: 392 - Difusão Cultural

Programa: 1301 - Desenvolvimento Cultural

Atividade: 2034 - Manutenção das Festividades Municipais  
Elemento Despesa: 3390 0000 - Aplicações Diretas

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 17 DE DEZEMBRO DE 2013.  
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADM. E FINANÇAS

### **Decreto Nº 2574/2013**

DECRETO Nº 2574, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013  
"ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

Considerando as Comemorações Natalinas e Ano Novo;

Com amparo no Artigo 88, incisos VII - XIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam considerados Ponto Facultativo nas Repartições Públicas do Município nos dias 23, 24, 26, 27, 30 e 31 de Dezembro de 2013; e nos dias 02 e 03 de Janeiro de 2014.

Art. 2º. Para os Serviços e Atividades consideradas essenciais na Área da Saúde, será mantido Plantão, conforme aviso fixado na Unidade de Saúde.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.  
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

### **Decreto Nº 2575/2013**

DECRETO Nº 2575, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.  
"INCORPORA AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO BEM MÓVEL RECEBIDO EM DOAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO, o TERMO DE DOAÇÃO DA MÁQUINA MOTONIVELADORA COM ENCARGOS PAC 2 MDA, do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, de 06 de dezembro de 2013;

CONSIDERANDO, o Laudo de Avaliação da Comissão nomeada pela Portaria nº 273 de 26 de agosto de 2013;

Com amparo no artigo 88, incisos VII e XIII, c/c. os artigos 27, 28 e 29, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica incorporado ao patrimônio do Município o bem móvel doado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA pelo Termo de Doação de 06 de dezembro de 2013.

Art. 2º A incorporação ocorrerá conforme Laudo de Avaliação / Termo de Doação e Nota Fiscal 186314, anexos a este Decreto.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.  
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Administração e da Fazenda

### **Resolução Nº 06/2013**

RESOLUÇÃO Nº 006/2013

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei de nº 482, de 27 de outubro de 2011,

CONSIDERANDO a deliberação da reunião do Conselho e análise dos documentos do dia 11 de novembro de 2013.

RESOLVE:

Art.1º - Aprovar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art.2º Solicitar os Titulares e Suplentes das Entidades Governamentais e representações de Associações, conforme Art. 12, incisos I e II.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Registrada, Publicada, CUMpra-SE.

Ibiã, 16 de dezembro de 2013.  
Cácia Aparecia Gonzatto Araldi  
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Homologada em: 16/12/2013

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO  
Prefeito Municipal de Ibiã

### **Portaria Nº 328/2013**

PORTARIA Nº 328, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013  
"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA A SERVIDORA JANETE TERRES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; considerando o artigo 85, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a JANETE TERRES, servidora efetiva no cargo de Agente de Serviços Gerais - Nível 1 - Referência A, Licença para Tratamento de Saúde.

Art. 2º. O período de afastamento será de conformidade com o Atestado Médico do Dr. Gilmar Kruker - CRM/SC 3163, a partir de 02 de dezembro de 2013.



§1º. Durante os primeiros 15 (quinze) dias consecutivos ao do afastamento da servidora, a remuneração será a cargo do órgão público.

§ 2º. A partir do décimo sexto dia do afastamento da atividade, a servidora está em auxílio doença (INSS), a contar da data de 17 de dezembro e enquanto ela permanecer incapaz, de conformidade com o comunicado de resultado de avaliação da Previdência Social.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de dezembro de 2013.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 13 DE DEZEMBRO DE 2013.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

#### **Portaria Nº 329/2013**

PORTARIA Nº 329, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013  
"REVOGA PORTARIA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã , Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com amparo no artigo 88, incisos VII e XII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica revogada a Portaria nº 327, de 09 de dezembro de 2013, que concedeu férias a membro do Conselho Tutelar, a Sra. MARILENE RIBEIRO SALVADORI.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

#### **Portaria Nº 330/2013**

PORTARIA Nº 330, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013  
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO COM SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã , Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando o Contrato de Trabalho nº 003, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar rescindido, por decurso de prazo com termo final em 14.12.2013, o Contrato de Trabalho nº 003/2013, celebrado com ANDREIA TERESINHA FERRARI LAMPERTI.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14 de dezembro de 2013.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

#### **Portaria Nº 331/2013**

PORTARIA Nº 331, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013  
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO COM SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã , Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando o Contrato de Trabalho nº 001, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar rescindido, por decurso de prazo com termo final em 14.12.2013, o Contrato de Trabalho nº 001/2013, celebrado com MAGDA REGINA POLO TITON.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14 de dezembro de 2013.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

#### **Portaria Nº 332/2013**

PORTARIA Nº 332, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013  
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO COM SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã , Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando o Contrato de Trabalho nº 004, de 04 de março de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar rescindido, por decurso de prazo com termo final em 14.12.2013, o Contrato de Trabalho nº 004/2013, celebrado com MARIZA DALAZEN LAIDNES.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14 de dezembro de 2013.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal  
Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda



**Portaria Nº 333/2013**

PORTARIA Nº 333, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA A SERVIDORA ALESSANDRA SERATTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; considerando o artigo 85, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a ALESSANDRA SERATTO, servidora efetiva no cargo de Psicóloga - Nível 6 - Referência B, Licença para Tratamento de Saúde.

Art. 2º. O período de afastamento será de conformidade com o Atestado Médico do Dr. Anselmo Duran - CRM/SC 6556, no período compreendido de 04 a 13 de dezembro de 2013.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de dezembro de 2013.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

**Ilhota****PREFEITURA****Anexo I Lei 1760/2013**

Anexo - I - Demonstrativo da previsão da receita para o período de 2014/2017

Categoria Econômica e Origem		Base de calculo 2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
1.	RECEITA CORRENTE	28.246.000,00	30.590.167,42	33.126.091,97	35.172.383,82	40.332.687,35	139.221.330,55
	RECEITA TRIBUTÁRIA	2.002.000,00	2.167.965,78	2.347.690,12	2.492.713,54	2.858.431,10	9.866.800,54
	RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	1.200.000,00	1.299.479,99	1.407.206,86	1.494.133,99	1.713.345,31	5.914.166,15
	RECEITA PATRIMONIAL	800.000,00	866.319,99	938.137,91	996.089,33	1.142.230,21	3.942.777,44
	RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-	-	-
	RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-	-	-
	RECEITA DE SERVIÇOS	420.000,00	454.818,00	492.522,40	522.946,90	599.670,86	2.069.958,15
	TRANSFERENCIAS CORRENTES	23.500.000,00	25.448.149,75	27.557.801,08	29.260.123,95	33.553.012,42	115.819.087,20
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	324.000,00	353.433,92	382.733,59	406.376,12	465.997,44	1.608.541,07
2.	RECEITAS DE CAPITAL	4.655.000,00	31.958.286,64	16.990.622,94	27.416.276,09	18.962.685,03	95.327.870,70
	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	3.462.500,00	-	-	-	3.462.500,00
	ALIENAÇÃO DE BENS	115.000,00	124.533,50	100.000,00	100.000,00	100.000,00	424.533,50
	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-	-	-
	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.540.000,00	1.924.498,76	5.323.932,63	5.652.806,92	6.482.156,44	19.383.394,75
	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	25.000.000,00	10.000.000,00	20.000.000,00	10.473.004,14	65.473.004,14
7.	RECEITAS CORRENTES INTRA	-	-	-	-	-	-
8.	RECEITAS DE CAPITAL INTRA	1.336.000,00	1.446.754,39	1.566.690,31	1.663.469,17	1.907.524,45	6.584.438,32
9.	( - ) DEDUÇÃO DA RECEITA (R)	2.830.000,00	3.064.606,97	3.318.662,85	3.523.665,99	4.040.639,37	13.947.575,18
	TOTAL GERAL	-	59.483.847,09	46.798.052,05	59.064.993,92	55.254.733,01	220.601.626,07
	PROJEÇÃO INFLAÇÃO		5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	
	PROJEÇÃO CRESCIMENTO PIB		0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	
	ATUALIZAÇÃO PLANTA DE VALORES		0,00%	0,00%	0,00%	8,00%	
	POLITICAS DE COMBATE A EVASÃO E A SONEGAÇÃO FISCAL		2,00%	2,00%	1,00%	1,00%	
	INCENTIVOS FISCAIS		1,00%	1,00%	0,00%	0,00%	
	CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO		0,01%	0,01%	0,02%	0,02%	

**Anexo II Lei 1760/2013****ANEXO II.a - Programas de Governo**

RELAÇÃO DOS PROGRAMAS TEMÁTICOS		
1.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	1.1 Valor Global do Programa
CÓDIGO	TÍTULO	
0301	Ilhota Turismo	6.404.000,00
0302	Ilhota Agricultura e Meio Ambiente	2.400.000,00
0303	Ilhota Assistência Social	450.000,00
0304	Ilhota Educação	13.180.508,54
0305	Ilhota Saúde	1.524.750,55
0306	Ilhota Obras	4.000.000,00
0307	Ilhota Defesa Civil	2.380.000,00
0308	Ilhota Habitacional	200.000,00
0309	Ilhota Transportes	38.100.000,00
0310	Ilhota Cultura	4.760.000,00
0311	Ilhota Esportes	2.873.540,48
0312	Ilhota Administração	3.000.000,00
TOTAL	79.272.799,57	

**Anexo III Lei 1760/2013****ANEXO III – Programas de Governo****PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO MUNICÍPIO**

DESCRIÇÃO DO PROGRAMA		1.1 Valor Global do Programa
CÓDIGO	TÍTULO	
0001	Gestão Administrativa – Câmara Municipal de Vereadores	4.922.833,00
0002	Gestão Administrativa – Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	2.000.000,00
0003	Gestão Administrativa – Procuradoria Jurídica	1.400.000,00
0004	Gestão Administrativa – Controladoria Interna	200.000,00
0005	Gestão Administrativa – Finanças	5.500.000,00
0006	Gestão Administrativa – Administração	11.480.000,00
0007	Gestão Administrativa – Transporte	17.820.000,00
0008	Gestão Administrativa – Fundo de Assistência Social	4.000.000,00
0009	Gestão Administrativa – Fundo de Educação	45.000.000,00
0010	Gestão Administrativa – Fundação Cultural	1.500.000,00
0011	Gestão Administrativa – Agricultura e Meio Ambiente	3.500.000,00
0012	Gestão Administrativa – Defesa Civil	1.000.000,00
0013	Gestão Administrativa – Obras	5.500.000,00
0014	Gestão Administrativa – Fundo de Saúde	21.420.710,40
0015	Gestão Administrativa – Turismo	2.500.000,00
0016	Gestão Administrativa – Indústria e Comércio	700.000,00
0017	Gestão Administrativa – Fundação de Esportes	1.000.000,00
0018	Gestão Administrativa – Fundo da Criança e Adolescência	672.000,00
0019	Gestão Administrativa – Fundo Habitacional	200.000,00
0020	Gestão Administrativa – Instituto de Previdência	560.000,00
9999	Gestão Administrativa – Reserva de Continuidade	400.000,00
TOTAL		131.275.543,40

**Lei Nº 1760/2013**

LEI Nº 1760, de 11 de dezembro de 2013

Institui o Plano Plurianual do Município de Ilhota para o período 2014-2017.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota (SC), no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei.

**CAPÍTULO I****DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E DO PLANO PLURIANUAL**

Art.1º. Esta lei institui o Plano Plurianual - PPA do Município de Ilhota, para o período 2014-2017.

Art.2º O PPA é instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, convergir a dimensão estratégica da ação governamental, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável.

Art. 3º O PPA tem como diretrizes:

- I - valorização do cidadão-usuário como motivo de qualquer ação governamental;
- II - participação da sociedade na escolha de prioridades, acompanhamento e avaliação dos resultados;
- III - forte ênfase nas ações que envolvem o desenvolvimento humano;
- IV - a excelência na gestão.

**CAPÍTULO II****DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO**

Art. 4º. O PPA reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de Programas, classificados em duas espécies, os Temáticos e os de Gestão, Manutenção e Serviços ao Município, assim definidos:

I - Programa Temático: aquele que expressa a agenda de governo por meio de políticas públicas, orientando a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade; e

II - Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Município: aquele que reúne um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

Art. 5º. Os Programas Temáticos são compostos por Objetivos, Indicadores e Valor Global.

§1º. O Objetivo expressa o que deve ser feito, refletindo as situações a serem alteradas pelas implementações de um conjunto de Iniciativas e tem como atributos:

I - Órgão Responsável: é aquele cujas atribuições mais contribuem para as implementações dos Objetivos;

II - Meta: é uma medida do alcance do Objetivo, podendo ser de natureza quantitativa ou qualitativa; e

III - Iniciativa: declara as entregas de bens e serviços à sociedade, resultantes da coordenação de ações orçamentárias e de outras medidas de caráter não orçamentário.

§2º. O Indicador é um instrumento que permite identificar e aferir, periodicamente, aspectos relacionados a um Programa, auxiliando o seu monitoramento e avaliação.

§3º. O Valor Global indica uma estimativa dos recursos

orçamentários necessários à consecução dos Objetivos, com as respectivas categorias econômicas.

Art. 6º. As codificações dos programas serão observadas nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nos projetos que os modifiquem.

Art. 7o. Integram o PPA os seguintes anexos:

I - Demonstrativo da previsão da receita para o período 2014/2017;

e  
II - Demonstrativo dos programas temáticos de governo para o período 2014/2017.

III - Demonstrativo dos programas de gestão, manutenção e serviços de governo para o período 2014/2017.

### CAPÍTULO III DA INTEGRAÇÃO COM OS ORÇAMENTOS

Art. 8º. Os Programas constantes do PPA 2014-2017 estarão expressos nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nas leis que as modifiquem.

Parágrafo único. As ações orçamentárias de todos os programas serão discriminadas exclusivamente nas leis orçamentárias anuais.

Art. 9º. O Valor Global dos Programas, as Metas e os enunciados dos Objetivos não constituem em limites à programação e à execução das despesas expressas nas leis orçamentárias e nas leis que as modifiquem.

Art. 10. Os projetos de lei de revisão do Plano Plurianual que incluam Programa Temático ou Objetivo deverão conter os respectivos atributos.

Art. 11. O Poder Executivo, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis que as modifiquem, fica autorizado a:

- I - alterar o Valor Global do Programa;
- II - incluir, excluir ou alterar Iniciativas não orçamentárias; e

Parágrafo único. O Poder Executivo fica autorizado a incluir, excluir ou alterar as informações gerenciais e os seguintes atributos:

- I - Indicador;
- II - Valor de Referência;
- III - Metas;
- IV - Órgão Responsável; e
- V - Iniciativas sem financiamento orçamentário.

### CAPÍTULO IV DA AVALIAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DO PLANO

Art. 12. A lei de diretrizes orçamentárias definirá anualmente e para cada exercício a forma de avaliação dos resultados dos programas de governo, conforme prevê a Lei Complementar nº 101/2000, art. 4º, I, "e".

Art. 13. O Município manterá atualizado o plano e o divulgará no Portal Transparência.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ilhota/SC, 11 de dezembro de 2013.  
DANIEL CHRISTIAN BOSI  
Prefeito Municipal

## Imbituba

### PREFEITURA

#### Extrato: Seash 2013/19 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEASH 2013/19 A00

Contratada: JO ARTES LTDA ME

Obejto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ORNAMENTAÇÃO DO NATAL 2013 DP MUNICIPIO DE IMBITUBA.

C.N.P.J: 15.349.725/0001-67

Valor: R\$ 44.107,00 Prazo: 31/12/2013

Fundamento: Processo nº. 24/2013 Pregão nº16/2013

Imbituba, 11 de dezembro de 2013.

SELMA ELIAS WESTPHAL

Secretário Municipal de Assistencia Social e Habitação

Locatário

JO ARTES LTDA ME

Representante Legal

Locador

## Iomerê

### PREFEITURA

#### Lei 758/2013

LEI Nº 758, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

Autoriza o poder executivo de Iomerê a firmar convênio com o estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar, para execução de serviços de bombeiros.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar, para a execução dos serviços de bombeiros e regular as atividades de segurança contra sinistros, busca e salvamento de pessoas e bens, atendimento pré-hospitalar, exames de projetos e vistorias de segurança contra sinistros em edificações, ações de defesa civil, desenvolvidas pela Corporação, através de sua Organização de Bombeiro Militar.

Art. 2º Os recursos gerados no cumprimento do convênio serão depositados em conta bancária deste município de Iomerê, denominada PREFEITURA/CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, e aplicados exclusivamente no investimento em segurança contra incêndio e outros sinistros, como aquisição de viaturas, equipamentos, instalações físicas e despesas de custeio da atividade de bombeiro militar.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Iomerê, 16 de dezembro de 2013.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretário de Administração e Finanças

### Lei 759/2013

LEI Nº 759, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

Autoriza o poder executivo a firmar convênio com o estado de Santa Catarina para instalação e manutenção de um sistema de videomonitoramento urbano composto de central e câmeras de vídeo no município de Iomerê e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a firmar convênio com Estado de Santa Catarina para a instalação e manutenção de um sistema de monitoramento urbano composto de câmeras de vídeo no município de Iomerê, nos termos do convenio, cuja minuta faz parte integrante da presente LEI.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º A prestação de contas dos valores recebidos dar-se-á na forma da Legislação vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Iomerê, 16 de dezembro de 2013.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretário de Administração e Finanças

### ANEXO I - MINUTA DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 0004 /2013

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, COM INTERVENIÊNCIA DO COMANDO GERAL DA POLÍCIA MILITAR E DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL.

Aos 09 dias do mês de dezembro de 2013, o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, Centro, CNPJ 01.612.744/0001-20, neste representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO PAGANINI, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com sede na Rua Artista Bitencourt, no 30, Florianópolis-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.951.294/0001-00, doravante denominada, SSP, representada por seu Secretário CESAR AUGUSTO GRUBBA, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, portador da Carteira de Identidade no 372513, SSP/SC e do CPF no 252.157.529-15,

com interveniência da Polícia Militar do Estado, estabelecida a Rua Visconde de Ouro Preto, 549 - Centro - Florianópolis-SC, representado por seu Comandante Geral NAZARENO MARCINEIRO, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, portador da Carteira de Identidade no 539318, expedida pela SSP/SC e do CPF no 37656899987, doravante denominada PMSC, com interveniência da Polícia Civil do Estado, estabelecida a Rua Álvaro de Carvalho, 220 - Centro - Florianópolis-SC, representado por seu Delegado Geral ALDO PINHEIRO D'ÁVILA, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, portador da Carteira de Identidade no 1.743.696-6, SSP/SC e do CPF no 548.933.059-72, doravante denominada PCSC, resolvem celebrar o presente Termo, de acordo com as Cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a cooperação entre o MUNICÍPIO e a SSP, para instalação e manutenção de um sistema de videomonitoramento urbano composto de 01 (uma) central de videomonitoramento com 06 (seis) câmeras de segurança no Município de Iomerê.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Este Convênio está fundamentado pelo disposto no artigo 116, da Lei no 8.666/93, de 21 de junho de 1993, no que couber, no artigo 62 da Lei Complementar no 101, de 04 de maio de 2.000, Lei Complementar no 284 de 28 de fevereiro de 2005, na IN 14/12 TCE e no artigo 8º, item IX, da Constituição Estadual e na Lei Municipal no 786 de 05 de novembro de 2013.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO

3.1As despesas decorrentes da execução do presente Termo correrão à conta dos orçamentos do MUNICÍPIO e da SSP, vigentes em cada exercício financeiro.

3.2O MUNICÍPIO fará repasse do montante que deve ser depositado na c/c específica nº xxxxxx, Ag. xxxxx, Banco do Brasil, tendo como titular: Fundo Para Melhoria da Segurança Pública, inscrito sob o CNPJ nº 85.280.147/0001-35;

3.3A SSP manterá os recursos da contra-partida oriundos do BN-DES em conta específica.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

4.1 Opinar sobre o projeto desenvolvido pela SSP / PMSC, com vistas à instalação de um sistema de videomonitoramento urbano no Município de Iomerê, SC.

4.2 Repassar o montante de R\$ 80.022,50 (oitenta mil, vinte e dois reais e cinquenta centavos), à SSP-SC, conforme planilha de custos em anexo, em até 90 dias, contados a partir da solicitação do depósito;

4.3 Responsabilizar-se pelos custos com manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos que fazem parte do sistema de videomonitoramento urbano do Município de Iomerê, SC, após período de garantia;

4.4. Responsabilizar-se pelas futuras ampliações do número de pontos de videomonitoramento e pelos custos decorrentes da ampliação;

4.5 Responsabilizar-se pelas obras necessárias para adequação de um ambiente no Quartel da Polícia Militar, onde será instalada a central de videomonitoramento;

4.6 Responsabilizar-se pela contratação e instalação de energia elétrica, junto a concessionária local, para alimentação dos pontos de videomonitoramento;



4.7 Auxiliar no serviço de monitoramento das imagens, com disponibilização de operadores de CFTV na sala de videomonitoramento, de acordo com a disponibilidade de servidores.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA SSP / PMSC

5.1 Providenciar estudo e elaborar projeto para instalação de videomonitoramento urbano através de câmeras de vídeo e submetê-lo à apreciação do Município de Iomerê, SC;

5.2 Responsabilizar-se pela aquisição, coordenação e instalação do sistema de videomonitoramento urbano de acordo com a CLÁUSULA PRIMEIRA;

5.3 Responsabilizar-se pela contratação de rede multimídia, em fibra óptica, para transmissão das imagens do sistema de videomonitoramento urbano e pelos custos mensais decorrentes;

5.4 Responsabilizar-se pela operacionalização do sistema de videomonitoramento urbano e realizar o serviço de monitoramento das imagens diuturnamente com pessoal da Polícia Militar e nas delegacias de Polícia Civil de Santa Catarina.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para o cumprimento do presente instrumento, o relacionamento entre as partes dar-se-á entre o Comando da Organização Policial Militar de Videira, em nome da SSP / PMSC e o Prefeito Municipal, em nome do MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

A execução do projeto objeto do presente convênio pela SSP/PMSC, deverá ocorrer no prazo de 18 (dezoito) meses a contar da assinatura deste instrumento, sob pena de devolver a totalidade dos recursos repassados pelo MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Prestação de Contas do repasse previsto na CLAUSULA QUARTA, se dará na forma da Instrução Normativa N.TC-14/2012.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA DENÚNCIA

O MUNICÍPIO e a SSP / PMSC poderão propor, a qualquer tempo, a denúncia do presente Convênio, se não for cumprida qualquer de suas Cláusulas, por mútuo acordo ou por interesse unilateral do poder cedente.

#### CLÁUSULA NONA - DO PRAZO

O prazo de vigência do presente Convênio é de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Videira, SC, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste Termo.

E por estarem assim de pleno acordo, assinam o presente Convênio com as testemunhas abaixo relacionadas.

LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

CESAR AUGUSTO GRUBBA  
Secretário de Estado da Segurança Pública

NAZARENO MARCINEIRO  
Comandante Geral da Polícia Militar

ALDO PINHEIRO D'ÁVILA  
Delegado Geral da Polícia Civil

Testemunhas:  
ANEXO II - PLANILHA DE CUSTOS

#### Lei 760/2013

LEI N. 760, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

Altera o artigo 1º da Lei n. 425/2007 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1. - O artigo 1, da Lei n. 425/2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro a estudantes residentes no Município de Iomerê, no valor de até 100%(cem por cento) da mensalidade, aos que frequentem cursos de ensino médio profissionalizante, e de até 40%(quarenta por cento) do valor da mensalidade para os estudantes de cursos de nível superior que frequentem instituições de ensino superior com atuação na região de Videira, Caçador e Joaçaba, com sede ou extensões em quaisquer dos municípios que integrem esta região.

Paragrafo Único. Não terão direito ao benefício descrito no caput, os estudantes já portadores de diplomas de formação em outro curso de nível superior ou profissionalizante, pós-graduação, mestrado e doutorado, bem como aqueles cuja renda familiar, devidamente comprovada, seja igual ou superior a 05(cinco) salários mínimos mensais.

Art. 2. Os demais artigos permanecem inalterados.

Art. 3. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do início do ano letivo de 2014.

Art. 4. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Iomerê, 16 de dezembro de 2013.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretário de Administração e Finanças

#### Lei 761/2013

LEI N. 761, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

Altera o artigo 1º da Lei n. 757/2013.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1. O artigo 1, da Lei n. 757/2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a celebrar, com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação, Termo de



Cessão de Uso de imóvel de sua propriedade, livre e desembaraçado de qualquer ônus, assim discriminado: um terreno urbano, sem benfeitorias, localizado ao lado do prédio da Prefeitura Municipal, Rua João Rech, com área de 600,00m<sup>2</sup> (seiscentos metros quadrados), dentro da área maior de 36.800,00m<sup>2</sup>, objeto da matrícula n. 3621, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Videira, a teor do levantamento planimétrico e matrícula imobiliária que fazem parte integrante da presente Lei”.

Art. 2. Os demais artigos permanecem inalterados.

Art. 3. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Iomerê, 16 de dezembro de 2013.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretário de Administração e Finanças

## Ipumirim

### PREFEITURA

**Portaria Nº. 518 /2013 de 13 de Dezembro de 2.013.**  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EFETIVOS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei Complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

#### CONCEDE

Fica concedidas férias coletiva para as Servidores Públicos Municipais da Educação, conforme relação abaixo:

Nº	NOME	CARGO	PERIODO	GOZO
1047	Adi T. Guerini	Zeladora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
0530	Adriana C. G. Raymundi	Professora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
0699	Adriana C. G. Raymundi	Professora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
0316	Adriana G. Bordinhon	Administradora	2012/2013	02/01/2014 a 31/01/2014
2013	Ana L. Vasselai	Professora	2013/2014	23/12/2013 a 21/01/2014
1311	Aneliria Techio	Professora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
2020	Bernardete F. Vasselai	Professora	2013/2014	23/12/2013 a 21/01/2014
0534	Carmen G. Zat	Professora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
0700	Carmen G. Zat	Professora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
2063	Caroline Biffi	Professora	2013/2014	23/12/2013 a 21/01/2014

2037	Claudete Maria Baron	Zeladora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
1665	Claudete W. Drehmer	Aux. Creche	2011/2012	19/12/2013 a 07/01/2014
1659	Clenir Rosa C. Bicigo	Zeladora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
1840	Cristiana Z. Ungaratti	Aux. Creche	2012/2013	19/12/2013 a 07/01/2014
2031	Daniela Zanella	Professora	2013/2014	23/12/2013 a 21/01/2014
1051	Dilviana Cason	Professora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
1702	Dinamar C. Patzlaff	Professora	2013/2014	23/12/2013 a 21/01/2014
1126	Dinamar C. Patzlaff	Professora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
1013	Dirlei F. Pescinini	Aux. Creche	2012/2013	19/12/2013 a 07/01/2014
2021	Edson Pedroso	Professor	2013/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
2115	Elenite Costa	Comissionada	2012/2013	02/01/2013 a 31/01/2014
2034	Eliana H. Mocellin	Professora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
0540	Eliane R. B. Rossetto	Professora	2013/2014	23/12/2013 a 21/01/2014
2050	Fernando Hermmann	Professor	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
1719	Gabriela Fracasso	Professora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
2047	Gidiomar Techio	Professor	2013/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
0046	Hedio Neine	Motorista	2013/2014	02/01/2014 a 31/01/2014
2070	Idiane R. P. Wildner	Professora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
0051	Ilse Falabretti Albiero	Professora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
0528	Ione Farina	Professora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
0653	Ione Farina	Professora	2012/2013	23/01/2013 a 21/01/2014
0532	Irdes K. Schmidt	Professora	2012/2013	30/12/2013 a 28/01/2014
0612	Ivalene P. Klee	Professora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
0721	Ivalene P. Klee	Professora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
2165	Ivanir Strapasson	Zeladora	2013/2014	19/12/2013 a 07/01/2014
2056	Ivete Antunes	Aux. Creche	2012/2013	19/12/2013 a 07/01/2014
1701	Ivete Heller Drehmer	Zeladora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
2051	Ivete F. Tecchio	Aux. Creche	2012/2013	19/12/2013 a 07/01/2014
0527	Izanir T. Nicodem	Professora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
2048	Jacinta M Spricigo	Professora	2013/2014	23/12/2013 a 21/01/2014
0067	Janete R. Kist Neis	Professora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
2049	Janice Neis	Professora	2013/2014	23/12/2013 a 21/01/2014
1696	Juares L. da Silva	Professor	2013/2014	23/12/2013 a 21/01/2014

1661	Jucimar Rauskolb	Zeladora	2012/2013	19/12/2013 a 07/01/2014
0541	Judite Z. Weingartner	Professora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
0586	Juliana M. Bertollo	Professora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
0691	Juliana M. Bertollo	Professora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
1693	Katia S de Marco	Professora	2013/2014	23/12/2013 a 21/01/2014
0158	Leda Isabel B. Spricigo	Professora	2012/2013	30/12/2013 a 28/01/2014
1830	Leila C. Ferrari	Aux. Creche	2012/2013	19/12/2013 a 07/01/2014
1295	Leudenir Trombetta	Motorista	2012/2013	02/01/2014 a 31/01/2014
0318	Loiri S. P. Santian	Professora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
1055	Luciane R. Dos Santos	Professora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
1048	Ludimar S. B. Boldori	Professora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
0082	Margareth B de Mello	Professora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
0529	Margareth B. de Mello	Professora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
0086	Mari Lucia Artifon	Professora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
0536	Mari Lucia Artifon	Professora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
0647	Maria S. Cristani	Zeladora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
0087	Marilei F. Carpinelli	Escrituraria	2012/2013	02/01/2014 a 31/01/2014
2006	Marilene Vottri	Zeladora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
1710	Marilia Cumerlatto	Zeladora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
1331	Marineide Pick Pilatti	Secretaria	2012/2013	02/01/2014 a 31/01/2014
0092	Marisa Pick Baller	Professora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
0093	Marisa Rosetto	Aux. Bibliot.	2012/2013	02/01/2014 a 31/01/2014
0098	Marizete B. Cagol	Professora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
1697	Marizete B. Cagol	Professora	2013/2014	23/12/2013 a 21/01/2014
0097	Marlete Pereira	Professora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
2044	Marlete Pereira	Professora	2013/2014	23/12/2013 a 21/01/2014
0650	Marli Carmen Grosbelli	Professora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
1056	Marli Carmen Grosbelli	professora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
0101	Melania A. S. Chiella	Professora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
1698	Melania A. S. Chiella	Professora	2013/2014	23/12/2013 a 21/01/2014
1045	Melita Juraci Bedin	Aux. Creche	2012/2013	19/12/2013 a 07/01/2014
2007	Michele Dal Bello	Zeladora	2012/2013	02/01/2014 a 31/01/2014
1965	Nelisse S. Pagliosa	Professora	2013/2014	23/12/2013 a 21/01/2014

0531	Olivo Santian	Professor	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
2052	Patricia Moterle	Professora	2013/2014	23/12/2013 a 21/01/2014
2003	Rosalia T. Techio	Professora	2013/2014	23/12/2013 a 21/01/2014
0111	Rosane Heemann	Professora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
0588	Rosane Heemann	Professora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
1691	Rosani Schmidt	Aux. Creche	2012/2013	19/12/2013 a 07/01/2014
0538	Roselei R. dos Reis	Professora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
0652	Rosmeri G. Falabretti	Professora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
1954	Rosmeri Simon Bedin	Aux. Creche	2012/2013	19/12/2013 a 07/01/2014
0535	Salete I. Lecardelli	Professora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
0651	Salete I. Lecardelli	Professora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
2022	Sandra Anater	Professora	2013/2014	23/12/2013 a 21/01/2014
0526	Sandra Casagrande	Professora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
0497	Severino Padia	Motorista	2013/2013	02/01/2014 a 31/01/2014
1671	Sidene D. Serafin	Zeladora	2012/2013	19/12/2013 a 07/01/2014
0683	Susimar Ines Peretti	Professora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
1111	Vanderson Cerutti	Professor	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
1964	Vania L. Tedesco	Aux. Creche	2012/2013	19/12/2013 a 07/01/2014
0513	Vilma Lang	Zeladora	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
1103	Vivia C. Formagini	Professora	2013/2014	23/12/2013 a 21/01/2014
2095	Werenise S. Ludescher	Professora	2013/2014	23/12/2013 a 21/01/2014

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 16 de Dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 13 de Dezembro de 2013.

VALDIR ZANELLA  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 519/2013 de 13 de Dezembro de 2013.**  
CONCEDE FERIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A LAUDECI FRANCIO, matrícula 75-2, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 01/08/2012 a 31/07/2013 e gozo de 06/01/2014 a 25/01/2014 e, conforme previsto no art. 127, § 1º da Lei Complementar 01/2002, 10 dias convertidos em pecúnia relativo ao período de 26/01/2013 a 04/02/2014.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06/01/2013.

Ipumirim - SC, 13 de dezembro de 2013.  
VALDIR ZANELLA  
Prefeito de Ipumirim

**Portaria Nº. 520/2013 de 16 de Dezembro de 2013.**  
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA  
ANDRESSA MORALES RODRIGUES, Matrícula 2189-0, com domicílio na Cidade e Município de Concórdia, Carteira de Identidade nº. 9062333068 e do CPF 007.046.330-19, com nomeação para o cargo de Médico do PSF, constante no Anexo Único da Lei Complementar 004/2002., nível salarial MEDICO DO PSF, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 392/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 26 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 16 de dezembro de 2013.  
VALDIR ZANELLA  
Prefeito de Ipumirim

**Portaria Nº. 521/2013 de 16 de Dezembro de 2013.**  
NOMEIA POR CONCURSO PUBLICO NO CARGO DE OPERADOR DE RETRO ESCAVADEIRA E ESCAVADEIRA HIDRAULICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 002/2002, que Dispõe sobre o Plano de Carreira e remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Edital de Concurso Público 001/2012.

RESOLVE:  
NOMEAR, sob a Matrícula 2199-7, NILSON VILMOR DREHMER, com domicílio na Cidade e Município de , Carteira de Identidade nº. 26977990 e do CPF 848.629.479-72, para o cargo de provimento efetivo de Operador de Retro Escavadeira e escavadeira hidraulica, constante no Anexo II, Grupo C - Serviços Operacionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002, nível salarial Nível 78, com carga horária de 44 horas semanais, lotação: Secretaria de Transportes e Obras.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 16/12/2013.

Ipumirim - SC, 16 de dezembro de 2013.  
VALDIR ZANELLA  
Prefeito de Ipumirim

**Portaria Nº.522/2013 de 16 de Dezembro de 2013.**  
AFASTA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NOMEADA POR CONCURSO PUBLICO POR AUXILIO DOENÇA.

VALDIR ZANELLA, Prefeito de Ipumirim - SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 99 e 100 da Lei Complementar 001/2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e da outras Providencias.

AFASTA POR AUXILIO DOENÇA.

JURANDI BOGONI LOCATELLI, sob a Matrícula 1672-1, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº.1.558.790 e do CPF sob o nº. 868.088.429-49, no cargo Efetivo de Zeladora, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Secretaria Municipal de Assistência Social, afastamento por Auxilio doença, conforme atestado medico Cid. K-84-2.

Revogadas as disposições em contrario a presente portaria produzirá efeitos a partir de 16 de Dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 16 de Dezembro de 2013.  
VALDIR ZANELLA  
Prefeito Municipal

**Nota de Esclarecimento-Edital de Pregão Presencial Nº 32/2013, Processo de Licitação Nº 58/2013**  
NOTA DE ESCLARECIMENTO - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2013  
PROCESSO DE LICITAÇÃO 58/2013

Respondendo à consulta formulada referente ao edital de edital de pregão presencial nº 32/2013 processo de licitação 58/2013, que tem por objeto o registro de preço para a aquisição de equipamentos de informática destinado aos órgãos da Administração Pública do município de Ipumirim- SC , para a formação de REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE PARA 12 (DOZE) MESES para eventuais e futuras aquisições.

**QUESTIONAMENTO 01:**

O ITEM 1 e o ITEM 4 do Edital N.º 32/2013 informa que o Sistema Operacional requisitado para o notebook com tela de 15.6 polegadas e computador, respectivamente é Windows® 7 Professional (64-bit) Original com etiqueta de autenticidade. Por entender que grande parte dos fabricantes de computadores disponibiliza de fabrica seus produtos contendo uma versão mais atualizado do sistema questiona-se se poderá ser possível cotar preços com o sistema mais atual?

**RESPOSTAS AOS QUESTIONAMENTOS:**

Prezado Licitante, em relação ao questionamento é esclarecido que: Por se tratar de um sistema mais atual o qual é disponibilizado pelos fabricantes, será aceito a cotação de preços com estes sistemas, levando em consideração os seguintes critérios: - por se tratar no edital do Sistema Operacional Windows® 7 Professional (64-bit) Original, somente será aceito uma versão superior do sistema na mesma categoria, ou seja, WINDOWS 8 PROFESSIONAL ou WINDOWS 8.1 PROFESSIONAL. Por necessidade das máquinas ingressar em uma rede contendo um domínio somente será aceito desta forma ou com categoria superior a esta.

LAUDECIR FRANCIO  
PRESIDENTE DA COMISSÃO

**Processo de Licitação Nº 62/2013, Pregão Presencial Nº 33/2013**

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 62/2013

Valdir Zanella - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:45:00 horas do dia 06/01/2014, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 06/01/2014. Objeto da licitação: registro de preços para a aquisição de combustíveis, gasolina destinados a frota de veículos do Município, para o exercício de 2014, conforme especificações anexo ao Edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico [www.ipumirim.sc.gov.br](http://www.ipumirim.sc.gov.br), (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 17/12/2013

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

**Processo de Licitação Nº 63/2013, Pregão Presencial Nº 34/2013**

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 63/2013

Valdir Zanella - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 13:45:00 horas do dia 06/01/2014, e abertura prevista para às 14:00:00 do dia 06/01/2014. Objeto da licitação: aquisição de combustíveis, óleo diesel, destinados a frota de máquinas do Município, para o exercício de 2014, conforme especificações anexo ao Edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico [www.ipumirim.sc.gov.br](http://www.ipumirim.sc.gov.br), (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 17/12/2013

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

**Irineópolis****PREFEITURA****Decreto N.º 2.531/2013**

DECRETO N.º 2.531/2013.

"ESTABELECE RECESSO E PONTO FACULTATIVO EM ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o disposto no art. 105, inciso I da LC 007/2001 e

CONSIDERANDO a importância da otimização da prestação dos serviços públicos municipais;

CONSIDERANDO a necessidade contínua de controle nas despesas em todos os órgãos da Administração; e,

CONSIDERANDO as comemorações de Natal e Ano Novo,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica estabelecido recesso nas atividades dos servidores municipais, no âmbito da Administração Direta nos dias 24 e 31/12/2013.

Art. 2º Fica ainda estabelecido ponto facultativo para os servidores públicos municipais do Poder Executivo, nos dias 26, 27 e 30/12/2013, com retorno às atividades normais no dia 02/01/2014, devendo, no entanto, nesse período, funcionar as unidades cujas atividades não possam sofrer solução de continuidade, nas Secretarias da Saúde e da Infraestrutura.

Art. 3º Recomenda-se, porém, a todos os servidores que permaneçam de sobreaviso no período supramencionado para atendimento a ocorrências excepcionais no funcionamento dos serviços afetos às suas respectivas áreas de competência.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Irineópolis (SC), 13 de dezembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**Decreto N.º 2.529**

DECRETO Nº 2.529, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.

REGULAMENTA O § 3º DO ARTIGO 4º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 077/2013, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis (SC), cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 65, incisos III e VII, da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Para efeito das disposições previstas no § 3º do Art. 4º da Lei Complementar Nº 077/2013, de 02 de dezembro de 2013, relativamente a ampliação dos serviços de iluminação pública, o contribuinte interessado na prestação dos serviços deverá requerer a sua execução junto à Secretaria Municipal da Infraestrutura, que implementará as ações necessárias para a sua realização.

Art. 2º O contribuinte solicitante, conforme previsto na lei Complementar, deverá arcar com os custos referentes aos materiais



e serviços necessários a implantação da ampliação solicitada, no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta) reais por luminária, cujos valores deverão ser recolhidos aos cofres públicos municipais, previamente a realização dos serviços.

Parágrafo único - O valor acima definido será reajustado sempre que houver aumento dos custos dos materiais e/ou serviços, através de Decreto do Executivo Municipal.

Art. 3º Os contribuintes a serem enquadrados nos casos excepcionais, cujos valores serão custeados pelo erário municipal serão objeto de laudo social a ser expedido pela Secretaria de Desenvolvimento Comunitário, em que fique constatada a existência de renda per capita de até ½ (meio salário mínimo nacional).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 13 de Dezembro de 2013.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

### **Decreto Nº 2.530**

DECRETO Nº 2.530, de 13 de dezembro de 2013.

REGULAMENTA O ARTIGO 132-A DA LEI COMPLEMENTAR Nº 01/97, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1997, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 076/2013, RELATIVAMENTE A CONCESSÃO DE LICENÇAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis (SC), cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 65, incisos III e VII, da Lei Orgânica do Município,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Para efeito da concessão prevista no Art. 132-A da Lei Complementar Nº 01/97, de 30 de Dezembro de 1997, com redação dada pela Lei Complementar Nº 076/2013, o servidor público municipal deverá requerer formalmente o gozo de Licença para o exercício de cargo de provimento em comissão ou cargo político, prevista na Legislação, em formulário próprio a ser fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos.

Parágrafo único - O Requerimento deverá conter parecer com autorização da chefia imediata do servidor.

Art. 2º O servidor deverá aguardar em exercício o trâmite do Requerimento até a sua conclusão e parecer final.

Art. 3º Entrando em licença suspende-se automaticamente a relação de subordinação com o órgão de origem, e o servidor passará a desempenhar as atividades determinadas pelo órgão no qual passou a exercer o cargo de provimento em comissão ou cargo político, até o seu retorno, quer seja, por iniciativa própria, pelo término do prazo da licença concedida ou a requerimento do órgão de vinculação do cargo efetivo.

Parágrafo único. Caso a vaga exercida anteriormente esteja ocupada em função da necessidade do serviço, o funcionário de retorno deverá assumir a vaga que lhe for oferecida, cujas atribuições sejam idênticas ou assemelhadas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 13 de Dezembro de 2013.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

### **Portaria Nº 400/2013**

PORTARIA Nº 400/2013.

DELEGA COMPETÊNCIA PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULOS À SERVIDOR EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

#### **RESOLVE:**

Art 1º - DELEGAR a REINALDO STASIAK, servidor efetivo, ocupante do cargo de Administrador, portador da CNH Registro nº 02805849937, categoria C, competência para dirigir os veículos oficiais de uso e propriedade da Prefeitura Municipal de Irineópolis, quando no desempenho de suas atividades funcionais.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 11 de Dezembro de 2013.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

### **Portaria Nº. 401/2013**

PORTARIA Nº. 401/2013.

SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - SUBSTITUIR a pedido devidamente justificado, na Comissão de Processo Administrativo nº 004/2013, instituída pela Portaria nº 233/2013, com alterações dadas pelas Portarias nº 235, 307 e 382/2013, a servidora Giozani Regina Crestani, código 1000, nomeando para fazer parte da composição da referida Comissão e designando para as funções de Presidente a servidora ANA PAULA MARTINS REICHARDT, código nº 1042, ocupante do cargo efetivo de Administradora Escolar, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, com a incumbência de apurar a responsabilidade de descumprimento das disposições contidas na LC 01/97 de 30/12/1997, com relação aos deveres e as proibições de ordem funcional, de JOÃO PAULO HACKER, código 1741 ocupante do cargo de Operador de Equipamentos vinculado a Secretaria Municipal da Infraestrutura, quanto aos seguintes fatos:

I. Que em data de 19/06/2013, o servidor quando dirigia o veículo da municipalidade FIAT UNO, Placas MCA 7219, dirigindo-se para a localidade de Serra da Boa Vista levar operadores para trazerem as máquinas que lá estavam, passou em local alagado, quando o veículo pifou e não funcionou mais;

II. Que os danos causados em função desse incidente, geraram despesas para a municipalidade.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.



Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 11 de Dezembro de 2013.  
**JULIANO POZZI PEREIRA**  
 Prefeito Municipal.

### Extrato de Contrato 168/2013

CONTRATO Nº 168/2013

3.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 16/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2012

PROCESSO LICITATORIO Nº 78/2012

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Os valores definidos na Cláusula Primeira do Contrato n.º 16/2013 - Processo de Licitação n.º 78/2012, Pregão Presencial n.º 45/2012, da Prefeitura Municipal de Irineópolis, por este aditado, conforme faculta a alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei n.º 8.666/93, consolidada, e cláusula Sétima do Contrato nº 16/2013, e de acordo com pareceres contábil e jurídico passam a ter reajuste dos valores a partir da data da assinatura deste, conforme segue:

Item 01: Oleo Diesel Comum – 32.500 litros – valor anterior R\$ 2,07 Total R\$ 67.275,00 – valor reajustado R\$ 2,19 – valor total: R\$ 71.175,00, sendo o valor aditivado de R\$ 3.900,00.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Os quantitativos em espécies no caput constantes são os que restam receber da Contratada.

**CLAUSULA SEGUNDA**- Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 17 de dezembro de 2013.

Município de Irineópolis	Ceres Comercio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda.
JULIANO POZZI PEREIRA	LUCIANO MOREIRA
Contratante	Contratada
Testemunhas:	
Nome: Robson Roberto Binder	Nome: Gilson Brand
CPF: 780.541.689-34	CPF: 647.032.749-49

### Edital Nº 04/2013.

EDITAL Nº 04/2013.

Maria Rosa Schafaschek Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, torna público que, com base na Lei nº 8.069/90 e com as modificações introduzidas pelo Artigo 10 da Lei nº 8.242/91 e na Lei Municipal nº 647/92, alterada pelas Leis Municipais nº 692/93 de 28/09/1993; 1.335/2007 de 19/12/2007; 1.336/2007 de 20/12/2007; considerando ainda, a Resolução 01/2009 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, estão abertas as inscrições para a escolha de cinco membros titulares e cinco membros suplentes do Conselho Tutelar.

#### 1 - DO CALENDÁRIO OFICIAL:

Fica estabelecido o seguinte calendário:

- Publicação do Edital sobre a eleição do Conselho Tutelar: 13 de dezembro de 2013.
- Inscrição dos candidatos: 15 de janeiro á 31 de janeiro de 2014.
- Inscrição de eleitores por entidade: 15 de janeiro á 31 de janeiro de 2014.
- Homologação das inscrições: 03 de fevereiro de 2014.
- Publicação das inscrições: 04 de fevereiro de 2014.
- Prazo para impugnação dos candidatos: 05,06 e 07 de fevereiro de 2014.
- Apreciação das impugnações: 10 de fevereiro de 2014.
- Prazos para os candidatos manifestarem-se sobre as impugnações:

11, 12,13 e 14 de fevereiro de 2014.

- Data da eleição: 25 de fevereiro 2014.

- Horário: 08:00 às 12:00 horas.

- Local: Centro de Uso Múltiplo.

#### 2 - ESCLARECIMENTOS ÚTEIS AOS CANDIDATOS:

Único Conselho Tutelar.

Número de Vagas: 05 (cinco) titulares e 05 (cinco ) suplentes.

Tempo de Mandato: Referente ao mandato do Conselho Tutelar atual, sendo de 01de março de 2014 á 09 de janeiro de 2016.

Vencimentos: R\$1.075,28 (Um mil e setenta e cinco reais e vinte e oito centavos), Auxílio Alimentação no valor de R\$ 170,00 (Cento e setenta reais). O suplente somente fará jus ao valor do vencimento e do auxílio alimentação da vaga de Conselheiro Tutelar quando ocupar a vaga do titular.

Expediente: das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min, com previsão de plantões noturnos e também aos sábados, domingos e feriados, conforme escala.

#### 3 - DA INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS:

a) Poderão concorrer os candidatos inscritos que preencham os seguintes critérios:

I - Reconhecida idoneidade moral;

II - Idade superior a 21 anos;

III - Residir no município, no mínimo há 02 anos;

IV - Formação de nível superior;

V - Possuir Carteira Nacional de Habilitação - CNH.

b) Os candidatos, quando da inscrição, deverão anexar Curriculum Vitae, acompanhado da documentação comprobatória dos critérios estabelecidos.

c) O prazo para inscrição de candidatos será entre os dias: 15 de janeiro a 31 de janeiro de 2014 das 8:30 às 11:00 horas e das 13:30 às 16:00 horas.

d) O recebimento de inscrições será no CRAS, rua: Bahia, número 122.

e) Conforme Lei Federal nº 8.069/90 são impedidos de servir no mesmo Conselho, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e sogra ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta ou enteado.

Estende-se o impedimento do conselheiro, em relação à autoridade judiciária, ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca, foro Regional ou Distrital.

#### 4 - DA PUBLICAÇÃO DAS CANDIDATURAS:

a) Encerrado o prazo de inscrições, a Comissão do Processo Administrativo de Escolha dos Conselheiros Tutelares fará a análise do Curriculum e da documentação apresentada pelos candidatos, no dia 13 de fevereiro de 2014. No dia 04 de fevereiro de 2014, será publicado Edital com a relação dos candidatos, na imprensa local, para ciência pública.

b) A partir da publicação, qualquer pessoa física ou jurídica da comunidade terá o prazo de 03 dias úteis para solicitar a impugnação da candidatura, com base nos critérios de registro de candidatos, devendo provar o alegado.

c) O candidato impugnado terá 03 dias úteis para manifestar-se sobre a impugnação, a partir da intimação.

d) A decisão da respectiva impugnação será cientificada às partes no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pela Comissão do Processo Administrativo de Escolha dos Conselheiros Tutelares, da qual não caberá recurso.

**5 - DA ELEIÇÃO:**

a) A eleição será feita por votação secreta, pelos delegados nomeados por entidades representativas da sociedade, em especial, de atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente, do município de Irineópolis, inscritos previamente e também pelos membros efetivos ou suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

b) Os delegados nomeados e os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, deverão votar em três candidatos que sentirem estar aptos para o Conselho Tutelar.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente lembra que:

Os candidatos devem ter conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, em especial dos Artigos 131 a 140.

Irineópolis/ SC, 13 de dezembro de 2013.

MARIA ROSA SCHAFASCHEK

Presidente do CMDCA.

**Itaiópolis**

**PREFEITURA**

**Extrato de Contrato**

CONTRATO 94/2013. Contratante: Município de Itaiópolis - SC. Contratada: MARCOPOLO S/A. - CNPJ: 88.611.835/0008-03. Objeto: Aquisição de 01 veículo de transporte escolar diário. Valor Total: R\$ 196.500,00. Data da Assinatura dia 04 de dezembro de 2013. Validade do Contrato: 12 meses. Referente a Adesão ao Pregão Eletrônico - Registro de Preços nº 50/2012/FNDE.

GERVÁSIO UHLMANN

Prefeito Municipal.

**Extrato de Contrato**

CONTRATO 95/2013. Contratante: Município de Itaiópolis- SC. Contratada: Man Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda - CNPJ: 06.020.318/0001-10. Objeto: Aquisição de 01 veículo de transporte escolar diário. Valor Total: R\$ 227.780,00. Data da Assinatura dia 04 de dezembro de 2013. Validade do Contrato: 12 meses. Referente a Adesão ao Pregão Eletrônico - Registro de Preços nº 50/2012/FNDE.

GERVÁSIO UHLMANN

Prefeito Municipal.

**Extrato de Termo Aditivo**

Nº ADITIVO: 1º Nº CONTRATO: 48/2013  
CONTRATADA: Julia Nair Humeniuk ME

Objeto: acréscimo no quantitativo das marmitas, dentro do limite e na forma do artigo 65, Inciso I, alínea "b", parágrafo 1º da Lei Federal nº 8666/93. Fica aditivada a quantidade de 450 marmitas, para o Centro de Serviço Sede, valor total de R\$ 2.173,50. Itaiópolis, 03/12/2013

GERVÁSIO UHLMANN

Prefeito Municipal

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**Resultado de Licitação**

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL SANTO ANTONIO

Processo Licitatório nº 10/2013 - Pregão Eletrônico nº 07/2013. Objeto: Aquisição de Medicamentos Diversos para uso na FHMSA. Empresa vencedora: A. G. Kiene & Cia Ltda, valor R\$ 50.310,40; Altermed Material Médico Hospitalar Ltda, valor R\$ 9.515,60; Eco Farmas Comercio de Medicamentos Ltda, valor 31.092,36; Exclusiva Distribuidora de Medicamentos Ltda-ME, valor R\$ 18.752,09; Fresenius Kabi Brasil Ltda, valor R\$ 62.210,00; KFMED Distribuidora de Medicamentos Ltda-EPP, valor R\$ 2.943,68; Mauro marciano Garcia de Freitas-ME, valor R\$ 41.412,50; Moca Comercio de Medicamentos Ltda, valor R\$ 1.965,25; Pontamed Farmaceutica Ltda, valor R\$ 65.646,79; Prestomedi Distribuidora de Medicamentos Ltda, valor 77.084,25 e Werbran Distribuidora de Medicamentos Ltda, valor 54.325,20. Vencimento; 10/12/2014.

Itaiópolis, 17/12/2013.

LIANDRA TEREZINHA KOPPE

Administradora Hospitalar.

**Itapiranga**

**PREFEITURA**

**Lei Complementar Municipal Nº 65, de 17 de Dezembro de 2013**

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 65, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.

Institui o Plano Municipal de Saneamento Básico de Itapiranga; compreendendo os serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo e gestão integrada de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas; e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta LEI:

Art. 1º Fica instituído o Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB, contemplando a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, de Itapiranga, que tem por objetivo promover a universalização dos serviços públicos municipais de saneamento básico no Município, mediante o estabelecimento de metas e ações programadas que deverão ser executadas em um horizonte de 20 (vinte) anos.

Art. 2º Para efeitos desta Lei, considera-se saneamento básico as estruturas e serviços dos seguintes sistemas:

I - abastecimento de água potável;

II - esgotamento sanitário;

III - drenagem urbana e manejo de águas pluviais; e

IV - limpeza urbana, manejo e gestão integrada de resíduos sólidos.

Art. 3º O Plano Municipal de Saneamento Básico, como instrumento da Política Municipal de Saneamento, tem como diretrizes, respeitadas as competências da União e do Estado, melhorar a qualidade da sanidade pública, manter o meio ambiente equilibrado em busca do desenvolvimento sustentável, além de fornecer elementos ao poder público e a coletividade para defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade ambiental, cabendo a todos o direito de exigir a adoção de medidas neste sentido.

Art. 4º Constitui objetivo geral do Plano Municipal de Saneamento Básico o estabelecimento de ações para universalização do saneamento básico, através da ampliação progressiva do acesso à todos os usuários do Município de Itapiranga.

Parágrafo único - Para o alcance do objetivo geral, são objetivos específicos do Plano de Saneamento:

- I - garantir as condições de qualidade dos serviços existentes buscando sua melhoria e ampliação;
- II - implementar os serviços ora existentes, em prazos factíveis;
- III - criar instrumentos para regulação, fiscalização e monitoramento e gestão dos serviços;
- IV - estimular a conscientização ambiental da população; e
- V - atingir condição de sustentabilidade técnica, econômica, social e ambiental aos serviços de saneamento básico.

Art. 5º A Administração Municipal, assim como os prestadores dos serviços públicos compreendidos nessa Lei, deverão observar o disposto no Plano Municipal de Saneamento Básico de Itapiranga, notadamente no que diz respeito ao cumprimento das metas nele previstas, devendo prestar informações periódicas sobre a sua operacionalização à agência reguladora designada, às instituições fiscalizadoras e aos responsáveis pelo exercício do controle social do PMSB.

Art. 6º Fica a Secretaria Municipal de Administração encarregada da operacionalização e acompanhamento da execução do Plano Municipal de Saneamento Básico, sendo suas atribuições:

- I - ter acesso aos documentos e informações dos prestadores dos serviços de que trata o PMSB;
- II - promover a inserção e a compatibilização das informações referentes aos serviços municipais de saneamento básico com os sistemas nacionais de informação de saneamento básico e com sistemas informatizados equivalentes de âmbito estadual e municipal;
- III - receber as reclamações de usuários relativas à prestação dos serviços, devendo, quando for o caso, encaminhá-las a Agência Reguladora competente.

Art. 7º Compete à Agência Reguladora designada pelo Município, verificar junto aos prestadores dos serviços de que trata essa Lei, o atendimento das metas estabelecidas no PMSB devendo, no caso de seu descumprimento, exigir e impor as sanções cabíveis na forma das disposições regulamentares e contratuais pertinentes.

Art. 8º O PMSB de Itapiranga deverá ser revisado, obrigatoriamente, a cada 4 (quatro) anos ou em prazo inferior a este, quando necessário for.

§ 1º A proposta de Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, deverá ser elaborada em articulação com os prestadores dos serviços correlatos e estar em compatibilidade com as diretrizes, metas e objetivos:

- I - das Políticas Municipais, Estaduais de Saneamento Básico, de Saúde e de Meio Ambiente;
- II - do Plano Municipal e Estadual de Saneamento e de Recursos Hídricos.

§ 2º A revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico de Itapiranga, deverá seguir as diretrizes dos planos das bacias hidrográficas em que o Município estiver inserido.

§ 3º A revisão de que trata o caput deste artigo, deverá preceder à elaboração do Plano Plurianual do Município de Itapiranga.

§ 4º O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar a proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico à Câmara de Vereadores, devendo constar as alterações, a atualização e a consolidação do Plano de Saneamento anteriormente vigente.

Art. 9º Os programas, projetos e outras ações do Plano Municipal de Saneamento Básico, deverão ser regulamentados por Decretos do Poder Executivo, na medida em que forem criados.

Art. 10. Constitui o Plano de Saneamento Básico do Município de Itapiranga, contemplando a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, o documento inserido no Anexo I desta LEI.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, em 17 de dezembro de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SÉRGIO LUÍS KESSLER

Secretário Municipal de Administração.

### **Lei Complementar Municipal Nº 66, de 17 de Dezembro de 2013**

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 66, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 28 de 08 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Educação do Município de Itapiranga e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Os incisos XVIII e XXIII do artigo 6º da Lei Complementar nº 28 de 08 de dezembro de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º .....

XVIII – .....

Pré- 05 a 06 anos incompletos – mínimo 12, máximo 22, mais dois para desdobrar, com um professor.

§ 1º Nas turmas com alunos na faixa etária de 03 (três) a 04 (quatro) anos, quando em número superior a 15(quinze) alunos por sala, terá um professor e um (a) auxiliar (estagiário) (a) até o fim do 1º semestre.

§ 2º A partir do 2º semestre será mantido um professor por turma e um estagiário por turno escolar de 20 horas, onde terá duas ou mais turmas por turno no educandário.

§ 3º A necessidade de mais estagiários por turno será avaliada e definida pelo Conselho Municipal de Educação, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação.

§ 4º Os estagiários terão a incumbência de auxiliar as turmas do maternal.

para o Ensino Fundamental:

1º e 2º ano – mínimo 12, máximo 22; mais dois para desdobrar, com um professor;

o critério para desdobramento das turmas a partir da Pré-Escola até o 9º ano será o de possuir mais duas matrículas na turma, havendo disponibilidade do espaço físico;

o Sistema manterá classes bi seriadas e ou multisseriadas quando não atingir número mínimo de alunos para uma turma;

XXIII – A idade para o ingresso no Ensino Fundamental será em conformidade com a legislação federal vigente.

Art . 2º Fica revogado o parágrafo único da alínea “a” do inciso



XVIII, do artigo 6º da Lei Complementar nº 28 de 08 de dezembro de 2009.

Art. 3º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga, em 17 de dezembro de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

SÉRGIO LUÍS KESSLER

Secretário Municipal de Administração.

### **Lei Complementar Municipal Nº 68, de 17 de Dezembro de 2013**

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 68, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.

Altera dispositivo da Lei Complementar n. 002, de 20 de abril de 2006, alterada pela Lei Complementar n. 15, de 04 de dezembro de 2007 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta LEI:

Art. 1º Fica alterado o número de vagas do cargo de provimento efetivo de Psicólogo que passa de 02(duas) para 03(três) vagas de quarenta horas semanais.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar, serão usados recursos do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga, em 17 de dezembro de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SÉRGIO LUÍS KESSLER

Secretário Municipal de Administração.

### **Lei Complementar Nº67, de 17 de Dezembro de 2013**

LEI COMPLEMENTAR Nº67, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre o Sistema Municipal de Assistência Social de Itapiranga - SUAS/Itapiranga-SC.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta LEI:

Art. 1º O Sistema Municipal de Assistência Social de Itapiranga - SUAS/Itapiranga-SC é um sistema público, com comando único, não contributivo, descentralizado e participativo, que organiza e normatiza a Política Municipal de Assistência Social.

Art. 2º O Sistema Municipal de Assistência Social de Itapiranga - SUAS/Itapiranga-SC é regido pelos seguintes princípios:

I - universalização dos direitos socioassistenciais, a fim de tornar o

destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

II - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, garantindo a dignidade do cidadão e sua autonomia, assim como ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

III - divulgação ampla de benefícios, serviços, programas e projetos de assistência social no Município.

Art. 3º São diretrizes do Sistema Municipal de Assistência Social de Itapiranga - SUAS/Itapiranga-SC:

I - consolidação da Assistência Social como uma política pública de Estado;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III - supremacia da necessidade do usuário na determinação da oferta dos serviços socioassistenciais;

IV - garantia da articulação entre serviços, benefícios, programas e projetos de Assistência Social;

V - integração e ações intersetoriais com as demais políticas públicas municipais;

VI - aperfeiçoamento da integração dos serviços prestados pela rede socioassistencial governamental e não governamental;

VII - acompanhamento das famílias, visando o fortalecimento do caráter protetivo da família, ampliando a oferta de serviços.

Art. 4º O Sistema Municipal de Assistência Social de Itapiranga-SUAS/Itapiranga-SC realiza a gestão da Política Municipal de Assistência Social sob o comando da respectiva secretaria, articulando os serviços, programas, projetos e benefícios da rede de proteção social de Itapiranga, formada pelas entidades governamentais e da sociedade civil organizada de entidades afins, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades e riscos sociais.

Parágrafo único. O foco de atuação da Assistência Social é a população com maiores índices de vulnerabilidade e as situações de violação de direitos, com o objetivo de:

I - prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e proteção social especial para famílias, grupos e indivíduos que deles necessitar;

II - contribuir para a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais;

III - assegurar que as ações no âmbito da política de assistência social tenham centralidade na família, promovendo a convivência familiar e comunitária, tendo o território por referência;

IV - monitorar e garantir os padrões de qualidade dos serviços, benefícios, programas e projetos;

V - implementar a Política de Recursos Humanos.

Art. 5º O público destinatário do Sistema Municipal de Assistência Social de Itapiranga- SUAS/Itapiranga-SC é constituído pelas famílias, grupos ou indivíduos, cujas condições de risco e/ou vulnerabilidade social são as seguintes:

I - perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, de vínculos relacionais ou de pertencimento e sociabilidade;

II - fragilidades próprias do ciclo de vida;

III - desvantagens pessoais resultantes de deficiência sensorial, mental ou múltipla;

IV - identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural, de gênero ou orientação sexual;

V - violações de direito resultando em abandono, negligência, exploração no trabalho infanto-juvenil, violência ou exploração sexual comercial, violência doméstica, física e/ou psicológica, maus tratos, problemas de subsistência e situação de mendicância;

VI - violência social, resultando em apatização social;

VII - trajetória de vida nas ruas ou situação de rua;

VIII - situação de conflito com a lei, em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto;

IX - vítimas de catástrofes ou calamidades públicas, com perda total ou parcial de bens;  
X - situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos).

Art. 6º O Sistema Municipal de Assistência Social de Itapiranga-SUAS/Itapiranga-SC é gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com as atribuições de formular as diretrizes, planejar, coordenar a execução, monitorar e avaliar as ações da rede socioassistencial de abrangência local e regional, além de executar as ações de abrangência territorial municipal e regional.

Paragrafo único. Cabe a Secretaria Municipal de Assistência Social-SMAS, estabelecer sistema de regulação para a efetivação dos princípios e diretrizes, mediante a normatização dos processos de trabalho, a definição dos padrões de qualidade, os fluxos e interfaces entre os serviços, a promoção da articulação interinstitucional e intersetorial, o estabelecimento de mecanismos de acompanhamento técnico-metodológico e a supervisão da rede socioassistencial direta e conveniada, assim como o monitoramento da execução e avaliação dos resultados dos serviços.

Art. 7º O Sistema Municipal de Assistência Social de Itapiranga-SUAS/Itapiranga-SC compõe, juntamente com a União e o Estado, modelo de gestão com divisão de competências, atuando segundo as seguintes bases organizacionais:

I - matricialidade sócio-familiar com desenvolvimento das ações com centralidade na família, independentemente de seu formato ou modelo;

II - territorialização caracteriza-se pela oferta de serviços baseada na proximidade do cidadão e dos locais de maior vulnerabilidade e risco social, sendo local e regional, no caso do atendimento da proteção social especial;

III - constituição de serviços socioassistenciais cuja execução seja garantida, como primazia do Governo Municipal, mediante parcerias estabelecidas com as entidades e organizações de assistência social; tais serviços e programas visam a melhoria da vida da população, em particular, atendendo suas necessidades básicas, através da observância dos objetivos, princípios e diretrizes, ordenados em rede de proteção social básica e especial, conforme prevê a Política Nacional de Assistência Social;

IV - financiamento tem como base o porte e o nível de gestão de Itapiranga, a complexidade dos serviços, hierarquizados e complementares, a continuidade do financiamento, o repasse regular e automático de recursos dos dois Fundos - Nacional e Estadual, para o Município, o co-financiamento das ações e o estabelecimento de pisos de atenção;

V - controle social e a participação popular;

VI - política de recursos humanos estabelecida em conformidade com o que dispõe a Norma Operacional Básica/Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB/RH/SUAS, Resolução CNAS Nº 01/2007 do Conselho Nacional de Assistência Social, de 25 de janeiro de 2007 e suas alterações;

VII - sistema de monitoramento, avaliação e informação visa o planejamento, a mensuração da eficiência e eficácia política, assim como a realização de estudos e diagnósticos.

§ 1º Para efeito da execução e oferta dos serviços socioassistenciais, com base no território, o Município de Itapiranga, é definido como Município de pequeno porte, conforme a Resolução CNAS nº 145/2004 do Conselho Nacional de Assistência Social, de 15 de outubro de 2004.

§ 2º Os Conselhos Municipais de Políticas Públicas Setoriais e de Direitos, notadamente o de Assistência Social, estão vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social, que proverá a infraestrutura necessária para seu funcionamento, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas

referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições.

§3º As entidades e organizações são consideradas de assistência social quando seus atos constitutivos definirem expressamente sua natureza, objetivos, missão e público-alvo, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.742/93, regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.308/2007, de 14 de dezembro de 2007 e suas alterações.

§4º São características essenciais das entidades e organizações de assistência social:

I - realizar atendimento, assessoramento ou defesa de garantia de direitos, na área da assistencial social, na forma desta Lei Complementar;

II - garantir a universalidade do atendimento, independentemente de contraprestação de serviços do usuário;

III - ter finalidade pública e transparência nas suas ações.

§ 5º As entidades e organizações de assistência social que incorrem em irregularidades na aplicação dos recursos que lhes foram repassados pelos poderes públicos terão a sua vinculação ao SUAS cancelada, sem prejuízo de responsabilidade civil e penal.

Art. 8º Os serviços socioassistenciais no Sistema Municipal de Assistência - SUAS, são organizados segundo as seguintes funções:

I - Vigilância socioassistencial: refere-se à produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e de risco pessoal e social que incidem sobre famílias/pessoas nos diferentes ciclos da vida;

II - Proteção Social: consiste no conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social - SUAS - para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo de vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional. Com base nas vulnerabilidades e riscos sociais, as proteções sociais são ofertadas no Sistema Único de Assistência Social - SUAS, por níveis de complexidade: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade;

III - Defesa Social e Institucional: a proteção social, tanto básica quanto especial, deve ser organizada de forma a garantir aos seus usuários o acesso ao conhecimento dos direitos socioassistenciais e sua defesa.

Art. 9º Os serviços de proteção social básica realizam acompanhamento preventivo a indivíduos e suas famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, por meio de ações que objetivam a promoção, o desenvolvimento de potencialidades, assim como o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais.

Art. 10. São considerados serviços de proteção social básica de Assistência Social aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam à convivência, à socialização e ao acolhimento em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho.

Art. 11. A Proteção Social Especial é modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, negligência, maus tratos físicos e/ou psíquicos, violência sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medida socioeducativas em meio aberto, situação de rua, situação de trabalho infantil-juvenil. É composta por serviços de Média e Alta Complexidade.

Art. 12. A Proteção Social Especial de Média Complexidade oferece



atendimento às famílias ou indivíduos cujos direitos são violados e cujos vínculos familiares e comunitários estão fragilizados, mas não rompidos, requerendo atenção especializada e individualizada, além de acompanhamento contínuo e monitorado.

Art. 13. Os serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade são aqueles que garantem proteção integral para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados do seu núcleo familiar e/ou comunitário.

Parágrafo único. Os serviços da proteção social especial, devido ao tamanho do município e sua capacidade, podem ser obedecidos em base regional, organizados mediante consórcio intermunicipal.

Art. 14. Cabe ao Município a oferta de benefícios eventuais e emergenciais, conforme o Decreto Federal nº 6.307/2007, de 14 de dezembro de 2007.

Art. 15. Os Instrumentos de Gestão se caracterizam como ferramentas de planejamento nas três esferas de governo: União, Estados e Município, tendo como parâmetro o diagnóstico social e os eixos de proteção social, básica e especial, sendo eles:

- I - Plano Municipal de Assistência Social;
- II - Orçamento da Assistência Social;
- III - Gestão da informação, monitoramento e avaliação;
- IV - Relatório Anual de Gestão.

Art. 16. Para implementar o disposto nos arts. 12 e 13 da presente Lei Complementar o Poder Executivo Municipal poderá instituir o Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS, através de lei específica, que organizará e levará a efeito serviços de enfrentamento às violações de direitos e proteção integral às famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário.

Art. 17. O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei Complementar no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 18. O Município aplicará, anualmente, no mínimo, 3% (três por cento) das receitas correntes para manutenção e desenvolvimento da proteção social, levada a efeito, pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 19. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga, em 17 de dezembro de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SÉRGIO LUÍS KESSLER

Secretário Municipal de Administração.

### **Lei Municipal Nº 2. 888, de 17 de Dezembro de 2013** LEI MUNICIPAL Nº 2. 888, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a alteração da Lei de Criação do Fundo Municipal de Assistência Social e seu funcionamento e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta LEI:

Art. 1º O Fundo Municipal de Assistência Social, instrumento de

captação e aplicação de recursos, que tem por objetivo proporcionar recursos e meios para o financiamento das ações da Política de Assistência Social, destacadas na Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, como benefícios, serviços, programas e projetos, na área de assistência social, passa a ser regido pela presente LEI.

Art. 2º Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS):

- I - recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;
- II - dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a Lei Orçamentária anual estabelecer no transcorrer de cada exercício;
- III - doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não-governamentais;
- IV - receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma da Lei;
- V - parcelas do produto oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal de Assistência Social terá direito a receber por força da Lei e de convênios do setor;
- VI - produto de convênios firmados com outras entidades financeiras;
- VII - doações em espécie feitas diretamente ao Fundo;
- VIII - outras receitas que venham a ser legalmente constituídas.

§ 1º A dotação orçamentária prevista para o Órgão da Administração Pública Municipal, responsável pela assistência social, será transferida para a conta do Fundo Municipal de Assistência Social, após realização das receitas correspondentes.

§ 2º Os recursos que compõem o Fundo, serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial sob a denominação - Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

§ 3º O saldo financeiro do exercício apurado em balanço, será utilizado em exercício subsequente e incorporado ao orçamento do FMAS.

Art. 3º O FMAS será gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, responsável pela Política de Assistência Social, sob a orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

§ 1º A proposta orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), deverá ser aprovada pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e constar na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

§ 2º O orçamento do FMAS integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 4º Os recursos do FMAS poderão ser aplicados em:

- I - recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;
- II - dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a Lei Orçamentária anual estabelecer no transcorrer de cada exercício;
- III - financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de Assistência Social desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, ou por órgão conveniado;
- IV - pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas de direito público e privado para execução da Política de Assistência Social;
- V - aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento de programas;
- VI - construção, reformas, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para execução da Política de Assistência Social;

VII - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de Assistência Social;

VIII - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área da Assistência Social;

IX - pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do Artigo 15 da Lei Orgânica da Assistência Social e regulamentação municipal;

X - pagamento de recursos humanos na área da assistência social.

Art. 5º As contas e os relatórios do gestor do FMAS deverão ser apreciados e aprovados pelo CMAS, mensalmente, de forma sintética e, anualmente, de forma analítica.

Art. 6º A contabilidade evidenciará a situação financeira, patrimonial e orçamentária do Sistema Municipal de Assistência Social, conforme a legislação pertinente.

Art. 7º A contabilidade permitirá controle prévio, concomitante e subsequente, informando apropriações, apurando custos de serviços, interpretando e avaliando, com os instrumentos de sua competência, os resultados obtidos.

Art. 8º A contabilidade será feita por profissional habilitado, emitindo relatórios mensais de gestão dos custos dos serviços do FMAS.

Art. 9º Para atender as despesas decorrentes da execução da presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, crédito adicional especial no valor necessário, obedecendo as prescrições contidas nos incisos I a IV do § 1º do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 1.687, de 18 de dezembro de 1996.

Itapiranga, em 17 de dezembro de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SÉRGIO LUÍS KESSLER

Secretário Municipal de Administração.

### **Lei Municipal Nº 2.886, de 17 de Dezembro de 2013** LEI MUNICIPAL Nº 2.886, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.

Concede abono natalino aos servidores ativos do Poder Legislativo do Município de Itapiranga e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Legislativo Municipal de Itapiranga/SC, autorizado a conceder de um abono pecuniário natalino, aos servidores públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo e comissionados, exceto aos agentes políticos, no valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais).

Parágrafo único. O abono de que trata esta Lei será pago em parcela única, em pecúnia, juntamente com os vencimentos dos servidores beneficiados, no mês de dezembro de 2013.

Art.2º - Não terão direito ao recebimento do abono de que trata a presente Lei os Servidores do Poder Legislativo nas seguintes situações:

I - que se encontrarem no gozo de licença para tratar de interesses

particulares;

II - que se encontrarem em licença especial para atendimento a pessoa de necessidades especiais.

Art.3º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente em cada exercício financeiro.

Art.4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga, em 17 de dezembro de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SÉRGIO LUÍS KESSLER

Secretário Municipal de Administração.

### **Lei Municipal Nº 2.887, de 17 de Dezembro de 2013** LEI MUNICIPAL Nº 2.887, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.

Estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta LEI:

Art. 1º O Orçamento do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, para o exercício financeiro do ano 2014, estima à receita em R\$ 44.824.650,00 (quarenta e quatro milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, seiscentos e cinquenta reais), (-) Dedução da Receita para formação do FUNDEB R\$ 5.480.400,00 (cinco milhões, quatrocentos e oitenta mil e quatrocentos reais) = R\$ 39.344.250,00 (trinta e nove milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, duzentos e cinquenta reais), fixa a despesa em R\$ 39.344.250,00 (trinta e nove milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, duzentos e cinquenta reais).

Art. 2º A Receita do Orçamento do Município de Itapiranga, esta estimada com a seguinte classificação:

POR CATEGORIA ECONÔMICA		
RECEITAS CORRENTES	R\$	39.175.250,00
- Receitas Tributárias	R\$	4.145.000,00
- Receitas de Contribuições		R\$ 660.000,00
- Receita Patrimonial	R\$	141.400,00
- Receita Agropecuária	R\$	3.000,00
- Receita de Serviços	R\$	1.900.000,00
- Transferências Correntes	R\$	32.005.850,00
- Outras Receitas Correntes	R\$	320.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	R\$	169.000,00
- Operações de Crédito	R\$	9.000,00
- Alienação de Bens	R\$	18.000,00
- Amortização de Empréstimos	R\$	40.000,00
- Transferências de Capital	R\$	102.000,00
TOTAL	R\$	39.344.250,00

Art. 3º As Despesas do Município de Itapiranga serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, observando a classificação institucional, funcional programática e natureza da seguinte forma:

**POR ÓRGÃO E UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS**

01 - PODER EXECUTIVO R\$ 29.984.319,00 76,21%  
 02 - GABINETE DO PREFEITO R\$ 536.140,85 1,36%

**03 - SECRET. .MUNIC. ADMINISTRAÇÃO**

OBRAS E SERV. URBANOS R\$ 9.139.089,96 23,23%  
 Administração R\$ 3.699.717,88 9,40%  
 Saneamento R\$ 3.591.000,00 9,13%  
 Urbanismo R\$ 1.758.372,08 4,47%  
 Defesa Civil R\$ 90.000,00 0,23%

**04 - SECRET. FAZENDA, PLANEJAMENTO, DESENV.**

ECONÔMICO E TURISMO R\$ 3.406.906,62 8,66%

06 - SEC.MUNIC.DE EDUC.CULT.ESPORTE R\$ 10.326.861,91 26,25%

Ensino Fundamental R\$ 6.368.143,04 16,19% Educação Infantil R\$ 2.925.169,00 7,43%  
 Outras Fontes R\$ 1.033.549,87 2,63%

08 - SECRET. MUNIC. DE TRANSPORTES R\$ 2.580.710,90 6,56%

**09 - FUNDO MUNIC. DE AGRICULTURA E**

MEIO AMBIENTE R\$ 2.075.750,16 5,28%

10 - FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL R\$ 1.057.000,00 2,69%

11 - FUNDO MUNIC. DA INF. E ADOLESC. R\$ 222.142,96 0,56%

**12 - FUNDO MUNICIPAL DE REEQ. DA OBM**

FUNREBON DE ITAPIRANGA R\$ 81.999,99 0,21%

**13 - FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO**

E INTERESSE SOCIAL R\$ 75.993,14 0,19%

**14 - SECRET. MUNIC. DA IND. COM. PREST.**

DE SERV. E TURISMO R\$ 351.722,51 0,89%

90 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA R\$ 130.000,00 0,33%

02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 8.159.931,00 20,74%

01 - Fundo Municipal de Saúde R\$ 8.159.931,00 20,74%

03 - PODER LEGISLATIVO R\$ 1.200.000,00 3,05 %

01 - Câmara Municipal de Vereadores R\$ 1.200.000,00 3,05 %

**TOTAL R\$ 39.344.250,00 100,00%**

**POR CATEGORIA ECONÔMICA**

1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA R\$ 29.984.319,00

I - DESPESAS CORRENTES R\$ 27.403.897,58

II - DESPESAS DE CAPITAL R\$ 2.450.421,42

III - RESERVA DE CONTINGÊNCIA R\$ 130.000,00

2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 8.159.931,00

I - DESPESAS CORRENTES R\$ 7.674.603,67

II - DESPESAS DE CAPITAL R\$ 485.327,33

3 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES R\$ 1.200.000,00

I - DESPESAS CORRENTES R\$ 1.130.000,00

II - DESPESAS DE CAPITAL R\$ 70.000,00

**CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

01 - Legislativa	R\$ 1.200.000,00
04 - Administração	R\$ 6.379.131,20
06 - Segurança Pública	R\$ 171.999,99
08 - Assistência Social	R\$ 1.279.142,96

10 - Saúde	R\$ 8.159.931,00
12 - Educação	R\$ 9.659.112,04
13 - Cultura	R\$ 68.750,00
15 - Urbanismo	R\$ 1.341.926,00
16 - Habitação	R\$ 75.993,14
17 - Saneamento	R\$ 3.591.000,00
20 - Agricultura	R\$ 2.075.750,16
22 - Indústria	R\$ 237.290,13
23 - Comércio de Serviços	R\$ 114.432,38
25 - Energia	R\$ 414.196,08
26 - Transporte	R\$ 2.580.710,90
27 - Desporto e Lazer	R\$ 598.999,87
28 - Encargos Especiais	R\$ 1.395.884,15
<b>TOTAL</b>	<b>R\$39.344.250,00</b>

**CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA**

01 - Execução da Ação Legislativa	R\$ 1.200.000,00
10 - Supervisão e Coordenação Administrativa	R\$ 3.397.717,88
14 - Serviços de Trânsito	R\$ 53.000,00
18 - Administração Rec. Financeiros Municipais	R\$ 2.011.022,47
42 - Assistência Social Geral	R\$ 1.057.000,00
47 - Assistência Básica	R\$ 222.142,96
66 - Acesso, Manut. e Qualific. Ensino Funda- mental	R\$ 6.083.143,04
68 - Acesso Manutenção e Qualificação Ensino Médio	R\$ 285.000,00
70 - Acesso Manut. e Qualificação Ensino Infantil	R\$ 2.925.169,00
73 - Desenvolvimento da Cultura e Desporto Amador	R\$ 599.749,87
76 - Melhoramento Infra-estrutura Urbana	R\$ 1.999.372,08
77 - Política Habitacional	R\$ 75.993,14
79 - Saneamento Geral	R\$ 3.591.000,00
107 - Promoção Agrícola	R\$ 1.735.750,16
128 - Amortização e Encargos da Dívida Interna	R\$ 1.395.884,15
130 - Reserva de Contingência	R\$ 130.000,00
131 - Promoção da Ind., Com. e Prest. de Ser- viços	R\$ 237.290,13
133 - Saúde Básica	R\$ 8.159.931,00
134 - Merenda Escolar	R\$ 345.800,00
140 - Manutenção do Gabinete do Prefeito	R\$ 536.140,85
141 - Defesa Civil	R\$ 171.999,99
142 - Ensino Superior	R\$ 20.000,00
145 - Desenvolvimento da Pecuária	R\$ 340.000,00
149 - Manut. das Ativ. da Secr. de Transportes	R\$ 2.523.710,90
150 - Construção de Pontes e Pontilhões	R\$ 52.000,00
151 - Abrigos de Passageiros	R\$ 5.000,00
153 - Manut. da Bibliot. e Museu Público Munic.	R\$ 68.000,00
160 - Obras de Infraestrutura Turística	R\$ 6.000,00
162 - Apoio a Industra, Com. E Prest. Serviços	R\$ 108.432,38
163 - Humanização de Centros Comunitários	R\$ 8.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 39.344.250,00</b>

Art. 4º O Poder Executivo Municipal poderá contratar Operações de Créditos, desde que atenda os dispostos nos artigos 29, 30 e 31 da Lei de Diretrizes Orçamentária.

Art. 5º Os Recursos da Reserva de Contingência, estão fixados de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e serão destinados por Ato do Poder Executivo através de Decreto, para atendimentos a passivos contingentes, conforme determina a Lei 101/2000.

Art. 6º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de trinta e cinco por cento da Receita Estimada para o orçamento da unidade gestora, utilizando como fontes de



recursos:

- I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;
- III - superávit financeiro do exercício anterior;
- IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

Art. 7º Os recursos disponíveis do excesso de arrecadação no período em que houver, serão destinados, através de Decreto do Poder Executivo, ao reforço de dotações orçamentárias insuficientes.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o Superávit Financeiro do exercício anterior, se houver, para suplementação de dotações orçamentárias através de Decreto.

Art. 9º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 10. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, o remanejamento ou transferência das fontes de financiamento das referidas despesas alocadas para execução no ano financeiro de 2014, dentro da mesma Unidade Orçamentária, buscando readequá-los de acordo com as necessidades e disponibilidades financeiras do Erário Público Municipal, objetivando a plena e segura execução das previsões, quando for o caso, observando o disposto no artigo 167, VI da Constituição federal.

Art. 11. Igualmente fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, o remanejamento, transferência e substituição de fontes de financiamento das referidas despesas alocadas para execução no ano financeiro de 2014, à de Recursos Próprios do de Transferências Constitucionais e legais, dentro das mesmas Unidades Orçamentárias, buscando readequá-las de acordo com as necessidades e disponibilidades financeiras do Erário Público Municipal, objetivando a plena e segura execução das previsões, quando for o caso.

Art. 12. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio a suplementação dos recursos provenientes do Inciso IV do art. 6º da presente lei.

Art. 13. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 14. - Esta Lei entra em vigor a partir de 01 de Janeiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga, em 17 de dezembro de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SÉRGIO LUÍS KESSLER

Secretário Municipal de Administração.

## **Lei Municipal Nº 2.889, de 17 de Dezembro de 2013**

LEI MUNICIPAL Nº 2.889, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a alteração da Lei de Criação do Conselho Municipal De Assistência Social De Itapiranga - SC - (COMASI) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta LEI:

### **CAPÍTULO I**

#### **Dos Objetivos**

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Assistência Social SC - COMASI, de Itapiranga/SC, órgão de deliberação colegiada, paritário, de caráter permanente e de âmbito municipal, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social, responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência Social, cujos membros, nomeados pelo Prefeito, têm mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social de Itapiranga - SC COMASI:

I - deliberar, aprovar, acompanhar, avaliar e fiscalizar a Política Municipal de Assistência Social, elaborada em consonância com a Política Estadual de Assistência Social e a Política Nacional de Assistência Social, na perspectiva do SUAS - Sistema Único de Assistência Social e com as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, acompanhando a sua execução;

II - aprovar, acompanhar, avaliar e fiscalizar o Plano Municipal de Assistência Social e acompanhar a sua execução;

III - zelar pela implementação do SUAS, buscando as especificidades e efetiva participação dos segmentos de representação no conselho;

IV - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, exercendo essas funções num relacionamento ativo e dinâmico com os órgãos gestores, resguardando-se as respectivas competências;

V - aprovar, acompanhar, avaliar e fiscalizar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de assistência social, tanto os recursos próprios quanto os oriundos da esfera de governo Estadual e/ou Federal, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social;

VI - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços sócio-assistenciais, programas e projetos aprovados nas Políticas de Assistência Social Nacional, Estadual e Municipal;

VII - aprovar o plano de capacitação de recursos humanos para a área de assistência social, de acordo com as Normas Operacionais Básicas do SUAS (NOB-SUAS) e de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS);

VIII - inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social de âmbito municipal e propor ao Conselho Nacional de Assistência Social o cancelamento de registro das mesmas que incorrerem em descumprimento dos princípios previstos no art. 4º da LOAS e em irregularidades na aplicação dos recursos que lhes forem repassados pelos poderes públicos;

IX - acompanhar o alcance dos resultados dos pactos estabelecidos com a rede prestadora de serviços da Assistência Social, para a proteção social básica e a proteção social especial;

X - aprovar o Relatório Anual de Gestão;

XI - elaborar e publicar seu Regimento Interno, o conjunto de normas administrativas definidas pelo Conselho, com o objetivo de orientar o seu funcionamento;

XII - aprovar critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros adotados na LOAS e explicitar os indicadores de acompanhamento;

XIII - aprovar a Declaração do gestor municipal comprovando a

estrutura para recepção, identificação, encaminhamento, orientação e acompanhamento do benefício de prestação continuada/BPC e benefícios eventuais;

XIV - emitir declaração comprovando o funcionamento da sistemática de monitoramento e avaliação de proteção social básica e proteção social especial;

XV - emitir declaração comprovando a existência de estrutura e de técnico de nível superior responsável pela Secretaria Executiva, do Conselho Municipal de Assistência Social;

XVI - analisar e emitir parecer conclusivo acerca da regularidade de aplicação dos recursos no âmbito da Assistência Social;

XVII - aprovar o Plano de Ação e o Demonstrativo Sintético físico-financeiro anual do governo federal no sistema SUAS/WEB;

XVIII - aprovar o Plano de Serviços e o Demonstrativo Anual Físico Financeiro da Execução da Receita e da Despesa do governo estadual (quando houver);

XIX - convocar ordinariamente a cada 2 (dois) anos, ou extraordinariamente, num processo articulado com a Conferência Estadual e Nacional, a Conferência Municipal de Assistência Social, bem como aprovar as normas de funcionamento da mesma e constituir a comissão organizadora e o respectivo regimento interno;

XX - encaminhar as deliberações da conferência aos órgãos competentes e monitorar seus desdobramentos;

XXI - aprovar os instrumentos de informação e monitoramento instituídos pelo governo municipal, estadual e federal;

XXII - propor ações que favoreçam a interface e superem a sobreposição de programas, projetos, benefícios e serviços;

XXIII - divulgar e promover a defesa dos direitos sócio-assistenciais;

XXIV - acionar o Ministério Público, como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais.

## CAPÍTULO II

### Da Estrutura e Do Funcionamento

#### SEÇÃO I

##### Da Composição

Art. 3º O Conselho Municipal de Assistência Social de Itapiranga SC - COMASI será composto por:

I - do Executivo Municipal:

- a) um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- b) um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- c) um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- d) um representante da Secretaria Municipal da Administração;

II - Da Sociedade Civil:

- a) um representante de entidades de usuários ou de defesa de direitos dos usuários de assistência social;
- b) um representante de entidades prestadoras de serviço da área de assistência social ou igrejas legalmente constituídas;
- c) um representante de entidades dos trabalhadores da área de assistência social;
- d) um representante de grupos organizados, associações, ONG's e ensino superior.

§ 1º Cada titular do Conselho Municipal de Assistência Social de Itapiranga - SC COMASI terá um suplente, oriundo da mesma categoria representativa, devendo ser observada a paridade entre representantes governamentais e não governamentais.

§ 2º Cada membro poderá representar somente um órgão ou entidade.

§ 3º Somente será admitida a participação no Conselho Municipal de Assistência Social de Itapiranga SC - COMASI de entidades juridicamente constituídas e em regular funcionamento.

§ 4º Quando na sociedade civil houver uma única entidade habilitada de uma dada categoria, admitir-se-á, provisória e excepcionalmente, enquanto novas entidades surjam, que o Conselho

Municipal de Assistência Social de Itapiranga SC - COMASI preencha as vagas de titular e suplência com representantes da mesma entidade.

§ 5º Os representantes da sociedade civil, em caso de necessidade, serão eleitos em fórum próprio e/ou fórum único, sob a fiscalização do Ministério Público.

Art. 4º Os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social de Itapiranga SC - COMASI serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação:

I - do representante legal das entidades, quando da sociedade civil;

II - do Prefeito ou dos titulares das pastas respectivas dos órgãos da Administração Municipal.

Art. 5º A atividade dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social de Itapiranga SC - COMASI reger-se-á pelas disposições seguintes:

I - o exercício da função de conselheiro é considerado serviço público relevante e não será remunerado;

II - os membros do Conselho Municipal de Assistência Social de Itapiranga SC - COMASI poderão ser substituídos mediante solicitação da entidade, ou órgão que representam, apresentada ao próprio Conselho que encaminhará os novos nomes para nomeação imediata pelo Prefeito Municipal;

III - cada membro titular do Conselho Municipal de Assistência Social de Itapiranga SC - COMASI terá direito a um único voto na sessão plenária;

IV - as decisões do Conselho Municipal de Assistência Social de Itapiranga SC - COMASI serão consubstanciadas em resoluções;

V - O Conselho Municipal de Assistência Social de Itapiranga SC - COMASI será presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros titulares, para o mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução, por igual período.

#### SEÇÃO II

##### Do Funcionamento

Art. 6º O Conselho Municipal de Assistência Social de Itapiranga SC - COMASI terá seu funcionamento regido por Regimento Interno próprio e obedecendo as seguintes normas:

I - plenário como órgão de deliberação máxima;

II - as sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada trimestre, conforme calendário anual previamente acordado, e, extraordinariamente quando convocadas pelo Presidente ou por requerimento da maioria dos seus membros.

Art. 7º A Secretaria Municipal de Assistência Social prestará apoio técnico e administrativo, necessário ao funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social de Itapiranga SC - COMASI, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros e arcando com despesas de passagens, traslado, alimentação e hospedagem dos conselheiros, tanto do governo como da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições.

Art. 8º O Conselho Municipal de Assistência Social de Itapiranga SC - COMASI poderá ter uma Secretaria Executiva com assessoria técnica.

§ 1º A Secretaria Executiva deverá ser a unidade de apoio ao funcionamento do Conselho, para assessorar suas reuniões e divulgar suas deliberações, devendo contar com pessoal técnico-administrativo;

§ 2º A Secretaria Executiva subsidiará o plenário com assessoria técnica e poderá requisitar consultoria e assessoramento de instituições, órgãos e entidades ligados à área da assistência social, para dar suporte e/ou prestar apoio logístico ao Conselho.

Art. 9º Para melhor desempenho de suas funções o Conselho



Municipal de Assistência Social de Itapiranga SC - COMASI poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

I - consideram-se colaboradores do Conselho Municipal de Assistência Social de Itapiranga SC - COMASI as instituições formadoras de recursos humanos para a Assistência Social e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de Assistência Social sem embargo de sua condição de membro;

II - poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o Conselho Municipal de Assistência Social de Itapiranga SC - COMASI em assuntos específicos.

Art. 10. Todas as sessões do Conselho Municipal de Assistência Social de Itapiranga SC - COMASI serão públicas e precedidas de ampla divulgação.

Parágrafo único. As resoluções do Conselho Municipal de Assistência Social de Itapiranga SC - COMASI, bem como os temas tratados em reuniões da mesa diretora e comissões, serão objeto de ampla e sistemática divulgação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1.969 de 30 de Abril de 2001 e Lei Municipal nº 2.154 de 15 de Dezembro de 2003.

Art. 12. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, em 17 de dezembro de 2013.  
MILTON SIMON  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SÉRGIO LUÍS KESSLER  
Secretário Municipal de Administração.

### **Lei Municipal Nº 2.890, de 17 de Dezembro de 2013** **LEI MUNICIPAL Nº 2.890, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.**

Dispõe sobre a concessão de benefícios eventuais de auxílio Natalidade, Funeral, Situações de Calamidade Pública e Situações de Vulnerabilidade Temporária no Âmbito Municipal da Política Pública de Assistência Social e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder benefícios eventuais previstos na Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, art. 22, parágrafos 1º e 2º, consolidados pela Lei nº 12.435, de 2 de julho de 2011.

Art. 2º O benefício eventual é a modalidade de provisão de proteção Social Básica de caráter suplementar e temporário que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e dos direitos sociais e humanos prestada a pessoa residente no Município de Itapiranga SC e cuja renda mensal per capita seja inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo.

Parágrafo único. Para comprovação das necessidades de concessão do benefício eventual são vedadas situações de constrangimento ou vexatória.

Art. 3º O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias sem possibilidade de arcar por conta própria o enfrentamento de contingências sociais cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

Art. 4º São formas de benefícios eventuais:

I - auxílio natalidade;

II - auxílio funeral;

III - auxílio calamidade pública;

IV - outros benefícios eventuais (cesta básica, documentação, fotografias para documentos, passagens de retorno ao domicílio e para inclusão no mundo do trabalho e outros), instituídos pelo Município com aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social, que visam atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária e situações de calamidade pública.

Art. 5º O benefício eventual na forma de auxílio natalidade constitui-se em uma prestação temporária não contributiva da Assistência Social na forma de bens de consumo e o valor financeiro equivalente a uma Unidade Fiscal do Município - UFM, para reduzir a vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família residente no mínimo doze meses no Município de Itapiranga/SC.

Parágrafo único. São documentos essenciais para concessão do auxílio natalidade:

I - se o benefício for solicitado antes do nascimento o responsável poderá apresentar declaração médica comprovando o tempo gestacional;

II - se for após o nascimento o responsável deverá apresentar a certidão de nascimento;

III - comprovante de residência;

IV - comprovante de renda de todos os membros da família;

V - documentos pessoais (CPF e RG).

Art. 6º O alcance do benefício natalidade é destinado à família e terá, preferencialmente, entre suas condições:

I - atenções necessárias ao nascituro;

II - apoio à mãe no caso de morte do recém-nascido;

III - apoio à família no caso de morte da mãe.

Art. 7º O benefício natalidade poderá ocorrer na forma de bens de consumo.

§ 1º Os bens de consumo consistem no enxoval do recém-nascido, incluindo itens de vestuários, utensílios para alimentação e de higiene, observada a qualidade que garanta a dignidade e o respeito da família beneficiada.

§ 2º Em caso de falecimento da mãe, fornecer alimentação para o bebê, de acordo com prescrição médica.

§ 3º O requerimento do benefício natalidade deve ser solicitado na Secretaria Municipal de Assistência Social, com profissional do serviço social regularmente inscrito no conselho de classe (CRESS), no mínimo 30 dias antes do nascimento e, no máximo, até 30 (trinta) dias depois do nascimento.

§ 4º O benefício natalidade deverá ser concedido até 30 (trinta) dias após o requerimento.

Art. 8º O benefício eventual na forma de Auxílio Funeral constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva, da Assistência Social em prestação de serviço e o valor financeiro de equivalente a uma Unidade Fiscal do Município - UFM, para reduzir a vulnerabilidade provocada por morte de membros da família.

§ 1º O alcance do benefício funeral, preferencialmente, será distinto em modalidade de:

I - prestação de serviços de despesas com urna funerária, velório e sepultamento, utilização da capela (arrumação do corpo, vestimentas, ornamentação, desodorização e tapamento);

II - custeio de necessidades urgentes da família para enfrentar os riscos e vulnerabilidades advindas da morte de um de seus provedores ou membros, através do auxílio alimentação.

§ 2º O requerimento do benefício funeral deve ser solicitado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a emissão do atestado de óbito, à secretaria Municipal de Assistência Social, com profissional do serviço social regularmente inscrito no conselho de

classe (CRESS).

§ 3º O auxílio funeral será concedido até 30 (trinta) dias após o requerimento.

Art. 9º Os benefícios natalidade e funeral poderão ser concedidos à família em número igual aos das ocorrências.

Parágrafo único. Os benefícios natalidade e funeral podem ser concedidos diretamente a um integrante da família beneficiária: mãe, pai, parente até segundo grau ou pessoa autorizada mediante procuração.

Art. 10. Para concessão do benefício de auxílio funeral são necessários os seguintes documentos:

I - certidão de óbito;

II - comprovante de residência;

III - comprovante de renda familiar;

IV - documentos pessoais (CPF e RG);

V - número da conta bancária em nome do requerente.

§ 1º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social, que estiver com os vínculos familiares rompidos, inseridos nos serviços de Alta Complexidade, o responsável pela entidade poderá solicitar o auxílio funeral.

§ 2º Quando se tratar de usuário de Política Municipal de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, em situação de abandono ou morador de rua, a Secretaria Municipal de Assistência Social será responsável pela despesa funeral no limite de até duas Unidades Fiscais do Município - UFM.

Art. 11. Os benefícios de vulnerabilidade temporária envolvem acontecimentos do cotidiano dos cidadãos e pode se apresentar de diferentes formas e produzir diversos padecimentos.

§ 1º O advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, que possa decorrer de:

I - falta de acesso a condições e meios para suprir a reprodução social cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação;

II - falta de documentação;

III - falta de domicílio;

IV - situação de abandono ou impossibilidade de garantir abrigo a seus filhos;

V - perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares;

VI - presença de violência física ou sexual na família ou situação de ameaça à vida;

VII - por situações de desastres e calamidades públicas;

VIII - outras situações sociais identificadas que comprometam a sobrevivência.

§ 2º O auxílio em situação de vulnerabilidade temporária poderá ser concedido de forma imediata ou conforme determinado juntamente com a família, a partir do estudo sócio econômico realizado ou após determinação judicial.

§ 3º O valor conferido ou bens materiais concedidos em situações de vulnerabilidade temporária será fixado através de Decreto.

Art. 12. Atendimento a situação de calamidade pública é o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, advinda de baixas e altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à segurança ou à vida de seus integrantes.

§ 1º São documentos necessários para o auxílio em situações de calamidade pública:

I - comprovante de residência;

II - comprovante de renda de todos os membros familiares;

III - documentos pessoais (CPF e RG);

IV - número da conta bancária do requerente.

§ 2º O auxílio em situação de calamidade pública será concedido

de forma imediata ou conforme determinado juntamente com a família, a partir do estudo sócio econômico realizado;

§ 3º O valor conferido ou bens materiais concedidos em situações de calamidade pública será definido a partir da realização de estudo sócio econômico.

Art. 13. Ao Município compete:

I - a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como seu financiamento;

II - estudo da realidade e monitoramento da demanda para constante ampliação de concessão dos benefícios eventuais;

III - expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

Art. 14. Ao Conselho Municipal de Assistência Social compete:

I - fornecer ao Município, informação sobre irregularidades na aplicação do regulamento dos benefícios eventuais;

II - avaliar e reformular, se necessário a cada ano, a regulamentação de concessão dos benefícios eventuais;

III - apreciar e aprovar os formulários e os modelos de documentos utilizados na operacionalização dos benefícios eventuais.

Art. 15. O Estado definirá a sua participação no co-financiamento dos benefícios eventuais junto ao Município a partir de:

I - verificação se o mesmo está em conformidade com as regulamentações específicas;

II - levantamento da situação de vulnerabilidade e risco social do Município em índices de mortalidade e de natalidade;

III - discussão junto a Comissão Interdisciplinar Bipartite - CIB e ao Conselho Estadual de Assistência Social.

Art. 16. A regulamentação dos benefícios eventuais a sua inclusão na Lei Orçamentária do Município.

Art. 17. O Município deve promover ações que viabilize e garantam a ampla e periódica divulgação dos benefícios e dos critérios para sua concessão.

Art. 18. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 1.501 de 19 de fevereiro de 1993.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, em 17 de dezembro de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SÉRGIO LUÍS KESSLER

Secretário Municipal de Administração.

### **Lei Municipal Nº 2.891, de 17 de Dezembro de 2013**

LEI MUNICIPAL Nº 2.891, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o programa de incentivo a produção agropecuária do município de Itapiranga - SC

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder incentivo aos produtores agropecuários do município de Itapiranga - SC.

§ 1º O limite de gastos com o incentivo referido no caput deste artigo, que serve como estímulo e fomento à agricultura e produção

agropecuária, será de até 02 UFM - Unidade Fiscal do Município, por produtor detentor de Nota Fiscal de Produtor Rural e que tenha movimentado como base o ano anterior ao do pagamento.

§ 2º O incentivo tem por finalidade o pagamento de até 50% (cinquenta por cento) do valor dos serviços de máquinas terceirizadas executadas na propriedade do produtor rural, até o valor máximo de 04 UFM - Unidade Fiscal do Município, por ano base.

Art. 2º Para fazer jus ao incentivo o beneficiário deverá:

- I - apresentar nota fiscal da prestação de serviço na propriedade;
- II - apresentar numero da conta corrente do Banco em seu nome;
- III - estar em dia com a prestação de contas do bloco de Produtor Rural;
- IV - estar quites com a Fazenda Municipal e demais programas municipais.

Parágrafo único. O pagamento do incentivo será feito diretamente ao beneficiário mediante apresentação da nota fiscal de prestação de serviço das seguintes máquinas e equipamentos:

- I - retro escavadeira;
- II - caminhão caçamba;
- III - escavadeira hidráulica;
- IV - trator esteira;
- V - motoniveladora;
- VI - rolo compactador;
- VII - trator agrícola;
- VIII - outras máquinas agrícolas.
- IX - Caminhão tanque

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar por decreto a presente LEI.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta do orçamento da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente as seguintes leis:

- I - Lei nº 2.396, de 5 de junho de 2007,
- II - Lei nº 2.496, 2 de dezembro de 2008,
- III - Lei nº 2.696, de 5 de julho de 2011,
- IV - Lei 2.744, de 13 de dezembro de 2011, e
- V - Lei 2.800, de 23 de novembro de 2012.

Itapiranga, em 17 de dezembro de 2013.

MILTON SIMON  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SÉRGIO LUÍS KESSLER  
Secretário Municipal de Administração.

**Lei Municipal Nº 2.892, de 17 de Dezembro de 2013**  
LEI MUNICIPAL Nº 2.892, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.  
Dispõe sobre a concessão de diária e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o Executivo do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder diária aos servidores, agentes políticos, conselheiros tutelares, que se deslocarem temporariamente da circunscrição municipal, com o objetivo de atender serviços de interesse da Administração Pública Municipal.

§ 1º A diária prevista no caput deste artigo, será concedido para indenização das despesas de alimentação, estadia e táxi.

§ 2º O valor da diária será calculado com base na Unidade Fiscal do Município – UFM e será pago, mediante roteiro de viagem, conforme consta no Anexo Único que, para todos os efeitos, integra esta Lei.

Art. 2º As diárias serão calculadas por período de 24 horas, contadas a partir da saída e a fração de período inferior a 24 horas e superior a 10 horas será contada como meia diária e fração inferior a 10 horas e superior a 4 horas será contado como um quarto de diária.

Art. 3º Para cobertura das despesas de viagem poderão ser concedidos adiantamentos, para cobertura das diárias ou, excepcionalmente, indenizações de despesas, quando estas forem as opções.

Art. 4º O agente político ou servidor municipal, que se deslocar em viagem com a finalidade de acompanhar o Prefeito ou Vice-Prefeito a serviço do Município, poderá perceber diária ou adiantamento de igual valor.

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a pagar despesa aos municípios, conselheiros ou autoridades locais, em viagens de representação do Município para outras localidades, com relevante interesse público municipal.

Parágrafo único. Para efetuar o pagamento previsto no caput deste artigo, o beneficiário deverá viajar acompanhado de pelo menos um servidor municipal.

Art. 6º Os beneficiários com diárias e/ou indenizações deverão comprová-los conforme o disposto nas instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente Lei N.º 2.407, de 21 de setembro de 2007.

Itapiranga, em 17 de dezembro de 2013.

MILTON SIMON  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

SÉRGIO LUÍS KESSLER  
Secretário Municipal de Administração.

**ANEXO ÚNICO**  
da Lei Municipal nº 2.892, de dezembro de 2013.

Diárias Municipais

Beneficiário	Exterior	Capital Federal	Capitais de Estados	Demais cidades
Prefeito e Vice-Prefeito	5,00 UFM	3,00 UFM	2,00 UFM	1,80 UFM
Secretários e servidores municipais, conselheiros tutelares	3,00 UFM	2,00 UFM	1,50 UFM	1,20 UFM

**Lei Municipal Nº 2.893, de 17 de Dezembro de 2013**  
**LEI MUNICIPAL Nº 2.893, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.**

Autoriza o Poder Executivo Municipal abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga, exercício de 2013, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta LEI:

Art. 1º Fica o poder executivo autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga, nas seguintes dotações orçamentárias, exercício de 2013:

03.01 - Secretaria Munic. Administração, Obras e Serv. Urbanos  
 04.122.0010.2004 - Manutenção das Atividades da Secretaria da Administração  
 31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00  
 33.90.00.00.00.00.00.104 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

04.01 - Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento  
 04.123.0018.2013 - Manutenção das Atividades da Secret. da Fazenda  
 33.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

06.01 - Secretaria Munic. Educação, Cultura e Desp. - Ensino Fundamental  
 12.361.0066.2029 - Manut. e Desenv. das Atividades da Educação Ensino Fundamental  
 31.90.00.00.00.00.00.0107 - Aplicações Diretas R\$ 77.860,00  
 33.90.00.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

12.362.0068.2035 - Manutenção do Ensino Médio  
 33.90.00.00.00.00.00.0112 - Aplicações Diretas R\$ 4.150,00  
 33.90.00.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

06.02 - Secretaria Munic. Educação, Cultura e Desp. - Educação Infantil  
 12.365.0070.2034 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil  
 31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social  
 08.244.0042.2018 - Manutenção das Atividades da Secretaria Social Geral  
 31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00  
 33.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
 Total: R\$ 372.010,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial e ou total das seguintes dotações:

03.02 - Secretaria Munic. Administração, Obras e Serv. Urbanos - Saneamento  
 17.512.0079.2010 - Manutenção das Atividades do Setor de Saneamento  
 33.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

03.02 - Secretaria Munic. Administração, Obras e Serv. Urbanos - Urbanismo  
 15.452.0076.2009 - Manutenção das Atividades do Setor de Urbanismo  
 33.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

06.01 - Secretaria Munic. Educação, Cultura e Desp. - Ensino Fundamental  
 12.361.0066.2029 - Manut. e Desenv. das Atividades da Educação Ensino Fundamental

33.90.00.00.00.00.00.0112 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

06.01 - Secretaria Munic. Educação, Cultura e Desp. - Ensino Fundamental  
 12.361.0066.8002 - Amortização e Encargos da Dívida Fundada Interna  
 32.90.00.00.00.00.00.0108 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00  
 46.90.00.00.00.00.00.0108 - Aplicações Diretas R\$ 42.860,00

06.02 - Secretaria Munic. Educação, Cultura e Desp. - Educação Infantil  
 12.365.0070.2034 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil  
 33.90.00.00.00.00.00.0112 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
 33.90.00.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas R\$ 2.820,00

08.01 - Secretaria Municipal de Transportes  
 26.782.0149.1027 - Aquisição de Veículos, Máquinas e Equip. Material Permanente  
 44.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 81.330,00  
 Total: R\$ 372.010,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga, em 17 de dezembro de 2013.  
 MILTON SIMON  
 Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SÉRGIO LUÍS KESSLER  
 Secretário Municipal de Administração.

**Lei Municipal Nº 2.894, de 17 de Dezembro de 2013**  
**LEI MUNICIPAL Nº 2.894, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.**

Autoriza o Poder Executivo Municipal abrir crédito especial no orçamento vigente do Município de Itapiranga, exercício de 2013, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir até o seguinte crédito especial no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga, na seguinte dotação orçamentária, exercício de 2013:

06.01 - Secretaria Munic. Educação, Cultura e Desp. - Ensino Fundamental  
 12.361.0066.2029 - Manut. e Desenv. das Atividades da Educação Ensino Fundamental  
 31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial e ou total da seguinte dotação:

08.01 - Secretaria Municipal de Transportes  
 26.782.0149.1027 - Aquisição de Veículos, Máquinas e Equip. Material Permanente  
 44.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.



Itapiranga, em 17 de dezembro de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SÉRGIO LUÍS KESSLER

Secretário Municipal de Administração.

### **Decreto Nº 251, de 17 de Dezembro de 2013**

DECRETO Nº 251, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga, exercício de 2013, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.893, de 17 de dezembro de 2013;

Decreta: :

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga, nas seguintes dotações orçamentárias, exercício de 2013:

03.01 - Secretaria Munic. Administração, Obras e Serv. Urbanos  
04.122.0010.2004 - Manutenção das Atividades da Secretaria da Administração  
31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00  
33.90.00.00.00.00.00.104 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

04.01 - Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento  
04.123.0018.2013 - Manutenção das Atividades da Secret. da Fazenda  
33.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

06.01 - Secretaria Munic. Educação, Cultura e Desp. - Ensino Fundamental  
12.361.0066.2029 - Manut. e Desenv. das Atividades da Educação Ensino Fundamental  
31.90.00.00.00.00.00.0107 - Aplicações Diretas R\$ 77.860,00  
33.90.00.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

12.362.0068.2035 - Manutenção do Ensino Médio  
33.90.00.00.00.00.00.0112 - Aplicações Diretas R\$ 4.150,00  
33.90.00.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

06.02 - Secretaria Munic. Educação, Cultura e Desp. - Educação Infantil  
12.365.0070.2034 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil  
31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social  
08.244.0042.2018 - Manutenção das Atividades da Secretaria Social Geral  
31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00  
33.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
Total: R\$ 372.010,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial e ou total das seguintes dotações:

03.02 - Secretaria Munic. Administração, Obras e Serv. Urbanos - Saneamento  
17.512.0079.2010 - Manutenção das Atividades do Setor de Saneamento  
33.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

03.02 - Secretaria Munic. Administração, Obras e Serv. Urbanos

- Urbanismo

15.452.0076.2009 - Manutenção das Atividades do Setor de Urbanismo

33.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

06.01 - Secretaria Munic. Educação, Cultura e Desp. - Ensino Fundamental

12.361.0066.2029 - Manut. e Desenv. das Atividades da Educação Ensino Fundamental

33.90.00.00.00.00.00.0112 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

06.01 - Secretaria Munic. Educação, Cultura e Desp. - Ensino Fundamental

12.361.0066.8002 - Amortização e Encargos da Dívida Fundada Interna

32.90.00.00.00.00.00.0108 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

46.90.00.00.00.00.00.0108 - Aplicações Diretas R\$ 42.860,00

06.02 - Secretaria Munic. Educação, Cultura e Desp. - Educação Infantil

12.365.0070.2034 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil

33.90.00.00.00.00.00.0112 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

33.90.00.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas R\$ 2.820,00

08.01 - Secretaria Municipal de Transportes

26.782.0149.1027 - Aquisição de Veículos, Máquinas e Equip. Material Permanente

44.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 81.330,00

Total: R\$ 372.010,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga, em 17 de dezembro de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SÉRGIO LUÍS KESSLER

Secretário Municipal de Administração.

### **Decreto Nº 252, de 17 de Dezembro de 2013**

DECRETO Nº 252, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.

Abre crédito especial no orçamento vigente do Município de Itapiranga, exercício de 2013, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.894, de 17 de dezembro de 2013;

Decreta: :

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito especial no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga, na seguinte dotação orçamentária, exercício de 2013:

06.01 - Secretaria Munic. Educação, Cultura e Desp. - Ensino Fundamental

12.361.0066.2029 - Manut. e Desenv. das Atividades da Educação Ensino Fundamental

31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial e ou total da seguinte dotação:

08.01 - Secretaria Municipal de Transportes



26.782.0149.1027 - Aquisição de Veículos, Máquinas e Equip. Material Permanente

44.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Art. 3º - Este Decreto Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga, em 17 de dezembro de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SÉRGIO LUÍS KESSLER

Secretário Municipal de Administração.

**Itapoá**

**PREFEITURA**

### Edital de Notificação - Departamento de Meio Ambiente

Edital de Notificação - Termos de Infração - Prazo de 20 dias

Prefeitura Municipal de Itapoá;

Departamento de Meio Ambiente;

Fiscalização de Meio Ambiente;

Rua Mariana Michels Borges, nº 201 - Itapema do Norte - CEP: 89249-000 - Itapoá-SC

meioambiente@itapoa.sc.gov.br / www.itapoa.sc.gov.br

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - TERMOS DE INFRAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS

Citando o Sr. Ruy Seleme Junior, Endereço: Rua Ewaldo Schlieb, nº 1104 - Bairro: Jardim Social - Curitiba/PR, pelo fato de ter suprimido vegetação nativa e ter realizado terraplanagem em Área de Preservação Permanente do rio Mandanha, sem as devidas licenças, no lote 001 da Quadra 011 do Balneário Paese no município de Itapoá, conforme Auto de Infração nº 201 lavrado no dia 21/10/2013.

Advertência: não sendo contestada a ação no prazo marcado, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. E, para que chegue ao conhecimento de todas as partes e terceiros, foi expedido o presente edital, o qual será afixado no local de costume e publicado 1 (uma) vez, na forma da lei.

Itapoá, 18 de dezembro de 2013.

### Ata de Sessão Pública Para Análise e Julgamento de Habilitação

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ANÁLISE E JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

Data	16/12/2013	Horário início: 09h30min
Licitação /Modalidade	CONCORRÊNCIA PROCESSO	Nº 003/2013 Nº 099/2013

#### OBJETO:

Contratação de empresa para prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais, roçador, cozinheiro e agente operacional, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1897/2013 para análise e julgamento da documentação de habilitação e demais considerações apresentadas pelas empresas participantes do presente certame conforme segue:

Empresa	CNPJ/MF
EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA NANTES LTDA	04.908.418/0001-52
BARREIRAS PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA	85.431.161/0001-92
WELLINGTON WILSON DA SILVA XAVIER E CIA LTDA ME	17.930.614/0001-75
BALSA NOVA COMERCIAL LTDA	17.348.948/0001-35
DOCA CASA E JARDIM LTDA ME	82.887.829/0001-12
ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	79.283.065/0001-41

Considerações: BALSA NOVA COMERCIAL LTDA		DELIBERAÇÕES CPL
1	BARREIRAS PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA	
(7.4.6) Falta comprovação do local de instalação de filial e/ou escritório;	A empresa atendeu a comprometer-se com a instalação de escritório em Itapoá ou região e, suprimindo assim o objetivo da exigência, inexistindo motivos para sua inabilitação.	
2	DOCA CASA E JARDIM LTDA ME	
(7.3.2) Apresentou apenas a Certidão de Falência e Concordata, sem juntar a Negativa de Protestos e comprovar o número de cartórios;	Pela não apresentação destes documentos entende-se não cumprida a exigência do edital e INABILITADA a respectiva empresa.	
(7.3.1.4) Faltante a apresentação dos índices;	O Edital não indica a necessidade da demonstração expressa dos índices, a aferição destes números objetiva a comprovação da boa situação financeira da empresa, possibilitando sua verificação através do Balanço Patrimonial, sendo assim, não se entende como fato passivo de inabilitação.	
3	EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA NANTES LTDA	
(7.3.2) Apresentou apenas a Certidão de Falência e Concordata, sem juntar a Negativa de Protestos e comprovar o número de cartórios;	Pela não apresentação destes documentos entende-se não cumprida a exigência do edital e INABILITADA a respectiva empresa.	
(7.4.6) Falta comprovação do local de instalação de filial e/ou escritório;	O Edital exige que a empresa comprove possuir escritório ou filial em Itapoá ou região, uma vez que a empresa citada está localizada em Joinville, a mesma cumpre o edital, não sendo verificados motivos para inabilitação.	
3	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	
(7.4.6) Falta comprovação do local de instalação de filial e/ou escritório;	O Edital exige que a empresa comprove possuir escritório ou filial em Itapoá ou região, uma vez que a empresa citada está localizada em Joinville, a mesma cumpre o edital, não sendo verificados motivos para inabilitação.	
4	WELLINGTON WILSON DA SILVA XAVIER E CIA LTDA ME	
(7.3.2) Apresentou apenas a Certidão de Falência e Concordata, sem juntar a Negativa de Protestos e comprovar o número de cartórios;	Pela não apresentação destes documentos entende-se não cumprida a exigência do edital e INABILITADA a respectiva empresa.	

(7.3.1.3) Faltante o Balanço Patrimonial atualizado;	Licitante não apresentou o documento em conformidade com o exigido no edital, juntando ao invés do Balanço Patrimonial, apenas o balancete, o qual tem a substituição vedada no edital (7.3.1) e, portanto foi considerada <b>INABILITADA</b> .
(7.3.1.4) Faltante a apresentação dos índices;	O Edital não indica a necessidade da demonstração expressa dos índices, a aferição destes números objetiva a comprovação da boa situação financeira da empresa, possibilitando sua verificação através do Balanço Patrimonial e sendo assim não se entende como fato passivo de inabilitação.
<b>Considerações: BARREIRAS PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA</b>	
	Em consulta telefônica ao Departamento de Tributação do município de Balsa Nova, obteve-se a informação, através do funcionário Alan, de que o respectivo município mantém cadastros Mobiliário e Imobiliário separados, entretanto a empresa Balsa Nova Comercial Ltda apresentou apenas a Certidão Negativa Mobiliária, descumprindo assim o item 7.2.3.4.1 do edital e, portanto foi considerada <b>INABILITADA</b> .
	A empresa BARREIRAS PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA apresentou Certidão Negativa Municipal constando a inexistência de débitos dos cadastros Mobiliário e Imobiliário, cumprindo desta forma o edital.
	Este município de Itapoá mantém junto os cadastros Mobiliário e Imobiliário e, portanto a empresa DOCA CASA E JARDIM LTDA ME cumpriu o edital neste quesito, ao apresentar a Certidão Negativa Municipal.
	Foi verificado através de consulta telefônica, informado pela funcionária Neves, que o município de Itajaí também mantém junto os cadastros Mobiliário e Imobiliário e, portanto a empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA NANTES LTDA cumpriu o edital neste quesito, ao apresentar a Certidão Negativa Municipal.
	A empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA apresentou as Certidões Negativas referentes aos débitos dos cadastros Mobiliário e Imobiliário, cumprindo desta forma o edital.
(7.2.3.4.1) Solicita a conferência dos municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário;	Este município de Itapoá mantém junto os cadastros Mobiliário e Imobiliário e, portanto a empresa WELLINGTON WILSON DA SILVA XAVIER E CIA LTDA ME cumpriu o edital neste quesito, ao apresentar a Certidão Negativa Municipal.
<b>Considerações: DOCA CASA E JARDIM LTDA ME</b>	
1	<b>BALSA NOVA COMERCIAL LTDA</b>
(7.1.4) Não apresentação de CRC;	O Edital é claro ao exigir que os licitantes apresentem o CRC ou comprovem todos os requisitos nos termos do §2º do art. 22, e 34 da Lei nº 8.666/93, portanto não se entende como motivo de inabilitação.
2	<b>BARREIRAS PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA</b>
(7.1.4) Não apresentação de CRC;	O Edital é claro ao exigir que os licitantes apresentem o CRC ou comprovem todos os requisitos nos termos do §2º do art. 22, e 34 da Lei nº 8.666/93, portanto não se entende como motivo de inabilitação.

3	<b>EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA NANTES LTDA</b>
(7.4.7) Solicita a verificação do Alvará Sanitário, visto que tem como data de emissão 31/12/13 e vencimento em 31/12/2014;	O referido documento foi autenticado em cartório na data de 11/12/13, demonstrando assim sua autenticidade, não cabendo a inabilitação de empresa tendo em vista os moldes de emissão de documento pelo município sede da licitante.
4	<b>ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA</b>
(7.2.3.8) Alvará sem autenticação e sem indicação de autenticidade eletrônica;	Apesar de não constar expresso no respectivo documento, a possibilidade de verificação de sua autenticidade eletronicamente, o Alvará emitido pela Prefeitura Municipal de Joinville pode a qualquer tempo ser consultado via internet conforme juntado no processo e, portanto não se entende como motivo de inabilitação.
<b>Considerações: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA</b>	
1	<b>BALSA NOVA COMERCIAL LTDA</b>
(7.1.4) Não apresentação de CRC;	O Edital é claro ao exigir que os licitantes apresentem o CRC ou comprovem todos os requisitos nos termos do §2º do art. 22, e 34 da Lei nº 8.666/93, portanto não se entende como motivo de inabilitação.
(7.3.1.4) Solicita a conferência do Balanço Patrimonial;	O Balanço Patrimonial apresentado foi submetido à análise contábil do técnico responsável do município, abaixo assinado, o qual atestou que o documento está em conformidade com o as exigências e índices estipulados no edital.
(7.3.2) Verificar a documentação da comarca de Campo Largo;	Consultada a lista de Distritos, Municípios e Comarcas - MPPR (anexo ao processo) verificou-se que o município de Balsa Nova pertence à Comarca de Campo Largo e sendo assim cumpriu satisfatoriamente a exigência do edital.
(7.4.2) SEESMT - Licitante não comprovou através do CAGED;	Na data de 11/12/13, tendo em vista as dúvidas suscitadas em referência à respectiva exigência, foi emitido e publicado o Parecer Jurídico nº 182/2013, o qual prezando pela manutenção do certame e ampliação da competição, considerou, para aquelas empresas dispensadas da constituição do SEESMT, suficiente a apresentação de declaração formal de tal condição e, portanto inexistem motivos para inabilitação.
(7.4.3) Não apresentação de CIPA;	Seguindo o mesmo entendimento em ocasião da dispensa do SEESMT, a CPL considerou suficiente a apresentação de declaração formal de tal condição e, portanto inexistem motivos para inabilitação.
(7.4.6) Faltante a Declaração de instalação de filial;	A referida empresa juntou declaração, através de imobiliária, que possui imóvel no município e, portanto entende-se suprida a exigência do edital.
2	<b>BARREIRAS PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA</b>
(7.1.4) Não apresentação de CRC;	O Edital é claro ao exigir que os licitantes apresentem o CRC ou comprovem todos os requisitos nos termos do §2º do art. 22, e 34 da Lei nº 8.666/93, portanto não se entende como motivo de inabilitação.
(7.3.1.4) Solicita a conferência do Balanço Patrimonial; índice da alínea a.2.;	O Balanço Patrimonial apresentado foi submetido à análise contábil do técnico responsável do município, abaixo assinado, o qual atestou que o documento está em conformidade com o as exigências e índices estipulados no edital.

(7.4.3) Não apresentação de CIPA;	A referida empresa tem por atividade econômica principal: 78.20-5-00 - Locação de mão-de-obra temporária, entende-se que a mesma enquadra-se no Grupo C-35 do Quadro I - Dimensionamento de CIPA, da NR 5, entretanto declarou que não possui em um mesmo local o quantitativo exposto para aplicação da NR 5 e sendo assim inexistem motivos para sua inabilitação.
(7.4.4) Certidão Negativa de Débitos Salariais vencida;	A licitante juntou ao referido documento, a Portaria nº 140/2012 da Superintendência Regional do Trabalho/PR, demonstrando que a presente negativa é emitida apenas em hipótese de dissolução da empresa, e portanto, não é cabível a inabilitação da empresa.
3	DOCA CASA E JARDIM LTDA ME
(7.3.1.4) Solicita a conferência do Balanço (7.3.1.4);	O Balanço Patrimonial apresentado foi submetido à análise contábil do técnico responsável do município, abaixo assinado, o qual atestou que o documento está em conformidade com o as exigências e índices estipulados no edital.
(7.3.2) Apresentou apenas a Certidão de Falência e Concordata, sem juntar a Negativa de Protestos e comprovar o número de cartórios;	Pela não apresentação destes documentos entende-se não cumprida a exigência do edital e INABILITADA a respectiva empresa.
(7.4.2) SEESMT q Licitante não comprovou através do CAGED;	Na data de 11/12/13, tendo em vista as dúvidas suscitadas em referência à respectiva exigência, foi emitido e publicado o Parecer Jurídico nº 182/2013, o qual prezando pela manutenção do certame e ampliação da competição, considerou, para àquelas empresas dispensadas da constituição do SEESMT, suficiente a apresentação de declaração formal de tal condição e, portanto inexistem motivos para inabilitação.
4	EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA NANTES LTDA
(7.3.1.2) Balanço Patrimonial sem o Termo de Abertura e Encerramento;	A empresa não juntou os Termos de Abertura e Encerramento, descumprindo a exigência do edital e, portanto foi considerada INABILITADA.
(7.3.2) Apresentou apenas a Certidão de Falência e Concordata, sem juntar a Negativa de Protestos e comprovar o número de cartórios;	Pela não apresentação destes documentos entende-se não cumprida a exigência do edital e INABILITADA a respectiva empresa.
(7.4.2) SEESMT - Licitante não comprovou através do CAGED;	Na data de 11/12/13, tendo em vista as dúvidas suscitadas em referência à respectiva exigência, foi emitido e publicado o Parecer Jurídico nº 182/2013, o qual prezando pela manutenção do certame e ampliação da competição, considerou, para àquelas empresas dispensadas da constituição do SEESMT, suficiente a apresentação de declaração formal de tal condição e, portanto inexistem motivos para inabilitação.
(7.4.3) Não apresentação de CIPA;	A empresa apresentou os certificados de curso de CIPA, cumprindo o treinamento exigido na NR5. Por meio de tais documentos a CPL entendeu suprida a exigência do edital, e inexistentes os motivos para inabilitação da empresa neste critério.

(7.1.2 e 7.1.3) Declarações com assinatura diferente do Contrato Social	A assinatura do sócio administrador da empresa está devidamente autenticada no documento de credenciamento apresentado, e ao ser confrontada com as assinaturas das demais declarações, é verificada a sua similaridade, assim não existem motivos para inabilitação neste quesito.
---	---

5	WELLINGTON WILSON DA SILVA XAVIER E CIA LTDA ME
(5.1) Sem enquadramento no objeto da licitação (constando apenas Prestação de Serviços de Jardinagem e Atividades Paisagísticas, Gestão e Manutenção de Cemitérios, Obras de Urbanização Ruas, Praças e Calçadas);	Empresa não possui especificado em seu objeto social, atividade compatível com o objeto e, portanto é considerada INABILITADA para o certame.
(7.1.2) Declaração faltante (Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal);	Consultada a documentação foi verificado que a empresa juntou a respectiva declaração e, portanto não demonstrou motivos para inabilitação.
(7.3.1.3) Balanço Patrimonial Faltante;	Licitante não apresentou o documento em conformidade com o exigido no edital, juntando ao invés do Balanço Patrimonial, apenas o balancete, o qual tem a substituição vedada no edital (7.3.1) e, portanto foi considerada INABILITADA.
(7.3.2) Apresentou apenas a Certidão de Falência e Concordata, sem juntar a Negativa de Protestos e comprovar o número de cartórios;	Pela não apresentação destes documentos entende-se não cumprida a exigência do edital e INABILITADA a respectiva empresa.
(7.4.2) SEESMT - Licitante não comprovou através do CAGED;	Na data de 11/12/13, tendo em vista as dúvidas suscitadas em referência à respectiva exigência, foi emitido e publicado o Parecer Jurídico nº 182/2013, o qual prezando pela manutenção do certame e ampliação da competição, considerou, para àquelas empresas dispensadas da constituição do SEESMT, suficiente a apresentação de declaração formal de tal condição e, portanto inexistem motivos para inabilitação.
(7.4.3) Não apresentação de CIPA;	A licitante apresentou documentos do processo eleitoral para constituição de CIPA, juntamente com a Ata de Instalação e Posse da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, demonstrando atender à exigência do edital, inexistindo motivos para sua inabilitação neste quesito.
Verificar se a empresa optante pelo Simples Nacional não pode prestar os serviços de locação de mão de obra à Administração Pública;	Apesar de optante pelo Simples Nacional e consequentemente impedida de recolher impostos e contribuições referentes a atividade de cessão ou locação de mão de obra (LC 123/06), em conformidade com o Acórdão 2798/2010-Plenário TCU, tal condições não consiste em óbice à participação em licitação, desde que comprovada a não utilização dos benefícios tributários na proposta de preço e a solicitação da exclusão do regime.

Desta forma verificam-se INABILITADAS as empresas: BALSA NOVA COMERCIAL LTDA, DOCA CASA E JARDIM LTDA ME, EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA NANTES LTDA e WELLINGTON WILSON DA SILVA XAVIER E CIA LTDA ME e HABILITADAS as empresas: BARREIRAS PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA e ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. Cientes os licitantes do



resultado supra, ficam os mesmos notificados e aberto o prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO	FERNANDA CRISTINA ROSA VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
JOELMA SARTOR ROSA PAIXÃO MEMBRO	SOLAMIR COELHO MEMBRO
JOÃO GARCIA DE SOUZA TÉC.CONTÁBIL SC/024735/O-7	

### **Termo Aditivo de Reajuste de Preço N.º 51/2013**

TERMO ADITIVO DE REAJUSTE DE PREÇO N.º 51/2013 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 01/2013. (2º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Obras e Serviços Públicos, Sr. VALDECIR DE SOUZA portador do portador do C.I. RG N.º 3.136.633-3 e do CNPF/MF n.º: 845.846.299-00, matricula nº 1136771, e pelo Prefeito Municipal SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do CI. RG nº 8.739.943 SSP/PR e CNPF/MF nº 230.944.279-87, residente e domiciliado à Estrada Jaguaruna, s/nº, neste Município de Itapoá/SC, e a empresa: DIBRAPE DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA, com sede à Rua Marcionilo dos Santos, nº 1450, Bairro: Corticeira, na cidade de Guaramirim/SC, CEP 89270-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 86.910.148/0001-89, e Inscrição estadual nº252.824.954, representada neste ato por representante comercial, o Sr. GENÉSIO NEVES PEDRINI, portador do CNPF/MF nº 050.865.669-91 e do CI RG nº 125684 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo visando o reequilíbrio econômico financeiro à aquisição parcelada de gasolina e óleo diesel, para abastecimento da frota municipal de veículos leves e pesados, incluindo a instalação dos equipamentos necessários para o abastecimento, e em conformidade com o processo de licitação na modalidade PREGÃO Nº 02/2013 - REGISTRO DE PREÇO Nº 02/2013 - PROCESSO Nº 09/2013, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE**

O presente termo visa conceder reequilíbrio econômico financeiro com fulcro no Art. 65, Inciso II, alínea "d" da Lei 8.666/93, reajustando o preço unitário do item 1 Gasolina Comum, acrescendo o valor de R\$ 0,078 (setenta e oito milésimos de reais), passando o valor unitário do litro da gasolina comum à R\$ 2,838 (Dois reais e oitocentos e trinta e oito milésimos de reais), contabilizados a partir da presente data.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preço n.º 01/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo a Ata de Registro de Preço n.º 01/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 17 de dezembro de 2013.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

Prefeito Municipal

CONTRATADA

DIBRAPE DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA GENÉSIO NEVES PEDRINI

VALDECIR DE SOUZA

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Testemunhas:

Nome:

CNPJ/MF:

Nome:

CNPJ/MF:

### **Termo Aditivo N.º 47/2013 ao Contrato Administrativo N.º 01/2013. (1º Aditivo).**

TERMO ADITIVO N.º 47/2013 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 01/2013. (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento contratual que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, nesta cidade, neste ato representado pela Secretária de Administração e Finanças, a Sra. MARIA IZABEL BLANSKI, portadora do CI.RG nº 2/R0372022 e do CNPF/MF nº 248.711.419-34 e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE (LOCATÁRIO), e de outro lado o Sr. SILVIO SARMENTO, portador do CNPF/MF nº 885.610.209-97, residente a Rua Paraná, nº 507, Bairro: Centro, na cidade de Barra Velha/SC, CEP: 88.390-000, doravante denominado CONTRATADO (LOCADOR), que em caráter consensual, nos termos do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2013 - PROCESSO Nº 02/2013, Art. 24 inciso X da Lei 8.666/93 e especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO**

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo n.º 01/2013 em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 01/01/2014, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

Altera cláusula quarta "Do Preço", acrescendo 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 1.926,57 (um mil novecentos e vinte e seis reais e cinquenta e sete centavos), resultando em um valor total de R\$ 23.118,84 (vinte e três mil cento e dezoito reais e oitenta e quatro centavos) para o período.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 01/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 01/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de

igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LOCATÁRIO

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

LOCADOR

SILVIO SARMENTO

MARIA IZABEL BLANSKI

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

TESTEMUNHAS

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

**Termo Aditivo N.º 48/2013 ao Contrato Administrativo N.º 02/2013. (1º Aditivo).**

TERMO ADITIVO N.º 48/2013 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 02/2013. (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento contratual que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, nesta cidade, neste ato representado pela Secretária de Administração e Finanças, a Sra. MARIA IZABEL BLANSKI, portadora do CI.RG nº 2/R0372022 e do CNPF/MF nº 248.711.419-34 e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE (LOCATÁRIO), e de outro lado o Sr. FERNANDO PACHECO, portador do CI.RG Nº 1.087.222/RJ e do CNPF/MF nº 005.023.080-87, residente a Rua das Estrelas, s/nº, Balneário Mariluz, neste Município, doravante denominado CONTRATADO (LOCADOR), que em caráter consensual, nos termos do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2013 - PROCESSO Nº 02/2013, Art. 24 inciso X da Lei 8.666/93 e especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO**

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo n.º 02/2013 em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 01/01/2014, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

Altera cláusula quarta "Do Preço", acrescentando 12 (doze) parcelas mensais R\$ 1.287,47 (um mil duzentos e oitenta e sete reais e quarenta e sete centavos), resultando em um valor total de R\$ 15.449,64 (quinze mil quatrocentos e quarenta e nove reais e sessenta e quatro centavos) para o período.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 02/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 02/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LOCATÁRIO

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

LOCADOR

FERNANDO PACHECO

MARIA IZABEL BLANSKI

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

TESTEMUNHAS

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

**Termo Aditivo N.º 49/2013 ao Contrato Administrativo N.º 03/2013. (1º Aditivo).**

TERMO ADITIVO N.º 49/2013 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 03/2013. (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento contratual que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, nesta cidade, neste ato representado pelo Secretário de Obras e Serviços Públicos, o Sr. VALDECIR DE SOUZA, inscrito no CNPF/MF sob o nº: 845.846.299-00 e portador do CI.RG nº 3.136.633-3 e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE (LOCATÁRIO), e de outro lado a empresa REOLON ADMINISTRAÇÃO DE BENS IMÓVEIS PRÓPRIOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.698.258/0001-18, situada na Avenida André Rodrigues de Freitas, nº 381, nesta cidade de Itapoá, representada neste ato por sócio, o Sr. NERI PEDRINHO REOLON, brasileiro, portador da CI.RG nº 5823001-4 e do CNPF/MF: 502.909.169-68, doravante denominada CONTRATADA (LOCADORA), que em caráter consensual, nos termos do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2013 - PROCESSO Nº 02/2013, Art. 24 inciso X da Lei 8.666/93 e especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO**

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo n.º 03/2013 em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 01/01/2014, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

Altera cláusula quarta "Do Preço", acrescentando 12 (doze) parcelas mensais R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), resultando em um valor total de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) para o período.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**



Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 03/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 03/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LOCATÁRIO

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

LOCADOR

ADMINISTRAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

PRÓPRIOS LTDA

NERI PEDRINHO REOLON

VALDECIR DE SOUZA

SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇO PÚBLICOS

TESTEMUNHAS

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

#### **Termo Aditivo N.º 50/2013 ao Contrato Administrativo N.º 04/2013. (1º Aditivo).**

TERMO ADITIVO N.º 50/2013 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 04/2013. (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento contratual que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, nesta cidade, neste ato representado pelo Secretário de Saúde, o Sr. CRISTIAN ANGELO GRASSI, portador do CI.RG nº 28955307 SSP/SC e do CNPF/MF nº 758.746.019-53 e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE (LOCATÁRIO), e de outro lado a Sra. DOROTHEA GUILHERMINA ERNA SCHEIBE, portadora do CNPF/MF nº 649.458.049-15, residente na Rua Matos Costa nº 334, Caixa postal:102, Centro-Porto União/SC, CEP:89200-00, doravante denominada CONTRATADA (LOCADORA), que em caráter consensual, nos termos do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2013 - PROCESSO Nº 02/2013, Art. 24 inciso X da Lei 8.666/93 e especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO**

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo n.º 04/2013 em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 01/01/2014, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

Altera cláusula quarta "Do Preço", acrescentando 12 (doze) parcelas mensais R\$ 1.903,97 (um mil novecentos e três reais e noventa e sete centavos), resultando em um valor total de R\$ 22.847,64

(vinte e dois mil oitocentos e quarenta e sete reais e sessenta e quatro centavos) para o período.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 04/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 04/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LOCATÁRIO

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

LOCADORA

DOROTHEA GUILHERMINA ERNA SCHEIBE

CRISTIAN ANGELO GRASSI

SECRETÁRIO DE SAÚDE

TESTEMUNHAS

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

#### **Termo Aditivo N.º 52/2013**

TERMO ADITIVO N.º 52/2013 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 13/2013. (4º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges nº 960, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representada pela Secretária de Educação, a Sra. TEREZINHA FÁVARO SILVEIRA, portadora do CI.RG nº 2090978 SSP/PR e do CNPF/MF nº 355.669.909-59, e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e, de outro lado a Empresa SOLO ENGENHARIA LTDA ME, com sede á Rua Bracatinga, nº 25, Bairro: Lageado na cidade de Campo Alegre/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 08.743.714/0001-00 e Inscrição Estadual n.º 255.378.181, representada neste ato por sócio, o Sr. TIAGO LUY, portador do CNPF/MF nº 045.957.13975 e do CI.RG nº 4.358.867 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar o objeto da Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para construção de quadra coberta com vestiário na EMEF Ayrton Senna, com área total de 980,40 m², conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, parte integrante do edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO N.º 21/2012 - PROCESSO Nº 92/2012, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO**

O presente termo prorroga a vigência do contrato administrativo

n.º 13/2013, contados a partir do dia 21/12/2013, a 21/03/2014, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 13/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 13/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 17 de dezembro de 2013.

CONTRATANTE  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

CONTRATADA  
SOLO ENGENHARIA LTDA ME  
TIAGO LUY  
CONTRATANTE

TEREZINHA FÁVARO SILVEIRA  
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

Testemunhas:

Nome:  
CNPJ/MF:

Nome:  
CNPJ/MF:

#### **Termo de Suspensão de Edital de Licitação Pública** MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC TERMO DE SUSPENSÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA

DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS -  
DATA: 18 de dezembro de 2013 - Horário de entrega de envelopes  
até: 11h:00min e abertura de sessão pública às 11h:30min.

LICITAÇÃO/MODALIDADE: Convite nº 22/2013 - Processo nº 132/2013, para a Contratação de empresa de engenharia elétrica devidamente estabelecida e com conhecimento comprovado para este fim, visando a execução dos serviços das instalações de iluminação paisagística, decorativa e esportiva no Município de Itapoá/SC. Compreendendo na realização dos serviços de melhoria e modernização do sistema de iluminação pública da Praça Balneário Rainha do Mar, conforme RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 414.

#### AVISO DE SUSPENSÃO

O Município de Itapoá, torna público que a licitação que se faria realizar na data e horário acima citado, fica no presente ato suspenso, para conhecimento dos licitantes e de quem a mais interessar possa, para análise e deliberação do recurso administrativo sob Protocolo nº 5150/2013 pela sua tempestividade - Requerente impugnante a Empresa: RAYON ENGENHARIA LTDA- EPP, e Protocolo nº 5144/2013 solicitação de esclarecimentos - Requerente: SADENCO SUL AMERICANA DE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, acostada aos autos do processo licitatório.

Itapoá, 17 de dezembro de 2013.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Município de Itapoá  
Prefeito Municipal

ISABELA R. DUTRA POHL  
Presidente da Comissão de Licitação

## Joaçaba

### PREFEITURA

#### **Extrato TP 24/2013/PMJ - PL 127/2013/PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 127/2013/PMJ  
TOMADA DE PREÇO Nº 24/2013/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a manutenção corretiva e preventiva do Sistema de Monitoramento Urbano composto de câmeras de vídeo nos municípios de Joaçaba e Herval d'Oeste, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Tipo: Execução por Preço Unitário. Data da abertura: Dia 16/01/2014, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 14h30min do dia 16/01/2014, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura ([www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br)) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 03 de dezembro de 2013.

RAFAEL LASKE  
Prefeito

# PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

**Extrato Homologação TP 23/2013/PMJ - PL 122/2013/PMJ**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA</b>  CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 23/2013 - TP</b>  Processo Administrativo: 125/2013 Processo de Licitação: 122/2013 Data do Processo: 25/11/2013
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 122/2013  
b ) Licitação Nr.: 23/2013-TP  
c ) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
d ) Data Homologação: 13/12/2013  
e ) Data da Adjudicação: 13/12/2013 Sequência: 1  
f ) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS COM O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A DEMOLIÇÃO DE ARQUIBANCADA DO ESTÁDIO MUNICIPAL OSCAR RODRIGUES DA NOVA E DA ESTRUTURA DO GINÁSIO IVO SILVEIRA, NESTE MUNICÍPIO.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

**ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA. (7435)**

1	DEMOLIÇÃO DE ARQUIBANCADA DO ESTÁDIO OSCAR RODRIGUES DA NOVA E DA ESTRUTURA DO GINÁSIO IVO SILVEIRA	VB	1	-	138.900,61	138.900,61
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>138.900,61</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>138.900,61</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.043.4.4.90.00.00.00.00 (231)

Joaçaba, 13 de Dezembro de 2013.

RAFAEL LASKE - PREFEITO



**Nota de Licitação Deserta - PL 126/2013/PMJ - PP 71/2013/PMJ****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**

CNPJ: 82.939.380/0001-99  
AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378  
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

**PREGÃO PRESENCIAL  
Nr.: 71/2013 - PR**

Processo Administrativo: 127/2013  
Processo de Licitação: 126/2013  
Data do Processo: 02/12/2013

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para dar publicidade aos atos oficiais exarados pela Administração Pública Municipal, em órgão de imprensa escrita (jornal de circulação estadual), com circulação diária.

**NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 15 / 2013**

**Motivo:** Aos dezesseis dias do mês de dezembro de 2013, às 14:00h, reuniram-se nas dependências do prédio da Prefeitura, o Pregoeiro e a sua Equipe de Apoio para proceder à abertura do Processo de Licitação nº 126/2013/PMJ - Edital de Pregão Presencial nº 71/2013/PMJ. Constatou-se que não acudiram interessados em participar da licitação, sendo a mesma declarada DESERTA.

Joaçaba, 16 de Dezembro de 2013

-----  
RAFAEL LASKE - PREFEITO

**Aditivo Contrato 30/2013 PMJ TA 02**  
CONTRATO Nº 30/2013/PMJ - TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa ESTRELATUR TRANSPORTE COLETIVO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.823.65/0001-95, estabelecida na Rua Santos Dumont nº 520 Bairro Centro no Município de Herval d'Oeste neste ato representada pelo Sr. IVO CARLOS HACK JUNIOR, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-1.703.356e CPF nº 737.459.109-82, residente e domiciliado na cidade de Herval d'Oeste, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 30/2013/PMJ, firmado em 13/02/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 14/2013/PMJ, instaurado através do Edital de Inexigibilidade nº 1/2013/PMJ, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA de passagens destinadas ao vale transporte dos servidores municipais e passes escolares para estudantes do Ensino Infantil, Fundamental e Médio das unidades escolares do Município, durante o exercício financeiro de 2013, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO**

O valor global do contrato fica suprimido em R\$ 19.632,60 (dezenove mil seiscentos e trinta e dois reais e sessenta centavos), correspondentes a 2,537% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, referente ao corte de 7.551 passagens (vale transporte) ao custo unitário de R\$ 2,60.

**CLAUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, SC, 16 de dezembro de 2013.

MUNICIPIO DE JOAÇABA

CONTRATANTE

RAFAEL LASKE

Prefeito

ESTRELATUR DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA

CONTRATADA

IVO CARLOS HACK JUNIOR

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

**Aditivo Contrato 31/2013 PMJ TA 01**  
CONTRATO Nº 31/2013/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.411.843/0001-08, estabelecida na Rua Dario Fontana nº 216 Bairro Centro no Município de Luzerna neste ato representada pelo Sr. EITOR HOPPEN, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-383.597 e CPF nº 250.844.459-68, residente e domiciliado na cidade de Luzerna, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO AQDITIVO ao contrato nº 31/2013/PMJ, firmado em 13/02/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 14/2013/PMJ, instaurado através do Edital de Inexigibilidade nº 1/2013/PMJ, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA de passagens destinadas ao vale transporte dos servidores municipais e passes escolares para estudantes do Ensino Infantil, Fundamental e Médio das unidades escolares do Município, durante o exercício financeiro de 2013, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO**

O valor global do contrato fica suprimido em R\$ 10.374,75 (dez mil trezentos e setenta e quatro reais e setenta e cinco centavos), correspondentes a 11,03% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, referente ao corte de 1.830 passagens mínimas (vale transporte) ao custo unitário de R\$ 3,00 e, de 1.503 passagens máximas (vale transporte) ao custo unitário de R\$ 3,25.

**CLAUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, SC, 16 de dezembro de 2013.

MUNICIPIO DE JOAÇABA

CONTRATANTE

RAFAEL LASKE

Prefeito

EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA - EPP

CONTRATADA

Eitor Hoppen

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_



**Extrato Contrato 138/2013/PMJ**

EXTRATO CONTRATO Nº 138/2013/PMJ

PL 122/2013/PMJ - TP 23/2013/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA OBJETO: Execução pela CONTRATADA, dos serviços com o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a demolição de arquibancada do Estádio Municipal Oscar Rodrigues da Nova e da estrutura do Ginásio Ivo Silveira, neste Município.

VALOR CONTRATADO: R\$ 138.900,61 (cento e trinta e oito mil, novecentos reais e sessenta e um centavos), sendo:

- R\$ 23.421,21 (vinte e três mil, quatrocentos e vinte e um reais e vinte e um centavos), referente aos materiais utilizados;

- R\$ 115.479,40 (cento e quinze mil, quatrocentos e setenta e nove reais e quarenta centavos), referente aos serviços.

VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias, com início contado a partir da data de recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Serviço Inicial.

DATA DE ASSINATURA: 13/12/2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

EXTRATO CONTRATO Nº 138/2013/PMJ

PL 122/2013/PMJ - TP 23/2013/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA OBJETO: Execução pela CONTRATADA, dos serviços com o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a demolição de arquibancada do Estádio Municipal Oscar Rodrigues da Nova e da estrutura do Ginásio Ivo Silveira, neste Município.

VALOR CONTRATADO: R\$ 138.900,61 (cento e trinta e oito mil, novecentos reais e sessenta e um centavos), sendo:

- R\$ 23.421,21 (vinte e três mil, quatrocentos e vinte e um reais e vinte e um centavos), referente aos materiais utilizados;

- R\$ 115.479,40 (cento e quinze mil, quatrocentos e setenta e nove reais e quarenta centavos), referente aos serviços.

VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias, com início contado a partir da data de recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Serviço Inicial.

DATA DE ASSINATURA: 13/12/2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

**Extrato do Contrato Nº 006/2013/PMJ - TA 01**

CONTRATO Nº 006/2013/PMJ – TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Rafael Laske e a Empresa POSTO ESTRELA LTDA. inscrita no CNPJ sob o nº 78.617.750/0001-52, estabelecida na Rua Santos Dumont, 594, Centro, Herval D'Oeste/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. MAURO ANTONIO DALL'ORSOLETA, portador da Carteira de Identidade nº 11/R 1.707.364 e CPF nº 509.673.719-53, residente e domiciliado na Rua José Bonifácio, n. 863, Centro, na cidade de Herval D'Oeste/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 006/2013/PMJ, firmado em 02/01/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 96/2012/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 52/2012/PMJ, homologado em 02/01/2013, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de combustíveis e/ou lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município de Joaçaba (exceto os pertencentes aos Fundos, Autarquias e Fundações), durante o exercício financeiro de 2013, onde se ADITA a

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR CONTRATADO,**

nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR CONTRATADO**

O valor do contrato fica suprimido em R\$ 24.009,50 (vinte e quatro mil nove reais e cinquenta centavos), correspondentes a 24,986% do valor inicialmente contratado, em conformidade com disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, referente ao corte nos quantitativos dos seguintes itens:

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$
3	10	Bde	Óleo Lubrificante para Motores a Diesel – 30 API CF (balde 20 litros)	BR	186,00	1.860,00
4	04	Bde	Óleo Lubrificante para Motores a Diesel 15W40 API CI-4 (balde 20 litros)	BR	195,00	780,00
5	151	Lto	Óleo Lubrificante Semi-Sintético 15W40 CG 4 para Motores a Diesel (litro)	BR	18,00	2.718,00
7	120	Lto	Óleo Lubrificante 15W40 para Motores a Gasolina/Álcool (litro)	BR	16,00	1.920,00
10	10	Bde	Óleo THF 11 para transmissão (balde 20 litros)	BR	268,80	2.688,00
12	04	Bde	Óleo transmissão SAE 30 TDTO TO-4 (balde 20 litros)	BR	283,00	1.132,00
13	07	Bde	Óleo transmissão SAE 50 TDTO TO-4 (balde 20 litros)	BR	284,00	1.988,00
14	07	Bde	Óleo Hidráulico 68 API 10 W (balde 20 litros)	BR	219,00	1.533,00
15	10	Bde	Óleo Hidráulico 10 W HYDO (balde com 20 litros)	BR	249,00	2.490,00
16	09	Bde	Óleo Lubrificante SAE 90 API GL 5 para Engrenagens (balde 20 litros)	BR	239,00	2.151,00
17	03	Bde	Óleo Lubrificante SAE 140 API GL 5 para Engrenagens (balde 20 litros)	BR	259,00	777,00
21	03	Bde	Graxa para Rolamentos (balde 20 quilos)	BR	318,00	954,00
22	92	Fco	Líquido de Freio DOT 3 (frasco 500 ml)	BR	15,50	1.426,00
23	65	Fco	Líquido de Freio DOT 4 (frasco 500 ml)	BR	24,50	1.592,50
VALOR TOTAL DA SUPRESSÃO R\$						24.009,50

Os recursos resultantes desta supressão retornarão à seguinte dotação orçamentária:

2.040 - MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL

3.3.90.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento,

juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC). 29 de novembro de 2013.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
CONTRATANTE  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

POSTO ESTRELA LTDA.  
MAURO ANTONIO DALL'ORSOLETA

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

#### **Extrato do Contrato Nº 11/2013 - FMS - TA 02** CONTRATO Nº 11/2013 - FMS - TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por seu Gestor, com sede na Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa ESTRELATUR TRANSPORTE COLETIVO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.823.65/0001-95, estabelecida na Rua Santos Dumont nº 520 Bairro Centro no Município de Herval d'Oeste neste ato representada pelo Sr. IVO CARLOS HACK JUNIOR, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-1.703.356 e CPF nº 737.459.109-82, residente e domiciliado na cidade de Herval d'Oeste, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 11/2013/FMS, firmado em 13/02/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 3/2013/FMS, instaurado através do Edital de Inexigibilidade nº 1/2013/FMS, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA de passagens aos pacientes atendidos pelo CAPS - Centro de Atenção Psicossocial, pelo programa de gestantes, bem como, destinadas ao vale transporte dos servidores municipais lotados na Secretaria Municipal de Saúde durante o exercício financeiro de 2013, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO**

O valor do contrato fica suprimido em R\$ 10.946,00 (vinte e dois mil oitocentos e sete reais e vinte centavos), correspondentes a 8,10% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, referente ao corte de 4.210 passagens.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 13 de dezembro de 2013.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

ESTRELATUR DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA - CONTRATADA  
IVO CARLOS HACK JUNIOR

#### **Extrato do Contrato Nº 119/2013/PMJ - TA 01** CONTRATO Nº 119/2013/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa CONCRETOS CRUZEIRO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 75.493.908/0001-83, estabelecida na RUA TIROLEZA, 240, Bairro FREI BRUNO, no Município de JOAÇABA/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. FERNANDO REGENSBURGER, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-290.769 e CPF nº 148.755.789-20, residente e domiciliado na RUA TIROLESA, 240, na cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 119/2013/PMJ, firmado em 22/10/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 98/2013/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 58/2013/PMJ, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de materiais destinados à execução e reparos da drenagem pluvial e à recuperação das vias públicas do perímetro urbano e das estradas do interior do Município de Joaçaba, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO e a CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, nos seguintes termos:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO**

O valor do contrato fica acrescido em R\$ 9.808,00 (nove mil oitocentos e trinta e três reais), correspondentes a 24,936% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, referente a aquisição suplementar dos seguintes itens:

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	MARCA / FABRICANTE	UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$
1	38	un	Tubo concreto Ø 30 cm x 1,00 m	Conc. cruzeiro	29,80	1.132,40
2	75	un	Tubo concreto Ø 40 cm x 1,00 m	Conc. cruzeiro	39,80	2.985,00
3	17	un	Tubo concreto Ø 60 cm x 1,00 m	Conc. cruzeiro	79,80	1.356,60
4	10	un	Tubo concreto Ø 1,00 m x 1,00 m	Conc. cruzeiro	253,00	2.530,00
5	02	un	Tubo concreto Ø 1,50 m x 1,00 m	Conc. cruzeiro	902,00	1.804,00

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Para custear as despesas decorrentes da execução deste Termo Aditivo, fica incluída a seguinte Dotação Orçamentária:

1.025 - PAVIMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS  
123 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - OUTRAS DESP.

CORRENTES - Aplicações Diretas

#### CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 11 de dezembro de 2013.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
RAFAEL LASKE  
PREFEITO

CONCRETOS CRUZEIRO LTDA  
FERNANDO REGENSBURGER

#### Extrato do Contrato Nº 15/2013/FMS - TA 02 CONTRATO Nº 15/2013/FMS - TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representado neste ato por seu Gestor, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00 doravante denominado CONTRATANTE, e a Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA - HUST, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 84.592.369/0009-88 estabelecido na Travessa Domingos Floriani Bonato, nº 37, centro, no Município de Joaçaba, SC, neste ato representado pelo Sr. Adgar Zeferino Bittencourt, Diretor Geral do HUST, inscrito no CPF sob o nº 003.141.299-87, residente e domiciliado à Rua Carlos Zimmer, 14, apto. 301 - Joaçaba - SC, doravante denominado CONTRATADO, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 15/2013/FMS, firmado em 08/03/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 12/2013/FMS - Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 2/2013/FMS, cujo objeto é a prestação pelo CONTRATADO, de serviços de urgência e emergência em pronto atendimento 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas todos os dias da semana, nas quantidades, especificações e valores estabelecidos, onde se ADITA a CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR

O valor total do contrato fica suprimido em R\$ 10.100,00 (dez mil e cem reais), correspondentes a 1,12% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, referente ao corte de 110 procedimentos.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA, SC, 13 de dezembro de 2013.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA  
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA - HUST

ADGAR ZEFERINO BITTENCOURT  
Diretor Geral

#### Extrato do Contrato Nº 49/2013/PMJ - TA 02 CONTRATO Nº 49/2013/PMJ - TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.102.402/0001-46, estabelecida na AV. XV DE NOVEMBRO, no Município de JOAÇABA/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. RODRIGO LINEU BONATO, portador da Carteira de Identidade nº 457.952 e CPF nº 560.863.349-00, residente e domiciliado na RUA PAULO STUART WRIGT, 11, na cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 49/2013/PMJ, firmado em 12/03/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 22/2013/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 14/2013/PMJ, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias e ferragens em geral destinadas à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais durante o exercício financeiro de 2013, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO.

O valor do contrato fica suprimido em R\$ 8.995,18 (oito mil novecentos e noventa e cinco reais e dezoito centavos), correspondentes a 48,124% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto nos §§ 1º e 2º, II, do art. 65 da Lei 8.666/93.

#### CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 11 de dezembro de 2013.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
RAFAEL LASKE  
PREFEITO

BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA  
RODRIGO LINEU BONATO

**Rescisao 351/2009 TA 01**

TERMO DE RESCISÃO

CONTRATO Nº 351/2009 - TA 01

TERMO DE PERMISSÃO DE USO

TERMO DE RESCISÃO do contrato de permissão de uso, celebrado entre o MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), e a empresa LOCALIZA FRANCHISING BRASIL S.A,

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado PERMITENTE, resolve celebrar o presente TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL, relativo ao contrato nº 351/2009 (Termo de Permissão de Uso) firmado em 30 de setembro de 2009 com a empresa LOCALIZA FRANCHISING BRASIL S.A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.291.437/0001-08 estabelecida na Avenida Bernardo Monteiro, 1563 - 6º andar, Bairro Funcionários, no Município de Belo Horizonte - MG, doravante denominada PERMISSIONÁRIA, representada pelo Sr. BRUNO MOREIRA DE ANDRADE, portador da C. I. nº 37.892 e CPF nº 371.804.286-04, residente e domiciliado na Rua Alameda da Serra, 1347, apto 2002 B, Vila da Serra, cidade de Nova Lima - MG, conforme cláusulas a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica rescindido, com fundamento no art. 79, II, da Lei nº 8.666/93, o Contrato nº 351/2009/PMJ, celebrado com a PERMISSIONÁRIA na data de 30 de setembro de 2009, proveniente do Processo de Licitação nº 99/2009, instaurado através do Edital CC nº 03/2009, cujo objeto era "a permissão de uso de espaço comercial, correspondente ao item nº 04 (quatro) do Anexo I do Edital CC nº 03/2009, localizado no Aeroporto Municipal Santa Terezinha, visando a exploração da atividade locação de veículos leves, de acordo com o estabelecido no referido Edital e seus Anexos".

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Os efeitos deste Termo de Rescisão contarão a partir de 01 de janeiro de 2014.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento.

Joaçaba (SC), 16 de dezembro de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

PERMITENTE

RAFAEL LASKE

Prefeito

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_ 2 \_\_\_\_\_

**CÂMARA MUNICIPAL****Extrato do Termo Aditivo 13/2013**

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 13/2013

ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 13/2011C

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

CONTRATADA: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato de Prestação de Serviços n. 13/2011C assinado em 22/12/2011, oriundo do Edital de Concorrência 001/2011, cujo objeto é "a construção de um edifício para a Câmara de Vereadores de Joaçaba, na Rua Tiradentes, Bairro Vila Pedrini, nesta cidade de Joaçaba/SC, com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, de acordo com os projetos arquitetônicos e complementares em anexo, com área total de 1.284,69m² (conforme projeto arquitetônico)" conforme cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica adicionado ao valor total da obra a importância de: I - R\$ 11.367,05 (onze mil, trezentos e sessenta e sete reais e cinco centavos) conforme requerimento protocolado em 18/11/2013 sob n. 972 referente às despesas com a execução das adequações solicitadas pelo Corpo de Bombeiros em vistoria final de habite-se da obra;

II - R\$ 6.972,94 (seis mil, novecentos e setenta e dois reais e noventa e quatro centavos) conforme requerimento protocolado em 22/11/2013 sob n. 1009, referente à execução da calçada frontal cuja execução constitui condição para expedição do habite-se pela Prefeitura conforme art. 24, §4º da LC n. 134/2007 e que não estava prevista no projeto da obra. III - O valor total dos itens I e II acima é de R\$ 18.339,99 (dezoito mil, trezentos e trinta e nove reais e noventa e nove centavos) e será pago mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos termos de habite-se do Corpo de Bombeiros e da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

CLÁUSULA SEGUNDA: O prazo de vigência contratual previsto no parágrafo único da Cláusula Sexta do Contrato n. 13/2011 fica prorrogado até o dia 10/02/2014. CLÁUSULA TERCEIRA: As despesas provenientes da execução deste Termo Aditivo correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária do ano de 2013:

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA 1.001 - CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DO PODER LEGISLATIVO (1) 4.4.90.00.00.00.00.0 0.0.0.000.0 - Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUARTA As demais Cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

DATA DE ASSINATURA: 13/12/2013

ELÓI HOFFELDER

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba



**IMPRES****Balancete Novembro/2013 IMPRES****SANTA CATARINA****INST. DE PREV. DOS SERV.PUB. DO MUNIC. DE JOACABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	708.948,07	Despesa Orçamentária	325.676,89
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	167.361,82	Despesas exceto Intra-orçamentárias	325.676,89
RECEITA PATRIMONIAL	78.096,48	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	318.617,83
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.067,75	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.059,06
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIA	334.722,02		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIA	117.700,00		
Receita Extra - Orçamentária	394.824,30	Despesa Extra - Orçamentária	1.140.872,85
DEPOSITOS	69.147,41	DEPOSITOS	68.948,02
CONSIGNACOES	69.147,41	CONSIGNACOES	68.948,02
PENSAO ALIMENTICIA	1.430,86	PENSAO ALIMENTICIA	1.430,86
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	14.423,69	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	14.423,69
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEI	19.054,71	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEI	19.054,71
EMPRESTIMOS	28.591,90	EMPRESTIMOS	28.392,51
OUTROS CONSIGNATARIOS	5.646,25	OUTROS CONSIGNATARIOS	5.646,25
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	325.676,89	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	328.463,31
OBRIGACOES A PAGAR	325.676,89	OBRIGACOES A PAGAR	328.463,31
FORNECEDORES	3.264,56	FORNECEDORES	3.264,56
PESSOAL A PAGAR	3.569,21	PESSOAL A PAGAR	3.569,21
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	2.565,26	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	5.351,68
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	316.277,86	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	316.277,86
		DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	743.461,52
		INCORPORACAO DE PASSIVOS	743.461,52
		INCORPORACAO DE OBRIGACOES	743.461,52
Saldos anteriores	35.746.672,84	Saldos atuais	35.383.895,47
Aplicações do RPPS	35.729.908,58	Aplicações do RPPS	35.363.298,23
BANCO C/ MOVIMENTO	16.764,26	BANCO C/ MOVIMENTO	20.597,24
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	36.850.445,21	Total	36.850.445,21

JOACABA, 13/12/2013

PATRICIA CALLEGARI WARKEN  
CONTADORA CRCSC 029205/O-3

ELISABET M. Z. SARTORI  
DIRETORA PRESIDENTE



## Carteira Novembro/2013 - IMPRES



## Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - SC

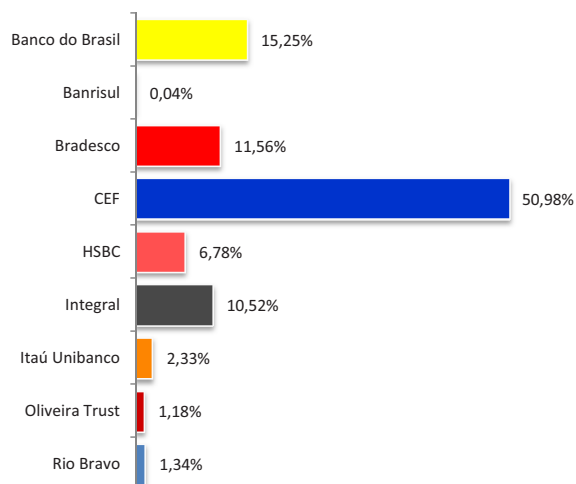
### Relatório da Carteira de Investimentos

NOVEMBRO

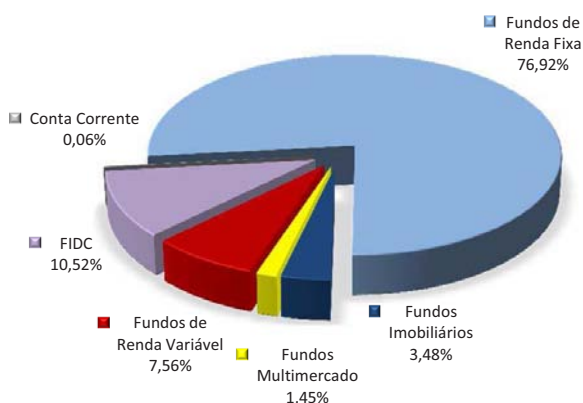
Os recursos do IMPRES são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência.

A diretoria do Instituto, assessorada pela SMI Consultoria de Investimentos, vem buscando estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos. Neste mês a carteira de investimentos está distribuída da seguinte forma:

#### Distribuição da Carteira por Instituição Financeira



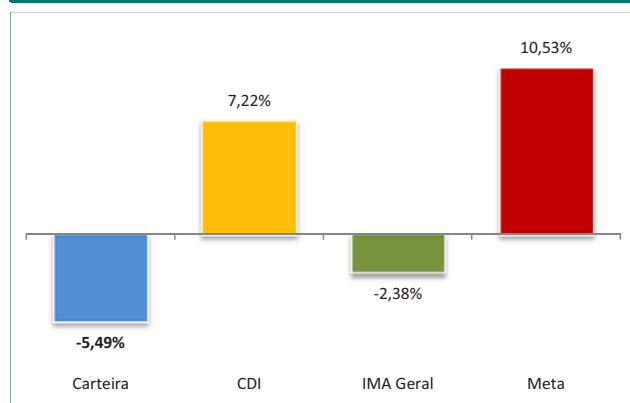
#### Distribuição da Carteira por Segmento



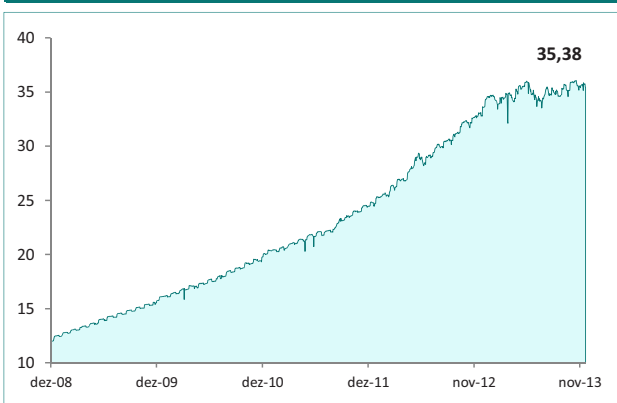
#### HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

COMPARATIVO	NO MÊS	NO ANO	EM 252 DIAS ÚTEIS
IMPRES	-1,86%	-5,49%	-3,97%
CDI	0,71%	7,22%	7,79%
IMA Geral	-1,41%	-2,38%	-1,16%
Meta Atuarial (INPC + 6%)	1,03%	10,53%	11,89%

#### Carteira x Indicadores em 2013



#### Evolução do Patrimônio (em R\$ Milhões)



**Análise de Desempenho:** A carteira do IMPRES tem como principal objetivo superar a Meta Atuarial.

**SIMAE****Homologação Pr52-13**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 52/2013 - PR</b>  Processo Administrativo: 70/2013 Processo de Licitação: 70/2013 Data do Processo: 14/11/2013
Folha: 1/1	

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 70/2013  
b ) Licitação Nr.: 52/2013-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 16/12/2013  
e ) Data da Adjudicação: 16/12/2013 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECER A FROTA DO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2014.

			(em Reais R\$)
g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Desccto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 006052 - ABASTECEDORA DE COMB.E TRANSP.BORTOLI LT	2	0,0000	192.800,00
- 008191 - COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES	<u>1</u>	0,0000	<u>36.750,00</u>
	3		229.550,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.051.4.4.90.00.00.00.00.00 (3), 1.052.4.4.90.00.00.00.00.00 (4), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (14)

Joaçaba, 16 de Dezembro de 2013.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

**Homologação Pregão Presencial JHL 0054/2013**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 54/2013 - PR</b>  Processo Administrativo: 72/2013 Processo de Licitação: 72/2013 Data do Processo: 22/11/2013
Folha: 1/1	

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 72/2013  
b ) Licitação Nr.: 54/2013-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 17/12/2013  
e ) Data da Adjudicação: 17/12/2013 Sequência: 1  
f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE IMPRESSORAS TÉRMICAS PARA IMPRESSÃO DAS FATURAS DE CONSUMO DE ÁGUA E ESGOTO DO SIMAE.

			(em Reais R\$)
g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 008069 - BOREAL BRASIL TECNOLOGIA LTDA	<u>3</u>	-	<u>5.631,00</u>
	3		5.631,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.060.3.3.90.00.00.00.00.00 (9), 2.060.4.4.90.00.00.00.00.00 (34)

Joaçaba, 17 de Dezembro de 2013.

-----  
Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

**Pregão Presencial JHL 0059/2013 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0077/2013

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0059/2013

PROTOCOLO JHL 3529/2013

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0059/2013 - Licitação 0077/2013, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, que trata de:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS MÉDICAS EM SERVIDORES DO SIMAE, ATENDENDO AO DECRETO MUNICIPAL Nº 2.920/07 E 3.054/07. Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 08/01/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 08/01/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC. Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 18/12/2013 a 08/01/2014.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 18 de dezembro de 2013

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

**Lages****PREFEITURA****Extrato de Contrato 222/2013 - PML - 1º Termo Aditivo**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 222/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: GEORGE DE BONA & CIA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.781.780/0001-42, com sede à Rua Amazonas n.º 394 - Lages/SC - cep: 88.509-210.

PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços para locação de hora maquina. escavadeira, motoniveladora e retroescavadeira para uso da Secretaria Municipal de Infraestrutura., em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 12/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Execução, Fica prorrogada até 31/05/2013;

4.3 Do contrato, Fica prorrogado até 31/05/2013;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 212.900 (duzentos e doze mil e novecentos reais).

Lages, 17 de DEZEMBRO de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

**Extrato de Contrato 225/2013 - 1º Termo Aditivo**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 225/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: DURAN LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 14.348.033/0001-31, estabelecida à Rua Caetano Vieira da Costa n.º 873 - sala 03 - Lages/SC.

PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços para locação de hora maquina. escavadeira, motoniveladora e retroescavadeira para uso da Secretaria Municipal de Infraestrutura., em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 209/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Execução, Fica prorrogada até 31/05/2013;

2.2 Do contrato, Fica prorrogado até 31/05/2013;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 169.500,00 (cento e sessenta e nove mil e quinhentos reais).

Lages, 29 de julho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

**Extrato de Contrato 225/2013 - PML - 1º Termo Aditivo**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 224/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: RUTILLI SERVIÇOS, TERRAPLANAGEM E LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 17.663.317/0001-00, estabelecida à Rua Jose Waltrick Vieira n.º 555 em Lages/SC - cep: 88.509-420.

PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços para locação de hora maquina. escavadeira, motoniveladora e retroescavadeira para uso da Secretaria Municipal de Infraestrutura., em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 210/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Execução, Fica prorrogada até 31/05/2013;

2.2 Do contrato, Fica prorrogado até 31/05/2013;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 58.500,00 (cinquenta e oito mil reais).

Lages, 29 de julho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

**Extrato de Contrato 264/2013 - PML - 1º Termo Aditivo**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 264/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 08.208.387/0001-88, com sede à Praça Vidal Ramos Sênior n.º 86 - Lages/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Aquisição de Materiais Diversos para Urbanização nas Obras da

Secretaria Municipal de Infraestrutura, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Execução, Fica prorrogada até 31/05/2013;

2.2 Do contrato, Fica prorrogado até 31/05/2013;

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR**

R\$ 58.325,00 (cinquenta e oito mil e trezentos e vinte e cinco reais).

Lages, 17 de DEZEMBRO de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

**Extrato de Contrato 265/2013 - PML - 1º Termo Aditivo**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 265/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: MATHEUS VIEIRA ZAGO - EPP, inscrito no CNPJ sob n.º 10.515.077/0001-58, com sede à Rua Nilo Peçanha n.º 49 - Lages/SC - cep: 88.508-500.

**CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO**

Aquisição de Materiais Diversos para Urbanização nas Obras da Secretaria Municipal de Infraestrutura, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Execução, Fica prorrogada até 31/05/2013;

2.2 Do contrato, Fica prorrogado até 31/05/2013;

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR**

R\$ 95.211,45 (noventa e cinco mil e duzentos e onze reais e quarenta e cinco centavos).

Lages, 18 de dezembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

**Extrato de Contrato 266/2013 - PML - 1º Termo Aditivo**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 266/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: FLEXA ATACADO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 01.192.605/0001-94, estabelecida à Av. 1º de Maio sem nº - em Lages/SC - CEP: 88.509-510 - fone: 32251919.

**CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO**

Aquisição de Materiais Diversos para Urbanização nas Obras da Secretaria Municipal de Infraestrutura, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Execução, Fica prorrogada até 31/05/2013;

2.2 Do contrato, Fica prorrogado até 31/05/2013;

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR**

R\$ 106.499,00 (cento e seis mil e quatrocentos e noventa e nove reais).

Lages, 18 de DEZEMBRO de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

**Extrato de Contrato 279/2013 - PML - 1º Termo Aditivo**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 279/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: STANDARD CONSTRUÇÕES LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 14.218.312/0001-80, estabelecida na Av. Ilda Terezi-nha Paganí, 100 - Palhoça/SC - CEP:.

**CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO**

Contratação de Empresa de Engenharia para Execução de 445,00 m³ de Muros em Pedra Ornamental Arrumada, com fornecimento de material, para a Secretaria de Infraestrutura, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital Correlato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Execução, Fica prorrogada até 31/05/2013;

4.3 Do contrato, Fica prorrogado até 31/05/2013;

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR**

R\$ 180.621,05 (cento e oitenta mil e seiscentos e vinte e um reais e cinco centavos).

Lages, 17 de dezembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

**Extrato de Contrato 310/2013 - PML 1º termo Aditivo**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO AUTORIZADO PELA LEI Nº 2413198, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LAGES E A EMPRESA TRANSUL - TRANSPORTES URBANOS NOSSA SENHORA DOS PRAZERES LTDA.

O MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 82777.301/0001-90, com sede à Rua Benjamin Constant, 13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Elizeu Mattos, residente e domiciliado nesta cidade de Lages - SC, adiante denominado simplesmente de MUNICIPIO, e a Empresa TRANSUL - TRANSPORTES URBANOS NOSSA SENHORA DOS PRAZERES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Dr. Jorge Bleyer, 667, Bairro Conta Dinheiro, nesta cidade de Lages - SC, inscrita no CNPJ sob nº 84.950.724/0001-96, inscrição municipal 4.210, adiante designada simplesmente CONCESSIONARIA, neste representada pelos Diretores, Sr. Rogério Machado Arantes, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Rua São Francisco, 216 apto 1101, no município Florianópolis - SC, portador da Carteira de identidade nº 8/R-2.186.707 - SSP-SC, expedida em 03.03.86 e CPF nº 170.750.416-49 e Sr. José Lemes Soares Filho, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Rua Felício Tarabay, 212, no município de Presidente Prudente - SP, portador da Carteira de Identidade nº 4.600.888 expedida pela SSP-SP, em 16.09.68 e CPF nº 780.866.808-78.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

É objeto do presente Contrato a operação exclusiva, por parte da Empresa - TRANSUL Transportes Urbanos Nossa Senhora dos Prazeres Ltda, de serviços de exploração de transporte coletivo de passageiros, no perímetro urbano e área de expansão urbana da sede do município de Lages- SC, obedecendo as planilhas e itinerários operacionais e horários determinados pelo MUNICIPIO, nas linhas relacionadas no anexo:

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

**3.1 DA PRORROGAÇÃO**

O prazo do contrato fica prorrogado a partir do dia 06/07/2013, até a conclusão do processo Licitatório em trâmite.



Lages, SC, 17 de dezembro de 2013  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito de Lages

**Extrato de Contrato 337/2012 - PML - 2º Termo Aditivo**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
CONTRATO 337/2012 - 2º TERMO ADITIVO  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.  
CONTRATADA: PROFUZZY CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o n.º 80.487.606/0001-32, estabelecida na Av. Primeiro de Maio n.º 226 - Lages/SC - CEP: 88.509-510.  
CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO  
Contratação de Empresa para prestação de serviços de consultoria e assessoria à elaboração do Edital e dos anexos indispensáveis a constituição do processo licitatório, destinado à outorga da Concessão dos Serviços Públicos de Transporte Urbano do Município de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no edital correlato.  
CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO  
2.1 - Para execução: Fica prorrogada até 31/05/2013;  
2.3 - Da entrega: em até dois dias da conclusão dos serviços, mediante Termo Circunstanciado à Secretaria Municipal, aos cuidados do Responsável Técnico pelo acompanhamento;  
2.4 - Do contrato: Fica prorrogado até 31/05/2013.

Lages, 17 de dezembro de 2013.  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito de Lages

**Extrato de Contrato 389/2013 - PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
CONTRATO 389/2013  
COMODANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.  
CONTRATADA: GIRASSOL CENTRO DE LAZER INFANTIL LTDA - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 05.911.712/0001-86, com sede à Praça Vidal Ramos Sênior, 80 - Centro, Lages/SC - CEP: 88.502-005.  
CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO  
Visa locação de espaço físico de um Centro de Lazer Infantil, para uso na Recreação de 1.600 (mil e seiscentos) alunos mês, da Rede Municipal da Educação Infantil.  
- A locação abrange todos os brinquedos disponíveis no Parque e em conformidade com a idade de cada criança.  
CLÁUSULA SEGUNDA DO PRAZO  
28/09/2013 à 30/11/2014  
CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E RECURSOS  
R\$ 12.000,00 (doze mil reais) mensais.

Lages, 26 novembro de 2013  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito de Lages

**Extrato de Contrato 401/2013 - PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
CONTRATO 401/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.  
CONTRATADA: ESFERA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 11.011.100/0001-30, estabelecida à Av.

Governador Ivo Silveira n.º 3.861 - bloco SL 24 - Florianópolis/SC - CEP: 88.010-320.

**CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO**

Contratação de Empresa de Consultoria Especializada, para Prestar Serviço Técnico de Fiscalização dos Contratos do Sistema Ponte Grande e Araucária para a Secretaria de Planejamento do Município.

**CLÁUSULA SEGUNDA DO PRAZO**

04/12/2013 à 04/12/2015

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR**

R\$ 122.000,00 (cento e vinte e dois mil reais).

Lages, 17 dezembro de 2013  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito de Lages

**Extrato de Contrato 402/2013 - PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

**CONTRATO 402/2013**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: DURAN LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 14.348.033/0001-31, estabelecida à Rua Caetano Vieira da Costa n.º 873 - sala 03 - Lages/SC - CEP:88.501-200.

**CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO**

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Roçada Mecânica, dentro do período urbano de Lages, num total de 1.680 (um mil e seiscentas e oitenta ) horas trabalhadas.

**CLÁUSULA SEGUNDA DO PRAZO**

28/11/2013 à 01/03/2014

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR**

R\$ 21,00 (vinte e um reais) por hora trabalhada, perfazendo um total de R\$ 32.580,00 (trinta e dois mil e quinhentos e oitenta reais).

Lages, 17 dezembro de 2013  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito de Lages

**Extrato de Contrato 96/2013 - PML - 1º Termo Aditivo**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

**CONTRATO 96/2103 - 1º TERMO ADITIVO**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: CONCREBLOC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 76.367.473/0001-93, com sede na Av. Dr. João Pedro Arruda, sem número - Lages/SC - cep: 88.514-000.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

A Aquisição de Materiais em Artefato de Cimento, para uso no perímetro urbano do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 61/2013.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Execução, Fica prorrogada até 31/05/2013;

2.2 Do contrato, Fica prorrogado até 31/05/2013;

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

R\$ 20.440,00 (vinte Mil e quatrocentos e quarenta reais).

Lages, SC, 18 de dezembro de 2013  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito de Lages

**Extrato de Contrato Transp. Urbano - 1º Termo Aditivo**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO AUTORIZADO PELA LEI Nº 2413198, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LAGES E A EMPRESA TRANSUL - TRANSPORTES URBANOS NOSSA SENHORA DOS PRAZERES LTDA.

O MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 82777.301/0001-90, com sede à Rua Benjamin Constant, 13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Elizeu Mattos, residente e domiciliado nesta cidade de Lages - SC, adiante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e a Empresa TRANSUL - TRANSPORTES URBANOS NOSSA SENHORA DOS PRAZERES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Dr. Jorge Bleyer, 667, Bairro Conta Dinheiro, nesta cidade de Lages - SC, inscrita no CNPJ sob nº 84.950.724/0001-96, inscrição municipal 4.210, adiante designada simplesmente CONCESSIONARIA, neste representada pelos Diretores, Sr. Rogério Machado Arantes, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Rua São Francisco, 216 apto 1101, no município Florianópolis - SC, portador da Carteira de identidade nº 8/R-2.186.707 - SSP-SC, expedida em 03.03.86 e CPF nº 170.750.416-49 e Sr. José Lemes Soares Filho, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Rua Felício Tarabay, 212, no município de Presidente Prudente - SP, portador da Carteira de Identidade nº 4.600.888 expedida pela SSP-SP, em 16.09.68 e CPF nº 780.866.808-78.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

É objeto do presente Contrato a operação exclusiva, por parte da Empresa - TRANSUL Transportes Urbanos Nossa Senhora dos Prazeres Ltda, de serviços de exploração de transporte coletivo de passageiros, no perímetro urbano e área de expansão urbana da sede do município de Lages- SC, obedecendo as planilhas e itinerários operacionais e horários determinados pelo MUNICÍPIO, nas linhas relacionadas no anexo:

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)****3.1 DA PRORROGAÇÃO**

O prazo do contrato fica prorrogado a partir do dia 06/07/2013, até a conclusão do processo Licitatório em trâmite.

Lages, SC, 17 de dezembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

**Lauro Muller**

**PREFEITURA**

**Credenciamento Hmhl N. 02/2014**

CREDENCIAMENTO HMHL N. 02/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE

ATO EDITAL CREDENCIAMENTO HMHL N. 02/2014

O Município de Lauro Muller, através do Hospital Municipal Henri-que Lage, por meio da Comissão Permanente de Licitações INFORMA aos interessados que de conformidade com a Lei n.8.666/93 e legislação subsequente, a abertura do credenciamento para prestação de serviços médicos Especializados para o Hospital Municipal Henrique Lage, para o prazo de até 31/12/2014 O edital na íntegra esta disponível no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Lauro Muller, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 34643122.

Lauro Muller, 17 de dezembro de 2013

ALAN CROCETTA.

Presidente da Comissão de Licitação

**Prorrogação Edital de Pregao Nº02/2014 - Hmhl**

Prorrogação Edital de Pregao Nº02/2014 - HMHL

EDITAL DE PREGAO Nº02/2014 - HMHL

PROCESSO Nº2/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comu-nica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que o seguinte edital fica prorrogado para o dia no dia 14 de janeiro de 2014 às 10h e 30 min (RELOGIO DO SETOR DE LICITACO-ES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, se reunirá com a finalidade de receber proposta para aquisição de medicamentos para o Hospital Municipal Henrique Lage. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 17 de dezembro de 2013.

ALAN JUNG CROCETTA

Pregoeiro Municipal

**Extrato de Aditivo 001/2013 ao Contrato 28/2013 Hmhl**

Estado de Santa Catarina

Governo Municipal de Lauro Müller

EXTRATO DE ADITIVO 001/2013 AO CONTRATO 28/2013 HMHL

Contrato Original: 28/2013

Processo Licitatório nº 23/2013 - Pregão Presencial nº 2/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE

Contratado: Marivaldo Pescador Me

Prazo de Vigência: 29/11/2014 à 31/12/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

**Extrato de Aditivo de Prazo 001/2013 ao Contrato 67/2013 Pmlm**

Estado de Santa Catarina

Governo Municipal de Lauro Müller

EXTRATO DE ADITIVO DE PRAZO 001/2013 AO CONTRATO 67/2013 PMLM

Contrato Original: 67/2013

Processo Licitatório nº 28/2013 - Tomada de Preço nº 2/2013

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do contrato nº67/2013 que tem por objeto a contratação de serviço especializado na área de informática, para locação de softwares de gestão pública para Administração Direta e Indireta, ratificando as demais cláusulas avençadas no contrato retromencionado, bem como demais obrigações constantes no processo licitatório TP nº 28/2013.

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

Prazo de Vigência: 01/01/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

**Extrato de Aditivo de Prazo 001/2013 ao Contrato 67/2013 Hmhl**

Estado de Santa Catarina  
Governo Municipal de Lauro Müller

EXTRATO DE ADITIVO DE PRAZO 001/2013 AO CONTRATO 67/2013 HMHL

Contrato Original: 67/2013

Processo Licitatório nº 28/2013 - Dispensa de Licitação nº 20/2013

Objeto: Contratação de serviço especializado na área de informática, para locação de softwares de gestão pública para Administração Direta e Indireta, ratificando as demais cláusulas avençadas no contrato retromencionado, bem como demais obrigações constantes no processo licitatório .

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

Prazo de Vigência: 01/01/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

**Extrato de Aditivo de Prazo 001/2013 ao Contrato 75/2013 Pmlm**

Estado de Santa Catarina  
Governo Municipal de Lauro Müller

EXTRATO DE ADITIVO DE PRAZO 001/2013 AO CONTRATO 75/2013 PMLM

Contrato Original: 75/2013

Processo Licitatório nº 44/2013 - Pregão Presencial nº 18/2013

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de telefonia móvel Pessoal (SMP) e acesso a internet banda larga, com fornecimento em regime de comodato de 30 (trinta) aparelhos telefônicos celulares associados ao plano pós-pago de serviço, em ligações para telefones fixos e celulares de qualquer operadora, pacote de torpedos, ratificando as demais cláusulas avençadas no contrato retromencionado.

Contratado: CLARO S.A

Prazo de Vigência: 01/01/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

**Extrato de Aditivo de Prazo 001/2013 ao Contrato 77/2013 Pmlm**

Estado de Santa Catarina  
Governo Municipal de Lauro Müller

EXTRATO DE ADITIVO DE PRAZO 001/2013 AO CONTRATO 77/2013 PMLM

Contrato Original: 77/2013

Processo Licitatório nº 54/2013 - Inexigibilidade nº 13/2013

Objeto: Disponibilização do sistema FLY TRANSPARÊNCIA, na modalidade Software como Serviço, por meio de conexão via internet, ratificando as demais cláusulas avençadas no contrato retromencionado, bem como demais obrigações constantes no processo licitatório IL nº 54/2013.

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

Prazo de Vigência: 01/01/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

**Extrato de Aditivo de Prazo 001/2013 ao Contrato 01/2013 FMMA**

Estado de Santa Catarina  
Governo Municipal de Lauro Müller

EXTRATO DE ADITIVO DE PRAZO 001/2013 AO CONTRATO 01/2013 FMMA

Contrato Original: 01/2013

Processo Licitatório nº 01/2013 - Dispensa de Licitação nº 01/2013

Objeto: Contratação de serviço especializado na área de informática, para locação de softwares de gestão pública para Administração Direta e Indireta, ratificando as demais cláusulas avençadas no contrato retromencionado, bem como demais obrigações constantes no processo licitatório .

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

Prazo de Vigência: 01/01/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

**Extrato de Aditivo de Prazo 001/2013 ao Contrato 147 /2013 Pmlm**

Estado de Santa Catarina  
Governo Municipal de Lauro Müller

EXTRATO DE ADITIVO DE PRAZO 001/2013 AO CONTRATO 147 /2013 PMLM

Contrato Original: 147/2013

Processo Licitatório nº 80/2013 - Tomada de Preço nº 57/2013

Objeto: Constitui objeto do presente contrato, a contratação de empresa do ramo pertinente para execução de forma parcelada de serviços engenharia para a ampliação da Escola Municipal Hilário Pescador com a construção de duas salas de aula, mediante as especificações e condições previstas no Termo de Referência, planilha orçamentária, e memorial descritivo, compreendendo o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, máquinas, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas nas planilhas orçamentárias, memoriais descritivos e projeto(s), que ficam fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento como se aqui estivessem transcritos.

Contratado: CONSTRUTORA NELGUI LTDA EPP

Prazo de Vigência: 01/01/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

**Extrato de Aditivo de Prazo 001/2013 ao Contrato 90/2013 Pmlm**

Estado de Santa Catarina  
Governo Municipal de Lauro Müller

EXTRATO DE ADITIVO DE PRAZO 001/2013 AO CONTRATO 90/2013 PMLM

Contrato Original: 90/2013

Processo Licitatório nº 59/2013 - Pregão Presencial nº 29/2013

Objeto: Contratação de empresa para coleta regular, transporte e destinação final de resíduos sólidos do Município de Lauro Muller

Contratado: RECICLAGEM TRIAGEM E COMPOSTAGEM DE LIXO LTDA

Prazo de Vigência: 01/01/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

# Lebon Régis

## PREFEITURA

### Lei Complementar Nº 082/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 082/2013, de 16 de dezembro de 2013.

“Altera a LC n. 43/2006 para criar cargos e aumentar o número de vagas de cargo já existente no quadro de pessoal de provimento efetivo do Município de Lebon Régis e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei Complementar:

Art. 1º Ficam criados no quadro de pessoal do Poder Executivo do Município de Lebon Régis os cargos de provimento efetivo de Técnico de Informática e Fiscal de Obras e Postura, passando a LC n. 43/2006 a vigorar com a redação do Anexo I desta LC.

Art. 2º. Fica alterado para 3 (três) o número de vagas previstas para o cargo de Psicólogo, conforme Anexo I da LC n. 43/2006 que passa a vigorar com a redação do Anexo I desta LC.

Art. 3º Ficam alterados os vencimentos dos cargos de enfermeiro e fisioterapeuta, conforme Anexo VI da LC n. 43/2006 que passa a vigorar com a redação do Anexo I desta LC.

Parágrafo único. A alteração de vencimentos prevista no caput aplicar-se-á apenas aos servidores nomeados ou contratados a partir da vigência desta lei.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lebon Régis - SC, 18 de novembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

CLEUZA MARIA R. TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

### Anexo I – PLC 007/2013

Ficam acrescidos no Anexo I da LC 43/2006 (Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo) os seguintes cargos:

(...)

ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO	HABILITAÇÃO	VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	NÍVEIS DE REFERÊNCIA SALARIAL
Técnico de Informática	Ensino médio e/ou curso técnico na área de informática compatível com as atribuições do cargo	02	40	A a N
Fiscal de Obras e Postura	Ensino médio	02	40	A a N

Ficam acrescidos no Anexo VI da LC 43/2006 (Tabela de Vencimentos dos Cargos Públicos de Provimento Efetivo com Progressão Horizontal na Carreira) os vencimentos dos cargos de:

CARGO	NÍVEIS DE REFERÊNCIA													
	A Salário Base	B 5ºAno +5%	C 7ºAno +5%	D 9ºAno +5%	E 11ºAno +5%	F 13ºAno +5%	G 15ºAno +5%	H 17ºAno +5%	I 19ºAno +5%	J 21ºAno +5%	K 23ºAno +5%	L 25ºAno +5%	M 27ºAno +5%	N 29ºAno +5%
Atividades de nível médio e técnico														
Técnico de Informática	1.895,00													
Fiscal de Obras e Postura	678,00													

Ficam acrescidas no Anexo VII da LC 43/2006 (Atribuições dos Cargos Públicos de Provimento Efetivo) as atribuições dos cargos criados:

Técnico de Informática: instalar, configurar e prestar manutenção lógica e/ou suporte aos equipamentos de comunicação de dados (ativos de rede), de toda a rede de dados do município, de acordo com as políticas de segurança, obedecendo a topologia estabelecida para a rede, visando sua estabilidade funcional e eficiência; elaborar procedimentos de cópia de segurança e recuperação de informações, executando rotinas, definindo normas, perfil de usuários, padronizando códigos de usuários e tipos de autenticações, bem como monitorando o uso



do ambiente computacional, com o intuito de resguardar a confidencialidade e segurança das informações/dados no ambiente de rede da Prefeitura; diagnosticar problemas, atender e orientar usuários, registrar solicitações/ocorrências de problemas e/ou soluções e eliminar falhas, provenientes das Secretarias, fornecendo informações e suporte, bem como acompanhando a solução, a fim de manter o fluxo das atividades no que tange aos serviços informatizados; pesquisar e apresentar propostas de aquisição de equipamentos de informática, visando prever e/ou solucionar problemas, bem como maximizar os resultados da área e/ou auxiliar tecnicamente nos procedimentos licitatórios necessários; definir parâmetros de desempenho e disponibilidade de ambiente computacional, coletando indicadores de utilização, analisando parâmetros de disponibilidade, indicadores de capacidade e desempenho, entre outros, de modo a prevenir falhas; - controlar e documentar níveis de serviços, tanto internos quanto de fornecedores, automatizando rotinas, definindo procedimentos de migração, a fim de assegurar atualizações na área, conforme demanda e indicação dos superiores; instalar e manter os softwares necessários para o correto funcionamento de servidores, tais como: Banco de Dados, correio eletrônico, web, aplicações, autenticação, entre outros; montar e prestar manutenção a equipamentos, bem como instalar os sistemas utilizados pelas unidades de serviços do Município, de acordo com normas e procedimentos preestabelecidos pelos superiores; conectar, desconectar e remanejar os equipamentos de informática da Prefeitura para os locais indicados; treinar os usuários nos aplicativos de informática, dando suporte na solução de pequenos problemas em equipamentos e sistemas de informação e comunicação; participar da elaboração de especificações técnicas para aquisição de equipamentos de informática e softwares pela Prefeitura preparar inventário do hardware existente, controlando notas fiscais de aquisição, contratos de manutenção e prazos de garantia; preparar relatórios de acompanhamento do trabalho técnico realizado; realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

Fiscal de Obras e Postura: verificar e orientar o cumprimento da regulamentação urbanística concernente a obras públicas e particulares; verificar imóveis recém-construídos ou reformados, inspecionando o funcionamento das instalações sanitárias e o estado de conservação das paredes, telhados, portas e janelas, a fim de opinar nos processos de concessão de "habite-se"; verificar o licenciamento de construção ou reconstrução, embargando as que não estiverem providas de competente autorização ou que estejam em desacordo com o autorizado; embargar construções clandestinas, irregulares ou ilícitas; solicitar à autoridade competente a vistoria de obras que lhe pareçam em desacordo com as normas vigentes; verificar a colocação de andaimes e tapumes nas obras em execução, bem como a carga e descarga de material na via pública; verificar a existência de "habite-se" nos imóveis construídos, reconstruídos ou que tenham sofrido obras de vulto; acompanhar o Engenheiro da Prefeitura ou outro a sua ordem nas inspeções e vistorias realizadas em sua jurisdição; verificar alinhamentos e cotas indicados nos projetos; intimar, autuar, interditar, estabelecer prazos e tomar outras providências com relação aos violadores das leis, normas e regulamentos concernentes às obras particulares; - verificar a regularidade do licenciamento de atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços, em face dos artigos que expõem, vendem ou manipulam e dos serviços que prestam; verificar as licenças de ambulantes e impedir o exercício desse tipo de comércio por pessoas que não possuam a documentação exigida; verificar a instalação de bancas e barracas em logradouros públicos quanto à permissão para cada tipo de comércio, bem como quanto à observância de aspectos estéticos; inspecionar o funcionamento de feiras livres, verificando o cumprimento das normas relativas à localização, à instalação, ao horário e à organização; verificar a regularidade da exibição e utilização de anúncios, alto-falantes e outros meios de publicidade em via pública, bem como a propaganda comercial afixada em muros, tapumes e vitrines; verificar o horário de fechamento e abertura do comércio em geral e de outros estabelecimentos; verificar, além das indicações de segurança, o cumprimento de posturas relativas a fabrico, manipulação, depósito, embarque, desembarque, transporte, comércio e uso de inflamáveis, explosivos e corrosivos; tomar providências, comunicando ao órgão responsável, para apreender por infração, veículos, mercadorias, animais e objetos expostos, negociados ou abandonados em ruas e logradouros públicos; verificar o licenciamento de placas comerciais nas fachadas dos estabelecimentos respectivos ou em outros locais; verificar o licenciamento para realização de festas populares em vias e logradouros públicos; verificar o licenciamento para instalação de circos e outros tipos de espetáculos públicos promovidos por particulares, inclusive exigindo a apresentação de documento de responsabilidade de engenheiro devidamente habilitado; verificar as violações às normas sobre poluição sonora: uso de buzinas, casas de disco, clubes, boates, discotecas, alto-falantes, bandas de música, entre outras; intimar, autuar, estabelecer prazos e tomar outras providências relativas aos violadores das posturas municipais e da legislação urbanística; realizar sindicâncias especiais para instrução de processos ou apuração de denúncias e reclamações; emitir relatórios periódicos sobre suas atividades e manter a chefia permanentemente informada a respeito das irregularidades encontradas; executar outras atribuições afins.

Fica alterado para o Anexo I da LC 43/2006 para aumentar para 3 (três) o número de vagas previstas para o cargo de Psicólogo:

ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR	HABILITAÇÃO	VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	NÍVEIS DE REFERÊNCIA SALARIAL
Psicólogo	Curso superior de Psicologia e inscrição no CRP	03	40	A a N

Fica alterado o Anexo VI da LC 43/2006 (Tabela de Vencimentos dos Cargos Públicos de Provimento Efetivo com Progressão Horizontal na Carreira) com relação aos os vencimentos dos cargos de enfermeiro e fisioterapeuta:

CARGO	NÍVEIS DE REFERÊNCIA													
	A Salário Base	B 5ºAno +5%	C 7ºAno +5%	D 9ºAno +5%	E 11ºAno +5%	F 13ºAno +5%	G 15ºAno +5%	H 17ºAno +5%	I 19ºAno +5%	J 21ºAno +5%	K 23ºAno +5%	L 25ºAno +5%	M 27ºAno +5%	N 29ºAno +5%
Atividades de nível médio e técnico														
Enfermeiro	2.282,38													
Fisioterapeuta	2.282,38													



**Lei Complementar Nº 083/2013**

LEI COMPLEMENTAR Nº 083/2013, de 16 de dezembro de 2013.  
 "Dispõe sobre a interpretação de fatos geradores do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN".

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Para fins de interpretação de alguns itens do art. 267 da Lei Complementar Municipal n. 26/2001 (Código Tributário Municipal), que possuem texto diverso dos itens constantes na lista anexa da Lei Complementar Nacional nº 116, de 31 de julho de 2003, deve-se adotar os parâmetros apresentados nesta lei.

Art. 2º. Nos termos da tabela abaixo, os fatos geradores do ISSQN constantes no artigo 267 do CTM, LC Municipal n. 26/2001, correspondem aos itens tributáveis estabelecidos na lista anexa a LC Nacional n. 116/2003:

Item do art. 267 do CTM que indica o fato gerador de ISSQN  
 Item(ns) da lista anexa a LC Nacional n. 116/2013 abrangidos pelo fato gerador

21 - Assistência técnica 1.07 - Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados

22 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista, organização, programação, planejamento, assessoria, processamento de dados, consultoria técnica, financeira ou administrativa 1.02 - Programação

1.03 - Processamento de dados e congêneres

1.06 - Assessoria e consultoria em informática

23 - Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa 1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos

1.08 - Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas

24 - Análises, inclusive de sistemas, exames e pesquisas e informações, coleta e processamento de dados de qualquer natureza

1.01 - Análise e desenvolvimento de sistemas

1.05 - Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação

2.01 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza

Art. 3º Deverá o fisco municipal adotar a interpretação indicada nesta lei para cobrança, fiscalização, estipulação da alíquota e demais atos relativos a fatos geradores de ISSQN ocorridos sob a vigência do art. 267 do Código Tributário Municipal.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e por se tratar de lei interpretativa aplica-se a ato ou fato pretérito, nos termos do art. 106, I, do Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

Lebon Régis - SC, 16 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

CLEUZA MARIA R. TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

**Lei Municipal Nº 1.455/2013**

Lei Municipal nº 1455/2013, 16 De Dezembro De 2013.

"Estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO do Município, as metas e objetivos da Administração, seus recursos financeiros e as bases para preparação do Orçamento para o exercício de 2014".

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º- Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2014, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração pública municipal;

II - a estrutura e organização dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; e

VII - as disposições gerais.

**CAPÍTULO II****DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º- A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentário de 2014 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Parágrafo único. Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000 e demonstrativos da Lei 4.320/64:

**ANEXOS E DEMONSTRATIVOS DA LEI 101/200**

I - Demonstrativo I - Metas Anuais;

II - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III - Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

IV - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

V - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VI - Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

VII - Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

VIII - Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;

IX - Anexo I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas;

X - Anexo 1.4 - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas;

XI - Anexo II. a- Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas;

XII - Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

XIII - Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;

XIV - Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;

XV - Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;  
XVI - Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

#### DEMONSTRATIVOS E ANEXOS DA LEI 4.320/64

XVII - Demonstrativo da Receita e Despesas segundo as categorias Econômicas - conforme. Anexo 1.  
XVIII - Demonstrativo da Receita por Categoria Econômica - conforme anexo nº. 2.  
XIX - Natureza das Despesas por categoria econômica - conforme anexo nº. 2.  
XX - Demonstrativo de Funções e subfunções de Governo - conforme anexo nº. 5.  
XXI - Demonstrativo de Programa de Trabalho de Governo - conforme anexo nº. 6.  
XXII - Demonstrativo de Trabalho de governo - por funções, subfunções, e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais. - conforme anexo nº. 7.  
XXIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os recursos (conforme anexo nº. 8)  
XXIV - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - conforme anexo nº. 9.  
XXV - Demonstrativo da Evolução da Receitas (conforme art. 22, III da Lei 4.320/64 e art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000).  
XXVI - Demonstrativo da Evolução das Despesas (conforme art. 22, III da Lei 4.320/64.

Art. 3º- As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2014 são as constantes do Anexo de as quais terão precedência na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária de 2014 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Parágrafo único. Fica vedada a adoção pelo Poder Executivo, durante a execução orçamentária, de categorias de Prioridades e Metas desta Lei.

#### CAPÍTULO III

#### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º- Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;  
II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;  
III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;  
IV - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;  
V - subtítulo, o menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização; e física da ação; e  
VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;  
VII - Concedente o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários.  
VIII - conveniente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais, e as entidades privadas, com os quais a Administração Municipal pactue a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários entre

órgãos e entidades federais constantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social;

IX - descentralização de créditos orçamentários, a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre estes;

X - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

XI - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XII - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar; e

XIII - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º- Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º- Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3º- As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária e na respectiva Lei por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 4º- O produto e a unidade de medida a que se refere o constante do Plano Plurianual 2010/2013.

§ 5º- As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

§ 6º- As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 7º- Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 8º- A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

Art. 5º- Os Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art. 6º- Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, detalhada por categoria da programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, de recursos e a especificação das destinações de recursos.

§ 1º- A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal (F), da seguridade social (S) ou de investimento das empresas estatais (I).

V § 2º- Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

I - pessoal e encargos sociais - 1;

II - juros e encargos da dívida - 2;

III - outras despesas correntes - 3;

IV - investimentos - 4;

V - inversões financeiras - 5; e

VI - amortização da dívida - 6.

§ 3º- A Reserva de Contingência, prevista no art. 22 desta Lei, será identificada pelo dígito "9", no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

§ 4º- Nenhuma ação poderá conter, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras e primárias.

§ 5º- A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - mediante transferência financeira:

a) a outras esferas de Governo, seus órgãos, fundos ou entidades; ou

b) diretamente a entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições; ou

II - diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

§ 6º- O orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos discriminará a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º- É vedada a execução orçamentária com modalidade de aplicação indefinida.

§ 8º- As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo as naturezas de receita e o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

Art. 7º- O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal será composto de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados nos artigos 2º e 22, incisos III, IV e parágrafo único da Lei nº. 4.320, de 1964;

III - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; e

V - anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição, na forma definida nesta Lei. Parágrafo único. Integrarão a consolidação dos quadros orçamentária a que se refere o inciso II deste artigo, os seguintes demonstrativos:

I - Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, conforme o Anexo 1, da Lei nº. 4.320 de 1964;

III - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº. 4.320, de 1964;

IV - Funções e Subfunções de Governo, conforme o Anexo 5, da Lei nº. 4.320, de 1964;

V - Programa de Trabalho de Governo, conforme o Anexo 6, da Lei nº. 4.320, de 1964;

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e operações Especiais, conforme o Anexo 7, da Lei nº. 4.320, de 1964;

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos, conforme o Anexo 8, da Lei nº. 4.320, de 1964;

VIII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções, conforme o Anexo 9, da Lei nº. 4.320, de 1964;

IX - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº. 4.320, de 1964 e art. 12, da Lei Complementar nº. 101, de 2000;

X - Demonstrativo da Evolução da Despesa, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº. 4.320, de 1964;

XI - Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais por Categoria de Programação, com identificação

da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XII - da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação;

XIII - demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº. 9.394, de 1996;

XIV - demonstrativo da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB;

XV - demonstrativo da receita corrente líquida com base no art. 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº. 101, de 2000;

XVI - demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº. 101, de 2000; e

XVII - demonstrativo da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº. 29.

Art. 8º- A Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; e

II - justificativa da estimativa e fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e despesa.

#### CAPÍTULO IV

#### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

##### Seção I

##### Das Diretrizes Gerais

Art. 9º- A estimativa da receita e a fixação da despesa, constante do projeto de lei orçamentária, serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

Art. 10. - A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei nº. 4.320, de 1964.

Art. 11. - Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art. 12. - A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

##### Seção II

##### Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art. 13. - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

##### Seção III

##### Do Incentivo à Participação Popular

Art. 14. - O projeto de lei orçamentária anual, relativo ao exercício de 2014, deve assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento:

I - o princípio do controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;

II - o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 15. - Será assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimentos de interesse local, mediante regular processo de consulta.



**Seção IV****Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho**

Art. 16. - Na ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar nº. 101, de 2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira.

§ 1º- O montante da limitação a ser procedida por cada Poder referido no caput deste artigo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingenciável.

§ 2º- Excluem-se do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 3º- No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I - com pessoal e encargos patronais; e

II - com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no art. 45, da Lei Complementar nº. 101 de 2000.

§ 4º- Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

**Seção V****Da Inclusão de Novos Projetos e Conservação do Patrimônio Público**

Art. 17. - Observadas as prioridades a que se refere o art. 3º desta Lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta, das autarquias, dos fundos especiais, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista se:

I - houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;

II - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III - estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio; e

IV - os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

**Seção VI****Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes**

Art. 18. - Para os efeitos do art. 16, da Lei Complementar nº. 101, de 2000, entendem-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº. 8.666 de 1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

**Seção VII****Da Destinação de Recursos para Entidades Públicas e Privadas**

Art. 19. - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, para clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

§ 1º- Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos emitida no exercício de 2014 e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º- As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento de

metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3º- Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda de:

I - publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade; e

II - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 4º A concessão de benefício de que trata o caput deste artigo deverá estar definida em lei específica.

**Seção VIII****Da Autorização para Custeio de Despesas de Competência da União e do Estado**

Art. 20. - A inclusão, na lei orçamentária anual, de transferências de recursos para o custeio de despesa de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62, da Lei Complementar nº. 101, de 2000.

**Seção IX****Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento**

Art. 21. - O orçamento de investimento, previsto no art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, será representado, para cada empresa em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto

Parágrafo único. O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será de forma a evidenciar os recursos:

I - gerados pela empresa;

II - oriundos de transferências do Município;

III - oriundos de operações de crédito internas e externas; e

IV - de outras origens, que não as compreendidas nos incisos anteriores.

**Seção X****Da Destinação de Reserva de Contingência**

Art. 22. - A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor até 10% (dez por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2014, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

**Seção XI****Das Normas para Controle de Custos e Avaliação de Resultado**

Art. 23. - O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo único. - A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

**CAPÍTULO V****DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 24. - A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

Art. 25. - O projeto de Lei Orçamentária Anual poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal.

Parágrafo único. - A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações a nível de projeto e atividades financiados por estes recursos.

Art. 26. - A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº. 101, de 2000.

**CAPÍTULO VI****DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

Art. 27. - No exercício financeiro de 2014, as despesas com pessoal dos Poderes Executivos e Legislativo observarão as disposições contidas nos art. 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº. 101, de 2000.

Art. 28. - Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19, da Lei Complementar nº. 101, de 2000, a adoção das medidas de que tratam os §§ 3º e 4º, do art. 169, da Constituição Federal, preservará servidores das áreas de Saúde, educação e assistência social.

Art. 29. - Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22, da Lei Complementar nº. 101, de 2000, a contratação de hora extra fica restrita a necessidades emergenciais das áreas de saúde e de saneamento.

Art. 30. - Poderá o Poder Executivo Municipal ceder servidores efetivos a serviço para outros órgãos das esferas governamentais federais, estaduais e municipais, no decorrer do exercício de 2014, mediante assinatura de convenio desde que de relevado o imprescindível caráter e interesse público.

**CAPÍTULO VII****DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO**

Art. 31. - A estimativa de receita que constará do projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2014 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e conseqüente aumento das receitas próprias.

Art. 32. - A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

I - atualização da planta genérica de valores do município;

II - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III - revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza;

V - revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI - instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto a sua disposição;

VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia; e

VIII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

§ 1º- Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo encaminhará projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita poderá alcançar os montantes dimensionados no Anexo de Metas Fiscais, já considerados no cálculo do resultado primário.

§ 2º A parcela de receita orçamentária prevista no caput deste artigo, que decorrer de propostas de alterações na legislação tributária, ainda em tramitação, quando do envio do projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara Municipal poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

**CAPÍTULO VIII****DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 33. - É vedado consignar na Lei Orçamentária Anual crédito com finalidade imprecisa ou com dotação limitada.

Art. 34. - Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá, através de decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no art. 8º, da Lei Complementar nº. 101, de 2000.

Art. 35. - A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Poder Executivo, utilizando os recursos previstos no art. 43. Da Lei nº. 4.320, de 1964.

Art. 36. - A abertura de créditos suplementares e especiais dentro do mesmo projeto ou atividade, será movimentada através de decreto do Poder Executivo havendo a existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº. 4.320, de 1964 e da Constituição Federal.

§ 1º A lei orçamentária anual conterà autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares

§ 2º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposição de motivos circunstanciados que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art. 37. - Na lei orçamentária anual para o exercício de 2014 o município deverá obrigatoriamente contemplar despesas nos seguintes percentuais.

I - Secretário de Indústria e Comércio o percentual de 1% sobre a receita corrente líquida;

II - Secretária de juventude, Esporte e Laser o percentual de 1% sobre a receita corrente líquida;

II - Secretária de juventude, Esporte e Laser o percentual de 1% sobre a receita corrente líquida;

Art. 38. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lebon Régis (SC), 16 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios

CLEUZA MARIA R. TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

**Lei Municipal Nº 1.456/2013**

LEI MUNICIPAL Nº 1456/2013, 16 de dezembro de 2013.

CRIA NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS A COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (COMPDEC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, no uso de suas atribuições e de conformidade com as normas em vigor, submete a apreciação do Egrégio Poder Legislativo Municipal o presente PROJETO DE LEI.

Art.1º - Fica criada a COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC do Município de Lebon Régis, diretamente subordinada ao Prefeito Municipal ou ao seu eventual substituto.

Art. 2º - A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC do Município de Lebon Régis tem por finalidade coordenar a nível municipal, todas as ações de proteção e defesa civil, nos períodos de normalidade e anormalidade, conforme as competências principais abaixo elencadas, com fulcro no Art.8º da Lei Federal nº 12.608, DE 10 DE ABRIL DE 2012:

I - executar a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC em âmbito local;

II - coordenar as ações do Sistema Nacional de Proteção e Defesa



Civil - SINPDEC no âmbito local, em articulação com a União e os Estados;

III - incorporar as ações de proteção e defesa civil no planejamento municipal;

IV - identificar e mapear as áreas de risco de desastres;

V - promover a fiscalização das áreas de risco de desastre e vedar novas ocupações nessas áreas;

VI - declarar situação de emergência e estado de calamidade pública;

VII - vistoriar edificações e áreas de risco e promover, quando for o caso, a intervenção preventiva e a evacuação da população das áreas de alto risco ou das edificações vulneráveis;

VIII - organizar e administrar abrigos provisórios para assistência a população em situação de desastre, em condições adequadas de higiene e segurança;

IX - manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres;

X - mobilizar e capacitar os radioamadores para atuação na ocorrência de desastre;

XI - realizar regularmente exercícios simulados, conforme Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil;

XII - promover a coleta, a distribuição e o controle de suprimentos em situações de desastre;

XIII - proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres;

XIV - manter a União e o Estado informados sobre a ocorrência de desastres e as atividades de proteção civil no Município;

XV - estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias nas ações do SINPDEC e promover o treinamento de associações de voluntários para atuação conjunta com as comunidades apoiadas; e

XVI - prover solução de moradia temporária às famílias atingidas por desastres.

Art. 3º - Para as finalidades desta Lei denomina-se:

I. Proteção e Defesa Civil: o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistencial e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social.

II. Desastre: o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;

III. Situação de Emergência: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando danos superáveis pela comunidade afetada.

IV. Estado de Calamidade Pública: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

Art. 4º - A COMPDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à defesa civil.

Art. 5º - A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC constitui órgão integrante do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC.

Art. 6º - A Coordenadoria Municipal de Proteção Defesa Civil - COMPDEC fica vinculada para fins orçamentários como Unidade Orçamentária, dentro do órgão PODER EXECUTIVO - UG-PREFEITURA, com dotação(ões) específica(s) as suas finalidades, na forma da legislação e regulamentos em vigor, ou de outra forma caso haja mudanças na estrutura orçamentária.

Parágrafo Único - Serão incluídos nas épocas próprias no PPA, na LDO e na LOA, recursos específicos e contínuos para atendimento das finalidades da COMPDEC, obedecendo-se as classificações e

títulos contábeis cabíveis.

Art. 7º - A COMPDEC movimentará os recursos do Orçamento através do uso do Cartão de Pagamento de Defesa Civil, desenvolvido em parceria com o Banco do Brasil S.A. e Controladoria Geral da União (CGU), que tem como objetivo dar mais agilidade e transparência aos gastos de recursos liberados pela União para ações de socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais.

Art. 8º - Caberá sua gestão ao titular da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil do Município de Lebon Régis.

Art. 9º - O titular da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, terá como atribuições:

I - Abrir a Conta de Relacionamento junto ao Banco do Brasil S.A., onde será assinado um Contrato para operação do cartão;

II - ordenar empenhos e autorizar pagamento de despesa nos termos dos Art. 58 e 64 da Lei Federal nº 4.320/64;

III - Gerir os gastos com o Cartão de Pagamento de Defesa Civil;

IV - Cadastrar ou Descadastrar o nome dos portadores do Cartão devendo ser pessoa física, servidor ou ocupante de cargo público;

V - Prestar contas junto ao Ministério de Integração Nacional, através da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SUNPDEC, na forma e prazo da legislação e demais normas em vigor, fazendo a juntada de todos os documentos comprobatórios de receitas, despesas e outros, inclusive fotos, relatórios, etc. que se fizerem necessários.

VI - Outras prestações de contas e outros procedimentos inerentes ao exercício do cargo.

Art. 10º - A COMPDEC compor-se-á de:

I. Coordenador

II. Conselho Municipal

III. Secretaria

IV. Setor Técnico

V. Setor Operativo

Art. 11 - O Coordenador da COMPDEC será indicado pelo Chefe do Executivo Municipal e compete ao mesmo coordenar, organizar e executar as atividades de proteção defesa civil no âmbito do município, além de outras definidas por lei ou regulamento.

Art. 12 - O Conselho Municipal será composto por 07(sete) membros titulares e 03(três) membros suplentes, entre eles o Prefeito Municipal e o Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil, os quais serão nomeados pelo Prefeito Municipal através de Decreto, o qual também indicará os membros que responderão como presidente e secretário deste conselho, por prazo indeterminado.

§ 1º - Os suplentes substituirão os titulares nos casos comunicados de ausência(s) ou vacância(s).

§ 2º - O Secretário substituirá o presidente em eventual ausência ou vacância deste, no caso de não nomeação de novo presidente.

§ 3º - A atuação como membro conselheiro será considerada prestação de serviço público relevante e não fará jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Art.13- Os servidores públicos designados para colaborar nas ações emergenciais exercerão essas atividades sem prejuízos das funções que ocupam, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Parágrafo Único - A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

Art. 14 - A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal, no prazo de até 60 (sessenta) dias a partir de sua publicação.

Art. 15 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Nº 899 de 17 de setembro de 1997 e o Decreto nº 62/2013 de 24 de julho de 2013.

Lebon Régis (SC), 16 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios

CLEUZA MARIA R. TOMACHEUSKI  
Secretária de Administração e Finanças

**Portaria Nº 319/2013 - HMMSA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS  
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO  
PORTARIA Nº. 0319/2013 de 02 de Dezembro de 2013.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e Lei 076 de 12/01/2012 em seu artigo 68.

**RESOLVE:**

ART. 1º - CONCEDER FÉRIAS NORMAIS, ao Servidor, ALESSANDRO TEODORO, ocupante do cargo de TÉCNICO EM RADIOLOGIA, do quadro de pessoal do Hospital, relativo ao período aquisitivo de 28/12/2012 a 27/06/2013 e período de gozo de 02/12/2013 a 21/12/2013.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 02 de Dezembro de 2013.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO  
Presidente

**Portaria Nº 320/2013 - HMMSA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS  
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO  
PORTARIA Nº. 0320/2013 de 02 de Dezembro de 2013.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979, e de conformidade com o Art. 96 da Lei Complementar nº 076 de 12/01/2012.

**RESOLVE:**

ART. 1º - CONCEDER, ao servidor, ALESSANDRO TEODORO, ocupante do cargo de TÉCNICO EM RADIOLOGIA, Licença Prêmio relativo ao período de aquisitivo 12/01/2012 a 11/01/2013 e período de gozo de 22/12/2013 a 11/01/2013.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 02 de Dezembro de 2013.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO  
Presidente

**Portaria Nº 321/2013 - HMMSA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS  
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO  
PORTARIA Nº. 0321/2013 de 02 de Dezembro de 2013.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979 e Lei 065/2010 de 03/11/2010. Art. 2º inciso I.

**RESOLVE:**

ART. 1º - CONTRATAR, a Sra. MAYARA DE FÁTIMA CARLIN, para ocupar o cargo de VÍGIA, do quadro de pessoal do Hospital, a partir de 02/12/2013, com jornada de 20 horas semanais.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 02 de Dezembro de 2013.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO  
Presidente

**Portaria Nº 322/2013 - HMMSA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS  
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0322/2013 Lebon Régis, de 16 de Dezembro de 2013.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979., e Lei 065 de 03/11/2010. e no item 5.5 do edital nº 02/2013.

**RESOLVE:**

ART. 1º - DIVULGAR, Resultado do Teste Seletivo relativo ao Edital no. 02/2013, do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio.

ART 2º. - Axexo I – Resultado Teste Seletivo é parte integrante desta portaria.

ART. 3º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre- e publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, 16 de Dezembro de 2013.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO  
Presidente

**ANEXO I**  
**RESULTADO TESTE SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA**  
**- EDITAL 02/2013 (HMMSA)**

Nome	Prova escrita	Prova títulos	Nota final	Class.
<b>Servente</b>				
Eliane Dias dos Reis	5,04	x	5,04	1º

**Técnico de Enfermagem**

Odaír Guedes da Silva	4,80	x	4,80	1º
Nadia Agostin	3,12	x	3,12	2º

**Recepcionista**

Adriana Pereira de Oliveira	4,56	X	4,56	1º
Laisa Gabriella Prado de Lima	4,56	X	4,56	2º
Cilmara Alves de Melo	3,84	X	3,84	3º

**Vigia**

Rodrigo Teles Furtado	4,08	2,5	6,58	1º
Cesar Rodrigo Melo	4,56	2,0	6,56	2º
Samuel Gomes Rodrigues	4,08	2,0	6,08	3º
Anderson Luiz Prestes	4,32	0,0	4,32	4º

**Leoberto Leal**

**PREFEITURA**

**Lei N.º 1.014/2013**

LEI Nº 1.014, DE 17 DE DEZEMBRO 2013

“REVOGA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 24 DA LEI Nº 006/97 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica revogado o Parágrafo Único do Art. 24 da Lei nº 006/97 que dispõe sobre a organização e a política social passando a serem gestoras do Fundo Municipal de Assistência Social as autoridades competentes.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Leoberto Leal, 17 de Dezembro de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

**Lei N.º 1.014/2013**

LEI Nº 1.014, DE 17 DE DEZEMBRO 2013

“REVOGA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 24 DA LEI Nº 006/97 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica revogado o Parágrafo Único do Art. 24 da Lei nº 006/97 que dispõe sobre a organização e a política social passando a serem gestoras do Fundo Municipal de Assistência Social as autoridades competentes.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Leoberto Leal, 17 de Dezembro de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

**Decreto N.º 109/2013**

DECRETO Nº 109, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.

“PRORROGA POR 90 DIAS O DECRETO Nº 067/2013”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, SC, no uso de suas atribuições legais, e com base no art.66, inciso VII e com o art.98, I, da Lei Orgânica do Município, do art. 7º do Decreto Federal nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

**CONSIDERANDO:**

- A recomendação da Comissão de Defesa Civil do Município de Leoberto Leal, constante em ata, para a prorrogação da situação de emergência.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica prorrogado o Decreto nº 067 de 23 de Setembro de 2013 até 23 de Março de 2014, em todas as regiões do Município.

Leoberto Leal, 17 de Dezembro de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

**Portaria N.º 180/2013**

Portaria n.º 180, de 04 de novembro de 2013.

“Exonera Tesoureiro do IPRELL e dá outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o senhor Lizandro Kreusch, inscrito sob a matrícula nº 1198 das funções de Tesoureiro do IPRELL, a partir de 04 de outubro de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 04/10/2013, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 04 de outubro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.  
RENATO ROBERTO OTTO  
Secretário de Administração e Finanças

### Portaria Nº 181/2013

Portaria n.º 181, de 07 de novembro de 2013.  
"Exonera servidores Municipais e dá outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º Exonera os servidores municipais da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal/SC, conforme relação abaixo:

Ordem	Mat.	Nome	Cargo	Exoneração
01	1575	Cassia Beppler	Professora	1º.11.2013
02	1578	Elso Neri A. dos Santos	Auxiliar de Manut. de Veículos	07.11.2013
03	1550	Iana Martina Knaul	Professora	01.11.2013

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 1º/11/2013, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 07 de novembro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.  
RENATO ROBERTO OTTO  
Secretário de Administração e Finanças

### Portaria Nº 182/2013

Portaria n.º 182, de 07 de novembro de 2013.  
"Designa Membros para Comissão Organizadora da Festa de Aniversário de Emancipação Política de Leoberto Leal, e dá outras providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Designar os cidadãos abaixo relacionados para sob a presidência do Primeiro (a), para integrar a Comissão Organizadora da Festa de Aniversário de Emancipação Política de Leoberto Leal - SC, conforme segue abaixo:

Eliziana Estevão Alves  
Presidente

Arno Hasckel Lohn  
Membro

Carlos Alberto Coelho  
Membro

Cilene Regina Gonçalves da Cunha  
Membro

Fernando Lopes  
Membro

6- Jandir José Kreusch  
Membro

7-Karla Adriana Engel França  
Membro

8-Makelly Garcia  
Membro

9- Renato Roberto Otto  
Membro

10- Sergio Clasen  
Membro

11- Vitor Norberto Alves  
Membro

12- Vorli José Guchert  
Membro

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 07 de novembro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO  
Secretário de Administração e Finanças

### Portaria Nº 183/2013

Portaria n.º 183, de 07 de novembro de 2013.  
"Designa Servidor Público Municipal Responsável pela Bomba de Combustível, e dá outras providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município:

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor, ocupante do cargo efetivo de Mecânico, inscrito sob a matrícula nº 1256, senhor VALDIR LONGEN, além de suas atribuições normais referente à Lei Municipal nº 269/02, responsável pela Bomba de Combustível localizada na Oficina da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal/SC.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 07 de novembro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal



Registre-se, Publique-se.  
**RENATO ROBERTO OTTO**  
 Secretario de Administração e Finanças

### Portaria Nº 184/2013

Portaria nº 184, de 07 de novembro de 2013.

“Designa Servidor Municipal Vorli José Guchert, responsável pelo Setor de Notas Fiscais de Produtores do Município Leoberto Leal, e dá outras atribuições”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Designar interinamente o servidor municipal, VORLI JOSÉ GUCHERT, matrícula nº 1562, para a manutenção do Cadastro de Produtor Primário e as informações da Produção Primária do município na base de dados da SEF, comprometendo - se a preservar o sigilo fiscal exigido por lei, no manuseio dos documentos e o processamento dos dados que lhe forem disponibilizados, conforme prevê o Convênio de Cooperação Técnica, Cláusula Terceira, inciso II, celebrado entre SEF/Município de Leoberto Leal/SC. Compromete - se também de informar a DUAT/GESIT, através do e - mail suporteprodutor@sefaz.sc.gov.br quando o mesmo deixar de exercer a função no setor. O servidor aqui qualificado declara estar ciente da sua responsabilidade, do sigilo fiscal, do seu código de usuário e a senha de acesso ao S@t. Declara ainda manter em arquivo próprio todas as orientações e manuais recebidos do Suporte Produtor e repassá-las ao sucessor (a) caso deixar de exercer a função.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, em 07 de novembro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
 Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO  
 Secretario de Administração e Finanças

### Portaria Nº 185/2013

Portaria n.º 185, de 20 de novembro de 2013.

“Nomeia Servidores para Comissão de Patrimônio e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Municipal de Patrimônio, sem prejuízo de suas funções, conforme segue relação abaixo:

- 1 - ELIZIANA ESTEVÃO ALVES, matrícula nº 1253 - Presidente
- 2 - ROSIANI APARECIDA CAETANO, matrícula nº 1257 - Secretaria
- 3 - MARIZETE GONÇALVES E SILVA, matrícula nº 042 - Membro
- 4 - ELAINE CAMILA GUCKERT, matrícula nº 1296 - Membro
- 5 - ALINE KRAUS, matrícula nº 1425 - Membro

Art. 2º Compete à referida Comissão realizar “in loco” a conferência

do Patrimônio Municipal, relacionado, cadastrando, etiquetando, verificando condições, avaliando e localizando por setores os bens municipais, de modo atualizar, organizar e alimentar o Sistema de Cadastro do Patrimônio Municipal, em conformidade com a legislação pertinente.

Art. 3º Fica revogada a portaria nº 068, de 06 de março de 2012.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Leoberto Leal, 20 de novembro de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
 Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO  
 Secretario de Administração e Finanças

### Portaria Nº 186/2013

Portaria nº 186, de 20 de novembro de 2013.

“Concede Gratificação de Produtividade ao servidor Público Municipal e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção a Lei 269, de 27 de Junho de 2002:

Considerando, que servidora DEBORA VETURIN, inscrita sob a matrícula nº 1286, ocupante do cargo de Auditora do Controle Interno, pediu afastamento de Licença Maternidade;

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder Gratificação de Produtividade ao servidor municipal, conforme segue abaixo:

Mat.	Nome do Servidor	Cargo	Valor Em R\$
1374	Gian Carlos Knaul	Digitador	R\$ 507,34

Art. 2º A produtividade no trabalho será mensurada através de avaliação trimestral de seu superior hierárquico imediato, onde será analisada a assiduidade, pontualidade, disposição para o trabalho, presteza e respeito às ordens e determinações, bem como zelo pelo trabalho e equipamentos utilizados, em conformidade com Art. 39, da Lei Complementar nº 269, de 27 de Junho de 2002.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 09/10/2013, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Leoberto Leal 23 de agosto de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
 Prefeita Municipal

Publique-se e Cumpra-se.

RENATO ROBERTO OTTO  
 Secretario de Administração e Finanças



**Portaria Nº 187/2013**

Portaria nº 187, de 26 de novembro de 2013.

"Designa Servidor Municipal Vitor Norberto Alves, responsável pelo recebimento do Kit do Conselho Tutelar do Município Leoberto Leal - SC, e dá outras providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar o servidor Municipal senhor Vitor Norberto Alves, Secretario Municipal de Saúde e Assistência Social, como representante do Município de Leoberto Leal - SC, para receber o Kit do Conselho Tutelar, junto a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da Republica.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, em 26 de novembro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO  
Secretario de Administração e Finanças

**Lindóia do Sul****PREFEITURA****Extrato do Contrato 221/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 221/2013 - 5º TA 111/2012

A Prefeita Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: MATEUS SPRICIGO ME  
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2012

Objeto: Reprogramação de valores com conseqüente supressão de parte do valor contratual, e a prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 30 (trinta) dias consecutivos.

Valor reduzido: R\$ 11.893,81

Vigência: 09 de janeiro de 2014.

Assinatura: 11 de dezembro de 2013.

IVETE BALBINÓ FIORENTIN  
Prefeita Municipal em Exercício

**Luzerna****PREFEITURA****Decreto 1729**

DECRETO Nº 1729 de 12 de dezembro de 2013.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2013".

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.22 da Lei nº 1076, de 05 de dezembro de 2012,

**DECRETA:**

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) à conta do superávit financeiro do exercício de 2012, apurado na Fonte abaixo relacionada, criando a Modalidade de Aplicação e Valor no Orçamento do Fundo de Saúde para 2013, atribuído à Atividade:

Unidade Gestora - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte de Recursos -0.3.70 - Transferência do SUS

R\$ 4.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 4.000,00

Art. 2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2012.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 12 de dezembro de 2013.

MOISES DIERSMANN  
Prefeito Municipal

**Pregão - PL 084.2013 - PP 060.2013 - Agendas 2014 - PML**

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 0084/2013 - PML

Pregão Presencial nº 0060/2013 - PML

A PREFEITURA DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução, de forma integral, de agendas personalizadas, destinada aos alunos do Complexo Educacional São Francisco - Prefeitura de Luzerna, em conformidade com as especificações em anexo.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 06 de janeiro de 2014.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 06 de janeiro de 2014.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

### Edital de Receita PML

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município de Luzerna, a liberação de recursos financeiros federais:

05/11/2013	Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE	9.686,00
05/11/2013	Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar PNATE	3.429,99
25/11/2013	Cota-parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	7.282,44
29/11/2013	Transferência Salário Educação	20.994,90
29/11/2013	Transferência Salário Educação	21.338,99
29/11/2013	Transferência Salário Educação	21.235,10
29/11/2013	Transferência Salário Educação	21.652,77

Luzerna(SC), 13 de dezembro de 2013.  
MOISES DIERSMANN  
Prefeito Municipal

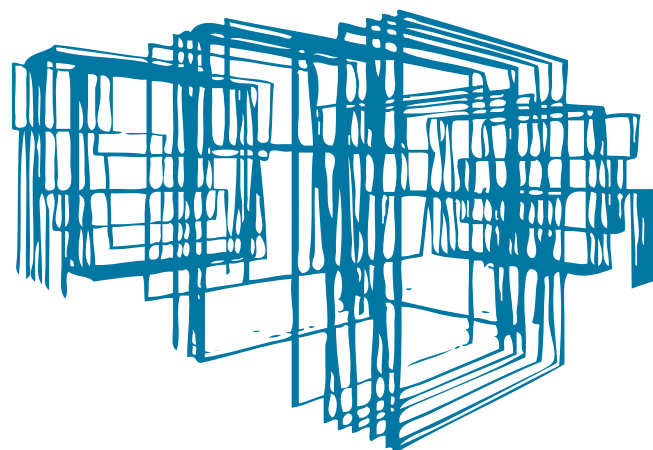
### Edital e Receita PML

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município de Luzerna, a liberação de recursos financeiros recebidos do Estado de Santa Catarina:

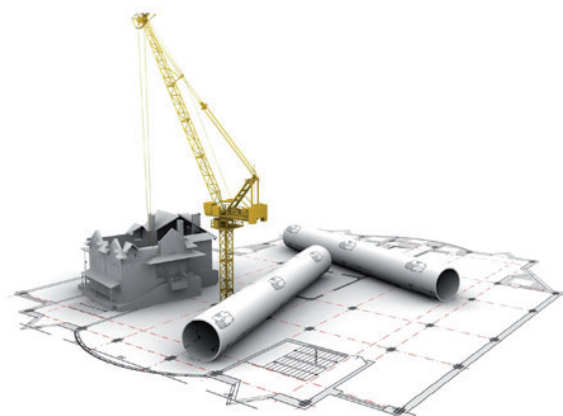
20/11/2013	Transporte Escolar - verba estadual	8.263,24
------------	-------------------------------------	----------

Luzerna(SC), 13 de dezembro de 2013.  
MOISES DIERSMANN  
Prefeito Municipal



## Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:  
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

# Mafra

## PREFEITURA

### Lei Municipal Nº. 3967

LEI MUNICIPAL Nº. 3967

DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE MAFRA PARA O QUADRIÊNIO 2014/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica instituído o Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017, em cumprimento ao disposto no Art.165 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 2º - Os objetivos e metas para o quadriênio 2014/2017 serão definidos conforme o Anexo I desta LEI.

Art. 3º - O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de Mafra para o quadriênio 2014/2017 contemplará as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada e está expresso nas planilhas do Anexo I desta LEI.

Art. 4º - As metas da Administração para o quadriênio 2014/2017, consolidadas por programas, são aquelas constantes do Anexo I desta LEI.

Art. 5º - As planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas no Anexo I desta Lei serão estruturados em programa, ações e valor.

§ 1º - As metas fiscais por ações em cada programa serão demonstradas na forma do Anexo I desta LEI.

§ 2º - Para fins desta Lei, considera-se:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

II - Ações, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas à execução do programa;

III - Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

Art. 6º - A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei ou a inclusão de novos programas serão propostos pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei específico.

Art. 7º - O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir os valores estabelecidos a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas.

Art. 8º - As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos anexos desta LEI.

Art. 9º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem Lei que autorize sua inclusão.

Art. 10 - O Plano Plurianual será revisado anualmente, podendo o Poder Executivo realizar adequações para atender ajustes ao orçamento e atender aos órgãos de controle interno e externo, ou solicitar por Projeto de Lei alterações de acordo com o art. 165 da Constituição Federal.

Art. 11 - A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei ou a inclusão de novo programa serão propostos pelo Poder

Executivo, através de Projeto Lei específico, desde que comprovada a necessidade da mudança proposta, para a melhoria do resultado, o que deve ser expresso na forma de indicadores sócio - econômicos.

§ 1º - O projeto de lei de que trata o caput deste artigo, na hipótese de inclusão de programa demonstrará:

I - Diagnóstico sobre a atual situação do problema que se deseja enfrentar ou da demanda que se queira atender com o programa proposto, acompanhado do respectivo indicador sócio econômico;

II - Indicação dos recursos que o financiarão.

§ 2º - Na hipótese de alteração ou exclusão de programa, o projeto de lei de que trata o caput deste artigo conterá exposição das razões que motivaram a proposta.

Art. 12 - As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos anexos desta LEI.

Art. 13 - As metas estipuladas no anexo I da presente Lei serão cumpridas conforme o ingresso de recursos.

Art. 14 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 11 de Dezembro de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal de Mafra

### Lei Municipal Nº 3968

LEI MUNICIPAL Nº 3968

DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA GERAL DO MUNICÍPIO DE MAFRA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Mafra para o exercício financeiro de 2014, obedecerá à Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, Lei nº 4320/1964 e disposições constitucionais vigentes, compreendendo:

I – Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração municipal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

II – O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados.

Art. 2º - Para o Orçamento Geral do Município de Mafra, fica estimada a receita bruta em R\$ 175.854.423,40 (Cento e setenta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e três reais e quarenta centavos), e deste valor há a dedução para a formação do FUNDEB de R\$ 11.720.000,00 (Onze milhões e setecentos e vinte mil reais), apresentando-se com valor total da receita líquida de R\$ 164.134.423,40 (Cento e sessenta e quatro milhões, cento e trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e três reais e quarenta centavos), cujo valor fixa a despesa, para o exercício financeiro de 2014. O Orçamento Fiscal está fixado em R\$ 115.102.431,40 (Cento e quinze milhões, cento e dois mil, quatrocentos e trinta e um reais e quarenta centavos) e o Orçamento da Seguridade Social em R\$ 49.031.992,00 (Quarenta e nove milhões, trinta e um mil, novecentos e noventa e dois reais).

Art. 3º - A receita se constitui pela arrecadação de Receitas

Tributárias, Patrimoniais, de Serviços e Outras Receitas Correntes e de Capital e através das Transferências Correntes, oriundas da participação na arrecadação dos impostos federais, estaduais e de outras transferências da União e do Estado, na forma da legislação vigente e especificadas no Resumo Geral da Receita – Anexo 01, que acompanha a presente Lei, com os seguintes valores:

1	Receitas Correntes	Descrição	Valor R\$
	1100	Receita Tributária	28.352.000,00
	1200	Receita de Contribuições	4.940.000,00
	1300	Receita Patrimonial	5.179.492,46
	1600	Receita de Serviços	20.000,00
	1700	Transferências Correntes	104.574.753,53
	1900	Outras Receitas Correntes	5.896.713,90
		Total	148.962.959,89

7	Receitas Correntes Intra-orçamentárias	Descrição	Valor R\$
	7200	Receita de Contribuições	3.672.915,00
	7900	Outras Receitas Correntes	2.695.000,00
		Total	6.367.915,00

2	Receitas de Capital	Descrição	Valor R\$
	2100	Operações de Crédito	14.280.763,04
	2300	Amortização de Empréstimos	681.125,00
	2400	Transferências de Capital	5.561.660,47
		Total	20.523.548,51

Total da Receita Bruta	175.854.423,40
(-) Deduções da Receita	11.720.000,00
Total da Receita Líquida	164.134.423,40

Art. 4º - A despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros demonstrativos de órgãos, unidade gestora, por categorias econômicas e grupos da natureza da despesa, cujos desdobramentos apresentam-se com os seguintes valores:

Parágrafo único – Os Demonstrativos de que trata este artigo, bem como sua distribuição por programa, estão apensados no Anexo 02 que acompanha a presente Lei.

#### POR ÓRGÃOS

I	Orçamento Fiscal	Descrição	Valor R\$
	0100	Câmara Municipal	4.473.000,00
	0200	Gabinete do Prefeito	640.000,00
	0300	Gabinete do Vice-Prefeito	0,00
	0400	Procuradoria Geral	1.512.000,00
	0500	Ouvidoria Geral do Município	360.000,00

	0700	Secretaria Municipal Governo e Cidadania	988.000,00
	0800	Secretaria Municipal de Administração	4.450.000,00
	0900	Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento	7.225.000,00
	1000	Secretaria Municipal da Cultura, Esporte e Turismo	8.525.000,00
	1100	Secretaria Municipal de Obras	7.650.000,00
	1200	Secretaria Municipal de Habitação	1.161.000,00
	1300	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente	30.532.901,94
	1500	Fundo da Criança e Adolescência - FIA	251.000,00
	1700	Secretaria Municipal de Educação	37.245.029,46
	1800	Secretaria Municipal Programa Bolsa Família - SEPBF	110.000,00
	1900	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	350.000,00
	2000	Fundo Municipal de Saneamento Básico	2.500.000,00
	2100	Secretaria Municipal da Agricultura	2.882.000,00
	2200	Fundo Municipal Reequip. De Bombeiro - FUN-REBOM	375.000,00
	2300	Fundo Municipal da Polícia Civil - FUMPOC	228.000,00
	2400	Fundo Municipal da Polícia Militar - FUMPOM	544.500,00
	2500	Reserva de Contingência	300.000,00
	2700	Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Municipais de Mafra-PLASSMA	2.800.000,00
		Total do Orçamento Fiscal	115.102.431,40

II	Orçamento da Seguridade Social	Descrição	Valor
	1600	Fundo Municipal de Saúde	32.987.077,00
	1400	Fundo Mun. de Assistência Social	5.868.000,00



		Instituto de Previdência do Município de Mafra – I.P.M.M.	10.176.915,00
2600			
		Total do Orçamento da Seguridade Social	49.031.992,00

Total Geral do Orçamento	R\$ 164.134.423,40
--------------------------	--------------------

#### POR UNIDADE GESTORA

I	Orçamento Fiscal	Descrição	Valor R\$
	000	Prefeitura Municipal	105.078.431,40
	001	Câmara Municipal	4.473.000,00
	004	Fundo da Infância e Adolescência	251.000,00
	006	Fundo Municipal do Saneamento Básico	2.500.000,00
	007	PLASSMA	2.800.000,00
		Total do Orçamento Fiscal	115.102.431,40
II	Orçamento da Seguridade Social	Descrição	Valor R\$
	002	Instituto de Previdência do Município de MAFRA-IPMM	10.176.915,00
	003	Fundo Municipal de Saúde	32.987.077,00
	005	Fundo Municipal de Assistência Social	5.868.000,00
		Total do Orçamento da Seguridade Social	49.031.992,00
		Total Geral da Despesa do Município	164.134.423,40

#### POR CATEGORIAS ECONÔMICAS E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA

I	Orçamento por categoria econômica	Valor R\$
	3. Despesas Correntes	118.608.803,46
	3.1 Pessoal e Encargos Sociais	60.141.332,66
	3.2 Juros e Encargos da Dívida	1.000.000,00
	3.3 Outras Despesas Correntes	57.467.470,80
	4. Despesas de Capital	44.865.068,94
	4.4 Investimentos	42.903.653,94
	4.5 Inversões Financeiras	300.415,00
	4.6 Amortização/Refinanciamento da Dívida	1.661.000,00
	9. Reserva de Contingência	660.551,00
	9.9 Reserva de Contingência	660.551,00

Total Geral da Despesa do Município	164.134.423,40
-------------------------------------	----------------

Art. 5º - Fica o Poder executivo autorizado a abrir Crédito Suplementar, por Decreto, até o limite de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do total geral da despesa autorizada de cada poder da administração direta, autarquias e fundações da administração indireta, servindo como recurso para tais suplementações quaisquer das formas definidas no parágrafo 1º do Artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1.964.

Parágrafo único – Os Créditos Adicionais de que trata este artigo poderão ocorrer de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, dentro da estrutura orçamentária.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder por decreto a transpor, remanejar ou transferir, total ou parcialmente recursos orçamentários de uma mesma categoria de programação, nos termos do inciso VI, artigo 167 da Constituição Federal.

Parágrafo único – Entende-se como categoria de programação, de que trata este artigo, despesas que fazem parte da mesma classificação funcional programática e que pertençam ao mesmo órgão e unidade orçamentária.

Art. 7º - No decorrer da execução orçamentária para o exercício de 2014, o Município de Mafra fica autorizado a contratar operações de crédito, inclusive as por antecipação da receita, conforme o inciso II, do artigo 7º, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1.964, nos limites e termos fixados pela legislação pertinente.

Art. 8º - Os créditos adicionais especiais e extraordinários autorizados no exercício financeiro de 2013 serão reabertos nos limites de seus saldos, conforme dispõe o § 2º, do artigo 167 da Constituição Federal, obedecendo à codificação constante dos anexos apensados a esta lei.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 11 de dezembro de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

#### Lei Municipal Nº. 3969

LEI MUNICIPAL Nº. 3969

DE 10 DE DEZEMBRO DE 2.013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ATRAVÉS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL À "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, através do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA, autorizado a conceder Subvenção Social à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mafra - APAE, declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº. 898, de 30 de novembro de 1976, com sede à rua Florianópolis, nº. 12, bairro Vila Ferroviária, Município de Mafra - SC, inscrita no CNPJ sob nº. 83.396.002/0001-79.

Art. 2º O Município de Mafra repassará à "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mafra - APAE", conforme aprovação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA, o valor de R\$ 28.000,00 (vinte e nove mil reais), referente ao projeto "Atendimento a pessoas com deficiência intelectual de 0 a 16



anos", com pagamento até o dia 20 (vinte) de dezembro de 2013, em parcela única.

§ 1º A entidade beneficiada pela presente Lei deverá apresentar à Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento e à Câmara de Vereadores, no prazo de 30 (trinta) dias após a liberação da parcela, a respectiva prestação de contas.

§ 2º A não apresentação da prestação de contas no prazo determinado no parágrafo anterior acarretará o impedimento da entidade beneficiada em receber novas subvenções, bem como deverá proceder à devolução dos valores já recebidos.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do orçamento do Fundo Municipal da Criança e Adolescência - FIA.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 10 de dezembro de 2.013.  
ROBERTO AGENOR SCHOLZE  
Prefeito Municipal

#### JUSTIFICATIVA

Submetemos à apreciação dessa colenda Câmara o Projeto de Lei nº. 104/2.013, que "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ATRAVÉS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL À "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE é entidade de caráter beneficente declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº. 898, de 30 de novembro de 1976.

Como é de conhecimento dos nobres vereadores, a entidade a ser beneficiada pelo presente Projeto de Lei presta relevantes serviços à comunidade mafrense.

No entanto, seus recursos financeiros são escassos e suas necessidades são as mais diversas.

Assim, o Poder Executivo Municipal, propõe a concessão de subvenção social no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e nove mil reais), referente ao projeto "Atendimento a pessoas com deficiência intelectual de 0 a 16 anos", a ser pago em parcela única.

Objetivo geral: Proporcionar aos educandos um ambiente alfabetizador e reabilitatório, visando o desenvolvimento de potencialidades, melhorando assim a qualidade de vida, integração familiar e social.

Justificativa: A APAE é mantenedora do Centro de Atendimento Educacional Especializado Irmã Inês - CAESP, atende 65 crianças e adolescentes de 0 a 16 anos em regime semi-internato. Estes provenientes dos municípios de Mafra (área rural e urbana), sendo apenas 02 alunos do município de Rio Negro.

É necessário proporcionar a criança e ao adolescente, atividades que favorecem sua interação com o meio e o desenvolvimento de habilidades cognitivas, buscando a produção e a socialização do conhecimento.

É no convívio com outras crianças e adultos, que eles irão descobrir, à sua maneira e ritmo, novas expectativas, novos valores e possibilidades que irão enriquecer os conhecimentos que eles já trazem, tendo oportunidade de desenvolver suas potencialidades, preparando-se e despertando para a vida.

A necessidade do convenio, torna-se indispensável no auxílio aos serviços prestados, onde visa sempre oferecer condições técnicas que venham ao encontro do desenvolvimento integral dos alunos que freqüentam esta escola especial.

Esses são os motivos Senhor Presidente pelos quais, solicito que o mesmo seja apreciado por essa Casa Legislativa e na

oportunidade, reitero os meus protestos de admiração e apreço aos dignos componentes dessa Câmara Municipal.

Mafra, 02 de dezembro de 2.013.  
ROBERTO AGENOR SCHOLZE  
Prefeito Municipal

#### Lei Municipal Nº.3970

LEI MUNICIPAL Nº.3970

DE 10 DE DEZEMBRO DE 2.013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ATRAVÉS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL À "ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE PROFESSORA GEORGETE" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, através do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA, autorizado a conceder Subvenção Social oriundas da substituição tributária do Imposto de Renda, em favor da Associação Beneficente Professora Georgete, entidade civil, de personalidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 79.368.858/0001-63.

Art. 2º O Município de Mafra repassará à "Associação Beneficente Professora Georgete", conforme aprovação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA, o valor de R\$ 20.180,00 (vinte mil, cento e oitenta reais), referente ao projeto "Manutenção do Lar Professora Georgete", com pagamento até o dia 20 (vinte) de dezembro de 2013, em parcela única.

§ 1º A entidade beneficiada pela presente Lei deverá apresentar à Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento e à Câmara de Vereadores, no prazo de 30 (trinta) dias após a liberação da parcela, a respectiva prestação de contas.

§ 2º A não apresentação da prestação de contas no prazo determinado no parágrafo anterior acarretará o impedimento da entidade beneficiada em receber novas subvenções, bem como deverá proceder à devolução dos valores já recebidos.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do orçamento do Fundo Municipal da Criança e Adolescência - FIA.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 10 de dezembro de 2.013.  
ROBERTO AGENOR SCHOLZE  
Prefeito Municipal

#### Cronologia de Pagamentos

##### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 10.601.745/0001-60

BJCG COM DE COMBUSTÍVEIS LTDA.

Nota Fiscal nº. 3618 R\$ 2.370,00

Nota Fiscal nº. 3670 R\$ 5.901,30

Nota Fiscal nº. 3744 R\$ 2.370,00

Nota Fiscal nº. 3747 R\$ 7.110,00

Nota Fiscal nº. 3743 R\$ 4.740,00

Valor Total: R\$ 22.491,30

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo abastecimento da frota de veículos e máquinas pesadas das Secretarias de Obras e Desenvolvimento Urbano e dos veículos de transporte escolar da Secretaria de Educação, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Maíra (SC), 18 de dezembro de 2013

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

DOUGLAS RAMOS

Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

## Maracajá

### PREFEITURA

#### Decreto 96/2013

DECRETO Nº 96 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013 .

INSTITUI PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, EM RAZÃO DAS COMEMORAÇÕES DO NATAL E ANO NOVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do artigo 73, da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o feriado nacional do dia 25 de dezembro (Natal) e 1º de Janeiro (Ano Novo);

CONSIDERANDO proporcionar ao funcionalismo municipal maior comodidade para organização de suas comemorações;

CONSIDERANDO a necessidade do equilíbrio das contas públicas, devendo o Administrador Público tomar as providências para o cumprimento das metas impostas na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF;

CONSIDERANDO que o Ponto Facultativo mencionado proporciona redução do custeio da Administração Pública Municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Ponto Facultativo entre os dias 23 de dezembro de 2013 à 31 de Dezembro de 2013, nas Repartições Públicas do Município de Maracajá, tendo em vista as comemorações alusivas ao Natal e Ano Novo, durante todo o expediente.

§ 1º - No dia 02 de Janeiro de 2014 o expediente retornará a sua normalidade.

§ 2º - Excluem-se do caput deste artigo, os setores públicos municipais citados nos artigos 2º e 3º deste decreto.

Art. 2º O Parque Ecológico Municipal, vinculado a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo estará fechado para manutenção entre os dias 26 de dezembro de 2013 à 05 de Janeiro de 2014.

Art. 3º As Unidades Básicas de Saúde, vinculadas ao Departamento Municipal de Saúde funcionarão em regime de Plantão entre os dias 26 à 31 de dezembro de 2013.

Art. 4º As diretorias que prestam serviços imprescindíveis ao bem estar público permanecerão em regime de plantão, visando o atendimento em casos de necessidade ou emergência.

Art. 5º Ficam excluídos deste decreto os serviços considerados essenciais e de interesse público, dada a natureza dos serviços prestados, e serão atendidos na forma e nos horários exigidos, sob a orientação e a responsabilidade dos Diretores dos respectivos Departamentos, tais como:

I - a Coleta Seletiva do Lixo e a Limpeza Pública, vinculados ao Departamento de Obras, Habitação e Serviços Urbanos;

Art. 6º Este Ponto Facultativo poderá ser cancelado a qualquer tempo, em virtude de necessidade imperiosa, estado de emergência, de calamidade pública ou fato novo que necessite dos préstimos dos servidores.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 13 de Dezembro de 2013.

Wagner da Rosa

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 13 de dezembro de 2013.

Valmir Carradore

Secretário de Administração

#### Gabarito Processo Seletivo 05/2013

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 005/2013

#### APOIO TÉCNICO PEDAGÓGICO

Dia: 14 de dezembro de 2013.

QUESTÃO	
01	E
02	E
03	A
04	A
05	B
06	D
07	A
08	C
09	A
10	D
11	A
12	B
13	C
14	D
15	E
16	E
17	D
18	A
19	D
20	E
21	E
22	C
23	A
24	E
25	D
26	A
27	B
28	E

29	A
30	A

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 005/2013

#### ARTES

Dia: 14 de dezembro de 2013.

QUESTÃO	
01	E
02	E
03	A
04	A
05	B
06	D
07	A
08	C
09	A
10	D
11	C
12	B
13	D
14	E
15	C
16	B
17	D
18	C
19	D
20	E
21	C
22	D
23	A
24	A
25	C
26	E
27	A
28	C
29	B
30	E

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 005/2013

#### AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Dia: 14 de dezembro de 2013.

QUESTÃO	
01	E
02	E
03	A
04	A
05	B
06	D
07	A
08	C
09	A
10	D
11	A
12	E
13	A
14	C
15	E
16	E
17	A

18	B
19	C
20	A
21	B
22	E
23	B
24	E
25	D
26	C
27	E
28	A
29	D
30	E

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 005/2013

#### CIÊNCIAS

Dia: 14 de dezembro de 2013.

QUESTÃO	
01	E
02	E
03	A
04	A
05	B
06	D
07	A
08	C
09	A
10	D
11	A
12	A
13	C
14	B
15	C
16	A
17	C
18	D
19	C
20	C
21	B
22	E
23	D
24	C
25	D
26	A
27	D
28	A
29	A
30	D

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 005/2013

#### EDUCAÇÃO FÍSICA

Dia: 14 de dezembro de 2013.

QUESTÃO	
01	E
02	E
03	A
04	A
05	B
06	D

07	A
08	C
09	A
10	D
11	E
12	E
13	B
14	B
15	D
16	D
17	E
18	C
19	D
20	A
21	D
22	C
23	C
24	E
25	A
26	A
27	C
28	D
29	D
30	A

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 005/2013

#### ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS

Dia: 14 de dezembro de 2013.

QUESTÃO	
01	E
02	E
03	A
04	A
05	B
06	D
07	A
08	C
09	A
10	D
11	D
12	D
13	C
14	E
15	D
16	A
17	A
18	E
19	B
20	B
21	C
22	A
23	D
24	C
25	C
26	C
27	E
28	E
29	A
30	B

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 005/2013

#### EDUCAÇÃO INFANTIL

Dia: 14 de dezembro de 2013.

QUESTÃO	
01	E
02	E
03	A
04	A
05	B
06	D
07	A
08	C
09	A
10	D
11	A
12	E
13	E
14	C
15	D
16	B
17	E
18	E
19	D
20	E
21	B
22	E
23	C
24	B
25	A
26	D
27	A
28	B
29	D
30	D

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 005/2013

#### EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E AMBIENTAL

Dia: 14 de dezembro de 2013.

QUESTÃO	
01	E
02	E
03	A
04	A
05	B
06	D
07	A
08	C
09	A
10	D
11	C
12	A
13	A
14	C
15	B
16	D
17	D
18	E
19	E
20	C
21	D
22	C
23	A

24	E
25	A
26	D
27	E
28	E
29	E
30	D

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 005/2013

### MATEMÁTICA

Dia: 14 de dezembro de 2013.

QUESTÃO	
01	E
02	E
03	A
04	A
05	B
06	D
07	A
08	C
09	A
10	D
11	A
12	E
13	B
14	C
15	E
16	D
17	C
18	D
19	D
20	B
21	A
22	D
23	E
24	E
25	A
26	D
27	B
28	C
29	E
30	C

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 005/2013

### MERENDEIRA

Dia: 14 de dezembro de 2013.

QUESTÃO	
01	E
02	E
03	A
04	A
05	B
06	C
07	D
08	E
09	D
10	D
11	D
12	A

13	A
14	A
15	D
16	B
17	D
18	B
19	A
20	C
21	C
22	C
23	B
24	C
25	B
26	C
27	E
28	C
29	B
30	C

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 005/2013

### PORTUGUÊS

Dia: 14 de dezembro de 2013.

QUESTÃO	
01	E
02	E
03	A
04	A
05	B
06	D
07	A
08	C
09	A
10	D
11	D
12	D
13	A
14	A
15	B
16	B
17	A
18	C
19	D
20	B
21	C
22	C
23	D
24	E
25	C
26	A
27	D
28	E
29	B
30	E

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 005/2013

### SERVIÇOS GERAIS

Dia: 14 de dezembro de 2013.

QUESTÃO	
01	E



02	E
03	A
04	A
05	B
06	C
07	D
08	E
09	D
10	D
11	A
12	B
13	C
14	B
15	A
16	A
17	A
18	C
19	B
20	D
21	D
22	A
23	E
24	C
25	D
26	C
27	D
28	A
29	C
30	C

## Maravilha

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 152/2013

DECRETO Nº 152, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.

DECRETA DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA PARTE DE IMÓVEL URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica DESAPROPRIADO POR UTILIDADE PÚBLICA, por via amigável, parte do imóvel objeto da Matrícula nº 9.469, do Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca de Maravilha-SC, de propriedade de Antonio Carlos Fontoura, brasileiro, viúvo, fotógrafo, portador da CI RG nº 1.273.106-SESP/SC, inscrito no CPF sob nº 423.688.639-15 domiciliado e residente na Avenida 27 de Julho nº 1982, Maravilha-SC, a saber:

Parte do Lote Urbano nº (8), da Quadra nº (40), situada nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com a área de "Quatrocentos metros quadrados" (400,00 m²), sem edificações;- Confrontando:- ao Norte, com parte do mesmo lote urbano nº (8), de Antonio Carlos Fontoura, Matrícula 9.469 e, com parte do lote urbano nº (1), da quadra nº (5), do Loteamento Ernesto Kleinert, de Pierina Murari Canan, Matrícula 12.161, na extensão de 12,50 metros;- ao Sul, com parte do mesmo lote urbano nº (8), na extensão de 12,50 metros, de Antonio Carlos Fontoura,

Matrícula 9.469;- ao Leste, com a Avenida 27 de Julho e com o canal do Rio Iracema, na extensão de 32,00 metros;- ao Oeste, com a Avenida 27 de Julho e com o canal do Rio Iracema, na extensão de 32,00 metros; Restando os remanescentes seguintes:

PRIMEIRO: Parte do Lote Urbano nº (8), da Quadra nº (40), situada nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com a área de "Cento e doze metros e noventa e três centímetros quadrados" (112,93 m²), sem edificações;- Confrontando:- ao Nordeste, com parte do lote urbano nº (47), da quadra nº (5), do Loteamento Maravilha, na extensão de 12,85 metros, de Darci Kipper, Matrícula 6.330;- ao Sul, com a Avenida 27 de Julho, na extensão de 12,50 metros;- ao Leste, com parte do lote urbano nº (1), da quadra nº (5), do Loteamento Ernesto Kleinert, na extensão de 7,00 metros, de Pierina Murari Canan, Matrícula 12.161;- ao Oeste, com parte do lote urbano nº (8), na extensão de 12,304 metros, de Benilda Carinha Buzatto, Matrícula 9.952.

SEGUNDO: Parte do Lote Urbano nº (8), da Quadra nº (40), situada nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com a área de "Um mil, sessenta e dois metros e cinquenta centímetros quadrados" (1.062,50 m²), sem edificações;- Confrontando:- ao Norte, com a Avenida 27 de Julho, na extensão de 12,50 metros;- ao Sul, com a Avenida Euclides da Cunha, na extensão de 12,50 metros;- ao Leste, com os lotes: "A", parte dos lotes urbanos nºs: (9 e 10), de Construtora Oliveira Ltda, Matrícula 15.989; e, "B", parte do lote urbano nº (9), de Nívea Maria Dondoerfer e Angeline Cristina Cecatto, Matrícula 15.990, na extensão de 85,00 metros;- ao Oeste, com partes do lote urbano nº (8), na extensão de 85,00 metros, de Eugênio Antônio de Gasperi, Matrícula 8.906 e Valdecir Pedro Venz, Matrícula 8.905.

Art. 2º O imóvel desapropriado destina-se à abertura da Avenida 27 de Julho e do Canal do Rio Iracema.

Art. 3º Para efeitos de pagamento da presente desapropriação foi atribuído o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Art. 4º O valor atribuído ao imóvel desapropriado foi estabelecido por Comissão de Avaliação, devidamente constituída, através do Decreto nº 003, de 02 de janeiro de 2013.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 13 de dezembro de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

#### Lei Nº 3.728/2013

LEI Nº 3.728, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Institui no âmbito do Município de Maravilha o dia 20 de agosto como o DIA DO MAÇOM e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente LEI:

Art. 1º Fica instituído o Dia do Maçom no âmbito do Município de Maravilha, a ser comemorado anualmente no dia 20 de agosto.

Art. 2º O evento ora instituído passará a constar no Calendário

Oficial de Festividades do Município de Maravilha.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 11 de dezembro de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Lei Nº 3.729/2013

LEI Nº 3.729, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Dispõe sobre programas de incentivo à agricultura e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente LEI:

Art. 1º Ficam instituídos os programas de incentivo à agricultura do Município de Maravilha/SC, nos termos da presente LEI.

Art. 2º Os programas de que trata o artigo 1º abrangerão o ressarcimento de despesas com proteção de fonte de água, inseminação de gado, silagens, ampliação de rede de água, melhorias na propriedade, saúde animal, óbitos de animais e serviços de manutenção de estradas em propriedades rurais particulares.

Art. 3º Considera-se agricultor do Município de Maravilha/SC, toda a pessoa física proprietária, arrendatária, agregado, meeiro, parceiro e posseiro de terras no Município que esteja em plena atividade produtiva.

Art. 4º Para efeitos de benefício de que trata a presente Lei, o agricultor deverá:

I - Apresentar requerimento junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, especificando o pedido;

II - Comprovar sua situação de agricultor no município, através do Bloco de Produtor Rural;

III - Cumprir a função social da propriedade conforme determina o artigo 186 da Constituição Federal.

Art. 5º O ressarcimento das despesas a título de incentivo se dará mediante a apresentação dos comprovantes de despesas em nome do beneficiado, observado para todos os casos as normas da presente LEI.

Art. 6º A proteção de fonte de água é incentivada ao agricultor que a preservar adequadamente (uma por propriedade) com 10 (dez) metros de mata ciliar nativa ou nativa em reconstituição, recebendo o valor de até R\$ 300,00 (trezentos reais).

Art. 7º Quando a fonte tiver vazão de água suficiente para atender a mais de uma propriedade rural, até o limite de quatro, o ressarcimento de despesas de até R\$ 300,00 (trezentos reais), também será estendido às famílias abastecidas.

Parágrafo único. Os agricultores envolvidos deverão apresentar à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente documento que formaliza a parceria e a concordância do proprietário da área onde está localizada a fonte.

Art. 8º O incentivo a inseminação artificial de gado se dará no ressarcimento de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) por inseminação.

Parágrafo único. O incentivo previsto no caput será limitado a 05 (cinco) inseminações por ano para agricultores com movimento econômico de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a R\$ 5.000,00 (cinco

mil reais) e 10 (dez) inseminações ao ano para agricultores com movimento econômico acima de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 9º A realização de silagens, distribuição de adubo orgânico ou distribuição de calcário e plantio, com o intuito de aumentar a produção, proporcionará ao agricultor o incentivo no ressarcimento de 50% (cinquenta por cento) do valor investido.

§ 1º Para os agricultores que tiverem movimento econômico de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), o auxílio será limitado a R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais).

§ 2º Para os agricultores que tiverem movimento econômico acima de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), o auxílio será limitado a R\$ 300,00 (trezentos reais).

§ 3º O agricultor poderá optar, ao ano, por uma das quatro hipóteses descritas no caput deste artigo (realização de silagens, distribuição de adubo orgânico ou distribuição de calcário e plantio).

§ 4º O ressarcimento do valor investido se dará mediante apresentação de nota fiscal de prestação do serviço.

Art. 10. No caso da silagem ser realizada com equipamento próprio o incentivo será de R\$ 300,00 (trezentos reais) por agricultor ao ano.

Art. 11. Observada a necessidade de ampliação de rede de água com a participação de família a grupo já existente o incentivo será de R\$ 700,00 (setecentos reais) em cota única.

Art. 12. No tocante à melhoria na propriedade rural o agricultor para fazer jus ao incentivo terá que incrementar a mesma nas seguintes atividades e obras:

- a) Avicultura;
- b) Suinocultura;
- c) Bovinocultura;
- d) Piscicultura;
- e) Agroindústrias familiares;
- f) Outras edificações;
- g) Plasticultura (cultivo protegido).

§ 1º Para as atividades constantes das alíneas "a", "b", "c", "e" e "f" o valor do incentivo será de R\$ 3,00 (três reais) o m<sup>2</sup> (metro quadrado) de área construída.

§ 2º Para a atividade constante da alínea "d" o valor do incentivo será de R\$ 1,00 (um real) o m<sup>2</sup> (metro quadrado), de área alagada, conforme disposto em legislação específica.

§ 3º Para a atividade constante da alínea "g" o valor do incentivo será de R\$ 0,70 (setenta centavos de real) o m<sup>2</sup> (metro quadrado).

Art. 13. Inclui-se no incentivo a execução de piso em concreto na ante-sala de ordenha e local do bebedouro, ressarcindo-se o valor de R\$ 10,00 (dez reais) por m<sup>2</sup> (metro quadrado), limitado a 80 (oitenta) m<sup>2</sup> por família, ao ano, priorizando sempre candidatos ainda não atendidos.

Art. 14. O agricultor interessado em receber auxílio financeiro para despesas em decorrência de óbito de animal bovino e com o objetivo de enterro, deverá apresentar pedido juntando documento da CIDASC que comprove que o procedimento de baixa por óbito foi realizado, devendo o animal morto ter idade igual ou superior a um ano e meio, recebendo para tanto R\$ 100,00 (cem reais).

Art. 15. No que se refere à saúde animal o agricultor terá ressarcimento de despesas efetuadas com consulta de médico veterinário, no montante de 70% (setenta por cento) do valor da prestação

do serviço limitados a R\$ 60,00 (sessenta reais) por atendimento.

Art. 16. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a realizar serviços de manutenção de estradas em propriedades rurais particulares do Município de Maravilha/SC.

§ 1º Os serviços de manutenção de estradas que trata o caput do presente artigo destinam-se apenas às estradas que dão acesso às residências e ao local de carregamento de suínos, aves e leite.

§ 2º A execução dos serviços de manutenção descritos no caput do presente artigo será realizada com máquinas próprias da municipalidade e de forma gratuita ao agricultor.

Art. 17. O comprovante de despesa de que menciona o artigo 5º desta Lei, será sempre nota fiscal de pessoa jurídica, salvo outro, aceito a critério da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 18. A prática de atividades e obras mencionadas na presente Lei e objeto de incentivo devem merecer cumprimento da lei de preservação do meio ambiente.

Art. 19. É condição especial para efeitos de pagamento de incentivo, além dos documentos da despesa, laudo firmado por responsável da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, de que a obra ou serviço foi devidamente realizado.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2014.

Art. 20. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 3.607, de 04 de abril de 2012.

Maravilha - SC, 11 de dezembro de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **Decreto Nº 147/2013**

DECRETO Nº 147, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA IMÓVEL RURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º. Fica DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial o imóvel objeto da Matrícula nº 18.209 ou sucessora, do Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca de Maravilha-SC, de propriedade de Antonio da Costa, RG nº 2.144.128-SSP/PR, CPF/MF nº 452.725.579/72 e sua esposa dona Vera Lúcia Orben da Costa, RG nº 5.406.738-0-SESP/PR, CPF/MF nº 989.525.879/87, brasileiros, agricultores, casados entre si pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, domiciliados e residentes na Linha Belo Horizonte, interior, Maravilha-SC, a saber: Parte do lote colonial rural nº (219), da Seção Maravilha, situada neste Município e Comarca de Maravilha, com a área de "Oitenta e um mil e trinta e seis metros quadrados" (81.036,00 m²), sem edificações;- confrontando:- ao Nordeste, por duas linhas, uma, com parte do mesmo lote colonial rural nº (219), de Débora Samira da Costa - M. 16.203 e, outra, com parte do lote colonial rural nº (218-A), de Felipe Eduardo

Bortolotto - M. 17.288;- ao Sudeste, por duas linhas, uma, com parte do mesmo lote colonial rural nº (219), de Comércio de Laticínios Q Maravilha Ltda - M. 18.365; e outra, com a Faixa de Domínio da BR-282, da União Federal - M. 18.209;- ao Leste, com parte do mesmo lote colonial rural nº (219), de Comércio de Laticínios Q Maravilha Ltda - M. 18.365;- ao Sudoeste, com parte do lote colonial rural nº (220), de Antonio Bortolanza - M. 17.237.-

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 11 de dezembro de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **Decreto Nº 148/2013**

DECRETO Nº 148, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

DECRETA DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA IMÓVEL RURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica DESAPROPRIADO POR UTILIDADE PÚBLICA, por via amigável, o imóvel objeto da Matrícula nº 18.209 ou sucessora, do Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca de Maravilha-SC, de propriedade de Antonio da Costa, RG nº 2.144.128-SSP/PR, CPF/MF nº 452.725.579/72 e sua esposa dona Vera Lúcia Orben da Costa, RG nº 5.406.738-0-SESP/PR, CPF/MF nº 989.525.879/87, brasileiros, agricultores, casados entre si pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, domiciliados e residentes na Linha Belo Horizonte, interior, Maravilha-SC, a saber: Parte do lote colonial rural nº (219), da Seção Maravilha, situada neste Município e Comarca de Maravilha, com a área de "Oitenta e um mil e trinta e seis metros quadrados" (81.036,00 m²), sem edificações;- confrontando:- ao Nordeste, por duas linhas, uma, com parte do mesmo lote colonial rural nº (219), de Débora Samira da Costa - M. 16.203 e, outra, com parte do lote colonial rural nº (218-A), de Felipe Eduardo Bortolotto - M. 17.288;- ao Sudeste, por duas linhas, uma, com parte do mesmo lote colonial rural nº (219), de Comércio de Laticínios Q Maravilha Ltda - M. 18.365; e outra, com a Faixa de Domínio da BR-282, da União Federal - M. 18.209;- ao Leste, com parte do mesmo lote colonial rural nº (219), de Comércio de Laticínios Q Maravilha Ltda - M. 18.365;- ao Sudoeste, com parte do lote colonial rural nº (220), de Antonio Bortolanza - M. 17.237.-

Art. 2º O imóvel desapropriado destina-se à instalação de indústrias no Município de Maravilha.

Art. 3º Para efeitos de pagamento da presente desapropriação foi atribuído o valor de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais) a ser pago no dia 20 de janeiro de 2014.

Art. 4º O valor atribuído ao imóvel desapropriado foi estabelecido por Comissão de Avaliação, devidamente constituída, através do Decreto nº 003, de 02 de janeiro de 2013.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 11 de dezembro de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **Decreto Nº 149/2013**

DECRETO Nº 149, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA IMÓVEL RURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial o imóvel objeto da Matrícula nº 16.203 ou sucessora, do Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca de Maravilha-SC, de propriedade de Débora Samira da Costa, bióloga, portadora da CI RG nº 8.492.612-4-SESP/PR, inscrita no CPF sob nº 047.197.249-57, casada pelo regime da comunhão parcial de bens, aos 18 de março de 2010, com Cléo Antonio Legowski, operador de máquinas, portador da CI RG nº 7.792.616-0-SESP/PR, inscrito no CPF sob nº 007.243.549-64, ambos brasileiros, domiciliados e residentes na Linha Belo Horizonte, Maravilha-SC, a saber: Parte do lote colonial rural nº (219), da Seção Maravilha, situada neste Município e Comarca de Maravilha, com a área de "Setenta e nove mil cento e setenta e dois metros e cinquenta e cinco centímetros quadrados" (79.172,55 m²), sem edificações;- confrontando:- ao Noroeste, com partes do mesmo lote colonial rural nº (223), de Itelmar Piton - M. 10.641, José Nelson Malaggi - M. 7.936 e Albino de Oliveira - M. 7.937;- ao Leste, com parte do lote colonial rural nº (218-A), de Felipe Eduardo Bortolotto - M. 12.674; - ao Sudoeste, com parte do mesmo lote colonial rural nº (219), de Antonio da Costa - M. 18.209.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 11 de dezembro de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **Decreto Nº 150/2013**

DECRETO Nº 150, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

DECRETA DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA IMÓVEL RURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica DESAPROPRIADO POR UTILIDADE PÚBLICA, por via amigável, o imóvel objeto da Matrícula nº 16.203 ou sucessora, do Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca de Maravilha-SC, de propriedade de Débora Samira da Costa, bióloga, portadora da CI

RG nº 8.492.612-4-SESP/PR, inscrita no CPF sob nº 047.197.249-57, casada pelo regime da comunhão parcial de bens, aos 18 de março de 2010, com Cléo Antonio Legowski, operador de máquinas, portador da CI RG nº 7.792.616-0-SESP/PR, inscrito no CPF sob nº 007.243.549-64, ambos brasileiros, domiciliados e residentes na Linha Belo Horizonte, Maravilha-SC, a saber: Parte do lote colonial rural nº (219), da Seção Maravilha, situada neste Município e Comarca de Maravilha, com a área de "Setenta e nove mil cento e setenta e dois metros e cinquenta e cinco centímetros quadrados" (79.172,55 m²), sem edificações;- confrontando:- ao Noroeste, com partes do mesmo lote colonial rural nº (223), de Itelmar Piton - M. 10.641, José Nelson Malaggi - M. 7.936 e Albino de Oliveira - M. 7.937;- ao Leste, com parte do lote colonial rural nº (218-A), de Felipe Eduardo Bortolotto - M. 12.674; - ao Sudoeste, com parte do mesmo lote colonial rural nº (219), de Antonio da Costa - M. 18.209.

Art. 2º O imóvel desapropriado destina-se à instalação de indústrias no Município de Maravilha.

Art. 3º Para efeitos de pagamento da presente desapropriação foi atribuído o valor de R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais), a serem pagos da seguinte forma:

- a) R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) no dia 20 de fevereiro de 2014.
- b) R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais) no dia 20 de março de 2014.
- c) R\$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais) no dia 20 de janeiro de 2015.

Art. 4º O valor atribuído ao imóvel desapropriado foi estabelecido por Comissão de Avaliação, devidamente constituída, através do Decreto nº 003, de 02 de janeiro de 2013.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 11 de dezembro de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **Decreto Nº 151/2013**

DECRETO Nº 151, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARTE DE IMÓVEL URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º Fica DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial parte do imóvel objeto da Matrícula nº 9.469, do Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca de Maravilha-SC, de propriedade de Antonio Carlos Fontoura, brasileiro, viúvo, fotógrafo, portador da CI RG nº 1.273.106-SESP/SC, inscrito no CPF sob nº 423.688.639-15 domiciliado e residente na Avenida 27 de Julho nº 1982, Maravilha-SC, a saber:

Parte do Lote Urbano nº (8), da Quadra nº (40), situada nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com a área de "Quatrocentos metros quadrados" (400,00 m²), sem edificações;- Confrontando:- ao Norte, com parte do mesmo lote urbano nº (8), de Antonio Carlos Fontoura, Matrícula 9.469 e,



com parte do lote urbano nº (1), da quadra nº (5), do Loteamento Ernesto Kleinert, de Pierina Murari Canan, Matrícula 12.161, na extensão de 12,50 metros;- ao Sul, com parte do mesmo lote urbano nº (8), na extensão de 12,50 metros, de Antonio Carlos Fontoura, Matrícula 9.469;- ao Leste, com a Avenida 27 de Julho e com o canal do Rio Iracema, na extensão de 32,00 metros;- ao Oeste, com a Avenida 27 de Julho e com o canal do Rio Iracema, na extensão de 32,00 metros; Restando os remanescentes seguintes:

**PRIMEIRO:** Parte do Lote Urbano nº (8), da Quadra nº (40), situada nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com a área de "Cento e doze metros e noventa e três centímetros quadrados" (112,93 m²), sem edificações;- Confrontando:- ao Nordeste, com parte do lote urbano nº (47), da quadra nº (5), do Loteamento Maravilha, na extensão de 12,85 metros, de Darci Kipper, Matrícula 6.330;- ao Sul, com a Avenida 27 de Julho, na extensão de 12,50 metros;- ao Leste, com parte do lote urbano nº (1), da quadra nº (5), do Loteamento Ernesto Kleinert, na extensão de 7,00 metros, de Pierina Murari Canan, Matrícula 12.161;- ao Oeste, com parte do lote urbano nº (8), na extensão de 12,304 metros, de Benilda Carinha Buzatto, Matrícula 9.952.

**SEGUNDO:** Parte do Lote Urbano nº (8), da Quadra nº (40), situada nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com a área de "Um mil, sessenta e dois metros e cinquenta centímetros quadrados" (1.062,50 m²), sem edificações;- Confrontando:- ao Norte, com a Avenida 27 de Julho, na extensão de 12,50 metros;- ao Sul, com a Avenida Euclides da Cunha, na extensão de 12,50 metros;- ao Leste, com os lotes: "A", parte dos lotes urbanos nºs: (9 e 10), de Construtora Oliveira Ltda, Matrícula 15.989; e, "B", parte do lote urbano nº (9), de Nívea Maria Dondoefer e Angeline Cristina Cecatto, Matrícula 15.990, na extensão de 85,00 metros;- ao Oeste, com partes do lote urbano nº (8), na extensão de 85,00 metros, de Eugênio Antônio de Gasperi, Matrícula 8.906 e Valdecir Pedro Venz, Matrícula 8.905.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 13 de dezembro de 2013.  
ROSIMAR MALDANER  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA  
Processo Licitatório n. 5.981/2013 - Modalidade Pregão Presencial  
Registro de Preços n. 048/2013

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e equipe de apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial Registro de Preços, para posterior aquisição, conforme necessidade, de gêneros alimentícios tipo lanches para programas desenvolvidos pela Secretaria de Assistência Social, conforme previsto no Edital de Pregão n. 048/2013, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pelas Leis 10.520/02 e 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas no dia 07 de janeiro de 2014, às 9h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no

departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas. Maravilha - SC, 13 de dezembro de 2013. ROSIMAR MALDANER - Prefeita de Maravilha.

### Convênio Nº 001/2013

CONVÊNIO No 001/2013

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MARAVILHA E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, COM INTERVENIÊNCIA DO COMANDO GERAL DA POLÍCIA MILITAR E DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL.

Aos 02 dias do mês de outubro de 2013, o Município de Maravilha-SC, com sede na Avenida Euclides da Cunha, 60 - Centro, em Maravilha - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.821.190/0001-72, representado por sua Prefeita a Senhora ROSIMAR MALDANER, residente e domiciliada em Maravilha-SC, portadora da Carteira de identidade no 1.125.457, SSP/SC e do CPF no 579.587.699-20, e o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com sede na Rua Artista Bitencourt, no 30, Florianópolis-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.951.294/0001-00, doravante denominada, SSP, representada por seu Secretário CESAR AUGUSTO GRUBBA, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, portador da Carteira de Identidade no 372513, SSP/SC e do CPF no 252.157.529-15, com interveniência da Polícia Militar do Estado, estabelecida a Rua Visconde de Ouro Preto, 549 - Centro, em Florianópolis-SC, representado por seu Comandante Geral NAZARENO MARCINEIRO, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, portador da Carteira de Identidade no 539318, expedida pela SSP/SC e do CPF no 37656899987, doravante denominada PMSC, com interveniência da Polícia Civil do Estado, estabelecida a Rua Álvaro de Carvalho, 220 - Centro - Florianópolis-SC, representado por seu Delegado Geral ALDO PINHEIRO D'ÁVILA, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, portador da Carteira de Identidade no 372.513, SSP/SC e do CPF no 548.933.059-72, doravante denominada PCSC, resolvem celebrar o presente Termo, de acordo com as Cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a cooperação entre o MUNICÍPIO e a SSP, para instalação e manutenção de um sistema de videomonitoramento urbano composto de 01 (uma) central de videomonitoramento com 10 (dez) câmeras de segurança no Município de Maravilha - SC.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Este Convênio está fundamentado pelo disposto no artigo 116, da Lei no 8.666/93, de 21 de junho de 1993, no que couber, no artigo 62 da Lei Complementar no 101, de 04 de maio de 2.000, Lei Complementar no 284 de 28 de fevereiro de 2005, na IN 14/12 TCE e no artigo 8º, item IX, da Constituição Estadual e na Lei Municipal no 3.681 de 08 de agosto de 2013.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes da execução do presente Termo correrão à conta dos orçamentos do MUNICÍPIO e da SSP, vigentes em cada exercício financeiro.

I. O MUNICÍPIO fará repasse do montante que deve ser depositado na c/c específica nº 851.742-8, Ag. 3582-3, Banco do Brasil, tendo como titular: FUNDO PARA MELHORIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, inscrito sob o CNPJ nº 85.280.147/001-35;

II. A SSP manterá os recursos da contra-partida oriundos do BNDES em conta específica.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I. Opinar sobre o projeto desenvolvido pela SSP / PMSC, com vistas à instalação de um sistema de videomonitoramento urbano no Município de Maravilha/SC;

II. Repassar o montante de R\$ 108.322,50 (cento e oito mil, trezentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos), à SSP-SC, conforme planilha de custos em anexo, em até 90 dias, contados a



partir da solicitação do depósito;

III. Responsabilizar-se pelos custos com manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos que fazem parte do sistema de videomonitoramento urbano do Município de Maravilha/SC, após período de garantia;

IV. Responsabilizar-se pelas futuras ampliações do número de pontos de videomonitoramento e pelos custos decorrentes da ampliação;

V. Responsabilizar-se pelas obras necessárias para adequação de um ambiente no Quartel da Polícia Militar, onde será instalada a central de videomonitoramento;

VI. Responsabilizar-se pela contratação e instalação de energia elétrica, junto a concessionária local, para alimentação dos pontos de videomonitoramento;

VII. Auxiliar no serviço de monitoramento das imagens, com disponibilização de operadores de CFTV na sala de videomonitoramento, de acordo com a disponibilidade de servidores.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA SSP / PMSC**

I. Providenciar estudo e elaborar projeto para instalação de videomonitoramento urbano através de câmeras de vídeo e submetê-lo à apreciação do Município de Maravilha/SC;

II. Responsabilizar-se pela aquisição, coordenação e instalação do sistema de videomonitoramento urbano de acordo com a **CLÁUSULA PRIMEIRA**;

III. Responsabilizar-se pela contratação de rede multimídia, em fibra óptica, para transmissão das imagens do sistema de videomonitoramento urbano e pelos custos mensais decorrentes;

IV. Responsabilizar-se pela operacionalização do sistema de videomonitoramento urbano e realizar o serviço de monitoramento das imagens diuturnamente com pessoal da Polícia Militar e nas delegacias de Polícia Civil de Santa Catarina.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Para o cumprimento do presente instrumento, o relacionamento entre as partes dar-se-á entre o Comando da Organização Policial Militar de Maravilha/SC, em nome da SSP / PMSC e o Prefeito Municipal, em nome do **MUNICÍPIO**.

**CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

A execução do projeto objeto do presente convênio pela SSP / PMSC, deverá ocorrer no prazo de 18 (dezoito) meses a contar da assinatura deste instrumento, sob pena de devolver a totalidade dos recursos repassados pelo **MUNICÍPIO**.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A Prestação de Contas do repasse previsto na **CLÁUSULA QUARTA**, se dará na forma da Instrução Normativa N.TC-14/2012.

**CLÁUSULA OITAVA - DA DENÚNCIA**

O **MUNICÍPIO** e a SSP / PMSC poderão propor, a qualquer tempo, a denúncia do presente Convênio, se não for cumprida qualquer de suas Cláusulas, por mútuo acordo ou por interesse unilateral do poder cedente.

**CLÁUSULA NONA - DO PRAZO**

O prazo de vigência do presente Convênio é de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO**

Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Maravilha/SC, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste Termo.

E por estarem assim de pleno acordo, assinam o presente Convênio com as testemunhas abaixo relacionadas.

ROSIMAR MALDANER  
Prefeita Municipal

CESAR AUGUSTO GRUBBA  
Secretário de Estado da Segurança Pública

NAZARENO MARCINEIRO  
Comandante Geral da Polícia Militar

ALDO PINHEIRO D'ÁVILA  
Delegado Geral da Polícia Civil

## Marema

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 169/2013

Decreto nº169/2013

De 16/12/2013

**SUSPENDE O EXPEDIENTE DE ATENDIMENTO, ESTABELECE HORÁRIO DE ATENDIMENTO JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

#### DECRETA

Art. 1º - Ficam suspenso, no período de 23 de dezembro de 2013 a 05 de janeiro de 2014, o atendimento ao público junto a Prefeitura Municipal.

Parágrafo único. As suspensões definidas neste Artigo não obstam a prática de atos necessários à preservação do atendimento urgentes que serão atendidos em regime de plantão.

Art. 2º - O horário de atendimento ao público, junto a Prefeitura Municipal e respectivos Departamentos, a partir do dia 06 de janeiro de 2014, passará a ser das 07h30min às 11h30min, das 13h30min às 17h30min, de segunda-feira a sexta-feira.

§ 1º - As aulas escolares terão o horário definido pela Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o calendário escolar e de maneira que não venha prejudicar o andamento normal da Secretaria.

§ 2º - O horário do Transporte Escolar obedecerá o cronograma aprovado pelo Departamento de Educação, conforme o roteiro pré-estabelecido.

§ 3º - A Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia 06 de janeiro de 2014, terá o atendimento das 07h30min às 11h30min, das 13h00min às 17h00min, de segunda-feira a sexta-feira.

§ 4º - Os serviços emergenciais não sofrerão prejuízo no seu atendimento, tendo preferência.

Art. 3º - Fica a cargo do Setor de RH em conjunto com cada Secretaria, através de comunicação interna a regulamentação e ajuste de horários dos servidores municipais para o cumprimento da jornada de trabalho e atendimento de emergência e urgência, serviços de atendimento da forma de plantões ou escala de trabalho.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 16 de dezembro de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Servidor Designado

**Decreto Nº 170/2013**

Decreto n.170/2013  
de 16/12/2013

CONSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº1.021/2013 de 15/10/2013 e CONSIDERANDO a Ata de Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, realizado no dia 27 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º. A criação Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, órgão de forma colegiada e composição paritária, de natureza normativa, deliberativa e fiscalizadora dentro de suas competências institucionais, composto por 10 (dez) membros efetivos e respectivos suplentes, conforme segue:

I- Representantes governamentais:

a) 01 (um) representante do Poder Executivo Municipal:

VANDERLEI ANTONIO CALDERAM - Titular

EDUARDO PEREIRA VARGAS - Suplente

b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:

MARLETE TEREZINHA LUNARDI CERATTO - Titular

ZINETE MARIA GARDA MORESCHI - Suplente

c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde:

ANA PAULA SEGANFREDO - Titular

IVANIR HENZ - Suplente

d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação:

ROSANGELA DONZELLI MASCARELLO - Titular

MARILUCIA CARBONERA DONZELLI - Suplente

e) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças:

REGILENA CERATTO - Titular

SIDIANE FÁTIMA PERIM - Suplente

II- Representantes da sociedade civil:

a) 01 (um) representante da Associação de Idosos "Recanto da Saudade":

LIRA CHEROBIM - Titular

ELZIRA CERATTO - Suplente

b) 01 (um) representante do Movimento Social "Mulheres Camponesas" do município:

LEONICE REBELATTO CORTELINE - Titular

PASCOINA RAMPAZZO - Suplente

c) 01 (um) representante dos Clubes de Mães do município:

LUIZA FLEX BATISTA - Titular

ANDREIA BRANCALIONE - Suplente

d) 01 (um) representante dos usuários da Política de Assistência Social:

ADIELSON PAGANI - Titular

NADIA PERONDI - Suplente

e) 01 (um) representante dos trabalhadores da Assistência Social:

MARISTELA RAMPAZZO - Titular

JUÇARA BALDIN GOMES DE LIMA - Suplente

Parágrafo Único - A diretoria do CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social ficará assim composta:

Presidente: LUIZA FLEX BATISTA

Vice-Presidente: ADIELSON PAGANI

1ª Secretária: ANA PAULA SEGANFREDO

Art. 2º. O mandato dos membros do Conselho será exercido gratuitamente, ficando expressamente vedada à concessão de qualquer remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária.

Art. 3º. O Conselho poderá solicitar a colaboração de servidores do Poder executivo para assessoramento em suas reuniões e atividades.

Art. 4º. O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos podendo ser reconduzidos mediante a indicação dos seus órgãos respectivos.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 16 de dezembro de 2013

VALDOMIRO BEVILAQUA Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

SILVANO CIRO PIASESKI

Recursos Humanos

**Portaria Nº 386/2013**

Portaria nº386/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MAGALI TERRIBELE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal MAGALI TERRIBELE cód. 549 por um período de 30 dias, de 06 de janeiro a 04 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Recursos Humanos

**Portaria Nº 387/2013**

Portaria nº387/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EMILENE REGINATTO XAVIER E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal EMILENE REGINATTO XAVIER cód. 549 por um período de 30 dias, de 06 de janeiro a 04 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de agosto de 2012 a 31 de julho 2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.  
VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Recursos Humanos

### Portaria Nº 388/2013

Portaria nº388/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARILAIN REGINATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

#### RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal MARILAIN REGINATTO cód. 438 por um período de 30 dias, de 06 de janeiro a 04 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de agosto de 2012 a 31 de julho 2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.  
VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Recursos Humanos

### Portaria Nº 389/2013

Portaria nº389/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LOURDES ROSALEM CERATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado

de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

#### RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal LOURDES ROSALEM CERATTO cód. 442 por um período de 30 dias, de 06 de janeiro a 04 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de agosto de 2012 a 31 de julho 2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.  
VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Recursos Humanos

### Portaria Nº 390/2013

Portaria nº390/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DEONICE GATTI MUNARETTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

#### RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal DEONICE GATTI MUNARETTO cód. 446 por um período de 30 dias, de 06 de janeiro a 04 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de agosto de 2012 a 31 de julho 2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.  
VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Recursos Humanos

**Portaria Nº 391/2013**

Portaria nº391/2013

De 04/12/2013

**CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VENILDA KIPERT BARBIERO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal VENILDA KIPERT BARBIERO cód. 546 por um período de 30 dias, de 06 de janeiro a 04 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

**VALDOMIRO BEVILAQUA**

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

**SILVANO CIRO PIASESKI**

Recursos Humanos

**Portaria Nº 392/2013**

Portaria nº392/2013

De 04/12/2013

**CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MERQUIONES AGOSTINETTO BRANCALIONE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal MERQUIONES AGOSTINETTO BRANCALIONE cód. 439 por um período de 30 dias, de 06 de janeiro a 04 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 17 de dezembro de 2012 a 16 de dezembro de 2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

**VALDOMIRO BEVILAQUA**

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

**SILVANO CIRO PIASESKI**

Recursos Humanos

**Portaria Nº 393/2013**

Portaria nº393/2013

De 04/12/2013

**CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EGIDIO CERATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal EGIDIO CERATTO cód. 68 por um período de 30 dias, de 06 de janeiro a 04 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 02 de dezembro de 2012 a 01 de dezembro de 2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

**VALDOMIRO BEVILAQUA**

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

**SILVANO CIRO PIASESKI**

Recursos Humanos

**Portaria Nº 394/2013**

Portaria nº394/2013

De 04/12/2013

**CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDAIR FLORES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal EDAIR FLORES cód. 371 por um período de 30 dias, de 06 de janeiro a 04 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 26 de dezembro de 2012 a 25 de dezembro de 2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.



VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Recursos Humanos

#### Portaria Nº 395/2013

Portaria nº395/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LUIZ GARBIN E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

#### RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal LUIZ GARBIN cód. 370 por um período de 30 dias, de 06 de janeiro a 04 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 26 de dezembro de 2012 a 25 de dezembro de 2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Recursos Humanos

#### Portaria Nº 396/2013

Portaria nº396/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CARLIZE EMANUELLA TODESCATO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

#### RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal CARLIZE EMANUELLA TODESCATO cód. 571 por um período de 30 dias, de 06 de janeiro a 04 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 25 de abril de 2012 a 24 de abril de 2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Recursos Humanos

## Massaranduba

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 2826 de 06 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº 2826 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera atribuições de cargos públicos do Município de Massaranduba

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela legislação em vigor, DECRETA:

Art.1º Ficam alteradas as atribuições de cargos públicos do Município de Massaranduba, descrevendo as atribuições e funções específicas a cada cargo.

#### TÍTULO I

DO SUB-GERENTE DE INFORMÁTICA

##### CAPÍTULO I

Compete ao Sub-Gerente de Informática

I - suporte e treinamento aos usuários manutenção dos equipamentos;

II - instalação e configuração de softwares análise de soluções e produtos de TI a serem adquiridos;

III - acompanhamento na implantação de novos sistemas e projetos ligados a TI;

IV - Suporte a sistemas operacionais, a redes de computadores e Intranets;

V - Backup diário e controle de antivírus em todas as máquinas Interação com fornecedores de TI;

VI - Analisar, detectar, diagnosticar e resolver problemas em geral referentes a questões de hardware e software;

VII - Realizar manutenção e configuração de equipamentos de rede (intranet e internet);

VIII - Instalar, configurar e dar manutenção em sistemas operacionais, softwares aplicativos e sistemas gestores de bancos de dados;

IX - Instalar, configurar e dar manutenção em redes de computadores;

X - possuir noções básicas de elétrica e eletrônica;

XI - ser capaz de identificar defeitos e efetuar possíveis reparos técnicos;

XII - Executar outras atividades afins ou que lhe forem delegadas pelo seu superior hierárquico e a Controladoria Municipal;

XIII - Dirigir veículos da Administração Municipal quando necessário para o exercício de suas atividades.

#### TÍTULO II

DO SUB-GERENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

##### CAPÍTULO II

Compete ao Sub-Gerente de Licitações e Contratos



I - Dar suporte administrativo a todas as atividades desenvolvidas no âmbito das coordenadorias e das comissões, em especial quanto à disponibilização de serviços, materiais e equipamentos de trabalho;

II - Receber, conferir e solicitar informações necessárias à instrução de processos licitatórios relacionados às compras de materiais, equipamentos, contratação de serviços e obras;

III - Registrar e acompanhar as informações das licitações, visando ao cumprimento da prestação de contas junto ao TCE-PR, por intermédio do SIM-AM;

IV - Controlar, através de registros específicos, todas as etapas pertinentes às atribuições da Gerência e das Coordenadorias;

V - Elaborar os contratos e atas de registro de preços, com base no regulamento vigente;

VI - Encaminhar os contratos e atas de registro de preços para aprovação da Procuradoria;

VII - Providenciar a celebração e assinatura dos contratos;

VIII - Publicar o extrato do contrato na imprensa oficial;

IX - Encaminhar o contrato à Gerência de Gestão de Contratos, Convênios, Parcerias e Atas de Registro de Preços;

X - Encaminhar a ata à Gerência de Gestão de Contratos, Convênios, Parcerias e Atas de Registro de Preços;

XI - Efetuar outras atividades afins, no âmbito de sua competência;

XII - Coordenar as atividades inerentes a elaboração dos processos licitatórios em sua fase interna e encaminhar para Comissão Permanente de Licitações;

XIII - Acompanhar as atividades desenvolvidas pela Comissão Permanente de Licitações e dos(as) Pregoeiros(as) nos processos de compras de materiais e equipamentos;

XIV - Instruir processo de registro de preços de serviços com base em levantamento de consumo, nos termos definidos no decreto relativo ao sistema de registro de preços, para procedimentos de licitação;

XV - Consolidar as informações relativas às estimativas individual e total de consumo, bem como promover as devidas adequações, com vistas à definição do Projeto Básico para atender aos requisitos de padronização;

XVI - Aplicar penalidades e registrar em controle específico, divulgando internamente e externamente as penalidades aplicadas;

XVII - Solicitar a inscrição, na dívida ativa do Município, das multas não recolhidas pelas empresas inadimplentes;

XVIII - Receber e encaminhar à autoridade competente as solicitações de troca de produtos e/ou marcas pleiteadas pelos licitantes, emitir ordem de serviços e efetuar distribuição de cópias dos contratos e anexos;

XIX - Definir, quando for o caso e em conjunto com o preposto da empresa, as estratégias de execução, bem como traçar as metas de controle e acompanhamento do contrato;

XX - Monitorar a relação empresa/empregado dos contratos, quanto ao pagamento de salários e demais despesas pertinentes à área trabalhista, quando o Município responder subsidiariamente;

XXI - Contatar as unidades usuárias dos contratos, visando ao cumprimento pelas partes de todas as cláusulas do contrato;

XXII - Avaliar as vantagens e desvantagens das prorrogações contratuais;

XXIII - Controlar os prazos de vigências e execução dos contratos, notificando todas as unidades sobre a instrução de novo processo licitatório, quando houver, com antecedência de 04 meses do seu termo final;

XXIV - Propor alterações nos contratos, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

XXV - Instruir todos os processos de sanções, advindos do descumprimento de cláusulas contratuais;

XXVI - notificar os contratados dos processos de sanções, garantindo o devido processo legal;

XXVII - Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste, ou pelo atraso injustificado, bem como rescindi-los,

quando for o caso;

XXVIII - Solicitar a inscrição, na dívida ativa do Município, das multas não recolhidas pelas empresas inadimplentes;

XXIX - Controlar, através de registros específicos, todas as etapas pertinentes às atividades executadas;

XXX - Alimentar o sistema SIM-AM com todas as informações pertinentes à contratos;

XXXI - Lavrar os aditamentos contratuais, encaminhando-os para aprovação da Procuradoria, assinatura e publicação do seu extrato;

XXXII - Verificar a regularidade fiscal dos contratados, e no caso de não comprovada, notificá-lo e reter seu pagamento até efetiva regularização;

XXXIII - Elaborar as minutas de contrato, com base no Termo de Referência ou processo administrativo, sugerindo modificações, inclusões ou exclusões de informações;

XXXIV - Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, reajustes de preços ou repactuações;

XXXV - Avaliar os preços praticados no mercado, visando a repactuação de preços, sempre que houver a possibilidade da prorrogação contratual;

XXXVI - Comunicar, em tempo hábil, seus superiores quando as decisões e providências ultrapassarem sua competência, para a adoção das medidas convenientes;

XXXVII - Receber definitivamente o objeto contratado, exceto no caso de obras;

XXXVIII - Encaminhar Nota Fiscal/Fatura/recibo à Diretoria Contábil Financeira para pagamento, após a conferência dos valores e a constatação da adequação do objeto contratado às especificações constantes do processo que deu origem à nota de empenho, divulgar ao público interno e externo as atas de registro de preços em vigência;

XXXIX - Proceder a gestão das atas de Registro de Preços, controlando o fluxo de pedidos e de consumo do sistema de registro de preços, monitorando o seu uso;

XL - Providenciar a autorização para emissão do empenho;

XLI - Disponibilizar para consulta pública, no site oficial do Município, todas as atas de registro de registro de preços elaboradas;

XLII - Disponibilizar, no site oficial do Município, juntamente com a respectiva ata, as instruções relativas à sua utilização;

XLIII - Publicar trimestralmente no Jornal Oficial do Município os preços registrados, a fim de aferir sua compatibilidade com os praticados no mercado;

XLIV - Indicar os fornecedores, sempre que solicitado, obedecendo à ordem de classificação;

XLV - Aplicar penalidades e registrar em controle específico, divulgando internamente e externamente as penalidades aplicadas;

XLVI - Solicitar a inscrição, na dívida ativa do Município, das multas não recolhidas pelas empresas inadimplentes;

XLVII - Receber, instruir e encaminhar à autoridade competente as solicitações de equilíbrio econômico-financeiro, reajuste e repactuação das atas de registro de preços de serviços;

XLVIII - Dar o recebimento provisório e/ou definitivo, verificando a regularidade fiscal e as condições habilitatórias do fornecedor contratado;

XLIX - Encaminhar ao órgão ou ente competente a Nota Fiscal/Fatura/recibo ao órgão ou ente competente para pagamento.

L - Controlar os prazos de vigência das atas, notificando a Gerência de Gestão de Licitações para instrução de novo processo licitatório, e propondo melhorias, com antecedência de 04 (quatro) meses do seu termo final;

LI - Propor adequações nas atas, para melhor adequação às finalidades de interesse público;

LII - Executar outras atividades afins ou que lhe forem delegadas pelo seu superior hierárquico e a Controladoria Municipal;

LIII - Dirigir veículos da Administração Municipal quando necessário para o exercício de suas atividades.

### TÍTULO III

**DO SUB-GERENTE DE TESOUREARIA****CAPÍTULO III****Compete ao Sub-Gerente de Tesouraria**

- I - assinar, juntamente com o Secretário de Saúde e Bem Estar Social, ou com o Prefeito, sempre em conjunto de dois, todos os cheques emitidos, sempre nominais, destinados a depósitos bancários e pagamento de fornecedores;
- III - verificar e classificar todos os recebimentos de competência dos Fundos Municipais, identificando e registrando conforme regime de caixa;
- IV - preparar e efetuar os pagamentos autorizados, mediante emissão de cheques, transferência ou ordem bancária, inclusive folha de pagamento dos servidores, do Fundo Municipal de Saúde e do Fundo Municipal de Assistência Social;
- V - registrar todos os pagamentos efetuados, emitindo os comprovantes bancários necessários, bem como entrada e saída de valores, relativos aos Fundos Municipais;
- VI - incumbir-se dos contatos com estabelecimentos bancários em assunto de sua competência, requisitando talões de cheques, solicitando abertura de contas correntes, aplicações financeiras, contratos e convênios bancários, entre outros, pertinentes aos Fundos Municipais;
- VII - promover o recolhimento das contribuições para as instituições de previdência e fundos, de competência dos Fundos Municipais;
- IX - acesso restrito aos meios eletrônicos de pagamento e movimentação bancária, ao tesoureiro e ao Secretário de Saúde e Bem Estar Social, conforme instruções da instituição financeira;
- XI - emitir relatórios diários de movimentação de caixa, de receita e de contas bancárias, a fim de controlar entrada e saída de valores, cheques e demais movimentações financeiras dos Fundos Municipais;
- XII - arquivar a documentação das operações realizadas pela tesouraria, mantendo sob sua guarda;
- XIII - lançar as receitas orçamentárias e extra orçamentárias de competência do Fundo Municipal de Saúde e do Fundo Municipal de Assistência Social;
- XIV - elaborar mensalmente as conciliações bancárias de todas as contas vinculadas aos Fundos Municipais;
- XV - atender aos fornecedores do Município;
- XVII - executar outras atividades afins ou que lhe forem delegadas pelo seu superior hierárquico e a Controladoria Municipal;
- XVIII - Dirigir veículos da Administração Municipal quando necessário para o exercício de suas atividades.

**TÍTULO IV****DO GERENTE DE ESTRADAS E RODAGEM****CAPÍTULO IV****Compete ao Sub-Gerente de Estradas e Rodagem**

- I - Subordinar as suas atividades ao Plano Rodoviário Nacional e Estadual;
- II - Dar execução sistemática a este plano, efetuando-os, fiscalizando os técnicos e administrativos concernentes a estudos, projetos, locação, construção, melhoramentos obras de artes e pavimentação das rodovias Municipais;
- III - Conservar permanentemente as rodovias e caminhos vacinais;
- IV - fornecer, aos órgãos competentes todos os dados necessários para a prestação de contas do Fundo Rodoviário e confecção de relatório de atividades dos exercícios anteriores;
- V - Fornecer, aos órgãos competentes todos os dados necessários referentes ao programa Rodoviário Municipal, bem como elaborar nas épocas próprias o programa de atividade;
- VI - Elaborar e submeter ao Prefeito os programas anuais e respectivos orçamentos;
- VII - Dirigir e fiscalizar a execução dos programas;
- VIII - Sugerir ao Prefeito a aplicação de penalidades aos

- funcionários e pessoa sob a sua jurisdição, bem como proceder à contratação de operários necessários ao Serviço;
- IX - Zelar pelos veículos semoventes e materiais que estiver sob sua guarda;
- X - Lavrar auto de infração, em referência aos serviços a seu cargo;
- XI - Levar ao Prefeito, todas as dívidas e omissões que no cumprimento de suas atribuições surgirem, para serem resolvidas;
- XII - Executar outras atividades afins ou que lhe forem delegadas pelo seu superior hierárquico e a Controladoria Municipal;
- XIII - Dirigir veículos da Administração Municipal quando necessário para o exercício de suas atividades.

**TÍTULO V****DO GERENTE DE EDUCAÇÃO****CAPÍTULO V****Compete ao Gerente de Educação**

- I - supervisionar a requisição, distribuição e controle do material utilizado pelas unidades escolares;
- II - manter controle, em articulação com o Serviço de Orçamento, sobre o uso das dotações orçamentárias dos programas de educação;
- III - promover a verificação da assiduidade dos professores e da frequência dos alunos dos estabelecimentos de ensino do 1º grau;
- IV - providenciar para que os diretores das unidades de ensino enviem pontualmente ao Serviço os boletins mensais de frequência;
- V - preparar ao fim de cada ano letivo, quadros demonstrativos sobre movimento de matrícula, frequência às aulas e necessidades escolares;
- VI - controlar o cumprimento do calendário escolar;
- VII - promover a permanente fiscalização das unidades escolares, a fim de que sejam observados os dispositivos regulamentares e legais relativos ao ensino de 1º grau;
- VIII - fazer apurar os problemas escolares no âmbito de sua competência, propondo e fazendo executar medidas para sua solução;
- IX - promover reuniões com professores, visando a discutir e esclarecer assuntos de assistência escolar;
- X - promover a organização e a manutenção atualizada de fichário dos professores e demais servidores lotados nas unidades escolares, fazendo anotar os dados básicos que interessam às atividades do órgão;
- XI - manter fichário atualizado, referente às unidades escolares municipais, contendo, dentre outros, os seguintes dados:
  - 1. área total e área construída;
  - 2. número de salas de aula;
  - 3. patrimônio;
  - 4. nome do diretor;
  - 5. lotação;
  - 6. número de alunos por série.
- XII - promover os serviços de apoio das atividades em cada escola, compreendendo:
  - a) - registro de controle da movimentação de papéis;
  - b) - requisição, distribuição e controle de material;
  - c) - vigilância, condições higiênicas e segurança do edifício escolar;
  - d) - conservação dos móveis e dos materiais didáticos.
- XIII - providenciar em colaboração com o Serviço de Material e Patrimônio, o conserto e a recuperação dos móveis escolares e do material didático;
- XIV - providenciar junto ao Serviço de Material e Patrimônio os serviços de conservação e reparos necessários aos prédios escolares;
- XV - promover em articulação com a Secretaria de Saúde e Bem Estar Social:
  - a) - campanhas de educação sanitária nas unidades escolares municipais;
  - b) - organização de associações e clubes escolares;
  - c) - criação de hortos escolares.

XVI - promover a expedição de certificados de conclusão de cursos de 1º grau, providenciando a assinatura do diretor do estabelecimento ou outros determinados pelo Secretário;

XVII - colaborar, no campo de suas atribuições, com os chefes dos demais órgãos;

XVIII - manter controle sobre as atividades de aquisição e distribuição de material escolar;

b) - como principal responsável pelos serviços de assistência alimentar, nas escolas:

I - administrar o programa de alimentação nas escolas do Município;

II - coordenar as atividades de distribuição de alimentos nas unidades escolares municipais, fazendo o seu controle;

III - supervisionar os trabalhos das merendeiras;

IV - organizar o cardápio com base nas normas estabelecidas e nos recursos disponíveis;

V - manter o estoque dos gêneros destinados à distribuição nas escolas, zelando pela sua conservação, bem como pela perfeita ordem e limpeza do local de armazenamento;

VI - zelar e fazer zelar pela conservação dos aparelhos e instrumentos utilizados no serviço, providenciando para que funcionem normalmente;

VII - solicitar ao Secretário a compra do material necessário ao Programa;

VIII - prestar contas, na periodicidade determinada, dos suprimentos recebidos;

IX - articular-se com os órgãos e entidades capazes de prestar auxílio ao Programa de Alimentação nas escolas;

X - realizar campanhas educativas de esclarecimento sobre a alimentação;

XI - incentivar a formação de hortas, granjas e a criação de pequenos animais de corte, como meio de enriquecimento da alimentação;

c) - como principal responsável pelas atividades de programação e orientação pedagógica:

I - assessorar os responsáveis por unidades escolares na elaboração de normas para:

1. matrícula;

2. composição de turmas;

3. aplicação de técnicas didáticas;

4. distribuição de professores;

5. uso de recursos didáticos;

6. integração de disciplina;

7. sistema de avaliação de rendimento escolar;

8. recuperação de alunos;

9. programação geral de ensino;

10. escolha de orientadores de área, série ou disciplina;

11. elaboração do horário e calendário escolar;

12. escolha e seleção de professores.

II - elaborar, em colaboração com a Equipe de Administração Escolar, o calendário escolar e providenciar a sua distribuição e difusão;

III - promover cursos de aperfeiçoamento técnico, cultural e de atualização de pessoal docente;

IV - promover reuniões com o conselho de classe;

V - orientar e avaliar as atividades escolares;

VI - elaborar juntamente com a Equipe de Administração Escolar, gráficos de rendimento escolar;

VII - orientar a elaboração de planos de curso ou unidades e avaliar os seus resultados;

VIII - propor alterações nos currículos, adequando-os às necessidades da escola e da comunidade;

IX - propor normas de funcionamento da orientação pedagógica e educacional;

X - estimular, nos estabelecimentos, as associações de pais e mestres e a formação da "caixa escolar";

XI - promover reuniões periódicas com os orientadores, professores e diretores com o objetivo de:

1. orientá-los quanto a processos pedagógicos;

2. analisar problemas encontrados e dar-lhes assistência;

3. promover intercâmbio de experiência;

XII - propor planos de aperfeiçoamento do sistema escolar do Município e, especialmente:

1. do seu corpo docente;

2. dos processos de aprendizagem;

3. das relações professor-aluno;

4. dos processos de recuperação de alunos;

5. das relações do professor com os pais dos alunos.

XIII - fazer visitas periódicas às escolas do Município, levantando os seus problemas e elaborando programas para sua solução, de acordo com o Diretor de Educação, Cultura e Esportes.

XIV - Executar outras atividades afins ou que lhe forem delegadas pelo seu superior hierárquico e a Controladoria Municipal;

XVI - Dirigir veículos da Administração Municipal quando necessário para o exercício de suas atividades.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 06 de Dezembro de 2013

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

## CÂMARA MUNICIPAL

### Emenda Nº002/2013 "Altera a Lei Organica do Município de Massaranduba (SC)"

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso, 166 - Centro - Fone/Fax (xx47) 3379-1571- Ouvidoria - 0800 646 3340

e-mail: cvm@netuno.com.br site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

CEP: 89108-000 - Massaranduba - Santa Catarina

Emenda Nº002/2013

A Lei Orgânica do Município de Massaranduba (SC)

Altera a Lei Orgânica do Município Massaranduba (SC)

A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela promulga a presente emenda a Lei Orgânica do Município com a seguinte redação:

Emenda:

Art. 1º Fica alterado o Art. 133-A da Lei Orgânica do Município de Massaranduba - SC, que passa ter a seguinte redação:

Art. 133-A. A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC)

EM 17 DE DEZEMBRO DE 2013  
SUZANE E. F. REINKE  
Presidente

Publicado no expediente da data Supra

JAIR MICHELUZZI  
Assistente Legislativo

## Modelo

### PREFEITURA

#### Portaria Nº 113/2013

PORTARIA Nº 113/2013 de 13.12.2013  
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARCIA ADRIANA NEU, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com a Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido à Servidora Pública Municipal relacionada abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Marcia Adriana Neu	22.12.2012 a 21.12.2013	02.01.2014 a 11.01.2014 (10 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 13 de dezembro de 2013.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra:

GILDO BATTISTI  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Ciente e de acordo:  
MARCIA ADRIANA NEU

#### Portaria Nº 114/2013

PORTARIA Nº 114/2013 de 13.12.2013.  
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO, À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARCIA ADRIANA NEU, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e em especial, as de conformidade com o Art.º 95 da Lei Municipal 1.513/02 e demais normas pertinentes,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida à Servidora Pública Municipal MARCIA ADRIANA NEU, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativa, Gratificação por Grau de Instrução que incidirá sobre o vencimento base na seguinte forma:

Percentual: 05% (cinco por cento), para o nível de Especialização, com cópia do Certificado anexo em pasta funcional.

a) Curso de Pós Graduação - Gestão de Pessoas - registrado sob o nº 1335 do livro nº 01, folhas nº 21 de Registro de Diplomas - Faculdade Empresarial de Chapecó - Uceff Faculdades.  
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 13 de dezembro de 2013.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

GILDO BATTISTI  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

#### Portaria Nº 115/2013

PORTARIA Nº 115/2013 de 13.12.2013  
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARISTELLA BERTOLLO BARRO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com a Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido à Servidora Pública Municipal relacionada abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Maristella Bertollo Barro	01.03.2012 a 28.02.2013	19.12.2013 a 28.12.2013 (10 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 13 de dezembro de 2013.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra:

GILDO BATTISTI  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Ciente e de acordo:  
MARISTELA BERTOLLO BARRO



**Portaria Nº 116/2013**

PORTARIA Nº 116/2013 de 16.12.2013

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLAUDINEI MARINS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com a Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Claudinei Marins	17.03.2011 16.03.2012	a 17.12.2013 26.12.2013 (10 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 16 de dezembro de 2013.

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra:

GILDO BATTISTI  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Ciente e de acordo:  
CLAUDINEI MARINS

**Portaria Nº 117/2013**

PORTARIA Nº 117/2013 de 16.12.2013

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IONE TREVISAN, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com a Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido à Servidora Pública Municipal relacionada abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Ione Trevisan	03.03.2012 a 02.03.2013	23.12.2013 a 01.01.2014 (10 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 16 de dezembro de 2013.

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra:

GILDO BATTISTI  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Ciente e de acordo:

IONE TREVISAN

**Portaria Nº 118/2013**

PORTARIA Nº 118/2013 de 16.12.2013

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES DA SERVIDORA MAIRA FERNANDA JACOBY, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica designada a Servidora MAIRA FERNANDA JACOBY, nomeada através do Decreto nº 069/2012, ocupante do cargo em comissão de Assessora Administrativa, para desempenhar as atribuições do cargo, junto à equipe de referência do CRAS, assessorando no desenvolvimento das rotinas administrativas do CRAS de Modelo/SC, em atendimento às determinações legais.

Parágrafo Único: A Servidora designada no caput deste artigo desempenhará suas funções, com carga horária de 40 horas semanais, sendo Nível CC-03 do quadro de vencimentos, fixada a sua lotação no Departamento Municipal de Assistência Social - Manutenção das atividades do CRAS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 16 de dezembro de 2013.

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra:

GILDO BATTISTI  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**Portaria Nº 119/2013**

PORTARIA Nº 119/2013 de 16.12.2013

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES DA SERVIDORA DANIELI CRISTINA METDLER, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica designada a Servidora DANIELI CRISTINA METDLER, nomeada através do Decreto nº 198/2012, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Setor, para atuar no desenvolvimento das atividades de coordenação juntamente com os demais membros da equipe de referência no desenvolvimento dos Programas,



Projetos e Serviços Socioassistenciais no CRAS de Modelo/SC.

Parágrafo Único: A Servidora designada no caput deste artigo desempenhará suas funções, com carga horária de 40 horas semanais, sendo Nível CC-04 do quadro de vencimentos, fixada a sua lotação no Departamento Municipal de Assistência Social - Manutenção das atividades do CRAS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 16 de dezembro de 2013.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra:

GILDO BATTISTI  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

## Monte Carlo

### PREFEITURA

#### Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA PORTARIA Nº 509/2013

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

#### RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a servidora ROSANGELA GONÇALVES SCAPINELLI RG 4.785.075 /SESP SC, aprovada pelo Processo Seletivo 001/2013 - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA; para exercer o cargo de CONSELHEIRO TUTELAR do quadro de Pessoal com provimento TEMPORÁRIO, criado e aprovado pela Lei Complementar Municipal 23/2007 de 15 de outubro de 2007 e alterações pela Lei Complementar Municipal 65/2013 de 18 de setembro de 2013; lotada no GABINETE DO PREFEITO com remuneração correspondente ao nível salarial simbologia "CONSELHEIRO TUTELAR" e jornada de trabalho de 40 (Quarenta) horas semanais.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos a partir da data de 16 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 16 de dezembro de 2013.  
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA  
Prefeito Municipal

publicada a presente portaria na data supra, nesta Secretaria.

LILIANE MARIA LAEUFER  
Responsável pelo Expediente

#### Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

PORTARIA Nº 510/2013

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

#### RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a servidora SANDRA ALVES DOS SANTOS CEMIN RG 2 816 981/SESP SC, aprovada pelo Processo Seletivo 001/2013 - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA; para exercer o cargo de CONSELHEIRO TUTELAR do quadro de Pessoal com provimento TEMPORÁRIO, criado e aprovado pela Lei Complementar Municipal 23/2007 de 15 de outubro de 2007 e alterações pela Lei Complementar Municipal 65/2013 de 18 de setembro de 2013; lotada no GABINETE DO PREFEITO com remuneração correspondente ao nível salarial simbologia "CONSELHEIRO TUTELAR" e jornada de trabalho de 40 (Quarenta) horas semanais.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos a partir da data de 16 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 16 de dezembro de 2013.  
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA  
Prefeito Municipal

publicada a presente portaria na data supra, nesta Secretaria.

LILIANE MARIA LAEUFER  
Responsável pelo Expediente

## Morro da Fumaça

### PREFEITURA

#### Lei Nº 1575/2013

LEI Nº 1575/2013

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA DO EXERCÍCIO DE 2.013.

AGNALDO DAVID MACCARI, prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado abrir crédito adicional suplementar ao orçamento Do Município de Morro da Fumaça, no valor de R\$ 948.036,96 (novecentos e quarenta e oito mil, trinta e seis reais e noventa e seis centavos), conforme abaixo discriminado:

Órgão 10: Secretaria de Educação e Cultura

Atividade 12.01: Secretaria de Educação e Cultura

Modalidade de Aplicação: 10.01.12.361.0007.2.011-3.1.90.00.00.00.00.00 -

Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

Modalidade de Aplicação: 10.01.12.361.0007.2.010-3.1.90.00.00.00.00.00 -

Aplicações Diretas R\$ 180.000,00

Modalidade de Aplicação: 10.01.12.364.0007.2.014-3.3.90.00.00.00.00.00 -

Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Modalidade de Aplicação:

10.01.12.361.0007.2.010-3.3.90.00.00.00.00.00 -

Aplicações Diretas R\$ 256.600,00

Modalidade de Aplicação: 10.01.12.306.0007.2.008-3.3.90.00.00.00.00.00 -

Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Modalidade de Aplicação: 10.01.12.361.0007.2.012-3.3.90.00.00.00.00.00 -

Aplicações Diretas R\$ 56.436,96

Órgão 11: Encargos Gerais do Município

Atividade 11.01: Encargos Gerais do Município

Modalidade de Aplicação: 11.01.28.843.0000.2.027-3.2.90.00.00.00.00.00 -

Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Modalidade de Aplicação: 11.01.28.843.0000.2.027-4.6.90.00.00.00.00.00 -

Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados a abertura do crédito de que trata o artigo anterior, correrão por conta dos seguintes créditos orçamentários:

I - Por conta da anulação dos seguintes créditos orçamentários do exercício em curso:

Órgão 07: Secretaria de Obras e Desenvolvimento Econômico

Atividade 07.01: Secretaria de Obras e Desenvolvimento Econômico

Modalidade de Aplicação: 07.01.25.752.0010.2.025-3.3.90.00.00.00.00.00 -

Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Modalidade de Aplicação: 07.01.26.782.0010.1.014-4.4.90.00.00.00.00.00 -

Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Modalidade de Aplicação: 07.01.26.782.0010.1.015-4.4.90.00.00.00.00.00 -

Aplicações Diretas R\$ 180.000,00

Órgão 10: Secretaria de Educação e Cultura

Atividade 12.01: Secretaria de Educação e Cultura

Modalidade de Aplicação: 10.01.12.367.0007.2.016-3.3.50.00.00.00.00.00 -

Transferência a instituições sem fins lucrativos R\$ 46.000,00

Modalidade de Aplicação: 10.01.12.361.0007.2.011-3.3.90.00.00.00.00.00 -

Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Modalidade de Aplicação: 10.01.13.392.0007.2.018-3.3.90.00.00.00.00.00 -

Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Modalidade de Aplicação: 10.01.12.361.0007.2.010-3.3.90.00.00.00.00.00 -

Aplicações Diretas R\$ 16.436,96

Modalidade de Aplicação: 10.01.12.365.0007.2.011-3.3.90.00.00.00.00.00 -

Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Modalidade de Aplicação: 10.01.12.361.0007.1.007-4.4.90.00.00.00.00.00 -

Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Modalidade de Aplicação: 10.01.12.361.0007.2.010-4.4.90.00.00.00.00.00 -

Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Modalidade de Aplicação: 10.01.12.361.0007.1.007-4.4.90.00.00.00.00.00 -

Aplicações Diretas R\$ 94.000,00

Modalidade de Aplicação:

10.01.12.365.0007.1.009-4.4.90.00.00.00.00.00 -

Aplicações Diretas R\$ 86.600,00

Modalidade de Aplicação: 10.01.12.361.0007.1.008-4.4.90.00.00.00.00.00 -

Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 29 de Novembro de 2013.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI

Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

### Lei Nº 1589/2013

LEI Nº 1589/2013

"DENOMINA RUA JOÃO PAULO II E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Excelentíssimo Senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal, em exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua João Paulo II, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua Projetada G, situada no Loteamento Júlio Coral, Bairro Bortolatto, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 16 de Dezembro de 2013.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI

Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

### Lei Nº 1590/2013

LEI Nº 1590/2013

"DENOMINA RUA SANTO AGOSTINHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Excelentíssimo Senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal, em exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Santo Agostinho, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua Projetada D, situada no Loteamento Júlio Coral, Bairro Bortolatto, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson,  
em 16 de Dezembro de 2013.  
AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI  
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

#### **Lei Nº 1591/2013**

LEI Nº 1591/2013

“DENOMINA RUA NOSSA SENHORA DO CARMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Excelentíssimo Senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal, em exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Nossa Senhora do Carmo, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua Projetada H, situada no Loteamento Júlio Coral, Bairro Bortolatto, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson,  
em 16 de Dezembro de 2013.  
AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI  
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

#### **Lei Nº 1592/2013**

LEI Nº 1592/2013

“DENOMINA RUA IRMÃ DULCE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Excelentíssimo Senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal, em exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Irmã Dulce, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua Projetada G, situada no Loteamento Júlio Coral, Bairro Bortolatto, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson,  
em 16 de Dezembro de 2013.

AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI  
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

#### **Lei Nº 1593/2013**

LEI Nº 1593/2013

“DENOMINA RUA MASSEMIRA BRESSAN SERAFIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Excelentíssimo Senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal, em exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Massemira Bressan Serafim, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua Projetada A, situada no Loteamento Pedro Serafim, Bairro De Costa, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson,  
em 16 de Dezembro de 2013.  
AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI  
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

#### **Lei Nº 1594/2013**

LEI Nº 1594/2013

“DENOMINA RUA GRACIOSA SERAFIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Excelentíssimo Senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal, em exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Graciosa Serafim a via pública deste Município, atualmente denominada Rua Projetada B, situada no Loteamento Pedro Serafim, Bairro De Costa, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson,  
em 16 de Dezembro de 2013.  
AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI  
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

**Lei Nº 1595/2013**

LEI Nº 1595/2013  
"DENOMINA RUA DICONIR SACHI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Excelentíssimo Senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal, em exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Diconir Sachi, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua Projetada 3, situada no Loteamento Vila Parise, Bairro Napolini, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson,  
em 16 de Dezembro de 2013.  
AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI  
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

**Lei Nº 1596/2013**

LEI Nº 1596/2013  
"DENOMINA RUA DELIDIA DE COSTA BORTOLIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Excelentíssimo Senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal, em exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Delidia de Costa Bortolin, a via pública deste Município, que tem seu início na Avenida Antonio de Costa, seguindo daí até encontrar-se com a Rua Silvio Sartor, situada no Loteamento Getúlio Costa, Bairro De Costa, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson,  
em 16 de Dezembro de 2013.  
AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI  
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

**Lei Nº 1597/2013**

LEI Nº 1597/2013  
"DENOMINA RUA PEDRO BONIFÁCIO ESPÍNDOLA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Excelentíssimo Senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal, em exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Pedro Bonifácio Espíndola, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua Projetada 1, situada no Loteamento Mário Simoni, Bairro Esperança, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson,  
em 16 de Dezembro de 2013.  
AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI  
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

**Lei Nº 1598/2013**

LEI Nº 1598/2013  
"DENOMINA RUA EUCLIDES PAULO FERNANDES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Excelentíssimo Senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal, em exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Euclides Paulo Fernandes, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua Projetada 2, situada no Loteamento Mário Simoni, Bairro Esperança, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson,  
em 16 de Dezembro de 2013.  
AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI  
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

**Lei Nº 1599/2013**

LEI Nº 1599/2013

"DENOMINA RUA CRESCÊNCIO TEIXEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Excelentíssimo Senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal, em exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Crescêncio Teixeira, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua Projetada 3, situada no Loteamento Mário Simoni, Bairro Esperança, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson,  
em 16 de Dezembro de 2013.  
AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI  
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

**Lei Nº 1600/2013**

LEI Nº 1600/2013

"DENOMINA RUA JORGE DAGOSTIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Excelentíssimo Senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal, em exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Jorge Dagostin, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua Projetada A, situada no Loteamento Jorge Dagostin, Bairro Maccari, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson,  
em 16 de Dezembro de 2013.  
AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI  
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

**Lei Nº 1601/2013**

LEI Nº 1601/2013

"DENOMINA RUA OVÍDIO MENEGHEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Excelentíssimo Senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal, em exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Ovídio Meneghel, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua Projetada B, situada no Loteamento Jorge Dagostin, Bairro Maccari, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson,  
em 16 de Dezembro de 2013.  
AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI  
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

**Lei Nº 1602/2013**

LEI Nº 1602/2013

"DENOMINA RUA OTÍLIA MACCARI DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Excelentíssimo Senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal, em exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Otília Maccari da Silva, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua Projetada C, situada no Loteamento Jorge Dagostin, Bairro Maccari, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson,  
em 16 de Dezembro de 2013.  
AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI  
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.



**Lei Nº 1603/2013**

LEI Nº 1603/2013

**"DENOMINA RUA LUCIANO MATIOLI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Excelentíssimo Senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal, em exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Luciano Matioli, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua Projetada A, situada no Loteamento Dubai, Bairro Monte Verde, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson,  
em 16 de Dezembro de 2013.

AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI  
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

**Lei Nº 1604/2013**

LEI Nº 1604/2013

**"DENOMINA RUA JANIRCE BORTOLATTO SACCON E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Excelentíssimo Senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal, em exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Janirce Bortolatto Saccon, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua Projetada B, situada no Loteamento Dubai, Bairro Monte Verde, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson,  
em 16 de Dezembro de 2013.

AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI  
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

**Lei Nº 1605/2013**

LEI Nº 1605/2013

**"DENOMINA RUA JOSÉ ENIO MARTINHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Excelentíssimo Senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal, em exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua José Enio Martinho, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua Projetada 1, situada no Loteamento Amélia e Jaqueline, Bairro Napolini, tendo seu início na Rua José Carlos Frasson, seguindo daí até encontrar-se com a Rua Dos Expedicionários, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson,  
em 16 de Dezembro de 2013.

AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI  
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

**Lei Nº 1606/2013**

LEI Nº 1606/2013

**"DENOMINA RUA MARTINHO FRANCISCO MENDES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Excelentíssimo Senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal, em exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Martinho Francisco Mendes, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua Projetada 2, situada no Loteamento Amélia e Jaqueline, Bairro Napolini, tendo seu início na Rua Valmor Napolini, seguindo daí até encontrar-se com a Rua Dos Expedicionários, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson,  
em 16 de Dezembro de 2013.

AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI  
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

**Lei Nº 1606/2013**

LEI Nº 1606/2013

**"DENOMINA RUA MARTINHO FRANCISCO MENDES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Excelentíssimo Senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal, em exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Martinho Francisco Mendes, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua Projetada 2, situada no Loteamento Amélia e Jaqueline, Bairro Napolini, tendo seu início na Rua Valmor Napolini, seguindo daí até encontrar-se com a Rua Dos Expedicionários, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson,  
em 16 de Dezembro de 2013.  
AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI  
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

**Lei Nº 1607/2013**

LEI Nº 1607/2013

**"DENOMINA RUA RAFAEL MACCARI DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Excelentíssimo Senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal, em exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Rafael Maccari, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua Projetada A, situada no Loteamento Camila, Bairro Esperança, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson,  
em 16 de Dezembro de 2013.  
AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI  
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

**Lei Nº 1608/2013**

LEI Nº 1608/2013

**"DENOMINA RUA JOSÉ HENRIQUE MEZZARI DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Excelentíssimo Senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal, em exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua José Henrique Mezzari, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua Projetada B, situada no Loteamento Camila, Bairro Esperança, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson,  
em 16 de Dezembro de 2013.  
AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI  
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

**Lei Nº 1609/2013**

LEI Nº 1609/2013

**"DENOMINA RUA IDALINO MORETO DA CONCEIÇÃO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Excelentíssimo Senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal, em exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Idalino Moreto da Conceição, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua Projetada C, situada no Loteamento Camila, Bairro Esperança, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson,  
em 16 de Dezembro de 2013.  
AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI  
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

**Lei Nº 1610/2013**

LEI Nº 1610/2013

**"DENOMINA RUA QUINTINO SALVAN DELA VEDOVA DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Excelentíssimo Senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal, em exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Quintino Salvan Dela Vedova, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua Projetada G, situada no Loteamento Camila, Bairro Esperança, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson,  
em 16 de Dezembro de 2013.

AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI  
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

**Lei Nº 1611/2013**

LEI Nº 1611/2013

**"DENOMINA RUA ADOLFO BORTOLIN DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Excelentíssimo Senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal, em exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Adolfo Bortolin, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua Projetada F, situada no Loteamento Camila, Bairro Esperança, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson,  
em 16 de Dezembro de 2013.

AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI  
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

**Lei Nº 1612/2013**

LEI Nº 1612/2013

**"DENOMINA RUA CLÉIA MARA VASCONCELOS FRASSON DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Excelentíssimo Senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal, em exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Cléia Mara Vasconcelos Frasson, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua Projetada B, situada no Loteamento Recco e Lina Vasconcelos, Bairro Maccari, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson,  
em 16 de Dezembro de 2013.

AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI  
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

**Lei Nº 1613/2013**

LEI Nº 1613/2013

**"DENOMINA RUA DOMINGOS GUOLLO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Excelentíssimo Senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal, em exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Domingos Guollo, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua Projetada A, situada no Loteamento Recco e Lina Vasconcelos, Bairro Maccari, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson,  
em 16 de Dezembro de 2013.

AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI  
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

**Lei Nº 1614/2013**

LEI Nº 1614/2013

DISPÕE SOBRE DESAFETAÇÃO DE IMÓVEL, AUTORIZA SUA ALIENAÇÃO POR DOAÇÃO A ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS OLARIA DAS ARTES, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Artigo 1º - Fica desafetado do domínio público com a respectiva reversão ao patrimônio do Município, o imóvel a seguir descrito:

“um lote de terras situado na zona urbana da cidade de Morro da Fumaça, comarca de Urussanga, Estado de Santa Catarina, na rua Projetada A, esquina com a Rua Projetada B, locado sob a designação de Área de utilidade Pública, na Quadra C do Loteamento Nona Angelina, com área de 817,50 (oitocentos e dezessete virgula cinqüenta metros quadrados, com 30 metros de frente por 27,25 metros da frente aos fundos, com as seguintes características e confrontações: á frente - ao NORTE com a Rua Projetada A, aos fundos ao SUL com terras de Narciso Maccari, ao LESTE com área verde e ao OESTE, com a Rua Projetada B.”

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar á Associação de Artesãos Olaria das Artes, o imóvel de matrícula n. 26.495, acima descrito, com área de 817,50 m2 (oitocentos e dezessete virgula cinqüenta metros quadrados.

Artigo 3º - A doação do imóvel referido no artigo anterior tem como único objetivo a edificação de Sede da Associação de Artesãos Olaria das Artes.

Artigo 4º - Fica expressamente vedado á Associação de Artesãos Olarias das Artes:

- I- Alienar o imóvel;
- II- Gravar o imóvel com ônus real de garantia;
- III- Dar destinação diversa da prevista na doação.

Artigo 5º - Reverterá ao Poder Público Municipal o terreno doado, quando:

I- Não iniciada a construção da sede da Associação beneficiária no prazo de 05 (cinco anos) a contar da publicação desta lei;

II- Não mais for utilizado para abrigar a sede da mencionada Associação, sem ônus para o Município, sendo que as benfeitorias não removíveis seguirão a sorte do principal;

Parágrafo Único- É facultado ao Poder Público Municipal o direito de desistir da reversão do terreno, desde que comprovada a inconveniência técnica e julgada onerosa ao erário à transação.

Artigo 6º- Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Artigo 7º - Revogam-se às disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson,  
em 16 de Dezembro de 2013.

AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI  
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

**Lei Nº 1615/2013**

LEI Nº 1615/2013

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS E AO MEIO AMBIENTE DE MORRO DA FUMAÇA- APAMF, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º É declarado de Utilidade Pública a “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS E AO MEIO AMBIENTE DE MORRO DA FUMAÇA- APAMF”, com nome fantasia “ONG ANJOS DA TERRA”, Associação Civil sem Fins Lucrativos, fundada em 14 de Fevereiro de 2013, com sede na Avenida Inocente Pagnan, n. 21, Galeria San Valentin, sala 04, centro, Morro da Fumaça/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 17.808.729/0001-91, com suas finalidades disciplinadas em seu Estatuto Social.

Art. 2º Ficam assegurados a Associação de Proteção aos Animais e ao Meio Ambiente de Morro da Fumaça- APAMF, todas as vantagens e prerrogativas permitidas pela legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson,  
em 16 de Dezembro de 2013.

AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI  
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

**Lei Nº 1616/2013**

LEI Nº 1616/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO COM A AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO DE SANTA CATARINA - AGESAN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO DE SANTA CATARINA - AGESAN, em consonância com as Leis Federais 11.445/07, 12.305/10 e com o art. 241, da Constituição Federal de 1988, com vistas a delegar as questões afetas a regulação dos serviços públicos de saneamento básico do Município;

Art. 2º. Deverá ser delegadas mediante convênio com a AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO DE SANTA CATARINA - AGESAN, as seguintes atribuições relativas aos serviços públicos de saneamento básico:

I - supervisionar, controlar e avaliar as ações e atividades decorrentes do cumprimento da legislação específica relativa ao saneamento básico;

II - fiscalizar a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, incluídos os aspectos contábeis e financeiros e os relativos ao desempenho técnico-operacional;

III - expedir regulamentos de ordem técnica e econômica, visando ao estabelecimento de padrões de qualidade para:

- a) prestação dos serviços;
- b) otimização dos custos;
- c) segurança das instalações; e
- d) atendimento aos usuários.

IV - estabelecer o regime tarifário, de forma a garantir a modicidade das tarifas e o equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços;

V - analisar os custos e o desempenho econômico-financeiro da prestação dos serviços;

VI - aplicar sanções e penalidades ao prestador do serviço, quando, sem motivo justificado, houver descumprimento das diretrizes técnicas e econômicas expedidas pela Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN;

Art. 3º. Os recursos necessários à execução de regulação e fiscalização, delegados à Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN, relativo às atribuições de que trata o art. 2º supra, proverão da cobrança da Taxa de Fiscalização a ser estabelecida no convênio, sendo de responsabilidade das entidades públicas ou privadas que prestem serviços públicos de saneamento básico o seu pagamento;

Art. 4º. O Município exigirá a ligação obrigatória de toda construção e prédios considerados habitáveis, situados em logradouros que disponham dos serviços, às redes públicas de abastecimento de água potável e de coleta de esgoto, excetuando-se da obrigatoriedade prevista apenas as situações de impossibilidade técnica, que deverão ser justificadas perante os órgãos competentes, sendo que as ligações correrão às expensas dos usuários, nos termos do inciso II, do art. 14, da Lei Estadual n.º 13.517/05.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson,  
em 16 de Dezembro de 2013.  
AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI  
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

## **Lei Nº 1616/2013**

LEI Nº 1616/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO COM A AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO DE SANTA CATARINA - AGESAN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com

a AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO DE SANTA CATARINA - AGESAN, em consonância com as Leis Federais 11.445/07, 12.305/10 e com o art. 241, da Constituição Federal de 1988, com vistas a delegar as questões afetas a regulação dos serviços públicos de saneamento básico do Município;

Art. 2º. Deverá ser delegadas mediante convênio com a AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO DE SANTA CATARINA - AGESAN, as seguintes atribuições relativas aos serviços públicos de saneamento básico:

I - supervisionar, controlar e avaliar as ações e atividades decorrentes do cumprimento da legislação específica relativa ao saneamento básico;

II - fiscalizar a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, incluídos os aspectos contábeis e financeiros e os relativos ao desempenho técnico-operacional;

III - expedir regulamentos de ordem técnica e econômica, visando ao estabelecimento de padrões de qualidade para:

- a) prestação dos serviços;
- b) otimização dos custos;
- c) segurança das instalações; e
- d) atendimento aos usuários.

IV - estabelecer o regime tarifário, de forma a garantir a modicidade das tarifas e o equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços;

V - analisar os custos e o desempenho econômico-financeiro da prestação dos serviços;

VI - aplicar sanções e penalidades ao prestador do serviço, quando, sem motivo justificado, houver descumprimento das diretrizes técnicas e econômicas expedidas pela Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN;

Art. 3º. Os recursos necessários à execução de regulação e fiscalização, delegados à Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN, relativo às atribuições de que trata o art. 2º supra, proverão da cobrança da Taxa de Fiscalização a ser estabelecida no convênio, sendo de responsabilidade das entidades públicas ou privadas que prestem serviços públicos de saneamento básico o seu pagamento;

Art. 4º. O Município exigirá a ligação obrigatória de toda construção e prédios considerados habitáveis, situados em logradouros que disponham dos serviços, às redes públicas de abastecimento de água potável e de coleta de esgoto, excetuando-se da obrigatoriedade prevista apenas as situações de impossibilidade técnica, que deverão ser justificadas perante os órgãos competentes, sendo que as ligações correrão às expensas dos usuários, nos termos do inciso II, do art. 14, da Lei Estadual n.º 13.517/05.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson,  
em 16 de Dezembro de 2013.  
AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI  
Secretário de Adm., Planej. e Finanças



Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

### **Decreto Nº 098/2013**

DECRETO Nº 098/2013

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA DO EXERCÍCIO DE 2.013.

AGNALDO DAVID MACCARI, prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado abrir crédito adicional suplementar ao orçamento Do Município de Morro da Fumaça, no valor de R\$ 948.036,96 (novecentos e quarenta e oito mil, trinta e seis reais e noventa e seis centavos), conforme abaixo discriminado:

Órgão 10: Secretaria de Educação e Cultura

Atividade 12.01: Secretaria de Educação e Cultura

Modalidade de Aplicação: 10.01.12.361.0007.2.011-3.1.90.00.00.00.00.00 -

Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

Modalidade de Aplicação: 10.01.12.361.0007.2.010-3.1.90.00.00.00.00.00 -

Aplicações Diretas R\$ 180.000,00

Modalidade de Aplicação: 10.01.12.364.0007.2.014-3.3.90.00.00.00.00.00 -

Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Modalidade de Aplicação: 10.01.12.361.0007.2.010-3.3.90.00.00.00.00.00 -

Aplicações Diretas R\$ 256.600,00

Modalidade de Aplicação: 10.01.12.306.0007.2.008-3.3.90.00.00.00.00.00 -

Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Modalidade de Aplicação: 10.01.12.361.0007.2.012-3.3.90.00.00.00.00.00 -

Aplicações Diretas R\$ 56.436,96

Órgão 11: Encargos Gerais do Município

Atividade 11.01: Encargos Gerais do Município

Modalidade de Aplicação: 11.01.28.843.0000.2.027-3.2.90.00.00.00.00.00 -

Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Modalidade de Aplicação: 11.01.28.843.0000.2.027-4.6.90.00.00.00.00.00 -

Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados a abertura do crédito de que trata o artigo anterior, correrão por conta dos seguintes créditos orçamentários:

I - Por conta da anulação dos seguintes créditos orçamentários do exercício em curso:

Órgão 07: Secretaria de Obras e Desenvolvimento Econômico

Atividade 07.01: Secretaria de Obras e Desenvolvimento Econômico

Modalidade de Aplicação: 07.01.25.752.0010.2.025-3.3.90.00.00.00.00.00 -

Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Modalidade de Aplicação: 07.01.26.782.0010.1.014-4.4.90.00.00.00.00.00 -

Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Modalidade de Aplicação: 07.01.26.782.0010.1.015-4.4.90.00.00.00.00.00 -  
Aplicações Diretas R\$ 180.000,00

Órgão 10: Secretaria de Educação e Cultura

Atividade 12.01: Secretaria de Educação e Cultura

Modalidade de Aplicação: 10.01.12.367.0007.2.016-3.3.50.00.00.00.00.00 -

Transferência a instituições sem fins lucrativos R\$ 46.000,00

Modalidade de Aplicação: 10.01.12.361.0007.2.011-3.3.90.00.00.00.00.00 -

Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Modalidade de Aplicação: 10.01.13.392.0007.2.018-3.3.90.00.00.00.00.00 -

Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Modalidade de Aplicação: 10.01.12.361.0007.2.010-3.3.90.00.00.00.00.00 -

Aplicações Diretas R\$ 16.436,96

Modalidade de Aplicação: 10.01.12.365.0007.2.011-3.3.90.00.00.00.00.00 -

Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Modalidade de Aplicação: 10.01.12.361.0007.1.007-4.4.90.00.00.00.00.00 -

Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Modalidade de Aplicação: 10.01.12.361.0007.2.010-4.4.90.00.00.00.00.00 -

Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Modalidade de Aplicação: 10.01.12.361.0007.1.007-4.4.90.00.00.00.00.00 -

Aplicações Diretas R\$ 94.000,00

Modalidade de Aplicação: 10.01.12.365.0007.1.009-4.4.90.00.00.00.00.00 -

Aplicações Diretas R\$ 86.600,00

Modalidade de Aplicação: 10.01.12.361.0007.1.008-4.4.90.00.00.00.00.00 -

Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 1.335/2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2013 - Lei Municipal nº. 1.533/2012 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2013 - Lei nº. 1.535/2012, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 29 de Novembro de 2013.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI

Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

# Navegantes

## PREFEITURA

### Abertura de Crédito Especial

LEI Nº 2817 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013

"Dispõe sobre a abertura de CRÉDITO ESPECIAL, no valor de R\$ 4.000,00 (Quatro Mil Reais), no orçamento do exercício de 2013, para inclusão da modalidade de aplicação-50 (Transferências a Entidades Privadas s/Fins Lucrativos), na categoria: despesas de capital, da programação orçamentária do Gabinete do Prefeito".

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais. Faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e EU sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto o crédito especial no valor de R\$ 4.000,00 (Quatro Mil Reais), no orçamento do exercício de 2013, para inclusão da modalidade de aplicação-50 (Transferências a Entidades Privadas s/Fins Lucrativos), na categoria: despesas de capital, da programação orçamentária do Gabinete do Prefeito, conforme detalhamento a seguir:

02 – GABINETE DO PREFEITO

01 – Gabinete do Prefeito

04.122.0002 – 2.002 – Manut. e Func. do Gabinete do Prefeito

Fonte de Recursos: 0134 – Recursos Ordinários

4.4.50.00.00.00 – Transf. a Entidades Privadas s/Fins Lucrativos  
R\$ 4.000,00

Total R\$ 4.000,00

Art. 2º - Os recursos orçamentários para a abertura do crédito especial, acima mencionado, terão origem na anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

02 – GABINETE DO PREFEITO

01 – Gabinete do Prefeito

04.122.0002 – 2.002 – Manut. e Func. do Gabinete do Prefeito

Fonte de Recursos: 0134 – Recursos Ordinários

3.3.50.00.00.00 – Transf. a Entidades Privadas s/Fins Lucrativos  
R\$ 4.000,00

Total R\$ 4.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Navegantes, 13 de Dezembro de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta Lei foi Registrada e Publicada na Secretaria de Administração, nesta data.

Prefeitura de Navegantes-SC, 13 de Dezembro de 2013.

BENILDE PERÃO

Secretária de Administração

### Altera a Lei Complementar N º 6 Código Tributário

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500

CEP 88375-000 - Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR N º 190 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N º 6 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2002

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1 º O artigo 271 da Lei Complementar n º 6 de 31 de dezembro de 2002 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 271 O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, devido na construção civil, executado por empresas não estabelecidas no município ou por profissional autônomo ou por qualquer pessoal não cadastrado, deverá ser recolhido, à vista, antecipadamente ou parceladamente durante a execução da obra

§ 1 º O imposto devido na forma deste artigo será calculado por estimativa tendo por base a tabela de valores unitários da construção fixada e atualizada mensalmente pelo órgão fazendário.

§ 2 º A liberação da carta de habite-se fica condicionada a comprovação do pagamento total do imposto devido na forma deste artigo.

§ 3 º Terminada a construção é facultada a ambas as partes, sujeito ativo e passivo da relação tributária, exigir o imposto apurado a maior do que a estimativa para a edificação ou a devolução pelo recolhimento a maior, em razão de prestação de serviços insuficientes para alcançar o imposto lançado.

§ 4 º O sujeito ativo da relação tributária, de que trata o parágrafo anterior, terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias, para efetuar a devolução ou compensação, ao sujeito passivo, do recolhimento a maior em razão de prestação de serviços insuficientes para alcançar o imposto lançado."

Art. 2 º - Fica acrescido à Lei Complementar nº 6, de 31 de dezembro de 2002, o artigo 271-A:

"Art. 271-A Não se subordinam às regras do artigo anterior os contribuintes pessoas jurídicas que estiverem cadastrados na Prefeitura como prestadores de serviços, no ramo da construção civil e desde que venham recolhendo seus tributos com normalidade".

Art. 3º - Fica acrescido à Lei Complementar nº 6, de 31 de dezembro de 2002, o artigo 271-B:

"Art. 271-B No caso de mão de obra própria por parte do dono da obra na construção civil, poderão ser deduzidos para a apuração do líquido tributável pelo imposto, os valores recolhidos antecipadamente, a título de salários, sem considerar os encargos, desde que comprovados à Fazenda Municipal, a relação dos documentos fiscais e os valores pagos a esses, bem como a folha de pagamento do pessoal empregado para a execução dos serviços, com a comprovação do recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas e do correspondente depósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)."

Art. 4 º Esta lei complementar entra em vigor, tendo seus efeitos 90 dias após a data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMpra-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de dezembro de 2013.

BENILDE PERÃO

Secretária DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### Repasse de Numerário À Liga Navegantina de Desportos

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

**LEI N º 2818 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013**  
**AUTORIZA O REPASSE DE NUMERÁRIO À LIGA NAVEGANTINA DE DESPORTOS**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1 º Fica, o Poder Executivo municipal, autorizado a repassar o valor de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais) à Liga Navegantina de Desportos, inscrita no CNPJ sob o número 07.999.290/0001-78, com sede na Rua Maria Leonor da Cunha s/nº, Centro, em Navegantes, tendo como seu atual Presidente o senhor Alexandre Ângelo Angioletti.

Parágrafo Único: A entidade em questão foi declarada de utilidade pública pela lei n º 2324 de 11 de junho de 2010.

Art. 2 º O repasse constante do artigo primeiro desta lei será feito em três parcelas, respectivamente de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a serem pagas nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2014. Parágrafo Único: Os valores repassados serão utilizados para custear despesas com o Campeonato Municipal de Futebol de Areia 2014.

Art. 3 º Os recursos para garantir a execução da presente lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 20 - Fundação Municipal de Esportes

Unidade: 02 - Diretoria Administrativa

27.812.0024.2.072 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa

14 - 3.3.50.00.00.00 - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos

Art. 4 º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 13 DE DEZEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de dezembro de 2013.

BENILDE PERÃO

Secretária DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**Estabelece Prazo Final Para Prestação de Contas**

**RESOLUÇÃO Nº 003/2013**

Estabelece prazo final para prestação de contas dos projetos aprovados na seleção 2011 da Lei Municipal de Incentivo à Cultura.

O Conselho Municipal de Cultura de Navegantes, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei 2286 de 19 de março de 2010 e em conformidade com a Lei nº 2635 de 10 de outubro de 2012, regulamentada pelo Decreto nº 702 de 27 de novembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer o prazo de 20 de dezembro de 2013 para entrega das prestações de contas dos projetos aprovados na seleção 2011 da Lei Municipal de Incentivo à Cultura.

Art. 2º - Os projetos que apresentam débito quanto à prestação

de contas e seus respectivos proponentes são os abaixo relacionados:

- Audio Back - Lançamento / Carlos Henrique de Souza Lima

- Colcha de Retalhos - Memórias de Quintal / Patrícia Fabiana da Costa Moreira

- DVD ao vivo Vale a Pena Sonhar / Adriana Ribeiro Machado Urbano

- Navegantes / Rogério Pinheiro Leal Nunes

Art. 3º - Caso os proponentes responsáveis pelos projetos em questão não apresentarem a devida prestação de contas até a data estabelecida, deverão os mesmos devolver integralmente os valores recebidos para execução dos projetos.

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Navegantes, 21 de novembro de 2013.

ANGELA PEYELR

Presidente do Conselho Municipal de Cultura de Navegantes

**Homologa o Tombamento da Casa de Escalvados**

**RESOLUÇÃO Nº 004/2013**

Homologa o tombamento da "Casa de Escalvados", processo de tombamento 002 de 16 de maio de 2012.

O Conselho Municipal de Cultura de Navegantes, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei 2532 de 02 de dezembro de 2011, tendo em vista a conclusão do processo de tombamento em questão e sua aprovação em reunião ordinária deste Conselho,

RESOLVE:

Art. 1º Fica homologado o tombamento, nos termos da Lei nº 2532, de 02 de dezembro de 2011, da "CASA DE ESCALVADOS", localizada a Rua Vereador Loureco Soares da Silva, 3163, no bairro Escalvados, nesta cidade.

Art. 2º O imóvel ora tombado será inscrito no Livro do Tombo do Patrimônio Histórico e Cultural de Navegantes.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Navegantes, 21 de novembro de 2013.

ANGELA PEYELR

Presidente do Conselho Municipal de Cultura de Navegantes

**Homologa Pedido de Transferência de Proponente**

**PORTARIA Nº 002/2013**

Homologa pedido de transferência de proponente do projeto Casa de Escalvados - PRONAFIC 13182359109.

A Superintendente da Fundação Cultural de Navegantes, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Edital de Concurso 001/2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Homologar pedido de transferência de proponente do projeto Casa de Escalvados, aprovado no processo de seleção do Edital de Concurso 001/2013 do Fundo Municipal de Cultura.

Art. 2º. Após aprovação do pedido transferência por parte da Comissão Navegantina de Avaliação de Projetos Culturais, fica transferido o projeto Casa de Escalvados do nome do Sr. Acácio Frutoso da Silva para o nome da Sra. Fábila Alves Francisca, que passa a ser responsável integral pela execução e prestação de contas do referido projeto.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Navegantes, 04 de dezembro de 2013.

REGINA CÉLIA CORREIA

Superintendente da Fundação Cultural de Navegantes

**Portaria Exoneração**

PORTARIA Nº. 3577 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013  
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

**RESOLVE:**

I - EXONERAR a Srª. CAROLINE SEVERINO, matrícula Nº61836/05 do cargo de Monitora Educação Infantil de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 03 de dezembro de 2013

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 DE DEZEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de dezembro de 2013.

ALESSANDRA MÜLLER  
Secretária Municipal de Administração e Logística INTERINA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de dezembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3578 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013  
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

**RESOLVE:**

I - EXONERAR a Srª. LARISSA HELENA DA SILVA, matrícula Nº62684/02 do cargo de Monitora Educação Especial de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 04 de dezembro de 2013

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 DE DEZEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de dezembro de 2013.

ALESSANDRA MÜLLER  
Secretária Municipal de Administração e Logística INTERINA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de dezembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3595 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013  
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

**RESOLVE:**

I - EXONERAR a Srª. SIMONE ANHAIA, matrícula Nº20027/02 do cargo de Monitora Educação Infantil de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 02 de dezembro de 2013

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE DEZEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de dezembro de 2013.

BENILDE PERÃO  
Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de dezembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3596 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013  
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

**RESOLVE:**

I - EXONERAR a Srª. EDIANE CLAUDINO, matrícula Nº4956/08 do cargo de Monitora Educação Especial de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 10 de dezembro de 2013

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE DEZEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de dezembro de 2013.

BENILDE PERÃO  
Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de dezembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3611 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013  
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.



**RESOLVE:**

I - EXONERAR a Srª. FRANCIELI RODRIGUES, matrícula Nº62985/01 do cargo de Monitora Educação Infantil de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 02 de dezembro de 2013

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de dezembro de 2013.

BENILDE PERÃO

Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de dezembro de 2013.

**Portaria Exoneração**

PORTARIA Nº. 3613 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

**RESOLVE:**

I - EXONERAR a Srª. ISABEL BAUMRUCKER, matrícula Nº62606/02 do cargo de Professora de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 06 de dezembro de 2013

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de dezembro de 2013.

BENILDE PERÃO

Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de dezembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3597 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

**RESOLVE:**

I - EXONERAR a Srª. LUCILE PATRICIA FONSECA, matrícula Nº3594/14 do cargo de Professora de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 10 de dezembro de 2013

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE DEZEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de dezembro de 2013.

BENILDE PERÃO

Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de dezembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3614 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

**RESOLVE:**

I - EXONERAR a Srª. PRISCILA ALVES, matrícula Nº17068/03 do cargo de Professora de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 02 de dezembro de 2013

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de dezembro de 2013.

BENILDE PERÃO

Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de dezembro de 2013.

**Portaria Licença Maternidade**

PORTARIA Nº. 3622 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

**RESOLVE:**

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. EDILENE NEUSA DE SOUZA,



matrícula nº. 62827/01, que exerce a função Monitora Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, pelo período de 28/11/2013 a 26/05/2014 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 28/11/2013 a 26/05/2014, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 28 de novembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 12 DE DEZEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de dezembro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 12 de dezembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3623 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.  
"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. AMANDA BORBA COUTO, matrícula nº. 62610/02, que exerce a função Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 11/12/2013 a 08/06/2014 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 11/12/2013 a 08/06/2014, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 11 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 12 DE DEZEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de dezembro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 12 de dezembro de 2013.

### Portaria Licença Saúde

PORTARIA Nº. 3615 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a PRISCILA ALVES, sob matrícula nº 17068/03, no cargo de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelos períodos de 17/09/2013 à 01/12/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 17 de setembro de 2013 à 01 de dezembro de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 17 de setembro de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 11 DE DEZEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de dezembro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de dezembro de 2013.  
PORTARIA Nº. 3620 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.  
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a PRISCILA ALVES, sob matrícula nº 17068/04, no cargo de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelos períodos de 17/09/2013 à 01/12/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 17 de setembro de 2013 à 01 de dezembro de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 17 de setembro de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 12 DE DEZEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de dezembro de 2013.  
**BENILDE PERÃO**  
Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de dezembro de 2013.  
**PORTARIA Nº. 3621 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.**  
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

**ROBERTO CARLOS DE SOUZA**, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

**RESOLVE:**

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a **MARIA JOSÉ NUNES**, sob matrícula nº 2700/02, no cargo de Agente Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelos períodos de 17/10/2013 à 05/12/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 17 de outubro de 2013 à 05 de dezembro de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 17 de outubro de 2013, revogados as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura de Navegantes, 12 DE DEZEMBRO DE 2013.  
**ROBERTO CARLOS DE SOUZA**  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de dezembro de 2013.  
**BENILDE PERÃO**  
Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de dezembro de 2013.

**PORTARIA Nº. 3625 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.**  
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

**ROBERTO CARLOS DE SOUZA**, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

**RESOLVE:**

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a **JOSIANE CORREIA VOGEL FERREIRA**, sob matrícula nº 4004/09, no cargo de Monitora Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelos períodos de 30/10/2013 à 04/12/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 30 de outubro de 2013 à 04 de dezembro de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 30 de outubro de 2013, revogados as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura de Navegantes, 12 DE DEZEMBRO DE 2013.  
**ROBERTO CARLOS DE SOUZA**  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de dezembro de 2013.  
**BENILDE PERÃO**  
Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de dezembro de 2013.

**Portaria Readaptação**

**PORTARIA Nº 3612 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.**  
"READAPTA A PEDIDO SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

**ROBERTO CARLOS DE SOUZA**, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

**RESOLVE:**

I. Readaptar a pedido a servidora Sr<sup>a</sup>. **SUSIMERY MÜLLER**, que exerce o cargo de Professora **MAGII**, com carga horária de 20 (vinete) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria dar-se-á pelo período de 18 de novembro de 2013 até 18 de novembro 2014.

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 18 de novembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura de Navegantes, 11 DE DEZEMBRO DE 2013 .  
**ROBERTO CARLOS DE SOUZA**  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de dezembro de 2013.  
**BENILDE PERÃO**  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA**

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de dezembro de 2013

**Extrato de Homologação PMN Nº 162/2013.**

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PMN nº 162/2013.**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO PMN nº 162/2013.**

**PROCESSO Nº 162/2013.**

**HOMOLOGAÇÃO: 16/12/2013.**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.**

**CONTRATADO: DOMINGOS MALAGUTTI EPP.**

**VALOR DA DESPESA: R\$ 4.490,00 (quatro mil quatrocentos e noventa reais).**

**RECURSOS: 1.088 4.4.90.00.00.00.00.00.00.**

**OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO REFERENTE À AQUISIÇÃO DE PARQUE INFANTIL (DEVIDAMENTE INSTALADO) PARA INTEGRAR O CENTRO DE ARTES E ESPORTES UNIFICADO - LOCALIZADO NO BAIRRO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC CONFORME PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO PAC 2, SOB NO CONTRATO Nº0363523-89, COM A**

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

Navegantes, 16 de dezembro de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA.

Prefeito do Município.

**Extrato Contratual Nº 247/2013**

Extrato Contratual 247/2013.

Prefeitura de Navegantes

Extrato do Contrato Nº.: 247/2013.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada: ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA.

Vigência: Início: 12/12/2013 Término: 07/02/2014.

Valor: R\$ R\$ 466,63 (quatrocentos e sessenta e seis mil e sessenta e três reais).

Licitação: Concorrência nº 56/2013

Recursos: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.00.00.

Objeto: TERCEIRO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 064/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA.

NAVEGANTES, 12 de dezembro de 2013.

**Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 237/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 237/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada : RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA.

Vigência : Início: 12/12/2013 Término: 02/06/2022.

Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 33/2002

Recursos: Dotação: 2.115 3.3.90.00.00.00.00.00.00.

Objeto : QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 033/2002, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA.

Navegantes, 12 de dezembro de 2013.

**Extratos Contratuais Concorrência 56/2013.**

Extrato Contratual 238/2013.

Prefeitura de Navegantes

Extrato do Contrato Nº.: 238/2013.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada: CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

Vigência: Início: 09/12/2013 Término: 07/02/2014.

Licitação: Concorrência nº 56/2013

Recursos: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.00.00.

Objeto: SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 060/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.

NAVEGANTES, 09 de dezembro de 2013.

Extrato Contratual 239/2013.

Prefeitura de Navegantes

Extrato do Contrato Nº.: 239/2013.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada: CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

Vigência: Início: 09/12/2013 Término: 07/02/2014.

Licitação: Concorrência nº 56/2013

Recursos: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.00.00.

Objeto: SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 062/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.

NAVEGANTES, 09 de dezembro de 2013.

Extrato Contratual 240/2013.

Prefeitura de Navegantes

Extrato do Contrato Nº.: 240/2013.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada: BELGA EMPREITEIRA LTDA.

Vigência: Início: 09/12/2013 Término: 07/02/2014.

Licitação: Concorrência nº 56/2013

Recursos: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.00.00.

Objeto: SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 063/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E BELGA EMPREITEIRA LTDA.

NAVEGANTES, 09 de dezembro de 2013.

Extrato Contratual 241/2013.

Prefeitura de Navegantes

Extrato do Contrato Nº.: 241/2013.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada: ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA.

Vigência: Início: 09/12/2013 Término: 07/02/2014.

Licitação: Concorrência nº 56/2013

Recursos: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.00.00.

Objeto: SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 064/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA.

NAVEGANTES, 09 de dezembro de 2013.

Extrato Contratual 242/2013.

Prefeitura de Navegantes

Extrato do Contrato Nº.: 242/2013.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada: ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA.

Vigência: Início: 09/12/2013 Término: 07/02/2014.

Licitação: Concorrência nº 56/2013

Recursos: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.00.00.

Objeto: SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 065/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA.

NAVEGANTES, 09 de dezembro de 2013.

Extrato Contratual 243/2013.

Prefeitura de Navegantes

Extrato do Contrato Nº.: 243/2013.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada: ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA.

Vigência: Início: 09/12/2013 Término: 07/02/2014.

Licitação: Concorrência nº 56/2013

Recursos: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.00.00.

Objeto: SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 066/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA.

NAVEGANTES, 09 de dezembro de 2013.

Extrato Contratual 244/2013.

Prefeitura de Navegantes

Extrato do Contrato Nº.: 244/2013.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada: ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA.

Vigência: Início: 09/12/2013 Término: 07/02/2014.

Licitação: Concorrência nº 56/2013

Recursos: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.00.00.

Objeto: SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 067/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA.

NAVEGANTES, 09 de dezembro de 2013.

Extrato Contratual 245/2013.

Prefeitura de Navegantes

Extrato do Contrato Nº...: 245/2013.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada: ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA.

Vigência: Início: 09/12/2013 Término: 07/02/2014.

Licitação: Concorrência nº 56/2013

Recursos: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.00.

Objeto: SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 068/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA.

NAVEGANTES, 09 de dezembro de 2013.

### **Extrato Ata Abertura de Habilitação T.P 05/2013 FME**

TOMADA DE PREÇO 05/2013 FME

TOMADA DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO POLIESPORTIVO LOCALIZADO NA RUA MANOEL EVALDO MULLER - BAIRRO MACHADOS NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, CONFORME CONVENIO SDR 17.3497-2013

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 1/2014 (Sequência: 1)

Ao(s) 17 de Dezembro de 2013, às 09:00 horas, na sede da(o) FUNDACAO MUN. DE ESPORTES DE NAVEGANTES, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 1165, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 5/2013, Licitação nº. 5/2013 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

EXITO CONSTRUÇOES CIVIS LTDA, BELGA CONSTRUÇOES E INCORPORAÇÕES LTDA EPP, CONCRETIL CONSTRUÇOES LTDA, SONA CONSTRUTORA LTDA ME, VB EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA E SANECON LTDA ME

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- ABERTA A SESSÃO COM A PRESENÇA DAS EMPRESAS, EXITO CONSTRUÇOES CIVIS LTDA, BELGA CONSTRUÇOES E INCORPORAÇÕES LTDA EPP, CONCRETIL CONSTRUÇOES LTDA, SONA CONSTRUTORA LTDA ME, VB EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA E SANECON LTDA ME. APOS A ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITACAO RESTOU COMPROVADO QUE AS EMPRESAS EXITO CONSTRUÇOES CIVIS LTDA, SONA CONSTRUTORA LTDA ME, VB EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA E SANECON LTDA ME NÃO APRESENTARAM O ACERVO DE ESTRUTURA EM GALPAO PRE-MOLDADO, NÃO ATENDENDO A DETERMINACAO DE QUE O ACERVO DEVERIA SER COMPATIVEL COM O OBJETO SENDO INABILITADAS, AINDA E COGENTE CONSTAR QUE AS EMPRESAS CONCRETIL CONSTRUÇOES LTDA, EXITO CONSTRUÇOES CIVIS LTDA MANIFESTARAM INTENCAO DE RECURSO ALEGANDO QUE A EMPRESA BELGA EMPREITEIRA NÃO CONSOLIDOU O CONTRATO

SOCIAL APRESENTADO. MOMENTO EM QUE DECLARA-SE SUSPENSA A PRESENTE SESSAO E ABERTO O PRAZO RECURSAL DE ACORDO COM O PREVISTO NO ART. 109, I, A, DA LEI 8.666/93, DANDO-SE AS EMPRESAS PRESENTES POR INTIMADAS NO PRESENTE MOMENTO E NADA MAIS HAVENDO A TRATAR DECLAROU-SE POR ENCERRADA A PRESENTE SESSÃO.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Desde já ficam notificados os interessados, caso não haja recursos, que a abertura dos envelopes de Proposta da TP 05/2013 FME será 03/01/2014 às 14:00 h.

### **COMISSÃO:**

Presidente da Comissão de Licitação HUMBERTO GALVEZ JUNIOR, MEMBROS : FERNANDA HASMANN CONSTANCIO, MARIA BENEDITA CORREA, CARLA CLAUDINO, DOUGLAS LEMOS

Navegantes, 17 de Dezembro de 2013

## **Nova Trento**

### **PREFEITURA**

### **Carta Convite Nº 001/2013 - Iprevent**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE NOVA TRENTO - IPREVENT

Processo Licitatório nº 001/2013 - Carta Convite nº 001/2013

Objeto: A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA, A SER REALIZADO POR PESSOA FÍSICA, AO IPREVENT, de acordo com as exigências constantes do anexo I desta Carta Convite.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 09/01/2014 até as 14:30 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Nova Trento.

Fone: 48.32673213 / 48.32673211 - ou através do e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br

MOISÉS CIPRIANI

Diretor Executivo - IPREVENT

### **Contrato Nº 142/2013**

CONTRATO Nº 142/2013

Origem: Processo Licitatório Nº 125/2013, Pregão Presencial Nº 080/2013. Homologação: 18/12/2013. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratada: SUPERMERCADO BITTENCOURT LTDA., estabelecida a Rua Hipolito Boiteux, s/nº, Bairro Centros, cidade de Nova Trento/SC, CNPJ Nº 75.812.115/0001-80. Objeto do Contrato: O presente Contrato tem por objeto a aquisição parcelada de gêneros alimentícios, utensílios e Gás de Cozinha para o Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição - HIC, localizado na Rua Floriano Peixoto nº 151, para o ano de 2014, conforme especificações constantes do Anexo I, que fazem parte integrante deste Pregão Presencial. O valor total estimado deste contrato é de R\$ 46.222,50 (Quarenta e seis mil, duzentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos).



Nova Trento, 18 de dezembro de 2013.  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito Municipal

**Contrato Nº 143/2013**

CONTRATO Nº 143/2013

Origem: Processo Licitatório Nº 125/2013, Pregão Presencial Nº 080/2013. Homologação: 18/12/2013. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratada: COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS VOLTOLINI LTDA., estabelecida a Rua Alferes, 1158, Bairro Trinta Reis, cidade de Nova Trento/SC, CNPJ Nº 83.715.383/0001-01. Objeto do Contrato: O presente Contrato tem por objeto a aquisição parcelada de gêneros alimentícios, utensílios e Gás de Cozinha para o Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição - HIC, localizado na Rua Floriano Peixoto nº 151, para o ano de 2014, conforme especificações constantes do Anexo I, que fazem parte integrante deste Pregão Presencial. O valor total estimado deste contrato é de R\$ 48.078,93 (Quarenta e oito mil, setenta e oito reais e noventa e três centavos).

Nova Trento, 18 de dezembro de 2013.  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito Municipal

**Novo Horizonte****PREFEITURA****Decreto Nº 03-2013**

Decreto Legislativo - nº 03 de 14 de dezembro 2013

JOSÉ IVANIR DALLANORA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da pela Lei 466/12.

DECRETA:

ART. 1º Fica aberto Crédito Suplementar por anulação de dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 3.798,62 (três mil setecentos e oitenta e oito reais e sessenta e dois centavos).

5- CÂMARA DE VEREADORES

10 - CÂMARA DE VEREADORES

10.01 - CÂMARA DE VEREADORES

01.031.0001. 2.001 - Manutenção da Câmara de Vereadores

Elemento de Despesa 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

R\$ 3.798,62

ART. 2º Para a abertura do crédito suplementar deverão ser utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação, no valor de R\$ 3.798,62 (três mil setecentos e oitenta e oito reais e sessenta e dois centavos)

5- CÂMARA DE VEREADORES

10 - CÂMARA DE VEREADORES

10.01 - CÂMARA DE VEREADORES

01.031.0001. 2.001 - Manutenção da Câmara de Vereadores

Elemento de Despesa 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

R\$ 1.000,00

Elemento de Despesa 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

R\$ 2.636,77

Elemento de Despesa 3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

R\$ 161,85

As alterações devem ser realizadas no PPA (Plano Plurianual) e LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), resultantes desta

suplementação por anulação de dotações orçamentárias.

Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte/SC, em 16/12/2013.

JOSÉ IVANIR DALLANORA

Presidente

**Extrato do Pregão Presencial Nº 021/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

Processo Licitatório Nº 074/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2013

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSUMO E LIMPEZA UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DOS DEPARTAMENTOS MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE/SC, PARA O ANO DE 2.014.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 06/01/2014

O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01, nos dias úteis, das 8:00 h as 11:30 h e 13:30h as 17:30 h, ou pelo fone (49) 3362-0024 e pelo site [www.novohorizonte.sc.gov.br](http://www.novohorizonte.sc.gov.br).

Fundamentação legal: Lei 10.520/02, 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Novo Horizonte (SC) em 18 de Dezembro de 2013.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

**Extrato Resultado Julgamento Habilitação/Proposta PL Nº 071/2013**

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2013 - CONVITE Nº 027-2013-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo o objeto é AQUISIÇÃO DE 02 (DUAS) COLHEDORAS DE FORRAGENS E 02 (DUAS) CARRETAS AGRÍCOLAS, PARA USO NA SECRETARIA DE AGRICULTURA, TRANSPORTE, OBRAS E MEIO AMBIENTE- PROGRAMA DE SILAGEM AOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO, conforme condições descritas neste edital e seus anexos. QUE houve a participação das seguintes empresas convidadas: AGRONOMICA NEGOCIOS RURAIS LTDA, SOMAR INST.E MANUT.DE EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS, TECNOFRIO - INDUSTRIA E COMÉRCIO DE RESFRIADORES LTDA e a empresa que se Auto convidou PIPPI MAQUINAS AGRICOLAS SANTA CATARINA LTDA. Sendo que as empresas restaram HABILITADAS pela apresentação regular dos documentos de acordo com o Edital, passando para a fase subsequente, qual seja julgamento das propostas, a qual se dará nesta mesma data, pela desistência de recursos desta fase, por parte das licitantes presentes no certame.

Novo Horizonte (SC), em 17 de Dezembro de 2013

Comissão Permanente de Licitação

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS- PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2013 - CONVITE Nº 027/2013-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE.

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo o objeto é a AQUISIÇÃO DE 02 (DUAS) COLHEDORAS DE FORRAGENS E 02 (DUAS) CARRETAS AGRÍCOLAS, PARA USO NA SECRETARIA DE AGRICULTURA, TRANSPORTE, OBRAS E MEIO AMBIENTE- PROGRAMA DE SILAGEM AOS



AGRICULTORES DO MUNICÍPIO, conforme condições descritas neste edital e seus anexos. QUE quando do julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS, restou classificada pela Comissão, apresentando a menor proposta, sagrando-se VENCEDORA a Empresa: PIPPI MAQUINAS AGRICOLAS SANTA CATARINA LTDA., vencedora dos itens 01 e 02, com valor total de R\$ 50.860,00 (Cinquenta mil, oitocentos e sessenta reais), estando o preço de acordo com o orçamento da Prefeitura.

Novo Horizonte (SC), 17 de Dezembro de 2013  
Comissão Permanente de Licitação

#### **Extrato Contrato Adm. 05-2013**

Estado de Santa Catarina  
Município de Novo Horizonte  
Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte  
CONTRATO ADMINISTRATIVO 05/2013  
CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte  
CONTRATATO : Visoli Construtora LTDA EPP  
VALOR: R\$ 68.945,74 (sessenta e oito mil novecentos e quarenta e cinco reais e setenta e quatro centavos)

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa Especializada em construção civil, com fornecimento de materiais e mão de obra, para construção segunda etapa da sede da Câmara Municipal de Vereadores, com área de 322,31m² (trezentos e vinte e dois vírgula trinta e um metros quadrados) conforme Projetos, Memoriais Descritivo, Orçamento e Cronograma físico-financeiro, descritos nos Anexos integrante deste edital.

Novo Horizonte - SC, 12 de dezembro de 2013  
JOSÉ IVANIR DALLANORA  
Presidente da Câmara de Vereadores

#### **Extrato Edital de Processo Seletivo Nº 005/2013**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 005/2013.

ELI MARIOTT, Prefeito do Município de Novo Horizonte - Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO para o conhecimento dos interessados que se acham abertas inscrições para Processo Seletivo Público para o emprego público de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atuar nas micro áreas 02,04, 05 e 06, sendo uma vaga para cada micro área, com carga horária de 40 horas semanais, que se regerá pelas regras determinadas no edital.

INSCRIÇÕES: as inscrições estarão abertas no período de no período de 18/12/2013 a 17/01/2014, nos dias considerados úteis e com expediente normal na Prefeitura Municipal, no horário das 7:30h às 11:30h e das 13h30min às 17h30min.

As exigências para a realização das inscrições e dados inerentes constam no edital. Os candidatos poderão obter a íntegra do Edital e informações na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, Rua José Fabro, nº01, Centro, Município de Novo Horizonte, atendimento nos dias úteis, das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, Telefone (49) 3362-0024.

Novo Horizonte, SC, 17 de dezembro de 2013.  
ELI MARIOTT,  
Prefeito do Município de Novo Horizonte - Santa Catarina

## Orleans

### PREFEITURA

#### **Extrato de Aditivo Betha Prefeitura**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 149/2013-2  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
Contratada : BETHA SISTEMAS LTDA  
Vigência : Início: 13/12/2013 Término: 31/12/2014  
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 116/2013

Objeto : SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 149/2013 QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, E QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, OS QUANTITATIVOS E OS SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS DESCRITOS NESTE EDITAL E EM SEU ANEXO I, PRORROGANDO SUA VIGENCIA ATE O DIA 31/12/2014.

Orleans, 16 de Dezembro de 2013  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
PREFEITO DE ORLEANS

#### **Extrato de Aditivo Betha Saúde**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 18/2011-4  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS  
Contratada : BETHA SISTEMAS LTDA  
Vigência : Início: 13/12/2013 Término: 31/12/2014.  
Objeto : QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 18/2011 QUE PRORROGA SUA VIGENCIA 31/12/2014.

Orleans, 16 de Dezembro de 2013

#### **Convenio N. 11/2013 - Bem-Te-Vi Segurança por Monitoramento**

CONVÊNIO Nº 011/2013  
TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ORLEANS E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, COM INTERVENIÊNCIA DO COMANDO GERAL DA POLÍCIA MILITAR E DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL.

Aos oito dias do mês de julho de 2013, o Município de Orleans, com sede na Rua XV de Novembro, 282, Orleans - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.926.544/0001-43, representado pelo seu Prefeito o Senhor MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, residente e domiciliado em Orleans-SC, portador da Carteira de identidade nº 134.638, SSP/SC e do CPF nº 288.322.309-25 e o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com sede na Rua Artista Bitencourt, no 30, Florianópolis-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.951.294/0001-00, doravante denominada, SSP, representada por seu Secretário CESAR AUGUSTO GRUBBA, residente e domiciliado em Florianópolis-SC,

portador da Carteira de Identidade no 372513, SSP/SC e do CPF no 252.157.529-15, com interveniência da Polícia Militar do Estado, estabelecida a Rua Visconde de Ouro Preto, 549 - Centro - Florianópolis-SC, representado por seu Comandante Geral NAZARENO MARCINEIRO, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, portador da Carteira de Identidade no 539318, expedida pela SSP/SC e do CPF no 37656899987, doravante denominada PMSC, com interveniência da Polícia Civil do Estado, estabelecida a Rua Álvaro de Carvalho, 220 - Centro - Florianópolis-SC, representado por seu Delegado Geral ALDO PINHEIRO D'ÁVILA, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, portador da Carteira de Identidade no 1.743.696-6, SSP/SC e do CPF no 548.933.059-72, doravante denominada PCSC, resolvem celebrar o presente Termo, de acordo com as Cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a cooperação entre o MUNICÍPIO e a SSP, para instalação e manutenção de um sistema de videomonitoramento urbano composto de 01 (uma) central de videomonitoramento com 10 (dez) câmeras de segurança no Município de Orleans.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Este Convênio está fundamentado pelo disposto no artigo 116, da Lei no 8.666/93, de 21 de junho de 1993, no que couber, no artigo 62 da Lei Complementar no 101, de 04 de maio de 2.000, Lei Complementar no 284 de 28 de fevereiro de 2005, na IN 14/12 TCE e no artigo 8º, item IX, da Constituição Estadual e na Lei Municipal no 2.465, de 21 de dezembro de 2012.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes da execução do presente Termo correrão à conta dos orçamentos do MUNICÍPIO e da SSP, vigentes em cada exercício financeiro.

I. O MUNICÍPIO fará repasse do montante que deve ser depositado na c/c específica nº 851.715-0, Ag.3582-3, Banco do Brasil, tendo como titular: Município de Orleans, inscrito sob o CNPJ nº 82.926.544/0001-43;

II. A SSP manterá os recursos da contra-partida oriundos do BNDES em conta específica.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I. Opinar sobre o projeto desenvolvido pela SSP / PMSC, com vistas à instalação de um sistema de videomonitoramento urbano no Município de Orleans/SC;

II. Repassar o montante de R\$ 108.322,50 (cento e oito mil, trezentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos), à SSP-SC, conforme planilha de custos em anexo, até 90 dias, contados a partir da solicitação do depósito.

III. Responsabilizar-se pelos custos com manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos que fazem parte do sistema de videomonitoramento urbano do Município de Orleans/SC, após período de garantia;

IV. Responsabilizar-se pelas futuras ampliações do número de pontos de videomonitoramento e pelos custos decorrentes da ampliação;

V. Responsabilizar-se pelas obras necessárias para adequação de um ambiente no Quartel da Polícia Militar, onde será instalada a central de videomonitoramento;

VI. Responsabilizar-se pela contratação e instalação de energia elétrica, junto a concessionária local, para alimentação dos pontos de videomonitoramento;

VII. Auxiliar no serviço de monitoramento das imagens, com disponibilização de operadores de CFTV na sala de videomonitoramento, de acordo com a disponibilidade de servidores.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA SSP / PMSC

I. Providenciar estudo e elaborar projeto para instalação de videomonitoramento urbano através de câmeras de vídeo e submetê-lo à apreciação do Município de Orleans/SC;

II. Responsabilizar-se pela aquisição, coordenação e instalação

do sistema de videomonitoramento urbano de acordo com a CLÁUSULA PRIMEIRA;

III. Responsabilizar-se pela contratação de rede multimídia, em fibra óptica, para transmissão das imagens do sistema de videomonitoramento urbano e pelos custos mensais decorrentes;

IV. Responsabilizar-se pela operacionalização do sistema de videomonitoramento urbano e realizar o serviço de monitoramento das imagens diuturnamente com pessoal da Polícia Militar e nas delegacias de Polícia Civil de Santa Catarina.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para o cumprimento do presente instrumento, o relacionamento entre as partes dar-se-á entre o Comando da Organização Policial Militar de Orleans, em nome da SSP / PMSC e o Prefeito Municipal, em nome do MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

A execução do projeto objeto do presente convênio pela SSP/PMSC, deverá ocorrer no prazo de 18 (dezoito) meses a contar da assinatura deste instrumento, sob pena de devolver a totalidade dos recursos repassados pelo MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Prestação de Contas do repasse previsto na CLÁUSULA QUARTA, se dará na forma da Instrução Normativa N.TC-14/2012.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA DENÚNCIA

O MUNICÍPIO e a SSP / PMSC poderão propor, a qualquer tempo, a denúncia do presente Convênio, se não for cumprida qualquer de suas Cláusulas, por mútuo acordo ou por interesse unilateral do poder cedente.

#### CLÁUSULA NONA - DO PRAZO

O prazo de vigência do presente Convênio é de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Os participantes elegem o Foro da Comarca de Orleans, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste Termo. E por estarem assim de pleno acordo, assinam o presente Convênio com as testemunhas abaixo relacionadas.

Orleans/SC em \_\_\_\_\_ de agosto de 2013.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal

CESAR AUGUSTO GRUBBA

Secretário de Estado da Segurança Pública

NAZARENO MARCINEIRO

Comandante Geral da Polícia Militar

ALDO PINHEIRO D'ÁVILA

Delegado Geral da Polícia Civil

# Ouro Verde

## PREFEITURA

### Decreto N.2416

DECRETO N.º 2416/2013

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerada a pedido, a Servidora Pública Municipal Sra. LETICIA MARIA RODIGHERI DE QUADRA, ocupante do Cargo Efetivo de Agente de Copa e Limpeza, a contar de 01 de dezembro de 2013.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde - SC, em 12 de dezembro de 2013.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

NILSON SANTIN

Vice-Prefeito Municipal

### Dispensa de Licitação N.0001/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO VERDE

PROCESSO LICITATÓRIO N. 63/2013.

DISPENSA DE LICITACAO N. 07/2013.

OBJETO:

ITEM 01: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PERECIVEIS PARA CONFRATERNIZAÇÃO EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES NATALINAS.

JUSTIFICATIVA.: Considerando as festividades natalinas, a aquisição de produtos perecíveis visa a confraternização entre os servidores públicos municipais, que atualmente estão desenvolvendo suas atividades técnicas do quadro permanente, quanto aos contratados temporariamente, como forma de reconhecimento das atividades desenvolvidas nos termos do Plano de Cargos e Salários e do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, além de manter um estrito laço familiar entre as secretarias municipais, uma vez que, durante todo o ano civil muito pouco são as ações voltadas ao lazer.

Nesse sentido, como o natal nos trás uma renovação conforme cultura introduzida há décadas em nosso país e que se estende a todos, foi com esse pensamento que o Poder Legislativo e o Poder Executivo, aprovaram e sancionaram, respectivamente, à Lei Municipal n. 875/2013, datada de 10 de dezembro de 2013.

Em que pese, ainda, o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, impor como regra a obrigatoriedade de licitar, que por pertinência, transcreve-se:

" XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações "

Ademais, o artigo 3º da citada Lei, diz que a Licitação é o procedimento administrativo que visa selecionar a proposta mais

vantajosa à Administração, e, nos termos do artigo 2º, licitar é a regra.

Assim, com base no Inciso II, do art. 24, que nos ensina:

" para outros serviços e compras do valor até 10% (dez por cento) do limite previsto da alínea "a" do Inciso II, do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta lei desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez "

Ouro Verde/SC, em 16 de Dezembro de 2013.

CARLOS ALBERTO DOS SANTOS

Depto de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO VERDE

PROCESSO LICITATÓRIO N. 63/2013.

DISPENSA DE LICITACAO N. 07/2013.

OBJETO:

ITEM 01: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PERECIVEIS PARA CONFRATERNIZAÇÃO EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES NATALINAS.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente Dispensa de Licitação encontra fundamento no Inciso II, do artigo 24, da Lei n. 8666/93 c/c a Lei Municipal n. 875/2013, de 10/12/2013, onde consta:

" Art. 24

II - para outros serviços e compras do valor até 10% (dez por cento) do limite previsto da alínea "a" do Inciso II, do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta lei desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez."

( )

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas no valor de até 7.900 (sete mil e novecentos reais), destinado ao pagamento de despesas de confraternização dos servidores públicos municipais em comemoração ao Natal "

Ouro Verde/SC, 16 de Dezembro de 2013.

CARLOS ALBERTO DOS SANTOS

Depto de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO VERDE

PROCESSO LICITATÓRIO N. 63/2013.

DISPENSA DE LICITACAO N. 07/2013.

OBJETO:

ITEM 01: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PERECIVEIS PARA CONFRATERNIZAÇÃO EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES NATALINAS.

PROPRIETÁRIO:

ITEM 01: COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA

Endereço: Rua João Maria Conrado, s/n, Centro

Ouro Verde - SC

CNPJ/MF: 83.305.235/0032-15

Inscrição Estadual: 250.653.095

O PREÇO CERTO E AJUSTADO ENTRE AS PARTES:

Para aquisição de duzentas (200) aves blesser temperada, será pago o importe de R\$ 9,48 (nove reais e quarenta e oito centavos) o quilo grama, a ser pago no prazo de dez dias a contar da entrega da respectiva Nota Fiscal.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Considerando, as cotações realizadas em empresas do mesmo segmento nas cidades circunvizinhas ao Município de Ouro Verde, os valores demonstrados estão condizentes com os praticados no mercado, devendo, porém, observar, o artigo 62, § 3º da Lei da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações.



Ouro Verde/SC, em 16 de Dezembro de 2013.

CARLOS ALBERTO DOS SANTOS

Depto de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO VERDE

PROCESSO LICITATÓRIO N. 63/2013.

DISPENSA DE LICITACAO N. 07/2013.

Excelentíssimo Senhor Prefeito:

Encaminhamos a Vossa Excelência, para ratificação, o Processo de Dispensa de Licitação n. 07/2013, para o qual solicitamos a possibilidade de viabilizá-lo com expedição do presente Termo de Ratificação do Processo.

Ouro Verde/SC, 16 de Dezembro de 2013.

CARLOS ALBERTO DOS SANTOS

Depto de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO VERDE

PROCESSO LICITATÓRIO N. 63/2013.

DISPENSA DE LICITACAO N. 07/2013.

OBJETO:

ITEM 01: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PERECIVEIS PARA CONFRA-TERNIZAÇÃO EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES NATALINAS. TERMO DE RATIFICAÇÃO

Considerando o espírito da Lei Municipal n. 875/2013, datada de 10 de dezembro de 2013 e, os orçamentos realizados junto às empresas desses segmentos e, verificado que os preços ora apresentados estão condizentes com os praticados no mercado e, respeitados os princípios da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações evitando assim afrontar os princípios constitucionais e todas as legislações que venham ao encontro da matéria, ratifico a dispensa de licitação, nos termos e condições constantes dos autos.

Publique-se a presente decisão.

Ouro Verde/SC, 16 de Dezembro de 2013.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO VERDE

PROCESSO LICITATÓRIO N. 63/2013.

DISPENSA DE LICITACAO N. 07/2013.

OBJETO:

ITEM 01: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PERECIVEIS PARA CONFRA-TERNIZAÇÃO EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES NATALINAS.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ouro Verde

CONTRATADO:

ITEM 01: COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA

Endereço: Rua João Maria Conrado, s/n, Centro

Ouro Verde - SC

CNPJ/MF: 83.305.235/0032-15

Inscrição Estadual: 250.653.095

ORIGEM: Dispensa de Licitação n. 07/2013.

PROCESSO LICITATÓRIO N.: 63/2013.

Ouro Verde/SC, 16 de Dezembro de 2013.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

## Palhoça

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação - Concorrência Pública Nº247/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 247/2013

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Concorrência Pública nº247/2013, no dia 21 de Janeiro de 2014, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. A abertura da CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº247/2013 tem como objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de operação e manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Palhoça/SC, contemplando, simultaneamente, a transferência de experiência e de tecnologia ao corpo técnico da autarquia Águas de Palhoça. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br).

Palhoça, 17 de Dezembro de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

PREFEITO MUNICIPAL.

#### Aviso de Licitação - Concorrência Pública Nº248/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 248/2013

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Concorrência Pública nº248/2013, no dia 22 de Janeiro de 2014, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. A abertura da CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº248/2013 tem como objeto a contratação de empresa para reforma da Escola Básica Prefeito Reinaldo Weingartner, no Bairro Rio Grande - Palhoça/SC, incluindo mão de obra e fornecimento de todo material. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br).

Palhoça, 17 de Dezembro de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

PREFEITO MUNICIPAL.

#### Aviso de Licitação - Concorrência Pública Nº249/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 249/2013

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Concorrência Pública nº249/2013, no dia 23 de Janeiro de 2014, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro



Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. A abertura da CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº249/2013 tem como objeto a contratação de empresa ou consórcio de empresas de engenharia para Gestão Integrada do Sistema de Iluminação Pública do Município de Palhoça, com mão de obra e fornecimento de todo material necessário. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br).

Palhoça, 17 de Dezembro de 2013.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
PREFEITO MUNICIPAL.

#### **Aviso de Licitação - Concorrência Pública Nº250/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 250/2013

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Concorrência Pública nº250/2013, no dia 24 de Janeiro de 2014, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. A abertura da CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº250/2013 tem como objeto a contratação de empresa para reforma da Creche, Escola e Ginásio do CAIC - Centro de Atenção Integral à Criança, no Bairro Passa Vinte- Palhoça/SC, incluindo mão de obra e fornecimento de todo material. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br).

Palhoça, 17 de Dezembro de 2013.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
PREFEITO MUNICIPAL.

#### **Errata Pregão 234-2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
ERRATA 01  
PREGÃO Nº. 234/2013

O Município de Palhoça torna público que houve alteração na data de abertura do PREGÃO PRESENCIAL nº.234/2013, ficando aprazado para dia 15/01/2014 às 14:00 hs para entrega dos envelopes. Os interessados poderão obter as alterações na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Ilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC., na Sala da Comissão Permanente de Licitação ou site [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br).

Palhoça, 16 de dezembro de 2013  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal.

#### **Errata Pregão 242-2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
ERRATA 01  
PREGÃO Nº. 242/2013

O Município de Palhoça torna público que houve alteração na data de abertura do PREGÃO PRESENCIAL nº.242/2013, ficando

aprazado para dia 17/01/2014 às 14:00 hs para entrega dos envelopes. Os interessados poderão obter as alterações na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Ilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC., na Sala da Comissão Permanente de Licitação ou site [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br).

Palhoça, 16 de dezembro de 2013  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal.

#### **Revogação Concorrência Pública Nº244/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE REVOGAÇÃO  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 244/2013

O Município de Palhoça torna público que fica REVOGADO o Edital Concorrência Pública Nº 244/2013, que consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de operação e manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Palhoça/SC, contemplando, simultaneamente, a transferência de experiência e de tecnologia ao corpo técnico da autarquia Águas de Palhoça. A REVOGAÇÃO se dá para uma melhor análise das cláusulas do edital, da minuta do contrato e dos anexos do edital. Maiores esclarecimentos podem ser obtidos na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, no horário das 13:00 às 18:00 horas ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br).

Palhoça, 16 de dezembro de 2013.  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES.

## Papanduva

### PREFEITURA

#### **Contrato Nº 113/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA  
Contrato nº 113/2013

Objeto: A CONTRATADA, na qualidade de única proprietária dos direitos do software descrito em sua proposta de renovação de contrato em anexo de ESCOLAVIANET® - SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR, confere a contratante a licença de uso por prazo determinado, bem como, se obriga a prestar os serviços de suporte, atualização e atendimento técnico, conforme especificado neste contrato. Contratado: CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA ME, sendo R\$ 525,00 (quinhentos e vinte cinco reais) mensais, totalizando o montante de R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais). Vigência: O contrato terá início em 01 de janeiro de 2014 e termino em 31 de dezembro de 2014.

Papanduva/SC, 28 de novembro de 2013  
DARIO SCHICOVSKI  
Prefeito Municipal

#### **Contrato Nº 122/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Contrato nº 122/2013, Referente ao Convite 158/2013. Objeto: Execução da construção de muros com colocação de grades de ferro galvanizado, portões de ferro galvanizado e a confecção de calçadas em paver com colocação de meio fio, incluindo material,



equipamentos e mão de obra, conforme projeto, planilha orçamentária e memorial descritivo. Contratado: JBL Comercio de Tintas Ltda - ME, totalizando o montante de R\$ 24.574,00 (vinte e quatro mil e quinhentos e setenta e quatro reais). Vigência: O prazo de execução da obra se dará a partir da data de assinatura do Contrato e respectiva ordem de serviço, devendo ser concluída em 90 (noventa) dias consecutivos.

Papanduva/SC, 16 de dezembro de 2013  
DARIO SCHICOVSKI  
Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### Extrato de Contrato Nº 07/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 07/2013

Nº DO TERMO ADITIVO: 06/2013  
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº: 01/2011  
CONTRATADO: Cricinet Web Site e Hospedagem Ltda

OBJETO: Prestação de serviços de Streaming, em qualidade mínima de 128 kbps, para transmissão via web das atividades desenvolvidas na Câmara Municipal de Papanduva, bem como a hospedagem dos arquivos das gravações das transmissões realizadas pela contratante.

VIGÊNCIA: Prorrogada para o período de 01/01/2014 À 31/12/2014  
Valor Estimado: R\$ 4.308,36

DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO:  
16/12/2013

Câmara Municipal De Papanduva, 16 de dezembro de 2013.  
JACINTA MIKALOVICZ  
Presidente

### Extrato de Contrato Nº 08/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 08/2013

Nº DO TERMO ADITIVO: 06/2013  
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº: 06/2010  
CONTRATADO: Fundação Codesc de Seguridade Social - Fusesc

OBJETO: Locação de 01 (um) prédio de alvenaria, com área de 438,43 m² (quatrocentos e trinta e oito metros e quarenta e três centímetros quadrados), composto por 01 (uma) sala com 01 (um) anexo sendo 01 (uma) sala pequena e 01 (um) banheiro e 01 (uma) galeria com 01 (uma) sala em menor tamanho, e 01 (um) banheiro, sendo este imóvel localizado na Rua Sérgio Glevinski, esquina com a Rua Nereu Ramos, Centro, Papanduva - Santa Catarina, CEP 89-370-000, matriculado no Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva, Estado de Santa Catarina sob número 5.619.

VIGÊNCIA: Prorrogada para o período de 01/01/2014 À 31/12/2014  
Valor Estimado: Será reajustado no mês de janeiro/2014

DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO:  
16/12/2013

Câmara Municipal De Papanduva, 16 de dezembro de 2013.  
JACINTA MIKALOVICZ  
Presidente

## Passos Maia

### PREFEITURA

#### Termo Aditivo

TERMO ADITIVO 0001/2013 AO CONTRATO 0084/2013  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC  
CONTRATADO: AUTO POSTO QUERÊNCIA LTDA

OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de combustível (óleo diesel "S 10"), de forma parcelada.  
REAJUSTE: Fica reajustado o preço do óleo diesel S-10 em 6,85%, passando de R\$ 2,3490 para R\$ 2,5099, .

VIGÊNCIA: Fica prorrogada vigência do contrato administrativo em epígrafe pelo período de 02 (dois) meses, sendo assim, vigorará até 28 de fevereiro de 2014 ou até a abertura e homologação de novo processo licitatório, o que se faz nos termos do art.57, II da Lei 8.666/93.

Passos Maia - SC, 11 de dezembro de 2013.  
IVANDRE BOCALON  
Prefeito Municipal

#### Termo Aditivo

TERMO ADITIVO 0001/2013 AO CONTRATO 0071/2013  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC  
CONTRATADO: LEONIR ANTONIO HECKLER - ME

OBJETO: Aquisição de materiais gráficos.

VIGÊNCIA: Fica prorrogada vigência do contrato administrativo em epígrafe pelo período de 02 (dois) meses, sendo assim, vigorará até 28 de fevereiro de 2014 ou até a abertura e homologação de novo processo licitatório, o que se faz nos termos do art.57, II da Lei 8.666/93.

Passos Maia - SC, 09 de dezembro de 2013.  
IVANDRE BOCALON  
Prefeito Municipal

#### Termo Aditivo

TERMO ADITIVO 0001/2013 AO CONTRATO 0070/2013  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC  
CONTRATADO: GRAFICA BOSCARDIN LTDA - EPP

OBJETO: Aquisição de materiais gráficos.

VIGÊNCIA: Fica prorrogada vigência do contrato administrativo em epígrafe pelo período de 02 (dois) meses, sendo assim, vigorará até 28 de fevereiro de 2014 ou até a abertura e homologação de novo processo licitatório, o que se faz nos termos do art.57, II da Lei 8.666/93.

Passos Maia - SC, 09 de dezembro de 2013.  
IVANDRE BOCALON  
Prefeito Municipal

#### Termo Aditivo

TERMO ADITIVO 0001/2013 AO CONTRATO 0072/2013  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC  
CONTRATADO: VISUAL SERIGRAFIA - ME

OBJETO: Aquisição de materiais gráficos.

VIGÊNCIA: Fica prorrogada vigência do contrato administrativo em epígrafe pelo período de 02 (dois) meses, sendo assim, vigorará

até 28 de fevereiro de 2014 ou até a abertura e homologação de novo processo licitatório, o que se faz nos termos do art.57, II da Lei 8.666/93.

Passos Maia - SC, 09 de dezembro de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

#### **Termo Aditivo**

TERMO ADITIVO 0002/2013 AO CONTRATO 0052/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC

CONTRATADO: S & R DISTRIBUIDORA LTDA EPP

OBJETO: Aquisição de medicamentos.

VIGÊNCIA: Fica prorrogada vigência do contrato administrativo em epígrafe pelo período de 02 (dois) meses, sendo assim, vigorará até 28 de fevereiro de 2014 ou até a abertura e homologação de novo processo licitatório, o que se faz nos termos do art.57, II da Lei 8.666/93.

Passos Maia - SC, 10 de dezembro de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

#### **Termo Aditivo**

TERMO ADITIVO 0002/2013 AO CONTRATO 0053/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC

CONTRATADO: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: Aquisição de medicamentos.

VIGÊNCIA: Fica prorrogada vigência do contrato administrativo em epígrafe pelo período de 02 (dois) meses, sendo assim, vigorará até 28 de fevereiro de 2014 ou até a abertura e homologação de novo processo licitatório, o que se faz nos termos do art.57, II da Lei 8.666/93.

Passos Maia - SC, 10 de dezembro de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

#### **Termo Aditivo**

TERMO ADITIVO 0001/2013 AO CONTRATO 0035/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC

CONTRATADO: INSTITUTO FAE S/C LTDA

OBJETO: SERVIÇOS EXTERNOS:

1- Serviço de consultoria contábil a distância com emissão de pareceres e orientações técnicas via e-mail e outros meios de comunicação existentes;

2- Atendimento aos servidores municipais, quando necessário na sede da empresa, com treinamentos e/ou apoio no desempenho de suas atividades do setor contábil;

3- Acompanhamento das remessas de informações aos órgãos superiores de fiscalização (e-Sfinge normal, e-Sfinge Obras, STN, SIOPS e SIOPE), sendo que quando necessário, em casos excepcionais, serão atualizados, corrigidos ou gerados pela empresa contratada;

SERVIÇOS INTERNOS:

1- Serviços de consultoria contábil "in loco", com no mínimo uma visita semanal por profissional autorizado pela empresa contratada;

2- Emissão de pareceres e orientações técnicas e legais, para elaboração das peças de planejamento (PPA, LDO e LOA), e

respectivas revisões tempestivas;

3- Apoio no fechamento mensal e anual dos dados contábeis, com respectiva conferência nos procedimentos contábeis, para posterior remessa das informações aos órgãos superiores de fiscalização;

4- Apoio na execução e remessa dos dados relativos ao e-Sfinge normal, e-Sfinge Obras, STN, SIOPS e SIOPE, visando assim manter o município em dia com suas obrigações rotineiras;

5- Apoio ao setor jurídico do município, quando da necessidade de informações contábeis para defesa judicial ou administrativa dos interesses da administração municipal; e

6- Estar sempre em "sobreaviso", para atendimentos "in loco", quando necessários e requisitados pelo Prefeito Municipal.

VIGÊNCIA: Fica prorrogada vigência do Contrato Administrativo em epígrafe, pelo período de 12 (doze) meses, sendo assim, vigorará até 31 de dezembro de 2014, o que se faz nos termos do art.57, II da Lei 8.666/93.

Passos Maia - SC, 16 de dezembro de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

#### **Termo Aditivo**

TERMO ADITIVO 0001/2013 AO CONVÊNIO 0007/2013

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC

ASSOCIAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS, PROFESSORES E ALUNOS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA - PASSOS MAIA

OBJETO: O convênio tem como objeto a mútua cooperação dos convenientes, consistente na transferência realizada pelo MUNICÍPIO no valor mensal de R\$300,00 (trezentos reais), em benefício da ASSOCIAÇÃO, destinados à manutenção das despesas de funcionamento da entidade, tais como serviços contábeis e de taxas e serviços bancários.

VIGÊNCIA: A vigência do convênio em epígrafe fica prorrogada pelo período de 12(doze) meses, sendo assim, vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Passos Maia - SC, 16 de dezembro de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

**Paulo Lopes**

**PREFEITURA**

#### **Portaria 512/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº512/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Rosilei Aparecida Figueiredo Pereira, portadora do CPF nº 916.116.799-15, matrícula 10861, ocupante do cargo de Professora - ACT, contratada temporariamente pela portaria nº 075/2013, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 06 de Dezembro de 2013.  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 509/2013**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 509/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve.

TORNAR SEM EFEITO a portaria nº 319/2013 que concedeu a Função Gratificada de Chefe de Setor de Manutenção, ao Servidor Público Municipal, efetivo e estável, Sidinei Meneghel, brasileiro, portador do CPF nº 715.992.239-53, matrícula nº 326, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 06 de Dezembro de 2013.  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 510/2013**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 510/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve.

CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA de chefe de Setor de Manutenção, ao Servidor Público Municipal, efetivo e estável, Adilio de Souza, brasileiro, portador do CPF nº 897.946.309-00, matrícula nº 1001, ocupante do Cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, nomeado pela portaria nº 015/2006, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 06 de dezembro de 2013.  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 511/2013**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 511/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na lei vigente, resolve.

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Edinéia Dilma Borges Rodrigues, portadora do CPF nº 927.572.519-53, matrícula nº 10858, ocupante do cargo de Professora - ACT, contratada temporariamente pela portaria nº 072/2013, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 06 de Dezembro de 2013.  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 513/2013**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 513/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve.

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Natalia Machado Rocha Luiz, portadora do CPF nº 728.175.269-53, matrícula nº 10888, ocupante do Cargo de Motorista, contratada pela portaria nº 117/2013, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 06 de Dezembro de 2013.  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 514/2013**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 514/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na lei vigente, resolve.

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Dircelia de Mello Liberato, portadora do CPF nº 033.713.669-60, matrícula nº 10862, ocupante do cargo de

Professora - ACT, contratada temporariamente pela portaria nº 076/2013, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 06 de Dezembro de 2013.  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 516/2013**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº516/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve.

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Pablini Kiuaní dos Santos Fernandes, portadora do CPF nº 058.374.099-55, matrícula nº 10875, ocupante do cargo de Professora - ACT, contratada pela portaria nº 089/2013, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 06 de Dezembro de 2013.  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 517/2013**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 517/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, Resolve.

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidor Público Municipal, brasileiro, Marcio Vilela de Oliveira, portadora do CPF nº 057.991.178-08, matrícula nº 10914, ocupante do cargo de Professora - ACT, contratada pela portaria nº 206/2013, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 06 de Dezembro de 2013.  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 518/2013**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA N ° 518/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Osnilda Rodrigues Vieira, portadora do CPF nº 715.993.719-87, matrícula 10915, ocupante do Cargo de Professora - ACT, contratada pela portaria nº 208/2013, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 06 de Dezembro de 2013.  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 519/2013**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº519 /2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, RESOLVE:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Zélia Maria de Souza Santos, portadora do CPF nº 552.324.009-59, matrícula 10917, ocupante do cargo de Professora - ACT, contratada temporariamente pela portaria nº 212/2013, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 06 de Dezembro de 2013.  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 520/2013**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 520/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, Resolve.



DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Elizete Zanela dos Santos, portadora do CPF nº 625.684.429-72, matrícula nº 10923, ocupante do cargo de Professora - ACT, contratada pela portaria nº 247/2013, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 06 de Dezembro de 2013.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria Nº 521/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 521/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Caitia Salvelina Bernardo Liberato, portadora do CPF nº 986.118.609-34, matrícula nº 10925, ocupante do cargo de Professora - ACT, contratada pela portaria nº 256/2013, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 06 de Dezembro de 2013.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria Nº 522/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº522 /2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, RESOLVE:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Deize Regina Nascimento, portadora do CPF nº 033.502.546-32, matrícula 10926, ocupante do cargo de Professora - ACT, contratada temporariamente pela portaria nº 257/2013, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 06 de Dezembro de 2013.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria Nº 523/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº523 /2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, RESOLVE:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Noemi Aparecida da Silva Machado, portadora do CPF nº 050.480.909-18, matrícula 10942, ocupante do cargo de Professora - ACT, contratada temporariamente pela portaria nº 342/2013, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 06 de Dezembro de 2013.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria Nº 524/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº524 /2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, RESOLVE:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Karina Andréia Tavares, portadora do CPF nº 072.880.719-01, matrícula 10956, ocupante do cargo de Professora - ACT, contratada temporariamente pela portaria nº 398/2013, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 06 de Dezembro de 2013.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria Nº515/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 515/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve.

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública



Municipal, brasileira, Alessandra Ana Fernandes de Souza., portadora do CPF nº 024.387.309-35, matrícula nº 10863, ocupante do Cargo de Professora - ACT, contratada pela portaria nº 077/2013, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 06 de Dezembro de 2013.  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração

### **Aviso de Licitação -Pregão Presencial Nº. 60/2013** AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 60/2013

O Município de Paulo Lopes torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, objetivando a prestação de serviços técnicos especializados em manutenção preventiva e corretiva, através de serviços mecânicos, elétricos, lanternagem/pintura e capotaria nos veículos pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, com o fornecimento de peças e acessórios originais de fábrica. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, sito a Rua José Pereira da Silva, s/nº. Centro, Paulo Lopes/SC, até às 08 h55min do dia 06/01/2014. A sessão se dará a partir das 09 horas do dia 06/01/2014, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site [www.paulolopes.sc.gov.br](http://www.paulolopes.sc.gov.br).

Paulo Lopes, 17 de dezembro de 2013.  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**Pomerode**

**PREFEITURA**

### **Decreto N.º 2.818 de 13 de Dezembro de 2.013.**

DECRETO N.º 2.818 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2.013.

Regulamenta, no âmbito do Município de Pomerode, a utilização da Modalidade de Licitação denominada "PREGÃO ELETRÔNICO", para aquisição de bens e serviços comuns e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso da competência prevista no inciso II, art. 30 da Constituição Federal e das disposições de que trata a Lei 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1o A modalidade de licitação pregão, na forma eletrônica, de acordo com o disposto no §1o do art. 2o da Lei no 10.520, de 17 de julho de 2002, destina-se à aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito municipal, e submete-se ao regulamento

estabelecido neste Decreto.

Parágrafo único. Subordinam-se ao disposto neste Decreto, além dos órgãos da Administração Pública Municipal Direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo município.

Art. 2o O pregão, na forma eletrônica, como modalidade de licitação do tipo menor preço, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.

§1o Consideram-se bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado. §2o Para o julgamento das propostas, serão fixados critérios objetivos que permitam aferir o menor preço, devendo ser considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições definidas no edital.

§3o O sistema referido no caput será dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam condições de segurança em todas as etapas do certame.

§4o O pregão, na forma eletrônica, será conduzido pelo órgão ou entidade promotora da licitação, com apoio técnico e operacional de entidades devidamente qualificadas e credenciadas, inclusive as Bolsas de Mercadorias, devendo estas, estarem organizadas sob a forma de Sociedades Cívis sem fins lucrativos e com a participação plural de corretoras que operem sistemas eletrônicos unificados de pregão.

Art. 3o Deverão ser previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico a autoridade competente do órgão promotor da licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio e os licitantes que participam do pregão na forma eletrônica.

§1o O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

§2o A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão na forma eletrônica, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descadastramento perante o sistema eletrônico.

§3o A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

§4o O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

§5o O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

Art. 4o Nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatória a modalidade pregão, sendo preferencial a utilização da sua forma eletrônica.

§1o O pregão deve ser utilizado na forma eletrônica, salvo nos casos de comprovada inviabilidade, a ser justificada pela autoridade competente.

Art. 5o A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da

administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Art. 6º Os participantes de licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Decreto, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

Art. 7º À autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou estatuto do órgão ou da entidade, cabe:

- I - designar e solicitar, junto ao provedor do sistema, o credenciamento do pregoeiro e dos componentes da equipe de apoio;
- II - indicar o provedor do sistema;
- III - determinar a abertura do processo licitatório;
- IV - decidir os recursos contra atos do pregoeiro quando este mantiver sua decisão;
- V - adjudicar o objeto da licitação, quando houver recurso;
- VI - homologar o resultado da licitação; e
- VII - celebrar o contrato.

Art. 8º Na fase preparatória do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:

- I - elaboração de termo de referência pelo órgão requisitante, com indicação do objeto de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização;
- II - aprovação do termo de referência pela autoridade competente;
- III - apresentação de justificativa da necessidade da contratação;
- IV - elaboração do edital, estabelecendo critérios de aceitação das propostas;
- V - definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, inclusive no que se refere aos prazos e às condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração; e
- VI - designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio.

§1º A autoridade competente motivará os atos especificados nos incisos II e III, indicando os elementos técnicos fundamentais que o apóiam, bem como quanto aos elementos contidos no orçamento estimativo e no cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso, elaborados pela administração.

§2º O termo de referência é o documento que deverá conter elementos capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

Art. 9º As designações do pregoeiro e da equipe de apoio devem recair nos servidores do órgão ou entidade promotora da licitação. §1º A equipe de apoio deverá ser integrada, em sua maioria, por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da administração pública, pertencentes, preferencialmente, ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora da licitação.

§2º A designação do pregoeiro, a critério da autoridade competente, poderá ocorrer para período de um ano, admitindo-se reconduções, ou para licitação específica.

Art. 10. Caberá ao pregoeiro, em especial:

- I - coordenar o processo licitatório;
- II - receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;
- III - conduzir a sessão pública na internet;
- IV - verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
- V - dirigir a etapa de lances;
- VI - verificar e julgar as condições de habilitação;
- VII - receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- VIII - indicar o vencedor do certame;

IX - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

X - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

XI - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

Art. 11. Caberá à equipe de apoio, dentre outras atribuições, auxiliar o pregoeiro em todas as fases do processo licitatório.

Art. 12. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

I - credenciar-se no sistema eletrônico de apoio técnico operacional indicado e disponibilizado pelo município

II - remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, a proposta e, quando for o caso, seus anexos;

III - responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

IV - acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

V - comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

VI - utilizar-se da chave de identificação e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

VII - solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

Parágrafo único. O fornecedor descredenciado no sistema eletrônico terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

Art. 13. Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa:

I - à habilitação jurídica;

II - à qualificação técnica;

III - à qualificação econômico-financeira;

IV - à regularidade fiscal com a Fazenda Nacional, o sistema da seguridade social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

V - à regularidade fiscal perante as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso; e

VI - ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e no inciso XVIII do art. 78 da Lei no 8.666, de 1993.

§1º A habilitação dos licitantes será verificada através das seguintes formas conforme a determinação do edital:

I - Por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, quando dos procedimentos licitatórios realizados pelos órgãos ou entidades que aderirem ao SICAF;

II - Através do próprio portal eletrônico que disponibilize a ferramenta de inclusão dos documentos exigidos em edital em forma digitalizada /ou escaneada (sempre em forma de reconhecimento de firma por verdadeiros), a qual por ocasião do cadastramento da proposta, o licitante simultaneamente em ato contínuo deverá cadastrar (junto ao portal eletrônico em arquivo específico) os documentos exigidos em edital, que estes tão somente serão conhecidos (pelo pregoeiro e de forma pública) após o término do tempo randômico e ou prorrogação automática, e tão somente os documentos do licitante vencedor. Documentos estes que devem ser anexados em sua forma original e/ou por verdadeiros por ocasião da assinatura do contrato; e

III - Envio de documentos pelos licitantes por via postal ou entrega dos mesmos na entidade ou órgão responsável pela licitação, por prepostos ou responsáveis diretos da licitante.

§2º A documentação exigida para atender ao disposto nos incisos I, III, IV e V deste artigo poderá - mediante regra expressa em edital, ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou, em se tratando de órgão ou entidade não abrangida pelo referido Sistema, por certificado de registro cadastral que atenda aos requisitos previstos na legislação geral.

Art. 14. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados ou embaixadas e traduzidos por tradutor juramentado no Brasil.

Art. 15. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, serão exigidos:

I - comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, com indicação da empresa-líder, que deverá atender às condições de liderança estipuladas no edital e será a representante das consorciadas perante o município;

II - apresentação da documentação de habilitação especificada no instrumento convocatório por empresa consorciada;

III - comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada consorciado, na forma estabelecida no edital;

IV - demonstração, por empresa consorciada, do atendimento aos índices contábeis definidos no edital, para fins de qualificação econômico-financeira;

V - responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

VI - obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras, observado o disposto no inciso I; e

VII - constituição e registro do consórcio antes da celebração do contrato.

Parágrafo único. Fica impedida a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.

Art. 16. A fase externa do pregão, na forma eletrônica, será iniciada com a convocação dos interessados por meio de publicação de aviso, observados os valores estimados para contratação e os meios de divulgação a seguir indicados:

I - até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais):

a) Diário Oficial do Município; e

b) meio eletrônico, na internet;

II - acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais):

a) Diário Oficial do Município;

b) meio eletrônico, na internet; e

c) jornal de grande circulação.

§1º Os valores estipulados nos incisos I e II acompanharão as alterações verificadas nos limites indicados nas alíneas "b" e "c" do artigo 23, inciso II, da Lei Federal 8.666/93.

§2º O aviso do edital conterá a definição precisa, suficiente e clara do objeto, a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital, bem como o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão

pública, a data e hora de sua realização e a indicação de que o pregão, na forma eletrônica, será realizado por meio da internet.

§3º A publicação referida neste artigo poderá ser feita em sítios oficiais da administração pública, na internet, desde que certificado digitalmente por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§4º O prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a oito dias úteis.

§5º Todos os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

§6º Na divulgação de pregão realizado para o sistema de registro de preços, independentemente do valor estimado, será adotado o disposto no inciso II.

Art. 17. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.

§1º Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

§2º Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

Art. 18. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no edital.

Art. 19. Qualquer modificação no edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

Art. 20. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

§1º A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

§2º Para participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

§3º A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Decreto.

§4º Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

Art. 21. A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

§1º Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha.

§2º O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

§3º A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

§4º As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

§5º O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

Art. 22. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

Parágrafo Único. O pregoeiro poderá ter acesso, na etapa de classificação das propostas, a razão social dos licitantes para efetuar consultas junto ao Tribunal de Contas de Santa Catarina e também a lista municipal de licitantes inidôneos com intuito de impedir a participação de licitantes penalizados.

Art. 23. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

§1º No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.

§2º Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.



§3o O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

§4o Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

§5o Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

§6o A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.

§7o O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

§8o Ao invés da regra prevista o §7º deste artigo, poderá ser estipulado em edital o fechamento dos lances via "prorrogação automática", momento em que o pregão se encerrará apenas quando o certame ficar sem receber lances pelo período de 2 (dois) minutos consecutivos, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, caso contrário serão feitas prorrogações automáticas visando a continuidade da disputa.

§9o Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

§10o A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

§11. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

§12. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

Art. 24. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

§1º A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, quando dos procedimentos licitatórios realizados órgãos ou entidades que aderirem ao SICAF. Caso contrário, dar-se-á mediante a verificação da documentação enviada pelos licitantes, via postal ou entrega da mesma na entidade ou órgão responsável pela licitação, por prepostos ou responsáveis diretos da licitante.

§2º Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, inclusive quando houver necessidade de envio de anexos, deverão ser apresentados inclusive via fax, no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.

§3o Os documentos e anexos exigidos, quando remetidos via fax, deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, nos prazos estabelecidos no edital.

§4o Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

§5o Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

§6o No caso de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada de imediato por meio eletrônico, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

§7o No pregão, na forma eletrônica, realizado para o sistema de registro de preços, quando a proposta do licitante vencedor não

atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos licitantes quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

§8o Os demais procedimentos referentes ao sistema de registro de preços ficam submetidos à norma específica que regulamenta o art. 15 da Lei no 8.666, de 1993.

§9o Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

Art. 25. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§1o A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do caput, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§2o O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

§3o No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

Art. 26. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

§1o Após a homologação referida no caput, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo definido no edital.

§2o Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

§3o O vencedor da licitação que não fizer a comprovação referida no § 2o ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

§4o O prazo de validade das propostas será de sessenta dias, salvo disposição específica do edital.

Art. 27. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, e será, se for o caso, descredenciado no SICAF, ficando impedido de participar de licitações como administração pública pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Parágrafo único. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, caso o município utilize-o e, em todo caso, constarão, também, dos registros próprios de controle do município.

Art. 28. A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de

interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

§1o A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato ou da ata de registro de preços.

§2o Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

Art. 29. O processo licitatório será instruído com os seguintes documentos:

I - justificativa da contratação;

II - termo de referência;

III - planilhas de custo, quando for o caso;

IV - previsão de recursos orçamentários, com a indicação das respectivas rubricas;

V - autorização de abertura da licitação;

VI - designação do pregoeiro e equipe de apoio;

VII - edital e respectivos anexos, quando for o caso;

VIII - minuta do termo do contrato ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;

IX - parecer jurídico;

X - documentação exigida para a habilitação;

XI - ata contendo os seguintes registros:

a) licitantes participantes;

b) propostas apresentadas;

c) lances ofertados na ordem de classificação;

d) aceitabilidade da proposta de preço;

e) habilitação; e

f) recursos interpostos, respectivas análises e decisões;

XII - comprovantes das publicações:

a) do aviso do edital;

b) do resultado da licitação;

c) do extrato do contrato; e

d) dos demais atos em que seja exigida a publicidade, conforme o caso.

§1o O processo licitatório poderá ser realizado por meio de sistema eletrônico, sendo que os atos e documentos referidos neste artigo constantes dos arquivos e registros digitais serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas.

§2o Os arquivos e registros digitais, relativos ao processo licitatório, deverão permanecer à disposição das auditorias internas e externas.

§3o A ata será disponibilizada na internet para acesso livre, imediatamente após o encerramento da sessão pública.

Art. 30 Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 31 Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 32 Aplicam-se subsidiariamente as normas Lei Federal nº 8.666/93, Decretos Federais números 3.555 de 08 de agosto e 2000 e 5.450, de 1º de Junho de 2005.

Art. 34 Compete a Secretaria Municipal de Administração estabelecer normas e orientações complementares sobre matéria regulamentada neste Decreto, bem como resolver os casos omissos.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 13 de dezembro de 2013.

Prefeito Municipal

## **Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001399/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001399/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

JZY3781 54449304E 22/08/2013 6912-0 R\$ 53,20

LYW8124 54640201E 16/08/2013 6912-0 R\$ 53,20

LZN7070 54449152E 31/07/2013 6637-2 R\$ 127,69

LZN7070 54449153E 31/07/2013 6769-1 R\$ 85,12

MAC5741 54450998E 21/08/2013 6920-0 R\$ 127,69

Infr./Desd. Enquadramento

6912-0 232

6637-2 230 \* IX

6769-1 230 \* XXII

6920-0 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

POMERODE/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

LUIZ CARLOS GROSS

DELEGADO DE POLICIA

## **Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001400/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001400/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

MHM7610 54640173E 24/07/2013 7366-2 R\$ 85,12

Infr./Desd. Enquadramento 7366-2 252 \* VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998),



PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.  
TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

**Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001403/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100  
EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001403/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

LZB8600 54449417E 01/09/2013 6700-0 R\$ 127,69

Infr./Desd. Enquadramento 6700-0 230 \* XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.  
LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001404/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590  
EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001404/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

LZR0602 54640208E 21/08/2013 5746-1 R\$ 85,12

MIN8430 54449330E 12/09/2013 7030-2 R\$ 191,53

Infr./Desd. Enquadramento

5746-1 187 \* I7030-2 244 \* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M)

O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.  
TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

**Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001407/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100  
EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001407/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

MGR8842 55345989D 20/06/2013 6599-2 R\$ 191,53

Infr./Desd. Enquadramento 6599-2 230 \* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.  
LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001408/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590  
EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001408/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AQD6733 54451196E 03/07/2013 5967-0 R\$ 191,53

MDR0911 54451225E 27/07/2013 7030-2 R\$ 191,53

MDR0911 54451226E 27/07/2013 5835-0 R\$ 127,69

MDR0911 54451227E 27/07/2013 5720-0 R\$ 127,69  
 MDR0911 54451228E 27/07/2013 7064-0 R\$ 191,53  
 MGM5023 54449460E 27/07/2013 7030-2 R\$ 191,53  
 MGR8842 55345990D 20/06/2013 5452-1 R\$ 127,69  
 MLF9861 54449453E 12/07/2013 5207-0 R\$ 53,20

Infr./Desd. Enquadramento

5967-0 203 \* V  
 7030-2 244 \* I  
 5835-0 195  
 5720-0 186 \* I  
 7064-0 244 \* IV  
 5452-1 181 \* VIII  
 5207-0 169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.  
 TATIANA LEITE SLOMP  
 GERENTE DE TRANSITO

### **Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001411/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
 DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001411/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

CKB7838 54449203E 13/06/2013 6769-1 R\$ 85,12  
 CVV4802 54451164E 24/06/2013 6599-2 R\$ 191,53  
 MAY6337 54449224E 17/08/2013 6769-2 R\$ 85,12  
 MAY6337 54449227E 17/08/2013 6726-1 R\$ 127,69  
 MAY6337 54451450E 17/08/2013 6637-2 R\$ 127,69  
 MBT2264 54450981E 26/07/2013 6670-0 R\$ 127,69  
 MEC4275 54450978E 26/07/2013 6769-1 R\$ 85,12

Infr./Desd. Enquadramento

6769-1 230 \* XXII  
 6599-2 230 \* V  
 6769-2 230 \* XXII  
 6726-1 230 \* XVIII  
 6637-2 230 \* IX  
 6670-0 230 \* XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

LUIZ CARLOS GROSS  
 DELEGADO DE POLICIA

### **Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001412/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001412/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AUS1611 54449455E 13/07/2013 5185-1 R\$ 127,69  
 CKB7838 54451175E 30/06/2013 6050-1 R\$ 191,53  
 CVV4802 54451208E 24/06/2013 5207-0 R\$ 53,20  
 DIJ9566 54451169E 24/06/2013 5207-0 R\$ 53,20  
 DPM3195 54449214E 10/07/2013 5940-1 R\$ 191,53  
 KNN9466 54451217E 11/07/2013 7366-2 R\$ 85,12  
 LXD9825 54451416E 16/06/2013 5185-1 R\$ 127,69  
 MAY6337 54449226E 17/08/2013 5185-2 R\$ 127,69  
 MFJ8047 54640178E 26/07/2013 5185-1 R\$ 127,69  
 MFT8358 54451163E 19/06/2013 5800-0 R\$ 127,69

Infr./Desd. Enquadramento

5185-1 167  
 6050-1 208  
 5207-0 169  
 5940-1 203 \* III  
 7366-2 252 \* VI  
 5185-2 167  
 5800-0 192

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP  
 GERENTE DE TRANSITO

### **Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000324/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000324/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE

DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

ACJ7893 8762026393 26/05/2013 5673-2 R\$ 85,12  
 AFK0339 8762023771 01/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 AFK0339 8762023827 02/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 AFK0339 8762023997 01/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 AFK0339 8762024105 04/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 AFK0339 8762024122 05/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 AFK0339 8762025153 11/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 AFK0339 8762025211 12/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 AFK0339 8762026639 23/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 AFK0339 8762026887 24/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 AFK0339 8762027472 01/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 AFK0339 8762027480 01/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 AFK0339 8762027501 02/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 AFK0339 8762027685 02/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 AFK0339 8762027712 03/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 AJE8429 8762026002 18/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 AMN3078 8762029272 04/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 ARO8929 8762025996 17/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 ARO8929 8762026699 26/05/2013 7471-0 R\$ 574,61  
 ARO8929 8762026926 26/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 ARO8929 8762027526 31/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 ARO8929 8762027634 30/05/2013 5673-2 R\$ 85,12  
 ARO8929 8762027640 31/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 BHN2270 8762025725 15/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 BQQ6668 8762027807 05/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 CCB3273 8762024336 10/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 CCB3273 8762025147 11/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 CWI5170 8762028601 14/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 DGJ1393 8762023603 02/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 DGJ1393 8762024678 08/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 DSN5140 8762024677 08/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 EJZ0249 8762028306 06/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 JIN6094 8762027349 01/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LQV0955 8762024264 08/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LWW0954 8762025691 13/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LWZ9205 8762026755 25/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LXY0005 8762027515 29/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LYN0476 8762025527 14/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LYN0476 8762025774 17/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LYN0476 8762026346 20/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LZG3693 8762028733 15/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LZK0741 8762025233 13/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MAF3346 8762025447 19/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MAT3040 8762023933 05/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MAU7194 8762029558 13/07/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MBC8673 8762026080 20/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MBG8347 8762026679 25/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MBO5924 8762025188 12/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MCA9761 8762027479 01/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MCD4772 8762025489 14/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MCP3735 8762023439 02/05/2013 7463-0 R\$ 127,69

MDG6239 8762028610 15/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MDN6681 8762025549 13/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MDO5937 8762025824 19/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MDP0288 8762024106 04/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MEG1603 8762024950 08/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MEG1603 8762025184 12/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MEG1603 8762026525 25/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MEP0840 8762028580 12/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MEX2217 8762025992 17/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MGJ4860 8762023949 06/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MGJ3642 8762024705 11/05/2013 7455-0 R\$ 85,12

MIY4631 8762029512 12/07/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MKU4422 8762026905 25/05/2013 7455-0 R\$ 85,12

Infr./Desd. Enquadramento

5673-2 183  
 7455-0 218 \* I  
 7463-0 218 \* II  
 7471-0 218 \* III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP  
 GERENTE DE TRANSITO

### **Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000326/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000326/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AAV4290 8762028894 18/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 AIN7457 8762027936 08/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 AMW7997 8762024659 07/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 AOY3840 8762025229 13/05/2013 6050-3 R\$ 191,53  
 AQK8107 8762027959 04/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 BKP2345 8762026382 25/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 BQS2601 8762028990 23/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 DPN0953 8762028473 15/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 DPN0953 8762028821 22/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 DTP6775 8762029110 24/06/2013 5673-2 R\$ 85,12  
 GYZ0926 8762028903 21/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 GYZ0926 8762028981 22/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 GYZ0926 8762028998 17/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 HRN7454 8762028816 21/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 JPT7908 8762028613 16/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 JYY9705 8762028589 13/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LAZ0925 8762029022 22/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LNO6962 8762028878 23/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 LNO6962 8762028954 20/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LWS9110 8762028883 20/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 LWY0922 8762028771 17/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LWZ2939 8762026028 18/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LWZ2939 8762026553 25/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LXK6083 8762028775 18/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LXR7419 8762028767 17/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LYW9926 8762028761 11/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LZW7824 8762028850 19/06/2013 7455-0 R\$ 85,12



MAK7104 8762028830 22/06/2013 5673-2 R\$ 85,12  
 MAM3576 8762026411 25/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MBA6849 8762027679 02/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MCE3534 8762028902 21/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MCE3534 8762028906 22/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MCF7305 8762028511 16/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MCK9962 8762028763 18/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MCK9962 8762028789 19/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MCK9962 8762028989 23/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MCT0028 8762028980 22/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MCZ5773 8762026425 21/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MDA3958 8762028791 19/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MDD4118 8762028362 10/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MDD4712 8762028556 13/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MDG4485 8762028538 11/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MDR6718 8762028518 11/06/2013 5673-2 R\$ 85,12  
 MDS6093 8762028528 12/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MEB1072 8762028485 15/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MEL8800 8762028896 18/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MER5040 8762028922 19/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MER6582 8762028950 23/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MES6659 8762028539 11/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

MEU1259 8762025529 17/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MEW7941 8762028948 23/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MEY3778 8762028630 11/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MFH2173 8762026433 25/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MFQ0496 8762026452 22/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MFQ0673 8762028905 21/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MFQ0673 8762028941 21/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MFV3295 8762029249 02/07/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MGE8535 8762027509 02/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MGG4091 8762028624 10/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MGG4091 8762028650 13/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MGL6065 8762028784 18/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MGM7033 8762025296 15/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MGO2896 8762028464 14/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MHJ9503 8762028964 18/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MHN8758 8762028813 21/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MHO3028 8762028551 12/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MHO3108 8762028620 10/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MHQ8022 8762028568 09/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MHW5764 8762028734 16/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MIC1329 8762028855 21/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MIM1291 8762028777 18/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MIM2852 8762028632 11/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MIM4590 8762028895 18/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MIM6210 8762028366 11/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MIM6210 8762028502 13/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MIM6210 8762028808 21/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MIR2745 8762028788 19/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MIS6430 8762028641 12/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MIV8877 8762028851 20/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MIZ5431 8762028951 23/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MJV6268 8762028807 20/06/2013 5673-2 R\$ 85,12  
 MJX9958 8762028429 13/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MJZ5928 8762028655 14/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MJZ5928 8762028959 17/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MKQ0999 8762028378 11/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MKQ0999 8762028437 13/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MKQ0999 8762028815 21/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MKT8354 8762029194 30/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MKW8336 8762028926 19/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 Infr./Desd. Enquadramento  
 7455-0 218 \* I  
 6050-3 208  
 7463-0 218 \* II  
 5673-2 183  
 TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE

DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.  
 TATIANA LEITE SLOMP  
 GERENTE DE TRANSITO

### **Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000328/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -  
 EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000328/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a e 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AFK0339 8762028758 11/06/2013 7463-0 R\$ 127,69

EQQ5428 8762028867 20/06/2013 5673-2 R\$ 85,12

MDB0024 8762028831 23/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

MEX8112 8762029132 29/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

MFN7960 8762029178 26/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

MHN8758 8762029089 29/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

MIT4462 8762028440 13/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

MJO1063 8762029107 30/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

MKQ0999 8762029039 25/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

MKS3041 8762029066 27/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

Infr./Desd. Enquadramento

7463-0 218 \* II

5673-2 183

7455-0 218 \* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.  
 TATIANA LEITE SLOMP  
 GERENTE DE TRANSITO

### **Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000330/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -  
 EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000330/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AGL6212 8762025180 12/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 AHA5856 8762027154 02/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 AKD2503 8762028278 04/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 AKS6399 8762029218 29/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 AMA8468 8762024234 08/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 AMA8468 8762024488 08/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 AMF8387 8762024551 08/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 AMS6619 8762028129 03/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 AOK8107 8762023748 04/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 APC2023 8762029192 30/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 ARM5400 8762029684 15/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 BBG0206 8762025223 13/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 BGR8319 8762027835 06/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 BMI9206 8762028668 15/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 CDC8891 8762027922 06/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 COP2863 8762027852 07/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 CRC2172 8762029478 06/07/2013 6050-3 R\$ 191,53  
 DEX9431 8762027638 30/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 DEX9431 8762027989 03/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 DSZ8896 8762028659 14/06/2013 6050-3 R\$ 191,53  
 EDL9651 8762029119 24/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 GVS0101 8762027969 08/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 GZW9986 8762029045 25/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 HCO9855 8762029016 21/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 HLP7486 8762027825 06/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 HPR3788 8762029645 12/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 ICX7857 8762027904 09/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 ILX2577 8762027876 08/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 JPM5042 8762027202 29/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 KJS0306 8762028294 05/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 LOC7434 8762024766 07/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LOC7434 8762024999 07/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 LOF5498 8762024629 11/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 LWW1496 8762025603 18/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LWX3405 8762027831 06/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LXB7259 8762029170 24/06/2013 6050-3 R\$ 191,53  
 LXE6556 8762028468 14/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LXE6556 8762029037 24/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LXE6734 8762024899 11/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LXE9456 8762029668 12/07/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 LYA4204 8762028018 07/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LYB8676 8762027813 06/06/2013 7471-0 R\$ 574,61  
 LYC2278 8762029074 27/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LZC3812 8762028154 05/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LZF4526 8762028265 04/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 L郑7787 8762028114 03/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LZU8651 8762028972 20/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LZV5471 8762027944 09/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MAA7085 8762029640 10/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MAG2396 8762029833 17/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MAG3693 8762027265 30/05/2013 7455-0 R\$ 85,12

MAJ1688 8762029165 26/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MAK6332 8762028052 06/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MAW9134 8762027083 31/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MAW9134 8762028371 11/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MBB5662 8762029156 29/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MBO2715 8762028584 12/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MBR5293 8762024404 11/05/2013 7455-0 R\$ 85,12

MBS1002 8762027994 04/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MBX9368 8762028136 04/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MBY4529 8762029099 24/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MBZ9664 8762027708 03/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MBZ9664 8762027786 05/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MCA6719 8762028205 09/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MCD1198 8762024207 07/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MCF7305 8762023413 01/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MCK9962 8762029186 28/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MCO1921 8762024752 06/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MCR1788 8762028203 09/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MCZ6249 8762025149 11/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MDF2323 8762028864 23/06/2013 5673-2 R\$ 85,12  
 MDG6700 8762029081 28/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MDJ3003 8762027958 03/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MDK6749 8762027438 31/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MDL6150 8762029162 30/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MDL8129 8762028221 03/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MDU1253 8762028634 11/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MDV0489 8762027985 09/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MDX9601 8762027615 30/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MEB7036 8762028450 14/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MEC6272 8762029408 07/07/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MEE8168 8762029092 29/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MEG0569 8762030061 24/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MEK0082 8762028576 11/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MEN3929 8762028166 06/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MEP5626 8762025119 11/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MEQ4780 8762029160 29/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MEU7417 8762028459 14/06/2013 7471-0 R\$ 574,61  
 MEU7417 8762028496 10/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MEW7941 8762028079 09/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MEY3778 8762027374 27/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MEY9727 8762028489 16/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MFC2676 8762028510 16/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MFD0790 8762028543 14/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MFH0882 8762028331 09/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MFH6572 8762023874 04/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MFK0359 8762027039 29/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MFK0359 8762027703 03/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MFK0359 8762028424 13/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MFK0359 8762029069 27/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MFK3408 8762024917 12/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MFK5622 8762029051 25/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MFT4115 8762027225 01/06/2013 5673-2 R\$ 85,12  
 MFV9710 8762027903 09/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MFV9710 8762028806 20/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MFV9710 8762028846 17/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MFV9710 8762029011 19/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MFV9710 8762029091 29/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MFW4424 8762028611 15/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MFY1605 8762027227 27/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MGB3894 8762024087 04/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MGC3216 8762025796 18/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MGE8573 8762029012 19/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MGF7023 8762025486 14/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MGH4243 8762027957 03/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MGI1221 8762028350 10/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MGM7033 8762026996 28/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MGP4453 8762027869 07/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MGR0381 8762027756 04/06/2013 7463-0 R\$ 127,69

MGR0527 8762027941 08/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MGS3294 8762029049 25/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MGT7508 8762029371 03/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MGW2495 8762027713 03/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MGW2495 8762027841 06/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MGW2495 8762027909 03/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MGW2495 8762028392 11/06/2013 7455-0 R\$ 85,12



MGV2495 8762028430 13/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MGV2495 8762028435 13/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MGY3059 8762023544 04/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MHA3342 8762028012 06/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MHA3342 8762028040 05/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MHA3342 8762028302 06/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MHB1700 8762027432 30/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MHB1700 8762027569 27/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MHB1700 8762028125 03/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MHB1700 8762028261 03/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MHD9445 8762028314 08/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MHK5568 8762027525 31/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MHN1507 8762027658 31/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MHP4041 8762029158 29/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MHQ3935 8762027820 06/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MHR0858 8762024378 11/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MHR3729 8762027736 04/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MHR3729 8762027845 07/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MHV0306 8762027948 09/06/2013 7471-0 R\$ 574,61  
 MHV3986 8762029175 25/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MHW5168 8762029096 30/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MHY1535 8762028558 14/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MIF1148 8762027955 07/06/2013 5673-2 R\$ 85,12  
 MIF5596 8762027651 31/05/2013 6050-3 R\$ 191,53  
 MIL6711 8762029161 30/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MIM1291 8762027790 05/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MIM2852 8762027626 30/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MIM2852 8762028210 09/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MIO0042 8762028161 05/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MIO9949 8762028618 16/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MIQ3028 8762029369 03/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MIQ9016 8762029541 10/07/2013 5673-2 R\$ 85,12  
 MIR7468 8762028091 09/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MIS6430 8762028731 14/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MIS9882 8762027178 02/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MIV9272 8762030017 27/07/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MIZ8417 8762028924 19/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MJA4298 8762028447 14/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MJE8370 8762027198 29/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MJG5959 8762027068 30/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MJJ1300 8762029026 23/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MJM8366 8762027697 03/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MJP0986 8762029290 07/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MJY0972 8762028257 03/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MJZ3628 8762029954 24/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MJZ5928 8762029169 24/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MJZ5928 8762029176 26/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MKC3136 8762028005 06/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MKD6690 8762027181 02/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MKI2123 8762025663 19/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MKN2856 8762027966 08/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MKS1697 8762028698 10/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MKT3859 8762028135 04/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MKT3859 8762028652 13/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MKV7777 8762029090 29/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MKY1871 8762029115 28/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MKZ6678 8762025610 13/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MLB1444 8762027567 27/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MLB8700 8762028417 12/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MLC7272 8762027983 08/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MMB9501 8762028082 09/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

MMI0043 8762028443 13/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MML1551 8762028157 05/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 Infr./Desd. Enquadramento  
 7463-0 218 \* II  
 7455-0 218 \* I  
 6050-3 208  
 7471-0 218 \* III

5673-2 183

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP  
 GERENTE DE TRANSITO

### **Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000332/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000332/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AIB9203 8762030137 30/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 AIE7969 8762026397 25/05/2013 5673-2 R\$ 85,12  
 AMG4439 8762030215 29/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 AMN3078 8762026230 24/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 AMW2906 8762027425 30/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 ARF1202 8762026281 25/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 CYD9700 8762027477 01/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 IEI3393 8762028226 06/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 KNR3953 8762029760 20/07/2013 5673-2 R\$ 85,12  
 LXV2444 8762026999 28/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LZT2278 8762028273 04/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MAB7602 8762029339 03/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MAB7602 8762029666 12/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MAN6355 8762026453 22/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MAO2330 8762029404 07/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MAU7219 8762028345 09/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MBD4297 8762030172 03/08/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MCB4769 8762027240 31/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MCL0097 8762027025 29/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MCS3003 8762026193 23/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MDM4103 8762029429 02/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MDP6765 8762029511 12/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MDQ0816 8762029402 06/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MDY8347 8762026858 23/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MEQ9117 8762029335 02/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MFG3873 8762027086 31/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MFJ9302 8762029378 05/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MFM1718 8762026517 24/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MHC8050 8762029311 07/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MHI9584 8762023571 05/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MHK3535 8762026376 24/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MHN8758 8762025423 18/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MIE5789 8762025908 14/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MIK5687 8762029655 11/07/2013 6050-3 R\$ 191,53  
 MJH8037 8762030175 04/08/2013 7455-0 R\$ 85,12

MKA9070 8762026373 24/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MKA9070 8762026377 25/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MKC5571 8762029595 08/07/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MKD8972 8762030197 30/07/2013 5673-2 R\$ 85,12  
 MKT4248 8762029387 06/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MMD7023 8762027078 30/05/2013 5673-2 R\$ 85,12

Infr./Desd. Enquadramento

7455-0 218 \* I  
 5673-2 183  
 7463-0 218 \* II  
 6050-3 208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

### **Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000334/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000334/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AHE1497 8762025591 17/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 AMA8468 8762025249 13/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 AQF5513 8762029028 23/06/2013 6050-3 R\$ 191,53  
 CXN2893 8762030517 11/08/2013 5673-2 R\$ 85,12  
 DCB8333 8762025483 13/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 DLL3394 8762026329 26/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 DPM1722 8762025862 19/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 EIK5265 8762030383 10/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 IBX3056 8762025732 15/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 KUQ7683 8762025408 18/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LNO6962 8762026652 24/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LWW5243 8762026042 19/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LXH7306 8762026863 23/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 LXL7198 8762028524 10/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LXR5249 8762028701 11/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LYN0476 8762026392 26/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LYN0476 8762026860 23/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LYU0634 8762025586 16/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LZE2569 8762026286 25/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LZFO246 8762026536 26/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LZJ9621 8762026763 21/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LZJ9621 8762026843 23/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MAG5850 8762025389 17/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MAX9606 8762030374 09/08/2013 7455-0 R\$ 85,12

MAX9606 8762030586 15/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MAX9606 8762030595 16/08/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MBP6545 8762026356 22/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MCC7715 8762028834 23/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MCV0471 8762026548 23/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MCY0466 8762025642 18/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MDK6749 8762025791 18/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MDM4103 8762026848 23/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MDU1555 8762026547 20/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MED2071 8762026664 24/05/2013 6050-3 R\$ 191,53  
 MEV6646 8762028439 13/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MEY5405 8762026835 22/05/2013 6050-3 R\$ 191,53  
 MFE5466 8762028522 15/06/2013 5673-2 R\$ 85,12  
 MFM4100 8762026254 24/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MFT8358 8762025452 19/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MGL4593 8762025668 14/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MGU3035 8762030382 10/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MGY9443 8762025986 17/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MGY9443 8762026684 25/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MHB4423 8762025538 15/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MHF4347 8762029508 11/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MHH7648 8762026812 21/05/2013 6050-3 R\$ 191,53  
 MHT9080 8762025814 19/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MIF4966 8762026370 24/05/2013 5673-2 R\$ 85,12  
 MIG0155 8762028676 16/06/2013 6050-3 R\$ 191,53  
 MIG1687 8762026208 23/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MIG8808 8762025961 17/05/2013 7455-0 R\$ 85,12

MIG8808 8762026019 18/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MIR4840 8762030524 06/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MJC7593 8762029332 02/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MJG4824 8762026930 26/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MJH5912 8762028932 20/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MJN4189 8762028531 13/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MJR3884 8762026371 24/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MJY0541 8762025292 14/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MKB3166 8762026503 23/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MKC5821 8762025464 19/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MKC5821 8762026107 21/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MKS9559 8762026197 23/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MLB0910 8762025934 15/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MLB0910 8762026777 20/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MLB0910 8762026921 25/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MLK0709 8762026744 22/05/2013 7455-0 R\$ 85,12

Infr./Desd. Enquadramento

7455-0 218 \* I  
 6050-3 208  
 5673-2 183  
 7463-0 218 \* II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

### **Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000336/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

# EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000336/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AE03739 8762030914 21/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 ALS3571 8762023972 06/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 AMW2906 8762025466 19/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 AMW2906 8762026577 21/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 APA6007 8762027677 02/06/2013 6050-3 R\$ 191,53  
 APD0825 8762025655 19/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 GAD1311 8762023673 01/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 HTA8873 8762030071 28/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 IBM5409 8762029935 22/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 IOJ8140 8762024062 03/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 IOY2166 8762025289 14/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 JND7402 8762023855 03/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 KGH2001 8762025816 19/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LWS2683 8762028737 16/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LXE9456 8762029912 14/07/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 LXE9456 8762030083 24/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LXJ9178 8762028196 08/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LXQ2277 8762024169 06/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 LXR3486 8762024196 07/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LXT8872 8762024738 11/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 LYX2227 8762024030 02/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LYY7550 8762025521 18/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LYY2831 8762023953 06/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LYY2831 8762028123 03/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LZA0637 8762025772 17/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LZB0401 8762023760 02/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 LZB0401 8762025699 14/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LZB0401 8762026761 20/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LZB0401 8762028199 08/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LZE2569 8762024467 13/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LZE2569 8762025404 18/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LZE2569 8762025792 18/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LZK6242 8762024458 12/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 Lzp8191 8762025919 14/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MAP0593 8762027080 31/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MBA1028 8762026563 20/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MBA4142 8762024412 11/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MBA6849 8762025034 08/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MBD5647 8762030983 25/08/2013 5673-2 R\$ 85,12  
 MBO7741 8762029041 25/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MBP4311 8762023876 04/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MBP4311 8762026879 24/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MBV4555 8762027625 30/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MBX1493 8762028038 04/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MBX3213 8762024788 07/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MCB4769 8762025543 17/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MCD2222 8762024671 07/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MCL0097 8762025328 16/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MCQ4607 8762028176 07/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MCS3003 8762023557 05/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MCS3003 8762024386 11/05/2013 7463-0 R\$ 127,69

MCS3003 8762025169 12/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MCS3003 8762025367 17/05/2013 7471-0 R\$ 574,61  
 MDM0202 8762027734 03/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MDQ6219 8762028660 14/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

MDQ9515 8762030114 23/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MEG1603 8762028647 13/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MEP8177 8762027527 31/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MEQ6800 8762027369 27/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MEQ6800 8762028112 03/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MER9123 8762027882 08/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MEW5072 8762024965 11/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MFB3464 8762027209 31/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MFB8429 8762027617 30/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MFG2021 8762027528 31/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MFR1357 8762027893 09/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MGE8535 8762023784 01/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MGE8535 8762028140 04/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MGF6423 8762029834 18/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MGI8007 8762026978 27/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MGM9941 8762023828 02/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MGT7508 8762030019 22/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MGW4818 8762026733 26/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MGW4818 8762028133 04/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MHB0916 8762031000 24/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MHF4882 8762024498 10/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MHI4713 8762025290 14/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MHK3535 8762024512 11/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MHK3535 8762025524 18/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MHK3535 8762027942 08/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MHW4047 8762026981 27/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MID4769 8762025750 16/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MID4769 8762026575 20/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MIF4966 8762027722 03/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MIF4966 8762029682 15/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MIM3868 8762027048 29/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MIP2394 8762027277 31/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MJE5091 8762024957 10/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MJE5091 8762027674 01/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MJI2646 8762026582 21/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MJY8496 8762025230 13/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MKB6999 8762025017 07/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MKB6999 8762028137 04/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MKE2479 8762024005 01/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MKI5708 8762025185 12/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MKK1826 8762026430 24/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MKK1826 8762026876 24/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MKN1736 8762030810 21/08/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MKN1736 8762030962 25/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MKT3061 8762027337 31/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MLK0310 8762028327 08/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

Infr./Desd. Enquadramento

7455-0 218 \* I

7463-0 218 \* II

6050-3 208

5673-2 183

7471-0 218 \* III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO



# **Editais de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000338/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -  
EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000338/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AHH1166 8762028069 08/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
ALV2196 8762024713 11/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
AMN3078 8762027128 01/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
ARF1202 8762024157 06/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
ARF1202 8762025297 15/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
ARF1202 8762027751 04/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
ARF2448 8762030861 25/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
ARG2439 8762024228 08/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
AZM1718 8762030193 03/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
BTB8338 8762027775 04/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
CVS4865 8762024029 01/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
CZQ4244 8762023515 04/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
DCB8333 8762024041 02/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
DUN9110 8762028054 06/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
DXZ4718 8762030066 25/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
HNT6106 8762027275 31/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
HSI8447 8762024975 09/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
LOF5498 8762028020 07/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
LXM9759 8762028259 03/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
LXN7525 8762028197 08/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
LXW8867 8762027846 07/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
LYN0476 8762024760 06/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
LZC3290 8762027548 27/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
LZO9233 8762023989 05/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
LZS0493 8762027826 06/06/2013 7471-0 R\$ 574,61  
LZT6854 8762023990 06/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
LZT6854 8762023993 01/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
LZT6854 8762024054 03/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
LZT6854 8762024979 10/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
LZT6854 8762025002 07/05/2013 7471-0 R\$ 574,61  
LZT6854 8762025028 08/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
LZT6854 8762026035 19/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
LZT6854 8762026707 26/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
LZT6854 8762026800 21/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
LZT6854 8762026924 26/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
LZT6854 8762027375 27/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
LZT6854 8762027573 28/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
LZT6854 8762027596 29/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
LZT6854 8762027618 30/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
LZT6854 8762027675 02/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
LZT6854 8762028139 04/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
LZT6854 8762028266 04/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
LZT6854 8762028295 06/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
LZV3530 8762027963 07/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MAO5189 8762027143 01/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
MAP2425 8762029894 21/07/2013 7463-0 R\$ 127,69  
MBD9426 8762030108 27/07/2013 6050-3 R\$ 191,53  
MBF3206 8762030845 25/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MBW0196 8762024186 07/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MBW0196 8762024221 08/05/2013 7463-0 R\$ 127,69

MBW0196 8762024643 12/05/2013 7455-0 R\$ 85,12

MBW0196 8762028102 09/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MCB4761 8762027667 01/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
MCE2233 8762030167 03/08/2013 7463-0 R\$ 127,69  
MCH9206 8762027970 08/06/2013 7471-0 R\$ 574,61  
MDR1318 8762024022 01/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MEG3773 8762027447 31/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MEN7539 8762023421 02/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
MEN7539 8762027763 04/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MEN7539 8762027927 07/06/2013 7471-0 R\$ 574,61  
MEX5658 8762027709 03/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MFC7573 8762027632 30/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MFM4100 8762028206 09/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MFQ3627 8762029699 18/07/2013 7463-0 R\$ 127,69  
MFV3848 8762028330 08/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
MGQ6211 8762023629 02/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MHZ7739 8762025168 12/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MIA5621 8762030059 24/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MIF3010 8762024293 09/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MIJ9043 8762024587 07/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MIM6210 8762027810 06/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MIM6210 8762027843 07/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MIT8522 8762024544 12/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
MIZ5542 8762027157 02/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MJL6006 8762027589 28/05/2013 5673-2 R\$ 85,12  
MJO0803 8762029740 18/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MKA9070 8762027800 05/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
MKB4739 8762028158 05/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MKC5628 8762028308 07/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MKI6666 8762030245 04/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MKI7689 8762023742 02/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MKJ1544 8762029915 16/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MKP7533 8762027434 31/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MKP7533 8762027455 01/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
MKP7533 8762028319 08/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MKY7308 8762029841 18/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MLB0910 8762027549 27/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
MLB0910 8762027572 28/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
MLB0910 8762027641 31/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
MLB0910 8762028267 04/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MMD2673 8762028074 08/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

Infr./Desd. Enquadramento

7455-0 218 \* I  
7463-0 218 \* II  
7471-0 218 \* III  
6050-3 208  
5673-2 183

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

# **Editais de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000340/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -  
EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO

## COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.8762 000340/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AAT2700 8762030170 03/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 ABB0828 8762024206 07/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 ABG1199 8762023412 01/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 ABG6052 8762029382 05/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 ABZ2154 8762030342 06/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 AEP8786 8762029893 21/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 AEP8786 8762030038 27/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 AER9494 8762029804 21/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 AFA1918 8762029733 21/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 AIU9407 8762030041 27/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 AJJ6949 8762029401 06/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 AJO1934 8762029855 21/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 AJZ8618 8762030211 02/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 AMG4344 8762029244 02/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 AMJ2715 8762029509 11/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 ANE6530 8762029354 06/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 BEE1335 8762023405 01/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 BES0062 8762030037 27/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 BPA0658 8762030741 15/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 CAA7772 8762030226 01/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 CAI5899 8762030592 16/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 CEA0840 8762029451 02/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 CHS3246 8762023938 05/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 CJY5040 8762028010 06/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 CJY5040 8762028017 07/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 CSC9698 8762024602 08/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 CYV4800 8762030768 13/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 DEB2029 8762030499 10/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 DER5670 8762025224 13/05/2013 6050-3 R\$ 191,53  
 DFX3733 8762030585 15/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 DKX4568 8762027390 28/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 DLM9515 8762030324 05/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 DML9953 8762029482 07/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 DNZ1919 8762029265 03/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 DNZ1919 8762029294 07/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 DNZ1919 8762029503 11/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 DPN0953 8762029517 13/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 DPN0953 8762029722 20/07/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 ERK6334 8762029347 05/07/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 ERK6334 8762029441 05/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 FHN4787 8762029874 14/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 HAB0160 8762024097 04/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 HER9326 8762030372 09/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 HSA4318 8762029968 25/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 HTQ1264 8762029456 05/07/2013 5673-2 R\$ 85,12  
 ICD7341 8762030551 12/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 ICX7857 8762029555 08/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 IHG1009 8762029960 25/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 IIR4380 8762030275 03/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 IIW0406 8762029819 15/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 IJI4875 8762030040 27/07/2013 7455-0 R\$ 85,12

IMW7700 8762030556 13/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 INN0635 8762030787 18/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 JGU0045 8762024330 10/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 JPC4224 8762029470 04/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 JQU8797 8762029275 05/07/2013 7455-0 R\$ 85,12

JSP4791 8762030890 21/08/2013 7471-0 R\$ 574,61  
 JSP4791 8762030913 21/08/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 JTA3978 8762029372 03/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 JYY9705 8762029588 08/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 KLX3133 8762027666 01/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 KNW0117 8762029418 06/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 KUQ7683 8762027819 06/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 KZU3746 8762029663 10/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LBO7922 8762030099 28/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LWS9110 8762029304 06/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LWT9981 8762030491 07/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LWU1310 8762029955 24/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LWU9846 8762029403 06/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LWX3405 8762029967 25/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LWX3405 8762030159 02/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LWY2812 8762029993 26/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LXA7584 8762029617 12/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LXL4862 8762030663 12/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LXN6123 8762027357 02/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LXN6123 8762027414 30/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LXN6123 8762029396 06/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LXV7979 8762030427 05/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LYB9122 8762029385 06/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LYM0349 8762028076 08/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LYQ6269 8762030299 30/07/2013 6050-3 R\$ 191,53  
 LYX0527 8762029237 01/07/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 LYY0650 8762023691 02/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LZB8597 8762030323 04/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LZC3812 8762030435 08/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LZH7093 8762029344 04/07/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 LZJ9621 8762023880 04/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LZJ9621 8762027220 28/05/2013 5673-2 R\$ 85,12  
 LZM8979 8762030719 17/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LZV1875 8762027245 27/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LZZ7605 8762029730 21/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MAA6570 8762027926 07/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MAB5510 8762029370 03/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MAG3693 8762029797 18/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MAG5850 8762027962 06/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MAI4909 8762024263 08/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MAK7104 8762029422 07/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MAL5420 8762029133 30/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MAL5420 8762029805 21/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MAL6095 8762029783 16/07/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MAR8711 8762030766 13/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MAS8704 8762030408 05/08/2013 5673-2 R\$ 85,12  
 MAX4561 8762029838 18/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MAX4561 8762030249 02/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MAZ8290 8762029667 12/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MBA5678 8762029458 06/07/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MBD4297 8762030612 17/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MBD8820 8762029556 08/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MBK7387 8762030353 07/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MBW3182 8762029727 21/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MBX4624 8762029977 27/07/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MBY9014 8762029731 21/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MBY9014 8762030622 18/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MCB5579 8762030776 16/08/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MCD7662 8762027232 30/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MCK8285 8762030699 13/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MCK9962 8762029426 02/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MCK9962 8762029437 04/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MCK9962 8762029443 06/07/2013 7455-0 R\$ 85,12

MCK9962 8762029664 11/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MCK9962 8762030070 28/07/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MCK9962 8762030254 04/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MCK9962 8762030260 30/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MCK9962 8762030510 11/08/2013 7455-0 R\$ 85,12



MCL5666 8762030074 22/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MCO1921 8762029529 10/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MCQ0662 8762029569 09/07/2013 7463-0 R\$ 127,69  
MCR5696 8762028313 08/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MCY9862 8762025037 08/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MDC1753 8762029243 02/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MDC6953 8762030320 04/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MDI2253 8762028169 06/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MDK8551 8762030497 10/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MDM7573 8762029035 24/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
MDP6635 8762027785 05/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MDP6635 8762027932 07/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MDP7348 8762030674 16/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MDU2959 8762029274 04/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MDU8518 8762030218 29/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MDV2803 8762028517 11/06/2013 5673-2 R\$ 85,12  
MDV2803 8762028750 11/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
MEB2663 8762030277 03/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MEB9941 8762024646 12/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MEH5293 8762030563 14/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MEJ9318 8762030238 03/08/2013 7463-0 R\$ 127,69  
MEL4209 8762029758 17/07/2013 5673-2 R\$ 85,12  
MEQ8279 8762030544 12/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MER9746 8762030302 31/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MES8296 8762029241 02/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MEV2841 8762029888 20/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MEW9289 8762029361 01/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MEZ5567 8762030387 11/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MFD0790 8762029906 19/07/2013 6050-3 R\$ 191,53  
MFF5990 8762030103 23/07/2013 6050-3 R\$ 191,53  
MFH1198 8762029966 25/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MFH7345 8762030223 01/08/2013 7463-0 R\$ 127,69  
MFJ5591 8762029253 02/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MFJ5591 8762029439 04/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MFJ5591 8762030332 05/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MFK0359 8762029501 11/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MFK0359 8762029701 18/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MFK0359 8762030154 01/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MFM2001 8762029582 13/07/2013 7471-0 R\$ 574,61  
MFQ8234 8762030659 15/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MFV5483 8762030443 05/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MFV5483 8762030657 14/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MFV9710 8762029292 07/07/2013 7463-0 R\$ 127,69  
MFV9710 8762029424 01/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MFV9710 8762029460 01/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MFV9710 8762030357 07/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MGC1897 8762028269 04/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MGC6590 8762024500 10/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MGD2691 8762029496 10/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MGE0904 8762030610 17/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MGF7023 8762028501 11/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MGG8882 8762030596 16/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MGH2249 8762027003 28/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MGI8007 8762029734 21/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MGK7432 8762028276 04/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
MGL6880 8762030194 03/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MGL7800 8762030456 07/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MGO1803 8762030458 08/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MGO3415 8762029235 01/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MGR0381 8762030550 12/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MGW6159 8762029328 07/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MGY4639 8762029317 01/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MGY9443 8762023959 03/05/2013 7455-0 R\$ 85,12

MHA3342 8762030676 16/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MHA3461 8762030343 06/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MHA4551 8762029495 09/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MHC0145 8762030153 01/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MHH1396 8762029462 01/07/2013 7455-0 R\$ 85,12

MHL5722 8762024647 12/05/2013 7463-0 R\$ 127,69  
MHL5722 8762027739 04/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MHN2394 8762030350 07/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MHR0858 8762028823 22/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
MHT2353 8762029167 28/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MHT6696 8762029606 10/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MHX5236 8762027793 05/06/2013 5673-2 R\$ 85,12  
MHX5468 8762030416 10/08/2013 5673-2 R\$ 85,12  
MHX7572 8762029254 02/07/2013 7463-0 R\$ 127,69  
MIB3329 8762029978 27/07/2013 7463-0 R\$ 127,69  
MIC4214 8762030109 27/07/2013 5673-2 R\$ 85,12  
MIC7715 8762029596 08/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MID5053 8762025026 08/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MIG3838 8762027972 03/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MIJ3423 8762030010 26/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MIN0756 8762030789 18/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MIP5456 8762030158 01/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MIQ7836 8762029791 17/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MIS7228 8762028769 17/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MIY4631 8762029946 24/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MIY4631 8762030359 08/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MJA4814 8762030269 02/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MJE7126 8762029357 07/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MJF6956 8762025081 09/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MJF9488 8762029283 06/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MJG9672 8762029473 05/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MJI3753 8762030692 13/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MJI5652 8762030055 24/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MJK8896 8762029379 05/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MJL3192 8762028792 19/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MJY0541 8762024214 07/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MJY0541 8762024421 11/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MJZ1757 8762030681 16/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MJZ1757 8762030713 16/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MKC5821 8762027066 29/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MKE3106 8762030784 18/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MKG6061 8762029823 16/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MKG8715 8762030597 16/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MKH4020 8762029620 13/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MKK1613 8762023590 06/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MKK8242 8762029748 16/07/2013 6050-3 R\$ 191,53  
MKN1736 8762028838 23/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
MKN1736 8762029238 01/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MKQ9791 8762029891 21/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MKS3041 8762029291 07/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MKS3041 8762029587 13/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MKU8889 8762029720 19/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MKZ3767 8762030470 10/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MKZ7451 8762027043 29/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MLB1444 8762030710 16/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MLN3341 8762029575 11/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MOV3872 8762027169 02/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
MUM5225 8762030754 18/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
NJZ3816 8762030005 27/07/2013 5673-2 R\$ 85,12  
NPL9060 8762029680 15/07/2013 7463-0 R\$ 127,69  
NVV8211 8762030188 02/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
NYP7843 8762029504 11/07/2013 7455-0 R\$ 85,12

Infr./Desd. Enquadramento

7455-0 218 \* I

7463-0 218 \* II

6050-3 208

5673-2 183

7471-0 218 \* III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998),

PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

### **Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000342/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000342/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

ACE8324 8762030528 07/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
ADU3324 8762029376 04/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
AJZ1058 8762030403 11/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
AKS6399 8762029505 11/07/2013 7471-0 R\$ 574,61  
ALO8341 8762029808 14/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
AUB3794 8762030131 29/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
DAE7141 8762031262 03/09/2013 7455-0 R\$ 85,12  
DYS0053 8762029542 11/07/2013 6050-3 R\$ 191,53  
EBM2256 8762030700 13/08/2013 7463-0 R\$ 127,69  
EDT9755 8762030459 08/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
EJF7345 8762029257 03/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
EVR0179 8762029398 06/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
IMK7437 8762031018 26/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
JPM0062 8762030725 18/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
LZE0757 8762030576 15/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
LZT8015 8762029286 06/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MAC2322 8762030764 13/08/2013 5673-2 R\$ 85,12  
MAM3080 8762031587 09/09/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MAW0562 8762030243 04/08/2013 7463-0 R\$ 127,69  
MAW7218 8762031089 27/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MAX0999 8762030355 07/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MBC0790 8762030502 10/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MBC0790 8762030737 14/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MBH6401 8762030715 17/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MBP5247 8762030690 13/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MBV1499 8762029898 20/07/2013 7463-0 R\$ 127,69  
MCA8909 8762029632 08/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MCA8909 8762029652 10/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MCT3675 8762030346 06/08/2013 7463-0 R\$ 127,69  
MCW2970 8762030498 10/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MEF6885 8762028470 14/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MEW4817 8762029472 05/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MFC7573 8762028574 10/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MFJ0693 8762030642 17/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MHJ0270 8762028892 17/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MHM7610 8762030058 24/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MIB3771 8762030029 24/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MIM1291 8762030014 26/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MIU0104 8762029447 07/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MJD5871 8762029395 06/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MJF1397 8762030354 07/08/2013 7455-0 R\$ 85,12

MJF1397 8762030496 09/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MKG0662 8762031027 28/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MKI9438 8762031240 30/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MLI0303 8762030704 14/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MLM6224 8762031724 08/09/2013 7455-0 R\$ 85,12

Infr./Desd. Enquadramento

7455-0 218 \* I  
7471-0 218 \* III  
6050-3 208  
7463-0 218 \* II  
5673-2 183

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

### **Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000344/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000344/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

ACL1312 8762025209 12/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
ADV0034 8762031764 07/09/2013 7455-0 R\$ 85,12  
DSX3256 8762030843 25/08/2013 7463-0 R\$ 127,69  
GUW6705 8762030928 23/08/2013 7463-0 R\$ 127,69  
HEA2634 8762030940 23/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
IMY8174 8762031682 09/09/2013 7455-0 R\$ 85,12  
JWD2963 8762030967 22/08/2013 7463-0 R\$ 127,69  
JWD2963 8762030971 23/08/2013 7463-0 R\$ 127,69  
JWD2963 8762030973 24/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
KMX6794 8762031582 09/09/2013 7463-0 R\$ 127,69  
LYD6081 8762029975 26/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
LYK5975 8762030875 25/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
LYY7840 8762031029 28/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MAG4998 8762030888 20/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MDP3116 8762031043 30/08/2013 7463-0 R\$ 127,69  
MDW1207 8762030915 21/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MEF8281 8762031808 06/09/2013 7471-0 R\$ 574,61  
MEJ3532 8762031743 08/09/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MEP3923 8762030956 23/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MFP4391 8762031363 03/09/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MGO3507 8762031366 03/09/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MHA2029 8762030942 21/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MHL0596 8762030899 24/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
MIE1576 8762031667 09/09/2013 7463-0 R\$ 127,69

MJS3298 8762030897 23/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MJX4156 8762031369 03/09/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MKM2833 8762031850 07/09/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MMK4477 8762027087 31/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 Infr./Desd. Enquadramento  
 7455-0 218 \* I  
 7463-0 218 \* II  
 7471-0 218 \* III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

### **Editais de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000346/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000346/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AJY0548 8762028776 18/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 ATR7623 8762032121 12/09/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 AUK8543 8762030142 31/07/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 CHB4573 8762028748 11/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 DKY1449 8762027821 06/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 ELF9975 8762032532 21/09/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 HJK1255 8762028961 17/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 HOZ3421 8762029577 12/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 HSL4700 8762028836 23/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 KLV7774 8762028407 12/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LWU1310 8762032189 12/09/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LZFA526 8762024051 03/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LZFA526 8762024081 04/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LZFA526 8762025027 08/05/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LZY3109 8762028786 19/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MAP0593 8762029009 18/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MAW4037 8762029182 26/06/2013 5673-2 R\$ 85,12  
 MBC0708 8762029383 05/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MBS9464 8762032223 11/09/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MCB4769 8762029327 07/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MCS3003 8762029322 07/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MCW8362 8762030274 03/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MDK1960 8762028359 10/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MDO4185 8762029611 11/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MFG2021 8762028649 13/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MFJ6907 8762029634 08/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MFK6060 8762028736 16/06/2013 5673-2 R\$ 85,12  
 MFM4706 8762032127 12/09/2013 7455-0 R\$ 85,12

MFR1357 8762029255 02/07/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MFX2733 8762028702 11/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MGD9946 8762029001 17/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MGF3658 8762028715 12/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MGO4561 8762028730 14/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MGR0381 8762029262 03/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MGR2977 8762029047 25/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MID1403 8762028901 21/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MJN5805 8762028523 16/06/2013 5673-2 R\$ 85,12  
 MJV9535 8762031989 10/09/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MKB6999 8762028658 14/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MKT2806 8762029050 25/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MLA4907 8762029926 19/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MLE5233 8762028967 19/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MNQ4313 8762028865 18/06/2013 5673-2 R\$ 85,12  
 Infr./Desd. Enquadramento  
 7455-0 218 \* I  
 7463-0 218 \* II  
 5673-2 183

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

### **Editais de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000348/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000348/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AGO1526 8762031153 30/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 BQS2601 8762029448 07/07/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 CJY5040 8762028561 14/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 CVV4802 8762028582 12/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 CVV4802 8762028593 13/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 CVV4802 8762028614 16/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 CVV4802 8762028930 20/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 CVV4802 8762029134 24/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 CVV4802 8762029362 01/07/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 DQW4050 8762030547 12/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 GUV1730 8762028604 14/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 HLJ5104 8762028403 12/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 HLX3799 8762029648 12/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 IRV0888 8762029038 24/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LOC7434 8762029184 27/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LXX6889 8762028869 22/06/2013 5673-2 R\$ 85,12



LYM9673 8762028348 10/06/2013 7471-0 R\$ 574,61  
 LYN0728 8762028549 12/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LYQ2684 8762029303 06/07/2013 7471-0 R\$ 574,61  
 LZJ9621 8762029442 05/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LZR2965 8762029644 12/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LZR2965 8762029657 12/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LZX0741 8762028635 11/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LZY8176 8762029222 29/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MAB8895 8762029622 13/07/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MAG5850 8762029270 03/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MAW0331 8762028428 13/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MBL3339 8762030483 05/08/2013 7471-0 R\$ 574,61  
 MBL3339 8762030672 14/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MBS9625 8762028352 10/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MCB4761 8762028597 13/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MCJ9284 8762029348 05/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MCK1110 8762030694 13/08/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MCY8314 8762028512 16/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MEB5493 8762029341 04/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MEJ4022 8762028677 16/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MEZ3962 8762028940 21/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MFK1111 8762029565 08/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MFM4329 8762029407 07/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MFT8358 8762028955 19/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MFV6936 8762030263 31/07/2013 6050-3 R\$ 191,53  
 MFV7355 8762029148 27/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MGB2966 8762028680 10/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MGB2966 8762029224 30/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MGU9335 8762028845 17/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MHB1498 8762029189 28/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MHG7533 8762028540 12/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MHH0981 8762030605 17/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MHR1603 8762029136 24/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MHV0306 8762029185 27/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MHV0306 8762029310 07/07/2013 7463-0 R\$ 127,69

MIB1937 8762029776 18/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MIB8477 8762030377 09/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MIH3530 8762028562 14/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MIK6451 8762028751 11/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MIY8014 8762029326 06/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MJD4993 8762029250 02/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MJH5912 8762029278 05/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MJR3884 8762028415 12/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MJZ6392 8762028931 20/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MKA9070 8762028420 13/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MKB8658 8762029420 01/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MKJ1960 8762029120 24/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MKX7041 8762029489 09/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MLP6400 8762028908 22/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MLP6400 8762029331 02/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MMB3521 8762028475 15/06/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MMJ8050 8762029025 22/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MPN3464 8762029546 09/07/2013 7455-0 R\$ 85,12

Infr./Desd. Enquadramento

7455-0 218 \* I  
 7463-0 218 \* II  
 5673-2 183  
 7471-0 218 \* III  
 6050-3 208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

POMERODE/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP  
 GERENTE DE TRANSITO

### **Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000350/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000350/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

ACE9646 8762030392 11/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 AJI0041 8762031462 06/09/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 AZA5106 8762028577 11/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 AZA5106 8762028900 20/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 DLR3532 8762031748 06/09/2013 5673-2 R\$ 85,12  
 HAB5618 8762032622 27/09/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 HBS2066 8762031599 09/09/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 IJB4483 8762031237 30/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 JNT9297 8762029414 07/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 KZK0969 8762033100 04/10/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 LXX2532 8762033071 06/10/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 LZT6332 8762031139 28/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MAG4998 8762031117 30/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MAP2932 8762031526 09/09/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MAZ2919 8762033315 07/10/2013 5673-2 R\$ 85,12  
 MBC0790 8762031210 01/09/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MBX7344 8762032867 25/09/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MCM3869 8762031664 09/09/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MCT9022 8762031288 03/09/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MCW7389 8762031201 30/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MDK2728 8762033313 12/10/2013 5673-2 R\$ 85,12  
 MDR2113 8762032828 29/09/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MDR2113 8762033029 03/10/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MDR5295 8762031809 06/09/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MEC6613 8762031252 01/09/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MEF5953 8762031728 08/09/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MEJ2475 8762031180 27/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MGK4784 8762029297 07/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MGW4818 8762029453 03/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MHH4162 8762031411 04/09/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MID5166 8762032665 27/09/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MIP6218 8762033101 04/10/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MIU5383 8762031062 31/08/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MKI6406 8762029518 13/07/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MKK1826 8762028050 06/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MKK1826 8762028099 06/06/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MKN3351 8762031158 30/08/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MKN7867 8762031618 09/09/2013 7463-0 R\$ 127,69  
 MKT1113 8762033282 12/10/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MLD4488 8762033329 12/10/2013 7455-0 R\$ 85,12  
 MLF5888 8762031224 26/08/2013 7463-0 R\$ 127,69

Infr./Desd. Enquadramento

7455-0 218 \* I  
 5673-2 183  
 7463-0 218 \* II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

### **Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001397/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001397/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AEL2905 54449441E 07/10/2013 6599-2

ALY0139 54449439E 25/09/2013 5010-0

LX07896 54449386E 30/10/2013 6920-0

MBW7776 54449502E 23/09/2013 6920-0

Infr./Desd. Enquadramento

6599-2 230 \* V

5010-0 162 \* I

6920-0 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

### **Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001398/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001398/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S)

PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infra&#65511;&#65507;o Infr./Desd.

BAR2427 54449612E 18/10/2013 5924-2

CTQ4623 54640330E 18/10/2013 5738-0

LBX3994 54640271E 19/09/2013 5460-0

MDJ3003 54449615E 29/10/2013 5541-4

MEH8601 55346281D 20/09/2013 5460-0

MEZ2958 54449511E 23/09/2013 6050-1

MFB8212 54451241E 03/10/2013 5207-0

MFC7573 54640303E 11/10/2013 5185-1

MLE2633 54640275E 27/09/2013 5550-0

Infr./Desd. Enquadramento

5924-2 203 \* I

5738-0 186 \* II

5460-0 181 \* IX

5541-4 181 \* XVII

6050-1 208

5207-0 169

5185-1 167

5550-0 181 \* XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

### **Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001401/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001401/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

ACR2191 54449272E 06/11/2013 6637-2

AEY5727 54449531E 11/10/2013 6599-2

LVG1295 54449339E 26/09/2013 5045-0

LVG1295 54449340E 26/09/2013 6599-2

MBY6748 54451239E 11/10/2013 5010-0



MBY6748 54451242E 11/10/2013 5118-0  
MCA1278 54449348E 06/11/2013 6599-2  
MFH3634 54449392E 06/11/2013 6599-2  
MFH3634 54449393E 06/11/2013 5010-0  
MFH3634 54449394E 06/11/2013 5118-0  
MFH3634 54449395E 06/11/2013 6637-2  
MIL2078 54449346E 06/11/2013 6599-2  
MIL2078 54449347E 06/11/2013 6556-1  
MKO0461 54451245E 11/10/2013 6610-2

Infr./Desd. Enquadramento

6637-2 230 \* IX  
6599-2 230 \* V  
5045-0 162 \* V  
5010-0 162 \* I  
5118-0 164 c/c 162 \* I  
6556-1 230 \* I  
6610-2 230 \* VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

LUIZ CARLOS GROSS

DELEGADO DE POLICIA

### **Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001402/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001402/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

BQS2601 54449260E 01/11/2013 5185-1  
DMI3819 54449541E 11/10/2013 6050-1  
KEJ0752 54449450E 16/10/2013 5185-1  
LZP1569 54449446E 16/10/2013 5185-1  
MBY6748 54451243E 11/10/2013 6858-0  
MDP6765 54449543E 11/10/2013 6050-1  
MJJ0733 54640338E 19/10/2013 5185-1  
MMIO108 54449544E 11/10/2013 7366-2

Infr./Desd. Enquadramento

5185-1 167  
6050-1 208  
6858-0 231 \* VII  
7366-2 252 \* VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE

NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

### **Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001405/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001405/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

LXR0635 54449281E 09/11/2013 6599-2  
LXR0635 54449282E 09/11/2013 5010-0  
MCE8114 54449350E 06/11/2013 5045-0  
MCE8114 54449391E 06/11/2013 5142-0  
MDO8448 54449379E 30/10/2013 6920-0  
MHY8418 55346350D 08/11/2013 6599-2

Infr./Desd. Enquadramento

6599-2 230 \* V  
5010-0 162 \* I  
5045-0 162 \* V  
5142-0 164 c/c 162 \* V  
6920-0 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

LUIZ CARLOS GROSS

DELEGADO DE POLICIA

### **Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001406/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001406/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO

UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZAÇÃO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEICULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AFW6526 54640393E 07/11/2013 5550-0

IFF1262 54640377E 05/11/2013 5380-0

LWX0431 54640282E 04/10/2013 5185-1

LXR0635 54640410E 09/11/2013 5452-6

LZT1324 54640403E 08/11/2013 5185-1

MGF2476 54640368E 26/10/2013 5185-1

MGO3663 54449550E 17/10/2013 5681-0

MGQ6926 54640294E 11/10/2013 7366-2

MHB5193 54640352E 19/10/2013 5410-0

MIL5627 54449542E 11/10/2013 5967-0

Infr./Desd. Enquadramento

5550-0 181 \* XVIII

5380-0 181 \* I

5185-1 167

5452-6 181 \* VIII

5681-0 184 \* I

7366-2 252 \* VI

5410-0 181 \* IV

5967-0 203 \* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

### **Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Transito N.8126 001409/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANET/FISCALIZAÇÃO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.8126 001409/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZAÇÃO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEICULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

ABG1199 54449251E 21/10/2013 6610-2

ABG1199 54449252E 21/10/2013 6912-0

IGF1810 54449382E 30/10/2013 6920-0

Infr./Desd. Enquadramento

6610-2 230 \* VII

6912-0 2326920-0 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

LUIZ CARLOS GROSS

DELEGADO DE POLÍCIA

### **Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Transito N.8126 001410/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANET/FISCALIZAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.8126 001410/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZAÇÃO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEICULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

CYD9700 54449257E 28/10/2013 5185-1

MFE2475 54640322E 18/10/2013 5568-0

MHU6848 54640310E 16/10/2013 5541-1

Infr./Desd. Enquadramento

5185-1 167

5568-0 181 \* XIX5541-1 181 \* XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

### **Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Transito N.8126 001413/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANET/FISCALIZAÇÃO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.8126 001413/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

ARU1111 54449602E 02/11/2013 7340-0

LXR9744 54449088E 14/11/2013 5045-0

Infr./Desd. Enquadramento

7340-0 252 \* IV5045-0 162 \* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

LUIZ CARLOS GROSS

DELEGADO DE POLICIA

### **Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infração de Transito N.8126 001414/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001414/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

IEP1102 54449089E 16/11/2013 5347-0

MEB0579 54449613E 18/10/2013 5967-0

MHN3284 54640312E 17/10/2013 5541-1

MII9907 54449630E 14/11/2013 5924-2

Infr./Desd. Enquadramento

5347-0 178

5967-0 203 \* V

5541-1 181 \* XVII5924-2 203 \* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO

DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

### **Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infração de Transito N.8762 000323/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000323/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AJM2725 8762030022 23/07/2013 7463-0

AMJ1099 8762030105 25/07/2013 5673-2

ASM5429 8762029753 16/07/2013 6050-3

ASR5043 8762030054 24/07/2013 7455-0

BDC1175 8762030756 12/08/2013 6050-3

DGU1612 8762029739 17/07/2013 7463-0

DKY1449 8762029950 24/07/2013 7463-0

DKY1449 8762029987 23/07/2013 7455-0

IKS8992 8762030807 21/08/2013 7455-0

KCR1043 8762029914 15/07/2013 7455-0

KHQ3816 8762030030 25/07/2013 7455-0

LNW2720 8762030160 02/08/2013 7455-0

LZG7651 8762030069 28/07/2013 7455-0

MAP0593 8762030112 22/07/2013 7463-0

MAP0593 8762030115 24/07/2013 7455-0

MAP0593 8762030124 27/07/2013 7471-0

MBT8329 8762029712 19/07/2013 7455-0

MCM0809 8762029692 17/07/2013 7455-0

MDN4576 8762030147 31/07/2013 7463-0

MDP9089 8762029865 20/07/2013 7455-0

MEC8538 8762030004 27/07/2013 5673-2

MFW0097 8762029818 15/07/2013 7463-0

MGE7898 8762029737 15/07/2013 7455-0

MGF4346 8762030130 28/07/2013 5673-2

MGU0482 8762029997 27/07/2013 7463-0

MGW4102 8762029830 17/07/2013 7455-0

MHU9435 8762029850 20/07/2013 7455-0

MIA1264 8762029715 19/07/2013 7463-0

MII6783 8762029774 17/07/2013 7455-0

MII9895 8762029798 18/07/2013 7463-0

MKA3366 8762029863 19/07/2013 7455-0

MKA3366 8762030035 26/07/2013 7455-0

MLJ2371 8762030042 27/07/2013 7463-0

MMB9501 8762030024 24/07/2013 7455-0

MMM1541 8762030015 26/07/2013 7455-0

NYP7843 8762029866 21/07/2013 7455-0

Infr./Desd. Enquadramento

7463-0 218 \* II

5673-2 183

6050-3 208

7455-0 218 \* I





7471-0 218 \* III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

### **Editais de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000325/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000325/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AAA7445 8762030092 28/07/2013 7455-0  
ACV4569 8762030512 05/08/2013 6050-3  
AKY2654 8762030863 22/08/2013 6050-3  
AMN3078 8762030095 28/07/2013 7463-0  
ARL4682 8762029857 21/07/2013 7455-0  
BEE1335 8762029974 26/07/2013 7463-0  
CIN1289 8762030986 20/08/2013 7455-0  
CVV4802 8762029820 15/07/2013 7471-0  
CVV4802 8762029859 21/07/2013 7463-0  
DAN8195 8762029765 16/07/2013 7455-0  
DBO1406 8762030195 04/08/2013 7455-0  
DCD7742 8762030995 23/08/2013 7455-0  
DPM3195 8762029769 20/07/2013 7455-0  
EIK5265 8762030844 25/08/2013 7463-0  
HQE5633 8762030982 25/08/2013 6050-3  
IHH0092 8762030259 30/07/2013 6050-3  
JJK5376 8762029965 25/07/2013 7455-0  
JPK9457 8762030841 25/08/2013 7455-0  
KHW5566 8762030900 25/08/2013 7455-0  
KVV3033 8762030264 31/07/2013 7455-0  
LWT1572 8762029726 20/07/2013 7455-0  
LXE5678 8762029920 18/07/2013 7455-0  
LXF1818 8762030282 04/08/2013 7455-0  
LXR9744 8762030859 24/08/2013 7455-0  
LYM0349 8762030227 01/08/2013 7455-0  
LZA0637 8762030393 11/08/2013 7455-0  
LZE3441 8762030922 22/08/2013 7455-0  
LZO9233 8762029853 20/07/2013 7455-0  
LZR1754 8762030281 04/08/2013 7463-0  
LZX0741 8762030086 25/07/2013 7455-0  
LZY3717 8762030232 04/08/2013 7455-0

MAJ6202 8762030036 26/07/2013 7463-0  
MAJ6202 8762030068 24/07/2013 7455-0  
MAK7104 8762030943 25/08/2013 7455-0  
MAP2932 8762029793 17/07/2013 7455-0  
MAY8257 8762029754 16/07/2013 6050-3  
MBC0790 8762029887 19/07/2013 7455-0  
MBC0790 8762030948 20/08/2013 7463-0  
MBY2107 8762030937 25/08/2013 7455-0  
MCC6059 8762029761 20/07/2013 5673-2  
MCF9269 8762030091 28/07/2013 7463-0  
MCH9206 8762030953 22/08/2013 7455-0  
MCK9962 8762030996 23/08/2013 7455-0  
MCQ1733 8762030043 28/07/2013 7455-0  
MCY1811 8762030838 25/08/2013 7455-0  
MDI8560 8762030201 30/07/2013 7455-0  
MED2165 8762029759 19/07/2013 5673-2

MEI5845 8762030110 28/07/2013 6050-3  
MEJ2475 8762029784 16/07/2013 7455-0  
MEJ2475 8762029959 25/07/2013 7455-0  
MES6659 8762030013 24/07/2013 7455-0  
MEV0415 8762030182 30/07/2013 7455-0  
MEX9551 8762030927 23/08/2013 7455-0  
MFB0965 8762029846 19/07/2013 7455-0  
MFG6012 8762030985 19/08/2013 7455-0  
MFH2173 8762030879 24/08/2013 7455-0  
MFI4962 8762030090 26/07/2013 7455-0  
MFL5422 8762030791 19/08/2013 7455-0  
MFP6916 8762031008 25/08/2013 7455-0  
MFR2785 8762029845 19/07/2013 7455-0  
MFV9710 8762030318 04/08/2013 7455-0  
MFW4318 8762030939 19/08/2013 7455-0  
MGH4032 8762030168 03/08/2013 7455-0  
MGK0045 8762030237 02/08/2013 7455-0  
MHA3342 8762030910 21/08/2013 7455-0  
MHA3342 8762030912 21/08/2013 7455-0  
MHV0306 8762029969 25/07/2013 7463-0  
MHZ2627 8762029802 18/07/2013 7463-0  
MIK0314 8762030002 25/07/2013 5673-2  
MIN4051 8762030122 26/07/2013 7455-0  
MIV4432 8762030143 31/07/2013 7455-0  
MIX2439 8762029983 28/07/2013 7463-0  
MIY3212 8762030932 24/08/2013 7455-0  
MJA4814 8762030988 21/08/2013 7455-0  
MJJ5338 8762030183 30/07/2013 7455-0  
MJT4646 8762030804 21/08/2013 7455-0  
MKM5133 8762030930 24/08/2013 7455-0  
MKN1736 8762029953 24/07/2013 7455-0  
MKN1736 8762030123 27/07/2013 7463-0  
MKP1181 8762029924 18/07/2013 7455-0  
MKY5877 8762030214 29/07/2013 7455-0  
MKY9501 8762030451 07/08/2013 7455-0  
MLE2633 8762029825 16/07/2013 7455-0  
MLK1404 8762030224 01/08/2013 7455-0  
MMA6058 8762030862 25/08/2013 7455-0  
MMK3113 8762029879 15/07/2013 7455-0  
MPN3464 8762029766 17/07/2013 7455-0  
MQN8433 8762030209 31/07/2013 7455-0  
NGG0946 8762030935 25/08/2013 7455-0  
Infr./Desd. Enquadramento

7455-0 218 \* I

6050-3 208

7463-0 218 \* II

7471-0 218 \* III

5673-2 183

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E



SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.  
TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

### **Editais de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000327/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000327/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AOC9601 8762030769 13/08/2013 7455-0  
BPK3432 8762030157 01/08/2013 7455-0  
BQQ6668 8762030206 04/08/2013 7455-0  
CMY9295 8762030730 18/08/2013 7455-0  
DLG5189 8762030410 07/08/2013 6050-3  
DSX3256 8762030386 11/08/2013 7455-0  
DSX3256 8762030617 18/08/2013 7455-0  
DSX3256 8762030649 15/08/2013 5673-2  
IBM5409 8762030594 16/08/2013 7455-0  
IHH0092 8762030363 08/08/2013 7455-0  
IJH8053 8762029688 17/07/2013 7455-0  
IJH8053 8762029736 15/07/2013 7455-0  
IJH8053 8762029995 27/07/2013 7463-0  
LXD6996 8762030465 10/08/2013 7455-0  
LXN1932 8762030428 06/08/2013 7455-0  
MAY4786 8762030601 17/08/2013 7455-0  
MBL9457 8762030480 05/08/2013 7455-0  
MBM8806 8762030479 11/08/2013 7455-0  
MBM9898 8762030739 15/08/2013 7455-0  
MBV3856 8762030468 10/08/2013 7455-0  
MCI3442 8762030712 16/08/2013 7455-0  
MCJ9284 8762030441 11/08/2013 7455-0  
MCY1220 8762030413 06/08/2013 6050-3  
MDE0018 8762030618 18/08/2013 7455-0  
MDR3619 8762030655 18/08/2013 7455-0  
MDZ1121 8762030701 14/08/2013 7455-0  
MEN7539 8762030522 05/08/2013 7455-0  
MEN7539 8762030565 14/08/2013 7463-0  
MET4922 8762030763 12/08/2013 7455-0  
MFB3760 8762030436 09/08/2013 7455-0  
MFK1111 8762030437 10/08/2013 7455-0  
MFP0692 8762030407 11/08/2013 7463-0  
MFQ3627 8762030397 05/08/2013 7455-0  
MGE0174 8762030220 31/07/2013 7455-0  
MGJ8167 8762030454 07/08/2013 7455-0  
MGK0045 8762030460 09/08/2013 7455-0  
MGX5555 8762030433 08/08/2013 7455-0

MGZ5910 8762030367 08/08/2013 7463-0  
MGZ5910 8762030703 14/08/2013 7455-0  
MHA4815 8762030561 13/08/2013 7463-0  
MHL0710 8762030371 09/08/2013 7463-0  
MHR0858 8762030326 05/08/2013 7455-0  
MIA2420 8762030447 06/08/2013 7455-0  
MIB8631 8762030578 15/08/2013 7455-0  
MIF2614 8762030389 11/08/2013 7463-0  
MIL5501 8762030440 11/08/2013 7455-0  
MKD0236 8762030750 18/08/2013 7455-0

MKK0112 8762030505 11/08/2013 7455-0  
MKN1736 8762030492 08/08/2013 7455-0  
MKP7603 8762030745 17/08/2013 7455-0  
MMI8870 8762030457 07/08/2013 7455-0  
NSB0101 8762030884 20/08/2013 7455-0  
Infr./Desd. Enquadramento  
7455-0 218 \* I  
6050-3 208  
5673-2 183  
7463-0 218 \* II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

### **Editais de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000329/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000329/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AFM9409 8762031813 07/09/2013 7455-0  
AIU7731 8762030761 17/08/2013 7455-0  
AJT8561 8762031291 03/09/2013 7463-0  
AJV7345 8762031670 09/09/2013 7455-0  
AJZ0880 8762031184 27/08/2013 7455-0  
AJZ0880 8762031763 07/09/2013 7455-0  
AJZ8618 8762031144 29/08/2013 7455-0  
ALZ1126 8762030696 13/08/2013 7463-0  
ANC3575 8762031181 27/08/2013 7455-0  
APM3690 8762030665 12/08/2013 7455-0  
ARW1728 8762031270 03/09/2013 7455-0  
BMK1159 8762031785 08/09/2013 7463-0



CGO2673 8762031512 09/09/2013 7455-0  
 CLB2454 8762031508 09/09/2013 7455-0  
 CMA2979 8762031875 07/09/2013 5673-2  
 CSW0977 8762031191 29/08/2013 7455-0  
 CVU2404 8762030975 21/08/2013 6050-3  
 CWO3744 8762031680 09/09/2013 7455-0  
 CXU5793 8762031765 08/09/2013 7455-0  
 DWM3494 8762031220 01/09/2013 7455-0  
 DWZ0123 8762031071 01/09/2013 7455-0  
 DYD6124 8762031059 31/08/2013 7455-0  
 EBM2256 8762031099 27/08/2013 7455-0  
 FHB1951 8762030682 17/08/2013 7455-0  
 GVS0101 8762031489 09/09/2013 7463-0  
 HSF6434 8762031208 01/09/2013 7455-0  
 HZY5960 8762031290 03/09/2013 7455-0  
 IKN0514 8762031866 08/09/2013 6050-3  
 IPW5402 8762031487 09/09/2013 7455-0  
 JPT0259 8762030747 17/08/2013 7455-0  
 J TJ6078 8762031241 30/08/2013 7455-0  
 J TZ7346 8762031355 03/09/2013 7455-0  
 KEU1033 8762031856 08/09/2013 6050-3  
 KMX7574 8762031837 02/09/2013 7455-0  
 KNO5102 8762031217 27/08/2013 7455-0  
 KOJ5321 8762031416 04/09/2013 7455-0  
 LBX3994 8762031666 09/09/2013 7455-0  
 LWS9110 8762031172 27/08/2013 7455-0  
 LXD6591 8762031269 03/09/2013 7455-0  
 LXE0075 8762031102 30/08/2013 7455-0  
 LXG7438 8762031534 09/09/2013 7455-0  
 LXH0221 8762031574 09/09/2013 7463-0  
 LXL3562 8762031665 09/09/2013 7455-0  
 LXR5950 8762031603 09/09/2013 7455-0  
 LYD6081 8762030826 23/08/2013 7463-0  
 LYD6081 8762030833 24/08/2013 7455-0  
 LYJ3910 8762031726 08/09/2013 7463-0

LYS0384 8762031209 01/09/2013 7455-0  
 LYU9199 8762030721 18/08/2013 7455-0  
 LZJ0803 8762031409 04/09/2013 7455-0  
 LZJ9621 8762030782 18/08/2013 7463-0  
 LZU3858 8762031044 30/08/2013 7455-0  
 LZY3496 8762031767 02/09/2013 7463-0  
 LZY6535 8762031825 04/09/2013 7455-0  
 MAB2301 8762030980 24/08/2013 7455-0  
 MAG3693 8762031773 05/09/2013 7455-0  
 MAO2125 8762030654 17/08/2013 7455-0  
 MAS3722 8762031070 01/09/2013 7455-0  
 MAU5253 8762031185 27/08/2013 7463-0  
 MAU8851 8762031247 01/09/2013 7455-0  
 MAZ8641 8762030907 19/08/2013 7463-0  
 MBA1849 8762031104 26/08/2013 7455-0  
 MBD5651 8762031791 03/09/2013 7455-0  
 MBE6629 8762031484 09/09/2013 7455-0  
 MBF5163 8762031203 31/08/2013 7463-0  
 MBN6541 8762031426 05/09/2013 7455-0  
 MBN6541 8762031872 06/09/2013 7455-0  
 MBX0839 8762031272 03/09/2013 7455-0  
 MBZ9598 8762031577 09/09/2013 7455-0  
 MCA1068 8762031017 26/08/2013 7455-0  
 MCG0377 8762031175 01/09/2013 7455-0  
 MCG1863 8762031455 06/09/2013 7455-0  
 MCI9469 8762031234 28/08/2013 7455-0  
 MCK8285 8762031421 04/09/2013 7455-0  
 MCK9962 8762031178 26/08/2013 7455-0  
 MCK9962 8762031848 05/09/2013 7455-0  
 MCK9962 8762031878 08/09/2013 7455-0  
 MCS3539 8762031657 09/09/2013 7463-0  
 MCX1523 8762031367 03/09/2013 7455-0  
 MCY5210 8762031397 04/09/2013 7463-0

MDE1585 8762031127 26/08/2013 7455-0  
 MDF5247 8762031263 03/09/2013 7455-0  
 MDG2022 8762031649 09/09/2013 7455-0  
 MDH0114 8762030726 18/08/2013 7455-0  
 MDM2994 8762030582 15/08/2013 7455-0  
 MDU9674 8762030444 05/08/2013 7455-0  
 MDV0489 8762031524 09/09/2013 7455-0  
 MEB4977 8762031515 09/09/2013 7455-0  
 MEC9304 8762031009 25/08/2013 7455-0  
 MEE8377 8762031372 03/09/2013 7455-0  
 MEJ6674 8762030753 14/08/2013 7455-0  
 MEJ9342 8762030840 25/08/2013 7455-0  
 MEK6665 8762031708 05/09/2013 7463-0  
 MEL0640 8762031271 03/09/2013 7455-0  
 MEL3360 8762031387 03/09/2013 7455-0  
 MEP9938 8762031775 05/09/2013 7455-0  
 MEQ6807 8762031783 07/09/2013 7455-0  
 MEZ7562 8762030639 16/08/2013 7463-0  
 MFC9386 8762031112 28/08/2013 7455-0  
 MFF1579 8762031362 03/09/2013 7455-0  
 MFH0882 8762031681 09/09/2013 7463-0  
 MFH2173 8762031092 29/08/2013 7455-0  
 MFK0822 8762031615 09/09/2013 7455-0  
 MFL4257 8762031432 05/09/2013 7455-0  
 MFV9710 8762031568 09/09/2013 7455-0  
 MFY6907 8762031868 02/09/2013 7455-0  
 MFZ8808 8762031874 07/09/2013 7463-0  
 MGG4091 8762031847 05/09/2013 7463-0  
 MGI7646 8762031820 08/09/2013 7455-0  
 MGR0381 8762031672 09/09/2013 7463-0  
 MGT8275 8762031176 26/08/2013 7455-0  
 MGZ1497 8762030779 17/08/2013 7455-0  
 MHA3342 8762031801 04/09/2013 7455-0  
 MHC5031 8762030885 20/08/2013 7455-0  
 MHG9561 8762031506 09/09/2013 7455-0

MHL9221 8762031800 04/09/2013 7455-0  
 MHM1840 8762031084 26/08/2013 5673-2  
 MHM4995 8762031316 03/09/2013 7455-0  
 MHO3830 8762031319 03/09/2013 7463-0  
 MHT3114 8762031281 03/09/2013 7463-0  
 MHT3114 8762031440 05/09/2013 7455-0  
 MHV0306 8762030488 05/08/2013 7463-0  
 MHV0306 8762030608 17/08/2013 6050-3  
 MHV0306 8762030774 15/08/2013 7455-0  
 MIG1687 8762030758 16/08/2013 6050-3  
 MIL4135 8762031351 03/09/2013 7455-0  
 MIR8778 8762031239 30/08/2013 7455-0  
 MIR8778 8762031697 03/09/2013 7455-0  
 MIY7677 8762031877 08/09/2013 7455-0  
 MJF1393 8762031301 03/09/2013 7455-0  
 MJG7883 8762031418 04/09/2013 7455-0  
 MJH7347 8762031736 05/09/2013 7455-0  
 MJI3426 8762031041 29/08/2013 7455-0  
 MJS1167 8762031802 04/09/2013 7455-0  
 MJS5100 8762031740 07/09/2013 7455-0  
 MJW1357 8762031015 26/08/2013 7455-0  
 MJX6668 8762031306 03/09/2013 7455-0  
 MJZ5928 8762031843 04/09/2013 7463-0  
 MKC3136 8762031610 09/09/2013 7455-0  
 MKC5821 8762030762 17/08/2013 6050-3  
 MKF0324 8762031824 04/09/2013 7455-0  
 MKN0011 8762031550 09/09/2013 7455-0  
 MKN1017 8762031422 04/09/2013 7455-0  
 MKN1736 8762031709 05/09/2013 7455-0  
 MKN1736 8762031732 03/09/2013 7463-0  
 MKN1736 8762031737 06/09/2013 7463-0  
 MKN5328 8762031624 09/09/2013 7455-0  
 MKN5328 8762031653 09/09/2013 7455-0

MKS1697 8762031257 02/09/2013 7455-0  
 MKT6331 8762031803 04/09/2013 7455-0  
 MKV9666 8762031591 09/09/2013 7455-0  
 MKZ2888 8762031645 09/09/2013 7455-0  
 MLF4934 8762031326 03/09/2013 7455-0  
 MLL1239 8762030579 15/08/2013 7455-0  
 MLP3693 8762031525 09/09/2013 7463-0  
 MMD4350 8762031364 03/09/2013 7455-0  
 MVK2971 8762031810 06/09/2013 7455-0  
 NEZ7428 8762031787 08/09/2013 7455-0  
 ODN1767 8762031163 31/08/2013 7455-0

Infr./Desd. Enquadramento

7455-0 218 \* I

7463-0 218 \* II

5673-2 183

6050-3 208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

### **Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000331/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000331/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

ACS1329 8762031204 31/08/2013 7463-0

AOI6329 8762030792 19/08/2013 7455-0

AOI6329 8762030798 20/08/2013 7463-0

ARN7854 8762032385 15/09/2013 7455-0

DTW3413 8762031051 30/08/2013 7455-0

DTW3413 8762031699 03/09/2013 7455-0

EEW9310 8762031187 28/08/2013 6050-3

GKU9164 8762030079 24/07/2013 7455-0

IJL4845 8762031140 28/08/2013 7455-0

IKN9891 8762030870 19/08/2013 7455-0

IKX9465 8762031147 29/08/2013 7455-0

ILZ0132 8762031678 09/09/2013 7455-0

JJW6361 8762031738 07/09/2013 7455-0

LXV7939 8762030945 19/08/2013 7455-0

LXX6889 8762030864 19/08/2013 5673-2

LYM4790 8762031538 09/09/2013 7455-0

LYR1012 8762031772 05/09/2013 7471-0

LYS4655 8762031793 03/09/2013 7455-0  
 LYU1063 8762031259 03/09/2013 7455-0  
 LZZ3507 8762030974 19/08/2013 7455-0  
 MBB4630 8762030908 20/08/2013 7455-0  
 MBL7644 8762030805 21/08/2013 7463-0  
 MBX0099 8762031341 03/09/2013 7455-0  
 MCC7550 8762031792 03/09/2013 7455-0  
 MDN1794 8762030797 19/08/2013 7455-0  
 MDQ3074 8762030894 22/08/2013 7463-0  
 MED6341 8762030822 23/08/2013 6050-3  
 MEN7539 8762030816 22/08/2013 7463-0  
 MEQ2149 8762030802 20/08/2013 7455-0  
 MFF2589 8762031278 03/09/2013 7463-0  
 MFV2753 8762031431 05/09/2013 7463-0  
 MGT2424 8762031141 28/08/2013 7455-0  
 MHL0758 8762031083 26/08/2013 5673-2  
 MHZ2627 8762030887 20/08/2013 7463-0  
 MIH3530 8762030860 25/08/2013 5673-2  
 MJO4931 8762030858 24/08/2013 7455-0  
 MJY2322 8762031633 09/09/2013 7463-0  
 MMJ5261 8762030808 21/08/2013 7463-0

Infr./Desd. Enquadramento

7463-0 218 \* II

7455-0 218 \* I

6050-3 208

5673-2 183

7471-0 218 \* III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

### **Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000333/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000333/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AIU9407 8762032235 09/09/2013 5673-2

AIU9407 8762032313 09/09/2013 7455-0

AJB1405 8762032293 12/09/2013 7455-0

AJZ8618 8762032289 12/09/2013 7455-0

AMP8131 8762032202 14/09/2013 7455-0

ANC3575 8762031959 10/09/2013 7455-0  
 ANH2213 8762032113 12/09/2013 7455-0  
 ANN1022 8762032388 15/09/2013 7455-0  
 ANR7522 8762032138 13/09/2013 7455-0  
 ANX3288 8762032305 14/09/2013 7455-0  
 APA3713 8762032555 21/09/2013 7463-0  
 AVB3493 8762032520 17/09/2013 7455-0  
 BAI0227 8762032112 12/09/2013 7463-0  
 BGI2019 8762032417 19/09/2013 7455-0  
 CJH7727 8762032240 15/09/2013 5673-2  
 EDD5866 8762032054 12/09/2013 7463-0  
 EDL9651 8762032467 20/09/2013 7455-0  
 FFN4166 8762032194 13/09/2013 7455-0  
 GVR7467 8762032350 15/09/2013 7455-0  
 HAB2054 8762032435 16/09/2013 7455-0  
 IDL8834 8762032358 09/09/2013 6050-3  
 JJW6361 8762032271 14/09/2013 7455-0  
 JJW6361 8762032381 14/09/2013 7463-0  
 JPR9072 8762032369 10/09/2013 7455-0  
 KMC8256 8762032001 10/09/2013 7463-0  
 KRB5390 8762032436 17/09/2013 7455-0  
 KYH5180 8762032236 10/09/2013 5673-2  
 LWV4779 8762032545 17/09/2013 7455-0  
 LWX9254 8762032332 12/09/2013 7455-0  
 LWY4164 8762032069 12/09/2013 7455-0  
 LWZ6816 8762031944 10/09/2013 7455-0  
 LXL3562 8762032227 12/09/2013 7463-0  
 LXY4911 8762032301 14/09/2013 7455-0  
 LYH6668 8762032360 14/09/2013 6050-3  
 LYT5645 8762032166 10/09/2013 7455-0  
 L郑7787 8762032172 10/09/2013 7455-0  
 MAX9606 8762032188 12/09/2013 7455-0  
 MBX7849 8762031929 10/09/2013 7455-0  
 MCC3356 8762031898 10/09/2013 7455-0  
 MCD4539 8762031121 31/08/2013 7455-0  
 MCK9962 8762032399 17/09/2013 7455-0  
 MCK9962 8762032513 21/09/2013 7455-0  
 MCK9962 8762032528 19/09/2013 7455-0  
 MDH5146 8762031882 10/09/2013 7455-0  
 MDI6599 8762032540 21/09/2013 5673-2  
 MDY7542 8762030736 14/08/2013 6050-3  
 MEB5854 8762031912 10/09/2013 7455-0

MED7832 8762032117 12/09/2013 7455-0  
 MEE2882 8762032480 18/09/2013 7455-0  
 MEF0379 8762032226 12/09/2013 7455-0  
 MEH0642 8762031905 10/09/2013 7455-0  
 MEQ8279 8762032158 09/09/2013 7455-0  
 MEW8298 8762032541 16/09/2013 7455-0  
 MFD0790 8762032245 12/09/2013 7455-0  
 MFO5146 8762032175 10/09/2013 7455-0  
 MFT4175 8762031933 10/09/2013 7463-0  
 MFV9710 8762032440 18/09/2013 7455-0  
 MFZ1097 8762032343 14/09/2013 7455-0  
 MFZ1300 8762032538 18/09/2013 5673-2  
 MGA1540 8762032453 21/09/2013 5673-2  
 MGD5705 8762032534 20/09/2013 7455-0  
 MGE4729 8762032341 14/09/2013 5673-2  
 MGF2511 8762032410 18/09/2013 7455-0  
 MGQ6617 8762030865 20/08/2013 5673-2  
 MHF3003 8762032472 16/09/2013 7463-0  
 MHF4347 8762032097 12/09/2013 7455-0  
 MHL0710 8762032191 13/09/2013 7463-0  
 MHL0710 8762032219 10/09/2013 7455-0  
 MHW1184 8762032055 12/09/2013 7455-0  
 MHZ9945 8762030954 22/08/2013 7455-0  
 MIH1165 8762032078 12/09/2013 7455-0  
 MII8229 8762032518 16/09/2013 7455-0  
 MIN0961 8762031972 10/09/2013 7455-0

MJA4964 8762031930 10/09/2013 7455-0  
 MJE7126 8762032262 11/09/2013 7463-0  
 MJG9889 8762032348 15/09/2013 7455-0  
 MJH7347 8762032443 19/09/2013 7455-0  
 MJJ1300 8762030998 24/08/2013 7455-0  
 MJM8366 8762032207 14/09/2013 7455-0  
 MJN9293 8762032160 09/09/2013 7455-0  
 MJV1987 8762032107 12/09/2013 7455-0  
 MJX0857 8762030972 23/08/2013 7455-0  
 MJZ5928 8762032515 16/09/2013 7455-0  
 MKC0045 8762031994 10/09/2013 7455-0  
 MKG3229 8762032060 12/09/2013 7463-0  
 MKL0934 8762032150 13/09/2013 7455-0  
 MKP6589 8762032093 12/09/2013 7463-0  
 MKQ8211 8762031946 10/09/2013 7455-0  
 MKR3114 8762032091 12/09/2013 7455-0  
 MKZ0008 8762032053 12/09/2013 7463-0  
 MLE0899 8762032253 13/09/2013 7455-0  
 MLF0343 8762032018 11/09/2013 7455-0  
 MLR1808 8762032465 18/09/2013 7455-0  
 MMI3930 8762032010 11/09/2013 7455-0  
 MML1606 8762032356 14/09/2013 7455-0

Infr./Desd. Enquadramento

5673-2 183

7455-0 218 \* I

7463-0 218 \* II

6050-3 208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

### **Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000335/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRAACAO DE TRANSITO N.8762 000335/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAACAO(ES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AGF7881 8762031396 04/09/2013 7455-0

AHA8800 8762031860 08/09/2013 7455-0

AJL8247 8762032674 27/09/2013 7455-0

AJP3443 8762032773 27/09/2013 7455-0

AKU1508 8762031161 31/08/2013 7455-0

AMD9871 8762032835 23/09/2013 7455-0



ARA7311 8762032721 27/09/2013 7455-0  
 ASR5717 8762032491 20/09/2013 7455-0  
 CKN6173 8762032564 26/09/2013 7455-0  
 CZF2257 8762032579 26/09/2013 7455-0  
 DGJ7434 8762032884 25/09/2013 7463-0  
 DLB6779 8762032563 26/09/2013 7455-0  
 DUB5060 8762031313 03/09/2013 7455-0  
 ENW4182 8762031109 27/08/2013 7463-0  
 HZC2048 8762032917 26/09/2013 7455-0  
 HZC2048 8762032927 28/09/2013 7455-0  
 IDT8042 8762031053 30/08/2013 7455-0  
 IIW0406 8762032866 24/09/2013 7455-0  
 IOS7040 8762032696 27/09/2013 7463-0  
 ITY5236 8762030614 17/08/2013 7471-0  
 JRB9629 8762032648 27/09/2013 7455-0  
 LTZ3013 8762032850 23/09/2013 5673-2  
 LXB9003 8762032587 26/09/2013 7455-0  
 LXV2444 8762031671 09/09/2013 7463-0  
 LYJ3910 8762032800 23/09/2013 7455-0  
 LYJ5117 8762031712 06/09/2013 7455-0  
 LYZ5799 8762032961 29/09/2013 7455-0  
 LZC3812 8762032976 23/09/2013 7455-0  
 LZE8051 8762032444 20/09/2013 7455-0  
 LZN1100 8762031781 07/09/2013 7463-0  
 LXZ2282 8762031310 03/09/2013 7455-0  
 LZZ9600 8762032966 24/09/2013 7455-0  
 MAC6926 8762032988 26/09/2013 7455-0  
 MAJ9429 8762032898 23/09/2013 7455-0  
 MAR5424 8762032719 27/09/2013 7455-0  
 MAS8525 8762031644 09/09/2013 7455-0  
 MAV8484 8762032831 29/09/2013 7463-0  
 MAW9134 8762032602 26/09/2013 7455-0  
 MAX9606 8762031717 06/09/2013 7463-0  
 MBB5662 8762032902 24/09/2013 7463-0  
 MBH9111 8762032916 25/09/2013 7455-0  
 MCF5371 8762031581 09/09/2013 7455-0  
 MCJ0821 8762031246 31/08/2013 7455-0  
 MCQ9651 8762031616 09/09/2013 7455-0  
 MDL2796 8762031068 01/09/2013 7455-0  
 MDR5875 8762033000 29/09/2013 7455-0  
 MDV2803 8762032834 23/09/2013 7455-0

MDV2803 8762032943 25/09/2013 7455-0  
 MDZ7173 8762032562 26/09/2013 7455-0  
 MEB2566 8762032852 24/09/2013 5673-2  
 MET3230 8762032746 27/09/2013 7455-0  
 MEU7417 8762032805 24/09/2013 7463-0  
 MEV7778 8762032635 27/09/2013 7455-0  
 MEZ9140 8762031249 01/09/2013 7455-0  
 MFC4228 8762032614 27/09/2013 7455-0  
 MFI6689 8762032883 24/09/2013 7455-0  
 MFI6689 8762032896 29/09/2013 7455-0  
 MFJ9037 8762032657 27/09/2013 7455-0  
 MFM2820 8762032819 27/09/2013 7455-0  
 MFM5414 8762032769 27/09/2013 7455-0  
 MGE7870 8762032590 26/09/2013 7455-0  
 MGH0683 8762031450 05/09/2013 7455-0  
 MGU1336 8762032776 27/09/2013 7455-0  
 MGX7098 8762032595 26/09/2013 7455-0  
 MGZ6823 8762032661 27/09/2013 7463-0  
 MHB6711 8762032755 27/09/2013 7463-0  
 MHB8871 8762031154 30/08/2013 7455-0  
 MHC4320 8762031131 26/08/2013 7463-0  
 MHR2136 8762032901 24/09/2013 7463-0  
 MHS1591 8762032698 27/09/2013 7455-0  
 MHY7962 8762032567 26/09/2013 7455-0  
 MIB9497 8762032987 26/09/2013 7463-0  
 MIF5596 8762032806 24/09/2013 7455-0  
 MIG1905 8762032607 26/09/2013 7463-0

MIK3143 8762032630 27/09/2013 7455-0  
 MIK3143 8762032662 27/09/2013 7455-0  
 MIK3143 8762032935 23/09/2013 7455-0  
 MIK8344 8762032767 27/09/2013 7455-0  
 MIP5821 8762032609 26/09/2013 7455-0  
 MIX2439 8762032826 28/09/2013 7455-0  
 MIX4496 8762032928 28/09/2013 7463-0  
 MJU7036 8762031096 31/08/2013 7455-0  
 MJX7473 8762032669 27/09/2013 7455-0  
 MKB1085 8762032836 24/09/2013 7455-0  
 MKB7373 8762032749 27/09/2013 7455-0  
 MKJ9987 8762031419 04/09/2013 7455-0  
 MKN1736 8762032802 23/09/2013 7471-0  
 MKV0042 8762032861 28/09/2013 6050-3  
 MKW2673 8762032958 29/09/2013 7455-0  
 MLP1707 8762032623 27/09/2013 7463-0  
 Infr./Desd. Enquadramento  
 7455-0 218 \* I  
 7463-0 218 \* II  
 7471-0 218 \* III  
 5673-2 183  
 6050-3 208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.  
 TATIANA LEITE SLOMP  
 GERENTE DE TRANSITO

### **Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000337/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -  
 EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000337/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(ES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infracão Infr./Desd.  
 AAX7751 8762033189 06/10/2013 7463-0  
 AEU9472 8762033037 04/10/2013 7455-0  
 AIN7457 8762031441 05/09/2013 7455-0  
 AJS2163 8762031725 08/09/2013 7455-0  
 AJV2801 8762031298 03/09/2013 7455-0  
 AMN3078 8762031643 09/09/2013 7455-0  
 API4531 8762032933 24/09/2013 7455-0  
 ASF5798 8762033299 07/10/2013 7455-0  
 ATR1501 8762032585 26/09/2013 7455-0  
 AUD1291 8762032092 12/09/2013 7455-0  
 AUI1100 8762033149 06/10/2013 7455-0

AUY6904 8762031811 06/09/2013 7455-0  
 BJH7728 8762031456 06/09/2013 7455-0  
 BQB2236 8762033304 08/10/2013 7455-0  
 CBD8006 8762031815 07/09/2013 7455-0  
 CIM6045 8762033263 10/10/2013 7455-0  
 DEX9431 8762033133 05/10/2013 7455-0  
 ERG4334 8762032493 20/09/2013 7455-0  
 HBS2087 8762031190 29/08/2013 7455-0  
 IBQ1222 8762031863 07/09/2013 6050-3  
 ICB4445 8762033008 30/09/2013 7455-0  
 ICR1078 8762033043 05/10/2013 7455-0  
 ICR1078 8762033271 11/10/2013 7455-0  
 ICY0188 8762031260 03/09/2013 7455-0  
 IGY0274 8762031264 03/09/2013 7455-0  
 IKU6252 8762031519 09/09/2013 7463-0  
 ILF5322 8762033266 10/10/2013 7455-0  
 ISG5871 8762033273 11/10/2013 7455-0  
 KAU0758 8762033106 06/10/2013 7463-0  
 KLD0517 8762033382 13/10/2013 7455-0  
 KLX3133 8762031542 09/09/2013 7455-0  
 LTH1593 8762033175 04/10/2013 6050-3  
 LXD8640 8762033278 11/10/2013 7455-0  
 LXQ7136 8762031592 09/09/2013 7455-0  
 LXX3630 8762033088 05/10/2013 7455-0  
 LXX6889 8762031751 03/09/2013 7455-0  
 LXZ1678 8762033343 09/10/2013 7463-0  
 LYH5432 8762033338 09/10/2013 7455-0  
 LYK5975 8762031495 09/09/2013 7455-0  
 LYQ1269 8762031711 06/09/2013 7463-0  
 LYR1012 8762032908 24/09/2013 7455-0  
 LZB0401 8762031832 04/09/2013 7455-0  
 LZB0907 8762031629 09/09/2013 7463-0  
 LZN9886 8762031722 07/09/2013 7455-0  
 LZY5306 8762031469 06/09/2013 7463-0  
 LZZ3063 8762033187 06/10/2013 7455-0  
 MAO7102 8762033095 02/10/2013 7455-0

MAO7591 8762033040 04/10/2013 7455-0  
 MAP5746 8762033060 02/10/2013 7455-0  
 MAZ7179 8762033352 13/10/2013 7463-0  
 MBC0790 8762033161 06/10/2013 7455-0  
 MBC0790 8762033183 06/10/2013 7455-0  
 MBC0790 8762033411 13/10/2013 7463-0  
 MBG7923 8762033042 05/10/2013 7455-0  
 MBS4100 8762033414 13/10/2013 7455-0  
 MBV4036 8762033372 12/10/2013 7455-0  
 MBX3548 8762031683 09/09/2013 7455-0  
 MBY1189 8762031537 09/09/2013 7455-0  
 MCB5579 8762033418 08/10/2013 7455-0  
 MCC3356 8762033221 06/10/2013 7455-0  
 MCK9962 8762033398 08/10/2013 7455-0  
 MCM1259 8762031267 03/09/2013 7455-0  
 MCT8775 8762033283 12/10/2013 7463-0  
 MCV2652 8762033204 01/10/2013 7455-0  
 MDG5626 8762031819 08/09/2013 7455-0  
 MDQ5789 8762033121 03/10/2013 7455-0  
 MDR1318 8762031354 03/09/2013 7455-0  
 MDU3103 8762033079 04/10/2013 6050-3  
 MDZ4174 8762031628 09/09/2013 7455-0  
 MEB8672 8762031258 02/09/2013 7455-0  
 MEE0179 8762033242 08/10/2013 7455-0  
 MEE2617 8762031485 09/09/2013 7455-0  
 MEG1603 8762031758 08/09/2013 7455-0  
 MEH7472 8762031292 03/09/2013 7455-0  
 MEI5915 8762031302 03/09/2013 7455-0  
 MEI9241 8762033146 06/10/2013 7455-0  
 MEM4293 8762033448 11/10/2013 6050-3  
 MEN3774 8762031685 09/09/2013 7463-0  
 MEN7539 8762031840 03/09/2013 7455-0

MEP5297 8762033125 03/10/2013 7455-0  
 MEU7104 8762033438 08/10/2013 7455-0  
 MEY5917 8762033138 05/10/2013 7455-0  
 MEZ2268 8762033454 13/10/2013 7455-0  
 MFD0804 8762031779 06/09/2013 7455-0  
 MFD5195 8762033218 05/10/2013 7455-0  
 MFI9689 8762031090 28/08/2013 7455-0  
 MFI9689 8762031106 26/08/2013 7455-0  
 MFJ6918 8762033383 09/10/2013 7455-0  
 MFK1111 8762031790 02/09/2013 7455-0  
 MFK2883 8762031518 09/09/2013 7463-0  
 MFP8476 8762031511 09/09/2013 7455-0  
 MFR0619 8762032768 27/09/2013 7455-0  
 MFT2108 8762031679 09/09/2013 7455-0  
 MFV9710 8762033048 06/10/2013 7463-0  
 MFV9710 8762033405 11/10/2013 7455-0  
 MFZ1097 8762033417 13/10/2013 7455-0  
 MGC5511 8762033341 09/10/2013 7455-0  
 MGJ0467 8762031637 09/09/2013 7455-0  
 MGM1484 8762031569 09/09/2013 7455-0  
 MGX5555 8762031766 02/09/2013 7455-0  
 MGY6705 8762031038 29/08/2013 7455-0  
 MGZ5910 8762031806 05/09/2013 7455-0  
 MHA3073 8762033126 03/10/2013 7455-0  
 MHB7016 8762031242 30/08/2013 5673-2  
 MHC5346 8762033094 02/10/2013 7455-0  
 MHD8066 8762033109 01/10/2013 7455-0  
 MHE1553 8762033393 07/10/2013 7455-0  
 MHF4347 8762031417 04/09/2013 7455-0  
 MHI9584 8762031268 03/09/2013 7455-0  
 MHK3814 8762031704 05/09/2013 7455-0  
 MHP3601 8762033093 02/10/2013 7455-0  
 MHU2438 8762031467 06/09/2013 7463-0  
 MHW8563 8762031480 09/09/2013 7463-0  
 MHX1436 8762033006 30/09/2013 7455-0  
 MHZ5389 8762031585 09/09/2013 7455-0

MIG6953 8762032972 28/09/2013 6050-3  
 MIH9800 8762031747 06/09/2013 5673-2  
 MIK4017 8762031448 05/09/2013 7455-0  
 MIK5237 8762033028 03/10/2013 7455-0  
 MIM7480 8762031834 05/09/2013 7455-0  
 MIO9065 8762033141 06/10/2013 7455-0  
 MIX2439 8762031661 09/09/2013 7455-0  
 MIZ2198 8762031173 27/08/2013 7455-0  
 MJE3598 8762033415 13/10/2013 7455-0  
 MJE5091 8762031545 09/09/2013 7455-0  
 MJE7558 8762033092 01/10/2013 7463-0  
 MJI6882 8762031523 09/09/2013 7455-0  
 MJL3192 8762033046 05/10/2013 7455-0  
 MJV1951 8762031126 01/09/2013 7455-0  
 MJZ6589 8762031019 27/08/2013 7463-0  
 MKB1085 8762033066 04/10/2013 7455-0  
 MKB1085 8762033237 07/10/2013 7463-0  
 MKB1085 8762033256 09/10/2013 7455-0  
 MKB1085 8762033297 07/10/2013 7463-0  
 MKC5821 8762031639 09/09/2013 7455-0  
 MKC5821 8762031723 08/09/2013 7455-0  
 MKK1208 8762033305 09/10/2013 7455-0  
 MKN1736 8762033258 09/10/2013 7471-0  
 MKN2856 8762033112 01/10/2013 7455-0  
 MKN5601 8762033070 06/10/2013 7455-0  
 MKS3041 8762033150 05/10/2013 7463-0  
 MKT6331 8762033118 02/10/2013 7455-0  
 MKY2675 8762031516 09/09/2013 7463-0  
 MLB1963 8762033235 07/10/2013 7455-0  
 MLF4204 8762033424 08/10/2013 5673-2  
 MMA0588 8762033013 01/10/2013 7455-0  
 MMB6154 8762031429 05/09/2013 7455-0



Infr./Desd. Enquadramento

7463-0 218 \* II

7455-0 218 \* I

6050-3 208

5673-2 183

7471-0 218 \* III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACI-MA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

### **Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000339/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000339/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AFZ1639 8762031916 10/09/2013 7455-0

AGE0299 8762033755 18/10/2013 7455-0

AGK6216 8762032447 22/09/2013 7455-0

AHO3417 8762033609 14/10/2013 7455-0

AHO3417 8762033748 18/10/2013 7455-0

AHO3417 8762034090 02/10/2013 7455-0

AJR1205 8762033339 09/10/2013 7455-0

AOM2367 8762032375 12/09/2013 7455-0

ARF0573 8762033950 14/10/2013 5673-2

ATM5084 8762033726 18/10/2013 7455-0

AVP2053 8762032362 15/09/2013 6050-3

AVW3492 8762033326 13/10/2013 5673-2

AWJ5828 8762032539 20/09/2013 6050-3

BGI2915 8762032384 14/09/2013 7455-0

BNG5197 8762033940 19/10/2013 6050-3

BOJ4086 8762033388 09/10/2013 7455-0

CIM6045 8762033786 16/10/2013 7455-0

CXY6638 8762033946 19/10/2013 5673-2

DDG0866 8762033989 02/10/2013 7455-0

DGU1612 8762032180 11/09/2013 7455-0

DHX8223 8762033793 17/10/2013 7455-0

DIJ9566 8762031056 31/08/2013 6050-3

DKW9136 8762033301 08/10/2013 7455-0

EDL9651 8762033861 17/10/2013 7455-0

ERT2904 8762031962 10/09/2013 7463-0

EUP7963 8762032572 26/09/2013 7455-0

GRY4377 8762032307 15/09/2013 7455-0

GUV1730 8762032040 12/09/2013 7455-0

HCU4864 8762033756 18/10/2013 7455-0

IBG5063 8762033941 19/10/2013 5673-2

IDT9953 8762034110 02/10/2013 7455-0

IHE7156 8762033452 12/10/2013 7455-0

IKN3922 8762032329 11/09/2013 7455-0

ILF5322 8762033792 17/10/2013 7455-0

IMZ1912 8762032203 14/09/2013 7455-0

IOS7040 8762034002 02/10/2013 7455-0

IP19489 8762033262 10/10/2013 7455-0

ISG5871 8762033540 14/10/2013 7455-0

JNX3262 8762032220 10/09/2013 6050-3

JPC6116 8762031097 26/08/2013 7455-0

JPH5993 8762032363 15/09/2013 5673-2

JQU8797 8762033970 02/10/2013 7455-0

KDF1900 8762032658 27/09/2013 7455-0

KHN9435 8762034102 02/10/2013 7455-0

LXI9398 8762034060 02/10/2013 7463-0

LXK5482 8762032241 09/09/2013 7455-0

LXM2584 8762033965 19/10/2013 7455-0

LXV3181 8762033576 14/10/2013 7455-0

LZH7093 8762033867 19/10/2013 7455-0

LZN7275 8762034149 02/10/2013 7455-0

LZO3358 8762033928 16/10/2013 7455-0

LZY2948 8762032238 15/09/2013 5673-2

MAJ1688 8762033514 14/10/2013 7463-0

MAK7104 8762033742 18/10/2013 7455-0

MAR5985 8762033501 14/10/2013 7455-0

MAR9896 8762033905 20/10/2013 7455-0

MAS0018 8762033851 14/10/2013 7455-0

MAS0601 8762033771 14/10/2013 7455-0

MAT5745 8762033638 14/10/2013 7455-0

MAT5745 8762033760 18/10/2013 7455-0

MAY1055 8762033529 14/10/2013 7455-0

MAZ8641 8762032263 11/09/2013 7455-0

MBR5321 8762034163 02/10/2013 7455-0

MCA0457 8762033766 14/10/2013 7455-0

MCA9061 8762033512 14/10/2013 7455-0

MCC7370 8762034052 02/10/2013 7455-0

MCG0923 8762033604 14/10/2013 7455-0

MCH5755 8762033994 02/10/2013 7455-0

MCJ0131 8762033687 14/10/2013 7455-0

MCT5482 8762033694 14/10/2013 7455-0

MDD3781 8762033913 19/10/2013 7455-0

MDE3801 8762033743 18/10/2013 7455-0

MDI8449 8762033924 15/10/2013 7455-0

MDI9764 8762034062 02/10/2013 7455-0

MDK0005 8762031997 10/09/2013 7455-0

MDK4232 8762032077 12/09/2013 7455-0

MDL4789 8762033764 18/10/2013 7455-0

MDP3116 8762033770 14/10/2013 7455-0

MDQ6862 8762033600 14/10/2013 7455-0

MDU8518 8762033902 19/10/2013 7455-0

MDX5359 8762034040 02/10/2013 7455-0

MEB5854 8762033572 14/10/2013 7455-0

MEC7263 8762033952 16/10/2013 7455-0

MES7219 8762034109 02/10/2013 7463-0

MEW6849 8762033820 19/10/2013 7455-0

MEX8133 8762033734 18/10/2013 7455-0

MFB6638 8762033509 14/10/2013 7455-0

MFB7303 8762032547 18/09/2013 7455-0

MFC9386 8762033857 16/10/2013 7455-0

MFK2244 8762032254 15/09/2013 7455-0

MFO4014 8762032274 15/09/2013 7455-0

MFP2994 8762031054 30/08/2013 7455-0

MFS1485 8762033523 14/10/2013 7455-0

MFV9710 8762033925 15/10/2013 7455-0

MGE4824 8762033768 14/10/2013 7455-0

MGI1088 8762033707 18/10/2013 7455-0  
 MGM2384 8762033543 14/10/2013 7455-0  
 MGM7375 8762033972 02/10/2013 7455-0  
 MGP9985 8762034130 02/10/2013 7455-0  
 MGS1016 8762032195 13/09/2013 7463-0  
 MGS1512 8762033678 14/10/2013 7455-0  
 MGT1773 8762033939 19/10/2013 7455-0  
 MHA4815 8762031996 10/09/2013 7455-0  
 MHA4815 8762032324 10/09/2013 7455-0  
 MHC5346 8762033248 08/10/2013 7455-0  
 MHE8080 8762034099 02/10/2013 7455-0  
 MHF0263 8762031890 10/09/2013 7463-0  
 MHH6220 8762032509 21/09/2013 7455-0  
 MHT1643 8762033686 14/10/2013 7455-0  
 MHT4034 8762032167 10/09/2013 7455-0  
 MHV9950 8762033837 19/10/2013 7455-0  
 MHW9265 8762034088 02/10/2013 7455-0  
 MHX1286 8762033779 15/10/2013 7455-0  
 MHY1535 8762033872 15/10/2013 7455-0  
 MHZ5013 8762033685 14/10/2013 7455-0

MHZ5013 8762033752 18/10/2013 7455-0  
 MID9700 8762033954 16/10/2013 7463-0  
 MII9688 8762033583 14/10/2013 7463-0  
 MIK5237 8762033785 16/10/2013 7455-0  
 MIL4416 8762032282 10/09/2013 7455-0  
 MIP1290 8762033854 15/10/2013 7455-0  
 MIP7982 8762033774 14/10/2013 7455-0  
 MIT0959 8762034136 02/10/2013 7455-0  
 MIV1635 8762032216 15/09/2013 7455-0  
 MIW5066 8762032115 12/09/2013 7463-0  
 MIY3212 8762033805 19/10/2013 7455-0  
 MIY7648 8762033690 14/10/2013 7455-0  
 MJC9843 8762032347 15/09/2013 7455-0  
 MJH7359 8762034114 02/10/2013 7463-0  
 MJN4357 8762032471 16/09/2013 7455-0  
 MJP6562 8762033966 19/10/2013 7455-0  
 MJS3819 8762033484 14/10/2013 7455-0  
 MJT7691 8762034011 02/10/2013 7463-0  
 MJV7397 8762033658 14/10/2013 7455-0  
 MKB1085 8762033767 14/10/2013 7463-0  
 MKC2888 8762033704 18/10/2013 7455-0  
 MKC2888 8762034167 02/10/2013 7455-0  
 MKG6424 8762033545 14/10/2013 7455-0  
 MKI9348 8762033599 14/10/2013 7463-0  
 MKK8896 8762033815 14/10/2013 7463-0  
 MKN1736 8762033794 17/10/2013 7455-0  
 MKN4832 8762033899 18/10/2013 7455-0  
 MKP5156 8762033871 14/10/2013 7455-0  
 MKX5272 8762034041 02/10/2013 7455-0  
 MKZ0008 8762033776 15/10/2013 7455-0  
 MLA1769 8762033654 14/10/2013 7455-0  
 MLD9050 8762034094 02/10/2013 7455-0  
 MLE7144 8762033778 15/10/2013 7455-0  
 MMM3773 8762033477 14/10/2013 7455-0

Infr./Desd. Enquadramento

7455-0 218 \* I

5673-2 183

6050-3 208

7463-0 218 \* II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACI-MA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

### **Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000341/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000341/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNI- CO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDA- DE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AIN- DA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RE- SOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB. Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AEK4466 8762031108 26/08/2013 7455-0

AKA4003 8762030965 25/08/2013 7455-0

AMA8468 8762032409 18/09/2013 7455-0

AQG1147 8762033869 20/10/2013 7455-0

ARA8452 8762031911 10/09/2013 7455-0

ARR3935 8762032419 20/09/2013 7455-0

ASO1380 8762032259 10/09/2013 7455-0

AVE9779 8762033293 13/10/2013 7455-0

AWC9352 8762033873 15/10/2013 7463-0

COP0809 8762032504 22/09/2013 7455-0

EUX3138 8762033990 02/10/2013 7455-0

HBM8104 8762032425 20/09/2013 7455-0

HPH0132 8762032152 13/09/2013 7455-0

IMV7318 8762032429 21/09/2013 7455-0

JEF2038 8762034084 02/10/2013 7455-0

JND7402 8762032742 27/09/2013 7455-0

JYW3611 8762032181 12/09/2013 7455-0

KLX3133 8762031923 10/09/2013 7455-0

KVD6084 8762032969 26/09/2013 6050-3

LXK2532 8762033801 18/10/2013 7463-0

LYK0301 8762031926 10/09/2013 7463-0

LYQ1269 8762032192 13/09/2013 7455-0

LYU6915 8762033909 20/10/2013 7463-0

LYZ2635 8762032499 21/09/2013 7455-0

LZA1010 8762032996 29/09/2013 7455-0

LZC1977 8762032143 13/09/2013 7455-0

LZE2845 8762032971 27/09/2013 6050-3

LZR1754 8762032432 21/09/2013 7455-0

LZX0459 8762032428 21/09/2013 7455-0

MAG8846 8762032550 19/09/2013 7455-0

MBC0790 8762032327 10/09/2013 7455-0

MBG4018 8762032208 14/09/2013 7455-0

MBI7986 8762032105 12/09/2013 7455-0

MBK9093 8762031908 10/09/2013 7455-0

MBP3876 8762032505 22/09/2013 7471-0

MBX7600 8762032606 26/09/2013 7455-0

MCA7576 8762031960 10/09/2013 7455-0

MCY0296 8762032797 27/09/2013 7455-0

MDA8261 8762032364 15/09/2013 7455-0

MDJ0647 8762032473 16/09/2013 7455-0

MDK0005 8762032953 28/09/2013 7455-0

MDQ2201 8762032255 15/09/2013 7463-0

MDU8277 8762031938 10/09/2013 7455-0

MED4836 8762032361 14/09/2013 5673-2  
MEF5289 8762032495 21/09/2013 7455-0  
MEI0574 8762032290 12/09/2013 7455-0  
MEQ9236 8762032937 28/09/2013 7455-0

MEV5666 8762032475 17/09/2013 7463-0  
MFH7620 8762032401 17/09/2013 7455-0  
MFI9689 8762031980 10/09/2013 7455-0  
MFK1111 8762032264 13/09/2013 7455-0  
MFL4257 8762032079 12/09/2013 7455-0  
MFO9876 8762032359 13/09/2013 5673-2  
MFQ0861 8762032750 27/09/2013 7455-0  
MGA9093 8762032059 12/09/2013 7455-0  
MGP8368 8762032494 20/09/2013 7455-0  
MGR3331 8762032201 13/09/2013 7455-0  
MGS4878 8762031998 10/09/2013 7455-0  
MGU2516 8762032268 14/09/2013 7455-0  
MGU2959 8762031892 10/09/2013 7455-0  
MGW7413 8762032352 15/09/2013 7455-0  
MGZ0933 8762032405 18/09/2013 7455-0  
MGZ5910 8762032396 17/09/2013 7455-0  
MHK3814 8762032402 18/09/2013 7455-0  
MHQ9328 8762032756 27/09/2013 7455-0  
MIC5703 8762032929 29/09/2013 7455-0  
MID1403 8762032820 27/09/2013 7455-0  
MIF1318 8762032507 22/09/2013 7455-0  
MIH9800 8762032280 10/09/2013 7455-0  
MII6091 8762032072 12/09/2013 7455-0  
MIJ9043 8762032386 15/09/2013 7463-0  
MIX2439 8762032162 09/09/2013 7455-0  
MJA2027 8762031902 10/09/2013 7463-0  
MJB5663 8762032052 12/09/2013 7455-0  
MJP6421 8762033581 14/10/2013 7463-0  
MJV2679 8762032717 27/09/2013 7455-0  
MKC0370 8762031957 10/09/2013 7455-0  
MKC7778 8762034069 02/10/2013 7463-0  
MKF9988 8762032000 10/09/2013 7455-0  
MKG0367 8762032426 20/09/2013 7455-0  
MKI8652 8762032741 27/09/2013 7455-0  
MKL7038 8762032339 14/09/2013 7455-0  
MKT8727 8762031971 10/09/2013 7455-0  
MKV9934 8762033821 19/10/2013 7463-0  
MKX8997 8762033964 19/10/2013 7455-0  
MLL1239 8762032165 10/09/2013 7455-0  
MMF9793 8762031969 10/09/2013 7455-0

Infr./Desd. Enquadramento

7455-0 218 \* I  
7463-0 218 \* II  
6050-3 208  
7471-0 218 \* III  
5673-2 183

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

POMERODE/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.  
TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

## Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000343/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000343/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

ASA0528 8762032591 26/09/2013 7455-0  
AUK8543 8762033445 10/10/2013 7455-0  
BCL0283 8762033482 14/10/2013 7455-0  
BGL1427 8762032631 27/09/2013 7455-0  
BYN4788 8762033368 12/10/2013 7455-0  
CAR0307 8762033300 08/10/2013 7455-0  
COQ8888 8762032712 27/09/2013 7455-0  
DEL9401 8762032578 26/09/2013 7455-0  
DLL9043 8762032825 28/09/2013 7455-0  
DPM3195 8762032704 27/09/2013 7463-0  
DPM3195 8762032849 29/09/2013 6050-3  
IDT8042 8762033427 11/10/2013 6050-3  
IKN9891 8762032610 26/09/2013 7463-0  
IMZ1912 8762033274 11/10/2013 7455-0  
JPD0928 8762032285 11/09/2013 7455-0  
LWW4610 8762032258 09/09/2013 7455-0  
LXL1618 8762032907 24/09/2013 7455-0  
LZH7093 8762032980 24/09/2013 6050-3  
LZM3674 8762033074 30/09/2013 5673-2  
LZN7895 8762032710 27/09/2013 7455-0  
LZO6623 8762033377 13/10/2013 7455-0  
MAJ4362 8762032673 27/09/2013 7463-0  
MAR4812 8762033050 06/10/2013 7455-0  
MAS8704 8762033334 07/10/2013 7455-0  
MBC0790 8762032950 28/09/2013 7463-0  
MBC0790 8762032956 29/09/2013 7455-0  
MBC0790 8762032965 29/09/2013 7455-0  
MCY4343 8762033249 08/10/2013 7455-0  
MEF2747 8762032612 26/09/2013 7455-0  
MEM4023 8762032829 29/09/2013 6050-3  
MFH9919 8762032804 24/09/2013 7463-0  
MFV5133 8762033152 05/10/2013 7455-0  
MGF9439 8762032734 27/09/2013 7463-0  
MHE5007 8762032620 27/09/2013 7455-0  
MHK3814 8762032810 25/09/2013 7455-0  
MHM3202 8762033384 12/10/2013 7455-0  
MHP4640 8762032924 28/09/2013 7463-0  
MHY3974 8762032873 25/09/2013 7455-0  
MHZ9935 8762032951 28/09/2013 7455-0  
MIG7757 8762032833 29/09/2013 7455-0  
MIN4051 8762033001 29/09/2013 7455-0  
MIT1328 8762032664 27/09/2013 7455-0  
MIX5148 8762033117 02/10/2013 7455-0  
MJD6230 8762032561 26/09/2013 7463-0  
MJG1702 8762032889 27/09/2013 7455-0  
MJH5912 8762032962 29/09/2013 7455-0  
MJH5912 8762032963 29/09/2013 7455-0



MJJ1088 8762032560 26/09/2013 7455-0  
 MJJ1300 8762032691 27/09/2013 7463-0  
 MJJ5894 8762032791 27/09/2013 7455-0  
 MJV1332 8762032637 27/09/2013 7455-0  
 MJX3408 8762031797 04/09/2013 7455-0  
 MKF3389 8762032991 27/09/2013 7455-0  
 MKL0376 8762033268 11/10/2013 7455-0  
 MKQ5453 8762032877 23/09/2013 7455-0  
 MKS2801 8762032574 26/09/2013 7455-0  
 MKV4495 8762032731 27/09/2013 7455-0  
 MKZ9385 8762034225 27/10/2013 7455-0  
 MMA2934 8762032862 29/09/2013 5673-2  
 MMJ8050 8762032964 29/09/2013 7455-0

Infr./Desd. Enquadramento

7455-0 218 \* I  
 7463-0 218 \* II  
 6050-3 208  
 5673-2 183

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACI-MA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP  
 GERENTE DE TRANSITO

### **Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000345/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -  
 EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000345/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDA-DE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AIN-DA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RE-SOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB. Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AAX7751 8762034263 27/10/2013 7455-0  
 AAX7751 8762034361 27/10/2013 7455-0  
 ABG1199 8762033336 08/10/2013 7455-0  
 ACI5120 8762033119 03/10/2013 7455-0  
 AKL0089 8762033962 19/10/2013 7455-0  
 ALV5372 8762034541 28/10/2013 7463-0  
 AOZ6514 8762034356 26/10/2013 7455-0  
 ARU1111 8762033808 20/10/2013 7463-0  
 ASA0301 8762034547 29/10/2013 7455-0  
 ASI9412 8762033209 04/10/2013 7455-0  
 ASW2206 8762033347 10/10/2013 7455-0  
 AUK8543 8762033799 18/10/2013 7455-0  
 AWK6818 8762034204 25/10/2013 7455-0  
 BHR1331 8762033655 14/10/2013 7455-0  
 BQS2601 8762034484 01/11/2013 7455-0

DRK2874 8762034406 01/11/2013 7455-0  
 DTW2310 8762033856 16/10/2013 7455-0  
 EAV3926 8762033269 11/10/2013 7455-0  
 ERM4391 8762034407 02/11/2013 7455-0  
 FGZ0949 8762034227 24/10/2013 5673-2  
 GAD1311 8762033876 16/10/2013 7455-0  
 HRU2227 8762034121 02/10/2013 7455-0  
 HSA4318 8762034416 03/11/2013 7455-0  
 IKU6252 8762033030 03/10/2013 7455-0  
 IMA3982 8762033169 02/10/2013 7455-0  
 INT8237 8762034398 01/11/2013 7463-0  
 JND7402 8762033648 14/10/2013 7455-0  
 JQH2153 8762034430 02/11/2013 7455-0  
 JUA1163 8762033777 15/10/2013 7463-0  
 JVR6548 8762033009 30/09/2013 7455-0  
 LNJ2583 8762033432 13/10/2013 6050-3  
 LWS8701 8762033379 13/10/2013 7455-0  
 LWU1310 8762034338 27/10/2013 6050-3  
 LXI6386 8762033845 18/10/2013 7455-0  
 LXR9020 8762034188 23/10/2013 7455-0  
 LXS5757 8762033067 05/10/2013 7455-0  
 LYE2714 8762034423 30/10/2013 7455-0  
 LYI6963 8762033948 14/10/2013 7455-0  
 LYQ1269 8762033019 02/10/2013 7455-0  
 LYQ2684 8762033017 01/10/2013 7463-0  
 LYR1012 8762033361 11/10/2013 7455-0  
 LYR5522 8762033196 05/10/2013 6050-3  
 LZA7948 8762034269 22/10/2013 7463-0  
 LZE8051 8762034222 25/10/2013 7463-0  
 LZQ3723 8762033086 05/10/2013 7455-0  
 LZR6530 8762033210 04/10/2013 7455-0  
 LZU3858 8762034253 25/10/2013 7463-0

LZV5070 8762033123 03/10/2013 7455-0  
 LZW4314 8762034405 01/11/2013 7463-0  
 MAI2752 8762034370 29/10/2013 7455-0  
 MAI2752 8762034371 29/10/2013 7455-0  
 MAK3942 8762033319 09/10/2013 5673-2  
 MBG5850 8762034035 02/10/2013 7455-0  
 MBX0845 8762034475 31/10/2013 7463-0  
 MBY1189 8762033399 08/10/2013 5673-2  
 MBY8129 8762033122 03/10/2013 7455-0  
 MBZ6803 8762033051 06/10/2013 7455-0  
 MCD2222 8762033113 01/10/2013 7455-0  
 MCK9962 8762034311 21/10/2013 7455-0  
 MCL6731 8762033451 12/10/2013 7455-0  
 MCR4955 8762033259 09/10/2013 7455-0  
 MCT0028 8762034565 03/11/2013 7463-0  
 MCX8238 8762033852 15/10/2013 7455-0  
 MCZ3217 8762033419 10/10/2013 7455-0  
 MCZ8866 8762034457 01/11/2013 7471-0  
 MDC2811 8762034171 21/10/2013 7471-0  
 MDJ2756 8762034495 03/11/2013 7455-0  
 MDJ2756 8762034532 01/11/2013 7463-0  
 MDQ5896 8762034488 02/11/2013 7455-0  
 MDR8375 8762033844 18/10/2013 7455-0  
 MEA1313 8762034236 27/10/2013 7455-0  
 MEH7421 8762034555 01/11/2013 7455-0  
 MEM8238 8762033408 12/10/2013 7463-0  
 MES6659 8762033127 03/10/2013 7455-0  
 MEW6849 8762034176 22/10/2013 7463-0  
 MEW6849 8762034212 26/10/2013 7455-0  
 MEX1333 8762033434 07/10/2013 7455-0  
 MEY0722 8762034194 24/10/2013 7455-0  
 MEZ6545 8762033403 10/10/2013 5673-2  
 MFA4622 8762033036 04/10/2013 7463-0  
 MFE4031 8762033624 14/10/2013 7455-0  
 MFF3465 8762034258 27/10/2013 7455-0  
 MFH2173 8762033151 05/10/2013 7455-0

MFH2173 8762033158 05/10/2013 7455-0  
 MFH3956 8762033659 14/10/2013 7463-0  
 MFK1197 8762033260 10/10/2013 7455-0  
 MFL0589 8762033098 03/10/2013 7455-0  
 MFV9710 8762034526 02/11/2013 7455-0  
 MFZ1200 8762033982 02/10/2013 7455-0  
 MGA3107 8762034034 02/10/2013 7455-0  
 MGC5511 8762034494 02/11/2013 7455-0  
 MGE4824 8762034352 26/10/2013 7455-0  
 MGF8996 8762033375 12/10/2013 7455-0  
 MGO0934 8762033863 17/10/2013 7463-0  
 MGU0436 8762034380 30/10/2013 7455-0  
 MGV5324 8762033016 01/10/2013 7463-0  
 MGX2486 8762032129 12/09/2013 7455-0  
 MHA8265 8762033311 12/10/2013 7455-0  
 MHC3390 8762033318 08/10/2013 5673-2  
 MHD0800 8762033267 11/10/2013 7455-0  
 MHF9792 8762034561 02/11/2013 7455-0  
 MHI1346 8762034483 01/11/2013 7455-0  
 MHK3814 8762033252 09/10/2013 7455-0  
 MHK3814 8762033272 11/10/2013 7455-0  
 MHN2732 8762033987 02/10/2013 7455-0  
 MHN5188 8762034451 28/10/2013 7455-0  
 MHN5188 8762034562 02/11/2013 7455-0  
 MHT5855 8762033745 18/10/2013 7463-0  
 MHY4783 8762034197 24/10/2013 7455-0  
 MIB8477 8762033275 11/10/2013 7455-0  
 MIB8477 8762034402 01/11/2013 7463-0  
 MIE9540 8762034443 29/10/2013 7455-0  
 MIF1190 8762033500 14/10/2013 7455-0  
 MIG3838 8762033331 10/10/2013 7455-0  
 MIH2517 8762033394 07/10/2013 7463-0

MIO0849 8762033049 06/10/2013 7463-0  
 MIW2790 8762034383 30/10/2013 7463-0  
 MIX2439 8762034418 03/11/2013 7455-0  
 MIZ0275 8762034233 27/10/2013 5673-2  
 MJG2446 8762033516 14/10/2013 7455-0  
 MJO2961 8762034290 25/10/2013 7463-0  
 MJP6758 8762034556 02/11/2013 7455-0  
 MJS3298 8762033130 04/10/2013 7455-0  
 MJT2109 8762034506 28/10/2013 7455-0  
 MJT4460 8762034509 29/10/2013 5673-2  
 MJT4646 8762034202 25/10/2013 7455-0  
 MKB1085 8762034175 22/10/2013 7455-0  
 MKB1085 8762034392 31/10/2013 7463-0  
 MKB1085 8762034412 03/11/2013 7471-0  
 MKB1085 8762034424 31/10/2013 7463-0  
 MKC0045 8762034183 22/10/2013 7455-0  
 MKD4687 8762033083 01/10/2013 7455-0  
 MKF3912 8762034187 23/10/2013 7471-0  
 MKF3912 8762034363 28/10/2013 7455-0  
 MKF3912 8762034369 29/10/2013 7471-0  
 MKF3912 8762034394 01/11/2013 7455-0  
 MKJ8899 8762034462 03/11/2013 7455-0  
 MKL5241 8762033307 10/10/2013 7455-0  
 MKS3041 8762034395 01/11/2013 7455-0  
 MKS5717 8762034155 02/10/2013 7463-0  
 MKT7378 8762033366 11/10/2013 7455-0  
 MKW5236 8762033245 08/10/2013 7455-0  
 MKX7496 8762033437 07/10/2013 7455-0  
 MLD6264 8762034231 26/10/2013 5673-2  
 MLL1239 8762033247 08/10/2013 7455-0  
 MLM2878 8762034552 31/10/2013 7455-0  
 MLN7654 8762033147 06/10/2013 7455-0  
 MMJ4070 8762033068 05/10/2013 7455-0

Infr./Desd. Enquadramento

7455-0 218 \* I

7463-0 218 \* II

5673-2 183  
 6050-3 208  
 7471-0 218 \* III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACI-MA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.  
 TATIANA LEITE SLOMP  
 GERENTE DE TRANSITO

### **Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000347/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -  
 EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000347/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AA5089 8762034708 04/11/2013 7455-0  
 ABA2358 8762033606 14/10/2013 7455-0  
 ADA5209 8762033614 14/10/2013 7455-0  
 AMC9807 8762033991 02/10/2013 7455-0  
 CBD9466 8762033998 02/10/2013 7455-0  
 DES6363 8762033864 18/10/2013 7463-0  
 DTZ1726 8762033802 18/10/2013 7463-0  
 GUW6705 8762034135 02/10/2013 7455-0  
 GUZ1381 8762034013 02/10/2013 7455-0  
 IKU6252 8762034019 02/10/2013 7455-0  
 INO7878 8762034172 21/10/2013 7455-0  
 INT8237 8762034596 08/11/2013 7463-0  
 IPX8261 8762034154 02/10/2013 7463-0  
 JPE1919 8762033637 14/10/2013 7455-0  
 LXA7027 8762033665 14/10/2013 7455-0  
 LXU4493 8762033782 15/10/2013 7455-0  
 LZX5885 8762033492 14/10/2013 7455-0  
 LZX5885 8762033584 14/10/2013 7463-0  
 MAA7319 8762033938 19/10/2013 7463-0  
 MAE2055 8762033485 14/10/2013 7455-0  
 MAG5850 8762034018 02/10/2013 7455-0  
 MBC0790 8762033936 19/10/2013 7455-0  
 MBI2404 8762034736 04/11/2013 5673-2  
 MBI2404 8762034737 04/11/2013 6050-3  
 MBV1510 8762034107 02/10/2013 7455-0  
 MBY8054 8762033904 19/10/2013 7455-0  
 MCE2775 8762033894 17/10/2013 7455-0  
 MDF9414 8762033464 14/10/2013 7463-0  
 MDG4631 8762033772 14/10/2013 5673-2  
 MDN7737 8762033787 16/10/2013 7455-0



MDP0033 8762033880 16/10/2013 7455-0  
 MDP0343 8762033914 19/10/2013 7455-0  
 MEB2326 8762033461 14/10/2013 7455-0  
 MEC3582 8762033660 14/10/2013 7455-0  
 MED8409 8762033796 17/10/2013 7455-0  
 MEO4840 8762033710 18/10/2013 7455-0  
 MEO4840 8762033730 18/10/2013 7463-0  
 MEQ2625 8762033495 14/10/2013 7455-0  
 MEU7417 8762034568 04/11/2013 7471-0  
 MFC3404 8762033842 16/10/2013 7455-0  
 MFI9689 8762033866 19/10/2013 7455-0  
 MFK2883 8762033747 18/10/2013 7455-0  
 MFL4408 8762033591 14/10/2013 7455-0  
 MGM9637 8762033619 14/10/2013 7455-0  
 MGR6584 8762034645 04/11/2013 7455-0  
 MGS5954 8762033679 14/10/2013 7463-0  
 MGX5555 8762034074 02/10/2013 7455-0

MHD8609 8762033804 19/10/2013 7455-0  
 MHD8609 8762033822 20/10/2013 7455-0  
 MHE5007 8762033486 14/10/2013 7455-0  
 MHL7874 8762033478 14/10/2013 7455-0  
 MHO9602 8762033487 14/10/2013 7463-0  
 MHY6790 8762033753 18/10/2013 7455-0  
 MIK6451 8762033995 02/10/2013 7463-0  
 MIL0083 8762033468 14/10/2013 7455-0  
 MIR4474 8762033530 14/10/2013 7463-0  
 MIS5987 8762034043 02/10/2013 7471-0  
 MIV9553 8762033758 18/10/2013 7455-0  
 MJC1889 8762034298 26/10/2013 7463-0  
 MJI9800 8762033877 16/10/2013 7455-0  
 MJQ6777 8762033534 14/10/2013 7455-0  
 MJW2193 8762033618 14/10/2013 7455-0  
 MJW6770 8762034085 02/10/2013 7455-0  
 MJX3408 8762033967 19/10/2013 7455-0  
 MJX9035 8762033891 17/10/2013 7471-0  
 MKB1085 8762034581 05/11/2013 7463-0  
 MKB8686 8762034706 04/11/2013 7455-0  
 MKD9736 8762034101 02/10/2013 7455-0  
 MKG2282 8762034651 06/11/2013 7455-0  
 MKL5241 8762033769 14/10/2013 7455-0  
 MLN8644 8762033628 14/10/2013 7463-0  
 MLN8644 8762033956 17/10/2013 7455-0

Infr./Desd. Enquadramento

7455-0 218 \* I  
 7463-0 218 \* II  
 5673-2 183  
 6050-3 208  
 7471-0 218 \* III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.  
 TATIANA LEITE SLOMP  
 GERENTE DE TRANSITO

## Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000349/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000349/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AKD0182 8762034619 07/11/2013 7455-0  
 ARN7854 8762033744 18/10/2013 7455-0  
 BVB7306 8762034842 14/11/2013 5673-2  
 BVB7306 8762034843 14/11/2013 6050-3  
 CSF0815 8762034576 05/11/2013 7455-0  
 DEE6062 8762034908 14/11/2013 7455-0  
 DHZ9318 8762033765 18/10/2013 7455-0  
 EVX0740 8762034648 05/11/2013 7455-0  
 HFP0124 8762034944 15/11/2013 7455-0  
 IAZ4681 8762034896 12/11/2013 7455-0  
 INF3780 8762034807 15/11/2013 7455-0  
 JTC4479 8762034962 11/11/2013 5673-2  
 LXR5950 8762034763 08/11/2013 7455-0  
 LXS5450 8762034823 12/11/2013 7455-0  
 LXT3117 8762034994 16/11/2013 7455-0  
 LXT7636 8762034878 15/11/2013 7455-0  
 LXT7636 8762034911 15/11/2013 7455-0  
 LXV7979 8762034893 11/11/2013 7455-0  
 LYF1203 8762034857 17/11/2013 7455-0  
 LZE8051 8762034799 14/11/2013 7455-0  
 LZM7831 8762034817 17/11/2013 7455-0  
 LZQ5189 8762034748 10/11/2013 7463-0  
 MAO4147 8762034742 08/11/2013 6050-3  
 MAS3722 8762034810 16/11/2013 7455-0  
 MBX0845 8762034643 07/11/2013 7463-0  
 MCD3688 8762033601 14/10/2013 7455-0  
 MCH5907 8762034605 09/11/2013 7455-0  
 MCJ0002 8762034587 07/11/2013 7455-0  
 MCR1788 8762034642 06/11/2013 7455-0  
 MDN5523 8762034826 14/11/2013 7463-0  
 MEA0009 8762034767 09/11/2013 7455-0  
 MEF1966 8762035001 17/11/2013 7455-0  
 MEG6802 8762034570 04/11/2013 7455-0  
 MET4059 8762034615 04/11/2013 7455-0  
 MEW4817 8762034751 05/11/2013 7455-0  
 MEY1763 8762034734 10/11/2013 7455-0  
 MFV9868 8762034727 08/11/2013 7455-0  
 MFY3218 8762034697 10/11/2013 7455-0  
 MGC8146 8762034884 17/11/2013 7455-0  
 MGL7800 8762034812 16/11/2013 7455-0  
 MGM2384 8762034937 13/11/2013 7455-0  
 MHQ5123 8762034941 14/11/2013 7455-0  
 MHY7297 8762034882 16/11/2013 7455-0  
 MIG2165 8762033961 19/10/2013 7455-0  
 MIP2029 8762034786 12/11/2013 7455-0  
 MIQ7149 8762034681 08/11/2013 7455-0  
 MIT5990 8762034948 15/11/2013 7455-0

MIU7261 8762033643 14/10/2013 7455-0  
 MIX6212 8762034873 14/11/2013 7455-0  
 MJO4055 8762034764 09/11/2013 7455-0  
 MJY8078 8762034669 05/11/2013 7455-0  
 MKI1783 8762034984 13/11/2013 7455-0  
 MKN0120 8762034925 17/11/2013 7455-0  
 MKN0287 8762034877 14/11/2013 7455-0  
 MKP1755 8762034924 17/11/2013 7455-0  
 MKU9669 8762034928 13/11/2013 7455-0  
 MLB8700 8762034598 08/11/2013 7455-0  
 MLG6137 8762034946 15/11/2013 7455-0  
 MLM1444 8762033929 16/10/2013 5673-2  
 MMJ2443 8762034945 15/11/2013 7463-0

Infr./Desd. Enquadramento

7455-0 218 \* I

5673-2 183

6050-3 208

7463-0 218 \* II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

## Porto Belo

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 1.159/2013

DECRETO Nº 1.159/2013

CRIA E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, CONFORME ESPECÍFICA.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto no artigo 6º, XVI da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica criada nos termos da legislação acima referida, a Comissão Permanente de Licitação com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao Cadastramento de Licitação, assim composta:

Presidente: Flávia Costa Paes

Secretária: Cintia Rael dos Santos

Membro: Sandra Mara Muller

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e, em especial, o Decreto nº 1.146/2013.

Porto Belo - SC, aos 12 dias do mês de novembro de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

#### Decreto Nº 1.172/2013

DECRETO Nº 1.172/2013.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE PORTO BELO.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 41, III da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e,

Considerando o art. 5º, inciso XXIV, da Constituição da República Federativa do Brasil;

Considerando que a ampliação do Centro Educacional Professora Alda Furtado dos Santos é indispensável à melhoria da qualidade da educação da comunidade local;

Considerando a necessidade de ampliação do Centro Educacional Professora Alda Furtado dos Santos;

Considerando que a área expropriada é limítrofe com a área onde está instalado o Centro Educacional Professora Alda Furtado dos Santos;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação amigável ou judicial, nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/45 e suas alterações, a seguinte área:

I - Área de terra rural, de 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados), sem benfeitorias, de propriedade de MANOEL JOSÉ DA SILVA e MARIA GORETI DA SILVA, localizada no Bairro Santa Luzia, no Município de Porto Belo/SC, parte integrante da matriculada sob o nº 4.825, junto ao Registro de Imóveis da Comarca de Tijucas, com as seguintes medidas e confrontações: Frente ao Nordeste, em uma linha poligonal em 3 seguimentos da seguinte forma: partindo do "vértice-V10" (extrema noroeste), com um ângulo de 90°34'04", 42,05 metros, sendo 11,35 metros com terras de Ester Helena Florêncio e 30,70 metros com terras de Prefeitura Municipal de Porto Belo e azimuth 140°00'26", até encontrar o "vértice-V11", daí partindo deste, com terras de Prefeitura Municipal de Porto Belo, com um ângulo de 272°19'05", 35,98 metros e azimuth 47°41'21", até encontrar o "vértice-V12", daí partindo deste, com terras de Mizaél Manoel da Silva, com um ângulo de 81°50'06", 22,73 metros e azimuth 145°51'16", até encontrar o "vértice-V13" (extrema sudeste), com um ângulo de 94°29'05"; Fundos ao Sudoeste, em uma linha reta da seguinte forma: partindo do "vértice-V8" (extrema sudeste), com um ângulo de 92°03'30", 61,81 metros, sendo 6,95 metros com terras de Orlando Manoel Lucinda, 9,27 metros com terras de Espólio de José Manoel da Silva, 12,29 metros com terras de Mauri José da Silva, 10,72 metros com terras de Armanda Maria Lopes, 10,98 metros com terras de Armanda Maria Lopes e 11,60 metros com terras de Armanda Maria Lopes e azimuth 317°00'33", até encontrar o "vértice-V9" (extrema noroeste), com um ângulo de 86°26'03"; Extrema ao Sudeste, em uma linha poligonal em 2 seguimentos da seguinte forma: partindo do "vértice-V13" (extrema nordeste), com Área Remanescente, com um ângulo de 94°29'05", 96,30 metros e azimuth 231°22'09", até encontrar o "vértice-V7", daí partindo deste, com terras de Orlando Manoel Lucinda, com um ângulo de 182°18'07", 5,19 metros e azimuth 229°04'02", até encontrar o "vértice-V8" (extrema sudoeste), com um ângulo de 92°03'30"; Extrema ao Noroeste, com terras de Cerâmica Eucalipto, partindo do "vértice-V9" (extrema sudoeste), com um ângulo de 86°26'03", 70,28 metros e azimuth 50°34'56", até encontrar o "vértice-V10" (extrema nordeste), com um ângulo de 90°34'04".

Art. 2º A área referida no artigo anterior destina-se à ampliação do Centro Educacional Professora Alda Furtado dos Santos, que será desmembrada posteriormente à decisão judicial de desapropriação, cujas despesas correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º O Poder Público Municipal em função do caráter de urgência da desapropriação, poderá requerer judicialmente a imissão provisória na posse do bem, mediante depósito prévio de quantia

obtida nos termos do art. 15, e seu parágrafo, do Decreto-Lei nº 3.365/41.

Art. 4º Fazem parte integrante deste Decreto o Levantamento Planimétrico e o Memorial Descrito da área a ser desapropriada.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 05 dias do mês de dezembro de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

## Porto União

### PREFEITURA

#### Portaria N.º 784/2013 - RH

PORTARIA Nº 784, de 18 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

##### RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Adilson José Nazário, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### Portaria N.º 785/2013 - RH

PORTARIA Nº 785, de 18 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

##### RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Adriane Konrad Franken, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### Portaria N.º 786/2013 - RH

PORTARIA Nº 786, de 18 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

##### RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Alisandro Miquelasso Martini, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### Portaria N.º 787/2013 - RH

PORTARIA Nº 787, de 18 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

##### RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Anderson José Pinto, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### Portaria N.º 788/2013 - RH

PORTARIA Nº 788, de 18 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

##### RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Andréia Mauren Correia, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal



PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 789/2013 - RH**

PORTARIA Nº 789, de 18 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Anísia Kozakiewicz, das funções do cargo de Professor Docente 1ª ao 5ª anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 790/2013 - RH**

PORTARIA Nº 790, de 18 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Camila de Barros, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 791/2013 - RH**

PORTARIA Nº 791, de 18 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Cátia Carolina Muller, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 792/2013 - RH**

PORTARIA Nº 792, de 18 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Cibele Cristina Ferreira das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 793/2013 - RH**

PORTARIA Nº 793, de 18 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Cintia Aparecida Bodnar, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Matemática), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 794/2013 - RH**

PORTARIA Nº 794, de 18 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Clenir Aparecida Rodrigues, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de dezembro de 2013.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 795/2013 - RH**

PORTARIA Nº 795, de 18 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Cleonir Terezinha Pereira Budin, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Língua Portuguesa), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de dezembro de 2013.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 796/2013 - RH**

PORTARIA Nº 796, de 18 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Daiana Aparecida de Souza Cruz, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de dezembro de 2013.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 797/2013 - RH**

PORTARIA Nº 797, de 18 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Daiana Cássia

Koguta, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação de Jovens e Adultos), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de dezembro de 2013.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 798/2013 - RH**

PORTARIA Nº 798, de 18 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Daisy Caldas da Fonseca, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de dezembro de 2013.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 799/2013 - RH**

PORTARIA Nº 799, de 18 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Daniele Angela Missau das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de dezembro de 2013.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 800/2013 - RH**

PORTARIA Nº 800, de 18 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso



II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Débora Rodrigues, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 801/2013 - RH**

PORTARIA Nº 801, de 18 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Denise Maria Soares dos Santos, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 802/2013 - RH**

PORTARIA Nº 802, de 18 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Elisabeth de Fátima Alves da Silva, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 803/2013 - RH**

PORTARIA Nº 803, de 18 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Erilde Kreuzberg Wilhelms, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação de Jovens e Adultos), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 804/2013 - RH**

PORTARIA Nº 804, de 18 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Fernanda Silva da Costa, das funções do cargo de Psicólogo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 805/2013 - RH**

PORTARIA Nº 805, de 18 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Henriette Cristine Bonfleur, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação de Jovens e Adultos), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 806/2013 - RH**

PORTARIA Nº 806, de 18 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Janete Ribas da Silva Godoy, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 807/2013 - RH**

PORTARIA Nº 807, de 18 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Josilde Tusset, das funções do cargo de Professor Docente 6ª ao 9ª anos finais (Educação de Jovens e Adultos), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 808/2013 - RH**

PORTARIA Nº 808, de 18 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Jussara Marlene Freisleben, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 809/2013 - RH**

PORTARIA Nº 809, de 18 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Lindamir dos Santos, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 810/2013 - RH**

PORTARIA Nº 810, de 18 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Maria Rosa Martins Cunha Menezes, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 811/2013 - RH**

PORTARIA Nº 811, de 18 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Nermi Francisca Amarantes, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de dezembro de 2013.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 812/2013 - RH**

PORTARIA Nº 812, de 18 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Noemi Terezinha Binder, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de dezembro de 2013.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 813/2013 - RH**

PORTARIA Nº 813, de 18 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Patrícia Glixinski, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de dezembro de 2013.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 814/2013 - RH**

PORTARIA Nº 814, de 18 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Selma Maria

Saldanha, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de dezembro de 2013.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 815/2013 - RH**

PORTARIA Nº 815, de 18 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Silmara Gasperin, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de dezembro de 2013.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 816/2013 - RH**

PORTARIA Nº 816, de 18 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Silvia Regina Senkiv, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de dezembro de 2013.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 817/2013 - RH**

PORTARIA Nº 817, de 18 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso

II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Soely Terezinha de Freitas, das funções do cargo de Professor Docente 1ª ao 5ª anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 818/2013 - RH**

PORTARIA Nº 818, de 18 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Sonale Aparecida Lumikoski Samonek, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 819/2013 - RH**

PORTARIA Nº 819, de 18 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Terezinha Kostaski Marques, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 820/2013 - RH**

PORTARIA Nº 820, de 18 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Sonia Aparecida Gonsalves Souza, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 821/2013 - RH**

PORTARIA Nº 821, de 18 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Thais Aparecida de Lima, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 822/2013 - RH**

PORTARIA Nº 822, de 18 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Vera Grundmann Debacker, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal



PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### Portaria N.º 823/2013 - RH

PORTARIA Nº 823, de 18 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Vilma Liliane Volhanik, das funções do cargo de Professor Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### Portaria N.º 824/2013 - RH

PORTARIA Nº 824, de 18 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Vilson Marschalk, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

## Presidente Castello Branco

### PREFEITURA

### Extrato da Primeira Alteração ao Contrato N° 142/2013

EXTRATO DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO  
CONTRATO Nº 142/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC

CONTRATADO: NS ITÁ SONORIZAÇÃO LTDA ME

OBJETO: Em comum acordo, o Município de Presidente Castello Branco (SC) e a empresa NS ITÁ SONORIZAÇÃO LTDA ME, alteram a data do Evento de Natal, prevista para 14 de novembro de 2013, passando este evento a acontecer em 23 de dezembro de 2013.

VIGÊNCIA: 12/11/2013 a 31/12/2013

CLAUDIO SARTORI

Prefeito Municipal

### Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato N° 18/2013

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 18/2013

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	BRINDAL SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA
	O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar as quantidades do item 05, "folhas ofício timbradas, em papel Offset 90gr, no formato 21 X 29,7cm, a 4X0 cores", nas quantidades descritas a seguir:
	Item
	Quantidade Aditivada
	Und
	Descrição
	Valor Unitário
	Valor Total
	05
	1.000
	Und
	Folhas Ofício timbradas, em papel Offset 90gr, no formato 21 X 29,7cm, a 4X0 cores.
	0,19
	190,00
	TOTAL
	190,00
OBJETO:	Em razão do acréscimo nas quantidades, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 32.685,00 (trinta e dois mil, seiscentos e oitenta e cinco reais), para R\$ 32.875,00 (trinta e dois mil, oitocentos e setenta e cinco reais).
VALOR:	
VIGÊNCIA:	13/12/2013 a 31/12/2013.

CLAUDIO SARTORI

Prefeito Municipal



# Rio do Sul

## PREFEITURA

### Lei 5.426

LEI Nº 5.426, de 12 de dezembro de 2013.

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, PARA O EXERCÍCIO DE 2014."

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

#### CAPÍTULO I

#### DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

##### Art. 1º-

O Orçamento Geral do Município de Rio do Sul para o exercício de 2014, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 244.898.146,83 (duzentos e quarenta e quatro milhões, oitocentos e noventa e oito mil, cento e quarenta e seis reais e oitenta e três centavos).

#### CAPÍTULO II

#### DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

##### Art. 2º-

O orçamento do Poder Executivo da Administração Direta para o exercício de 2014, estima a Receita em R\$ 162.028.828,83 (cento e sessenta e dois milhões, vinte e oito mil, oitocentos e vinte e oito reais e oitenta e três centavos), e fixa a Despesa para o Poder Legislativo em R\$ 5.348.000,00 (cinco milhões, trezentos e quarenta e oito mil reais).

§ 1º- A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	R\$	141.227.309,83
Receita Tributária	R\$	37.560.745,95
Receita de Contribuições	R\$	3.298.381,11
Receita Patrimonial	R\$	729.918,22
Receita Agropecuária	R\$	26.408,52
Transferências Correntes	R\$	92.738.411,72
Outras Receitas Correntes	R\$	6.873.444,31
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	R\$	-12.263.800,00
RECEITA DE CAPITAL	R\$	33.065.319,00
Operações de Crédito	R\$	8.005.000,00
Alienação de Bens	R\$	600.000,00
Transferência de Capital	R\$	24.460.319,00
TOTAL GERAL DA RECEITA	R\$	162.028.828,83

§ 2º- A Despesa dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL ADMINISTRAÇÃO DIRETA

02	Gabinete do Prefeito	R\$	10.496.131,64
03	Gabinete do Vice-Prefeito	R\$	228.700,00
04	Procuradoria Geral do Município	R\$	1.450.500,00

05	Secretaria de Plan. Urb. e Meio Ambiente	R\$	34.565.692,00
06	Secretaria de Administração	R\$	6.519.352,00
07	Secretaria da Fazenda	R\$	12.011.512,19
08	Secretaria de Educação	R\$	48.458.634,79
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo	R\$	1.808.400,00
10	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	R\$	9.774.500,00
11	Secretaria de Agricultura	R\$	2.880.438,00
12	Secretaria de Assistência Social e Habitação	R\$	4.727.903,00
99	Reserva de Contingência	R\$	10.000,00
SUBTOTAL		R\$	132.931.763,62
01	Câmara Municipal de Vereadores	R\$	4.930.000,00
	Transf. Financeira Câmara - FAP -	R\$	418.000,00
20	Transf. Financeira a Fundação Cultural	R\$	2.100.000,00
30	Transf. Financeira a Fundação Mun. Desportos	R\$	2.250.000,00
40	Transf. Financeira ao Fundo Mun. de Saúde	R\$	18.226.065,21
50	Transf. Financeira ao Fundo de Assist. Social	R\$	570.000,00
60	Transf. Financeira ao FIA	R\$	12.000,00
70	Transf. Financeira ao FAP	R\$	1.009.000,00
SUBTOTAL		R\$	29.515.065,21
TOTAL		R\$	162.446.828,83

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO ORÇAMENTO CONSOLIDADO

01	LEGISLATIVA	R\$	4.930.000,00
04	ADMINISTRAÇÃO	R\$	19.377.452,00
06	SEGURANÇA PÚBLICA	R\$	5.487.231,64
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	6.681.251,00
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	R\$	11.243.104,70
10	SAÚDE	R\$	75.038.735,21
12	EDUCAÇÃO	R\$	48.458.634,79
13	CULTURA	R\$	2.462.300,00
14	DIREITOS DA CIDADANIA	R\$	122.500,00
15	URBANISMO	R\$	39.576.992,00
18	GESTÃO AMBIENTAL	R\$	3.133.700,00
20	AGRICULTURA	R\$	2.880.438,00

23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	R\$	1.808.400,00
25	ENERGIA	R\$	2.055.000,00
27	DESPORTO E LAZER	R\$	10.451.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	R\$	5.293.512,19
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	5.897.895,30
TOTAL		R\$	244.898.146,83

### III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA DA DESPESA CONSOLIDADA

	DESPESAS CORRENTES	R\$	173.175.631,61
3.3.1.71.00	Transferência a Consórcios Públicos	R\$	17.678,60
3.3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	R\$	66.187.185,18
3.3.1.91.00	Operações entre Órgãos	R\$	8.874.800,00
3.3.2.90.00	Juros e Encargos da Dívida	R\$	813.801,07
3.3.3.50.00	Transferência a Instituições Privadas	R\$	19.647.618,00
3.3.3.71.00	Transferência a Consórcios Públicos	R\$	20.582,60
3.3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	R\$	77.613.966,16
3.4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	71.722.515,22
3.4.4.71.00	Transferências a Consórcios Públicos	R\$	7.890,80
3.4.4.90.00	Investimentos	R\$	60.822.768,00
3.4.5.90.00	Inversões Financeiras	R\$	50.000,00
3.4.6.90.00	Amortização da Dívida	R\$	4.943.961,12
3.9.9.99.99	Reserva de Contingência	R\$	5.897.895,30
TOTAL		R\$	244.898.146,83

#### Art. 3º-

O orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício financeiro de 2014, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 75.038.735,21 (setenta e cinco milhões, trinta e oito mil, setecentos e trinta e cinco reais e vinte e um centavos).

§ 1º- A Receita relativa ao orçamento a que se refere este artigo, será proveniente de transferências do Município, Estado, União e de outras Receitas próprias do Fundo, de acordo com o seguinte desdobramento:

4.1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES	R\$	50.686.228,00
4.1.3.0.0.00.00	Receita Patrimonial	R\$	165.000,00
4.1.7.0.0.00.00	Transferência Correntes	R\$	50.321.228,00
4.1.9.0.0.00.00	Outras Receitas Correntes	R\$	200.000,00
4.2.0.0.0.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	24.352.507,21
4.2.2.0.0.00.00	Alienação de Bens	R\$	75.000,00

4.2.4.0.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	R\$	6.051.442,00
Transferência Financeira Recebida		R\$	18.226.065,21
TOTAL RECEITA FMS		R\$	75.038.735,21

§ 2º- A Despesa relativa ao orçamento a que se refere este artigo é fixada segundo a discriminação nos anexos constantes desta Lei, e do acordo com o seguinte desdobramento:

3.3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	R\$	68.370.793,21
3.3.1.71.00	Transferências a Consórcios Públicos	R\$	5.000,00
3.3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	R\$	11.790.000,00
3.3.1.91.00	Operações entre Órgãos	R\$	1.472.000,00
3.3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas	R\$	14.900.000,00
3.3.3.71.00	Transferências a Consórcios Públicos	R\$	5.000,00
3.3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	R\$	40.198.793,21
3.4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	6.667.942,00
3.4.4.71.00	Transferências a Consórcios Públicos	R\$	5.000,00
3.4.4.90.00	Investimentos	R\$	6.362.942,00
3.4.6.00.00	Amortização da Dívida	R\$	300.000,00
TOTAL		R\$	75.038.735,21

#### Art. 4º-

O orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Rio do Sul para o exercício financeiro de 2014, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 1.877.348,00 (um milhão, oitocentos e setenta e sete mil, trezentos e quarenta e oito reais).

§ 1º- A Receita relativa ao orçamento a que se refere este artigo, será proveniente de transferências do município e de receitas próprias do fundo, de acordo com o seguinte desdobramento:

4.1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES	R\$	1.307.348,00
4.1.3.0.0.00.00	Receita Patrimonial	R\$	20.000,00
4.1.7.0.0.00.00	Transferências Correntes	R\$	935.348,00
4.1.9.0.0.00.00	Outras Receitas Correntes	R\$	2.000,00
4.2.4.0.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	R\$	350.000,00
Transferência Financeira Recebida		R\$	570.000,00
TOTAL RECEITA F.M.A.S.		R\$	1.877.348,00

§ 2º- A Despesa relativa ao orçamento a que se trata este artigo é fixada segundo a discriminação nos anexos constantes desta Lei, e da seguinte forma:

3.3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	R\$	1.330.292,00
3.3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	R\$	246.200,00
3.3.1.91.00	Operações entre Órgãos	R\$	30.800,00



3.3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas	R\$	270.618,00
3.3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	R\$	782.674,00
3.4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	547.056,00
3.4.4.90.00	Investimentos	R\$	547.056,00
TOTAL		R\$	1.877.348,00

**Art. 5º-**

O orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para o exercício financeiro de 2014, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais).

§ 1º- A Receita relativa a que se refere este artigo, será proveniente de contribuições, transferências do município e de outras fontes, de acordo com o seguinte desdobramento:

4.1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES	R\$	64.000,00
4.1.2.0.0.00.00	Receita de Contribuições	R\$	60.000,00
4.1.3.0.0.00.00	Receita Patrimonial	R\$	4.000,00
Transferência Financeira Recebida		R\$	12.000,00
TOTAL RECEITA FIA		R\$	76.000,00

§ 2º- A Despesa relativa ao orçamento a que se refere este artigo é fixada segundo a discriminação nos anexos constantes desta Lei, com o seguinte desdobramento:

3.3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	R\$	76.000,00
3.3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	R\$	76.000,00
TOTAL		R\$	76.000,00

**Art. 6º-**

O orçamento do Fundo de Aposentadoria, Pensões - FAP para o exercício financeiro de 2014, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 17.131.000,00 (dezessete milhões, cento e trinta e um mil reais).

§ 1º- A Receita relativa a que se refere este artigo será proveniente de contribuições de segurados, contribuições patronais do município e de outras fontes, de acordo com o seguinte desdobramento:

4.1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES	R\$	8.822.000,00
4.1.2.0.0.00.00	Receita de Contribuições	R\$	3.307.000,00
4.1.3.0.0.00.00	Receita Patrimonial	R\$	5.500.000,00
4.1.9.0.0.00.00	Outras Receitas Correntes	R\$	15.000,00
4.7.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	R\$	7.300.000,00
Transferências Financeiras Recebidas		R\$	1.009.000,00
TOTAL RECEITA FAP		R\$	17.131.000,00

§ 2º- A Despesa relativa ao orçamento a que se trata este artigo é fixada segundo a discriminação nos anexos constantes desta Lei, e da seguinte forma:

3.3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	R\$	9.635.653,70
3.3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	R\$	7.491.385,70

3.3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	R\$	2.144.268,00
3.4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	7.495.346,30
3.4.4.90.00	Investimentos	R\$	1.607.451,00
3.9.9.99.99	Reserva de Contingência	R\$	5.887.895,30
TOTAL		R\$	17.131.000,00

**CAPÍTULO III****DOS ORÇAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA****Art. 7º-**

O orçamento da Fundação Cultural de Rio do Sul para o exercício financeiro de 2014, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 2.462.300,00 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil e trezentos reais).

§ 1º- A Receita relativa ao orçamento a que se refere este artigo, será proveniente de transferências do Município, Estado, União e de outras receitas próprias da Fundação Cultural, de acordo com o seguinte desdobramento:

4.1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES	R\$	362.300,00
4.1.3.0.0.00.00	Receita Patrimonial	R\$	1.500,00
4.1.9.0.0.00.00	Outras Receitas Correntes	R\$	360.800,00
Transferência Financeira Recebida		R\$	2.100.000,00
TOTAL RECEITA FUNDAÇÃO CULTURAL		R\$	2.462.300,00

§ 2º- A Despesa relativa ao orçamento a que se refere este artigo é fixada segundo a discriminação nos anexos constantes desta Lei, da seguinte forma:

3.3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	R\$	2.432.300,00
3.3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	R\$	890.000,00
3.3.1.91.00	Operações entre Órgãos	R\$	55.000,00
3.3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas	R\$	1.200.000,00
3.3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	R\$	287.300,00
3.4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	30.000,00
3.4.4.90.00	Investimentos	R\$	30.000,00
TOTAL		R\$	2.462.300,00

**Art. 8º-**

O orçamento da Fundação Municipal de Desportos para o exercício financeiro de 2014, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 10.451.000,00 (dez milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil reais).

§ 1º- A Receita relativa ao orçamento a que se refere este artigo será oriunda de transferências da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, e de outras receitas próprias da Fundação, de acordo com o seguinte desdobramento:

4.1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES	R\$	3.201.000,00
4.1.1.0.0.00.00	Receita Tributária	R\$	200.000,00
4.1.3.0.0.00.00	Receita Patrimonial	R\$	1.000,00
4.1.7.0.0.00.00	Transferências Correntes	R\$	3.000.000,00

4.2.4.0.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	R\$	5.000.000,00
	Transferência Financeira Recebida	R\$	2.250.000,00
	TOTAL RECEITA FMD	R\$	10.451.000,00

§ 2º- A Despesa relativa ao orçamento a que se refere este artigo é fixada segundo a discriminação nos anexos constantes desta Lei, da seguinte forma:

3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	R\$	2.441.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	R\$	354.000,00
3.1.91.00	Operações entre Órgãos	R\$	10.000,00
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas	R\$	140.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	R\$	1.937.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	8.010.000,00
4.4.90.00	Investimentos	R\$	8.010.000,00
	TOTAL	R\$	10.451.000,00

Art. 9º-

O orçamento da Câmara de Vereadores do Município de Rio do Sul para o exercício financeiro de 2014, fixa a Despesa em R\$ 5.348.000,00 (cinco milhões, trezentos e quarenta e oito mil reais).

§ 1º- A entrada de recursos a que se refere este artigo será proveniente de transferências do município, no valor de R\$ 5.348.000,00 (cinco milhões trezentos e quarenta e oito mil reais).

§ 2º- A Despesa relativa ao orçamento a que se trata este artigo é fixada segundo a discriminação nos anexos constantes desta Lei, e da seguinte forma:

3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	R\$	4.330.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	R\$	2.600.000,00
3.1.91.00	Operações entre Órgãos	R\$	660.000,00
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas	R\$	45.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	R\$	1.025.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	600.000,00
4.4.90.00	Investimentos	R\$	600.000,00
	Transferência para o FAP	R\$	418.000,00
	TOTAL	R\$	5.348.000,00

Art. 10-

Os recursos da Reserva de Contingência de todos os orçamentos serão destinados ao atendimento dos passivos contingentes, riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário para obtenção de resultado primário positivo e também para abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 1º- A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante autorização legislativa específica, observando o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§ 2º- Não se efetivando até o dia 10 de dezembro de 2014, os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstas neste artigo, ou se efetivando a cobrança de dívida ativa de acordo com o previsto no orçamento da receita, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante autorização legislativa específica para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

§ 3º- Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento "dotações não orçadas ou orçadas a menor" serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante autorização legislativa específica, para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 11-

Fica o Executivo Municipal autorizado, mediante ato do Chefe do Poder Executivo, a remanejar por Decreto dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 12-

O Executivo está autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal n.º 4.320/94 a abrir créditos adicionais suplementares por Decreto, até o limite de 30% (trinta por cento) da receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos, desde que não comprometidos:

- I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias;
- III - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único - Se excluem desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 13-

As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária, só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 14-

Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante autorização legislativa específica, como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 15-

As receitas de realização extraordinária oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação.

Art. 16-

Durante o exercício de 2014 o Executivo poderá realizar operações de crédito mediante autorização legislativa específica, para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 17-

A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas está prevista de forma global na atividade 2.002 no Gabinete do Prefeito, rubrica orçamentária 3.3.50.00 - Transferência a instituições privadas sem fins lucrativos no montante de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais) e beneficiará somente aquelas que atendam a existência de interesse público de acordo com a legislação vigente.

Art. 18-

Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO  
12 de dezembro de 2013.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

### **Decreto 3759**

DECRETO Nº 3759, 06 de dezembro de 2013.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.358, de 13/12/2012 e Lei nº 5.425, de 06/12/2013.

DECRETA:

Art. 1º-

Ficam suplementadas até o limite de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do município de Rio do Sul:

08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

08.02 Departamento Pedagógico de Ensino

1.113 Construção e Ampliação de Centros de Educação

4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00 Investimentos

4.4.90.00 Aplicações Diretas

0.0.01.058 Salário Educação R\$ 150.000,00

08.03 Departamento de Apoio Administrativo

2.031 Manutenção do Departamento Administrativo

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 Aplicações Diretas

0.0.01.01 Recurso Educação R\$ 40.000,00

TOTAL R\$ 190.000,00

Art. 2º-

Em contrapartida as suplementações constantes do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do município de Rio do Sul:

08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

08.02 Departamento Pedagógico de Ensino

1.115 Aquisição de equipamentos e materiais permanentes

4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00 Investimentos

4.4.90.00 Aplicações Diretas

0.0.01.058 Salário Educação R\$ 150.000,00

2.034 Transporte Escolar Educação Básica - Próprios

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 Aplicações Diretas

0.0.01.01 Recurso Educação R\$ 40.000,00

TOTAL R\$ 190.000,00

Art. 3º-

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º-

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

06 de dezembro de 2013.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

### **Decreto 3772**

DECRETO Nº 3772, de 12 de dezembro de 2013.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.358 de 13/12/12.

DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas na importância de R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.078 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 Outras Despesas Correntes

3.3.50.00 Transf. Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

00.00.002 Recursos Saúde R\$ 2.000,00

2.095 BLATB - PAB FIXO - AÇÕES BÁSICAS

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 Outras Despesas Correntes

3.3.50.00 Transf. Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

1640054 Atenção Básica R\$ 60.000,00

TOTAL R\$ 62.000,00

Art. 2º - Em contrapartida as suplementações constantes do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:



40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.078 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 Aplicações Diretas

00.00.002 Recursos Saúde R\$ 2.000,00

2.095 BLATB - PAB FIXO - AÇÕES BÁSICAS

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 Aplicações Diretas

1640054 Atenção Básica R\$ 60.000,00

TOTAL R\$ 62.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

12 de dezembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

#### **Resolução Nº 029 de 13 de Dezembro de 2013.**

RESOLUÇÃO Nº 029 de 13 de dezembro de 2013.

"HOMOLOGA PEDIDO DE PENSÃO A Sra. EVANIR BARANHIUKI"

A Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões - FAP, no uso de suas atribuições especificadas no artigo 54, inciso II e artigo, inciso VIII da Lei Complementar nº 073 de 20 de Novembro de 2001 e Decreto nº 119 de 21 de março de 2002, artigo 79, inciso II, artigo 80, inciso VIII;

RESOLVE:

Art.1º - Homologar a partir de 10 de Setembro de 2013 o pedido de Pensão por Morte a Sra. Evanir Baranhiuki brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 5.088.827 e CPF nº 945.722.249-00, residente e domiciliada na Rua Servidão Guadalupe, 43, Bairro Barra do Trombudo, Rio do Sul - SC, em virtude do falecimento de seu companheiro Sr. Lauri Velter, servidor público municipal ativo, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais masculino, nível A-1.

Art.2º - Em conformidade com o Art. 40, § 7º, inciso II da CF/88 com a redação dada pela EC. nº 41/2003, a pensão corresponderá a totalidade da remuneração do servidor falecido em 10/09/2013.

Art.3º- Os proventos da pensão serão revistos pelo índice e na data do reajuste dos benefícios vinculados ao Regime Geral da Previdência Social

Art.4º-A aprovação de que trata o artigo 1º desta resolução e decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 11 de Dezembro de 2013 e após análise do pedido de aposentadoria em questão os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de Dezembro de 2013.

MÁRCIA ELIANA CHIQUETTI

PRESIDENTE DO FAP

#### **Resolução Nº 026 de 13 de Dezembro de 2013.**

RESOLUÇÃO Nº 026 de 13 de Dezembro de 2013.

"HOMOLOGA PEDIDO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A Sra. EUNICE PERFOLL"

A Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões - FAP, no uso de suas atribuições especificadas no artigo 55, inciso VIII da Lei Complementar nº 073 de 20 de Novembro de 2001 e Decreto nº 119 de 21 de março de 2002, artigo 79, inciso II, artigo 80, inciso VIII;

RESOLVE:

Art.1º- Homologar o pedido de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição a Sra. Eunice Perfoll, brasileira, casada, portador da Cédula de Identidade nº 722.279 e CPF nº 379.461.459-34 domiciliada e residente na Rua Augusto Perfoll, 315, Bairro Fundo Canoas, em Rio do Sul - SC, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Lotada na Secretaria de Educação, matrícula nº 2670002, nível A-1, com proventos integrais calculados com base na média aritmética simples das 80% maiores remunerações de todo o período contributivo, sem paridade, a partir de 01/01/2014.

Art.2º - A aposentadoria é concedida em conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, letra "d", inciso I do art. 3º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "d" inciso I do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e § 1º inciso III alínea "a" do artigo 40 da Constituição Federal.

Art.3º - A aprovação de que trata o artigo 1º desta resolução e decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 11 de Dezembro de 2013 e após análise do pedido de aposentadoria em questão os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de Dezembro de 2013.

MÁRCIA ELIANA CHIQUETTI

PRESIDENTE DO FAP

#### **Resolução Nº 027 de 13 de Dezembro de 2013.**

RESOLUÇÃO Nº 027 de 13 de Dezembro de 2013.

"HOMOLOGA PEDIDO DE APOSENTADORIA POR IDADE AO Sr. WALTER MULLER NETO"

A Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões - FAP, no uso de suas atribuições especificadas no artigo 55, inciso VIII da Lei Complementar nº 073 de 20 de Novembro de 2001 e Decreto nº 119 de 21 de março de 2002, artigo 79, inciso II, artigo 80, inciso VIII;

RESOLVE:

Art.1º - Homologar o pedido de Aposentadoria por Idade ao Sr. Walter Muller Neto, brasileiro, divorciado, portador da Cédula de Identidade nº 94.340-1 e CPF nº 171.099.229-87 domiciliado e residente na Estrada Redentor, s/n, Serra Canoas, em Rio do Sul - SC, no cargo de Médico Pediatra, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde, nível H-1, com proventos proporcionais calculados pela média das 80% maiores remunerações, sem paridade, a partir de 01/01/2014.

Art.2º- A aposentadoria é concedida em conformidade com o

disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, letra "d", inciso I do art. 3º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "d" inciso I do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e § 1º inciso III alínea "b" do artigo 40 da Constituição Federal.

Art.3º - A aprovação de que trata o artigo 1º desta resolução e decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 11 de Dezembro de 2013 e após análise do pedido de aposentadoria em questão os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de dezembro de 2013.

MÁRCIA ELIANA CHIQUETTI  
PRESIDENTE DO FAP

### **Resolução Nº 028 de 13 de Dezembro de 2013.**

RESOLUÇÃO Nº 028 de 13 de Dezembro de 2013.

"HOMOLOGA PEDIDO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO Sr. VALDIR ANTONIO POSTAI"

A Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões - FAP, no uso de suas atribuições especificadas no artigo 55, inciso VIII da Lei Complementar nº 073 de 20 de Novembro de 2001 e Decreto nº 119 de 21 de março de 2002, artigo 79, inciso II, artigo 80, inciso VIII;

#### **RESOLVE:**

Art.1º- Homologar o pedido de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição ao servidor público Sr. Valdir Antonio Postai, portador da Cédula de Identidade nº 433.761 e CPF nº 247.482.189-91, domiciliado e residente na Rua Prefeito Luiz Adelar Soldatelli, s/n, Bairro Valda São Paulo, em Rio do Sul - SC, no cargo de Motorista de Veículo Leve, Lotado na Secretaria Municipal de Obras, matrícula nº 178301, nível D-1, com proventos integrais, com paridade a partir de 01/01/2014.

Art.2º - A aposentadoria foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010; letra "c" inciso I do artigo 3º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001; letra "c" inciso I do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005.

Art.3º - A aprovação de que trata o artigo 1º desta resolução e decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 11 de Dezembro de 2013 e após análise do pedido de aposentadoria em questão os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de Dezembro de 2013.

MÁRCIA ELIANA CHIQUETTI  
PRESIDENTE DO FAP

### **Portaria Nº 1478/RH**

PORTARIA Nº 1478/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder, nos termos do Protocolo nº 143385/2013, Abo- no de Permanência ao(a) servidor(a) VALDIR ANTONIO POSTAI,

matrícula 178301, ocupante do cargo de provimento efetivo MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE em virtude de ter direito a aposentadoria voluntária a partir de 29/09/2012, de acordo com o Art. 2º da EC 41/03 - Regra de Transição, e ainda permanecendo em atividade.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos financeiros a partir de 29/09/2012.

Rio do Sul, 13 de dezembro de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração  
Jhc

### **Portaria Nº 1478/RH**

PORTARIA Nº 1478/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder, nos termos do Protocolo nº 143385/2013, Abo- no de Permanência ao(a) servidor(a) VALDIR ANTONIO POSTAI, matrícula 178301, ocupante do cargo de provimento efetivo MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE em virtude de ter direito a aposentadoria voluntária a partir de 29/09/2012, de acordo com o Art. 2º da EC 41/03 - Regra de Transição, e ainda permanecendo em atividade.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos financeiros a partir de 29/09/2012.

Rio do Sul, 13 de dezembro de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração  
Jhc

### **Portaria Nº 1479/RH**

PORTARIA Nº 1479/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder, nos termos do Protocolo nº 143314/2013, Abo- no de Permanência ao(a) servidor(a) EUNICE PERFOLL, matrícula 2670002, ocupante do cargo de provimento efetivo AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO em virtude de ter direito a aposentadoria voluntária a partir de 13/03/2013, de acordo com o Art. 40, § 1º, III, "a" da C.F., e ainda permanecendo em atividade.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos financeiros a partir de 13/03/2013.

Rio do Sul, 13 de dezembro de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração  
Jhc

**Editais de Concorrência Pública 120/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
AVISO DE LICITAÇÃO  
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 120/2013

O Município de Rio do Sul/SC, torna público, que fará realizar na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, localizada na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, execução por empreitada por preço unitário do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando a contratação de empresa para execução de obras para drenagem pluvial, reaterro dos passeios, pavimentação em lajotas hexagonais de concreto e sinalização viária na rua João Pasqualini, Bairro Canta Galo em Rio do Sul, extensão de 312,29m., em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos, estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão fazê-lo junto a Recopy Fotocopiadora, localizado na Al. Aristiliano Ramos, 816, Centro, no horário comercial, fone, 47 3522-2125, sendo o custo por conta do interessado.

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até as 09:00 horas do dia 22 de janeiro de 2014, devendo ser protocolados na Divisão de Suprimentos da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 09:00 horas do dia 22 de janeiro de 2014, na Sala de Reuniões do Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Rio do Sul, 03 de dezembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

**Pregão Presencial 003/2013/Fund.Cult.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/FUNDAÇÃO CULTURAL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2013

OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais de expediente para manutenção dos departamentos da Fundação Cultural de Rio do Sul.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 08/01/2014, às 08:30h. no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 10:00h do dia 08/01/2014, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 17 de dezembro de 2013

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

WILLIAN WALTER SIEVERDT  
Superintendente Fundação Cultural

**Pregão Presencial Para Registro de Preços 002/2013/Fund.Cult**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/FUNDAÇÃO CULTURAL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2013

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de materiais de higiene e limpeza para manutenção dos departamentos da Fundação Cultural de Rio do Sul.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 09/01/2014, às 08:30h. no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 10:00h do dia 09/01/2014, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 17 de dezembro de 2013

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

WILLIAN WALTER SIEVERDT  
Superintendente Fundação Cultural

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**Portaria Nº 735/2013**

PORTARIA No 735, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013

Autoriza o Gozo de Férias ao Servidor Jean Douglas Senem

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 06 a 25 de janeiro de 2014, ao servidor Jean Douglas Senem, Assessor Parlamentar da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2013- 2014, de acordo com a Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º De acordo com o que estabelece o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais fica convertido o período de 26 de janeiro a 04 de fevereiro de 2014 em abono pecuniário.

Art. 3º O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 03 de dezembro de 2013.

DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA

Presidente da Mesa

**Portaria Nº 746/2013**

PORTARIA No 746, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

Autoriza o Gozo de Férias ao Servidor Gustavo Pasqualini Kuhl

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 06 de janeiro a 04

de fevereiro de 2014, ao Servidor Gustavo Pasqualini Kuhl, Assessor Parlamentar da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2013 - 2014, de acordo com a Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 17 de dezembro de 2013.

DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA

Presidente da Mesa

#### **Portaria Nº 747/2013**

PORTARIA No 747, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

Autoriza o Gozo de Férias ao Servidor Pedro Dolzan

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 06 de janeiro a 04 de fevereiro de 2014, ao Servidor Pedro Dolzan, Assessor Parlamentar da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2013 - 2014, de acordo com a Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 17 de dezembro de 2013.

DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA

Presidente da Mesa

#### **Portaria Nº 748/2013**

PORTARIA No 748, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

Autoriza o Gozo de Férias ao Servidor Weliton Patrick de Sousa

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 06 de janeiro a 04 de fevereiro de 2014, ao Servidor Weliton Patrick de Sousa, Assessor Parlamentar da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2013 - 2014, de acordo com a Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 17 de dezembro de 2013.

DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA

Presidente da Mesa

#### **Portaria Nº 749/2013**

PORTARIA No 749, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

Autoriza o Gozo de Férias a Servidora Inolesia Lindacir Lunelli Vicentin

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 06 de janeiro a 04 de fevereiro de 2014, a Servidora Inolesia Lindacir Lunelli Vicentin, Assessora Parlamentar da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2013 - 2014, de acordo com a Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 17 de dezembro de 2013.

DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA

Presidente da Mesa

#### **Portaria Nº 750/2013**

PORTARIA No 750, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

Autoriza o Gozo de Férias ao Servidor João Henrique Facchini

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 06 de janeiro a 04 de fevereiro de 2014, ao Servidor João Henrique Facchini, Assessor Parlamentar da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2013 - 2014, de acordo com a Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 17 de dezembro de 2013.

DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA

Presidente da Mesa

## **Salto Veloso**

### **PREFEITURA**

#### **Portaria Nº. Dp390/2013**

PORTARIA Nº. DP390/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 18 de Dezembro de 2013 a 16 de Janeiro de 2014, totalizando 30 dias de férias ao Servidor GENTIL CONTE, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 31/03/2012 a 30/03/2013, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 18 de Dezembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal



**Portaria Nº. Dp391/2013**

PORTARIA Nº. DP391/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 18 de Dezembro de 2013 a 16 de Janeiro de 2014, totalizando 30 dias de férias ao Servidor JOÃO LEITE, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/05/2011 a 30/04/2012, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 18 de Dezembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

**Portaria Nº. Dp392/2013**

PORTARIA Nº. DP392/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 18 de Dezembro de 2013 a 16 de Janeiro de 2014, totalizando 30 dias de férias ao Servidor MIGUEL ANTONIO VITORAZZI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/06/2012 a 31/05/2013, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 18 de Dezembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

**Portaria Nº. Dp393/2013**

PORTARIA Nº. DP393/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 18 de Dezembro de 2013 a 16 de Janeiro de 2014, totalizando 30 dias de férias ao Servidor JAIME JOSÉ DE BASTIANI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/05/2010 a 30/04/2011, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 18 de Dezembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

**Portaria Nº. Dp394/2013**

PORTARIA Nº. DP394/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 18 de Dezembro de 2013 a 16 de Janeiro de 2014, totalizando 30 dias de férias ao Servidor TEREZINHA TERCI DOS SANTOS, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/05/2010 a 30/04/2011, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 18 de Dezembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

**Portaria Nº. Dp395/2013**

PORTARIA Nº. DP395/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 18 de Dezembro de 2013 a 16 de Janeiro de 2014, totalizando 30 dias de férias ao Servidor ANTONIO ANTUNES, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/05/2012 a 30/04/2013, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 18 de Dezembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

**Portaria Nº. Dp396/2013**

PORTARIA Nº. DP396/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 18 de Dezembro de 2013 a 16 de Janeiro de 2014, totalizando 30 dias de férias ao Servidor SILVANO TINELLI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 14/06/2012 a 13/06/2013, correspondente a 30 dias.



Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 18 de Dezembro de 2013.  
CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. Dp397/2013**  
PORTARIA Nº. DP397/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 18 de Dezembro de 2013 a 16 de Janeiro de 2014, totalizando 30 dias de férias ao Servidor VALDIR MAFIOLETTI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 10/06/2012 a 09/06/2013, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 18 de Dezembro de 2013.  
CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. Dp398/2013**  
PORTARIA Nº. DP398/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 18 de Dezembro de 2013 a 16 de Janeiro de 2014, totalizando 30 dias de férias ao Servidor ANDERSON FERNANDO VITALI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 03/03/2012 a 02/03/2013, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 18 de Dezembro de 2013.  
CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. Dp399/2013**  
PORTARIA Nº. DP399/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 18 de Dezembro de 2013 a 16 de Janeiro de 2014, totalizando 30 dias de férias ao Servidor ZENI CARDOSO DE OLIVEIRA, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/07/2012 a 30/06/2013, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 18 de Dezembro de 2013.  
CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

## Santa Rosa do Sul

### PREFEITURA

**Decreto Nº 072, de 02 de Dezembro de 2013.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

Decreto nº 072, de 02 de dezembro de 2013.

Declara de Utilidade Pública e Interesse Social para fins de desapropriação o imóvel que especifica.

O Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 10 da Lei Orgânica do Município de Santa Rosa do Sul e em conformidade com o Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/91, Lei nº 4.132/62 e Lei nº 4.504/64, DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, uma área urbana, situada na Avenida Jaguarari/Via Lateral da Rodovia Federal BR 101 no Km 445, centro, cidade de Santa Rosa do Sul-SC, com área geral de 96.825,45m², (noventa e seis mil oitocentos e vinte e cinco metros e quarenta e cinco centímetros quadrados), propriedade do senhor Augusto Pedro Tristão e outros em condomínio, cuja área atualmente possui as seguintes medidas e confrontações atuais:

Norte: na extensão de 92,80 metros com terras de Valmor Vieira Tristão, fazendo uma deflexão no sentido Sul/Norte com 20,80 metros e continuando a linha norte com mais 277,00 metros com terras de Valmor Vieira Tristão, nova deflexão no sentido Norte/Sul com 12,50 metros, continuando a linha Norte com mais 90,80 metros, com terras de Valmor Vieira Tristão, nova deflexão no sentido Norte/Sul com 154,75 metros e continuando o complemento da linha Norte com mais 220,50 metros com terras de José João Cardoso.

Sul: na extensão de 550,10 metros com terras de Antonio Juvenal Varela, fazendo uma deflexão no sentido Norte/Sul com 76,30 metros e continuando o complemento da linha Sul com mais 155,98 metros ainda com terras de Antonio Juvenal Varela.

Leste: na extensão de 244,55 metros de forma a acompanhar a lateral da Avenida Jaguarari/Rodovia Federal BR 101, fazendo uma deflexão no sentido Leste/Oeste com 92,80 metros e continuando o complemento da linha Leste com mais 20,80 metros, com terras de Valmor Vieira Tristão.

Oeste: na extensão de 76,30 metros com terras de Antonio Juvenal Varela, fazendo uma deflexão no sentido Leste/Oeste com 550,10 metros continuando a linha Oeste com 18,95 metros com terras da Prefeitura Municipal, nova deflexão no sentido Oeste/Leste com 220,50 metros e continuando a linha Oeste com mais 154,75 metros com terras de José João Cardoso, nova deflexão no sentido Oeste/Leste com 90,80 metros e continuando o complemento da linha Oeste com mais 12,50 metros com terras de Valmor Vieira Tristão.

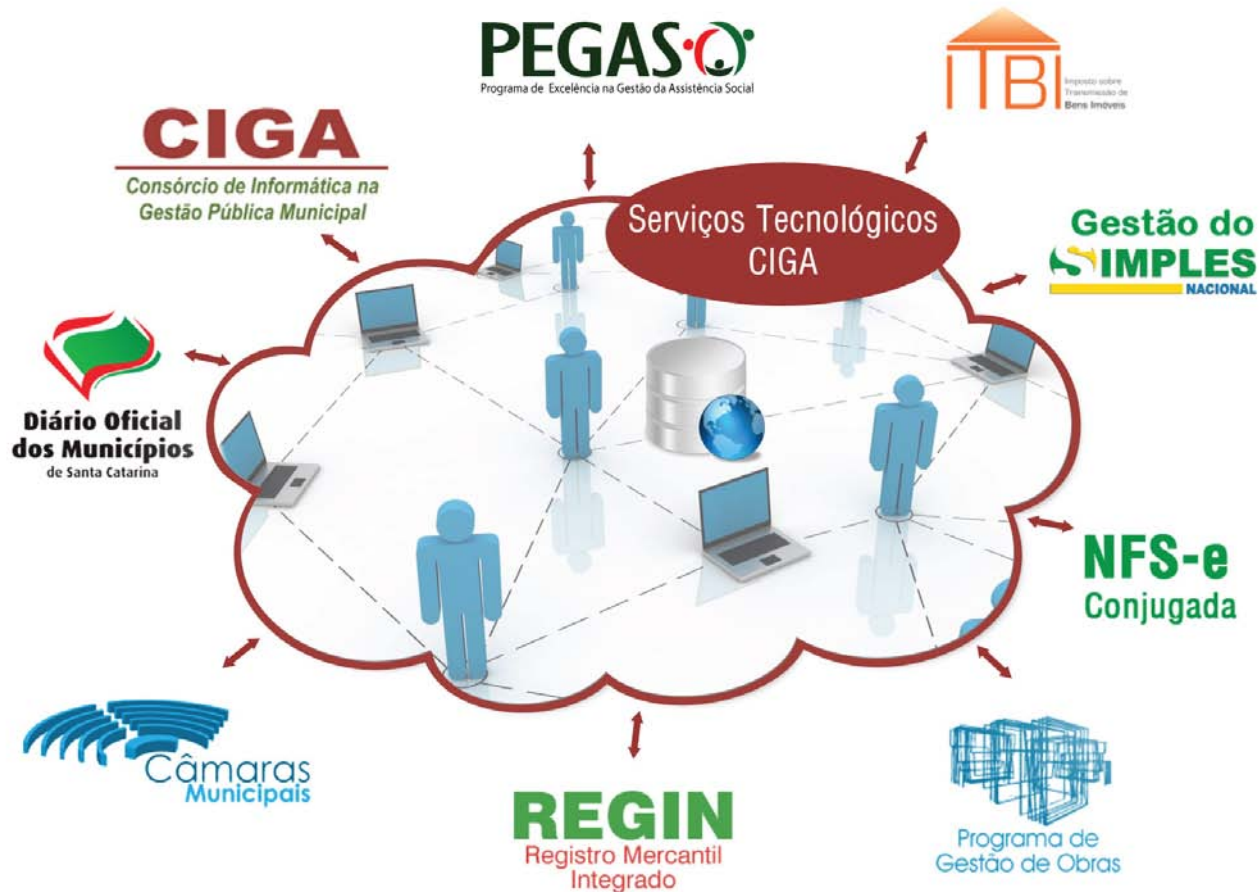
Art. 2º A área de terra que se refere o artigo anterior, destina-se à construção de uma Escola de ensino fundamental e médio.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de dezembro de 2013.  
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE;

WILFRIED HEMMER  
Secretário da Administração e Finanças



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

## São Bento do Sul

## PREFEITURA

## Editais de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1780/2013 e 1781/2013



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1780/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGV5103	54591964E	6920/0	24/09/2013	R\$ 127,69	233
AJJ6334	54591828E	6920/0	11/09/2013	R\$ 127,69	233
AOE2460	54591719E	6599/2	23/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
AOE2460	54591720E	5045/0	23/09/2013	R\$ 191,53	162 * V
AOE2460	54591721E	5142/0	23/09/2013	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
ATG9585	54593449E	6920/0	31/07/2013	R\$ 127,69	233
BZC2875	54591571E	5320/0	28/09/2013	R\$ 957,69	176 * V
BZC2875	54591572E	6408/0	28/09/2013	R\$ 85,12	221
CEU5925	54591817E	6920/0	09/09/2013	R\$ 127,69	233
CKN7508	54591852E	5169/1	15/09/2013	R\$ 1.915,38	165
CKN7508	54591854E	6726/1	15/09/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
DHC7312	54591981E	6920/0	30/09/2013	R\$ 127,69	233
HYB7100	55724660D	6548/0	06/10/2013	R\$ 85,12	229
MBR2616	54591984E	6920/0	30/09/2013	R\$ 127,69	233
MEZ5950	54591551E	6599/2	29/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEZ5950	54591552E	5010/0	29/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEZ5950	54591553E	5118/0	29/08/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEZ5950	54591554E	6726/1	29/08/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MEZ5950	55724159D	6556/1	29/08/2013	R\$ 191,53	230 * I
MFS8776	54591807E	6920/0	06/09/2013	R\$ 127,69	233
MHR9757	54592000E	6920/0	02/10/2013	R\$ 127,69	233
MIJ9624	55725081D	5010/0	10/10/2013	R\$ 574,61	162 * I
MIJ9624	55725082D	5118/0	10/10/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MJJ4024	54591972E	6920/0	25/09/2013	R\$ 127,69	233
MKC7189	54591989E	6920/0	30/09/2013	R\$ 127,69	233
MKE6655	54591782E	5010/0	27/09/2013	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MMJ3313	54591676E	6670/0	05/10/2013	R\$ 127,69	230 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO REGIONAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1781/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHL2121	55512758D	5541/2	06/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
ALZ4167	55513218D	5746/1	02/10/2013	R\$ 85,12	187 * I
BCR2801	54591859E	5452/1	29/09/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
CKN7508	54591853E	5720/0	15/09/2013	R\$ 127,69	186 * I
DHK1038	55513309D	7366/2	07/10/2013	R\$ 85,12	252 * VI
LLD6950	55513005D	5185/1	23/08/2013	R\$ 127,69	167
LVH9969	55512722D	5568/0	19/09/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
LXV1281	55512755D	6122/0	12/09/2013	R\$ 191,53	214 * I
LXV5386	55724035D	6181/0	21/09/2013	R\$ 127,69	215 * II
LYJ1852	55513054D	5185/1	02/09/2013	R\$ 127,69	167
LZL7478	54044684D	5541/2	12/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBE1733	55513290D	5541/1	04/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBP7481	55513286D	5452/1	02/10/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MBR2616	55513282D	5541/1	26/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MFB4868	55513424D	5746/1	17/10/2013	R\$ 85,12	187 * I
MGF5186	54044682D	5541/2	05/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHF4688	55512120D	5541/2	10/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHO4878	55512999D	5541/2	20/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIE9399	55512681D	5185/1	02/09/2013	R\$ 127,69	167
MIE9399	55512831D	5185/1	30/08/2013	R\$ 127,69	167
MIT5578	55513299D	5185/1	08/10/2013	R\$ 127,69	167
MIU2960	55513267D	5452/1	24/09/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MIX8702	55513287D	7366/2	02/10/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MJC3934	55513225D	5541/2	18/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJM2375	55724034D	5738/0	13/09/2013	R\$ 191,53	186 * II



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

**Editais de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1778/2013 e 1779/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 124 1778/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADP3883	54597742E	6920/0	18/11/2013	233
AET7127	54592408E	6920/0	21/10/2013	233
AKG6285	55727013D	6610/2	15/11/2013	230 * VII
ANT8244	54597744E	6920/0	18/11/2013	233
BVC7359	55727025D	6670/0	19/11/2013	230 * XIII
LXG7369	55723250D	6599/2	14/11/2013	230 * V
LXW3411	54597740E	6920/0	18/11/2013	233
LYX8687	54592076E	5320/0	16/11/2013	176 * V
LZY9759	54592401E	6920/0	21/10/2013	233
MAV1046	54597737E	6920/0	14/11/2013	233
MBE7285	55723039D	6599/2	13/11/2013	230 * V
MBE7285	55723040D	5118/0	13/11/2013	164 c/c 162 * I
MBG1039	54592404E	6920/0	21/10/2013	233
MCE4706	55727017D	6912/0	16/11/2013	232
MCE4706	55727018D	5045/0	16/11/2013	162 * V
MCE4706	55727022D	5142/0	16/11/2013	164 c/c 162 * V
MCE4706	55727029D	5029/2	16/11/2013	162 * II
MCE4706	55727037D	5126/2	16/11/2013	164 c/c 162 * II
MCK1399	55727014D	6912/0	15/11/2013	232
MCP1008	55724291D	6599/2	20/11/2013	230 * V
MDE7658	54592402E	6920/0	21/10/2013	233
MDN7517	55727023D	6556/1	19/11/2013	230 * I
MET4112	54592425E	6920/0	25/10/2013	233
MKV3404	54592248E	6637/1	29/10/2013	230 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO REGIONAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 124 1779/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGL3090	55513346D	5568/0	14/11/2013	181 * XIX
CHW1427	54597516E	5185/1	11/11/2013	167
CXI5050	55512744D	7366/2	18/11/2013	252 * VI
LWR1978	55512771D	5541/2	31/10/2013	181 * XVII
MAN3468	55513492D	5452/1	14/11/2013	181 * VIII
MAX1129	55513182D	7366/2	23/10/2013	252 * VI
MBZ9212	55724170D	5452/3	25/10/2013	181 * VIII
MCK1399	55727016D	7030/1	15/11/2013	244 * I
MDG2038	54592872E	5185/1	18/11/2013	167
MEJ1959	54044693D	5568/0	25/10/2013	181 * XIX
MEW2655	55513553D	5568/0	16/11/2013	181 * XIX
MFG8644	55513362D	5541/1	30/10/2013	181 * XVII
MIX9997	54597563E	5185/1	13/11/2013	167
MLF0512	55513467D	5193/0	25/10/2013	168

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 851/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 851/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACK5103	8492055887	5673/2	21/09/2013	R\$ 85,12	183
ADQ1126	8492056142	7455/0	25/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
AFJ9678	8492055776	7455/0	11/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
AFW9163	8492054697	5673/2	11/08/2013	R\$ 85,12	183
AIK7652	8492056113	6050/3	01/10/2013	R\$ 191,53	208
AKF3713	8492055997	7455/0	21/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
ALY3885	8492055347	7455/0	01/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
APO0892	8492055715	7455/0	14/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
ARP9347	8492055324	7455/0	29/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
ARW6698	8492056039	7455/0	18/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
ASD2892	8492055586	7463/0	08/09/2013	R\$ 127,69	218 * II
ASJ0589	8492055348	7455/0	02/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
BBG0557	8492055852	7455/0	11/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
CCD7103	8492056108	7455/0	01/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
CMD5061	8492055828	7463/0	14/09/2013	R\$ 127,69	218 * II
CVM2503	8492055509	5673/2	10/09/2013	R\$ 85,12	183
CXI5050	8492055945	7455/0	19/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
DAK5830	8492056244	7455/0	26/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
DGX8981	8492055874	6050/3	19/09/2013	R\$ 191,53	208
DGX8981	8492056112	6050/3	01/10/2013	R\$ 191,53	208
DII6070	8492054783	7455/0	12/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
DJO8507	8492054378	7455/0	29/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
ICV8311	8492056060	7455/0	21/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
JHQ3855	8492056003	7455/0	23/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
KPM8970	8492056138	7455/0	29/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
LWZ7237	8492056089	7455/0	24/09/2013	R\$ 85,12	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXF7269	8492056031	7455/0	23/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXH6837	8492055673	6050/3	13/09/2013	R\$ 191,53	208
LXI2161	8492055706	6050/3	16/09/2013	R\$ 191,53	208
LXM2213	8492055712	7463/0	17/09/2013	R\$ 127,69	218 * II
LXV6611	8492056205	7455/0	26/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYF7711	8492056187	7455/0	30/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYJ3215	8492056062	7455/0	21/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYL2000	8492055469	7455/0	07/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYM3517	8492055858	7455/0	15/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZD4698	8492056037	7455/0	23/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZL8954	8492055745	6050/3	12/09/2013	R\$ 191,53	208
LZR1213	8492055922	7455/0	21/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZS1793	8492055913	6050/3	21/09/2013	R\$ 191,53	208
LZU7771	8492055808	7455/0	15/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZU7771	8492055872	7455/0	16/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZV4409	8492055988	7455/0	22/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAH8886	8492055818	7455/0	14/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAJ6983	8492054720	7455/0	10/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAJ8831	8492055675	7455/0	14/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAW6241	8492055854	7455/0	14/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBH2086	8492055680	6050/3	15/09/2013	R\$ 191,53	208
MBK5002	8492055888	6050/3	21/09/2013	R\$ 191,53	208
MBL1321	8492054331	7455/0	31/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBO4354	8492055498	7455/0	04/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBZ6620	8492055783	7455/0	12/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCP8956	8492055238	7455/0	01/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCR2442	8492054372	7455/0	27/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCT6746	8492056004	7455/0	23/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCX4652	8492056065	7455/0	21/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDN2289	8492056035	7463/0	21/09/2013	R\$ 127,69	218 * II
MDT2844	8492054192	7455/0	30/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDY0169	8492055759	6050/3	15/09/2013	R\$ 191,53	208
MEG9740	8492055760	6050/3	15/09/2013	R\$ 191,53	208
MEH6581	8492055953	7455/0	24/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEP8433	8492056217	7455/0	29/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MER3422	8492055743	5673/2	11/09/2013	R\$ 85,12	183
MEU4471	8492055721	7455/0	13/09/2013	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEV5309	8492055826	7455/0	13/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFD0198	8492056224	7455/0	26/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFQ8125	8492054232	5673/2	28/07/2013	R\$ 85,12	183
MFR6147	8492055889	6050/3	21/09/2013	R\$ 191,53	208
MFS9876	8492055805	7455/0	14/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFY5234	8492056265	7455/0	29/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFZ5701	8492056254	7471/0	29/09/2013	R\$ 574,61	218 * III
MFZ5701	8492056255	7471/0	29/09/2013	R\$ 574,61	218 * III
MGA4653	8492054168	7455/0	31/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGF0121	8492056096	6050/3	27/09/2013	R\$ 191,53	208
MGF2533	8492055996	7455/0	20/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGG1322	8492056432	7455/0	07/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGG6504	8492055339	7463/0	03/09/2013	R\$ 127,69	218 * II
MHB7832	8492055961	5673/2	22/09/2013	R\$ 85,12	183
MHO9867	8492054993	7455/0	20/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHS4487	8492056361	5673/2	07/10/2013	R\$ 85,12	183
MHS4487	8492056384	7455/0	07/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHY7857	8492054310	7455/0	31/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIB4109	8492055688	6050/3	13/09/2013	R\$ 191,53	208
MIE6271	8492055992	7455/0	22/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIG7352	8492055791	7463/0	14/09/2013	R\$ 127,69	218 * II
MIT9752	8492054941	7455/0	18/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIY0666	8492055103	5673/2	22/08/2013	R\$ 85,12	183
MJA1750	8492055293	6050/3	30/08/2013	R\$ 191,53	208
MJB9264	8492056216	7455/0	29/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJC7741	8492055877	5673/2	20/09/2013	R\$ 85,12	183
MJJ5825	8492056235	7463/0	26/09/2013	R\$ 127,69	218 * II
MJK1158	8492056022	7455/0	19/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJK1158	8492056387	7455/0	02/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJK1158	8492056455	7455/0	05/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJO1895	8492055678	7455/0	15/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJQ1676	8492055059	7455/0	21/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJQ8091	8492054588	7455/0	06/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJX9358	8492055938	7455/0	18/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKP2748	8492055079	7455/0	23/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKX7024	8492055708	7455/0	13/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MLB2006	8492056102	7463/0	29/09/2013	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MLE7434	8492056114	7463/0	26/09/2013	R\$ 127,69	218 * II
MLF1708	8492055115	7471/0	24/08/2013	R\$ 574,61	218 * III
MLH2611	8492055801	7463/0	12/09/2013	R\$ 127,69	218 * II
MLH9801	8492056139	7455/0	01/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
MLK4747	8492054724	7455/0	11/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MLV5500	8492055794	7463/0	14/09/2013	R\$ 127,69	218 * II
MMD0602	8492055704	7455/0	15/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MMM0543	8492056247	7463/0	30/09/2013	R\$ 127,69	218 * II
MPQ9400	8492054452	7455/0	06/08/2013	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

**Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 850/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 492 850/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEG9897	8492057722	7455/0	14/11/2013	218 * I
AGR7717	8492057096	7455/0	24/10/2013	218 * I
AHH8553	8492057520	5673/2	14/11/2013	183
AHL2121	8492057640	7455/0	14/11/2013	218 * I
AHL7800	8492057740	7455/0	17/11/2013	218 * I
AIS7581	8492057592	6050/3	14/11/2013	208
AJV6916	8492057145	6050/3	01/11/2013	208
AJX4649	8492057605	5673/2	16/11/2013	183
ALU2758	8492057473	7455/0	12/11/2013	218 * I
AOC2905	8492057712	7455/0	15/11/2013	218 * I
ATS4851	8492056934	7455/0	22/10/2013	218 * I
AUS4945	8492057711	7455/0	14/11/2013	218 * I
AWA5148	8492056995	7455/0	25/10/2013	218 * I
BLF4969	8492057120	7455/0	26/10/2013	218 * I
HJG0889	8492056897	7455/0	20/10/2013	218 * I
HLH0044	8492057658	7455/0	16/11/2013	218 * I
ICY4576	8492057303	7455/0	01/11/2013	218 * I
INN5226	8492056953	7455/0	14/10/2013	218 * I
KLF4286	8492057735	7455/0	19/11/2013	218 * I
LXK5673	8492057325	7455/0	31/10/2013	218 * I
LXK7272	8492056981	7455/0	27/10/2013	218 * I
LXS9000	8492057576	7455/0	17/11/2013	218 * I
LXX6524	8492057082	7455/0	25/10/2013	218 * I
LYF5016	8492057272	7455/0	02/11/2013	218 * I
LZC9279	8492057636	7455/0	13/11/2013	218 * I
MAM0015	8492057654	7455/0	14/11/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAO7319	8492057685	7455/0	17/11/2013	218 * I
MBE0961	8492056971	7455/0	23/10/2013	218 * I
MBO5162	8492057478	7455/0	12/11/2013	218 * I
MBT3061	8492057564	7471/0	15/11/2013	218 * III
MCV2684	8492057090	7455/0	24/10/2013	218 * I
MDH1637	8492057595	5673/2	15/11/2013	183
MDL5135	8492057550	7455/0	17/11/2013	218 * I
MDU8707	8492057650	7455/0	18/11/2013	218 * I
MDY6043	8492057728	7455/0	13/11/2013	218 * I
MEM1624	8492057604	7455/0	16/11/2013	218 * I
MEN7216	8492057709	7455/0	13/11/2013	218 * I
MEQ0606	8492057446	7455/0	12/11/2013	218 * I
MEY3722	8492057717	7455/0	17/11/2013	218 * I
MFP7074	8492057015	7455/0	26/10/2013	218 * I
MGL8991	8492057615	7455/0	16/11/2013	218 * I
MHL5898	8492057105	7455/0	26/10/2013	218 * I
MHP1305	8492057546	7455/0	13/11/2013	218 * I
MHV7942	8492057019	6050/3	27/10/2013	208
MHZ6740	8492057390	7455/0	12/11/2013	218 * I
MIB4109	8492057688	7455/0	18/11/2013	218 * I
MID6694	8492057620	5673/2	19/11/2013	183
MIN9875	8492057034	6050/3	23/10/2013	208
MIR9716	8492057157	6050/3	03/11/2013	208
MIV1531	8492056968	6050/3	26/10/2013	208
MIW3775	8492056984	7455/0	24/10/2013	218 * I
MJC2257	8492057694	7455/0	14/11/2013	218 * I
MJK1158	8492057488	7455/0	12/11/2013	218 * I
MJN3401	8492057395	6050/3	12/11/2013	208
MJX9578	8492057528	7455/0	16/11/2013	218 * I
MKG0841	8492056916	7455/0	18/10/2013	218 * I
MKT1173	8492057038	7463/0	23/10/2013	218 * II
MLE4586	8492057117	7455/0	26/10/2013	218 * I
MLJ5364	8492057091	7455/0	25/10/2013	218 * I
MLO9164	8492056974	7463/0	26/10/2013	218 * II
MXL4214	8492057610	7463/0	15/11/2013	218 * II
MYC6068	8492057062	7455/0	27/10/2013	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

**CÂMARA MUNICIPAL****Resolução Nº 004, de 16 de Dezembro de 2013.**

RESOLUÇÃO Nº 004, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

"Altera a redação do Regimento Interno da Câmara Municipal de acordo com a lei complementar nº 95, de fevereiro de 1998".

A Câmara Municipal de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica modificado o Art.22, inciso I, alínea b, que passa a ter a seguinte redação:

"b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado nas entidades constantes da alínea anterior, salvo quando aprovado mediante concurso público e se houve compatibilidade de horário."

Art. 2º. Fica modificado o caput do Art. 61, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 61. A Mesa Diretora compõe-se de subdivisão organizacional de Presidência e de Secretaria, constituindo-se a primeira dos cargos de Presidente e Vice-Presidente e, a segunda, de dois Secretários, com a escolha e a investidura consoante mecanismo dispostos nos Art. 10 e 10 deste Regimento."

Art. 3º. Fica modificado o Art. 64, inciso II, alínea d, que passa a ter a seguinte redação:

"d) devolver à Tesouraria da Prefeitura o saldo de caixa existente na Câmara até o final do exercício."

Art. 4º. Fica modificado o Art. 67, inciso V, alínea o, que passa a ter a seguinte redação:

"o) publicar mensalmente o relatório dos gastos do Poder Legislativo Municipal na página oficial da Câmara, na internet."

Art. 5º. Fica modificado o Art. 125, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 125º. As vagas nas Comissões Permanente serão supridas observando-se que dispõe os Art. 91 e 92."

Art. 6º. Fica modificado o §2º do Art. 151, que passa a ter a seguinte redação.

"§2º. O tempo de interrupção previsto neste artigo será descontado em favor do orador, salvo quando ao disposto no inciso II, alínea a."

Art. 7º. Fica modificado o §4º do Art. 317, que passa a ter a seguinte redação.

"§4º. A discussão sobre a redação final será permitida uma única vez e por prazo de três minutos para cada Vereador."

Art. 8º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de Dezembro de 2013.  
CÉSAR AUGUSTO ACCORSI DE GODOY  
Presidente

**São Domingos****PREFEITURA****Decreto Legislativo Nº 276/2013, de 12.12.2013**

ESTABELECE HORARIO DE FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA DA CÂMARA DE VEREADORES.

O Presidente da Câmara de Vereadores de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno, e Resolução nº 001/2011 (Organização Administrativa da Secretaria da Câmara de Vereadores),

Considerando o recesso parlamentar;

Considerando que não haverá nenhum prejuízo ao interesse público;

Considerando a economicidade;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o Horário de funcionamento da Secretaria Administrativa da Câmara de Vereadores das 13:00 às 19:00 horas.

Art. 2º Ficam revogados as disposições ao contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos-SC, em 12 de dezembro de 2013.

Este Decreto Legislativo foi registrado e publicado em data supra.

JOSÉ ALTAIR MARQUES

Presidente da Câmara Municipal

**São João do Sul****PREFEITURA****Extrato dos Contratos Administrativos de Serviço Temporário do Mês de Setembro de 2013**

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

CONTRATOS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2013.

CONTRATO Nº 172/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: LUCILÉIA ROLDÃO SANTOS

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora na Secretaria Municipal de Educação, neste município com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 02/09/2013 a 20/12/2013

VALOR MENSAL: 1,354,47

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 1616/2011 e Lei Municipal nº.005/2009

CONTRATO Nº 173/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: ERIEDNA MACIEL PEREIRA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora na Secretaria Municipal de Educação, neste município com carga horária de 10h/semanais.

VIGÊNCIA: de 03/09/2013 a 20/12/2013

VALOR MENSAL: 423,27

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 1616/2011 e Lei Municipal



nº.005/2009

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**Portaria Nº 204 de 15 de Novembro de 2013.**  
PORTARIA Nº 204 DE 15 DE NOVEMBRO DE 2013.  
"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

**RESOLVE:**

Conceder Licença para Tratamento de Saúde, junto ao INSS, para a Sr.<sup>a</sup> ANDRÉIA LIMA DA ROCHA, ocupante da função de Professora, a contar de 15/11/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 15 de novembro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quinze dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**Portaria Nº 205 de 20 de Novembro de 2013.**  
PORTARIA Nº 205 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013.  
"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

**RESOLVE:**

Conceder Licença para Tratamento de Saúde, junto ao INSS, para a Sr.<sup>a</sup> VANIR ALEXANDRE DOS SANTOS, ocupante da função de Professora, a contar de 20/11/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 20 de novembro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**Licitação Nº 099/2013**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº 099/2013  
Modalidade - Tomada de Preços nº 007/2013

Objeto: CONSTRUÇÃO DE ESCOLA COM 06 (SEIS) SALAS DE AULA (PADRÃO FNDE), COM ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA DE 853,20M² NA COMUNIDADE DE VILA CONCEIÇÃO.

Os envelopes de Habilitação e Propostas: Poderão ser entregues até as 13h:30 minutos do dia 02/01/2014, com abertura dos envelopes prevista para as 14h:00 minutos do dia 02/01/2014. A entrega do Edital e anexos deverá ser efetuada necessariamente na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às quintas feiras das 13h:00 as 19h:00 e nas sextas feiras das 07h:00 as 13h:00. Informações pelo Fone: (0\*\*48) 3539-0113 e pelo e-mail: licitacoes@saojoaosul.sc.gov.br.

São João do Sul - SC, em 18 de Dezembro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**Processo Seletivo N.º 003/2013 - Edital N.º 001/2013 - Abertura**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
PROCESSO SELETIVO N.º 003/2013  
Edital nº. 001/2013 – Abertura  
Preâmbulo

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, Estado de Santa Catarina, através da Comissão de Processo Seletivo Simplificado, nos termos do Decreto Municipal n.º 168, de 11 de dezembro de 2013, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO de pessoal para atuação na Administração Municipal na Secretaria Municipal da Assistência Social, a serem Admitidos em Caráter Temporário nos termos do Art. 37, IX da Constituição Federal de 1988 c/c Lei Municipal n.º 1.063, de 01 de novembro de 2002, na Lei Municipal n.º 1.616, de 28 de dezembro de 2011, e alterações supervenientes, na forma deste Edital:

**DO PROCESSO SELETIVO**

O presente Processo Seletivo Simplificado tem a finalidade classificatória de pessoal, para atuação na Administração Municipal e na Secretaria Municipal de Assistência Social e seus programas, nas áreas que menciona, e será realizado sob a responsabilidade da Comissão de Processo Seletivo Simplificado, designada pelo Decreto Municipal n.º 168, de 11 de dezembro de 2013.

**DOS CARGOS, ESCOLARIDADE, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO E TIPO DE PROVA**

Poderão participar da Seleção, os profissionais interessados em prestar serviço em caráter temporário e que atendam os requisitos deste Edital e da legislação municipal vigente e alterações supervenientes, para os cargos/áreas abaixo relacionados:

2.1 Administração Municipal e Secretaria Municipal de Assistência Social e seus programas (Do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV)

Cargo	Escolaridade	Carga Horária	Remuneração (R\$)	Tipo de Prova
Auxiliar Administrativo	Ensino Médio	40h semanais	913,04	Escrita e Cursos
Auxiliar de Serviços Gerais I	Ensino Fundamental – Anos Iniciais	40h semanais	695,85	Escrita e Cursos
Auxiliar de Serviços Gerais II	Ensino Fundamental – Anos Iniciais	40h semanais	695,85	Escrita e Cursos
Motorista I	Ensino Fundamental e Carteira de Habilitação para automóveis e caminhões	40h semanais	781,50	Escrita e Cursos
Motorista II	Ensino Fundamental e Carteira de Habilitação para transporte de passageiros em veículos tipo ambulância, van, ônibus e/ou veículos afins	40h semanais	858,88	Escrita e Cursos
Operador de Equipamentos	Ensino Fundamental – Séries Iniciais	40h semanais	936,26	Escrita e Cursos
Médico Veterinário	Ensino Superior e registro no Órgão Fiscalizador	40h semanais	3.658,27	Escrita e Cursos
Técnico Agrícola	Ensino Médio como Técnico Agrícola e Registro no Órgão Fiscalizador	40h semanais	1.029,11	Escrita e Cursos
Assistente Social	Ensino Superior e registro no Órgão fiscalizador	40h semanais	2.259,85	Escrita, Títulos e Cursos
Psicólogo	Ensino Superior e registro no Órgão fiscalizador	40h semanais	2.259,85	Escrita, Títulos e Cursos
Educador Social	Ensino Superior - Licenciatura	40h semanais	1.661,32	Escrita, Títulos e Cursos
	Ensino Superior - Ed. Física	40h semanais	1.661,32	Escrita, Títulos e Cursos

Nota 01: O vencimento do cargo é proporcional à carga horária estabelecida no plano de cargos e carreira dos servidores municipais, que dependendo do cargo poderá ser de 10, 20, 30 ou 40 horas semanais.

As atribuições dos cargos são as constantes da Lei Complementar Municipal n.º 006/2009.

### 3. DAS INSCRIÇÕES

3.10 candidato poderá se inscrever somente para 01 (um) cargo.

A pré-inscrição somente será efetuada via internet, no período de 18 a 23 de dezembro de 2013 (sendo que no dia 23 de dezembro até as 12h:00min). Para efetivar a sua pré-inscrição o candidato deverá seguir os seguintes passos:

Acessar o endereço eletrônico: <http://www.processosseletivos.com.br/saojoaodosul>;

Ler atentamente o edital, preencher o Formulário de Pré-inscrição no portal no período de 18 a 23 de dezembro de 2013 (sendo que no dia 23 de dezembro somente até as 12h:00min), imprimindo o comprovante que foi gerado e dirigir-se à Prefeitura Municipal, situada na Av. Nereu Ramos, n.º 50, centro, no período de 19, 20 e 23 de dezembro de 2013, durante o horário de expediente, para validar sua inscrição. Os candidatos que não tiverem equipamentos ou acesso a Internet para efetivar a sua pré-inscrição, poderão dirigir-se à Secretaria Municipal de Educação de São João do Sul, sita na Av. Nereu Ramos, n.º 70 (ao lado da Prefeitura Municipal), Centro, no período apontado no item 3.2, no horário de expediente.

O candidato inscrito como portador de deficiência deverá mencionar a sua condição no Formulário de Pré-inscrição on-line.

Requisitos indispensáveis para a inscrição do candidato:

- Ter nacionalidade brasileira;
- Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;
- Gozar de boa saúde, condição que será comprovada, quando do processo de admissão, através de atestado médico;
- Não ter sofrido, quando no exercício de cargo, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado, no ato de admissão, por meio da assinatura de regular termo de declaração;
- Não ter antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;
- Possuir a escolaridade exigida na forma deste edital e estar legalmente habilitado para o exercício do cargo;
- Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos, a completar na data da admissão.

O candidato poderá obter informações técnicas referentes a utilização do portal e preenchimento do formulário de pré-inscrição, através do e-mail: [suporte@processosseletivos.com.br](mailto:suporte@processosseletivos.com.br).

### 4 - DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA VALIDAÇÃO DA INSCRIÇÃO:

4.10 candidato, para validar a sua inscrição no presente Processo Seletivo, após preenchimento do formulário de pré-inscrição on-line, deverá comparecer no período de 19, 20 e 23 de dezembro de 2013, no horário de expediente na Prefeitura Municipal, situada na Av. Nereu Ramos, n.º 50, Centro, município de São João do Sul, munido dos seguintes documentos:

Formulário de Pré-inscrição impresso;

CPF e Carteira de Identidade (original e cópia);

Carteira Nacional de Habilitação na categoria mínima exigida, para os candidatos que concorrerem a vaga de Motorista I, Motorista II e

Operador de Equipamentos;  
Comprovante de residência;  
Título Eleitoral e comprovante de quitação eleitoral e, quando do sexo masculino, de estar quite com as obrigações do serviço militar;  
Documentos para comprovação de cursos de aperfeiçoamento ou atualização (original e cópia);  
Comprovante de habilitação profissional (registro no Órgão Fiscalizador) e da escolaridade exigida para o cargo pleiteado (graduação), curso de pós-graduação, mestrado e doutorado na área da educação (original e cópia);  
Candidato que apresentar certidão de colação de grau deverá, obrigatoriamente, no dia da admissão, apresentar o certificado de conclusão ou diploma do curso (original e cópia);  
Laudo médico, para os candidatos que concorrerem como pessoa com deficiência.

Não haverá validação da inscrição por correspondência ou procuração.

O candidato inscrito como pessoa com deficiência deverá entregar no ato da validação da inscrição o laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, atestando a aptidão para o cargo que está sendo pretendido.

O candidato deverá solicitar a prova especial, se for o caso, preenchendo o requerimento do Anexo III deste Edital.

As informações prestadas no Formulário de Pré-inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato. Reserva-se à comissão técnica do processo seletivo, o direito de não homologar a inscrição do candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos.

No momento da validação, será emitido o comprovante de inscrição onde o candidato deverá assinar concordando com termos descritos na sua inscrição.

## 5. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

5.1 As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente no dia 23/12/2013, até às 23h:59min. O ato de homologação será divulgado no site [www.processosseletivos.com.br/saojoaodosul](http://www.processosseletivos.com.br/saojoaodosul), e no site oficial do município [www.saojoaodosul.sc.gov.br](http://www.saojoaodosul.sc.gov.br), onde estarão indicados o nome do candidato, o número de inscrição e a área/disciplina para qual está concorrendo.

5.2. No mesmo local será publicada a relação das inscrições indeferidas.

## 6. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

6.1 O processo seletivo constará de 02 (duas) etapas:

a) Prova Escrita, de conhecimentos gerais e de conhecimentos específicos de caráter classificatório (ressalvada a ausência do candidato à prova ou zerá-la, casos em que será eliminado do processo seletivo) e;

b) Prova de Títulos (escolaridade, cursos de aperfeiçoamento ou atualização), de caráter classificatório;

### 6.1.1 Da prova escrita

6.1.1.1 Este processo constará de prova de caráter classificatório, que avaliará a aptidão funcional dos candidatos para o desempenho das funções a serem executadas no exercício do cargo pretendido.

6.1.1.2 As provas escritas serão divididas em três níveis diferentes: Nível Superior, Nível Médio e Nível Fundamental.

#### 6.1.1.2.1 – Provas de nível Superior:

Para este nível, a Prova Escrita será composta com 20 (vinte) questões objetivas para o cargo de interesse do candidato, sendo 10 (dez) questões de português, 05 (cinco) questões de atualidades e dados históricos sobre o Município de São João do Sul/SC e 05 (cinco) questões de conhecimentos específicos na respectiva

área/disciplina de inscrição. Cada uma delas com 05 (cinco) alternativas, das quais, somente 01 (uma) deverá ser assinalada como correta.

Os candidatos inscritos receberão um cartão resposta com 20 (vinte) questões. Sendo 05 (cinco) questões específicas do cargo pretendido;

O caderno de avaliações será composto por questões de todos os Cargos de nível superior onde o candidato, através do cartão resposta poderá identificar quais questões deverá responder e assinalar;

As questões que o candidato deverá responder estarão explicitamente indicadas no cartão resposta através da identificação de sua disciplina/cargo e numeração de questões conforme caderno de avaliações.

#### 6.1.1.2.2 – Provas de nível Médio

Para este nível, a Prova Escrita será composta com 20 (vinte) questões objetivas para o cargo de interesse do candidato, sendo 10 (dez) questões de português a nível médio, 05 (cinco) questões de matemática a nível médio e 05 (cinco) questões de conhecimentos sobre a atribuição do respectivo cargo conforme o disposto na Lei Complementar Municipal n.º 006/2009. Cada uma delas com 05 (cinco) alternativas, das quais, somente 01 (uma) deverá ser assinalada como correta.

Os candidatos inscritos receberão um cartão resposta com 20 (vinte) questões. Sendo 05 (cinco) questões específicas do cargo pretendido;

O caderno de avaliações será composto por questões de todos os Cargos de nível médio onde o candidato, através do cartão resposta poderá identificar quais questões deverá responder e assinalar; As questões que o candidato deverá responder estarão explicitamente indicadas no cartão resposta através da identificação de sua disciplina/cargo e numeração de questões conforme caderno de avaliações.

#### 6.1.1.2.3 – Provas de nível Fundamental

Para este nível, a Prova Escrita será composta com 20 (vinte) questões objetivas para o cargo de interesse do candidato, sendo 10 (dez) questões de interpretação de texto de nível fundamental, 05 (cinco) questões de gramática de nível fundamental e 05 (cinco) questões de conhecimentos sobre a atribuição do respectivo cargo, conforme o disposto na Lei Complementar Municipal n.º 006/2009. Cada uma delas com 05 (cinco) alternativas, das quais, somente 01 (uma) deverá ser assinalada como correta.

Os candidatos inscritos receberão um cartão resposta com 20 (vinte) questões. Sendo 05 (cinco) questões específicas do cargo pretendido;

O caderno de avaliações será composto por questões de todos os Cargos de nível fundamental onde o candidato, através do cartão resposta poderá identificar quais questões deverá responder e assinalar;

As questões que o candidato deverá responder estarão explicitamente indicadas no cartão resposta através da identificação de sua disciplina/cargo e numeração de questões conforme caderno de avaliações.

6.1.1.3 As questões das provas versarão sobre os conteúdos programáticos constantes no Anexo II deste Edital.

6.1.1.4 O peso de cada questão é de 0,5 pontos.

6.1.1.5 A nota da prova escrita (NPE) será calculada com o emprego da seguinte fórmula:

$$NPE = (NA \times 0,5)$$

Sendo:

NPE = Nota da Prova Escrita;

NA = Número de Acertos.

6.1.1.6 Cada Candidato inscrito no processo seletivo terá direito a apenas 01 (um) cartão de respostas, não sendo permitida, em hipótese alguma, a troca de seu cartão assinado por outro.

6.1.1.7 O candidato deverá transpor os resultados das questões para grade de respostas, cujo preenchimento é de sua inteira



responsabilidade.

6.1.1.8 Questões rasuradas ou com mais de uma alternativa marcada, na grade de respostas, serão consideradas como marcadas incorretamente pelo candidato.

6.1.1.9 Para fins de correção da prova, somente será considerada a grade de respostas, sendo que os cadernos de prova não serão considerados, sob quaisquer hipóteses.

## 6.2Da Prova de Títulos

### 6.2.1 Da avaliação do nível de escolaridade

A avaliação do nível de escolaridade será feita através de certificados ou diplomas de nível superior, curso de pós-graduação, mestrado e doutorado na área a que concorre, de acordo com a tabela de pontos abaixo:

Cargos:Médico Veterinário,Assistente Social, Psicólogo e Educador Social.

Tabela de Pontos de Nível de escolaridade

Título	Comprovantes Exigidos	Valor unitário	Quantidade Máxima	Pontuação Máxima
Doutorado	Diploma devidamente registrado.	6,00	1	6,00
Mestrado	Diploma devidamente registrado.	4,50	1	4,50
Especialização	Diploma devidamente registrado.	3,00	1	3,00
Graduação específica	Diploma devidamente registrado ou provisoriamente para os formandos, certidão de colação de grau.	1,50	1	1,50
Certificado de conclusão de ensino médio	Certificado reconhecido pelo MED por escolas regulares ou EJA	0,5	1	0,5

Nota 01: Para os cargos deAuxiliar Administrativo, Auxiliar de Serviços Gerais I, Auxiliar de Serviços Gerais II, Motorista I, Motorista II, Operador de Equipamentos e Técnico Agrícola, não serão computados Títulos.

Nota 02: Para os candidatos inscritos em cargos que exigem nível superior, o certificado de conclusão de curso nível médio não contará como pontuação extra.

### 6.2.2 Da avaliação dos cursos de aperfeiçoamento ou atualização

6.2.2.1 A avaliação dos cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área será feita através de cursos de aperfeiçoamento ou atualização, frequentados, ministrados e concluídos no período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de outubro de 2013. A carga horária a ser considerada será de no mínimo 20 (vinte) horas e de no máximo 80 (oitenta) horas, obedecida a tabela de pontos abaixo:

Número de Horas	Pontuação	Comprovantes Exigidos
-----------------	-----------	-----------------------

80 horas	4,0 pontos	Diplomas ou certificados devidamente registrados, expedido por instituição credenciada pelo MEC, CEE ou CME, contendo a assinatura do responsável, carga horária, conteúdo programático, período de realização.
----------	------------	---

Nota 01: A pontuação será fracionada conforme a quantidade de horas cursos.

## DA REALIZAÇÃO DA PROVA

A prova será realizada no dia 19 de Janeiro de 2014, na Escola de Educação Básica Maria Solange Lopes de Borba, localizada na Rua Jaime Grundler, n.º 468, Centro, São João Sul - SC.

Os portões do prédio onde será realizada a prova escrita serão fechados, impreterivelmente, às12h:30min. O candidato que chegar após o horário estabelecido,terá sua entrada vedada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

A prova terá início às 13h:00min e durará até as 14h:30min.

Para fins de acesso à sala de realização da prova, será exigido o Documento de Identidade Original com Foto (Obrigatoriamente)e o Comprovante de inscrição (Facultativamente).

Para realização da prova, somente será permitido ao candidato o uso de caneta esferográfica, de tinta azul ou preta.

O candidato que, durante a realização da prova escrita, for encontrado de posse, de qualquer tipo de relógio, telefone celular, pager, beep, calculadora ou quaisquer outros componentes ou equipamentos eletrônicos, em funcionamento ou não, terá sua prova anulada e,com isso, será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

Durante a realização das provas será vedado, também, o uso de carteiras, bolsas, bonés, chapéuse similares, livros, revistas, apostilas, resumos, dicionários, cadernos, etc.

Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova escrita, documento de identidade original, por motivo de extravio, roubo ou furto, deverá apresentar boletim de ocorrência expedido por órgão policial há no máximo 30 (trinta) dias (datado a partir de 18 de dezembro de 2013).

A apresentação do comprovante de inscrição no dia da realização da prova servirá também ao candidato como único documento que possibilitará a garantia de poder realizar a prova, em caso de não constatação de seu nome nas listas de distribuições de locais de prova.

Será de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento correto do cartão de respostas, que será o único documento válido para efeito de correção da prova.

Não serão computadas as questões não assinaladas, assinaladas a lápis, assim como as questões que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legíveis.

Em hipótese nenhuma haverá substituição do cartão de respostas em caso de erro, rasura ou preenchimento incorreto do candidato conforme instruções contidas no mesmo.

Em caso de existirem tipos de cadernos de provas diferentes (para cargos diversos), estes serão identificados na lista de presença de cada candidato e o cartão de respostas será devidamente identificado com o número do caderno de prova ou outra forma que auxilie o candidato na identificação das questões correspondentes a sua área/cargo pretendido.

Em hipótese nenhuma haverá segunda chamada para realização da prova, seja qual for o motivo alegado pelo candidato, implicando a ausência na sua eliminação do Teste Seletivo.

Os 03 (três) últimos candidatos permanecerão no local até a conclusão do último, para, após, assinarem o termo de recolhimento

dos cartões resposta juntamente com os fiscais (de sala e coordenador).

Por razões de ordem técnica, de segurança e de direitos autorais adquiridos, a entidade responsável pela elaboração das provas do Teste Seletivo, se reserva o direito de não fornecer exemplares dos Cadernos de Provas a candidatos ou a outras instituições, mesmo após o encerramento do Teste Seletivo, estando à disposição dos candidatos na Secretaria de Administração Municipal, uma cópia das provas escritas para sua consulta, durante o prazo recursal previsto no Edital.

A correção das provas através da conferência do cartão resposta com o gabarito será realizada pela equipe técnica responsável e será divulgada no site <http://www.processosseletivos/saojoaodosul> e site da Prefeitura [www.saojoaodosul.sc.gov.br](http://www.saojoaodosul.sc.gov.br).

As demais regulamentações para as provas do Processo Seletivo constam no Anexo I deste Edital.

## 8. DA CLASSIFICAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

8.1 Os candidatos considerados aprovados serão ordenados e classificados pela área/disciplina e pela habilitação mínima exigida em listagem, de acordo com a sua inscrição no Processo Seletivo, segundo a ordem decrescente de pontuação final, expressa em 03 (três) algarismos, de acordo com a seguinte fórmula:

PONTUAÇÃO FINAL =	(NOTA DA PROVA ESCRITA) X 6 + (PONTOS DA PROVA DE TÍTULOS + CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU ATUALIZAÇÃO) X 4
-------------------	--

8.2. No caso de empate na classificação terá preferência para a nomeação, sucessivamente, o candidato que:

Obtiver a maior nota alcançada na prova escrita;

Obtiver a maior pontuação na soma da prova de Títulos e Horas de Cursos;

Obtiver o maior Título;

Obtiver a maior pontuação nas horas de curso;

Persistindo o empate prevalecerá o de maior idade.

8.3 As provas obedecerão aos critérios especificados pelo Anexo I e conteúdos programáticos constantes do Anexo II deste Edital.

8.4 A chamada dos candidatos selecionados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vagas.

8.5 A publicação da classificação final será divulgada nos sites <http://www.processosseletivos.com.br/saojoaodosul>, [www.saojoaodosul.sc.gov.br](http://www.saojoaodosul.sc.gov.br) e junto ao Mural da Prefeitura de São João do Sul no dia 31/01/2014.

## DOS PRAZOS PARA RECURSOS

9.1 O candidato poderá interpor recurso nos seguintes casos e prazos:

a) Com relação à homologação das inscrições, no prazo de 02 (dois) dias, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do edital de homologação das inscrições;

b) Com relação à prova escrita (questões objetivas) no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente à realização da prova.

9.2 O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação daquilo que o candidato se julga prejudicado, devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citação das fontes de pesquisa, páginas de livros, nome dos autores, bibliografia específica, etc., juntando cópia dos comprovantes, devendo o mesmo ser dirigido e protocolado na Prefeitura Municipal de São João do Sul, nos prazos estabelecidos no cronograma do Anexo I.

9.3. Após o julgamento dos recursos interpostos, os pontos correspondentes às questões porventura anuladas, serão atribuídos a todos os candidatos, indistintamente, que não os obtiveram na

correção inicial. Se resultar em alteração do gabarito, as provas de todos os candidatos serão corrigidas novamente, conforme essa alteração e seu resultado final divulgado de acordo com esse novo gabarito.

9.4. Os pedidos de revisão de provas e notas somente serão aceitos se feitos pelos próprios candidatos, em até 02 (dois) dias úteis a contar a partir do primeiro dia útil seguinte ao da publicação da classificação parcial no Processo Seletivo, com respeito somente às suas próprias provas, ficando vedados, a qualquer tempo e condição, pedidos de revisão de provas e notas de terceiros.

9.5 No pedido de Revisão de provas será apresentado apenas uma vez ao candidato, o Caderno de Provas com respectivo Gabarito, ficando impedido de fazer qualquer alteração ou cópia.

## DA ESCOLHA DE VAGAS

10.1 A escolha de vagas obedecerá rigorosamente à ordem de classificação e será feita de acordo as necessidades do quadro funcional da Administração Municipal e da Secretaria Municipal de Assistência Social e de seus Programas.

10.2 A escolha de vaga deve ser feita pelo titular da inscrição, não podendo ser por procuração.

10.3 O candidato deverá escolher a vaga existente de 10, 20, 30 ou 40 horas, estabelecida no plano de cargos e carreira dos servidores municipais.

10.4 O candidato que escolher vaga e não assumir no tempo previsto será eliminado do processo seletivo.

10.5 O prazo de se apresentar na unidade de trabalho será o seguinte:

Para a 1ª chamada – o primeiro dia de atividades na unidade de trabalho;

Para a 2ª chamada e demais – 24 (vinte e quatro) horas a partir do documento de encaminhamento.

10.6 O profissional contratado ficará vinculado a Administração Municipal e ou a Secretaria Municipal de Assistência Social e seus Programas, onde poderá ocorrer mudança de local de trabalho e alteração da jornada de trabalho, sempre que necessário.

10.7 O candidato que não se apresentar no dia e horário determinado para a escolha da vaga, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, continuará na ordem de classificação, entretanto, deverá aguardar o término da lista de candidatos para uma nova chamada.

10.8 Após a primeira escolha de vagas, o candidato será chamado conforme as necessidades surgidas no decorrer do ano, obedecendo a ordem classificatória, por telefone (até 03 tentativas), e deverá dar a resposta no momento em que for oferecida a vaga. Será de responsabilidade do candidato a sua não localização (mudança do número do telefone, não receber recados, etc.) passando, então, para o fim da listagem.

10.9 O candidato terá dois dias úteis para se apresentar no Setor Pessoal munido da documentação exigida para o contrato e assim assumir a vaga escolhida. Passando o prazo, fica a Secretaria de Saúde autorizada a dar continuidade à chamada dos demais candidatos, respeitando a sequência da ordem de classificação.

## DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

11.1 Fica delegada competência à empresa PS CONCURSOS para:

a) Organizar programas e inscrições no portal da internet;

b) Deferir e indeferir as inscrições e apreciar recursos de provas previstos neste Edital;

c) Disponibilizar a Emissão Eletrônica dos documentos de pré-inscrições e inscrição através de sistemas automatizados e on-line;

d) Elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar a prova escrita.

11.2 Ficam atribuídos a Comissão do Processo Seletivo:

a) Elaborar e responder pelo edital;

b) Prestar informações sobre o processo seletivo;

c) Validar as inscrições e informações prestadas pelo candidato;

d) Receber e apreciar os recursos previstos neste edital;

e) Homologação das etapas do processo seletivo.

**DAS VAGAS DESTINADAS A CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA**

Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo, Modalidade - Emprego Público de que trata este Edital, nos termos do Decreto Federal n.º 3.298/99.

São reservados 5% das vagas abertas por este edital, para cada cargo, às pessoas com deficiência de conformidade com o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal e Decreto Federal n.º 3.298/99, e suas alterações, Decreto Federal n.º 5.296/2004 e suas alterações e na Lei Federal n.º 7.853/1989, caso não houver candidato inscrito ou aprovado as vagas reservadas serão disponibilizadas para os demais candidatos aprovados.

O direito de concorrer à reserva de vagas será definido pelo laudo apresentado no ato da inscrição, conforme item 2.3 deste edital, o qual será avaliado e homologado pelo médico do trabalho do município.

Caso o candidato inscrito como pessoa com deficiência não se enquadre nas categorias definidas no Art. 4, incisos I a V, do Decreto Federal n.º 3.298/99, a homologação de sua inscrição se dará na listagem geral de candidatos e não na listagem específica para pessoas com deficiência.

No ato da inscrição o candidato com deficiência que necessite de atendimento diferenciado no dia do Teste Seletivo, deverá requerê-lo, por escrito, indicando as condições diferenciadas de que necessita para realização das provas.

As pessoas com deficiência participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida. O candidato com deficiência que, no ato da inscrição não declarar esta condição ou não atender as condições de deficiência determinadas neste Teste Seletivo, terá sua inscrição inválida, passando a concorrer unicamente como candidato sem deficiência e não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.

**13 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. A inscrição do candidato implicará no conhecimento tácito destas instruções e na aceitação das condições do Processo Seletivo, nos termos em que se acharem estabelecidos, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

Será divulgado o gabarito das questões da prova até as 23h:59min do dia da realização da mesma no site <http://www.processosseletivos.com.br/saojoaodosul>, e as notas das provas juntamente com a classificação parcial serão divulgadas no dia 27/01/2014, até as 23h:59min.

A aprovação do candidato neste processo não cria direito à admissão e esta, quando se der, respeitará a ordem de classificação. Se aprovado e convocado o candidato, por ocasião da contratação, deverá apresentar todos os documentos exigidos pelo presente Edital bem como outros que lhe forem solicitados, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito à vaga e consequente não contratação.

É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento dos Editais e seus anexos que serão publicados no Diário Oficial do Município, no site Oficial do Município [www.saojoaodosul.sc.gov.br](http://www.saojoaodosul.sc.gov.br), no portal [www.processosseletivos.com.br/saojoaodosul](http://www.processosseletivos.com.br/saojoaodosul) e afixados em mural da Prefeitura Municipal de São João do Sul/SC.

O ato de inscrição implica na aceitação destas e demais condições do presente Edital e do Regulamento do Processo Seletivo e, em caso de classificação e contratação, a observância do regime jurídico nele indicado, bem como do regimento interno da Prefeitura de São João do Sul/SC.

Os cartões resposta deste Processo Seletivo, bem como os cadernos de provas serão arquivados e serão mantidos pelo período de 120 (cento e vinte) dias a contar da divulgação do resultado final do Processo Seletivo, findo o qual, serão incinerados.

A validade do Processo seletivo de que trata este Edital será de 01 (um) ano, a contar de sua homologação, permitida sua prorrogação, uma única vez, por igual período.

13.9 Os candidatos habilitados e classificados no Processo Seletivo serão nomeados sob o Regime Estatutário sob as regras do Direito Administrativo e o Regime Geral de Previdência Social – RGPS, por prazo de acordo com a necessidade do serviço público, podendo ser dispensado a qualquer momento de acordo com a necessidade da administração pública. O Servidor Admitido em Caráter Temporário fará jus às especificações previstas no Art. 11 da Lei Municipal n.º 1.616, de 2011.

13.10 Faz parte deste edital o Anexo I – Do Cronograma e Do Regulamento para as provas do Processo Seletivo.

Faz parte deste edital o Anexo II – Dos Conteúdos Programáticos. Faz parte deste edital o Anexo III – Do Requerimento do candidato com deficiência.

Faz parte deste edital o Anexo IV – Do formulário para recurso.

Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

São João do Sul/SC, em 18 de dezembro de 2013.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

Fica homologado o presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 003/2013, a data, o local e o horário da prova.

São João do Sul/SC, em 18 de dezembro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL/SC  
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2013

**ANEXO I****Cronograma do Processo**

Cronograma	Data
Publicação do Edital de Abertura	18/12/2013
Período de pré-Inscrições Online	18 a 23/12/2013
Período de validação das inscrições (junto à Secretaria Municipal de Educação)	19, 20 e 23/12/2013
Divulgação preliminar das inscrições deferidas e indeferidas	23/12/2013
Prazo para apresentação dos Recursos contra o indeferimento das inscrições	24 até 12h:00min e 27/12/2013
Resultado dos Recursos e Homologação das inscrições	27/12/2013 até às 23h:59min
Realização das Provas Escritas e Divulgação do Gabarito Oficial	19/01/2014
Divulgação do resultado preliminar e notas das provas (Classificação Parcial)	27/01/2014
Prazo para Recursos referentes ao resultado e/ou notas das provas	28 e 29/01/2014
Homologação e Divulgação da Classificação Final do Processo Seletivo	31/01/2014 até as 23h:59min

**REGULAMENTO PARA AS PROVAS DO PROCESSO SELETIVO**

Os portões do prédio onde será realizada a prova escrita serão fechados, impreterivelmente, às 12h:30min.

A prova terá início às 13h:00min e durará até as 14h:30min.

Não será admitida a entrada de Candidato após o fechamento dos portões do prédio, e/ou que não estiver munido do Documento de



**Identidade Original com Foto.**

O candidato apenas estará segurado da realização da prova mediante a apresentação do comprovante de validação de inscrição em caso de não constatação de seu nome nas listas de distribuição de locais de prova fixados na entrada do prédio onde serão realizadas as provas.

Os envelopes das provas serão abertos por 02 (dois) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com 01 (um) fiscal, um termo de abertura dos envelopes.

Durante a prova não poderá ser feita qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquinas calculadoras, celulares ou quaisquer tipos de aparelhos ou anotações.

Não será permitido qualquer tipo de comunicação do candidato com outros candidatos ou com o exterior do recinto, sob pena da eliminação do Processo Seletivo do(s) Candidato(s) envolvido(s). Aparelhos de telefonia celular, bip e/ou similares deverão ser desligados.

As provas terão um prazo mínimo de realização de 30 (trinta) minutos.

O candidato poderá sair da sala somente em caso especial e acompanhado de um fiscal.

É expressamente proibido fumar nos locais das provas.

Todas as respostas da prova escrita deverão ser transpostas para a grade de respostas, não podendo ficar nenhuma questão sem resposta.

Após a conclusão e entrega da prova, os candidatos não poderão permanecer nos corredores da escola.

Os 03 (três) últimos candidatos permanecerão na sala até a conclusão do último, para, após, assinarem o termo de recolhimento dos cartões resposta juntamente com os fiscais (de sala e coordenador).

Os cartões de respostas, juntamente com a lista de presença e termos referentes aos pacotes lacrados e entrega de cartões resposta deverão ser entregues pelos Fiscais ao Coordenador da equipe de aplicação do processo seletivo, acompanhados dos três últimos candidatos.

São João do Sul (SC), em 18 de dezembro de 2013.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

Fica homologado o ANEXO I do presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 003/2013 eo regulamento para as provas.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL/SC

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2013

**ANEXO II**

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA OS CARGOS DA PROVA ESCRITA

**CONHECIMENTOS GERAIS(para todos os Cargos)****Língua Portuguesa:**

Leitura e entendimento de texto (simples para candidatos com ensino fundamental e mais complexos para os demais níveis). Crase, artigos definidos e indefinidos.Flexão de gênero e número dos nomes: singular/plural;masculino/feminino; aumentativo/diminutivo; graus comparativo e superlativo;Sinônimos/antônimos;Tipos de oração: afirmativa, negativa, exclamativa, interrogativa;Pontuação;Classificação de palavras quanto ao número de sílabas e à tonicidade;Substantivos: classificação - concreto/abstrato; primitivo/derivado; próprio/comum; simples/composto; coletivo; flexão;Adjetivos - classificação; adjetivo pátrio; locução adjetiva; graus dos adjetivos;Artigos

definido e indefinido;Numeral;Pronomes (pessoal; possessivo; demonstrativo; relativo; indefinido; interrogativo);Verbos até 3ª conjugação;Sujeito e predicado; Bilhete - cartas - descrição - narração; Acentuação gráfica; Nova Ortografia oficial, Linguagem Formal, Concordância Nominal e Verbal, Classes Gramaticais.

**Atualidades:**

Aspectos atuais a nível mundial, nacional, estadual, regional e local, noticiados através de meios de comunicação oficiais.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS(a cada Cargo)****Cargo: Auxiliar Administrativo**

Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e alterações; (cargo do Social)

Lei Federal nº. 8.666/1993 e alterações;

Lei Federal 10.520/2002 e alterações

Gestão Pública. Redação Oficial. Atos Legais. Técnicas Legislativas. Atividades administrativas cotidianas (protocolo, arquivamento, correspondências)

Princípios da Administração Pública;

**Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais I**

Utilização correta de materiais e utensílios. Armazenamento e manuseio de produtos de higiene.Noções de prevenção de acidentes no trabalho. Utilização de EPI (Equipamento de Proteção Individual) Relacionamento interpessoal. Armazenamento e manuseio de alimentos e resíduos. Procedimentos adotados na limpeza de ambiente públicos (interno e externo). Higiene pessoal e dos alimentos; Atualidades científicas, econômicas, políticas, sociais, culturais, religiosas, esportivas do Brasil e do mundo.

**Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais II**

Utilização correta de materiais. Uso de ferramentas manuais (carinho de mão, pás, e outras), armazenamento e manuseio de produtos e resíduos.Utilização de EPI (Equipamento de Proteção Individual), Relacionamento interpessoal. Procedimentos adotados na limpeza de ambientes públicos (vias, logradouros, praças e rodovias). Atualidades científicas, econômicas, políticas, sociais, culturais, religiosas, esportivas do Brasil e do mundo.

**Cargo: Motorista I**

Novo Código Nacional de Transito,abrangendo os seguintes tópicos: administração de trânsito, regras gerais para circulação de veículos, sinalização de trânsito, registro e licenciamento de veículos, condutores de veículos, deveres e proibições, infrações à legislação de trânsito, penalidades e recursos. Noções de manutenção básica preventiva e corretiva. Controle das condições de funcionamento do veículo: troca de pneus, cinto de segurança, óleo, bomba d'água, circuito elétrico. Direção defensiva. Primeiros socorros. Proteção ao meio ambiente.Utilização correta no Transporte de materiais e pessoas. Conservação e limpeza de veículo. Relacionamento interpessoal;Atualidades científicas,econômicas, políticas, sociais, culturais, religiosas, esportivas do Brasil e do mundo.

**Cargo: Motorista II**

Novo Código Nacional de Transito,abrangendo os seguintes tópicos: administração de trânsito, regras gerais para circulação de veículos, sinalização de trânsito, registro e licenciamento de veículos, condutores de veículos, deveres e proibições, infrações à legislação de trânsito, penalidades e recursos. Noções de manutenção básica preventiva e corretiva. Controle das condições de funcionamento do veículo: troca de pneus, cinto de segurança, óleo, bomba d'água, circuito elétrico. Direção defensiva. Primeiros socorros. Proteção ao meio ambiente.Utilização correta no Transporte de pessoas. Segurança no transporte de crianças. Conservação

e limpeza de veículo. Relacionamento interpessoal; Atualidades científicas, econômicas, políticas, sociais, culturais, religiosas, esportivas do Brasil e do mundo.

**Cargo: Operador de Equipamentos**

Conhecimentos Específicos: Técnicas de operação, transporte, estabilização e manuseio dos equipamentos. Segurança na operação. Inspeção e manutenção diária do equipamento. Conceitos básicos e funcionamento de componentes dos equipamentos. Conservação e preservação do meio ambiente. Noções de prevenção de acidentes no trabalho. Uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Regras básicas de comportamento profissional para o relacionamento diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Conhecimentos teóricos e práticos relativos à área de atuação, conforme descrição do cargo.

**Cargo: Médico Veterinário**

Importância da Medicina Veterinária na saúde pública; História natural das doenças e níveis de prevenção; Saneamento: importância do solo, da água e do ar na saúde do homem e dos animais; Epidemiologia e profilaxia: epidemiologia geral (definições, conceitos e agentes etiológicos); medidas epidemiológicas (identificação de problemas e determinação de prioridades); Fontes de infecção e veículos de propagação; Zoonoses: epidemiologia e profilaxia das zoonoses de contágio direto e indireto; Formas de imunidade (soros e vacinas) Defesa sanitária animal: vigilância sanitária animal, vigilância epidemiológica, educação sanitária animal, legislação sanitária animal; Sanidade de bovinos: prevenção da febre aftosa, prevenção da brucelose, prevenção da tuberculose, prevenção da raiva, prevenção da BSE; Sanidade de aves: prevenção da doença de newcastle, prevenção da influenza aviária, prevenção da micoplasmose, prevenção da Salmonelose; Sanidade de suínos: prevenção da PSC e PSA, prevenção da doença de Aujeszky, prevenção da leptospirose, prevenção da brucelose, prevenção da tuberculose; Sanidade de equinos: prevenção e controle do mormo, AIE; Sanidade apícola: prevenção e controle das enfermidades em focos (exóticas: cria pútrida americana e aetina t úmida; ascoferose ou cria gessificasa, cria ensacada, cria pútrida européia); Princípios de Homeopatia animal; Bem estar animal (legislação da OIE); Inspeção de produtos de origem animal: carnes, leite, ovos e mel (legislação); Manipulação e conservação dos alimentos: conservação pelo dessecamento, pela salga e pela salmoura; Conservação pelo frio (armazenamento e alterações físico-químicas); resíduos químicos de carne; Controle de qualidade; Manipulação e acondicionamento do leite e seus derivados; Análise s de perigos e pontos críticos de controle - APPCC; Segurança Alimentar.

**Cargo: Técnico Agrícola**

Código de Ética Profissional aprovado pelo CONFEA; Solos, plantas, adubação, correção de solo, fitotecnia e administração rural; Aspectos socioeconômicos das culturas e criações. Agenda 21; Meio ambiente. Desenvolvimento sustentável. Agroecologia, características das principais escolas; Noções de hidrologia, irrigação, drenagem; Economia Rural: planejamento agrícola e elaboração de projetos – avaliação de custos e rentabilidade agrícola. Administração rural; Práticas de conservação do solo e da água; Práticas de manejo do solo referentes à: cobertura do solo, rotação de culturas, cultivos convencional, mínimo e direto. Adubação verde; Reflorestamento de espécies nativas e exóticas, implantação e manejo; Fitossanidade: doenças e pragas de plantas cultivadas; controle de doenças e pragas; defensivos agrícolas e seu uso adequado; Sementes e Mudanças: embriologia da semente – formação e conceito funcional de semente; colheita, secagem, beneficiamento e armazenamento de sementes; produção de sementes e mudas; Pragas e doenças de ocorrência em Santa Catarina, nas diversas culturas; Aspectos referentes à criação e o devido manejo de raças de: Bovino de corte e leite, suinocultura, avicultura, ovinocultura, apicultura e piscicultura.

**Cargo: Assistente Social**

Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e alterações; Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e alterações; Código de Ética do Assistente Social, aprovado pelo CFESS; Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, e alterações; Família, Rede, Laços e Políticas Públicas; Violência Doméstica; Proteção Social básica; Proteção social específica; Programas Governamentais de Transferência de Renda.

**Cargo: Psicólogo**

Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e alterações; Código de ética profissional; Família, Rede, Laços e Políticas Públicas; Violência Doméstica; Proteção Social Básica; Proteção social específica; Programas Governamentais de Transferência de Renda; Educação Especial; Inclusão; Infância, adolescência. As interações familiares: casamento, conflito conjugal, separação, guarda dos filhos. A criança e a separação dos pais. A criança e o adolescente vitimizados. Natureza e origens da tendência anti-social. Os direitos fundamentais da criança e o doadolescente. O trabalho do psicólogo em equipe multiprofissional. Psicodiagnóstico – técnicas utilizadas. A entrevista psicológica. Apoio ao Programa de Saúde da Família.

**Cargo: Educador Social**

Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e alterações; Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e alterações; Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e alterações; Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Básica; Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina; Resolução n.º 130, de 15 de julho de 2005, e alterações.

São João do Sul (SC), em 18 de dezembro de 2013.

MARLI CARDOSO DA ROSA XAVIER

Secretária Municipal de Administração

Fica homologado o ANEXO II do presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº. 003/2013, conteúdos programáticos.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE São João do Sul/SC

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 003/2013

**ANEXO III**

**PARA USO DE CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA**

**R E Q U E R I M E N T O**

Nome: \_\_\_\_\_

N.º de Inscrição: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_,

Candidato (a) \_\_\_\_\_

Inscrito (a) para a Cargo de: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, Código \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, Residente: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Fone: (\_\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_,

Pessoa com deficiência \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, requer a Vossa Senhoria condições especiais (\*) para realização da prova objetiva do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de São João do Sul/SC, conforme Edital de Processo Seletivo n.º 03, de 18 de dezembro de 2013, anexando para tanto, Laudo Médico, bem como, fotocópia do documento de identidade. Necessito do(s) seguinte(s) recurso(s):



# São José

## PREFEITURA

### Lei N.º 5.372, de 13 de Dezembro de 2013

ALTERA O CAPUT DO ARTIGO 49, DA LEI Nº. 4.696/2008, QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ E RESPECTIVO QUADRO DE PESSOAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica alterado o caput do Artigo 49, da Lei nº. 4.696/2008, que por sua vez foi alterado pela Lei n.º 5.122, de 10 de novembro de 2011, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Câmara Municipal de São José e respectivo quadro de pessoal e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

“[ ]

Art. 49 - O auxílio alimentação será concedido aos servidores ativos da Câmara Municipal de São José, correspondente a R\$ 29,545454 (vinte e nove reais e cinquenta e quatro centavos) por dia trabalhado, perfazendo um total de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) mês.

§ 1º - O desconto do auxílio alimentação por dia não trabalhado será deduzido do total de 22 (vinte e dois) dias do respectivo mês.

§ 2º - Para efeito deste artigo considera-se como dia trabalhado a participação do servidor em programas de treinamento regularmente instituído, conferências, congressos ou outros eventos similares, sem deslocamento da sede.

[ ]”

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o artigo 1º e parágrafo único da Lei n.º 5.122, de 10 de novembro de 2011.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de dezembro de 2013.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### Decreto Nº 1.710/2013

DECRETO Nº 1710/2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com a Lei Municipal nº 5.261/2012, de 20 de dezembro de 2012, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 358.045,00 (trezentos e cinquenta e oito mil e quarenta e cinco reais), referente as dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificadas:

02.00 - Gabinete do Prefeito

02.01 - CHEFIA DO GABINETE DA PREFEITA

02.01.04.122.0204.2.002 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete da Prefeita

7 - 3.3.90.33.00.00.0080 - Passagens e Despesas com Locomoção,

N. Termos  
P. Deferimento.

São João do Sul/SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

Assinatura

(\*) Anexar documento apresentando as condições diferenciadas de que necessita para realização da prova e/ou justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da sua área de deficiência

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE São João do Sul/SC

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 003/2013

ANEXO IV

FORMULÁRIO PARA RECURSO

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Nº. de Inscrição: \_\_\_\_\_ Carteira de Identidade

Nº.: \_\_\_\_\_

Questionamento: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Embasamento: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Assinatura

# PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Recursos Próprios R\$ 3.045,00  
Total desta Atividade R\$ 3.045,00  
Total do Órgão R\$ 3.045,00

08.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
08.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.365.0203.2.039 - Funcionamento e Manutenção dos Centros de Educação Infantil

351 - 3.1.91.13.00.00.0081 - Obrigações Patronais, Recursos Ordinários - Educação R\$ 175.000,00  
347 - 3.1.90.13.00.00.0081 - Obrigações Patronais, Recursos Ordinários - Educação R\$ 180.000,00  
Total desta Atividade R\$ 355.000,00  
Total do Órgão R\$ 358.045,00  
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 358.045,00

F. 02 do Decreto nº 1710/2013

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 358.045,00 (trezentos e cinquenta e oito mil e quarenta e cinco reais), nas dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificadas:

02.00 - Gabinete do Prefeito  
02.01 - CHEFIA DO GABINETE DA PREFEITA

02.01.04.122.0204.2.003 - Funcionamento e Manutenção da Chefia do Gabinete da Prefeita

17 - 3.3.90.14.00.00.0080 - Diárias - Civil, Recursos Próprios R\$ 3.045,00  
Total desta Atividade R\$ 3.045,00  
Total do Órgão R\$ 3.045,00

30.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
30.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.09.271.0204.2.075 - Encargos Previdenciários

882 - 3.1.90.13.00.00.0080 - Obrigações Patronais, Recursos Próprios R\$ 355.000,00  
Total desta Atividade R\$ 355.000,00  
Total do Órgão R\$ 355.000,00  
Total da Anulação R\$ 358.045,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de novembro de 2013.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA  
Secretário de Finanças

**Portaria Nº 014, de 16 de Dezembro de 2013.**  
PORTARIA Nº 014, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por sua Titular, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 032, de 13 de abril de 2009, Lei nº 2.248/91(Estatuto de Servidores Públicos) e Lei nº 4.144/2004 de 22/04/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica criada a Comissão de sindicância para apurar possível descumprimento das normas regulares por parte Guarda Municipal FERNANDA DE SOUZA, matrícula 19013, que não teria feito o check-list anotando as alterações constantes na viatura nº 42, na data de 07 de outubro do corrente ano.

Art. 2º Ficam nomeados, como membros da Comissão respeitando o que descreve o Art. 3º, Lei 5215/2013:

I - Corregedor Geral, WAGNER NIEHUES DE SOUZA, matrícula 15.714, como presidente;

II - Assessor do Corregedor, ANDERSON DE CAMPOS, matrícula 15.692, como Secretário;

III - Guarda Municipal TIAGO GORGES, matrícula 23.191, como Vogal da Comissão.

Art. 3º A sindicância terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação, podendo ser prorrogado por igual período, justificadamente

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

ANDRÉA IRANY PACHECO RODRIGUES  
Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

**Portaria Nº 015, de 16 de Dezembro de 2013.**  
PORTARIA Nº 015, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por sua Titular, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 032, de 13 de abril de 2009, Lei nº 2.248/91(Estatuto de Servidores Públicos) e Lei nº 4.144/2004 de 22/04/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica criada a Comissão de sindicância para apurar o envolvimento do Guarda Municipal REINALDO LEROIS DA COSTA, matrícula 21.493, em acidente de trânsito, que ao volante da motocicleta de placas MEQ 3515, da Prefeitura Municipal de São José colidiu contra o veículo VW Saveiro, placas LYC2552, dirigido por VALDIR BERTO, causando danos materiais em ambos os veículos.

Art. 2º Ficam nomeados, como membros da Comissão respeitando o que descreve o Art. 3º, Lei 5215/2013:

I - Corregedor Geral, WAGNER NIEHUES DE SOUZA, matrícula 15.714, como presidente;

II - Assessor do Corregedor, ANDERSON DE CAMPOS, matrícula 15.692, como Secretário;

III - Guarda Municipal TIAGO GORGES, matrícula 23.191, como Vogal da Comissão.

Art. 3º - Junte-se procedimentos até então tomados;

Art. 4º A sindicância terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação, podendo ser prorrogado por igual período, justificadamente

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

ANDRÉA IRANY PACHECO RODRIGUES  
Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

## São Lourenço do Oeste

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 039/2013 PR Nº 032/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 07/01/2014, às 08:15 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2013 PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2013, objeto; AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS USUÁRIOS DA FARMÁCIA BÁSICA DA POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

GERALDINO CARDOSO

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

## São Pedro de Alcântara

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 163/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

[www.pmspa.sc.gov.br/gabinete@pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br/gabinete@pmspa.sc.gov.br)

DECRETO Nº 163/2013

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação do PMAQ no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Pedro de Alcântara.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o art. 6º da Lei nº 722/2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 17.600,10 (dezessete mil seiscentos reais e dez centavos) por conta do Excesso de Arrecadação do PMAQ nas dotações abaixo identificadas:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.12.2.055 - Func. e Manut. do PSF - Coofinanciamento R\$ 1.035,30

3.1.90.00.00.00.00.00.0.2.0214 - Aplicações Diretas R\$ 1.035,30

11.01.10.301.12.2.054 - Func. e Manut. do PSF R\$ 4.486,30

3.1.90.00.00.00.00.00.0.2.0214 - Aplicações Diretas R\$ 4.486,30

11.01.10.301.12.2.056 - Func. e Manut. do PACS R\$ 5.521,60

3.1.90.00.00.00.00.00.0.2.0214 - Aplicações Diretas R\$ 5.521,60

11.01.10.301.12.2.057 - Func. e Manut. da Saúde Bucal R\$ 1.380,40

3.1.90.00.00.00.00.00.0.2.0214 - Aplicações Diretas R\$ 1.380,40

11.01.10.301.12.2.051 - Func. e Manut. da Coord. da Saúde R\$ 5.176,50

3.1.90.00.00.00.00.00.0.2.0214 - Aplicações Diretas R\$ 5.176,50

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 17 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

#### Decreto Nº 164/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

[www.pmspa.sc.gov.br/gabinete@pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br/gabinete@pmspa.sc.gov.br)

DECRETO Nº 164/2013

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 722/2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.12-2056 - Func. e Manut. Do PACS R\$ 1.600,00

Anula:

3.1.91.00.00.00.00.00.0064 - Aplicações Diretas R\$ 1.600,00

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.00.0064 - Aplicações Diretas R\$ 1.600,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 17 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

#### Decreto Nº 166/13

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01- Fone/Fax: (048) 3277-0122

CEP: 88125-000 - São Pedro de Alcântara - SC

CGC 01.613.101/0001-09  
DECRETO Nº 166/13

Fixa a data limite para o pagamento da Taxa de Licença para Localização.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 214 do Código Tributário Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica definida como data limite para o pagamento da Taxa de Licença para Localização - TLL, ano 2014, o dia 03 de Março de 2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 17 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em: \_\_/\_\_/\_\_.

#### **Portaria N.º 347/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 347/2013

Concede férias a servidora ALDIRA ARLETE VERLICH EGER.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora ALDIRA ARLETE VERLICH EGER, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2014 a 31/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_/\_\_/2013.

#### **Portaria N.º 348/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 348/2013

Concede férias a servidora AMÉLIA GUETTEN LOHN.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o

disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora AMÉLIA GUETTEN LOHN, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2014 a 31/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_/\_\_/2013.

#### **Portaria N.º 349/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 349/2013

Concede férias a servidora ANDRÉIA APARECIDA ANDRÉ.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora ANDRÉIA APARECIDA ANDRÉ, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2014 a 31/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_/\_\_/2013.

#### **Portaria N.º 350/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 350/2013

Concede férias ao servidor ARISTEU JORGE NASCIMENTO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor ARISTEU JORGE NASCIMENTO, ocupante do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária, férias por 30 dias que gozará a partir de 23/12/2013 a 21/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.



Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 351/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 351/2013

Concede férias ao servidor ARLINDO EGER.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder ao servidor ARLINDO EGER, ocupante do cargo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2014 a 31/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 352/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 352/2013

Concede férias ao servidor ARLINDO MÁRIO LOHN.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder ao servidor ARLINDO MÁRIO LOHN, ocupante do cargo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de 06/01/2014 a 04/02/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 353/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 353/2013

Concede férias ao servidor CARLINHO SCHMITT.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder ao servidor CARLINHO SCHMITT, ocupante do cargo de Professor II, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2014 a 31/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 354/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 354/2013

Concede férias a servidora CHARLENE APARECIDA RAQUEL JUNKES.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora CHARLENE APARECIDA RAQUEL JUNKES, ocupante do cargo de Assessora de Gabinete, férias por 18 dias que gozará a partir de 07/01/2014 a 24/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Parágrafo Único: O saldo de 12 (doze) dias será descontado, haja vista, o recesso de final de ano, conforme determina o decreto n.º 157/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.



São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 355/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 355/2013

Concede férias a servidora CLARICIA ELIANI KNISS.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora CLARICIA ELIANI KNISS, ocupante do cargo de Professora II, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2014 a 31/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 356/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 356/2013

Concede férias a servidora CRISTIANE HOFFMANN.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora CRISTIANE HOFFMANN, ocupante do cargo de Professora II, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2014 a 31/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 357/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 357/2013

Concede férias a servidora DANIELI ELIANE NAU.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora DANIELI ELIANE NAU, ocupante do cargo de Professora I - Auxiliar de Sala, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2014 a 31/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 358/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 358/2013

Concede férias a servidora DIÉLI HOFFMANN.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora DIÉLI HOFFMANN, ocupante do cargo de Professora II, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2014 a 31/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 359/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br  
PORTARIA n.º 359/2013  
Concede férias a servidora ELENIR TERESINHA DE SOUZA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora ELENIR TERESINHA DE SOUZA, ocupante do cargo de Professora II, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2014 a 31/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 360/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 360/2013

Concede férias a servidora ELIANE MARIA RIBEIRO HOFFMANN.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora ELIANE MARIA RIBEIRO HOFFMANN, ocupante do cargo de Professora II, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2014 a 31/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 361/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 361/2013

Concede férias a servidora FABIANA DE ANDRADE.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora FABIANA DE ANDRADE, ocupante do cargo de Bibliotecária, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2014 a 31/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 362/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 362/2013

Concede férias a servidora FLÁVIA CLASEN DE SOUZA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora FLÁVIA CLASEN DE SOUZA, ocupante do cargo de Professora II, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2014 a 31/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 363/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 363/2013

Concede férias a servidora FRANCIELE VIEIRA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora FRANCIELE VIEIRA, ocupante do cargo de Professora I - Auxiliar de sala, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2014 a 31/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 364/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
Gabinete do Prefeito  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -  
Fone: 48-32770122 - R.222  
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br  
PORTARIA n.º 364/2013  
Concede férias a servidora FRANCISLEINE KUHN PAVANATI.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora FRANCISLEINE KUHN PAVANATI, ocupante do cargo de Diretora Escolar, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2014 a 31/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 365/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
Gabinete do Prefeito  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -  
Fone: 48-32770122 - R.222  
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br  
PORTARIA n.º 365/2013  
Concede férias a servidora GABRIELA NASCIMENTO CANESIN.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora GABRIELA NASCIMENTO CANESIN, ocupante do cargo de Engenheira Civil, férias por 30 dias que gozará a partir de 16/12/2013 a 14/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 366/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
Gabinete do Prefeito  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -  
Fone: 48-32770122 - R.222  
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br  
PORTARIA n.º 366/2013  
Concede férias a servidora GENI MENEGOTTO CHIAPINOTO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora GENI MENEGOTTO CHIAPINOTO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2014 a 31/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 367/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
Gabinete do Prefeito  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -  
Fone: 48-32770122 - R.222  
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br  
PORTARIA n.º 367/2013  
Concede férias a servidora GISLENE HOFFMANN KOERICH.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora GISLENE HOFFMANN KOERICH, ocupante do cargo de Professora III, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2014 a 31/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 368/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
Gabinete do Prefeito  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -  
Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br  
PORTARIA n.º 368/2013  
Concede férias ao servidor GUILHERME ALBINO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder ao servidor GUILHERME ALBINO, ocupante do cargo de Auxiliar de consultório Dentário, férias por 30 dias que gozará a partir de 20/01/2014 a 18/02/2014, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 369/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 369/2013

Concede férias a servidora JANE JUNCKES.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora JANE JUNCKES, ocupante do cargo de Professora I - Auxiliar de Sala, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2014 a 31/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 370/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 370/2013

Concede férias a servidora JANETE MARTINS DA GAMA VEBER.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora JANETE MARTINS DA GAMA VEBER, ocupante do cargo Agente de Vigilância Epidemiológica, férias por 30 dias que gozará a partir de 16/12/2013 a 14/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 371/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 371/2013

Concede férias ao servidor JÂNIO DA SILVA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder ao servidor JÂNIO DA SILVA, ocupante do cargo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2014 a 31/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 372/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 372/2013

Concede férias a servidora JOCÉLIA LOHN HOFFMANN.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora JOCÉLIA LOHN HOFFMANN, ocupante do cargo de Professora III, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2014 a 31/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.



Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 373/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
Gabinete do Prefeito  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -  
Fone: 48-32770122 - R.222  
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br  
PORTARIA n.º 373/2013  
Concede férias a servidora JOCIANE LOHN MACAGNAN.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora JOCIANE LOHN MACAGNAN, ocupante do cargo de Professora III, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2014 a 31/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 374/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
Gabinete do Prefeito  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -  
Fone: 48-32770122 - R.222  
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br  
PORTARIA n.º 374/2013  
Concede férias ao servidor LEOMIR JOSÉ JUNCES.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder ao servidor LEOMIR JOSÉ JUNCES, ocupante do cargo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de 06/01/2014 a 04/02/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 375/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
Gabinete do Prefeito  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -  
Fone: 48-32770122 - R.222  
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br  
PORTARIA n.º 375/2013  
Concede férias a servidora MÁRCIA REGINA MULLER JUNCES.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora MÁRCIA REGINA MULLER JUNCES, ocupante do cargo de Atendente de Saúde pública, férias por 18 dias que gozará a partir de 06/01/2014 a 23/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Parágrafo Único: O saldo de 12 (doze) dias será descontado, haja vista, o recesso de final de ano, conforme determina o decreto nº. 157/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 376/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
Gabinete do Prefeito  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -  
Fone: 48-32770122 - R.222  
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br  
PORTARIA n.º 376/2013  
Concede férias a servidora MARIA DELENE SCHVEITZER JUNCES.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora MARIA DELENE SCHVEITZER JUNCES, ocupante do cargo de Agente Administrativo, férias por 18 dias que gozará a partir de 06/01/2014 a 23/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Parágrafo Único: O saldo de 12 (doze) dias será descontado, haja vista, o recesso de final de ano, conforme determina o decreto nº. 157/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.



**Portaria N.º 377/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 377/2013

Concede férias a servidora MARIA IVONETE DA SILVA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora MARIA IVONETE DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, férias por 18 dias que gozará a partir de 06/01/2014 a 23/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Parágrafo Único: O saldo de 12 (doze) dias será descontado, haja vista, o recesso de final de ano, conforme determina o decreto nº. 157/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 378/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 378/2013

Concede férias a servidora MARIA LUZIA KONS RIOS.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora MARIA LUZIA KONS RIOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2014 a 31/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 379/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 379/2013

Concede férias a servidora MARILENE PETRY KOERICH.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora MARILENE PETRY KOERICH, ocupante do cargo de Professora III, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2014 a 31/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 380/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 380/2013

Concede férias a servidora MARIZE PAITER HOFFMANN.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora MARIZE PAITER HOFFMANN, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - PSF, férias por 30 dias que gozará a partir de 06/01/2014 a 04/02/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 381/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br  
PORTARIA n.º 381/2013  
Concede férias ao servidor OSMAR EGER.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder ao servidor OSMAR EGER, ocupante do cargo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2014 a 31/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 382/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 382/2013

Concede férias a servidora PATRÍCIA PETRY LAURENTINO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora PATRÍCIA PETRY LAURENTINO, ocupante do cargo de Professora I - Auxiliar de Sala, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2014 a 31/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 383/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 383/2013

Concede férias a servidora REGINA IRACEMA DUARTE ELIAS.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora REGINA IRACEMA DUARTE ELIAS, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - PSF, férias por 30 dias que gozará a partir de 06/01/2014 a 04/02/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 384/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 384/2013

Concede férias a servidora REGINA CÉLIA DA SILVA SUENES.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora REGINA CÉLIA DA SILVA SUENES, ocupante do cargo de Assistente Social, férias por 30 dias que gozará a partir de 23/12/2013 a 21/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 385/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 385/2013

Concede férias ao servidor ROGÉRIO JOSÉ KOERICH.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder ao servidor ROGÉRIO JOSÉ KOERICH, ocupante do cargo de Enfermeiro - PSF, férias por 30 dias que gozará a partir de 13/01/2014 a 11/02/2014, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

#### **Portaria N.º 386/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
Gabinete do Prefeito  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -  
Fone: 48-32770122 - R.222  
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br  
PORTARIA n.º 386/2013  
Concede férias a servidora ROSANGELA MARIA LAURENTINO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

#### **RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora ROSANGELA MARIA LAURENTINO, ocupante do cargo de Especialista em Educação, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2014 a 31/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

#### **Portaria N.º 387/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
Gabinete do Prefeito  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -  
Fone: 48-32770122 - R.222  
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br  
PORTARIA n.º 387/2013  
Concede férias a servidora ROSELENE DE SOUZA SILVA JUNCKES.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

#### **RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora ROSELENE DE SOUZA SILVA JUNCKES, ocupante do cargo de Professora I - Auxiliar de Sala, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2014 a 31/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

#### **Portaria N.º 388/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
Gabinete do Prefeito  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -  
Fone: 48-32770122 - R.222  
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br  
PORTARIA n.º 388/2013  
Concede férias ao servidor SAMIR JOSÉ VEBER.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

#### **RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder ao servidor SAMIR JOSÉ VEBER, ocupante do cargo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2014 a 31/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

#### **Portaria N.º 389/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
Gabinete do Prefeito  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -  
Fone: 48-32770122 - R.222  
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br  
PORTARIA n.º 389/2013  
Concede férias ao servidor SILVIO CESAR DITTER.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

#### **RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder ao servidor SILVIO CESAR DITTER, ocupante do cargo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2014 a 31/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

#### **Portaria N.º 390/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
Gabinete do Prefeito  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -  
Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br  
PORTARIA n.º 390/2013  
Concede férias a servidora SUELI MARIA STAHELIN.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora SUELI MARIA STAHELIN, ocupante do cargo de Professora II, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2014 a 31/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 391/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 391/2013

Concede férias ao servidor WAGNER JOSÉ JUNCCKES.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder ao servidor WAGNER JOSÉ JUNCCKES, ocupante do cargo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2014 a 31/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 392/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 392/2013

Concede férias ao servidor WALDIR JÚLIO DE MELO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder ao servidor WALDIR JÚLIO DE MELO, ocupante do cargo de Operador de Máquina III, férias por 18 dias que gozará a partir de 06/01/2014 a 23/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Parágrafo Único: O saldo de 12 (doze) dias será descontado, haja vista, o recesso de final de ano, conforme determina o decreto nº. 157/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 393/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 393/2013

Concede férias a servidora ZÉLIA HOFFMANN JUNCCKES.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora ZÉLIA HOFFMANN JUNCCKES, ocupante do cargo de Professora III, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2014 a 31/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 394/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 394/2013

Concede férias a servidora ZILMA KAMERS DOS SANTOS.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora ZILMA KAMERS DOS SANTOS, ocupante do cargo de Professora II, férias por 30 dias que gozará a



partir de 02/01/2014 a 31/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

#### **Portaria N.º 395/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 395/2013

Concede Férias Coletivas aos Servidores da Secretaria da Educação.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 91, §5º, da Lei Complementar 05/97,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder férias coletivas aos servidores da Secretaria da Educação, por 30 (trinta) dias a partir de 02/01/14 a 31/01/14, aos seguintes funcionários:

- Maria Angelita Zimmermann Lutz;
- Salete de Freitas;
- Maria Eliete da Silva Ender;
- Fabiana Hames;
- Gisele Matias Junckes;
- Rosemari Reitz Francener;
- Valéria Lohn Zimmermann;
- Valdete de Oliveira Cordeiro;
- Derlane Moura Grimouth;
- Eroni Schmitt Schell;
- Eunice Aparecida Pauli Hoffmann;
- Karina Schmitt Lohn;
- Fabiana Hoffmann Prates;
- Dione Terezinha Lohn;
- Paulo Henrique Lohn;
- Scheila Cristina Schmitz;
- Gisele Fátima dos Santos Abreu;
- Gino Bona;
- Jucélio Freiburger Baungarten.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara, 16 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

#### **Portaria N.º 396/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 396/2013

Concede Licença Prêmio a servidora ANA LÚCIA HAMES PETRY.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 111, da Lei Complementar 05/1997,

#### **RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora ANA LÚCIA HAMES PETRY, ocupante do cargo de Atendente de Saúde Pública, Licença Prêmio referente ao período aquisitivo 2006 a 2011.

Art. 2.º- A servidora fará gozo da licença pelo período de trinta dias, a partir de 16/12/2013.

Art. 3.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

#### **Avisa da Abertura do Processo Nº 102.2013**

##### **AVISO DE LICITAÇÃO**

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA Avisa da abertura do Processo nº 102.2013 MODALIDADE: Pregão Presencial - Registro de Preços.

A presente licitação tem como objeto a aquisição estimada e parcelada de Gêneros Alimentícios para merenda escolar a ser distribuída nas Escolas Municipais e Centros de Educação Infantil de São Pedro de Alcântara/SC, conforme especificações e quantitativos do ANEXO I, deste Edital.

DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES: Dia 20/01/2014 às 08:45h (Credenciamento)

TIPO: Menor Preço por Item. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, das 07:00h às 13:00, ou no site [www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e R. 203.

São Pedro de Alcântara, 17/12/2013

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

#### **Aviso de Licitação 101.2013**

##### **AVISO DE LICITAÇÃO**

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 101/2013 MODALIDADE: Pregão Presencial -

OBJETO: A presente licitação tem como objeto: Aquisição de um Caminhão 0Km, com Basculante ano/modelo 2014, cor branca original de fábrica, á Diesel, Conforme especificações em Edital

TIPO: Menor Preço. DATA DE ABERTURA: 16/01/2014 às 09:00h com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08:45h do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou no site [www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202



e 203 das 07:00h às 13:00h.

São Pedro de Alcântara, 13/12/2013  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal.

### **Aviso de Licitação 101.2013**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 101/2013 MODALIDADE: Pregão Presencial -

OBJETO: A presente licitação tem como objeto: Aquisição de um Caminhão 0Km, com Basculante ano/modelo 2014, cor branca original de fábrica, á Diesel, Conforme especificações em Edital TIPO: Menor Preço. DATA DE ABERTURA: 16/01/2014 às 09:00h com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08:45h do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou no site [www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br).  
MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 07:00h às 13:00h.

São Pedro de Alcântara, 13/12/2013  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal.

### **Processo de Inexigibilidade de Licitação 103/2013**

#### **ESTADO DE SANTA CATARINA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJ. E FINANÇAS  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01- Fone/Fax: (048) 3277-0122  
CEP: 88125-000 - São Pedro de Alcântara - SC  
[www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br);

#### **PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 103/2013**

Nos termos do art. 25, I, da Lei n.º 8.666/93, é inexigível a licitação para aquisição de Vale Transporte para a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC, da empresa SETUF (Sindicato das Empresas de Transporte Urbano de Passageiros da Grande Florianópolis), inscrita no CNPJ sob nº: 81.840.357/0001-80, localizada Felipe Schmidt, nº249, Sala 312, Centro, Florianópolis, uma vez que esta empresa é a única fornecedora deste produtor, enquadrando-se, assim, nos preceitos do art. supra mencionado. O valor para esta contratação é de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) para aquisição de vale transporte para o ano de 2014, proveniente da dotação orçamentária n.º 02.01.2.002.3.3.90.00.00.00.0000 (06); 03.01.2.004.3.3.90.00.00.00.00.0000 (11); 04.01.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00161 (24); 04.01.2.015.3.3.90.00.00.00.00.00161 (31); 04.01.2.016.3.3.90.00.00.00.00.00161 (40); 05.02.2.036.3.3.90.00.00.00.00.0000 (57); 07.01.2.077.3.3.90.00.00.00.00.0000 (96); 07.01.2.078.3.3.90.00.00.00.00.0000 (102); 11.01.2.056.3.3.90.00.00.00.00.0002 (11); 10.01.2.030.3.3.90.00.00.00.00.0000 (116); 10.01.2.027.3.3.90.00.00.00.00.0000 (120)

Esta contratação obedecerá, ainda, os seguintes passos:

1- Contrata-se o serviço ofertado pela empresa SETUF (Sindicato das Empresas de Transporte Urbano de Passageiros da Grande Florianópolis) em razão de ser a única fornecedora do produto exigido.

2- o prazo para entrega do objeto desta inexigibilidade é de 5 (cinco) dias, a contar da assinatura do contrato ou a cada pedido emitido pela Contratante;

3- Para a assinatura do contrato, a empresa contratada deverá apresentar prova de contribuição com o INSS e FGTS, declaração comprovando o cumprimento ao disposto no Art. 7.º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, que trata da proibição do trabalho infantil e Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede ou domicílio (CND Municipal).

Por fim, a presente contratação, na modalidade Inexigibilidade de Licitação, obedece a todos os termos da Lei n.º 8.666/93, sujeitando-se a ela, na sua totalidade.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de dezembro de 2013  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

**Schroeder**

#### **PREFEITURA**

### **Decreto Nº 2.836/2013 de 16 de Dezembro de 2013**

DECRETO Nº 2.836/2013 de 16 de dezembro de 2013

ABRE CRÉDITO ESPECIAL SUPERAVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.909/2012 de 27 de novembro de 2012, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA

04.03.10.303.0016.2.060 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0064 - Material de Consumo R\$ 8.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit Financeiro de Outras Fontes - Recurso: 00.03.0064 R\$ 8.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 16 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Anulação Licitação Fracassada Pregão Presencial Nº 25 2013 FMS**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

**CNPJ:** 83.102.491/0001-09  
**RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201**  
**C.E.P.:** 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nr.: 25/2013 - PR**

**Processo Administrativo:**  
**Processo de Licitação:** 83/2013  
**Data do Processo:** 16/10/2013

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de aparelhos condicionadores de ar para as unidades de saúde da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

**NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 6 / 2013**

**Motivo:** devido a duas tentativas de contratação, sendo uma licitação deserta e outra fracassada.

Schroeder, 16 de Dezembro de 2013

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**Anulação Licitação Fracassada Pregão Presencial Nº 25 2013 FMS**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

**CNPJ:** 83.102.491/0001-09  
**RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201**  
**C.E.P.:** 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nr.: 25/2013 - PR**

**Processo Administrativo:**  
**Processo de Licitação:** 83/2013  
**Data do Processo:** 16/10/2013

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de aparelhos condicionadores de ar para as unidades de saúde da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

**NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 6 / 2013**

**Motivo:** devido a duas tentativas de contratação, sendo uma licitação deserta e outra fracassada.

Schroeder, 16 de Dezembro de 2013

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**Ata da Tomada de Preços Nº 02 2013-FAS, Sequencia 02**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 2/2013 - TP</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 17/2013 Data do Processo: 07/10/2013

Folha: 1/1

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 15/2013 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de prestador de serviço de assessoria jurídica para atuar junto ao CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, com carga horária de 8 horas, totalizando 360 horas, durante 45 semanas, para o ano de 2014, da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC

A comissão reuniu-se após recebimento do recurso impetrado pela empresa MORAES SILVA E MASSIMINO ADVOGADOS, devidamente protocolado dentro do prazo estabelecido anteriormente em ata. Diante do recurso impetrado, cancela-se a abertura das propostas comerciais marcada para dia 17 de dezembro de 2013, às 09h, e abre-se prazo para contrarrecurso conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo o prazo até dia 20 de dezembro de 2013, às 12h e no dia 22 de janeiro de 2014 até às 17h, devido ao período de férias da Administração Municipal. Posteriormente, será enviada ata com nova data para continuação do certame na abertura das propostas comerciais das empresas habilitadas. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata e do recurso às empresas participantes.

Schroeder, 16 de Dezembro de 2013

**COMISSÃO:**

Orlando Tecilla	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Gelson Stein	- ..... - Membro
Daniela Samulescki	- ..... - Membro
Nádia Cristiane Hefter	- ..... - Membro
Ivandra de Souza	- ..... - Secretaira
Suzana Pereira Lopes	- ..... - Membro Suplente
Cheila Adriane Klitzke	- ..... - Membro Suplente

**Ata do Pregão Presencial Nº 25 2013-FMS Sequencia 02**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 25/2013 - PR</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 83/2013 Data do Processo: 16/10/2013

Folha: 1/1

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 58/2013 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de aparelhos condicionadores de ar para as unidades de saúde da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com o representante da empresa SUPERAR LTDA para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo pela segunda vez no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa SUPERAR LTDA, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Após rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que o representante da empresa SUPERAR LTDA, esta credenciado para a licitação. Pois apresentou as documentações para o credenciamento de acordo com o edital. Foi aberto o envelope da proposta comercial da empresa SUPERAR LTDA. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultou vencedora a empresa conforme segue ata de lances. Os itens 1, 2, 3, 4 e 5 serão cancelados devidos os valores ofertados estarem acima do valor referência do edital, fornecido pelo setor solicitante. O envelope de habilitação da empresa SUPERAR LTDA será devolvido ao representante presente. A empresa participante declina do direito de recurso ao resultado deste pregão nos termos do artigo 4, xx da Lei Federal nº 10.520/02, adjudicando na forma da lei os objetos ao licitante vencedor. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata ao participante presente.

Schroeder, 16 de Dezembro de 2013

**COMISSÃO:**

Ivandra de Souza	- ..... - Pregoeiro(a)
Daniela Samulescki	- ..... - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- ..... - Equipe de Apoio
Tiago Rafael Muchalski Petry	- ..... - Equipe de Apoio

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

William Ricardo Zeferino Muniz	- ..... - Representante
--------------------------------	-------------------------



**Ata do Pregão Presencial Nº 25 2013-FMS Sequencia 02****ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nr.: 25/2013 - PR**Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 83/2013  
Data do Processo: 16/10/2013

Folha: 1/1

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 58/2013 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de aparelhos condicionadores de ar para as unidades de saúde da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com o representante da empresa SUPERAR LTDA para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo pela segunda vez no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa SUPERAR LTDA, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Após rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que o representante da empresa SUPERAR LTDA, esta credenciado para a licitação. Pois apresentou as documentações para o credenciamento de acordo com o edital. Foi aberto o envelope da proposta comercial da empresa SUPERAR LTDA. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultou vencedora a empresa conforme segue ata de lances. Os itens 1, 2, 3, 4 e 5 serão cancelados devidos os valores ofertados estarem acima do valor referência do edital, fornecido pelo setor solicitante. O envelope de habilitação da empresa SUPERAR LTDA será devolvido ao representante presente. A empresa participante declina do direito de recurso ao resultado deste pregão nos termos do artigo 4, xx da Lei Federal nº 10.520/02, adjudicando na forma da lei os objetos ao licitante vencedor. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata ao participante presente.

Schroeder, 16 de Dezembro de 2013

**COMISSÃO:**

Ivandra de Souza	- ..... - Pregoeiro(a)
Daniela Samulescki	- ..... - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- ..... - Equipe de Apoio
Tiago Rafael Muchalski Petry	- ..... - Equipe de Apoio

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

William Ricardo Zeferino Muniz - ..... - Representante

## Dispensa Nº 92/2013-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCDISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 92/2013 - DLProcesso Nr.: 237/2013  
Data: 17/12/2013

Folha: 1/1

Fornecedor: DESPACHANTE JONAS LTDA - ME  
Endereço: RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 2343  
Cidade: Schroeder - SC  
CNPJ: 07.399.213/0001-87

Código: 10174

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** Aquisição de jogo de placas para o veículo Kombi, placa EAI 8649, RENAVAM 945357257 lotado na Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	jogo de placas para o veículo Kombi, placa EAI 8649, RENAVAM 945357257	PAR	115,00	115,00

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de um veículo do setor de saneamento, cuja placa foi danificada impedindo a circulação conforme orientação policial. Como é um veículo de serviço contínuo de manutenção (águas de Schroeder), pedimos urgência para a aquisição das placas, evitando transtornos maiores no abastecimento de água no Município.

Schroeder, 17 de Dezembro de 2013

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

16/12/2013

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 16 de Dezembro de 2013

**Valor da Despesa:** 115,00 (cento e quinze reais)**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

**Extrato do Contrato Nº. 295/2013 - PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 295/2013 - PMS

Dispensa de Licitação nº. 92/2013-PMS - Processo nº. 287/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: DESPACHANTE JONAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.399.213/0001-87, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 2343, Centro, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de jogo de placas para o veículo Kombi, placa EAI 8649, RENAVAL 945357257 lotado na Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	jogo de placas para o veículo Kombi, placa EAI 8649, RENAVAL 945357257	1	Unid.	115,00	115,00
TOTAL R\$					115,00

Valor do contrato: R\$ 115,00 (cento e quinze reais).

Data da Assinatura: 17/12/2013 – Vigência: 31/12/2013.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**Termo Aditivo Nº. A71/2013 - PMS**

TERMO ADITIVO Nº. A71/2013 – PMS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 146/2011-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: CLEITON ANDRÉ WELDT ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.561.966/0001-11, estabelecida na Rua Joaquim Francisco de Paulo, nº. 477, Bairro Chico de Paulo, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89254-710, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Cleiton André Weldt, inscrito no CPF sob o nº. 035.205.319-41, portador da Carteira de Identidade nº. 15/C 3.885.285-SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 146/2011-PMS, celebrado em 09 de setembro de 2011, proveniente do Processo de licitação nº. 108/2011 – PMS, Modalidade Pregão Presencial nº. 49/2011 – PMS, para contratação de empresa especializada em locação e manutenção de impressoras multifuncionais para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, consoante demais condições contratuais.

Considerando o pedido de aditivo da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças no valor de R\$ 2.966,70 (dois mil, novecentos e noventa e seis reais e setenta centavos), para o período de 1º. de janeiro de 2014 até 31 de março de 2014.

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do art. 57, IV e art. 65§ 8º da Lei Federal nº 8.666/93, bem como nos termos da cláusula décima quarta do mesmo contrato, conforme parecer da Procuradoria.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as partes, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a Cláusula Primeira “do objeto do contrato, e descrição” no item 02 aditivada a quantidade de 67.800 cópias, totalizando o valor do item R\$ 1.966,20 (um mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte centavos), no item 03 aditivada a quantidade de 34.500 cópias, totalizando o valor do item R\$ 1.000,50 (mil reais e cinquenta centavos), sendo aditivado o valor total de R\$ 2.966,70 (dois mil, novecentos e noventa e seis reais e setenta centavos), para o período de 1º. de janeiro de 2014 até 31 de março de 2014 e na Cláusula Quarta “do valor do contrato”, item 4.1, alterando o valor total do contrato para R\$ 30.655,50 (trinta mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE. LICITADA	UNID.	QTDE. ADITIVADA	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR ADITIVA- DO R\$ TOTAL
02	<p>05 Multifuncionais Laser Preto/Branco para consumo de até 22.600 páginas/mês compartilhado entre todas as máquinas – Total de 90.400 páginas para o período de 4 Meses</p> <p>Os equipamentos deverão ser: todos multifuncionais, ou seja, devem imprimir, copiar, digitalizar, passar e receber fax). A velocidade de impressão (preto, qualidade de rascunho, A4) deve ser de no mínimo 25 páginas por minuto. Tecnologia de impressão deve ser Laser Monocromático. Resolução de impressão mínima de 600 x 600 dpi. Bandeja de entrada para suportes de impressão com capacidade de no mínimo 250 folhas, alimentador automático para no mínimo 30 folhas, Impressão frente e verso (duplex) automático, disponibilidade de bandeja frontal (by-pass) ou 2ª bandeja e possibilidade de seleção de bandeja na impressão. O equipamento deverá ser compatível em ambas as bandejas para tamanho A4. Software incluso da fabricante para scanner em rede. Possuir Driver /Emulação para Windows PostScript. Devem acompanhar estabilizadores/transformadores se necessários para que o equipamento funcione em tensão de 220v.</p> <p>Especificações do scanner: Tipo de digitalização: Base plana, alimentador automático de documentos. Tamanho da digitalização no scanner de mesa mínimo: A4.</p> <p>Especificações da copiadora: Dimensionamento da copiadora mínimo: 50 até 200%.</p> <p>Especificações de Fax: Velocidade de transmissão de fax: 33,6 Kbps.</p> <p>Conectividade: Rede Ethernet 10/100Base-T, USB Hi-Speed (compatível com especificações USB 2.0), Fax RJ11</p> <p>A serem instaladas nos seguintes locais:</p> <p>Secretaria de Educação / Posto de Saúde Centro – Farmácia / Planejamento / RH / Vigilância Sanitária</p>	90.400	Cópia	67.800 (sendo 22.600 por mês)	0,029	1.966,20
03	<p>01 Impressora Laser Preto/Branco para consumo de 11.500 páginas/mês – Total de 46.000 páginas para o período de 4 Meses</p> <p>Requisitos Técnicos: A velocidade de impressão (preto, qualidade de rascunho, A4) deve ser de no mínimo 45 páginas por minuto. Tecnologia de impressão deve ser Laser Monocromático. Resolução de impressão mínima de 600 x 600 dpi. Bandeja de entrada para suportes de impressão com capacidade de no mínimo 500 folhas. Impressão frente e verso (duplex) automático (próprio do modelo ou como adicional opcional), disponibilidade de bandeja frontal (by-pass) ou 2ª bandeja e possibilidade de seleção de bandeja na impressão. O equipamento deverá ser compatível em ambas as bandejas para tamanho A4. Possuir Driver /Emulação para Windows PostScript. Devem acompanhar estabilizadores/transformadores se necessários para que o equipamento funcione em tensão de 220v.</p> <p>Conectividade: Rede Ethernet 10/100Base-T, USB Hi-Speed (compatível com especificações USB 2.0)</p> <p>A ser instalada no seguinte local:</p> <p>Prefeitura Contabilidade</p>	46.000	Cópia	34.500 (sendo 11.500 por mês)	0,029	1.000,50
VALOR TOTAL R\$						2.966,70

Cláusula 2ª – Fica alterada a Cláusula Décima Quarta “da vigência” no item 14.1 do contrato nº 146/2011-PMS, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato de 1º. de janeiro de 2014 até 31 de março de 2014..

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 146/2011-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.



Schroeder/SC, 16 de dezembro de 2013.

**CONTRATADA:**

CLEITON ANDRÉ WELDT ME

CLEITON ANDRÉ WELDT

CPF nº 035.205.319-41

**CONTRATANTE:**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**TESTEMUNHAS:**

1ª \_\_\_\_\_

NOME: ORLANDO TECILLA

CPF nº. 311.753.079-34

2ª \_\_\_\_\_

NOME: IVANDRA DE SOUZA

CPF nº. 047.563.299-00

**Termo Aditivo Nº. A72/2013 - PMS**

TERMO ADITIVO Nº. A72/2013 – PMS

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 253/2010-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67, estabelecida na Rua João Pessoa, nº 134, 1º andar, Centro, na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, CEP: 88801-530, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Ernesto Muniz de Souza Junior, inscrito no CPF sob o nº. 004.770.259-19, portador da cédula de identidade profissional nº 24.757-OAB/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 253/2010-PMS, celebrado em 24 de novembro de 2010, proveniente do processo licitatório n. 161/2010-PMS, modalidade Tomada de Preços nº. 9/2010-PMS, para contratação de empresa especializada para informatização da Administração Pública Municipal, exceto Câmara de Vereadores, através de locação dos sistemas abaixo relacionados, específicos para gestão pública municipal, com instalação, implantação e treinamento, já inclusas alterações legais e manutenções corretivas se houverem, e incluindo a migração de todos os dados dos sistemas ora em uso, conforme Projeto Básico - ANEXO X, do instrumento convocatório, consoante demais condições contratuais.

Considerando o pedido de aditivo da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças no valor de R\$ 157.231,89 (Cento e cinquenta e sete mil, duzentos e trinta e um reais e oitenta e nove centavos), para o ano de 2014, considerando reajuste do IGPM.

Considerando o pedido de reajuste no valor de R\$ 15.512,31 (quinze mil, quinhentos e doze reais e trinta e um centavos), correspondente a 10,95% (dez virgula noventa e cinco por cento).

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do art. 65, §1º e art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a Cláusula Primeira “do objeto do contrato, e descrição” e na Cláusula Quarta “do valor do contrato”, sendo aditivado o valor de R\$ 15.512,31 (quinze mil, quinhentos e doze reais e trinta e um centavos), passando o valor do contrato de para o período de 1º. de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2014, o valor total de R\$ 157.231,89 (Cento e cinquenta e sete mil, duzentos e trinta e um reais e oitenta e nove centavos), conforme segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER					
ITEM	QTDE	UND.	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
1.1	12	Mês	Sistema de Contabilidade Pública com até 06 usuários simultâneos	1.150,05	13.800,60
1.2	12	Mês	Sistema de Planejamento (PPA, LDO e LOA) com 02 usuários simultâneos	598,02	7.176,24
1.3	12	Mês	Sistema de Compras e Licitações com até 04 usuários simultâneos	435,80	5.229,60
1.4	12	Mês	Sistema de Patrimônio com até 02 usuários simultâneos	217,90	2.614,80
1.5	12	Mês	Sistema de Folha de Pagamento com até 03 usuários simultâneos	823,19	9.878,28
1.6	12	Mês	Sistema de Tributação com até 11 usuários simultâneos	2.308,17	27.698,04



1.7	12	Mês	Sistema de Atendimento ao Cidadão via internet sem limitação de usuários	363,17	4.358,04
1.8	12	Mês	Sistema de Escrituração Fiscal via internet sem limitação de usuários	980,57	11.766,84
1.9	12	Mês	Sistema de Controle de Notas Fiscais Eletrônicas sem limitação de usuários	1.331,64	15.979,68
1.10	12	Mês	Sistema de Controle de Recursos Humanos com até 03 usuários simultâneos	426,73	5.120,76
1.11	12	Mês	Sistema de Ponto Eletrônico com até 03 usuários simultâneos	490,28	5.883,36
1.12	12	Mês	Sistema de Protocolo via Internet com até 22 usuários simultâneos	590,36	7.084,32
1.13	12	Mês	Sistema de Controle de Indicadores com até 10 usuários simultâneos	118,63	1.423,56
Valor Total R\$				9.834,51	118.014,12

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

ITEM	QTDE	UND.	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
2.1	12	Mês	Contabilidade Pública com até 04 usuários simultâneos	169,48	2.033,76
2.2	12	Mês	Compras e Licitações com até 04 usuários simultâneos	84,74	1.016,88
Valor Total R\$				254,22	3.050,64

**FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA**

ITEM	QTDE	UND.	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
3.1	12	Mês	Contabilidade Pública com até 04 usuários simultâneos	169,48	2.033,76
3.2	12	Mês	Compras e Licitações com até 04 usuários simultâneos	84,74	1.016,88
Valor Total R\$				254,22	3.050,64

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

ITEM	QTDE	UND.	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
4.1	12	Mês	Contabilidade Pública com até 04 usuários simultâneos	169,48	2.033,76
4.2	12	Mês	Compras e Licitações com até 04 usuários simultâneos	84,74	1.016,88
Valor Total R\$				254,22	3.050,64

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER - SERVIÇOS**

ITEM	QTDE	UND.	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
5.1	1	Serviço	Implantação dos sistemas e conversão dos dados		
5.2	150	Hora	Treinamento In-Loce dos usuários	72,63	10.894,50
5.3	120	Hora	Suporte Técnicoapós implantação dos sistemas	72,63	8.715,60
5.4	15	Diária	Diária para custeio de despesas de alimentação no suporte técnico, quando exigida a presença do técnico	121,05	1.815,75
5.5	12000	KM	Deslocamento no suporte técnico, quando exigida a presença do técnico	0,72	8.640,00
Valor Total R\$					30.065,85
Valor Total Geral R\$					157.231,89

Cláusula 2ª – Fica alterada a Cláusula Décima Quarta “da vigência” no item 14.1 do contrato nº 253/2010-PMS, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato de 1º. de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Cláusula 3ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 253/2010-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 17 de dezembro de 2013.

CONTRATADA:

BETHA SISTEMAS LTDA

ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR

CPF sob o nº. 004.770.259-19

CONTRATANTE:  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

## TESTEMUNHAS:

1ª _____	2ª _____
NOME: ORLANDO TECILLA	NOME: IVANDRA DE SOUZA
CPF nº. 311.753.079-34	CPF nº. 047.563.299-00

**Termo Aditivo Nº. A73/2013 - PMS**

TERMO ADITIVO Nº. A73/2013 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 290/2013-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: OMVS CONSTRUTORA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 15.772.347/0001-20, estabelecida na Rua Helmuth Gaedtker, nº. 105, Centro, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Osmair Rogério Marquez, inscrito no CPF sob o nº. 936.754.109-00 e Carteira de Identidade nº. 2255353-SSP-SC.

Considerando o Contrato nº. 290/2013-PMS, celebrado em 12 de dezembro de 2013, decorrente Processo de Licitação nº. 199/2013-PMS, Tomada de Preço nº. 08/2013-PMS, para contratação de empresa especializada para execução de ampliação (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), sendo uma sala com 73,93m² de área, na Escola Municipal Emilio da Silva, do Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Considerando o pedido feito pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer para aditar o prazo de vigência do contrato até 30 de abril de 2014.

Considerando o disposto no contrato 290/2013-PMS, na cláusula 16ª, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica a partir deste alterada a Cláusula Décima Sexta "Da Vigência" no item 16.1 do contrato nº 290/2013-PMS, prorrogando-se o a vigência do contrato até 30 de abril de 2014.

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 290/2013-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 17 de dezembro de 2013.

CONTRATADA:  
OMVS CONSTRUTORA LTDA.  
OSMAIR ROGÉRIO MARQUEZ  
CPF nº. 936.754.109-00

CONTRATANTE:  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

## TESTEMUNHAS:

1ª _____	2ª _____
NOME: ORLANDO TECILLA	NOME: IVANDRA DE SOUZA
CPF nº. 311.753.079-34	CPF nº. 047.563.299-00

**Convocação Concurso Público Nº. 003/2013-ESF**

Convocação Concurso Público nº. 003/2013-ESF

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. BERNARDO SCOTELARO PORTO DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob nº. 116.535.437-36, aprovado em 3º lugar no Concurso Público nº. 003/2013-ESF, para o cargo de MÉDICO, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6508), até o dia 23 de dezembro de 2013, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1, devendo tomar posse da referida vaga até o dia 16 de janeiro de 2014.

Schroeder (SC), 17 de dezembro de 2013.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**Convocação Concurso Público Nº. 003/2013-ESF**

Convocação Concurso Público nº. 003/2013-ESF

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. CLAUDIO PERICLES DE ANDRADE DOS SANTOS CRUZ, inscrito no CPF sob nº. 824.262.287-68, aprovado em 2º lugar no Concurso Público nº. 003/2013-ESF, para o cargo de MÉDICO, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6508), até o dia 23 de dezembro de 2013, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1, devendo tomar posse da referida vaga até o dia 16 de janeiro de 2014.

Schroeder (SC), 17 de dezembro de 2013.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**Convocação Concurso Público Nº. 003/2013-ESF**

Convocação Concurso Público nº. 003/2013-ESF

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. IANA PIRES DO AMARAL, inscrita no CPF sob nº. 016.810.345-14, aprovada em 1º lugar no Concurso Público nº. 003/2013-ESF, para o

cargo de MÉDICA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6508), até o dia 23 de dezembro de 2013, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1, devendo tomar posse da referida vaga até o dia 16 de janeiro de 2014.

Schroeder (SC), 17 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### **Editais de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2013 - Secel/PMS - Resultado Final e Classificação Geral**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2013 – SECEL/PMS

RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO GERAL

Cargo	Nome	Nota Final	Classificação
Auxiliar de Sala	ANA CARLA VOGEL	7,80	1º
Auxiliar de Sala	CAROLINE GAEDTKE	7,67	2º
Auxiliar de Sala	NOEMI SILVANA RIEDEL VARGAS	7,67	3º
Auxiliar de Sala	GISELE SOARES DOS SANTOS	7,42	4º
Auxiliar de Sala	LOHAINE GIULIANE POMMERENING	7,34	5º
Auxiliar de Sala	MARY ÁGATHA PEREIRA CALDAS MAIA	7,00	6º
Auxiliar de Sala	TAIS CORREA	6,87	7º
Auxiliar de Sala	CHARLENE APARECIDA FERREIRA SCOZ	6,67	8º
Auxiliar de Sala	DEISE DAIANE FISCHER BRAUN	6,67	9º
Auxiliar de Sala	DOUGLAS DA SILVA BREMM	6,67	10º
Auxiliar de Sala	LUCIANA RIEDEL DE LIMA	6,64	11º
Auxiliar de Sala	LUCILENE PEREIRA	6,54	12º
Auxiliar de Sala	GRACIELLA STRELOW	6,34	13º
Auxiliar de Sala	BERENICE KUCARZ	6,34	14º
Auxiliar de Sala	PAOLA MAROSTICA	6,34	15º
Auxiliar de Sala	HELAINE HERRMANN	6,34	16º
Auxiliar de Sala	CLAUDETE DUARTE	6,30	17º
Auxiliar de Sala	SHÁLLY KATLEEM PISKE	5,87	18º
Auxiliar de Sala	NILSON FELICIANO	5,74	19º
Auxiliar de Sala	MIRIAN DA SILVA BREMM	5,67	20º
Auxiliar de Sala	MARISA SETTER RUECKERT	5,00	21º
Auxiliar de Sala	LIDIA FERNANDA CORA	5,00	22º
Auxiliar de Serviços Gerais I	EDNA DA LUZ VIEIRA	6,67	1º
Auxiliar de Serviços Gerais I	ROSALBA FLORES E FLORES	6,34	2º
Professor B: Ensino Fundamental (Séries Iniciais)	JENIFER SOTÉRO DE SOUZA CARDOSO	6,67	1º
Professor B: Ensino Fundamental (Séries Iniciais)	ROSEMAR DE HONORATO	6,67	2º
Professor B: Ensino Fundamental (Séries Iniciais)	CRISTIANE GONÇALVES DE JESUS	6,54	3º
Professor B: Ensino Fundamental (Séries Iniciais)	CATIA CRISTINA STINGHEN	6,08	4º
Professor B: Ensino Fundamental (Séries Iniciais)	ELIANE MARIZE OLSEN DEPNER	5,67	5º
Professor B: Ensino Fundamental (Séries Iniciais)	DANMILES DA SILVA SANTOS	5,67	6º
Professor B: Ensino Fundamental (Séries Iniciais)	ANA LUCIA GUIMARAES	5,67	7º

Professor B: Ensino Fundamental (Séries Iniciais)	MAGALI KUBNIK	5,67	8º
Professor B: Ensino Fundamental (Séries Iniciais)	PATRICIA DE LIMA	5,54	9º
Professor B: Ensino Fundamental (Séries Iniciais)	JUCIMARA HECK GIACOMOZZI	5,34	10º
Professor B: Artes	CRISTIANE LESSMANN DE ARAUJO	6,54	1º
Professor C: Ciências – Séries Finais	ELIANE MARA KICHELESKI KLODZINSKI	7,24	1º
Professor C: Ciências – Séries Finais	LENOIR TREVISANI FILHO	5,67	2º
Professor C: Ética e Cidadania – Ensino Fundamental	ANDRÉA MAFFEZZOLLI	6,67	1º
Professor C: Geografia – Séries Finais	RITA DECÁCIO PEIXER SOETHE	7,14	1º
Professor C: Língua Portuguesa – Séries Finais	ROSANGELA PAULA VICHETTI	5,34	1º

Schroeder (SC), 18 de dezembro de 2013.

COMISSÃO ORGANIZADORA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO  
Município de Schroeder

### **Retificação Nº 01 ao Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2013 - Secel/PMS**

RETIFICAÇÃO Nº 01 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2013 - SECEL/PMS

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, através da Comissão de Processo Seletivo nomeada através da portaria 5.284/2013, considerando a necessidade de alterar a data de escolha de vagas para o cargo de auxiliar de sala, torna público, que nesta data, foram retificados as informações do Edital nº 001/2013/SECEL/PMS, passando a constar as seguintes informações:

No Edital 001/2013, item 14.6.1, onde se lê:

14.6.1 A divulgação das vagas disponíveis para auxiliar de sala, serventes e auxiliar de serviços gerais será no dia 18/12/2013.

Leia-se:

14.6.1 A divulgação das vagas disponíveis para auxiliar de sala, serventes e auxiliar de serviços gerais será no dia 17/01/2014.

No Edital 001/2013, item 14.6.2, onde se lê:

14.6.2 A escolha de vagas para auxiliar de sala, serventes e auxiliar de serviços gerais, será no dia 18/12/2013 (quarta-feira), às 09h00min, na Secretaria Municipal de Educação conforme segue.

- Para o cargo de auxiliar de sala, deverão comparecer os 15 (quinze) primeiros classificados.
- A escolha de vagas para as disciplinas de artes, alemão, ética e cidadania, professores do Ensino Fundamental séries iniciais e séries finais será realizada conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação, que entrará em contato com os classificados por telefone.
- Para o cargo de auxiliar de serviços gerais I, deverão comparecer os 5 primeiros classificados.
- Para o cargo de servente, deverão comparecer os 5 primeiros classificados.

O atendimento será feito na seguinte na ordem:

1º Auxiliar de serviços gerais I

2º Servente

3º Auxiliares de sala

Leia-se:

14.6.2 A escolha de vagas para auxiliar de sala e auxiliar de serviços gerais será realizada conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação, que entrará em contato com os classificados por telefone.

- A escolha de vagas para as disciplinas de artes, alemão, ética e cidadania, professores do Ensino Fundamental séries iniciais e séries finais será realizada conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação, que entrará em contato com os classificados por telefone.

Schroeder (SC), 18 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

# Timbó

## PREFEITURA

### Portaria Nº FME-14, de 02 de Dezembro de 2013

PORTARIA Nº FME-14, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Fundação Municipal de Esportes-FME

O Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 194 de 29/12/2000, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013 e nº 3320, de 07 de outubro de 2013,

#### RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Gilberto Rhenius	Nº 10, de 03/06/2013	03/02/2014
Rosilene Alves de Souza	Nº 11, de 01/07/2013	03/03/2014

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de dezembro de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARTINHO DE SOUZA FILHO

Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes

### Aviso Pregão Presencial N.º 138 2013 PMT - Registro de Preço Para Aquisição de Climatizadores de Ar

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2013

OBJETO: fornecimento de climatizadores de ar especificados no Anexo I para atender as necessidades da administração (direta e indireta). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h00min do dia 15 de janeiro de 2014. ABERTURA: dia 15 de janeiro de 2014 as 08h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

Timbo (SC), 09/12/2013

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária de Fazenda e Administração

### Extrato Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo N.º 2013.135 SAMAE

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/135

CONTRATANTE: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

CONTRATADO: Paviplan Pavimentação LTDA.

OBJETO: Implantação de rede de drenagem pluvial na Rua Inglaterra.

SUPRESSÃO: Fica suprimido o valor de R\$ 29.623,13 (vinte e nove mil seiscentos e vinte e três reais e treze centavos).

DATA DA ASSINATURA: 02/12/2013.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do SAMAE

### Extrato Quarto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo N.º 2010.166

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO E REAJUSTE

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2010/166

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI.

OBJETO: Prestação de serviços técnicos de assistência técnica e extensão rural.

PRAZO: Prorrogado até 31/12/2014.

REAJUSTE: O valor fica reajustado para R\$ 30.113,85 (trinta mil cento e treze reais e oitenta e cinco centavos).

DATA DA ASSINATURA: 02/12/2013.

MÁRCIA DA ROCHA

Secretária de Desenvolvimento Econômico

### Primeiro Termo de Apostilamento Ata de Registro 14.2013 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2013

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Concerio Materiais de Construção LTDA; e Concerio Artefatos de Cimento LTDA.

OBJETO: Aquisição de materiais diversos destinados à manutenção e execução de obras em diversas vias do município para atender as unidades administrativas diretas e indiretas da Prefeitura de Timbó.

ACRÉSCIMO: 50 (cinquenta) unidades ao item 04 - tubos de concreto 200mm; 250 (duzentos e cinquenta) unidades ao item 05 - tubos de concreto 300mm; 750 (setecentos e cinquenta) unidades ao item 30 - tijolo 6 furos 8cm x 14cm x 29cm; e 10 (dez) peças ao item 52 - tela de aço de construção 3,00mt x 2,00mt x 4mm.

DATA DA ASSINATURA: 02/12/2013.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração



**Primeiro Termo de Apostilamento Ata de Registro 14.2013 PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2013

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Concerrio Materiais de Construção LTDA; e Concerrio Artefatos de Cimento LTDA.

OBJETO: Aquisição de materiais diversos destinados à manutenção e execução de obras em diversas vias do município para atender as unidades administrativas diretas e indiretas da Prefeitura de Timbó.

ACRÉSCIMO: 50 (cinquenta) unidades ao item 04 - tubos de concreto 200mm; 250 (duzentos e cinquenta) unidades ao item 05 - tubos de concreto 300mm; 750 (setecentos e cinquenta) unidades ao item 30 - tijolo 6 furos 8cm x 14cm x 29cm; e 10 (dez) peças ao item 52 - tela de aço de construção 3,00mt x 2,00mt x 4mm.

DATA DA ASSINATURA: 02/12/2013.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**Ata Pregão Presencial Nº 11/2013**

ATA DA SESSÃO DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO LICITATORIO Nº 20/2013

PREGÃO Nº 11/2013

Aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, às oito horas e trinta minutos, o Pregoeiro acompanhado da sua Equipe de Apoio, nas dependências da Câmara Municipal de Timbó, situada na Rua Germano Brandes Sênior, 711, sala 11, Centro, Timbó (SC), designado pela Portaria nº 09/2013, de 18/02/2013, para, na forma da Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente da Lei nº. 8.666/93, proceder a abertura dos trabalhos da sessão pública do Pregão Presencial nº 11/2013, objeto do Processo Licitatório nº 20/2013, destinado a contratação de conexão com a Internet através de "LINK INTERNET IP DEDICADO", para a conexão da rede local de computadores e desta à Internet com velocidade e banda garantida de 2.048 kbps - velocidade de download e 2.048 kbps de velocidade de upload. Conexão local através de fibra ótica com uma velocidade de download de 10.240 kbps e velocidade de upload de 10.240 kbps para interligar a Câmara Municipal de Timbó e a Prefeitura Municipal de Timbó. Hospedagem de website. Instalação da rede de fibra ótica e internet, para a sede da Câmara Municipal de Timbó, situado na Rua Inglaterra, s/nº, Bairro das Nações, Timbó (SC), conforme Anexo I, nos termos da minuta de contrato constante do Anexo III, do Edital de Pregão Presencial nº 11/2013. Aberta a sessão pública acudiu ao pregão a empresa TPA Telecomunicações Ltda., credenciado o representante da licitante a licitante e apresentados os envelopes contendo a proposta de preço e documentação (envelopes nº 01 e 02), que foram rubricados pelo Pregoeiro e equipe de apoio. Em seguida, o Pregoeiro procedeu à abertura do envelope contendo a proposta de preço da empresa TPA Telecomunicações Ltda., sendo apresentado o valor total de R\$ 19.650,00 (dezenove mil seiscentos e cinquenta reais). O Pregoeiro abriu a etapa de lances verbais e negociação com a empresa participante, conforme os critérios estabelecidos no Edital, quando foi ofertado pela única participante uma redução de 10% do valor apresentado na proposta, ofertando, assim, o valor total de R\$ 17.685,00 (dezessete

mil e seiscentos e oitenta e cinco reais). O Pregoeiro procedeu à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação da empresa TPA Telecomunicações Ltda., única participante do certame, constatando que as exigências de habilitação jurídica e fiscal foram atendidas, declarando-a vencedora da licitação, com o valor de R\$ 17.685,00 (dezessete mil e seiscentos e oitenta e cinco reais). Não havendo manifestação dos presentes, especialmente com relação ao interesse em recorrer da decisão, o Pregoeiro adjudicou o objeto à empresa TPA Telecomunicações Ltda.. Nada mais havendo a relatar, o Pregoeiro encerrou a sessão pública do pregão com a lavratura desta ata, assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e representante da licitante. Esta ata será extratada e publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC. Também estará disponível no site [www.camaratimbo.sc.gov.br](http://www.camaratimbo.sc.gov.br) e mural da Câmara Municipal de Timbó.

PREGOEIRO:

AILTON BERTOLDI

Representante da empresa TPA Telecomunicações Ltda.

**Ata Pregão Presencial Nº 12/2013**

Aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, às onze horas, o Pregoeiro acompanhado da sua Equipe de Apoio, nas dependências da Câmara Municipal de Timbó, situada na Rua Germano Brandes Sênior, 711, sala 11, Centro, Timbó (SC), designado pela Portaria nº 09/2013, de 18/02/2013, para, na forma da Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente da Lei nº. 8.666/93, proceder a abertura dos trabalhos da sessão pública do Pregão Presencial nº 12/2013, objeto do Processo Licitatório nº 21/2013, destinado a contratação de empresa para prestação de serviço de mudança de móveis, equipamentos, documentos e tudo o mais que guarnece a Sede da Câmara Municipal, localizada na Rua Germano Brandes Sênior, 711 - Centro, para a nova Sede da Câmara Municipal, localizada na Rua Inglaterra, s/nº, Bairro das Nações, Timbó (SC), conforme Anexo I, nos termos da minuta de contrato constante do Anexo III, do Edital de Pregão Presencial nº 12/2013. Aberta a sessão pública do Pregão no horário estabelecido no Edital, constatou-se que nenhuma empresa acudiu ao chamado da Câmara Municipal de Timbó, restando deserta a licitação. Nada mais havendo a relatar, o Pregoeiro encerrou a Sessão com a lavratura desta ata, assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e representantes das licitantes presentes. Esta ata será extratada e publicada Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

PREGOEIRO:

AILTON BERTOLDI

Equipe de Apoio:

EVERTON BICA PEDROSO

CLARA WEISS RONCALIO

RUBEN PARNO

**Termo de Homologação Processo Licitatório Nº 20/2013**

Termo de Homologação

Processo Licitatório : 20/2013.

Modalidade: Pregão Presencial nº 11/2013.

Objeto: Contratação de conexão com a Internet através de "LINK INTERNET IP DEDICADO", para a conexão da rede local de computadores e desta à Internet com velocidade e banda garantida de 2.048 kbps - velocidade de download e 2.048 kbps de velocidade de upload. Conexão local através de fibra ótica com uma velocidade de download de 10.240 kbps e velocidade de upload de 10.240 kbps para interligar a Câmara Municipal de Timbó e a Prefeitura

Municipal de Timbó. Hospedagem de website. Instalação da rede de fibra ótica e internet Câmara Municipal de Timbó (SC).

O Presidente da Câmara de Vereadores de Timbó, Rubens Borchardt, CPF nº 381.777.579-20, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, com amparo na Lei 8.666/93, verificando a validade dos atos praticados e a conveniência da licitação, homologa o Processo Licitatório nº 20/2013.

Timbó, 16 de Dezembro de 2013.

RUBENS BORCHARDT

Presidente

## Três Barras

### PREFEITURA

#### Lei Complementar Nº 180 de 16 de Dezembro de 2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 180 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013  
DISCIPLINA SOBRE O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL, DENOMINADA DE "CASA LAR", NO MUNICÍPIO DE TRES BARRAS - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras em exercício, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º O Serviço Institucional para Crianças e Adolescentes em Situação de Risco Social do Município de Três Barras, Santa Catarina, é denominado de "Casa Lar".

Art. 2º As crianças e adolescentes, em caso de abandono, destituição de poder familiar, negligência familiar, ameaça e violação dos direitos fundamentais, serão acolhidas, como medida de proteção no Serviço de Acolhimento Institucional do SUAS, modalidade Casa Lar, nos termos da presente lei e de seus regulamentos.

Art. 3º A instituição "Casa Lar", constituir-se-á numa alternativa de atendimento à criança e/ou adolescente, dentro dos princípios estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/90, e suas alterações.

Art. 4º A Casa Lar, objetiva:

I - oferecer uma alternativa de moradia provisória para crianças e adolescentes violados em seus direitos;

II - proporcionar ambiente sadio de convivência;

III - oportunizar condições de socialização;

IV - oferecer atendimento médico, odontológico, social, moral e/ou orientações;

V - oportunizar a frequência da criança e do adolescente à escola e à profissionalização;

VI - garantir a aplicação dos princípios constantes no Estatuto da Criança e do Adolescente;

VII - prestar assistência integral às crianças e adolescentes preservando sua segurança física e emocional.

Art. 5º A Casa Lar, se constitui numa medida de proteção provisória e excepcional utilizável como forma de transição para colocação da criança/adolescente em família substituta ou retorno à família de origem, tendo estas condições de receber e manter condignamente, oferecendo os meios necessários a saúde, educação e alimentação com o acompanhamento direto da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar.

§ 1º A Coordenação da Casa Lar realizará o acompanhamento e a adaptação da criança e/ou adolescente, com vistas a permanência temporária na referida Casa.

Art. 6º O contingente de acolhidos na Casa Lar, é constituído por crianças e adolescentes do Município de Três Barras, cujos direitos estejam violados ou se encontre em situação de risco social.

§ 1º A Casa Lar, destina-se às crianças e adolescentes de 0 (zero) à 18 (dezoito) anos, (até completar 18 anos) e sua capacidade é para 10 (dez) acolhidos, garantido com isso a individualização e acompanhamento da vida cotidiana de cada um.

§ 2º O tempo de permanência na Casa Lar é de Máximo 2 (dois) anos, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/90.

§ 3º Atendendo Medida Judicial, poderão serem acolhidas crianças e adolescentes pelo período definido em ordem Judicial.

Art. 7º O objetivo do amparo da criança e do adolescente institucional é o de proporcionar meios capazes de readaptar a criança ao convívio da família e da sociedade, com possibilidade de adoção se assim for determinado.

Art. 8º Caberá ao Município de Três Barras, através de seus serviços, especialmente do SUAS, acompanhar a criança e o adolescente como também a Casa Lar, através de Equipe Técnica interdisciplinar.

Art. 9º Ficam criados no quadro de pessoal do Município, na Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda os seguintes empregos públicos:

I - Cuidador Criança e Adolescente - Padrão EP-09, 6 (seis) vagas, com vencimento de R\$ 1.066,85 (um mil, cento e sessenta e seis reais e oitenta e cinco centavos), carga horária de 40 (quarenta) horas semanais no quadro de pessoal do Município para a Casa Lar;

II - Auxiliar de Cuidador Criança e Adolescente - Padrão EP-12, 6 (seis) vagas, com vencimento de R\$ 735,70 (setecentos e trinta e cinco reais e setenta centavos), carga horária de 40 (quarenta) horas semanais no quadro de pessoal do Município para a Casa Lar;

III - Auxiliar de Serviços Gerais Casa Lar - Padrão EP-12, 2 (duas) vagas, com vencimento de R\$ 735,70 (setecentos e trinta e cinco reais e setenta centavos), carga horária de 40 (quarenta) horas semanais no quadro de pessoal do Município para a Casa Lar;

Parágrafo único. As atribuições e os requisitos para os empregos públicos são aqueles previstos no Anexo Único.

Art. 10 Os empregos públicos criados por esta Lei são distinto do quadro de pessoal efetivo, e vinculado a Casa Lar.

Art. 11 A investidura para o emprego público de que trata esta Lei, será feita, através de concurso público.

Art. 12 O regime de trabalho para o emprego público será o da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Art. 13 O regime previdenciário para o emprego público será o Regime Geral de Previdência Social - INSS.

Art. 14 A demissão e ou exoneração do emprego público poderá se dar por:

I - prática de falta grave, conforme previsto no art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho;

II - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

III - necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesas, conforme Lei nº 9.801/99;

IV - insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual se assegurará recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em 30 (trinta) dias;

V - motivação do Chefe do Poder Executivo em decorrência:

a) extinção do serviços institucional Casa Lar;

b) desativação e ou redução do número de crianças e adolescentes acolhidos;

VI - a pedido.

Parágrafo único. A investidura para o emprego público não gera direito a estabilidade no serviço público.

Art. 15 Fica criado no quadro de pessoal do Município, na Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda o cargo de Coordenador Social, Padrão comissionado - PC-07, 01 (uma) vaga, com vencimento de R\$ 1.224,63 (um mil, duzentos e vinte e quatro reais e sessenta e três centavos), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo único. As atribuições e os requisitos para os cargos são aqueles previstos no Anexo Único.

Art. 16 O Chefe do Poder Executivo, através de Decreto, promoverá as necessárias adequações na estrutura do organograma do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Art. 17 Fica incluída a ação decorrente desta Lei no Plano Plurianual, Lei de diretrizes Orçamentárias e Lei do Orçamento.

Art. 18. As despesas para a manutenção da Casa Lar será suportada pelo Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 19. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC.,  
em 16 de dezembro de 2013.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal de Três Barras

#### ANEXO ÚNICO

Cuidador Criança e Adolescente - organizar a rotina doméstica e do espaço residencial do abrigo; atentar para os cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção; desenvolver relação afetiva personalizada e individualizada com cada criança e/ou adolescente; organizar o ambiente (espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente

abrigada); auxiliar à criança e ao adolescente para lidar com sua história de vida, fortalecimento da autoestima e construção da identidade; organizar fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente, de modo a preservar sua história de vida; acompanhar nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano; apoiar na preparação da criança ou adolescente para o desligamento, sob a orientação e supervisão de profissional de nível superior; complementar os afazeres domésticos em conjunto com o auxiliar de cuidador.

Auxiliar de Cuidador Criança e Adolescente - apoiar às funções do Cuidador Social nos cuidados e segurança dos abrigados; cuidar com a moradia (organização e limpeza de ambientes internos e externos); realizar os serviços de preparação de alimentos; realizar os serviços de limpeza de vasilhames, mobiliários, etc.; realizar serviços de lavagem e passagem de roupas de cama, mesa, banho, e vestuários; realização de serviços externos.

Auxiliar de Serviços Gerais Casa Lar - executar a limpeza geral, limpando móveis, vidros, portas e paredes, lavando pisos etc, com produtos específicos; retirar o lixo das dependências do abrigo, depositando-o em local próprio; providenciar o abastecimento dos sanitários, com papel, sabonete e outros itens; orientar e acompanhar as crianças em relação a serviços de limpeza; executar outras tarefas correlatas a critério do superior; lavar, centrifugar e secar as roupas de cama, mesa, banho, vestuário etc, separando os lotes e operando máquinas, seguindo os procedimentos estabelecidos; passar as roupas, quando necessário, separar, dobrar e armazená-las em local próprio; orientar e acompanhar as crianças em relação a serviços de lavanderia; executar outras tarefas correlatas a critério do superior; preparar os pratos, de acordo com o cardápio, obedecendo aos horários pré - fixados; manter a cozinha limpa e organizada, realizando a limpeza dos azulejos, piso, equipamentos, utensílios etc; orientar e acompanhar as crianças na preparação das receitas (na medida de sua compreensão) e limpeza da área, assim como durante as refeições; executar outras tarefas correlatas a critério do superior.

Coordenador Social - realizar a gestão administrativa de serviço da instituição; elaborar, em conjunto com equipe técnica e demais colaboradores, do projeto político pedagógico do serviço; organizar e supervisionar os trabalhos desenvolvidos; articular com a rede de serviços e autoridades fiscalizadoras; articular com o Sistema de Garantia de Direitos.

#### Lei Complementar Nº 181 de 16 de Dezembro de 2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 181 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013  
CRIAR VAGA NO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO JUNTO À SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras em exercício, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica criada no quadro de pessoal do Município, na Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, 01 (uma) vaga de Psicólogo - Padrão efetivo - PE-04, com vencimento de R\$ 1.224,63 (um mil, duzentos e vinte e quatro reais, duzentos e sessenta e três centavos), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º. O Chefe do Poder Executivo, através de Decreto, promoverá as necessárias adequações na estrutura do organograma do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão



por conta de dotação específica do orçamento vigente.

Art. 4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC.,  
em 16 de dezembro de 2013.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal de Três Barras

### **Lei Complementar Nº 182 de 16 de Dezembro de 2013**

LEI COMPLEMENTAR Nº 182 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013  
CRIA CARGO EFETIVO DE CONTADOR LEGISLATIVO NO QUADRO  
DE PESSOAL DA CÂMARA DE VEREADORES.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras em exercício,  
Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica criado o cargo de Contador Legislativo, de provimento efetivo, padrão CM-06, com vencimento base no valor de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), com carga horária de 20 (vinte horas) semanais, no Quadro de Pessoal da Câmara de Vereadores de Três Barras - SC.

§ 1º. Para ocupar o Cargo de Contador Legislativo, o profissional deverá ter o Curso Superior em Ciências Contábeis e registro no Conselho Regional de Contabilidade - CRC/SC, na posse das funções.

§ 2º. O cumprimento do horário de expediente do Contador Legislativo, será no período matutino, das 08:00 às 12:00 horas.

§ 3º. As atribuições do cargo correspondente estão contidas no Anexo I, desta Lei Complementar.

Art. 2º. Fica criada a Função Gratificada de Tesoureiro, no valor de 30% (trinta por cento) do vencimento base do servidor que estiver no desempenho da função.

Art. 3º. O Presidente da Mesa Diretora promoverá, através de ato próprio, as necessárias adaptações no Quadro de Pessoal da Câmara de Vereadores, decorrentes das modificações impostas por esta Lei Complementar.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão por conta de elemento próprio do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC.,  
em 16 de dezembro de 2013.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal de Três Barras

#### **ANEXO I**

I - Executar os serviços inerentes à Contabilidade do Poder Legislativo observando as normas gerais de direito financeiro público atuais e futuras necessidades da área;

II - Observar e cumprir a legislação aplicável, o Regimento Interno e o Regimento do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e as normas de Contabilidade Pública;

III - Escriturar analiticamente os atos ou fatos administrativos,

efetuando os correspondentes lançamentos contábeis, para possibilitar o controle contábil e orçamentário;

IV - Prestar contas a Mesa Diretora, a Câmara e sua administração, sendo responsável pela transparência do setor, bem como informar sobre a legalidade, legitimidade e economicidade dos lançamentos contábeis;

V - Implementar as providências recomendadas pelo Tribunal de Contas do Estado, pelo Ministério Público e outros órgãos de controle;

VI - Organizar e controlar o arquivo contábil;

VII - Organizar o controle bancário e os serviços correspondentes;

VIII - Conferir empenhos e documentos encaminhados para pagamento quanto a legalidade e legitimidade;

IX - Controlar cronologicamente a emissão e cancelamento de cheques, de contas e dados bancários;

X - Controlar prazos de pagamento das obrigações da Câmara de Vereadores, providenciando que sejam realizados rigorosamente em dia, salvo força maior justificada, mantendo controles e relatórios com relação aos valores despendidos, encaminhado mensalmente a Mesa Diretora os respectivos relatórios;

XI - Atuar com probidade e ética no exercício da função, imagem profissional, imagem da organização, relacionamento com colegas e superiores;

XII - Desenvolver outras atividades correlatas ou relativas ao âmbito de sua competência.

### **Lei Nº 3.101 de 16 de Dezembro de 2013**

LEI Nº 3.101 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A NÃO AJUIZAR AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS EM SEUS ARTIGOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal de Três Barras-SC, autorizado a evitar a promoção, o ajuizamento e a manutenção de ações de Execução Fiscal de créditos tributários de pequeno valor, oriundos de tributos Municipais e em especial aqueles decorrentes do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano.

Art. 2º. O procedimento a ser adotado é pelo não ajuizamento e manutenção das ações decorrentes de Certidão de Dívidas Ativas (CDA's), que não atingirem o valor correspondente a R\$ 700,00 (setecentos reais), na data da promulgação da presente Lei, em razão de evitar o acúmulo de processos que inviabilizam suas cobranças, pelo valor inferior ao custo de manter tais créditos ativos e ajuizados.

Art. 3º. A autorização prende-se ao fato de agilidade do procedimento a ser implantado nas Certidões de Dívida Ativa, eis que não haverá exclusão do crédito, mas a supressão do processo judicial, permanecendo em vigor a coercitividade da inscrição, tornando o crédito vinculado as condições de seu fato gerador.

Art. 4º. O crédito de cobrança administrativa dos créditos não

ajuizados, fica vinculado a condição autorizada nesta Lei, em relação ao Poder Executivo e, inclusive como forma de recuperar os eventuais créditos decorrentes do não ajuizamento das ações ou manutenção das mesmas, quanto ao valor estipulado nesta LEI.  
Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC,  
em 16 de dezembro de 2013.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal de Três Barras

### **Lei Nº 3.102 de 16 de Dezembro de 2013**

LEI Nº 3.102 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013  
DECLARA COMO ZONA HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL (ZHIS) O BAIRRO BOM JESUS.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica declarada como Zona Habitacional de Interesse Social (ZHIS) o Bairro Bom Jesus para efeito de infraestrutura básica.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC.,  
em 16 de dezembro de 2013.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal de Três Barras

### **Lei Nº 3.103 de 16 de Dezembro de 2013**

LEI Nº 3.103 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013  
DECLARA COMO ZONA HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL (ZHIS) A ÁREA DE 45.000,00 M² REPRESENTADA PELA MATRÍCULA Nº 36.950 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE CANOINHAS.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica declarada como Zona Habitacional de Interesse Social (ZHIS) a área de 45.000,00 m² (quarenta e cinco mil metros quadrados) identificada pela matrícula imobiliária nº 36.950 do Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Canoinhas para efeito de infraestrutura básica para parcelamento do solo urbano.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC.,  
em 16 de dezembro de 2013.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal de Três Barras

### **Lei Nº 3.104 de 16 de Dezembro de 2013**

LEI Nº 3.104 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013  
ESTABELECE RENÚNCIA DE RECEITA DOS IMPOSTOS DO SAMASA.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica estabelecida a renúncia de receita do Município dos impostos devidos pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Saneamento Ambiental - SAMASA, relativamente aos recursos originários do Imposto Sobre Serviços - ISS e Imposto de Renda - IR, retidos pela Autarquia em face de serviços prestados por empresas com as quais mantém contrato.

Parágrafo único. A arrecadação dos recursos previsto no caput deste artigo será efetuada pelo SAMASA.

Art. 2º. Os recursos objeto da renúncia e arrecadados pelo SAMASA nos termos do artigo anterior, serão depositados pelo SAMASA diretamente no Fundo Municipal de Saneamento Básico - FMSB e serão utilizados para investimentos em atividades fins da Autarquia.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras-SC, 4 de dezembro de 2013.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal de Três Barras

#### **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS:**

PROJETO DE LEI Nº 067 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2013  
ESTABELECE RENÚNCIA DE RECEITA DOS IMPOSTOS DO SAMASA.

Senhor Presidente:  
Nobres Vereadores:

Tomamos a iniciativa na presente matéria com a finalidade de capitalizar o Fundo Municipal de Saneamento Básico, como meio de garantir a aplicação de recursos gerados junto ao Serviço Autônomo Municipal de Saneamento Ambiental - SAMASA, em investimentos relacionados às atividades fins da autarquia.

A renúncia da receita por parte da Prefeitura Municipal, estimada em R\$ 10.000,00 mensalmente, é compensada pela economia gerada após a implantação dos serviços de coleta de lixo pelo SAMASA, na ordem de R\$ 45.000,00 por mês, além do aumento previsto da receita, conforme demonstrativo anexo.

Assim, esperando contar com o apoio de Vossas Excelências na apreciação e aprovação do presente Projeto de Lei, colocamo-nos à disposição para outras informações que se fizerem necessárias.

Prefeitura Municipal de Três Barras-SC, 6 de dezembro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal de Três Barras

Art. 1º. Fica declarada como Zona Habitacional de Interesse Social (ZHIS) a área de 45.000,00 m² (quarenta e cinco mil metros quadrados) identificada pela matrícula imobiliária nº 36.950 do Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Canoinhas para efeito de infraestrutura básica para parcelamento do solo urbano.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC.,  
em 16 de dezembro de 2013.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal de Três Barras



# Tunápolis

**PREFEITURA**

## Segundo Termo Aditivo ao Contrato N° 17/2013

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 17/2013

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 17/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA TRANSPORTES MATHEUS LTDA-ME

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Enói Scherer, portador do CPF nº 656/321/769-91, e de outro lado a empresa TRANSPORTES MATHÉUS LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Estrada Geral Interior, no Município de Tunapolis/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 08.313.588/0001-45, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato administrativo nº 17/2013.

Considerando o contrato administrativo nº 17/2013 - Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 08 de setembro de 2013, proveniente do Processo Licitatório nº 11/2013 e Pregão 09/2013 - PMT, referente contratação de empresas para a prestação de serviços de transporte escolar de alunos matriculados nas escolas Municipais e Estaduais, conforme previsão de matrículas e calendário escolar aprovado pela Secretaria Estadual e Municipal de Educação, relativos a 200 (duzentos) dias letivos, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

### Cláusula Primeira- PRAZO

Ao presente contrato fica prorrogado a vigência do prazo anteriormente fixado, conforme previsto na Lei 8.666/93 em seu artigo 57. O prazo Contratual fica prorrogado para todos os dias letivos referente o exercício de 2014, conforme previsão de matrículas e calendário escolar aprovado pela Secretaria Estadual e Municipal de Educação.

Cláusula Terceira - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis - SC, 17 de dezembro de 2013

ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal

Transportes Matheus Ltda- ME  
sócio administrador  
VILSON ROQUE MOMBACH

VIANEY LUIS HAMMERCHMITT  
Secretario Municipal de Educação

Testemunhas:

1) \_\_\_\_\_  
CLEVERSON INÁCIO KERKOFF  
CPF: 918.368.409-34

2) \_\_\_\_\_  
SHEILA INÊS BIEGER EIDT  
CPF: 020.226.259-60

## Processo de Licitação Nº 37/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 37/2013

Edital de Pregão Presencial nº 24/2013

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma

da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da

Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto aquisição de fraldas e absorventes geriátricos descartáveis destinadas a manutenção dos serviços prestados pelo Projeto “Conforto”, que prevê atendimento/acompanhamento de usuários e portadores de deficiência com incontinência urinária e fecal

Entrega das propostas até às 15h do dia 08 de janeiro de 2014.

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis, SC, 13 de dezembro de 2013

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Gestor do Fundo

**Primeiro Termo Aditivo ao Contrato N° 36/2013.**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 36/2013.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 36/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA MÁRCIA M. DA SILVA E CIA LTDA ME INFO DIGITALL.

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, inscrita no CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, aqui representado pelo Sr. Enoi Scherer Prefeito Municipal, e de outro lado, a empresa Márcia M. da Silva e CIA LTDA ME Info Digitalle, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.731/001-75, estabelecida a Rua Ernesto Prada nº 280, cidade e Município de Trombudo Central representada neste ato pelo Sr. Fabio Da Rosa Castanho, brasileiro, portador do CPF sob nº 985.723.420-87, Cédula de Identidade nº 5.779.262, denominado CONTRATADA resolvem aditiva o contrato que tem por objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE GERENCIAMENTO DOCUMENTOS ADMINISTRATIVO e CONTÁBIL e INDEXAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial nº 48/2013 e de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais.

Considerando que houve maior demanda de serviço fez-se necessário mais 1.305,00 digitalizações e cadastramentos de documentos administrativos, para tanto acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO ao processo e contrato acima mencionado, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Cláusula Primeira PRAZO E VALOR:

O presente contrato fica prorrogado a vigência do prazo anteriormente fixado, conforme previsto na Lei 8.666/93 em seu artigo 57. O prazo Contratual fica prorrogado para o exercício financeiro de 2014, bem como fica acrescido à quantidade de 1.305,00 digitalizações e cadastramentos de documentos administrativos, com descrição em tabela abaixo:

Especificação do objeto	Quantidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$
Digitalização e cadastramento de documentos	1.305,00	2,30	3.001,50

Cláusula Segunda As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis – SC, 13 de dezembro de 2013.

ENOÍ SCHERER

Márcia M. da Silva e CIA LTDA ME

Info Digitalle

Prefeito Municipal

Contratada(o)

Testemunhas:

1) \_\_\_\_\_ 2) \_\_\_\_\_  
CLEVERSON INÁCIO KERKOFF SHEILA INÊS BIEGER EIDT  
CPF: 918.368.409-34 CPF: 020.226.259-60

### Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 50/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 50/2013

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 50/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA GAIA RODOVIAS LTDA.

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Enói Scherer, portador do CPF nº 656/321/769-91, e de outro lado a Empresa Gaia Rodovias Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.257.777/0001-24, estabelecida na Rodovia BR-282-Km 607, s/ nº Bairro Industrial, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato administrativo nº 50/2013.

Considerando o contrato administrativo nº 50/2013 - Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 06 de setembro de 2013, proveniente do Processo Licitatório nº 83/2013 e Tomada de Preço nº 01/2013, em que consta como objeto a Execução de Paving Asfáltico em CBUQ em pedras existentes e sobre leito natural, bem como a construção de passeios nas Ruas Santa Cruz e Caaró, conforme o projeto e demais informações complementares em anexo, com recursos do Convênio Contrato de Repasse nº 1.001.923-41/2012 Ministério das Cidades através da Caixa.

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta dos serviços prestados no contrato celebrado com a empresa Gaia Rodovias Ltda, empresa esta denominada como CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO ao contrato acima mencionado, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Cláusula Primeira- DO PRAZO

Ao presente contrato fica prorrogado a vigência do prazo anteriormente fixado, conforme previsto na Lei 8.666/93 em seu artigo 57. O prazo Contratual fica prorrogado para igual período, ou seja com termino para 06 de março de 2014.

Cláusula Segunda: As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis - SC, 05 de dezembro de 2013.

ENOI SCHERER

GAIA RODOVIAS LTDA

Prefeito Municipal

CONTRATADA

Testemunhas:

1) \_\_\_\_\_ 2) \_\_\_\_\_  
CLEVERSON INÁCIO KERKOFF SHEILA INÊS BIEGER EIDT  
CPF: 918.368.409-34 CPF: 020.226.259-60

## Turvo

### PREFEITURA

#### Portaria 323/2013

PORTARIA Nº 323/13, de 13 de Dezembro de 2013.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE TELEFONISTA, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

#### RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 15 de Junho de 2014 a contratação da servidora abaixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Telefonista, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRICULA	SERVIDOR	CPF
2896	Cristiane Rampinelli Macarini	067.988.689-32

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 13 de dezembro de 2013.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

#### Portaria 324/2013

PORTARIA Nº 324/13, de 13 de Dezembro de 2013.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE MÉDICO, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

#### RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 15 de Junho de 2014 a contratação do servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Médico, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRICULA	SERVIDOR (A)	CPF
2963	Rafael Rovaris	927.765.909-20

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo SC, 13 de dezembro de 2013.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

### Portaria 325/2013

PORTARIA Nº 325/13, de 16 de Dezembro de 2013.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE DIGITADOR E AGENTE FINANCEIRO, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

#### RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 15 de Junho de 2014, a contratação do servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Digitador, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR	CPF	MATRICULA
Wiliam Heinzen Severino	053.134.539-47	2753

Art. 2º - Prorrogar até 15 de Junho de 2014, a contratação do servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Agente Financeiro, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A)	CPF	MATRICULA
Soeli Fatima Fernandes	066.356.759-90	2756

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 16 de dezembro de 2013.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

### Portaria 326/2013

PORTARIA Nº 326/13, de 16 de Dezembro de 2013.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE FISCAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

#### RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 15 de Junho de 2014, a contratação do servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Fiscal de Obras e Serviços Públicos, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR	CPF	MATRICULA
Augusto Gabriel Simon	076.027.919-59	2968

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 16 de dezembro de 2013.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

### Pregao Presencial 68/2013

Aviso de Licitação

Processo de Licitação nº 68/2013 - Pregão Presencial Nº. 68/2013

Objeto: Aquisição de asfalto usinado para recuperação de ruas do município de Turvo/SC.

Entrega dos envelopes: até às 08h45min do dia 30/12/2013.

Abertura da Sessão: a partir das 09:00 horas do dia 30/12/2013

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 588 - Centro - Turvo/SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100.

Turvo - SC, 16 de dezembro de 2013.

NESTOR RECO

Pregoeiro

## Vargeão

### PREFEITURA

### Edital de Divulgação Preliminar das Inscrições do

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DEVAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO E EMERGENCIAL n. 001/2013

EDITAL DE DIVULGAÇÃO PRELIMINAR DAS INSCRIÇÕES DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO nº. 001/2013, PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO E EMERGENCIAL DO PODER EXECUTIVO DE VARGEÃO - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AMARILDO PAGLIA, Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em obediência ao que determina o item 6.1 do Edital de Processo Seletivo n. 001/2013, e demais disposições legais, RESOLVE proceder a divulgação preliminar das inscrições, conforme segue:

I - INSCRIÇÕES DEFERIDAS

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Nº Insc. Nome do Candidato

008 IRACEMA BARBOSA DE RAMOS

CARGO: SERVENTE

Nº Insc. Nome do Candidato

001 TAYNARA JANAINA MENEZES

006 TAIS ANDREIA COLLA MASCARELLO

007 SANDRA APARECIDA DOS SANTOS LIMA NUNES

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Nº Insc. Nome do Candidato  
002 FRANCIELI MASCARELLO DE RAMOS  
003 MARITANIA FROZZA  
004 MARIA SALETE CORÁ BARBIERI  
005 LEDANIR LURDES RIGO SPONCHIADO  
009 RENATA PASQUALI  
010 DILVANE MARIA BELLO BRANDALISE  
011 MAIARA CARLA VALMORBIDA  
012 MORGANA BRUNETTO  
013 ROSENILDA MOREIRA MACHADO  
014 ROMIELI CAMBRUSSI DA SILVA  
015 CLECIANE SALETE MARTINI\*  
016 LISIANE BRAGA MORAES  
017 VERONICA ZAPPE  
018 EDINA DE FATIMA NEVES  
019 ELAINE CALAIS MASCARELLO  
020 LUCIANE GOLIN  
021 ELIN REGINA REOLÃO  
022 CRISTIANE RIGO GOBERTE  
023 MARITÂNIA LUCIA MIOTELI  
024 KATIANE ROSA  
025 DILVANA ESTEL MARQUES  
026 MARIZETE CARDOSO DA SILVA  
027 ANA SABINA PAGNUSSATTO  
028 ROSELI FATIMA DE OLIVEIRA\*  
029 SIMONE APARECIDA DANIEL  
030 LENICE DE MATOS LANDO  
031 MARINES SILVEIRA NIELSSON  
032 ANA CLAUDIA DAMIAN  
II - INSCRIÇÕES INDEFERIDAS  
Não houve inscrição indeferida  
III - INSCRIÇÕES DE PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS  
CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS  
Nº Insc. Nome do Candidato  
015 CLECIANE SALETE MARTINI\*  
028 ROSELI FATIMA DE OLIVEIRA\*  
De acordo com o atestado medico apresentado junto com o pedido de inscrição, o candidato supra mencionado é considerado pessoa portadora de deficiência física para efeitos deste teste seletivo.  
Nos termo do item 3.3 do Edital de Teste Seletivo, o candidato se aprovado, será submetidos à perícia médica oficial, que terá decisão terminativa sobre a qualificação como portador de deficiência ou não e sobre o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo.  
Caso o resultado da perícia conclua negativamente quanto à compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo, o candidato não será admitido, por inaptidão, para o exercício da função ou cargo, acarretando a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.  
IV - DO ATENDIMENTO DIFERENCIADO  
Não houve qualquer solicitação no sentido de atendimento diferenciado para a realização das provas.  
V - DO RECURSO  
Aos candidatos, caberá recurso inscrito e fundamentado em dados reais e concretos, nos termos previsto do item 6.2 do Edital de Teste Seletivo.  
A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, desde que verificadas qualquer falsidade nas declarações e/ou quaisquer irregularidade nos documentos apresentados.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Vargeão (SC), em 16 de dezembro de 2013.  
AMARILDO PAGLIA  
Prefeito Municipal

## Videira

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 10.695/13

DECRETO Nº 10.695/13, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.  
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.832/12 de 12 de dezembro de 2012.

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura

01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos

2.047 - Manutenção da Iluminação Pública

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0014.000000 Aplicações Diretas  
160.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 160.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta do excesso de arrecadação dos recursos da COSIP.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 16 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretario de Administração

#### Decreto Nº 10.696/13

DECRETO Nº 10.696/13, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.  
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.832/12, de 12 de dezembro de 2012.

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 157.110,00 (Cento e cinquenta e sete mil e cento e dez reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS

01 - Fundo Municipal da Saúde

2.063 - Atenção Básica

3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0064.10 - Aplicações Diretas

21.390,00

3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0064.11 - Aplicações Diretas

6.690,00

3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0064.12 - Aplicações Diretas

37.030,00



15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS  
01 - Fundo Municipal da Saúde  
2.080 - Manutenção da Saúde no Município  
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas  
50.000,00  
3.3.93.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas  
42.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 157.110,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 16 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Vitor Meireles

PREFEITURA

### Decreto Nº 068/2013

DECRETO 068/2013

Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Provisões.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0835, de 21/12/2012.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

0101 - CAMARA DE VEREADORES  
01.031.001.2001 - Manutenção do Poder Legislativo  
33000000.00 - Outras Despesas Correntes  
33900000.00 - Aplicações Diretas  
0.1.0000 - Recursos Livres R\$ 11.000,00

Art. 2º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

0101 - CAMARA DE VEREADORES  
01.031.001.2001 - Manutenção do Poder Legislativo  
31000000.00 - Pessoal e Encargos  
31900000.00 - Aplicações Diretas  
0.1.0000 - Recursos Livres R\$ 11.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC),  
17 de Dezembro de 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xavantina

PREFEITURA

### PP 71/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 71/2013 - PMXV

Objeto: Registro de Preços para Possível Aquisição de Peças para consertar Ensiladeiras Marca Nogueira pertencentes à frota do Departamento de Agricultura, conforme especificações constantes no anexo "C" deste edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 do dia 31/12/2013.

Abertura: dia 31/12/2013, às 09:00.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 18 de dezembro de 2013.

MAURO JUNES POLETO,

Prefeito Municipal.

### Termo de Compromisso PP 67/2013 - 01

TERMO DE COMPROMISSO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2013

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 67/2013 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 94/2013 PMXV

O Município de Xavantina - SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. José Dal Bosco, e a empresa MB CATARINENSE LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 16.961.181/0001-52, nesta Ata representada pelo seu(ua) Procurador, Sr(a). LEONARDO BROETTO, portador(a) do CPF nº 087.137.919-82 nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 67/2013, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de eletrodomésticos e artigos de vestuário para manter atividades com programas do Departamento de Assistência Social.



ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QTD	VALOR UNITÁRIO EM R\$	VALOR TOTAL EM R\$
6	BALCÃO EM MDF NA COR MINUANO MEDINDO 1,20M COMPRIMENTO X 1,10M DE ALTURA X 0,55M DE PROFUNDIDADE	UNID	1	R\$ 829,50	R\$ 829,50

#### Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 67/2013 - PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 17 de dezembro de 2013.

MB CATARINENSE LTDA - ME Leonardo Broetto 087.137.919-82	JOSE DAL BOSCO, Prefeito Municipal em Exercício.
--	---

#### Termo de Compromisso PP 67/2013 - 02

TERMO DE COMPROMISSO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2013  
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 67/2013 PMXV  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 94/2013 PMXV

O Município de Xavantina - SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. José Dal Bosco, e a empresa BARAZETTI & BARAZETTI LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 03.945.476/0001-93, nesta Ata representada pelo seu(ua) Procurador(a), Sr(a).

ELIANE MARI BARAZETTI, portador(a) do CPF nº 777.863.279-91 nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 67/2013, e homologada pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

#### Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de eletrodomésticos e artigos de vestuário para manter atividades com programas do Departamento de Assistência Social.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QTD	VALOR UNITÁRIO EM R\$
16	EDREDOM DE SOLTEIRO MALHA 100% ALGODÃO DE 1,60M X 2,40M	UNID	15	R\$ 114,00
17	TOALHA DE MESA RETANGULAR 60% ALGODÃO E 40% POLIÉSTER MEDINDO 2,15M X 1,45M	UNID	4	R\$ 34,00
18	AGASALHO DE TACTEL, MASCULINO E FEMININO VÁRIOS TAMANHOS 100% POLIESTER	UNID	6	R\$ 87,00
20	CAMISETAS E BLUSAS COM ESTAMPA COLORIDA VÁRIOS TAMANHOS 100% ALGODÃO	UNID	10	R\$ 39,00
22	TOALHA DE BANHO COM BORDADO 80CM X 1,5M 100% ALGODÃO	UNID	30	R\$ 34,00
24	CALCINHA 96% ALGODÃO 4%ELASTANO VARIOS TAMANHOS	UNID	10	R\$ 7,00

#### Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 67/2013 - PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 17 de dezembro de 2013.

BARAZETTI & BARAZETTI LTDA - ME ELIANE MARI BARAZETTI 777.863.279-91	JOSE DAL BOSCO, Prefeito Municipal em Exercício.
--	---

### Termo de Compromisso PP 67/2013 - 03

TERMO DE COMPROMISSO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2013  
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 67/2013 PMXV  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 94/2013 PMXV

O Município de Xavantina - SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. José Dal Bosco, e a empresa DEOCLESIO CAMPAGNOLO - ME, inscrita no CNPJ nº 06.228.311/0001-99, nesta Ata representada pelo seu(ua) Procurador(a), Sr(a). DEOCLESIO CAMPAGNOLO, portador(a) do CPF nº 020.820.729-59 nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 67/2013, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

#### Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de eletrodomésticos e artigos de vestuário para manter atividades com programas do Departamento de Assistência Social.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QTD	VALOR UNITÁRIO EM R\$
15	JOGO DE LENÇOL ESTAMPADO DE SOLTEIRO DE MALHA, COM TRÊS PEÇAS, 100% ALGODÃO, COM 1 LENÇOL COM ELÁSTICO MEDINDO 88CM X 1,88M X 30CM, 1 SOBRELÊNÇOL COM VIRA 1,60M X 2,40M E 1 FRONHA DE 50CM X 70CM	JOGO	23	R\$ 91,00
19	BERMUDAS JEANS MASCULINAS E FEMININAS VÁRIOS TAMANHOS COM BOTÃO, 69% ALGODÃO E 31% POLIESTER	UNID	10	R\$ 73,00
21	CALÇA JEANS MASCULINA E FEMININA VÁRIOS TAMANHOS 71% ALGODÃO E 29% POLIÉSTER	UNID	6	R\$ 82,00

23	CUECA 96% ALGODÃO E 4% ELASTANO VÁRIOS TAMANHOS	UNID	10	R\$ 5,75
25	MEIA INFALTIL 64% ALGODÃO, 31% POLIAMIDA, 3% POLIESTER E 2% ELASTANO	PAR	10	R\$ 6,30

#### Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 67/2013 - PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 17 de dezembro de 2013.

DEOCLESIO CAMPAGNOLO - ME DEOCLESIO CAMPAGNOLO 020.820.729-59	JOSE DAL BOSCO, Prefeito Municipal em Exercício.
---	---

### Termo de Compromisso PP 67/2013 - 04

TERMO DE COMPROMISSO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2013  
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 67/2013 PMXV  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 94/2013 PMXV

O Município de Xavantina - SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. José Dal Bosco, e a empresa VANCIN INFORMÁTICA COMÉRCIO LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 06.275.370/0001-18, nesta Ata representada pelo seu(ua) Procurador(a), Sr(a). VALERIO SAMUEL VANCIN, portador(a) do CPF nº 949.928.519-91 nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 67/2013, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos

bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

#### Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de eletrodomésticos e artigos de vestuário para manter atividades com programas do Departamento de Assistência Social.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QTD	VALOR UNITÁRIO EM R\$
1	REFRIGERADOR 2PORTAS CAPACIDADE PARA 405L FFREE BRANCO 220V	UNID	1	R\$ 2.180,00
2	FILMADORA COM PROJETOR, ZOOM ÓPTICO 70X FILMA EM HD, FOTOS EM ALTA DEFINIÇÃO	UNID	1	R\$ 1.090,00
3	VIDEO GAME MICROSOFT X-BOX ELITE COM KINECT 04GB	UNID	1	R\$ 1.430,00
4	LIQUIFICADOR INOX DUO FILTER COM DUAS JARAS SENDO UMA DE VIDRO E OUTRA ACRÍLICO COM 8 VELOCIDADES, 430W, 220V	UNID	1	R\$ 145,00
5	BATEDEIRA COM 5 VELOCIDADES, 300W, 220V	UNID	1	R\$ 162,00
7	MOCHILA SPORT EM NYLON	UNID	5	R\$ 49,00
8	COPO DE VIDRO LISO DE 200ML	UNID	20	R\$ 4,20
9	XICARA DE VIDRO LISA DE 246ML	UNID	20	R\$ 6,00
10	ESPUMADEIRA INOX 27,5CM COM CABO DE INOX	UNID	2	R\$ 12,00
11	LEITEIRA DE ALUMÍNIO Nº 16	UNID	1	R\$ 44,00
12	PANELA DE ALUMÍNIO 5 LITROS COM TAMP	UNID	1	R\$ 66,00
13	FORMA PARA BOLO RETANGULAR DE 0,35M X 0,24M	UNID	1	R\$ 46,00
14	CONCHA DE INOX DE 24CM COM CABO DE INOX	UNID	2	R\$ 11,00

#### Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência

de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 67/2013 - PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 17 de dezembro de 2013.

VANCIN INFORMÁTICA COMÉRCIO LTDA EPP Valerio Samuel Vancin 949.928.519-91	JOSE DAL BOSCO, Prefeito Municipal em Exercício.
---	---

## Associações

### AMFRI

#### Ata de Reunião Para Abertura das Propostas da Chamada Pública Nº. 001/2013 Para Elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

ATA DE REUNIÃO PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS DA CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2013 PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA REGIÃO DA AMFRI.

Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e treze, reuniram-se na sede da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí - AMFRI, sito a Rua Luiz Lopes Gonzaga, n. 1655, Bairro São Vicente, em Itajaí/SC, o Secretário Executivo da AMFRI, Sr. Célio José Bernardino e o Assessor Jurídico, Dr. Cirino Adolfo Cabral Neto, além dos representantes dos municípios que compõem a Associação. O Secretário Executivo coordenou os trabalhos que foi secretariado por mim, Jeanete Fagundes, que redigi a presente ATA para abertura das propostas de elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região da AMFRI. Aberta a reunião, o presidente apresentou as 10 (dez) propostas das empresas para a realização do Plano, sendo elas, DZR Geotecnologia e Consultoria Ltda, Habitat Ecológico Ltda., Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM, Evolutiva Ambiental Engenharia e Consultoria, MJ Engenharia, Ecolibra Engenharia, Projetos e Sustentabilidade, Ampla Assessoria e Planejamento Ltda EPP, Cerne Ambiental Ltda., Desetel Arquitetura, urbanismo e Gestão Ambiental Ltda. e Fral Consultoria Ltda. Sendo de conhecimento dos municípios as empresas que se habilitaram para realizar o referido Plano, o Secretário Executivo novamente lembrou que a contratação não era um processo licitatório na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, pois a AMFRI é uma entidade privada, sem fins lucrativos e, portanto, dispensada dos requisitos do direito administrativo no que tange ao processo licitatório. Passada esta fase



inicial, foi então procedida a abertura das propostas de preços. Foram habilitadas todas as empresas. Os preços das empresas participantes assim ficou: 1) DZR Geotecnologia e Consultoria Ltda., valor de R\$ 897.425,62; 2) Habitat Ecológico Ltda., o valor de R\$ 837.600,00; 3) Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM, valor de R\$ 879.000,00; 4) Evoluta Ambiental Engenharia e Consultoria, o valor de R\$ 1.150.000,00; 5) MJ Engenharia, o valor de R\$ 996.567,50; 6) Ecolibra Engenharia, Projetos e Sustentabilidade, valor de R\$ 848.101,95; 7) Ampla Assessoria e Planejamento Ltda EPP, valor de R\$ 598.283,75; 8) Cerne Ambiental Ltda., valor de R\$ 717.939,50; 9) Desetel Arquitetura, Urbanismo e Gestão Ambiental Ltda., valor de R\$ 733.190,00; e, 10) Fral Consultoria Ltda., valor de R\$ 568.000,00. Sendo de conhecimento dos municípios os preços ofertados pelas empresas participantes, foi solicitado a suspensão da reunião para o dia 13/12/2013 as 13:30h para análise das propostas e deliberação. A suspensão foi aprovada pela maioria. Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a reunião e lavrada a presente ATA que será assinada por mim, pelo Secretário Executivo e pelo Assessor Jurídico da AMFRI.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO      JEANETE FAGUNDES  
Secretário Executivo      Secretária

DR. CIRINO ADOLFO CABRAL  
Assessor Jurídico

#### **Ata de Reunião Para Análise das Propostas da Chamada Pública Nº. 001/2013 Para Elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos D**

ATA DE REUNIÃO PARA ANÁLISE DAS PROPOSTAS DA CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2013 PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA REGIÃO DA AMFRI.

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e treze, reuniram-se na sede da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí - AMFRI, sito a Rua Luiz Lopes Gonzaga, n. 1655, Bairro São Vicente, em Itajaí/SC, o Secretário Executivo da AMFRI, Sr. Célio José Bernardino e o Assessor Jurídico, Dr. Cirino Adolfo Cabral Neto, além dos representantes dos municípios que compõem a Associação. O Secretário Executivo coordenou os trabalhos que foi secretariado por mim, Jeanete Fagundes, que redigi a presente ATA para análise das propostas de elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região da AMFRI. Aberta a reunião, o presidente apresentou apontamentos realizados pela empresa Ampla Assessoria e Planejamento Ltda EPP e DZR Geotecnologia e Consultoria Ltda. Como não se trata de procedimento licitatório com base na Lei Federal 8.666/93 e alterações, os municípios conheceram dos apontamentos mas não acolheram. Desta forma, o presidente apresentou novamente as 10 (dez) propostas das empresas para a realização do Plano. Ficou estabelecido pelos municípios integrantes da AMFRI que as propostas abaixo de 70% (setenta por cento) do valor do repasse previsto no Edital seriam reprovadas, ante a sua inexecutabilidade, haja vista que o governo do estado de Santa Catarina quando do repasse promoveu estudo de mercado para se chegar no valor a ser repassado à Associação. Desta forma os valores abaixo de R\$ 837.597,25 não foram aprovados pelos municípios. As empresas que orçaram valor abaixo do estabelecido foram: 1) Ampla Assessoria e Planejamento Ltda EPP, valor de R\$ 598.283,75; 2) Cerne Ambiental Ltda., valor de R\$ 717.939,50; 3) Desetel Arquitetura, Urbanismo e Gestão Ambiental Ltda., valor de R\$ 733.190,00; e, 4) Fral Consultoria Ltda., valor de R\$ 568.000,00. Passada essa questão, os municípios então analisaram uma a uma as empresas participantes, adotando com critérios objetivos o valor ofertado, os atestados de capacidade técnica apresentados, o rol de técnicos envolvidos e sua qualificação. Analisando as propostas, os municípios integrantes da Associação ficaram entre 04 (quatro)

empresas, sendo estas 1) DZR Geotecnologia e Consultoria Ltda., valor de R\$ 897.425,62; 2) Habitat Ecológico Ltda., o valor de R\$ 837.600,00; 3) Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM, valor de R\$ 879.000,00 e, 4) Ecolibra Engenharia, Projetos e Sustentabilidade, valor de R\$ 848.101,95. Com o adiantar da hora, foi solicitado a suspensão da reunião para o dia 16/12/2013 as 13:30h para análise das 04 (quatro) propostas finalistas e deliberação final. A suspensão foi aprovada pela maioria. Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a reunião e lavrada a presente ATA que será assinada por mim, pelo Secretário Executivo e pelo Assessor Jurídico da AMFRI.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO      JEANETE FAGUNDES  
Secretário Executivo      Secretária

DR. CIRINO ADOLFO CABRAL  
Assessor Jurídico

#### **Ata de Reunião Para Análise das Propostas da Chamada Pública Nº. 001/2013 Para Elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos D**

ATA DE REUNIÃO PARA ANÁLISE DAS PROPOSTAS DA CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2013 PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA REGIÃO DA AMFRI.

Aos dezesseis dias do mês de dezembro de dois mil e treze, reuniram-se na sede da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí - AMFRI, sito a Rua Luiz Lopes Gonzaga, n. 1655, Bairro São Vicente, em Itajaí/SC, o Secretário Executivo da AMFRI, Sr. Célio José Bernardino e o Assessor Jurídico, Dr. Cirino Adolfo Cabral Neto, além dos representantes dos municípios que compõem a Associação. O Secretário Executivo coordenou os trabalhos que foi secretariado por mim, Jeanete Fagundes, que redigi a presente ATA para análise das propostas de elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região da AMFRI. Aberta a reunião, o presidente apresentou novamente as 04 (quatro) propostas finalistas, sendo elas: 1) DZR Geotecnologia e Consultoria Ltda., valor de R\$ 897.425,62; 2) Habitat Ecológico Ltda., o valor de R\$ 837.600,00; 3) Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM, valor de R\$ 879.000,00 e, 4) Ecolibra Engenharia, Projetos e Sustentabilidade, valor de R\$ 848.101,95. Após a análise das empresas e discussão sobre a melhor proposta para a realização do Plano Municipal, os municípios escolheram a Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM, pelo acervo técnico, rol de técnicos envolvidos, conhecimento e confiança dos municípios dos serviços prestados pela referida empresa e proximidade com a região. Os municípios deliberaram sobre a publicação das atas das reuniões realizadas, bem como informar a empresa vencedora, para que possa ser assinado o contrato e iniciar os trabalhos. O Secretário Executivo pediu o auxílio e empenho dos municípios integrantes da AMFRI para que os Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos possam ser realizados com a máxima eficiência nos resultados. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ATA que será assinada por mim, pelo Secretário Executivo e pelo Assessor Jurídico da AMFRI.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO      JEANETE FAGUNDES  
Secretário Executivo      Secretária

DR. CIRINO ADOLFO CABRAL  
Assessor Jurídico

## Consórcios

### CINCO

**Extrato do Termo Aditivo TA.At13cinco132**  
CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO  
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº TA.AT13CINCO132  
Fornecedor: POVOCOM INFORMÁTICA LTDA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de equipamentos de informática, resolvem reduzir o valor do o ITEM 11, em conformidade com a Cláusula Oitava, 8.1, § 1º, I, da Ata entabulada. Data: 13.12.2013. Validade: 01.11.2013 a 28.02.2014. PAL nº: 0020/2013 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0016. Registro de Preços nº: 0019.

Fraiburgo (SC), 13 de dezembro de 2013.  
ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo do CINCO

**Extrato do Termo Aditivo TA.At13cinco133**  
CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO  
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº TA.AT13CINCO133  
Fornecedor: POVOCOM INFORMÁTICA LTDA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de equipamentos de informática, resolvem reduzir o valor do o ITEM 11, em conformidade com a Cláusula Oitava, 8.1, § 1º, I, da Ata entabulada. Data: 13.12.2013. Validade: 01.11.2013 a 28.02.2014. PAL nº: 0020/2013 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0016. Registro de Preços nº: 0019.

Fraiburgo (SC), 13 de dezembro de 2013.  
ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo do CINCO

**Extrato do Termo Aditivo TA.At13cinco134**  
CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO  
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº TA.AT13CINCO134  
Fornecedor: POVOCOM INFORMÁTICA LTDA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de equipamentos de informática, resolvem reduzir o valor do o ITEM 11, em conformidade com a Cláusula Oitava, 8.1, § 1º, I, da Ata entabulada. Data: 13.12.2013. Validade: 01.11.2013 a 28.02.2014. PAL nº: 0020/2013 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0016. Registro de Preços nº: 0019.

Fraiburgo (SC), 13 de dezembro de 2013.  
ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo do CINCO

**Extrato do Termo Aditivo TA.At13cinco135**  
CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO  
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº TA.AT13CINCO135  
Fornecedor: POVOCOM INFORMÁTICA LTDA

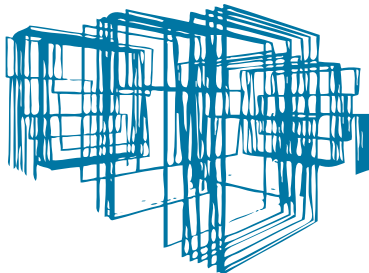
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de equipamentos de informática, resolvem reduzir o valor do o ITEM 11, em conformidade com a Cláusula Oitava, 8.1, § 1º, I, da Ata entabulada. Data: 13.12.2013. Validade: 01.11.2013 a 28.02.2014. PAL nº: 0020/2013 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0016. Registro de Preços nº: 0019.

Fraiburgo (SC), 13 de dezembro de 2013.  
ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo do CINCO

**Extrato do Termo Aditivo TA.At13cinco136**  
CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO  
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº TA.AT13CINCO136  
Fornecedor: POVOCOM INFORMÁTICA LTDA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de equipamentos de informática, resolvem reduzir o valor do o ITEM 11, em conformidade com a Cláusula Oitava, 8.1, § 1º, I, da Ata entabulada. Data: 13.12.2013. Validade: 01.11.2013 a 28.02.2014. PAL nº: 0020/2013 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0016. Registro de Preços nº: 0019.

Fraiburgo (SC), 13 de dezembro de 2013.  
ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo do CINCO



## Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)